

X SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS BRASILEIRAS: VIDAS NEGRAS IMPORTAM

&

5th THE WORLD

CONFERENCE

ON

REMEDIES to RACIAL & ETHNIC

ECONOMIC INEQUALITY

COMBATE ÀS DESIGUALDADES

ECONÔMICAS RACIAIS & ÉTNICAS

26—29.SET ✦ VITÓRIA ✦ BRASIL





5th THE WORLD CONFERENCE ON REMEDIES to RACIAL & ETHNIC ECONOMIC INEQUALITY

5^ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES ECONÔMICAS RACIAIS & ÉTNICAS

26 — 29 . SETEMBRO . 2018 *** UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO ***** VITÓRIA ***** BRAZIL**

**NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO-BRASIL (NEAB/UFES)**

**INSTITUTO HUMPREY SCHOOL DE MINNESOTA, UNIVERSITY OF
MINNESOTA, EUA**

**INTERNATIONAL LEADERSHIP INSTITUTE DE MINNESOTA, UNIVERSITY
OF MINNESOTA, EUA**

INSTITUTO ELIMU PROFESSOR CLEBER MACIEL, VITORIA-BRASIL

ANAIS

**V CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES
ECONÔMICAS RACIAIS E ÉTNICAS E X SEMINÁRIO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS BRASILEIRAS - NEAB/UFES:
VIDAS NEGRAS IMPORTAM**

26 A 29 DE SETEMBRO DE 2018

VITÓRIA – ESPÍRITO SANTO (BRASIL)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

**VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO - BRASIL
2018**





5th THE WORLD CONFERENCE ON REMEDIES TO RACIAL & ETHNIC ECONOMIC INEQUALITY

5^ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES ECONÔMICAS RACIAIS & ÉTNICAS

26 — 29 . SETEMBRO . 2018 *** UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO ***** VITÓRIA ***** BRAZIL**

Copyright © 2018 by Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, da Universidade Federal do Espírito Santo

Todos os direitos reservados

Coordenação Geral: Prof.^a Dr.^a Patrícia Gomes Rufino Andrade (UFES)

Coordenação Editorial, Formatação e Revisão geral: M.^a Larissa de Albuquerque Silva (NEAB/UFES e PPGAS/UFAM)

Secretaria Executiva: Esp. Yuri Miguel Macedo (NEAB/UFES)

Diagramação e Arte da capa: Aline Gonçalves Almeida (NEAB/UFES)

V Conferência Mundial de Combate às Desigualdades Econômicas Raciais e Étnicas e X Seminário Nacional de Educação das Relações Étnico-Raciais Brasileiras - NEAB/UFES: Vidas Negras Importam. 1 ed. / Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/Brasil); Instituto Humphrey School de Minnesota e International Leadership Institute de Minnesota, University of Minnesota, EUA; Instituto Elimu Professor Cleber Maciel, Vitoria-Brasil. VITÓRIA/ES. 2018, 693p.

ISSN: 2594-3634

Todos os direitos desta edição reservados ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/Brasil); Instituto Humphrey School de Minnesota e International Leadership Institute de Minnesota, University of Minnesota, EUA; Instituto Elimu Professor Cleber Maciel, Vitoria-Brasil. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização das instituições mencionadas acima.





5th THE WORLD CONFERENCE ON REMEDIES TO RACIAL & ETHNIC ECONOMIC INEQUALITY

5^ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES ECONÔMICAS RACIAIS & ÉTNICAS

26 — 29 . SETEMBRO . 2018 *** UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO ***** VITÓRIA ***** BRAZIL**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES

Prof. Dr. Reinaldo Centoducatte
Reitor

Prof.^a Dr.^a Ethel Leonor Noia Maciel
Vice-Reitora

Prof.^a Dr.^a Angélica Espinosa Barbosa Miranda
Pró-Reitor de Extensão

Prof.^a Dr.^a Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni
Diretora do Departamento de Política Extensionista da Pró-Reitoria de Extensão

Prof. Dr. Neyval Costa Reis Junior
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Esp. Wiliam Wagner Silva Sarandy
Contador – Pró Reitoria de Administração

Prof.^a Dr.^a Patrícia Alcântara Cardoso
Secretaria de Relações Internacionais

Bel. Rogério Borges de Oliveira
Secretaria de Cultura

Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Mendes Gontijo
Diretora do Centro de Educação

Prof. Dr. Edson Maciel Júnior
Chefe do Departamento de Educação, Política e Sociedade do Centro de Educação

Prof.^a Dr.^a Patrícia Gomes Rufino Andrade
Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros





5th THE WORLD CONFERENCE ON REMEDIES TO RACIAL & ETHNIC ECONOMIC INEQUALITY

5^ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES ECONÔMICAS RACIAIS & ÉTNICAS

26 — 29 . SETEMBRO . 2018 *** UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO ***** VITÓRIA ***** BRAZIL**

UNIVERSITY OF MINNESOTA

HUMPHREY SCHOOL

Laura Bloomberg, PhD
Dean

Carissa Slotterback, PhD
Associate Dean

COLLEGE OF EDUCATION AND HUMAN DEVELOPMENT - CEHD

Jean Quam, PhD
Dean

Na'im Madyun, PhD.
Associate Dean (2018)

Michael Rodriguez, PhD
Associate Dean (2019)





5th THE WORLD CONFERENCE ON REMEDIES TO RACIAL & ETHNIC ECONOMIC INEQUALITY

5^ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES ECONÔMICAS RACIAIS & ÉTNICAS

26 — 29 . SETEMBRO . 2018 *** UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO ***** VITÓRIA ***** BRAZIL**

INSTITUTO ELIMU PROFESSOR CLEBER MACIEL

DIRETORIA COLEGIADA

Gilberto Batista Campos
Presidente

(Vacância)
Vice- Presidente

Rosemberg Moraes Caetano
1º secretário

Ana Lúcia Rocha da Conceição
2º secretária

Genadir Correia da Silva
1º tesoureiro

Ivanilda Camilo da Silva
2º tesoureiro

CONSELHO FISCAL

Heraldo Gonçalves Fogos
1º conselheiro

Elias Pereira Barcelos
2º conselheiro

Antônio Carlos do Nascimento
3º conselheiro

Ednalva de Mattos Moraes
Conselheiro suplente

Letícia Fernandes dos Santos
Conselheiro suplente



5th THE WORLD CONFERENCE ON REMEDIES TO RACIAL & ETHNIC ECONOMIC INEQUALITY

5^ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES ECONÔMICAS RACIAIS & ÉTNICAS

26 — 29 . SETEMBRO . 2018 *** UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO ***** VITÓRIA ***** BRAZIL**

**Coordenação Geral da V Conferência Mundial de Combate às Desigualdades
Econômicas Raciais e Étnicas e X Seminário Nacional de Educação das Relações
Étnico-Raciais Brasileiras – NEAB/UFES: Vidas Negras Importam**

Patricia Gomes Rufino Andrade (NEAB/UFES — Vitória, BRA)

Gilberto Batista Campos (Instituto Prof. Cleber Maciel — Vitória, BRA)

Judge LaJune Lange (International Leadership Institute — Minneapolis, EUA)

Kolawole S. Okuyemi (University of Utah — Utah, EUA)

Moussa Diabaté (Benin)

Samuel Myers (Roy Wilkins Center for Human Relations and Social Justice, University of
Minnesota — Minneapolis, EUA)

Marina B. Aleixo - College of Education and Human Development, International Initiatives
- University of Minnesota

Muhammad Khalifa - College of Education and Human Development, Organizational
Leadership, Policy, and Development - University of Minnesota

Shailendra Prasad (Universidade de Minnesota, EUA)

Robert Scarlett (Brazil—Minnesota)

William A. Darity Jr. (Universidade de Minnesota, EUA)

Antonia Wilcoxon (Universidade de Minnesota, EUA)





5th THE WORLD CONFERENCE ON REMEDIES TO RACIAL & ETHNIC ECONOMIC INEQUALITY

5^ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES ECONÔMICAS RACIAIS & ÉTNICAS

26 — 29 . SETEMBRO . 2018 *** UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO ***** VITÓRIA ***** BRAZIL**

Comissão Organizadora (equipe Brasil) da V Conferência Mundial de Combate às Desigualdades Econômicas Raciais e Étnicas e X Seminário Nacional de Educação das Relações Étnico-Raciais Brasileiras – NEAB/UFES: Vidas Negras Importam

**Prof.^a Dr.^a Patrícia Gomes Rufino Andrade
Coordenação Geral**

**Esp. Wiliam Wagner Silva Sarandy
Coordenação Adjunta Administrativa**

**Esp. Yuri Miguel Macedo
Secretaria Executiva**

**Guilhermy Pereira Duarte, Gabriel Juliati Januário e Ana Caroline de Oliveira Sá
Secretaria - monitoria NEAB/UFES**

**M.^a Larissa de Albuquerque Silva
Comissão Pedagógica e Editorial**

**Prof.^a Dr.^a Patrícia Gomes Rufino Andrade e Bela. Rosana de Miranda Henrique
Comissão de Infraestrutura e Logística**

**M.^a Vanessa Oliveira de Azevedo Rocha e Márcia Beloti
Comissão de Monitoria**

**Prof.^a Dr.^a Kiusam Oliveira
Comissão de Cultura**

**Bela. Tatiana Matias de Moura
Comissão Comunicação**

**Felipe Gomes
Comissão Marketing, Design e Site**

**Bel. Yuris Paris
Comissão Workshops**

**Ana Caroline de Oliveira Sá
Comissão Logística**





**Comissão Científica (Brasil) da V Conferência Mundial de Combate às Desigualdades
Econômicas Raciais e Étnicas e X Seminário Nacional de Educação das Relações
Étnico-Raciais Brasileiras – NEAB/UFES: Vidas Negras Importam**

Prof.^a Dr.^a Aissa Afonso Guimarães (UFES)

Prof. Dr. Adriano Pereira Jardim (UFES)

Prof. Dr. Ahyas Syss (UFRRJ)

Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Fernandes (Alexandre Osaniyi – IFBA)

Dr.^a Andrea Bayerl Mongim

Prof.^a Dr.^a Brunela Vieira de Vincenzi (UFES)

Prof.^a Dr.^a Claudete Beise Ulrich (Faculdade Unida de Vitória)

Prof.^a Dr.^a Cleyde Rodrigues Amorim (UFES)

Prof. Dr. Dejair Dionísio (UNICENTRO)

Prof. Dr. Eduardo Oliveira (UFBA)

Prof.^a M.^a Eliana Costa Sausmickt (IFBA)

Prof.^a Dr.^a Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito (UFESB)

Dr.^a Elisa Ramalho Ortigão

Prof. Dr. Erineu Foerste (UFES)

Prof.^a Dr.^a Ethel Leonor Noia Maciel (UFES)

Prof.^a Dr.^a Fernanda Monteiro Barreto Camargo (UFES)

Prof.^a Dr.^a Gerda Margit Schütz Foerste (UFES)

Prof. Dr. Gustavo Henrique Araújo Forde (UFES)

Prof. Dr. Henrique Cunha (UFC)

Prof.^a Dr.^a Ines de Oliveira Ramos (UFES)

Prof.^a Dr.^a Jacyara Silva de Paiva (UFES)

Prof. M.e José Otávio Lobo Name (UFES)

Prof.^a M.^a Leonnor Araújo (UFES)

Prof.^a Dr.^a Marcilene Garcia de Souza (IFBA)

Prof.^a M.^a Mariana Fernandes dos Santos (IFBA)

Prof.^a Dr.^a Miriã Lúcia Luiz (UFES)

Prof.^a Dr.^a Nilma Lino Gomes (UFMG)

Prof.^a Dr.^a Kiusam Oliveira (UFES)



Prof. Dr. Osvaldo Martins de Oliveira (UFES)

Prof. Dr. Otair Fernandes de Oliveira (UFRRJ)

Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (UnB)

Dr.^a Rosana Paulino

Prof. Dr. Renato Nogueira (UFRRJ)

Prof. Dr. Ricardo Dias da Costa (UFRRJ)

Prof.^a Esp. Rita de Cássia Vasconcelos da Costa (FIOCRUZ)

Prof. Dr. Sandro José da Silva (UFES)

Prof.^a Dr.^a Sandra Haydée Petit (UFC)

Prof.^a Dr.^a Simone Silva Alves (UNIPAMPA)

Prof.^a Dr.^a Sônia Guimarães (ITA - SP)

Prof. Dr. Spensy Kmitta Pimentel (UFSB)

Prof.^a Dr.^a Suely Dulce de Castilho (UFMT)

Prof.^a Dr.^a Susana Bubach (UFES)

Prof.^a Dr.^a Terezinha Maria Schuchter (UFES)

Prof. Dr. Thiago Gomes da Trindade (UFRN)

Prof. Dr. Thiago Nascimento do Prado (UFES)



Coordenação de Grupos de Trabalhos (Brasil) da V Conferência Mundial de Combate às Desigualdades Econômicas Raciais e Étnicas e X Seminário Nacional de Educação das Relações Étnico-Raciais Brasileiras – NEAB/UFES: Vidas Negras Importam

Adriano Albertino da Vitória (SINDIUPES)

Prof. Dr. Ahyas Siss (UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a Aissa Afonso Guimarães (UFES)

Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Fernandes - Alexandre Osaniyi (IFBA)

Esp. Anair Aparecida Novaes (PMSP)

Dr.^a Andrea Bayerl Mongim (NEAB-UFES)

M.^a Andressa Christiane Pereira (Instituto Deságua e pesquisadora no LabGest/UFES)

M.^a Arlete Maria Pinheiro Schubert (UFES)

M.^a Beatriz de Barros Souza

Prof.^a Dr.^a Brunela Vieira de Vincenzi (UFES)

M.^a Carolina de Oliveira e Silva Cyrino

Prof.^a Dr.^a Claudete Beise Ulrich (Faculdade Unida de Vitória)

Prof.^a Dr.^a Cleyde Rodrigues Amorim (UFES)

Prof.^a M.^a Eliana Costa Sausmickt (IFBA)

Prof.^a Dr.^a Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito (UFESB)

M.^a Eliane Meire de Souza Araújo (pesquisadora no LabGest/UFES)

Dr.^a Elisa Ramalho Ortigão (NEAB-UFES)

Prof. Dr. Erineu Foerste (UFES)

Prof.^a Dr.^a Fernanda Monteiro Barreto Camargo (UFES)

Prof.^a Dr.^a Gerda Margit Schütz Foerste (UFES)

Prof.^a Dr.^a Gilsilene Passon Picoretti Francischetto (FDV)

M.^a Gonçalves Eva Almeida de Santana

Prof. Dr. Gustavo Henrique Araujo Forde (UFES)

Prof.^a Dr.^a Ines de Oliveira Ramos (UFES)

Dr.^a Isabele Eleotério (FAESA/UFES)

Prof.^a Dr.^a Jacyara Silva de Paiva (UFES)

Prof. M.e José Otávio Lobo Name (UFES)

M.^a Juber Helena Baldotto Delboni (UFES)





Bel. João Victor Penha Santos (NEAB-UFES)

Especialista Júlio César de Moraes (Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo)

Bela. Manuela Coutinho Costa

Prof.^a M.^a Mariana Fernandes dos Santos (IFBA)

Prof.^a Dr.^a Marcilene Garcia de Souza (IFBA)

Prof.^a Dr.^a Miriã Lúcia Luiz (UFES)

Esp. Mirtes Aparecida dos Santos (UFF)

Prof.^a M.^a Olindina Serafim Nascimento (SEMED/SÃO MATEUS – ES)

Prof. Dr. Osvaldo Martins de Oliveira (UFES)

Prof. Dr. Otair Fernandes de Oliveira (UFRRJ)

Prof.^a Rakel Rissi (SINDIUPES)

Prof.^a Esp. Rita de Cássia Vasconcelos da Costa (FIOCRUZ)

Bela. Rosa Maria de Oliveira

Sr. Sandro Cabral Silva – Sandro D’Jagun (Prefeitura Municipal de Cariacica/ES -
Gerência de Igualdade Racial)

Prof. Dr. Sandro José da Silva (UFES)

Bel. Sérgio Leandro da Silva

Prof.^a Dr.^a Simone Silva Alves (UNIPAMPA)

Prof.^a Dr.^a Sônia Regina Lourenço (UFMT)

Prof. Dr. Spensy Kmitta Pimentel (UFSB)

Prof.^a Dr.^a Suely Dulce de Castilho (UFMT)

Prof.^a Dr.^a Susana Bubach (UFES)

Prof.^a Dr.^a Terezinha Maria Schuchter (UFES)

Prof. Tiago Melo (SINDIUPES)

Prof. Dr. Thiago Nascimento do Prado (UFES)

Bela. Rayane Marinho Rosa

Prof. Dr. Renato Nogueira (UFRRJ)

Prof. Dr. Ricardo Dias da Costa (UFRRJ)

Esp. Yuri Miguel Macedo (NEAB-UFES)



Pareceristas dos resumos expandidos (Brasil) - *anais* da V Conferência Mundial de Combate às Desigualdades Econômicas Raciais e Étnicas e X Seminário Nacional de Educação das Relações Étnico-Raciais Brasileiras – NEAB/UFES: Vidas Negras
Importam

Prof. Dr. Ahyas Siss (UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a Aissa Afonso Guimarães (UFES)

Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Fernandes - Alexandre Osaniiyi (IFBA)

Dr.^a Andrea Bayerl Mongim

Prof.^a Dr.^a Andréia Teixeira Ramos (UFES)

M.^a Arlete Maria Pinheiro Schubert

M.^a Carolina de Oliveira e Silva Cyrino

Prof.^a Dr.^a Claudete Beise Ulrich (Faculdade Unida de Vitória)

Dr.^a Elisa Ramalho Ortigão

Prof. Dr. Gustavo Henrique Araujo Forde (UFES)

Dr.^a Isabele Eleotério

Prof.^a Dr.^a Jacyara Silva de Paiva (UFES)

Prof.^a Dr.^a Kátia Cristina Norões (UFES)

M.^a Larissa de Albuquerque Silva (UFAM/NEAB-UFES)

Prof.^a M.^a Mariana Fernandes dos Santos (IFBA)

Prof.^a Dr.^a Miriã Lúcia Luiz (UFES)

Prof. Dr. Osvaldo Martins de Oliveira (UFES)

Prof. Dr. Otair Fernandes de Oliveira (UFRRJ)

Prof. Dr.^a Patrícia Gomes Rufino Andrade (UFES)

Prof.^a Esp. Rita de Cássia Vasconcelos da Costa (FIOCRUZ)

Prof. Dr. Soler Gonzalez (UFES)

Prof.^a Dr.^a Sônia Regina Lourenço (UFMT)

Prof.^a Dr.^a Suely Dulce de Castilho (UFMT)

Prof.^a Dr.^a Terezinha Maria Schuchter (UFES)

Bela. Rayane Marinho Rosa

Esp. Yuri Miguel Macedo (NEAB-UFES)



Equipe de Monitores e Tradutores da V Conferência Mundial de Combate às Desigualdades Econômicas Raciais e Étnicas e X Seminário Nacional de Educação das Relações Étnico-Raciais Brasileiras – NEAB/UFES: Vidas Negras Importam

Adriano Batista
Almira Cola
Amanda Azevedo
Ana Julia
Ana Luiza
Ananda Matheus
Andre Vianna
Anna Patricia
Beatriz Colodete
Beatriz Zardo
Bibiana
Camila Polchera
Carlos Augusto Bertolini
Caroline Mayer
Charlie Mendonca
Daniel Amazonas
Daniela Bonfim
David Alexander
Débora Jager
Eliane Quintiliano
Ellis Reis
Erica Cristina
Esdras Guimarães Pinto
Fernanda Gava
Fernando Neto
Flavia Cristina
Francisco de Assis Xavier
Gabriel Augusto
Gabriel Povoá
Gabriel Vieira
Gabriela de Souza
Gabriela Santos
Gabrielle Hubner
Gelso Vieira
Giulia Roberta
Giuliana dos Santos
Heitor Guzzo
Henrique do Carmo

Hiago Rocha
Ianne Camacho
Jhenefer Cristina
Jhonatan Silva
João Pedro Sabino
João Victor Penha Santos
John Zanon
José Fernandes
Julia Amaral
Julia Amaral
Julia Coutinho
Julia Ferreira
Juliana Barbosa
Karen Carla
Kleanne Sartorio
Larissa Castro
Larissa Giacomim
Larissa Portugal
Larissa Prates
Leonardo Lourenço
Leonardo Prates
Letícia Missias
Lorraine Ribeiro
Lucas Lana
Lucas Inacio
Luciana Cruz Carneiro
Luiza Hooper
Márcia Araújo Souza
Beloti
Marcia Inez
Marcone de Freitas
Marcos Cesar Luna da
Silva
Mariele Pereira
Marlon Coutinho
Maycon Bernardo
Marycon de Souza
Monica Leão

Natalie Pinho
Nayara Francisco
Naylla Dal`Col
Olivia Soares
Paulo Henrique Menezes
Pietra Sipolati
Potiara de Oliveira
Rafael Freitas
Rafael Pacheco
Rafael Pinto
Ramon Matheus
Raphael Ilario
Raquel Clemente
Raquel Gomes
Raquel Mello
Raquel Santos
Rayssa Coutinho
Rosa Maria de Oliveira
Samanta Felontana
Samara Viana
Sany Leite
Sara Ciciliot
Sarita Faustino dos Santos
Sheila Amorim
Simone Azevedo
Sophia Takeuchi
Stephanie Azevedo
Suliana
Tamires Zanotti
Tereza Landulfo
Vanda Vieira
Vinicius Neves
Vinicius Ribeiro
Washington Galvão
Wellington Mota
Wladimir Guerra
Yamilia Siqueira



FOREWORD

Proceedings of the 5th World Conference on Remedies to Racial and Ethnic Economic Inequality co-hosted by Universidade Federal Espirito Santo and the Roy Wilkins Center for Human Relations for Social Justice, Hubert H. Humphrey School of Public Affairs University of Minnesota

The Roy Wilkins Center for Human Relations and Social Justice was founded in 1992 at the University of Minnesota with the generous support of the Roy Wilkins Foundation and more than 200 individual and corporate donors in honor of the former president and executive director of the National Association for the Advancement of Colored People (NAACP). One of the missions of the Wilkins Center is to promote international understanding of racial and economic inequality, its causes, consequences, and the promotion of dialogue about solutions.

To fulfill its mission, the Wilkins Center hosted or co-hosted four international conferences on remedies to racial and ethnic economic inequality from 1996 to 2012. The first conference was held in Minneapolis in 1996 and drew participants from Great Britain, Australia, Canada, Malaysia, Kenya, and scholars and researchers from across the United States. The second world conference was co-hosted by the University of South Australia and the University of Auckland. It was held in Adelaide, South Australia, at the Aboriginal Studies Department with a unique Maori convening in Auckland, New Zealand. The third international conference was held in Durban, South Africa in conjunction with the United Nation’s World Conference Against Racism, August-

September 2001. The fourth international conference returned to Minneapolis in 2012 and brought together scholars and researchers from China, India, and other parts of Asia, Africa, and Europe. Missing, from the four previous conferences was significant involvement of scholars and activists from Latin America or Brazil – the home of the second largest population of blacks in the world.

At the invitation of Judge Lajune Lange and Dr. Antonia Wilcoxon – two prominent African American activists with strong ties to Brazil – the Wilkins Center convened meetings and visits with Dr. Patricia Rufino of the Universidad Federale Espiritu Santo to organize a multi-lingual offering of the 5th World Conference on Remedies to Racial and Ethnic Economic Inequality in the beautiful city of Vitoria, Brasil. The bulk of the organization and logistics was undertaken with excellent efficiency and expert insight by a team of scholars and volunteers at the UFES. With generous support from the Minneapolis Foundation, the St. Paul Foundation, the Medtronic Foundation, and many individual donors, the conference was able to bring together more than 800 participants from most of the continents in the world and 21 different countries.

The current edited volume represents selected papers and speeches from the conference. The four-day conference included workshops for local activists. It included technical research presentations in applied economics, anthropology, public administration, political science, sociology, ethnology and ethnic studies, and educational policy. There were more than 85 concurrent sessions and plenary panels ranging from performance arts to econometrics. All participants came with a





common objective: to discuss and debate public and private strategies for remedying racial and ethnic economic inequalities around the world.

We owe a great debt to Professor Patricia Rufino and her team, Larissa de Albuquerque, Yuri Miguel Macedo, for the careful curation of the works and essays contained here, which reflect the best and most innovative of the presentations at the conference. Future generations will discover in this volume the origins of imaginative solutions and the roots of careful theoretical approaches to address the historical and structural inequalities faced by blacks and other oppressed groups around the world.

PhD. Samuel Myers Jr.

Roy Wilkins Center - University of
Minnesota

PREFÁCIO

Anais da 5ª Conferência Mundial de Combate às Desigualdades Econômicas, Raciais e Étnicas, organizada pela Universidade Federal do Espírito Santo e pelo Centro Roy Wilkins de Relações Humanas para Justiça Social, Faculdade de Relações Públicas Hubert H. Humphrey da Universidade de Minnesota

O Centro Roy Wilkins de Relações Humanas e Justiça Social foi fundado em 1992 na Universidade de Minnesota com o apoio generoso da Fundação Roy Wilkins e mais de 200 doadores individuais e corporativos em homenagem ao ex-presidente e diretor executivo da National Association for the Advancement of

Colored People (NAACP). Uma das missões do Centro Wilkins é promover a compreensão internacional da desigualdade racial e econômica, suas causas, consequências e a promoção do diálogo sobre soluções.

Para cumprir sua missão, o Wilkins Center sediou ou co-organizou quatro conferências internacionais sobre o combate à desigualdade econômica étnica e racial de 1996 a 2012. A primeira conferência foi realizada em Minneapolis em 1996 e atraiu participantes da Grã-Bretanha, Austrália, Canadá, Malásia, Quênia, e estudiosos e pesquisadores de todos os Estados Unidos. A segunda conferência mundial foi co-organizada pela University of South Australia e pela University of Auckland. Foi realizado em Adelaide, Austrália Meridional, no Departamento de Estudos Aborígenes, com uma reunião maori única em Auckland, Nova Zelândia. A terceira conferência internacional foi realizada em Durban, África do Sul, em conjunto com a Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, de agosto a setembro de 2001. A quarta conferência internacional retornou a Minneapolis em 2012 e reuniu acadêmicos e pesquisadores da China, Índia e outras partes da Ásia, África e Europa. Faltando, nas quatro conferências anteriores, houve um envolvimento significativo de estudiosos e ativistas da América Latina ou do Brasil - o lar da segunda maior população de negros do mundo.

A convite da juíza Lajune Lange e da Dra. Antonia Wilcoxon - duas ativistas afro-americanas de destaque com fortes laços com o Brasil - o Wilkins Center convocou reuniões e visitas com a Dra. Patricia Rufino da Universidade Federal do Espírito Santo para organizar uma oferta multilíngue de a 5ª Conferência Mundial de Combate às Desigualdade Econômica Racial e Étnica na bela cidade de Vitória, Brasil. A maior parte



da organização e logística foi realizada com excelente eficiência e conhecimento especializado por uma equipe de acadêmicos e voluntários da UFES. Com o apoio generoso da Fundação Minneapolis, da St. Paul Foundation, da Medtronic Foundation e de muitos doadores individuais, a conferência conseguiu reunir mais de 800 participantes da maioria dos continentes do mundo e 21 países diferentes.

O volume editado atual representa trabalhos e discursos selecionados da conferência. A conferência de quatro dias incluiu workshops para ativistas locais. Incluiu apresentações de pesquisas técnicas em economia aplicada, antropologia, administração pública, ciência política, sociologia, etnologia e estudos étnicos e política educacional. Havia mais de 85 sessões simultâneas e painéis plenários que variavam de artes cênicas a econometria. Todos os participantes tiveram um objetivo comum: discutir e debater estratégias

públicas e privadas para combater as desigualdades econômicas raciais e étnicas em todo o mundo.

Nós temos uma grande dívida com a professora Patricia Rufino e sua equipe, Larissa de Albuquerque, Yuri Miguel Macedo, pela cuidadosa curadoria dos trabalhos e ensaios aqui contidos, que refletem as melhores e mais inovadoras apresentações da conferência. As gerações futuras descobrirão neste volume as origens de soluções imaginativas e as raízes de abordagens teóricas cuidadosas para abordar as desigualdades históricas e estruturais enfrentadas pelos negros e outros grupos oprimidos em todo o mundo.

PhD. Samuel Myers Jr.
*Roy Wilkins Center - University of
Minnesota*



Foto 1: Ph.D. Samuel Myers Jr. - University of Minnesota, Hubert H. Humphrey School of Public Affairs, Faculty Member (E) e Prof. Dr. Reinaldo Centoducatte – reitor da Universidade Federal do Espírito Santo – ano 2018 (D), durante a recepção das comitivas internacionais na Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo.

Foto 2: Teatro Universitário, UFES, durante as atividades do evento.



Foto 03: (Da esquerda para a direita) Prof.ª Dr.ª Nilma Lino Gomes (UFMG), Penha Gaspar (Instituto Prof. Cleber Maciel), Antonia Wilcoxon (Universidade de Minnesota, EUA), Gilberto Batista Campos (Instituto Prof. Cleber Maciel — Vitória, BRA)

Foto 4: Prof. Dr. Reinaldo Centoducatte – reitor da Universidade Federal do Espírito Santo – ano 2018; e a Juíza Lajune Thomas Lange, do International Leadership Institute - USA, durante a recepção das comitivas internacionais na Reitoria da Universidade Federal do Espírito Santo.



Fonte imagens: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (NEAB/UFES).



SÍNTESE DO TRABALHO DESENVOLVIDO

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (NEAB/UFES) faz parte de uma organização institucional das universidades brasileiras, com especificidade para o desenvolvimento de pesquisas e ações voltadas à população negra. Com o importante aceno da Década Internacional de Afrodescendentes, decretado pela ONU 2015-2024, procurou ingressar no Centro Roy Wilkins de Relações Humanas - Universidade de Minnesota (UNM), EUA, para continuar o projeto que mobiliza o mundo contra as desigualdades. A 5ª Conferência Mundial no Brasil, em Vitória, Espírito Santo, foi um marco histórico, considerando as políticas desenvolvidas até 2016, quando ocorreu o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff e a derrubada de políticas públicas para a negritude no Brasil.

A 5ª Conferência Mundial faz parte de um projeto global. No Brasil, a discussão foi adicionada às perspectivas globais do 10º Seminário do NEAB, com o título “Relações étnico-raciais brasileiras: vidas negras importam”, destacando a necessidade de rever políticas para a sobrevivência da população negra.

O plano da 5ª Conferência começou em 2016 e entrou em vigor entre 26 e 29 de Setembro de 2018. Sua articulação e execução foram coordenadas por um comitê interinstitucional e multidisciplinar composto por membros do Instituto de Liderança Internacional Lajune Thomas, Roy Wilkins Center - UNM, NEAB/UFES, Ativistas estatais, Membros do grupo de gestão dos Movimentos Negros representado pelo Instituto Elimu - Prof. Cleber Maciel, por entidades não governamentais, Membros dos Movimentos

Internacionais da Mulher, Membros dos Movimentos Internacionais da Juventude, por professores, estudantes pesquisadores de graduação, pós-graduação das universidades do Brasil e outras comissões internas da UFES.

Foram registradas 675 presenças no sistema de credenciamento, o que garantiu uma audiência para mesas redondas, simpósios temáticos, oficinas, apresentação de pesquisas, exposições artísticas e culturais, apresentação de projetos desenvolvidos em nível nacional e internacional, com foco no enfrentamento das desigualdades e formas de discriminação. A 5ª Conferência também teve vários meios de comunicação, incluindo o *site* de registro e outros *sites* para monitoramento em tempo real. As equipes técnicas contaram com a colaboração da Monomotor Design Projetos para a elaboração do site, uma ação importante para a organização do evento:

[https://5wcorreei.com/;](https://5wcorreei.com/)

<https://www.instagram.com/5wcorreei/?hl=pt;>

<https://www.youtube.com/watch?v=uGS5wJRpqZw>

O programa temático foi amplamente discutido e elaborado, reunindo todas as equipes. Para o desenvolvimento do projeto da 5ª Conferência, os estudantes de graduação das universidades parceiras passaram por treinamento e orientação, adaptando as etapas a serem seguidas durante o referido evento, desde a recepção dos convidados até o conhecimento de toda a proposta. Portanto, treinamos monitores bilíngues e não-bilíngues para melhorar a si mesmos no processo de treinamento e liderança humana.

A Coordenação Geral e Pedagógica atuou no desenvolvimento de todas as equipes, agregando parcerias, auxiliando nas etapas de planejamento estratégico/financeiro de



execução com a organização do Centro Roy Wilkins.

A estrutura técnica incluía: Técnicos de Comunicação, Técnicos de Instalação Eletrônica, Iluminação, Equipe de Instalação Eletrônica, Link dedicado para transmissão remota, Equipamento tecnológico para salas, Equipe de Tradução, Intérpretes de Libras, Coordenação de Monitores, Técnicos de Design Final, Coordenação de Logística de Transporte, Logística de Infraestrutura, Filmagem e Equipe de Fotografia, Coordenação Técnica de Alimentos, Coordenação de Recepção e Festas, Estrutura Geral e Coordenação Pedagógica.

O evento proporcionou a oportunidade de lançar 25 livros brasileiros e estrangeiros. Peças gráficas específicas foram preparadas para o lançamento de livros e organização de mesas de conferência.

Com relação aos trabalhos apresentados, foram distribuídos nos quatro eixos temáticos. Esses eixos foram subdivididos em 28 grupos, com uma média de 04 a 08 trabalhos por eixo.

A organização dos horários dos painéis e atividades foi definida de acordo com a participação de todos os dias: duas mesas pela manhã com duração de 02 horas com 06 palestrantes com vinte minutos para a apresentação de ideias centrais. Os painéis seguiram quatro eixos temáticos da 5ª Conferência: I - Desigualdades Econômicas, II - Desigualdades Educacionais, III - Desigualdades Ambientais, IV - Desigualdades em Saúde. À tarde, foram realizados *workshops* e sessões simultâneas. No total, foram contempladas 08 sessões de painéis no Teatro Central da UFES, os demais teatros e salas receberam as sessões simultâneas. No último dia, foram realizadas sessões

plenárias para a preparação dos documentos finais.

Por fim, contamos a logística estrutural que foi adicionada aos participantes: havia 27 profissionais no Comitê Organizador, 31 profissionais na Equipe Executiva, 36 professores no Comitê Científico, 48 Professores em Mesas Compartilhadas, 96 participantes estrangeiros de várias partes do mundo, no entanto, observamos que nem todas as pessoas são credenciadas, de acordo com a correspondência oficial - correspondência oficial: Main - EV Soft <main@ev-soft.com.br.

Em nossa análise, contando com os diferentes meios de comunicação, jornais, TV, rádio, a 5ª Conferência alcançou uma quantidade de 2.000 pessoas direta e indiretamente envolvidas nas discussões, desde ocupações em hotéis, movimentação em grupos de pesquisa, logística e infraestrutura.

As últimas atividades realizadas foram a festa de confraternização por adesão e sessões plenárias de movimentos sociais. O comitê do partido organizou dois momentos importantes no processo: a recepção dos decanos e a festa de comemoração. A recepção dos decanos foi um momento importante de organização e afinidades políticas do evento. Foi importante destacar a direção política da 5ª Conferência. A festa com os participantes do evento teve o objetivo de reunir os palestrantes e criar uma atmosfera de confraternização entre todas as pessoas, para que, nesse momento de descontração, fosse também proporcionada maior integração. Foi uma excelente festa com os participantes e convidados.

As atividades terminaram com as sessões plenárias dos movimentos sociais no último dia do evento.



Algumas observações importantes sobre os registros de atividades realizadas podem ser entendidas como uma avaliação desse processo: além dos textos, projetos e pesquisas, três documentos elaborados pelo Movimento Nacional Negro, o Movimento Nacional das Mulheres Negras e uma importante Moção de Repúdio à perda de políticas para a população negra, principalmente no Brasil. Como ponto positivo, eu diria que o procedimento administrativo exigiu mais tempo para disponibilizar recursos. Outro ponto a ser observado é que muitos monitores e palestrantes não se credenciaram para o evento.

Como um produto da 5^a Conferência, lançamos estes anais, que reúne os resumos expandidos das pesquisas apresentadas durante os grupos de trabalho. Além de proporcionar um maior intercâmbio entre países, com o trânsito de pesquisadores e outros convites para pesquisas adicionais, o evento proporcionou muitas trocas de conhecimentos. Os ativistas foram fortalecidos, **documentos importantes foram gerados - uma Carta de Denúncia**

SUMMARY OF THE WORK DEVELOPED

The Center for Afro-Brazilian Studies at UFES - NEAB is part of an institutional organization of Brazilian universities, with specificity for the development of research and actions aimed at the black population. With the important nod of the Afro-descendant decade decreed by the UN 2015-2024, it sought to join the Roy Wilkins Center for Human Relations - University of Minnesota (UNM), USA, to continue the project that mobilizes the world against inequalities. The 5th World Conference in Brazil, in Vitória, Espírito Santo, was a historic landmark considering the policies developed until 2016, when we were impeached by then President Dilma

sobre a perda de direitos da população negra no Brasil; um documento sobre reparações por desigualdades contra mulheres negras e um documento da Plenária Final dos Movimentos Negros no Brasil, ambos os documentos publicados pelo Centro Roy Wilkins.

Com esse importante registro, concluímos o relatório da 5^a Conferência sobre Combate às Desigualdades Econômicas Raciais e Étnicas e o 10^o Seminário de Relações Étnico-Raciais Afro-Brasileiras, compreendendo o importante sucesso coletivo dessa magnífica ação.

Prof.^a Dr.^a Patrícia Gomes Rufino Andrade

Presidente do Comitê local da V Conferência Mundial de Combate às Desigualdades Econômicas Raciais e Étnicas e X Seminário Nacional de Educação das Relações Étnico-Raciais Brasileiras – NEAB/UFES: Vidas Negras Importam - Universidade Federal do Espírito Santo

Rousseff and the overthrow of public policies for blackness in Brazil.

The 5th World Conference is part of a global project. In Brazil, the discussion was added to the global perspectives of the 10th NEAB Seminar, with the title Brazilian ethnic-racial relations: black life matters - highlighting the need to review policies for the survival of the black population.

The 5th Conference plan started in 2016 and went into effect between 26 and 29 September 2018. Its articulation and execution was coordinated by an interinstitutional and multidisciplinary committee composed of members of the Lajune Thomas International Leadership Institute, Roy Wilkins Center - UNM,



NEAB, Minnesota State activists and activists, members of the Black Movements management group represented by the Elimu Institute - Prof. Cleber Maciel, by non-governmental entities, Members of the International Women's Movements, Members of the International Youth Movements, by professors, student researchers from undergraduate and graduate academic centers in universities in Brazil and other UFES internal commissions.

675 presences registered in the accreditation system were registered, which guaranteed an audience for round tables, thematic symposia, workshops, presentation of research, artistic and cultural exhibitions, presentation of projects developed at international and national level, with a focus on tackling inequalities and related forms of discrimination. The Conference also had several means of communication, including the registration site and other sites for real-time monitoring. The technical teams counted on the collaboration of Monomotor Design Projetos for the elaboration of the website, an important action for the organization of the event:

[https://5wcorreei.com/;](https://5wcorreei.com/)

[https://www.instagram.com/5wcorreei/?hl=pt;](https://www.instagram.com/5wcorreei/?hl=pt)

<https://www.youtube.com/watch?v=uGS5wJRpqZw>

The thematic program was widely discussed and elaborated, bringing together all the teams. For the development of the Conference project, undergraduate students from partner universities underwent training and guidance, adapting the steps to be followed during the Conference, from the reception of the guests to the knowledge of the entire proposal. Therefore, we train bilingual and non-bilingual monitors to improve themselves in the process of training and human leadership.

The General and Pedagogical Coordination acted in the development of all teams, adding partnerships, assisting in the stages of strategic/financial/execution planning with the Roy Wilkins Center organization.

The technical structure included: Communication Technicians, Electronic installation technicians, lighting, Electronic installation team, Dedicated link for remote transmission, Technological equipment for rooms, Translation Team, Libras Interpreters, Monitors Coordination, Final Design Technicians, Transport Logistics Coordination, Infrastructure Logistics, Filming and Photography Team, Technical Food Coordination, Reception and Party Coordination, General Structure and Pedagogical Coordination.

The event provided the opportunity to launch 25 Brazilian and foreign books. Specific graphic pieces were prepared for the launching of books and organization of conference tables.

Regarding the works presented, they were distributed in the four thematic axes. These axes were subdivided into 28 groups, with an average of 04 to 08 jobs per axis.

The organization of the schedules of the panels and activities was defined according to the participation in every day: two tables in the morning with duration of 02 hours with 06 speakers with twenty minutes for the presentation of central ideas. The panels followed four thematic axes of the Conference: I - Economic Inequalities, II - Educational Inequalities, III - Environmental Inequalities, IV - Inequalities in Health. In the afternoon, workshops and simultaneous sessions were held. In total, 08 panel sessions were contemplated at the Teatro Central da UFES, the other theaters and rooms received the simultaneous sessions. On the last day, plenary sessions were held to prepare the final documents.





Finally, we counted structural logistics that were added to the participants: There were 27 professionals on the Organizing Committee, 31 professionals on the Executive Team, 36 professors on the Scientific Committee, 48 Lecturers at Shared Tables, 96 foreign participants from various parts of the world, however we observed that not all people are accredited, according to official mailing - official mailing: Main - EV Soft <main@ev-soft.com.br.

In our analysis, counting on the different media, newspaper, TV, radio, the Conference reached a quantity of 2,000 people directly and indirectly involved in the discussions, from occupations in hotels, movement in research groups, logistics and infrastructure, as in the others media involved in the process.

The last activities carried out were the celebration party by adhesion and plenary sessions of social movements. The party committee organized two important moments in the process - the reception of the deans and the celebration party. The reception of the deans was an important moment of organization and political affinities of the event, it was important to highlight the political direction of the Conference. The party with the participants of the event had the objective of bringing together the speakers and creating an atmosphere of fraternization among all people, so that, in this moment of relaxation, greater integration was also provided. It was an excellent party with the participants and guests.

The activities ended with the plenary sessions of the social movements on the last day of the event.

Some important observations on the records of activities carried out can be understood as an evaluation of this process: In addition to the texts, projects and research, three

documents prepared by the National Black Movement, the National Movement of Black Women and an important Motion of Repudiation of losses of policies for the black population mainly in Brazil. As a positive point, I would say that the administrative procedure required more time to make resources available. Another point to note is that many monitors and lecturers did not accredit in the event.

As a product of the 5th Conference, we launched these annals, which bring together the expanded summaries of the research presented during the working groups. In addition to providing greater exchange between countries, with the transit of researchers and other invitations for further research, the event provided many exchanges of knowledge. The activists were strengthened, important **documents were generated - a Letter of Denunciation about the loss of rights of the black population in Brazil; a document on reparations for inequalities against black women and a document from the Final Plenary of Black Movements in Brazil, both documents published by the Roy Wilkins Center.**

With this important record, we conclude the report of the 5th Conference on Combating Racial and Ethnic Economic Inequalities and the 10th Afro-Brazilian Ethnic-Racial Relations Seminar, understanding the important collective success of this magnificent action.

Prof.^a Dr.^a Patrícia Gomes Rufino Andrade

Presidente do Comitê local da V Conferência Mundial de Combate às Desigualdades Econômicas Raciais e Étnicas e X Seminário Nacional de Educação das Relações Étnico-Raciais Brasileiras – NEAB/UFES: Vidas Negras Importam - Universidade Federal do Espírito Santo



Foto 9: Parte da plateia no Teatro Universitário - UFES durante o evento. Em destaque, Sr. Marcos Cardoso, militante do Movimento Negro Unificado.



Foto 10: Encontro Estadual das Mulheres Negras, em 29 de Setembro de 2018.



Foto 11: Parte da mesa da Plenária Preparatória do Movimento Negro (da esquerda para direita) Sr.^a Jamilda Alves Rodrigues (IFES-CECUN e Banda de Congo das Paneleiras de Goiabeiras), Sr. Gilberto Campos Batista e Sr.^a Ana Lúcia (Instuto Elimu), no Aditório Manuel Vereza de Oliveira, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas CCJE/UFES, em 29 de Setembro de 2018

Foto 12: Momento de entrega do Prêmio Cida Barreto, durante o jantar de confraternização, realizado no Centro de Conveções de Vitória (ES/Brasil), em 28 de Setembro de 2018. Da esquerda para direita: Angela Myers, Maria Clara Barreto, Patrícia Rufino, Osvaldo Martins de Oliveira, Penha Gaspar e Antônia Wilcoxon.



Fonte imagens: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (NEAB/UFES).



GT SD 019: SAÚDE E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....128
Coordenadores: Prof. Dr. Thiago Nascimento do Prado (UFES) e Especialista Júlio César de Moraes (referência técnica - Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo e Assistente Social em Serviço de Saúde Mental).

INEQUIDADE EM SAÚDE: A RELAÇÃO ENTRE A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE E A TUBERCULOSE.....129
Luisy Soares Melchiedades, Sarah Gonçalves Ribeiro e Laila Ferreira Santos

CORPOS EM RESISTÊNCIA: UMA BREVE ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA, E OS IMPACTOS NA VIDA DE MULHERES NEGRAS.....133
Jéssica Barbosa Vianna

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE SOBRE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE À POPULAÇÃO NEGRA.....138
Rosimary Paula Ferreira Vargas e Michele de Oliveira Sampaio

EPIDEMIOLOGIA DA MORTALIDADE MATERNA DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL, 2008 A 2017.....143
Caroliny Victoria dos Santos Silva, Andressa Gomes Sousa e Luiza Esteves de Melo

ACESSO AO ATENDIMENTO DE PUERICULTURA NAS REGIÕES NORDESTE E SUL DO BRASIL.....149
Andréia Soprani dos Santos, Suele Manjourany Silva Duro, Nagela Valadão Cade, Elaine Tomasi e Luis Augusto Facchini

ACOLHIMENTO E ORIENTAÇÃO PSICOLÓGICA A ESTUDANTE DO ENSINO MÉDIO: PREVENÇÃO E CUIDADO EM SAÚDE.....154
Daise Margarete Venturin Teixeira, Tiffany Ferraz Bolzani, Lorryne Ismael de Souza e Isabelle Santos Eleoterio

GT SD 020: VIOLÊNCIA E SAÚDE.....159
Coordenadoras: Prof.^a Dr.^a Susana Bubach (UFES) e Prof.^a Esp. Rita de Cássia Vasconcelos da Costa (FIOCRUZ)

IMPLICAÇÕES DO RACISMO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: RELATOS DE MULHERES NEGRAS NO MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS-BA.....160
Jean Cristina Carneiro Rios e Milton Ferreira da Silva Junior

FATORES DE RISCO CARDIOVASCULARES EM POPULAÇÃO QUILOMBOLA.....164
Ana Alice Dias de Castro Luz e Susana Bubach

LAQUEADURA E O DIREITO DE ESCOLHA DA MULHER.....168
Luciana Dezan Bertollo

MULHER QUILOMBOLA E PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO DO ÚTERO.....173
Jerusa Araújo Dias, Thaís Verly Luciano, Lilita Cruz Spano e Angélica Espinosa Miranda



VIVÊNCIAS DE VIOLÊNCIA ENTRE ADOLESCENTES RURAIS QUILOMBOLAS E NÃO QUILOMBOLAS DO SEMIÁRIDO BAIANO.....177

Etna Kaliane Pereira da Silva e Danielle Souto de Medeiros

DIVERSIDADE ÉTNICA BRASILEIRA: VALORIZAÇÃO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO INDÍGENA, UMA REVISÃO DA LITERATURA.....183

Andressa Gomes Sousa, Carolyn Victória dos Santos Silva, Luiza Esteves de Melo

EIXO TEMÁTICO IV - DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO.....188

GT ED 024: AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS.....189

Coordenadores: Prof. Dr. Ahyas Siss (UFRRJ), Prof. Dr. Otair Fernandes de Oliveira (UFRRJ) e Prof. Dr. Ricardo Dias da Costa (UFRRJ)

SISTEMA DE COTAS: COMO POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO GARANTIRAM A INCLUSÃO DE NEGROS NO ENSINO SUPERIOR?.....190

Monnique Greice Malta Cardoso, Yuri Miguel Macedo e Patrícia Gomes Rufino Andrade

AS POLÍTICAS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE.....198

Adriana de Medeiros Marcolano Thebas e Regina Godinho de Alcântara

MULHER NEGRA NA DOCÊNCIA SUPERIOR EM DIREITO.....203

Luciana Dezan Bertollo

INIQUIDADES DA SAÚDE, RACISMO E RACISMO INSTITUCIONAL: EXPERIÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE DISCIPLINAS ELETIVAS ACADÊMICAS EM UMA FACULDADE DE MEDICINA.....207

Fabrício de Medeiros Melo, Jorge Luís de Souza Riscado e Maria Inez Montagner

PRONI: A PROBLEMÁTICA DA DESIGUALDADE SOCIAL E DO ACESSO ÀS UNIVERSIDADES PRIVADAS DO CURSO DE DIREITO.....210

Sirval Martins dos Santos Júnior

O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: REPENSANDO AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR.....215

Vanessa Oliveira De Azevedo Rocha e Ahyas Siss

GT ED 025: CULTURAS E EDUCAÇÃO: POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....219

Coordenadoras e coordenador: Prof.^a Dr.^a Claudete Beise Ulrich (Faculdade Unida de Vitória), M.^a Arlete Maria Pinheiro Schubert e Prof. Dr. Erineu Foerste (UFES)

TERRITÓRIOS EDUCATIVOS: SUJEITOS, SABERES E PRÁTICAS.....220

Arlete Maria Pinheiro Schubert, Giovana Barbosa da Silva e Jandira Marquardt Dettmann

CIÊNCIAS E SABERES QUILOMBOLAS NA ESCOLA ESTADUAL TEREZA CONCEIÇÃO DE ARRUDA – COMUNIDADE MATA CAVALO – NOSSA





A ARTE AFRICANA NO COTIDIANO DAS COMUNIDADES ESCOLARES: NARRATIVAS E SILÊNCIOS.....284

Agnaldo Neiva

O (NÃO) DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA PARA CORPOS PRETOS, POBRES E PERIFÉRICOS.....290

Jéssica Barbosa Vianna

ABAYOMI.....295

Eduarda Rossana de Oliveira

A IDEALIZAÇÃO DA IMAGEM DO NEGRO NO AMBIENTE ESCOLAR.....300

Thaynara Silva Oliveira, Gerda Margit Schütz Foerste e Elizabeth Detone Faustini

GT ED 028: RELAÇÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PESQUISAS, PRÁTICAS E CONSTRUÇÃO DE SABERES.....305

Coordenadora e coordenador: Prof.^a Dr.^a Ines de Oliveira Ramos (UFES) e Esp. Yuri Miguel Macedo

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA NO CENÁRIO BRASILEIRO.....306

Ivan Almeida Rozario Júnior

ME EMPRESTA SEU LÁPIS COR DE PELE? UM ESTUDO DE CASO SOBRE O EMBRANQUECIMENTO NA EDUCAÇÃO.....311

Alinny Rodrigues Emerich, Joel Almeida Neto e Edmar Reis Thiengo

CRIMINOLOGIA E RACISMO: O DIÁLOGO CENTRO-MARGEM.....316

Rayane Marinho Rosa e Sandro Jose da Silva

KARINGANA WA KARINGANA: A HISTÓRIAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....321

Ananda da Luz

SAUDADE É ARRUMAR O QUARTO DO FILHO QUE JÁ MORREU: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE FAMILIARES DE ATINGIDOS PELA VIOLÊNCIA DOS GRUPOS DE EXTERMÍNIO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO..... 325

Luizane Guedes Mateus

UM COMEÇO DE VIDA: DEPOIMENTO BIOGRÁFICO DA EXCLUSÃO ECONÔMICA, RACIAL E ESCOLAR DO JORNALISTA BRASILEIRO, RAYMUNDO SOUZA DANTAS.....330

Deane Monteiro Vieira Costa

GT ED 029: EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....335

Coordenadoras: Prof.^a Dr.^a Miriã Lúcia Luiz (UFES) e Prof.^a Dr.^a Simone Silva Alves (UNIPAMPA)

ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS/AS NO EXTREMO SUL DO PAÍS.....336



Coordenadoras e coordenador: Prof.^a M.^a Mariana Fernandes dos Santos (IFBA), Prof.^a M.^a Eliana Costa Sausmickt (IFBA) e Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Fernandes - Alexandre Osaniyi (IFBA)

EDUCAÇÃO FÍSICA E A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: O ESTADO DA ARTE NAS REVISTAS BRASILEIRAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....612
José Luiz dos Anjos, Pamela Tavares Monteiro e Yane Ferreira da Ressurreição

A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO CURRÍCULO OU COMO A ESCOLA LIDA COM O BULLYING HOMOFÓBICO?.....617
Kildilene Carvalho Matos Mota, Érico Ricard Lima Cavalcante Mota

GT ED 042: AÇÕES E PROJETOS DE ETNODESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS BRASILEIRAS.....622
Coordenadoras e coordenador: Prof.^a Dr.^a Cleyde Rodrigues Amorim (UFES), Bela. Rosa Maria de Oliveira e Sr. Sandro Cabral Silva – Sandro D’Jagun (Prefeitura Municipal de Cariacica/ES - Gerência de Igualdade Racial)

MEMÓRIAS AFRO-DIASPÓRICAS E UMBANDA: CALUNDUS, KIMBANDAS E MANDINGAS.....623
Maria Sampaio do Nascimento

CANDOMBLÉ E SUAS PRÁTICAS CULTURAIS: PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS ESCOLARES QUE CONTEMPLAM AS DIFERENÇAS.....628
Claudia Braga Maia

OS SABERES QUE AS CRIANÇAS CONSTROEM DENTRO DO TERREIRO DE CANDOMBLÉ E SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA.....633
Maxsuel Quenil Pimentel Rodrigue e Yuri Miguel Macedo

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA ANCESTRALIDADE PARA CRIANÇAS EM TERRITÓRIO SAGRADO.....638
Fábio Rodrigo Penna

GT ED 043: AFRICANIDADES, EDUCAÇÃO E ENSINO DE MATEMÁTICA.....644
Coordenador: Prof. Dr. Gustavo Henrique Araujo Forde (UFES)

PRÁTICAS EDUCATIVAS COM O JOGO AWALÉ: RESGATE, VALORIZAÇÃO E AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE AFRO-BRASILEIRA.....645
Joelma dos Santos Rocha Trancoso, Yuri Miguel Macedo, Antonio Henrique Pinto e Edna Castro de Oliveira

OS SABERES E FAZERES DE UM GRUPO PERCUSSIVO, SUA INTERAÇÃO COM A ESCOLA PÚBLICA E O COMBATE ÀS DESIGUALDADES ÉTNICO-RACIAIS.....651
Luiz Claudio da Silva





AFRICANIDADES, POPULAÇÃO NEGRA E ENSINO DE MATEMÁTICA.....656
Henrique Antunes Cunha Júnior, Gustavo Henrique Araujo Forde, Leandra Gonçalves dos Santos

GT ED 046: EDUCAÇÃO E SABERES.....661
Coordenadores: Prof. Dr. Renato Nogueira (UFRRJ) e Adriano Albertino da Vitória (SINDIUPES)

PROJETO "JOVENS EMPREENDEDORES PRIMEIROS PASSOS" E A EDUCAÇÃO DA FINLÂNDIA: ANÁLISE COMPARATIVA.....662
Madalena Santana Gomes e Angela Maria Caulyt Santos da Silva

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS DISCURSOS DOS PROFESSORES DA AMAZÔNIA BRAGANTINA.....667
Ketno Lucas Santiago e Francisco Pereira Smith Júnior

GT ED 047: DIREITO E EDUCAÇÃO.....672
Coordenadora: Bela. Rayane Marinho Rosa

O TRATAMENTO DESIGUAL ENTRE TELETRABALHADORES E TRABALHADORES PRESENCIAIS IMPLEMENTADO PELA REFORMA TRABALHISTA.....673
Francisca Jeane Pereira da Silva Martins

RACISMO ESTRUTURAL E ENCARCERAMENTO EM MASSA DA JUVENTUDE NEGRA.....678
Dandara Dara Mahusi Dias de Freitas

A SELETIVIDADE NO ENCARCERAMENTO DOS JOVENS NEGROS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....684
Jose Antonio de Souza Gomes

O JUDICIÁRIO BRASILEIRO E A PROMOÇÃO DA (DES)IGUALDADE NO DIREITO DE ACESSO À SAÚDE.....689
Paulo Higor Fontoura Moreira e Margareth Vetis Zaganelli



EIXO TEMÁTICO I – DESIGUALDADES ECONÔMICAS



GRUPO DE TRABALHO EC 001

O BOM VIVER E O BOM COMBATE: ENFRENTAMENTOS AO RACISMO NOS PROJETOS ECONÔMICOS NO SUL GLOBAL

Coordenadores:

Prof. Dr. Sandro José da Silva (UFES)
Prof. Dr. Spensy Kmitta Pimentel (UFSB)



entrevistas con los miembros de las asociaciones de recolectores de materiales reciclables de Vitória-ES, se investigan las principales consecuencias de estos procesos en la realidad social de estos trabajadores.

Palabras clave: catadores de materiales reciclables; exclusión social; el estigma; capitalism.

Nos últimos oito anos, tomando como como parâmetro a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010), as associações de catadores de materiais recicláveis ganharam força, o que pode ser observado pelo número de entidades criadas, em especial, no município de Vitória-ES (Brasil). Tal situação pode ser atribuída, dentre outros fatores, ao poder de articulação adquirido pelos próprios catadores, os quais vislumbraram a organização coletiva de trabalho como algo além de uma fonte geradora de renda, mas como uma forma de potencialização de direitos e de inclusão social.

Neste estudo, foi utilizado o método dialético, uma vez que se pretendeu realizar uma pesquisa criadora, mas não uma simples captação passiva da realidade de modo a se tentar chegar o mais próximo possível de uma resposta sobre a visão dos catadores acerca das consequências dos fenômenos da exclusão e da estigmatização social na sua realidade social.

Realizou-se, neste sentido, a pesquisa na modalidade participante, a qual se caracteriza pela interação entre a pesquisadora e os membros das associações de catadores de materiais recicláveis do Município de Vitória-ES: Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória (ASCAMARE) e Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória (AMARIV). Num período de aproximadamente dois meses (26/05/2015 a 21/07/2015), realizou-se uma participação ativa junto a cada associação sendo que o trabalho teve como objetivo compreender o lugar de fala dos membros de ambas as associações. Além da observação participante, efetuou-se uma análise qualitativa e quantitativa por meio de entrevista semiestruturada aplicada num total de trinta e cinco catadores associados.

Em primeiro lugar, é necessário distinguir o modelo econômico capitalista do seu principal opositor, o socialismo, por meio de suas principais características. A primeira delas se refere à necessidade de transformação dos produtos em mercadorias e, inclusive, o próprio trabalhador – detentor de sua força de trabalho – quando é obrigado a vendê-la, para conseguir o seu sustento. Isso porque ao término de um processo produtivo, gera-se um produto que não necessariamente terá valor de mercado, por isso a necessidade de transformá-lo em mercadoria, ou seja, agregar valor para colocá-lo no mercado a fim de ser consumido.



Vislumbra-se, desta forma, um sistema econômico que, na sua essência, utiliza-se de um processo de exploração por parte daqueles que se apresentam como os “capitalistas” e detêm os meios de produção sobre aqueles que, em busca da própria sobrevivência e, muitas vezes, de sua família, apresentam-se como mão-de-obra produtiva e submetem-se ao trabalho que lhe é ofertado. Estabelece-se esse processo exploratório na medida em que, de um lado, há os que trabalham para produzir determinada mercadoria – que num primeiro momento não lhe pertence² – para que de outro, os que não participaram desse processo produtivo intitulem-se donos dessas mercadorias e, por meio de sua venda, arrecadem, além do valor despendido com a matéria-prima e com a mão-de-obra, uma taxa excedente.

Dentre as várias consequências do capitalismo, que vão muito além do seu principal produto (geração de mais-valia) e que impactam a própria estrutura social, pode-se citar a desigualdade social, as lutas de classe e a pobreza. A partir da manifestação das consequências desses fenômenos nas relações sociais constituídas nas sociedades capitalistas, identifica-se – como um subproduto do capitalismo – a exclusão social, que se constitui – dentre outros fatores – principalmente pelos contornos do modelo capitalista.

Diante desta situação, identifica-se que o fator econômico – acarretado pela adoção do capitalismo – foi preponderante para o surgimento de dois tipos de exclusão: por um lado, aqueles indivíduos que buscaram o setor informal como meio de sobrevivência e por outro, aqueles que ficaram desempregados. Isso significa que estar no setor informal também é uma espécie de exclusão na medida em que foge do trivial da lógica capitalista, ou seja, o capitalista que compra a força de trabalho do indivíduo.

A partir dessa exposição dos aspectos determinantes existentes na lógica do sistema capitalista e que são fundamentais para o surgimento ou mesmo aumento do fenômeno da exclusão social, imperioso destacar as considerações de Boaventura de Sousa Santos acerca dos problemas enfrentados pela sociedade capitalista avançada. Segundo o aludido autor, “[...] se a sociedade contemporânea, sobretudo a capitalista avançada, defronta algum problema fundamental, ele é antes de todos o problema de não ser possível pensar os problemas fundamentais” (SANTOS, 2003, p. 285). E ele conduz a sua explicação no sentido de apontar que “a sociedade de consumo, a cultura de massas e a revolução da informação e

² Utiliza-se a expressão “num primeiro momento”, porque é possível que após a ida da mercadoria para as prateleiras dos estabelecimentos, os seus produtores possam adquiri-la e, com isso, tornar-se “dono” desses produtos.



da comunicação superficializou tanto as condições de existência como os modos de pensar” (SANTOS, 2003, p. 285).

Assim, destaca-se que a exclusão social, em especial, essa faceta do fenômeno acarretada pelo desenvolvimento do capitalismo como modelo econômico e de organização social – que constitui nosso objeto de análise – pressupõe, além dos impactos desse sistema econômico, um processo ainda maior sobre a identidade do indivíduo, qual seja a estigmatização. Em contribuição para a segregação daquele indivíduo considerado “diferente” pelos demais integrantes da sociedade, Goffman, ao expor o significado do termo “estigma” desde os gregos, passando pelo Cristianismo e avançando para os dias atuais, nos leva a concluir que todos os conceitos giram em torno de uma discrepância entre o que ele chama de identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 1980, p. 12), ou seja, quando as características que esperamos que a pessoa assuma distinguem-se daquelas que ela realmente possui.

Com base nessa lógica de exclusão e estigmatização social, evidencia-se que a comunidade desenvolve certo sistema de controle, o qual é responsável por categorizar todos os indivíduos que a ela pertencem. Isto ocorre por meio da diferenciação entre as pessoas em decorrência de suas características físicas, personalidade, qualidades, valores e posições de poder. Essa divisão da sociedade em grupos é que contribui para o surgimento do estigma, antes mencionado, pois se o indivíduo detém uma característica muito discrepante daquilo que já foi previamente convencionado, ele é estigmatizado, rotulado, estereotipado, marginalizado e, por conseguinte, deve ser afastado dos demais classificados como “semelhantes”.

À luz do conceito de Santos e dos seus ensinamentos, é possível depreender que aquilo que é considerado tradicional e, por sua vez, hegemônico habita “este lado da linha” sendo, deste modo, visível. Em contrapartida, àquilo que foge aos padrões tradicionais, relega-se tão somente o “outro lado da linha” e, por conseguinte, torna-se inexistente, logo invisível. Entende-se que esta separação pode ser atribuída a pessoas, a conhecimentos, bem como a formas alternativas de trabalho, como o mercado informal e aquelas alternativas ao sistema capitalista – que por ora nos interessam. São classificadas, assim, como experiências contra-hegemônicas, uma vez que foram construídas sobre bases diversas daquelas que sempre preponderaram.



5th THE WORLD CONFERENCE ON REMEDIES TO RACIAL & ETHNIC ECONOMIC INEQUALITY

5^ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES ECONÔMICAS RACIAIS & ÉTNICAS

26 — 29 . SETEMBRO . 2018 *** UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO ***** VITÓRIA ***** BRAZIL**

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.



O DEBATE SOBRE A POBREZA, DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO/ BRASIL

THE DEBATE ON POVERTY, SOCIAL INEQUALITY AND EDUCATION IN ESPÍRITO SANTO/ BRAZIL

EL DEBATE SOBRE LA POBREZA, DESIGUALDAD SOCIAL Y EDUCACIÓN EN EL ESPÍRITU SANTO/ BRASIL

Hadassa da Costa Santiago Bremenkamp³

Renata Duarte Simões⁴

RESUMO: Ao partir da perspectiva em que a pobreza e a desigualdade social são constituídas como produto das relações históricas e sociais (MARX, 2006 apud DUARTE, 2013), este trabalho emerge com o objetivo de compreender as relações vivenciadas pelos profissionais da educação pública com a pobreza, considerando que atuam, diretamente, na formação de crianças pobres e extremamente pobres (FREIRE, 1996; ARROYO, 2017). A partir da metodologia da Pesquisa Participante, desenvolvemos um espaço formativo para esses profissionais no município de Cariacica/ES/Brasil e propusemos a elaboração de um memorial reflexivo com o foco na pobreza em âmbito pessoal e profissional. As análises realizadas evidenciaram que a maioria desses profissionais possuiu/possui aproximação com a situação de pobreza e desigualdade social. Assim, torna-se extremamente relevante pensar a formação desses sujeitos de maneira mais ampla, na qual considera-se o impacto social que podem causar na educação de alunos e alunas de escolas públicas brasileiras.

Palavras-chave: Pobreza; Desigualdade social; Profissionais da educação; Formação.

ABSTRACT: From the perspective that poverty and social inequality are constituted as the product of historical and social relations (MARX, 2006 apud DUARTE, 2013), this work emerges with the objective of understanding the lived relations by public education professionals with poverty, considering that they act directly, in the formation of poor and extremely poor children (FREIRE, 1996; ARROYO, 2017). Based on the methodology of the Participating Research, we developed a training space for these professionals in the city of Cariacica/ES/Brazil and proposed the elaboration of a reflective memorial with a focus on personal and professional poverty. The analysis showed that most of these professionals had/ have an approximation to the situation of poverty and social inequality. Thus, it becomes extremely relevant to think about the formation of these subjects in a broader way, in which it is considered the social impact they can cause in the education of students of public Brazilian schools.

Keywords: Poverty; Social Inequality; Education Professionals; Formation.

RESUMEN: A partir de la perspectiva donde la pobreza y la desigualdad social están constituidas como producto de las relaciones históricas y sociales (MARX, 2006 apud DUARTE, 2013), este trabajo emerge con el objetivo de comprender las relaciones vivenciadas por los profesionales de la educación pública con la pobreza, considerando que actúan directamente en la formación de niños pobres y extremadamente pobres (FREIRE, 1996; ARROYO, 2017). A partir de la metodología de la Investigación Participante, desarrollamos un espacio formativo para esos profesionales en el municipio de Cariacica/ES/Brasil y propusimos la elaboración de un memorial reflexivo con el foco en la pobreza en ámbito personal y profesional. Los análisis realizados evidenciaron que la mayoría de estos profesionales poseía/tiene aproximación con la situación de pobreza y desigualdad social.

³Mestranda em Educação, Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Cariacica/ES, Brasil, hadassabremenkamp@hotmail.com.

⁴Doutora em História e Historiografia da Educação, Professora Adjunta do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, Brasil, renasimoes@hotmail.com.



Así, resulta extremadamente relevante pensar la formación de estos sujetos de manera más amplia, donde se considera el impacto social que pueden causar en la educación de estudiantes de escuelas públicas brasileñas.

Palabras clave: La pobreza; Desigualdad Social; Profesionales de la Educación; Entrenamiento.

O presente trabalho busca compreender as relações vivenciadas pelos profissionais da educação pública com a pobreza, considerando que atuam, diretamente, na formação de crianças pobres e extremamente pobres. A pobreza tem sido imposta aos sujeitos que têm sido vítimas da desigualdade social de forma cada vez mais bruta e desrespeitosa.

Partimos de uma concepção em que a pobreza não é o motivo da desigualdade social. Consideramos que ela é um produto das relações desiguais que permeiam o desenvolvimento histórico e social da humanidade. Defendemos, assim, uma compreensão socialista da pobreza, pautada nos escritos de Marx e Engels:

[...] a pobreza como inexorável na sociedade capitalista, fruto da dinâmica de produção que opõe capital e trabalho. Ao ilustrar a lei geral da acumulação, Marx (2006) demonstra que o proletariado vai, a cada período, sendo mais explorado e menos remunerado por seu trabalho. Tal fato faz com que proliferem, no seio da sociedade, camadas miseravelmente pagas que vivem em situação de pobreza e miséria (MARX, 2006 apud DUARTE, 2013, p. 71).

Dessa forma, o currículo organizado nas instituições escolares precisa estar voltado para essa questão. Falar sobre a pobreza, no âmbito escolar, não contribui para que diminua a quantidade de pobres em nossa sociedade, todavia, é imprescindível que a escola viabilize a discussão sobre a temática enquanto resultado dos processos históricos. Arroyo (2017) destaca a necessidade dessa discussão:

[...] é preciso colocar a pobreza no centro dos currículos de formação dos profissionais e como núcleo estruturante dos conhecimentos [...] Aos docentes não basta entender que a experiência da pobreza condiciona os processos de aprender, de letramento, mas compreender algo mais radical à função docente-educadora: como a pobreza rouba a humanidade de milhões de crianças, adolescentes, jovens, adultos que vão às escolas e quais artes pedagógicas podem ser utilizadas a fim de recuperar essa humanidade (ARROYO, 2017, p. 151, 155-156).

Logo, a prática pedagógica, preocupada em realizar um trabalho concreto, precisa ir ao encontro dos determinantes sociais, para contextualizar a desigualdade social em todas as suas facetas. Assim, é necessário que nossas escolas estejam voltadas para essa concepção de educação crítica, humanizadora e que viabilize a desocultação da realidade. “Desocultação na qual o homem existencialize sua real vocação: a de transformar a realidade” (FREIRE, 1969, p. 128). Esta tem se colocado como natural e imutável àqueles que têm sido vítimas do



sistema capitalista e que tem, a cada dia, contribuído para ampliação da situação de pobreza e desigualdade social.

A partir desses pressupostos, enquanto parte de pesquisa de Mestrado Profissional em Educação na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Cariacica/ES/Brasil, proporcionamos uma ação formativa aos profissionais da educação da rede de ensino sobre as questões históricas e sociais da pobreza, visando à articulação do currículo com a prática pedagógica desses profissionais.

Com um número inicial de 93 cursistas matriculados e 68 frequentes, iniciamos o curso com um grupo de profissionais da educação bem diversificado.⁵ Desenvolvemos a pesquisa participante para atuar nessa realidade, em que foi possível “[...] uma prática coletiva, onde o processo e os resultados da pesquisa são geradores de conhecimentos capazes de empoderar os sujeitos da pesquisa, proporcionando aprendizados e sentidos novos também para o pesquisador” (STRECK; ADAMS, 2011, p. 490).

Durante o Curso, houve a proposta da produção de atividades relacionadas aos debates promovidos nos encontros e, uma delas, foi a produção de um memorial onde eles poderiam relatar e descrever as suas vivências para retomarem suas memórias e reconhecerem a influência da pobreza em suas trajetórias pessoal e profissional. A partir da análise desse material, chegamos aos seguintes dados, tabulados abaixo:

Tabela 01 – Profissionais da educação em relação com a pobreza

Relação com a pobreza no âmbito pessoal			Relação com a pobreza no âmbito profissional		
<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Não relatou</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Não relatou</i>
61,76%	17,64%	20,58%	73,53%	1,47%	25%

Fonte: produzida pelas autoras na pesquisa realizada durante o Curso de Extensão “A prática pedagógica e o currículo na discussão da pobreza no ensino fundamental” (2018).

Conforme dados expostos, podemos observar que expressiva parcela dos profissionais que participaram da pesquisa vivenciou/vivencia relações com a pobreza. Abaixo, seguem alguns relatos dos cursistas para ampliar a nossa percepção:

⁵ Professores (51), pedagogos (15), técnicos pedagógicos (11), coordenadores (06), professor de educação especial (04), diretores (02), educadora social (01) e profissionais que não especificaram a função (03).



Nessa perspectiva, a educação cumprirá plenamente com o importante papel que exerce na vida dos sujeitos que frequentam as escolas públicas, aqueles que têm lutado diariamente contra a discriminação e preconceito exercidos pela sociedade. Estaremos cada vez mais perto desse objetivo na medida em que os profissionais da educação desenvolvam essa consciência crítica de que é necessário considerar a pobreza em seu caráter histórico e social e, portanto, possível de mudanças.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Algumas questões sobre educação e enfrentamento da pobreza no Brasil (Miguel G. Arroyo entrevistado por Ana Maria Alves Saraiva). **Em Aberto**. Brasília, v. 30, n. 99, p. 147-158, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/3253/pdf>. Acesso em 16 de abril de 2018.

DUARTE, N. S. Uma crítica da relação entre educação e pobreza. In: YANNOULAS, S. C. **Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada**. Brasília: Liber Livro, 2013.

FANFANI, E.T. Notas sobre la construccion del trabajo docente In CUNHA, C.; SOUSA, J.V.; 2009.

FREIRE, P. Papel da Educação na Humanização. **Rev. Paz e Terra**, Nº 09, p. 123-132, out. 1969. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/1127/1/FPF_OPF_01_0003.pdf. Acesso em 19 de março de 2018.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, Coleção leitura. 1996.

STRECK, D. R. ADAMS, T. Uma prática de pesquisa participante: análise da dimensão social, política e pedagógica. **Revista Educação Pública**. Cuiabá v. 20 n. 44 p. 481-497 set./dez. 2011.



DESIGUALDADES ECONÔMICAS, ESTRUTURALIDADE DO RACISMO E JUSTIÇA SOCIAL – CONSTRUINDO CAMINHOS PARA SUPERAÇÃO

ECONOMIC INEQUALITIES, STRUCTURALITY OF RACISM AND SOCIAL JUSTICE - BUILDING PATHS TO OVERCOMING

DESIGUALDADES ECONÓMICAS, ESTRUCTURALIDAD DEL RACISMO Y JUSTICIA SOCIAL: CONSTRUYENDO CAMINOS PARA SUPERAR

Edson Bomfim dos Santos⁶
Camila Tobio Emerich⁷

RESUMO: O trabalho aponta um momento histórico de crises de diversas ordens ao redor do mundo que indicam o recrudescimento das desigualdades e do racismo. Tendo em vista estarmos em plena Década Internacional de Afrodescendentes proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU), este trabalho se propõe a discutir elementos e teorias que tratem da imbricação do capitalismo com uma estrutura racista, além do colonialismo na produção e manutenção das desigualdades a nível mundial. Ou seja, da sustentação do capitalismo em estruturas racistas e de outras assimetrias como as relacionadas a gênero, a sexualidade e muitas mais. Discorre ainda sobre as implicações dessa leitura, que demandaria outras políticas de organização que, baseadas no conceito de Justiça Social, caminhem para a efetiva reparação da comunidade negra e afrodescendente no Brasil e no mundo. O trabalho busca trazer os elementos relevantes para isso, que considera a importância da afirmação de uma pluriethnicidade e do princípio de consideração igualitária.

Palavras-chave: Estruturalidade do racismo; Economicismo; Justiça social.

ABSTRACT: The work points to a historical moment of crisis of diverse orders around the world that indicate the intensification of inequalities and racism. Since we are in the midst of the International Decade of African Descendants proclaimed by the UN, this paper proposes to discuss elements and theories that deal with the entanglement of capitalism with a racist structure, besides colonialism in the production and maintenance of inequalities worldwide. That is, the support of capitalism in racist structures and other asymmetries such as those related to gender, sexuality and many more. It also discusses the implications of this analysis, which would require other organizational policies that, based on the concept of Social Justice, will work towards the effective reparation of the black and Afrodescendant community in Brazil and in the world. The work seeks to bring the relevant elements to this, considering the importance of affirming a plurality and the principle of egalitarian consideration.

Keywords: Structural racism; Economism; Social justice.

RESUMEN: El trabajo apunta a un momento histórico de crisis de diferentes órdenes en todo el mundo que indican el aumento de las desigualdades y el racismo. Teniendo en cuenta que estamos en medio del Decenio Internacional de las personas de ascendencia africana proclamado por las Naciones Unidas (ONU), este trabajo tiene como objetivo discutir elementos y teorías que abordan la imbricación del capitalismo con una estructura racista, además del colonialismo en la producción y el mantenimiento de las desigualdades. en todo el mundo Es decir, el apoyo del capitalismo en estructuras racistas y otras asimetrías como las relacionadas con el género, la sexualidad y muchas más. También discute las implicaciones de esta lectura, que requeriría otras políticas organizacionales que, basadas en el concepto de Justicia Social, avancen hacia la reparación efectiva de la comunidad

⁶ Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Pesquisador Autônomo: Núcleo de Estudos em Transculturização, Identidade e Reconhecimento -NETIR / UFES. Vitória/ES – Brasil. E-mail: bomfim_edson@hotmail.com.

⁷ Graduanda em Psicologia (bacharelado). Universidade Federal do Espirito Santo – UFES. Vitória/ES – Brasil. E-mail: camilaemmerich@hotmail.com.



Com isso, situamos os principais sustentáculos da manutenção desse panorama. Apontamos a tríade: economicismo, colonialidade do pensamento e racismo e suas imbricações. Destacamos que essa tríade se move em função do imperialismo, onde se percebe que a democracia dita existente nos países de terceiro mundo dá lugar à plutocracia ou o poder do dinheiro, sendo que as decisões tomadas são sempre em função deste, não considerando apenas o papel das elites locais, mas principalmente do grande imperialismo gestado e gerenciado pelas multinacionais.

Ainda, os sentimentos de não pertencimento das nossas elites se confundem com o seu anseio de hegemonismo étnico-racial, em que revivem conceitos eugenistas de superioridade racial. Assim sendo, a transculturação de modelos societários e padrões de vida das sociedades europeias e estadunidenses são reproduzidos mesmo porocamente com o intuito de se manterem como setor hegemônico.

Junto disso está a colonialidade do pensamento, conceito que damos para as práticas que caminham para escamotear e manipular a própria realidade local, o seu passado histórico e a sua própria conjuntura. Desvincula-se a presença histórica do escravismo com a atualidade das condições de vida da comunidade negra, desmemorizando e imediatizando debates sem o necessário viés dialético. Assim, encontramos parte significativa das comunidades negras envoltas apenas a sua sobrevivência imediata, quer seja por uma não consciência crítica ou pela necessidade de atendimento dos seus interesses pessoais ou mesmo imediatos, se encontram desvinculados das lutas de transformações político-sociais da sua própria comunidade. Culminando com o racismo, que em via de regra é individualizado, desvinculando assim do seu viés estrutural, o que significa de imediato a não responsabilização do Estado e mesmo dos diversos organismos internacionais com a sua existência e manutenção.

Neste sentido, está explícita a necessidade de redirecionamento da luta antirracista, deslocando-se do eixo da individuação para o eixo estrutural. Não apenas dessa luta, mas de todas as opressões que sustentam o capitalismo e que constata a não existência de justiça social. Tal constatação não se limita diretamente aos países, mas se refere também ao interior das organizações internacionais. Essas, como a ONU – e suas filiadas, se limitam a análises superficiais de indicadores sem que apresentem um programa mínimo de justiça social e ao qual os países estejam ligados.



llega a ser entendido como un rasgo diacrítico de la comunidad en la cual su delimitación resignifica el territorio. La metodología es apoyada por el enfoque cualitativo y los principios de la Investigación de Acción, honrando la historicidad de las narraciones de los sujetos, llevándolos a apropiarse de las historias de sus precursores y comprender las suyas. Dialogamos con SANTOS (2007) los supuestos de emancipación social, BARTH (2000) la formación del grupo étnico, HALL (2006) en el proceso de formación de identidad, BAUMAN (2003) las relaciones establecidas en las comunidades, entre otros. Los resultados sugieren que las culturas locales influyen en el proceso de globalización y la solidaridad comunitaria como fundamental para la consolidación y emancipación de la identidad.

Palabras clave: Grupo Étnico; La emancipación; Lugar; Comunidad.

INTRODUÇÃO

O presente escrito vem abordar sobre o processo de pesquisa de mestrado em curso, objetivando analisar as relações sociais do grupo de Jongo de São Benedito Sol e Lua de Anchieta/ES numa perspectiva de grupo étnico na (re)construção de seu território. Sendo recorte de uma dissertação de Mestrado Profissional em Educação a pesquisa se justifica por emergir a conjuntura local vivida pelos partícipes dessa prática cultural e seus enfrentamentos nos espaços de poder na busca por emancipação da pretensa imposição de convicções defendida por outros grupos étnicos que com ele estabelece limite.

Constituído em 2001, o grupo tem na liderança de mestre Hudson Antunes a base para atuar no contexto da comunidade jogueira de Anchieta/ES. Segundo ele, pratica o jongo desde criança, tendo iniciado por volta dos 14 anos de idade. Hoje aos 59 anos, é mestre há aproximadamente 33 anos, com certificação emitida pela Comissão de Folclore do Espírito Santo.

O Jongo, segundo análises a partir de Barth (2000) é entendido como elemento diacrítico neste processo de reconhecimento, no qual amplia o círculo de participantes e a troca de experiências entre esses sujeitos fortalece suas fronteiras. Neste território, são tecidos movimentos instigantes, micro-acontecimentos que se constituem em processos identitários, revigorantes de suas crenças.

Nessa perspectiva, o Grupo de Jongo de São Benedito Sol e Lua busca se entender territorialmente diante dos desafios, das distinções existentes, que se processam em função da diferença nos aspectos culturais, históricos, linguísticos, raciais, artísticos e religiosos, que cria estratégias de fortalecimento de suas práticas culturais.

A IDENTIDADE: PRESSUPOSTOS PARA PENSAR O LOCAL E SUAS RELAÇÕES



Estabelecendo recorte para um contexto micro nas considerações acima, num processo metodológico de Pesquisa-ação com ênfase na identidade cultural de um âmbito coletivo, e restringindo ao Grupo de Jongo de São Benedito Sol e Lua, baseado em Anchieta/ES (objeto de estudo dos autores) é nítido a complexidade envolvida nos processos sociais ali encontrados. O Jongo enquanto arte, projeto social e patrimônio cultural é instrumento de valorização da identidade, integrando um conjunto de valores ancestrais africanos, caracterizando-se como fator de integração social para além das políticas patrimonialistas que o definem como um bem cultural de natureza imaterial¹⁰. Segundo Andrade (2018):

Nas tradições orais africanas e nas religiões de matrizes africanas no Brasil, as palavras têm poder, pois são transmissoras do significado do divino e do compromisso com a verdade da ancestralidade. Nas rodas de jongos e caxambu a palavra é cantada, direciona e dá o recado. Ali os mestres são os responsáveis pelo comando e continuidade das práticas culturais, pois eles tornaram-se detentores de saberes tradicionais que receberam dos ancestrais pela transmissão cultural dentro das famílias, passando por seus pais, tios, avós e bisavós a responsabilidade da continuidade das práticas culturais herdadas dos ancestrais (ANDRADE 2018, p. 35)

E as comunidades jongueiras têm desenvolvido alternativas próprias para se posicionarem diante da invisibilidade provocada pelas desigualdades econômicas e da exclusão social, a fim de preservar seus saberes e expressões. Esse processo de fortalecimento das identidades traduz-se nos ‘*pontos*’ cantados durante as apresentações. Ponto é um nome genérico dado aos versos tirados no Jongo/Caxambu. “No entanto muitos praticantes chamem os versos cantados de ‘jongo’, sendo de uso comum entre os jongueiros a expressão ‘tirar um jongo’” (GUIMARÃES, 2014, p. 12). Mestre Hudson Antunes, ao ser provocado, canta: “Tava dormindo/Angoma me chamou/ Levanta nego, cativo acabou”. (Informação oral, 13 de março de 2018).

É inequívoca, nos versos dos pontos cantados durante as apresentações, a intenção precípua de enfrentamento a um status de submissão cultural vigente. Nas narrativas dos integrantes do grupo, emergem de maneira irrefutável os elementos de desafio à pretensa homogeneização cultural. Em uma roda de conversa após reunião deliberativa, a pedagoga Karla Carolina da Cruz Machado Marques questionada sobre o que a afeta durante a

¹⁰ Proclamado Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em novembro de 2005, o Jongo/Caxambu foi registrado no Livro das Formas de Expressão desta entidade. O registro, reivindicado e conquistado por comunidades jongueiras do Sudeste, teve como base a pesquisa desenvolvida pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular e como suporte à metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).



participação nos encontros do grupo e o que leva para seu cotidiano foi categórica ao afirmar que: “O que eu levo para o meu dia a dia após cada encontro do grupo de Jongô é o orgulho em saber que nossa cultura está viva e permanecerá, apesar das lutas diárias pela visibilidade e resistência, além do axé”. (Informação oral, 13/04/2018).

O que BAUMAN (2003, p. 7-8) nos orienta a princípio sobre a comunidade é que ela tem culturas próprias, ela se auto realiza, ela se auto protege, ela cria seus mecanismos de defesa. Para BAUMAN (idem), na comunidade os laços são construídos pelo sentimento de solidariedade, de colaboração e a hereditariedade biológica é suplantada pela hereditariedade cultural. Assim, não precisam estar localizadas necessariamente em aldeias, bairros, cidades ou em algum lugar do globo, podendo também ser constituídas pelas identidades étnicas. Mestre Hudson, líder do grupo de jongô, quando canta:

“Morena seu brinco caiu/ Deixa que eu apanho pra você/ Morena seu brinco caiu/
Deixa que eu apanho pra você/ É de ouro, é de prata, é de bronze, ôh, morena/
Deixe que eu apanho pra você/ É de ouro, é de prata, é de bronze, ôh, morena/
Deixe que eu apanho pra você!”. (Informação oral, 13 de março de 2018).

Quais são os elementos que os conduzem a constituírem-se como grupo? O que os fazem se sentir pertencentes a esse contexto e espaço? Como colocam em prática essa delimitação territorial do jongô? Quem sabe a resposta ao que o mestre conduz? Apenas os jongueiros presentes. São eles que trazem as toadas em resposta ao que o mestre coloca.

A consciência individual das realidades em que esses sujeitos vivem, trabalham, resistem, sofrem e se inter-relacionam adquire positividade nos encontros, que efetivamente são períodos de consolidação dos valores peculiares ao grupo étnico, e nas conjunturas ali experienciadas identificam a intrínseca necessidade de articulações diárias com outros grupos étnicos em suas relações fora dessas fronteiras.

Ouvir as narrativas durante os encontros para a prática do Jongô e analisá-las sob a égide dos autores que nos servem de suporte teórico é mais que um processo metodológico, é mágico e prazeroso. O relato de um integrante do grupo Nathan Gonçalves Rosa Reis, sobre seu sentimento após participar de uma roda de Jongô expressa essa realidade: “Sai de lá ontem renovado, axé meu povo! [...] São essas pequenas coisas que fazem a gente crescer e se unir cada dia mais. (Informação oral, 13/04/2018).



Os discursos desses sujeitos estão impregnados de subversão à realidade imposta pela cultura dominante, bem como da consciência coletiva de que nesses espaços eles reafirmam suas identidades e impactam a ordem estabelecida em suas vivências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emancipação, pensada em todos os níveis, ou seja: político, social, econômico, cultural, religioso ou epistemológico perpassa pelas práticas desenvolvidas no grupo de Jongo de São Benedito Sol e Lua, ao se afirmarem continuamente como detentores de saberes recebidos dos ancestrais pela transmissão cultural no interior dos núcleos familiares ou durante as rodas de Jongo. Assim, o fortalecimento das relações sociais que se estabelecem nesse grupo étnico, consolida as suas fronteiras e delas retiram forças para garantir os enfrentamentos inerentes às relações com outros grupos e com os próprios pares de Jongo, buscando garantir nas frequentes reuniões e apresentações elementos que renovem seus sinais diacríticos, provocando assim diferentes rasuras em suas identidades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. **Olhares sobre Jongs e Caxambus: processos educativos nas práticas religiosas afro-brasileiras.** 2013. Tese de doutorado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2013.

ANTUNES, Hudson José. **Entrevista concedida durante trabalho de campo.** 2018. Anchieta (ES), 13 mar. 2018. Arquivo mp3.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual / Zygmunt Bauman; tradução Plínio Dentzien.** — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas** (organização de Tonke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, A. A.; OLIVEIRA O. M. **Jongs e Caxambus: culturas afro-brasileiras no espírito santo/** organização Aíssa Afonso Guimarães e Osvaldo Martins de Oliveira-1 ed. – Vitória: UFES, Proex, 2017.

GUIDI, Rebeca de Luna. **Valores Negociados: a Salvaguarda do Jongo/Caxambu.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2012.



HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós – modernidade**/ tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARQUES, Karla Carolina da Cruz Machado **Entrevista concedida durante trabalho de campo**. 2018. Anchieta (ES), 13 abril. 2018. Arquivo mp3.

REIS, Nathan Gonçalves Rosa **Entrevista concedida durante trabalho de campo**. 2018. Anchieta (ES), 13 abril. 2018. Arquivo mp3.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.



GRUPO DE TRABALHO EC 003

DIREITOS HUMANOS, LUTAS SOCIAIS E DESIGUALDADES

Coordenadora: Prof.^a Dr.^a Gilsilene Passon Picoretti Francischetto (FDV)



CIRANDA DE MULHERES: UMA INVESTIGAÇÃO-AÇÃO A PARTIR DE COLETIVOS FEMINISTAS

WOMEN'S CIRANDA: AN INVESTIGATION-ACTION FROM FEMINIST COLLECTIVES

CIRANDA DE MUJERES: UNA INVESTIGACIÓN-ACCIÓN A PARTIR DE COLECTIVOS FEMENINOS

Eleandra Aparecida Machado de Souza¹¹
Gilson Brandão de Oliveira Junior¹²

RESUMO: O Extremo Sul Baiano comporta uma diversidade de mulheres historicamente diferentes: ciganas, quilombolas, indígenas etc. A resistência dessas mulheres é observada em lutas por territorialidade, demarcações, reintegração de terras indígenas, de comunidades quilombolas e movimentos por reforma agrária. Mulheres atuantes em movimentos sociais, lideranças que asseguram e fortalecem seus direitos. Tal diversidade implica na necessidade de serem contempladas socialmente a partir da heterogeneidade, uma vez que políticas integradoras não atendem tal pluralidade, tornando, assim, relevante conhecer as necessidades dessas mulheres a partir das suas próprias vozes. Desta forma, mostra-se pertinente a construção de um instrumento de organização para os coletivos feministas e as instituições públicas da região: uma cartilha construída através das cirandas que relate as necessidades pela própria voz das mulheres. Esse instrumento tem por último objetivo a orientação de trabalhos e ações sociopolíticas que visem favorecer o fortalecimento, a resistência, o diálogo e a valorização das diversas mulheres de Teixeira de Freitas e região.

Palavras-chave: feminismo decolonial; relações étnico-raciais; ciranda de mulheres.

ABSTRACT: The South of Bahia State includes a diversity of historically different women: gypsies, quilombolas, natives etc. The resistance of these women is observed in struggles for territoriality, demarcations, reintegration of indigenous lands, quilombola's communities and movements for agrarian reform. Women active in social movements, leaderships that ensure and strengthen their rights. Such diversity implies the need to be socially contemplated based on heterogeneity, since integrative policies do not address such plurality, making it relevant to know the needs of these women from their own voices. In this way, it is pertinent to construct an organizational tool for feminist collectives and public institutions in the region: a booklet built through the "cirandas" that reports the needs of women's own voice. The purpose of this instrument is the orientation of socio-political works and actions that aim to promote the strengthening, resistance, dialogue and valorization of the various women of Teixeira de Freitas and region.

Keywords: decolonial feminism; ethnic-racial relations; women's ciranda.

RESUMEN: El Extremo Sur Baiano comporta una diversidad de mujeres históricamente diferentes: gitanas, quilombolas, indígenas etc. La resistencia de estas mujeres es observada en luchas por territorialidad, demarcaciones, reintegración de tierras indígenas, de comunidades quilombolas y movimientos por reforma agraria. Mujeres actuantes en movimientos sociales, líderes que aseguran y fortalecen sus derechos. Tal diversidad implica la necesidad de ser contempladas socialmente a partir de la heterogeneidad, ya que las políticas integradoras no atienden tal pluralidad, haciendo que sea relevante conocer las necesidades de esas mujeres a partir de sus propias voces. De esta forma, se muestra pertinente la construcción de un instrumento de organización para los colectivos feministas

¹¹ Mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais, da Universidade Federal do Sul da Bahia (PPGER/UFSB), Teixeira de Freitas - BA, Brasil. E-mail: psicoluzes@hotmail.com.

¹² Possui graduação em bacharelado (2006), licenciatura (2007) e mestrado (2010) em História pela Universidade de São Paulo, além de doutorado em História pela Universidade de Brasília (2017). Atualmente é professor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). E-mail: gilsonbrandaojunior@gmail.com



y las instituciones públicas de la región: una cartilla construida a través de las cirandas que relacione las necesidades por la propia voz de las mujeres. Este instrumento tiene por último objetivo la orientación de trabajos y acciones sociopolíticas que visen favorecer el fortalecimiento, la resistencia, el diálogo y la valorización de las diversas mujeres de Teixeira de Freitas y región.

Palabras-clave: Feminismo decolonial; Relaciones étnico-raciales; Ciranda de mujeres.

O Extremo Sul Baiano comporta um número significativo e diversificado de mulheres. Estas têm em comum as marcas da resistência, da persistência, da perseverança e das reivindicações históricas e políticas manifestadas pelos movimentos sociais em que atuam. A relevância da nossa proposta de trabalho reside no fato dela ater-se à pluralidade e às singularidades das necessidades das mulheres, visando o fortalecimento das políticas públicas voltadas para elas, além de possibilitar a criação de instrumentos de organização para os próprios coletivos feministas e dos órgãos públicos voltados à sua proteção. A questão fundamental é a importância e o relevo da diferenciação das suas necessidades, já que temos na região mulheres em condições historicamente desfavorecidas, caracterizadas por uma enorme diversidade sociocultural-étnico-racial. Muitas das propostas elaboradas pelos conselhos e/ou órgãos de proteção à mulher partem de uma concepção generalista, que visam abordar uma pretensa “mulher universal”. Ou seja, elas não contemplam adequadamente as diversas categorias de mulheres que habitam o solo do extremo sul baiano. Desta forma, a “ciranda de mulheres: uma investigação ação a partir de um coletivo feminista” objetiva construir uma cartilha orientadora que possibilite estruturar trabalhos e ações sociopolíticas e culturais para servirem como diretriz aos coletivos feministas da região e aos órgãos de proteção da mulher. Esta também visa o fortalecimento, a resistência, o diálogo e a valorização das diversas mulheres de Teixeira de Freitas, Bahia (Brasil) e região, ambicionando dar visibilidade às suas reais necessidades, a partir das suas próprias falas. A esse respeito, Djamila Ribeiro (2008) nos chama a atenção ao lembrar que a ocupação dos lugares sociais demarca e elege quais mulheres serão (ou não) escutadas. Ainda segundo a autora, a voz e a fala se caracterizam como importantes instrumentos de poder e, por isso, a reportagem discursiva ou a sua agência irrefletida, sem consulta ou consentimento, também é um modo de silenciar as mulheres.

A partir dessa problemática, o presente trabalho buscará realizar rodas de conversas denominadas “cirandas de mulheres”. Essas cirandas acontecerão em diversos espaços sociais e comunidades do extremo sul baiano: nos territórios Pataxós, com mulheres indígenas; na comunidade de Helvécia, com mulheres quilombolas; no assentamento São



João e no conjunto penal de Teixeira de Freitas, com mulheres trabalhadoras rurais e encarceradas - estas duas últimas localidades situadas nas proximidades dessa cidade. O objetivo das cirandas é mobilizar conteúdos através das falas das mulheres sobre as suas próprias necessidades, considerando também a sua diversidade étnico-racial, política e sociocultural. A referida cartilha será elaborada dessas ocasiões, a partir da coleta dos seus próprios discursos.

Por afinidade e coerência com a metodologia e as condutas de trabalho adotadas, essas rodas de conversa denominadas “cirandas de mulheres” estarão teoricamente fundamentadas na perspectiva do feminismo decolonial. Maria Lugones, que é uma das autoras mais expressivas dessa vertente de estudos, considera que a construção do gênero é uma pauta importante para o feminismo, reconhecendo-a como um fenômeno social, histórico e intergeracional que visa promover vantagens e manter uma organização que privilegia as camadas dominantes euro/androcêntricas. Entretanto, a autora compreende que o gênero, sem a consideração de considerações étnico-raciais e de classe social, pode se transformar num agente opressor veiculado pelo feminismo hegemônico. Em outras palavras, para Lugones (2008) a categoria “mulher” não pode ser vista isoladamente das diversas classes sociais e dos múltiplos contextos étnico-raciais onde elas estão inseridas. Desta forma, faz-se necessário repensar quais perspectivas de feminismo(s) contemplaria(m) um maior número de mulheres a partir das suas necessidades contextuais. Esse pensamento impele que construamos um feminismo autocrítico e que questione os padrões euro/androcêntricos hegemônicos, bem como a colonialidade de gênero; ele é intitulado “feminismo decolonial”, e por isso é a base teórica escolhida para esta pesquisa.

O produto final da nossa investigação pesquisa será uma cartilha-diretora que será apresentada aos coletivos feministas, às instituições públicas e demais órgãos de proteção à mulher de Teixeira de Freitas e região, durante um evento que a ser realizado nas dependências da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Pretendemos que esta cartilha seja um documento estruturante para ações futuras, tais como eventos e discussões sociais, políticas e culturais que contemplem as demandas apontadas pelas próprias mulheres da região, bem como influenciar a construção das políticas públicas para a valorização da sua diversidade. Espera-se ainda que os resultados desta pesquisa possam contribuir para o desenvolvimento de outros trabalhos acadêmicos voltados para esse inadiável debate.



REFERÊNCIAS

LUGONES, María. “The Coloniality of Gender”. *Worlds & Knowledges Otherwise*. 2008.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.



POLÍTICA SOCIAL E AS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE
RACIAL NO BRASIL: UMA CONSTRUÇÃO EM ANDAMENTO

SOCIAL POLICY AND POLICIES FOR THE PROMOTION OF RACIAL
EQUALITY IN BRAZIL: A CONSTRUCTION IN PROGRESS

POLÍTICA SOCIAL Y POLÍTICAS DE PROMOCIÓN DE LA IGUALDAD
RACIAL EN BRASIL: UNA CONSTRUCCIÓN EN CURSO

Suellen Silva da Cruz¹³

RESUMO: O presente estudo trata-se de uma breve revisão bibliográfica baseada na literatura especializada acerca da política social e das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil. O referido estudo tem como objetivo principal entrelaçar o processo de construção da política social no Brasil ao caminho percorrido para a implantação das políticas de promoção da igualdade racial no país. Justificamos esta proposta partindo da tese de que, na sociedade brasileira a questão étnico-racial é um elemento estruturante na conformação da divisão de classes, na medida em que “o processo transitório, no Brasil, do modo de produção do escravismo colonial para o capitalista aconteceu sem rupturas e protagonizado pelas mesmas elites dirigentes do período anterior” (OLIVEIRA, 2016). Desta forma, a configuração da política social brasileira reflete diretamente como se estruturam as relações raciais na sociedade brasileira.

Palavras-chave: política social; políticas de promoção da igualdade racial; racismo.

ABSTRACT: The present study is a literature review based on the specialized literature on social policy and policies to promote racial equality in Brazil and its main objective is to intertwine the process of building social policy in Brazil on the path taken to implement policies to promote racial equality in the country. We justify this proposal based on the thesis that in Brazilian society the ethnic-racial question is a structuring element in the conformation of the class division, inasmuch as "the transitional process in Brazil of the mode of production of colonial slavery for the capitalist happened without ruptures and carried out by the same ruling elites of the previous period" (OLIVEIRA, 2016). In this way, the Brazilian social policy configuration directly reflects how the racial relations in Brazilian society are structured.

Keywords: social policy; policies to promote racial equality; racism.

RESUMEN: El presente estudio se trata de una revisión bibliográfica basada en la literatura especializada acerca de la política social y de las políticas de promoción de la igualdad racial en Brasil y tiene como objetivo principal entrelazando el proceso de construcción de la política social en Brasil al camino recorrido para la implantación de las políticas, políticas de promoción de la igualdad racial en el país. Justificamos esta propuesta partiendo de la tesis de que en la sociedad brasileña, la cuestión étnico-racial es un elemento estructurante en la conformación de la división de clases, en la medida en que "el proceso transitorio, en Brasil, del modo de producción del esclavismo colonial para el capitalista se produjo sin rupturas y protagonizado por las mismas élites dirigentes del período anterior" (OLIVEIRA, 2016). De esta forma, la configuración de la política social brasileña refleja directamente cómo se estructuran las relaciones raciales en la sociedad brasileña.

Palabras clave: política social; políticas de promoción de la igualdad racial; racismo.

INTRODUÇÃO

¹³ Assistente social (2017). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social, da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória; Brasil. E-mail: suellenscz@gmail.com.



Partimos da tese de que a questão racial é determinante em todos os processos de construção da sociedade brasileira. Desta forma, ela é base fundamental para discutir a formação, implementação e execução de leis, regulamentações, instituições, organizações e relações sociais existentes em nosso território. Sendo assim, o presente estudo trata-se de uma breve revisão bibliográfica baseada na literatura especializada acerca da política social e das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil e tem como objetivo principal entrelaçar o processo de construção da política social no Brasil ao caminho percorrido para a implantação das políticas de promoção da igualdade racial no país. Justificamos esta proposta partindo da tese de que na sociedade brasileira, a questão étnico-racial é um elemento estruturante na conformação da divisão de classes, na medida em que “o processo transitório, no Brasil, do modo de produção do escravismo colonial para o capitalista aconteceu sem rupturas e protagonizado pelas mesmas elites dirigentes do período anterior” (OLIVEIRA, 2016, pg. 34). Desta forma, a configuração da política social brasileira reflete diretamente como se estruturam as relações raciais na sociedade brasileira.

A QUESTÃO RACIAL E A POLITICA SOCIAL BRASILEIRA

As protoformas das políticas sociais (BEHRING e BOSCHETTI, 2011) que surgem no período que antecede a Revolução Industrial se apresentam em formas de legislações, que estabeleçam um “código coercitivo do trabalho” na medida em que estabeleçam a obrigatoriedade do trabalho, a proibição da mendicância e a sujeição dos pobres a qualquer trabalho disponível.

O liberalismo do século XIX traz consigo uma perspectiva de bem estar coletivo e proteção social que se baseia na individualidade e liberdade de mercado. Desta forma, “cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bem estar coletivo” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 56).

Ainda que existam elementos que se assemelham no capitalismo europeu com o capitalismo dependente no Brasil, existem particularidades fundamentais na nossa história que distanciam a política social de capitalismo central e a política social que conhecemos aqui. Para começar, destacaríamos as respostas dadas pelo Estado europeu à mobilização e organização da classe trabalhadora do início do sec. XX. Tais mobilizações e organizações



rupturas e protagonizado pelas mesmas elites dirigentes do período anterior” (OLIVEIRA, 2016, pg. 34).

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História.** 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1972.

IAMAMOTO, Marilda V. & CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Dennis de. **Dilemas da luta contra o racismo no Brasil.** Margem esquerda. Artigo. Revista Boitempo, número 27. São Paulo. Outubro de 2016.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas da igualdade racial no Brasil (1986 – 2010).** Rio de Janeiro: Garamond, 2014.



O PENSAMENTO DECOLONIAL E O ESTUDO DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO JURÍDICA

DECOLONIAL THOUGHT AND THE STUDY OF ETHNIC-RACIAL ISSUES IN LEGAL EDUCATION

EL PENSAMIENTO DECOLONIAL Y EL ESTUDIO DE LAS CUESTIONES ÉTNICO-RACIALES EN LA EDUCACIÓN JURÍDICA

Priscila Tinelli Pinheiro¹⁴

Patrícia Maria dos Santos¹⁵

Gilsilene Passon P. Francischetto¹⁶

RESUMO: As marcas da colonialidade estão presentes em diversos segmentos da sociedade brasileira e, sobretudo, na educação jurídica. Um traço dessa herança adquirida do colonialismo é a própria estrutura da aula jurídica, em que o monopólio do espaço da sala de aula é exclusivo do professor, o que confere um papel secundário ao aluno. A Resolução 09/2004 (FRANCISCETTO, 2011) prevê que tais cursos proporciona uma sólida formação humanística aos seus alunos, favorecendo um olhar crítico acerca da história dos direitos e da negação deles a pessoas e grupos inteiros. O presente estudo analisará uma nova produção dialógica de conhecimento através de uma concepção decolonial identificando uma pedagogia da decolonialidade (QUIJANO, 2005). Mais especificamente busca discutir a necessidade de inserção dos estudos étnico-raciais de maneira transversal no currículo jurídico para que os futuros profissionais da área jurídica possam refletir sobre as violações históricas aos direitos dos negros e aquelas que ainda persistem e com as quais vão se deparar em suas diferentes áreas de atuação (SANTOS, 2010).

Palavras-chave: Pensamento decolonial; Cursos de Direito; Questões étnico-raciais.

ABSTRACT: The marks of coloniality are present in several segments of Brazilian society and, above all, in legal education. One trait of this inherited aspect of colonialism is the very structure of the legal class, in which the monopoly of classroom space is exclusive to the teacher, which confers a secondary role to the student. Resolution 09/2004 (FRANCISCETTO, 2011) supports that such courses provide a solid humanistic education to their students, favoring a critical look at the history of the rights and the denial of them to entire individuals and groups. The present study will analyze a new dialogical production of knowledge through a decolonial conception identifying a pedagogy of decoloniality (QUIJANO, 2005). More specifically, it seeks to discuss the need to integrate ethno-racial studies in a cross-cutting way into the legal curriculum, so that future legal professionals can reflect on the historical violations upon the rights of the black population and those that persist and in which they will find themselves in their different areas of activity (SANTOS, 2010).

Keywords: Decolonial Thinking; Law Courses; Ethnic-Racial Issues.

¹⁴ Doutoranda e Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Membro do Grupo de Pesquisa Invisibilidade Social e Energias Emancipatórias em Direitos Humanos (FDV). Advogada. E-mail: priscilatinelli@hotmail.com.

¹⁵ Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Integrante do Grupo de Pesquisa Invisibilidade social e energias emancipatórias em Direitos Humanos (CNPQ) na mesma instituição. Advogada. E-mail: santos.mpatria@hotmail.com.

¹⁶ Pós-doutora em Ciências Sociais pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Doutora em Direito pela Universidade Gama Filho. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Pedagogia e Pós graduação em Docência do Ensino Superior pela Universidade Norte do Paraná-UNOPAR. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da FDV (Mestrado e Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais). Coordenadora do Grupo Pesquisa “Invisibilidade social e energias emancipatórias em Direitos Humanos”. E-mail: gilsilenepasson@uol.com.br.



Ainda está muito presente o ensino técnico do Direito, sem maior preocupação com o lado humano que a formação do jurista deve contemplar, tendo em vista a multiplicidade de fenômenos e a pluralidade cultural que a sociedade brasileira sempre vivenciou. Nesse estudo, o foco volta-se à necessidade de inclusão do estudo da contribuição dos negros para a cultura e desenvolvimento do país. A Lei 10.639/2003 foi que abriu o caminho legislativo em torno do tema, e foi resultado dos avanços na luta do movimento negro e de outros atores sociais contra o racismo, na medida em que reconheceu que é preciso investir numa educação antirracista. A referida lei alterou a LDB, que passou a ter a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2018, grifo nosso).

Não obstante a lei referir-se a estabelecimentos de ensino fundamental e médio, a aplicação da norma precisa perpassar todo o sistema educacional, inclusive o ensino superior. Nesse sentido, a Resolução 01 de 17 de junho de 2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira e em seu Art. 1º deixa claro que tal aplicação deve ocorrer em todos os níveis de ensino.

A Lei 10.639/03 nos diz que a superação das desigualdades étnico-raciais exige o desenvolvimento de políticas educacionais que valorizem a diversidade. É preciso reconhecer que os cursos de Direito, desde a sua criação em 1827, foram espaços de acesso restrito, já que apenas homens brancos de poder aquisitivo alto ingressavam em seus quadros. Assim, durante muito tempo as mulheres e os negros estiveram fora do corpo discente (e docente) de tais faculdades sendo que ainda hoje esse ingresso é marcado por inúmeras dificuldades. Apenas com a implementação de ações afirmativas e com o sistema de cotas nas Universidades Públicas é que começamos a verificar o ingresso de negros em vários cursos superiores, inclusive no Direito.



Isso reflete também na pouca presença de negros nos diferentes cargos jurídicos¹⁷. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o Censo do Poder Judiciário aponta que, entre os magistrados brasileiros, 1,4% se autodeclararam pretos. O documento mostra ainda que 84,5% são brancos, 14% dos magistrados se autodeclararam pardos e 0,1% afirmam ser indígenas. O CNJ utilizou termos adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que classifica os negros pelas cores preta e parda. (CNJ, 2018)

No entanto, não basta o acesso, mas é preciso que os currículos contemplem o estudo e valorização da cultura e da história dos negros, pois ainda há um silenciamento de temáticas étnico-raciais nos cursos superiores. No Direito, quando há algum estudo envolvendo a situação dos negros, o foco volta-se para as consequências criminais do racismo, da injúria racial e dos casos de discriminação, mas sem a devida discussão e aprofundamento do racismo institucional ainda presente no Judiciário e da impunidade em torno desses temas.

REFERÊNCIAS

FRANCISCHETTO, Gilsilene Passon Picoretti. As tendências pedagógicas e sua utilização no ensino do Direito. In. _____. **Um diálogo entre ensino jurídico e pedagogia**. Curitiba: CRV, 2011. p. 11-34.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-277.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

¹⁷ A Lei 12.990 de 2014, buscando alterar tal quadro, prevê cotas de 20% para negros nos concursos públicos no âmbito da Administração Pública Federal, das Autarquias, das Fundações, das empresas públicas e Sociedades de economia mista controladas pela União.



A CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE E DA DIFERENÇA ÉTNICO-RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

THE CONSTRUCTION OF EQUALITY AND THE ETHNIC-RACIAL DIFFERENCE IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

LA CONSTRUCCIÓN DE LA IGUALDAD Y LA DIFERENCIA ÉTNICO-RACIAL EN EL MEDIO AMBIENTE ESCOLAR

Gilsilene Passon P. Francischetto¹⁸

RESUMO: Estamos vivenciando um período de grande discussão acerca da importância dos Direitos Humanos e da proibição de qualquer forma de discriminação. Tal lógica aplica-se também ao ambiente escolar, pois diante da importância da educação para as pessoas, não se pode tolerar qualquer prática discriminatória tanto para o acesso quanto para a permanência. A questão central é: Como podemos pensar os avanços normativos no campo do reconhecimento das diferenças e, ao mesmo tempo, colocarmos em questão os parâmetros de “normalidade” que marcam o ambiente escolar, em especial as discriminações étnico-raciais? Além da análise da Lei 10.639/2003, busca-se um diálogo com autores que se debruçam sobre a discussão da tensão entre igualdade e diferença, em especial Boaventura de Sousa Santos (2010) e Tomaz Tadeu da Silva (2012).

Palavras-chave: Igualdade – Diferença – Étnico-raciais.

ABSTRACT: We are experiencing a time of great discussion about the importance of Human Rights and the prohibition of any form of discrimination. This logic also applies in the school environment, since facing the importance of education to the people, it cannot tolerate any discriminatory practice for both access and permanence. The central question is: How can we think of normative advances in the field of recognition of differences and, at the same time, call into question the parameters of “normality” that marks the school environment, especially the ethnic-racial discriminations? In addition to the analysis of Law 10.639/2003, a dialogue is sought with authors who focus on the discussion of the tension between equality and difference, in particular Boaventura de Sousa Santos (2010) and Tomaz Tadeu da Silva (2012).

Keywords: Equality - Difference - Ethnicoracial.

RESUMEN: Estamos viviendo un período de gran discusión sobre la importancia de los derechos humanos y la prohibición de cualquier forma de discriminación. Tal lógica se aplica también al ambiente escolar, pues ante la importancia de la educación para las personas, no se puede tolerar ninguna práctica discriminatoria tanto para el acceso como para la permanencia. La cuestión central es: ¿Cómo podemos pensar los avances normativos en el campo del reconocimiento de las diferencias y, al mismo tiempo, poner en cuestión los parámetros de "normalidad" que marcan el ambiente escolar, en especial las discriminaciones étnico-raciales? Además del análisis de la Ley 10.639 / 2003, se busca un diálogo con autores que se inclinan sobre la discusión de la tensión entre igualdad y diferencia, en especial Boaventura de Sousa Santos (2010) y Tomaz Tadeu da Silva (2012).

Palabras clave: Igualdad - Diferencia - Étnico Raciales.

¹⁸ Pós-doutora em Ciências Sociais pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Doutora em Direito pela Universidade Gama Filho. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Pedagogia e Pós Graduação em Docência do Ensino Superior pela Universidade Norte do Paraná-UNOPAR. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da FDV (Mestrado e Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais). Coordenadora do Grupo Pesquisa “Invisibilidade social e energias emancipatórias em Direitos Humanos”. E-mail: gilsilenepasson@uol.com.br.



desse olhar trazemos a análise para o campo das representações da igualdade e da diferença e como a relação entre elas tem sido construída e que será objeto do próximo tópico.

A TENSÃO ENTRE IGUALDADE E DIFERENÇA

Quando tratamos das questões da igualdade e da diferença, em regra, as colocamos em momentos diferentes de análise, na medida em que se identifica a “diferença” e imediatamente há a menção de que não pode haver um tratamento legal e social discriminatório.

No entanto, vários questionamentos foram construídos em torno da ideia de igualdade, constatando que inúmeras pessoas e grupos não conseguiram usufruir de tal princípio, pois ele não levaria em consideração as desigualdades de oportunidades a que eles estavam expostos. Conforme visto no tópico anterior, a racionalidade moderna também criou resoluções e parâmetros do que seria considerado “normal” e “diferente”.

Diante das mais diversas formas de negação de direitos e da potencialização das invisibilidades sociais, é preciso pensarmos na necessidade do fortalecimento do direito à diferença tanto do ponto de vista individual quanto coletivo.

Tal exercício de reflexão e argumentação deverá contemplar os avanços possíveis com o reconhecimento das diferenças, mas também dos processos de construção dos padrões de “normalidade”. Isso quer dizer que não é suficiente que reconheçamos as diferenças, mas que questionemos: diferença em relação a que? Uma vez identificado o padrão ou parâmetro utilizado, partiremos para mais uma etapa: De onde surgiu o padrão utilizado? Quais as pessoas, quais situações e espaços foram considerados para a sua elaboração? Quais as relações de poder que se articularam para que o referido padrão pudesse ganhar força social, política, jurídica, entre outras.

Sem esse processo de depuração dos chamados padrões de normalidade, não será possível falarmos de um direito à diferença que ultrapasse o mero campo das condutas de reconhecimento, mas que necessitam acessar as camadas mais profundas do que se considera o “igual”.



enfrentar tal desafio nas escolas e Universidades que ainda, infelizmente, tem sido espaços justamente de reafirmação do preconceito e da discriminação.

CONCLUSÃO

A lógica que temos acompanhado, principalmente após 1988, tem como pano de fundo a criação de normas que tratam do reconhecimento das diferenças (diferenças estas escolhidas sempre a partir de padrões de normalidade considerados adequados àqueles que tem o poder se tecer tais teias discriminatórias) e uma concessão de alguns espaços, mas com baixa efetividade de direitos.

No entanto, a fragilidade desse sistema pode ser verificada na medida em que ao reconhecer as diferença, por si só, não contribui para o fortalecimento de laços de solidariedade e de alteridade, pois não foi capaz de desconstruir a relação dicotômica entre “nós” e “eles”. Neste contexto, reconhecer passa a ter um significado diferente do que apenas “conhecer de novo”, mas ser um elemento que nos proporcione tecer teias de proximidade para que possamos enxergar de maneira mais nítida o caleidoscópio das igualdades e das diferenças nos vários espaços sociais, inclusive no ambiente escolar e a Lei 10.639/2003 constitui-se num importante instrumento para tanto.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do tempo**. Pra uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Poderá o Direito ser emancipatório?** Vitória-FDV; Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org) Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 12.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.



GRUPO DE TRABALHO EC 004

MULHERES EM DEBATE: O MUNDO DO TRABALHO, QUESTÕES ÉTNICO RACIAIS E VIOLÊNCIAS NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO.

Coordenadoras e coordenador:

Prof.^a M.^a Olindina Serafim Nascimento (SEMED/SÃO MATEUS – ES)

Prof.^a Rake! Rissi (SINDIUPES)

Prof. Tiago Melo (SINDIUPES)



O CARÃO DAS SAPAS EM “PERIÓDICUS” E
“BAGOAS”:
AQUENDA O REBUCETEIO

THE FACE OF SAPAS IN “PERIÓDICUS” AND “BAGOAS”:
AQUENDA THE REBUKETEIO

LA CARA DE LAS SAPAS EN “PERIÓDICUS” Y “BAGOAS”:
AQUENDA EL REBUCETEIO

Marília De Angeli¹⁹

RESUMO: O presente trabalho produz um “Estado da Arte Lésbico”, seja porque parte do lugar de fala de uma pesquisadora lésbica, seja porque revisita textos de “*Periódicus*” e “*Bagoas*”. A revista “*Periódicus*” está vinculada à Universidade Federal da Bahia – UFBA e ao Grupo de Pesquisa CUS – Cultura e Sexualidade, ao passo que, a revista “*Bagoas*”, liga-se ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Estas duas “mulheres”, nascidas em 2007, têm em seu ponto G em questões de Gênero e Sexualidade e têm se constituído como importante referência bibliográfica sobre os assuntos lésbicos. Vamos friccioná-las, tocá-las, sentir algo com elas e extrair uns babados, deixando que elas nos contem algo acerca de sua caminhada. Que espaços têm as temáticas e metodologias lésbicas? Que teóricas e epistemes lésbicas têm se pronunciado? Há lugar para um bom e gostoso rebuceteio? Sobretudo: com quais línguas?

Palavras-chave: Revista “*Periódicus*”; Revista “*Bagoas*”; Estado da Arte; Lésbicas; Rebuceteio.

ABSTRACT: The present work produces a "Lesbian Art State", either because it is part of the speaking place of a lesbian researcher, or because it revisits texts from “*Periódicus*” and “*Bagoas*”. The “*Periódicus*” magazine is linked to the Federal University of Bahia – UFBA and to the CUS – Culture and Sexuality Research Group, while “*Bagoas*” magazine is linked to the Human Sciences, Letters and Arts Center of the Federal University of Rio Grande do Norte – UFRN. These two “women”, born in 2007, have in their G spot, questions of Gender and Sexuality and have constituted like important bibliographical reference on the lesbian subjects. Let's rub them, touch them, feel something with them and extract some gossip, letting them tell us something about their walk. What spaces have lesbian thematic and methodologies? What theoretical and lesbian epistemes have been pronounced? Is there room for a good, tasty little meeting? Above all, with what languages?

Keywords: “*Periódicus*” Magazine; “*Bagoas*” Magazine; State of Art; Lesbians; Rebuceteio.

RESUMO: El presente trabajo produce un “Estado del Arte Lésbico”, sea porque parte del lugar del discurso de una investigadora lesbiana, sea porque revisita textos de “*Periódicus*” y “*Bagoas*”. La revista “*Periódicus*” está enlazada a la Universidad Federal de Bahia – UFBA y al Grupo de Investigación CUS – Cultura y Sexualidad, mientras que la revista “*Bagoas*” se conecta al Centro de Ciencias Humanas, Letras y Artes de la Universidad Federal de Rio Grande del Norte – UFRN. Estas dos “mujeres”, nacidas en 2007, tienen en su punto G, cuestiones de Género y Sexualidad y se han constituido como importante referencia bibliográfica sobre los asuntos lesbianos. Vamos frotarlas, tocarlas, sentir algo con ellas y extraer unos cotilleos, dejando que ellas nos cuenten algo acerca de su caminata. ¿Qué espacios tienen las temáticas y metodologías lesbianas? ¿Qué teóricas y epistemes lesbianas se han pronunciado? ¿Hay lugar para un bueno y sabroso rebuceteio? ¿Especialmente: con cuales lenguas?

Palabras-clave: Revista “*Periódicus*”; Revista “*Bagoas*”; Estado del Arte; Lesbianas; Rebuceteio.

¹⁹ Mestrando em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Orientando do Prof. Dr. Alexandre Fernandes (Alexandre Osaniyi). Estudante – Pesquisador do Grupo de Pesquisas em Linguagens, Poder e Contemporaneidade – GELPOC/IFBA. E-mail: mariliadeangeli@gmail.com



A pesquisa que se apresenta aqui tem o intuito de criar um “Estado da Arte Lésbico” que “toque” as produções acadêmicas sobre gênero e sexualidade voltadas às temáticas lésbicas. A produção acadêmica sobre esta temática ainda é bastante restrita e, por vezes, permeada de invisibilidade. Isso se dá devido ao fato de, por muito tempo, a lesbianidade ter sido tratada como sinônimo de homossexualidade gay, ou seja, não havia uma existência lésbica, mas essa era incorporada ao mundo gay, em que as homossexualidades eram tratadas praticamente de forma homogênea, o que, segundo Rich (2010), foi responsável por um apagamento de textos lésbicos na academia.

Aos poucos esse cenário tem mudado, com o incentivo da produção e do registro do pensamento lésbico. De minha parte, ao catalogar e discutir, mesmo que inicialmente – haja vista nosso espaço aqui –, o que já há escrito sobre a temática lésbica nas revistas “Periódicus” e na revista “Bagoas”, observando o percurso e caminha histórica pela qual passaram os movimentos lésbicos para encontrarem seu espaço, pretendo dar uma contribuição a estes estudos e um passo a mais.

A “Periódicus” é uma revista de Estudos Indisciplinares em Gêneros e Sexualidades, de publicação semestral, veiculada *online* pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade (CUS), o qual fora criado em 2007, vinculado à Universidade Federal da Bahia, ao Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, ao Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade e ao Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT). Esta revista apresentou, dentro das publicações voltadas à temática lésbica, 15 artigos no ano de 2017, publicados a partir de chamada do dossiê sobre lesbianidades intitulado “Sapatão é revolução! Existências e resistência das lesbianidades nas encruzilhadas subalternas”.

A revista “Bagoas – estudos gays: gêneros e sexualidades”, também criada em 2007, é uma revista do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, possui publicação semestral na versão digital quanto na versão eletrônica. Publica artigos sobre gênero, sexualidade, homossexualidade, destacando espaço para os estudos gays, o homoerotismo, lesbianidade, transexualidade, conjugalidades e parentalidades homossexuais e identidades GLBTI (sic). Também possui uma seção dedicada a resenhas. Para esse trabalho serão analisados 15 artigos em Bagoas, escritos de



2007 a 2014, coletados a partir da busca no sítio eletrônico da revista, por meio das palavras chaves lésbica, lesbianidade e sapatão.

Como parte dos resultados da pesquisa, apresento o foco da discussão dos artigos analisados na revista Periódicus:

- “Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Civil-Militar (1964-1985)” – Questiona o não reconhecimento da história das mulheres e o apagamento histórico e político sobre a Lesbianidade;
- “LBL - Liga Brasileira de Lésbicas: organização e luta política” – Discute os esforços de organização e afirmação da identidade lésbica a partir do surgimento da primeira rede feminista de lésbicas e mulheres bissexuais, a LBL;
- “Numa luta marginalizada não cabe uma atuação tradicional: a Caminhada das Lésbicas e Bissexuais de Belo Horizonte” – Movimentos históricos que representaram grandes conquistas para as lésbicas;
- “Exercendo a crítica lesbofálica às demandas por "uma cidadania LGBT" no contexto brasileiro (2008-2016)" – A história das Lésbicas juntamente com os demais movimentos homossexuais no país;
- “Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária” – Pensa uma teoria de liberação decolonial e mostrar como o corpo da mulher negra foi usado para a construção do sujeito “não humano”;
- “Lésbicas negras, identidades interseccionais” – Preconceito interseccional que mulheres negras lésbicas sofrem em uma sociedade machista, racista e lesbofóbica;
- “Uma análise interseccional da morte: Luana Barbosa e a insubordinação às estruturas” – Análise interseccional apresentando casos de violência contra as mulheres negras e lésbicas como Luana Barbosa do Reis;
- ““Mal Amadas”, “Porcas”, “Feminazis”, “Sujuas”, “Xanatunzel”, “Nojentas” e Xontuzeis” – análise dos discursos de ódio sobre a performance Pelos Pelos e seus desdobramentos” - Análise de 394 comentários de ódio, publicados em 2013 na rede social do Facebook;
- “A lesbianidade e a surdez” – Trabalha com a interseccionalidade e identidade sobre a vivência da mulher surda e lésbica;
- “Do amor entre mulheres: narrativas de amores e lesbianidades” – Narrativas sobre histórias lésbicas;
- “Em busca de um cinema lésbico nacional” – Lesbianidade e mídia. Comenta a escassa produção cinematográfica sobre lésbicas no Brasil;
- “O que podem fazer duas vulvas? Sexo feminino, gênero lésbico” – Análise de páginas de mulheres lésbicas no 'Tumbl' (rede social em plataforma de blog, onde os usuários podem compartilhar e interagir com publicações em diversos formatos);
- “Para eles eu não existo” - A invisibilidade da negra não heterossexual nas telenovelas brasileiras” – Lesbianidade e mídia: invisibilidade que a mídia promove sobre lésbicas negras;
- “Sapatão é revolução: censura, erotismo e pornografia na obra de Cassandra Rios” – Narrativas sobre histórias lésbicas com enfoque nas obras de Cassandra Rios;
- “Desconstruindo e subvertendo o binarismo sexual e de gênero: apostas feministas e *queer*” – Análises teóricas e desconstrução do binarismo sexual a partir das obras das autoras Judith Butler, Monique Wittig, Gayle Rubin e Paul B. Preciado;
- “Análisis crítico de los discursos mediáticos en torno al amor desde la experiencia



na vida de uma jovem mulher não-heterossexual em uma telenovela;

- “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica” – A autora propõe a ideia da heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres e critica o apagamento da existência lésbica no pensamento feminista.

Pelas análises e estudos realizados e a partir do cruzamento de dados e informações aqui destacados, das leituras dos textos lésbicos em “Periódicus” e “Bagoas”, defendo que essas revistas são importantes e fundamentais para dar maior visibilidade às existências lésbicas e promover uma afirmação de suas produções, viabilizando significativo espaço para que nós, mulheres lésbicas, não sejamos mais vistas de forma subalternizada, mas enxergadas com toda nossa potência, resistência, nuances, prazer e história.

REFERÊNCIAS

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. Revista Bagoas, Natal, n. 5, p. 17-44, 2010.

Bagoas, Natal, n. 03, n. 04, 2009; n. 05, 2010; n. 06, 2011; n. 10, 2013; n. 11, 2014. Revista de estudos gays: gêneros e sexualidades. Publicação periódica vinculada ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Periódicus, Salvador, n. 4, v. 1, nov. 2015-abr. 2016; n. 7, v. 1, maio-out. 2017; n. 9, v. 1, maio-out. 2018. Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades. Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA.



drogas, sem liderar facções, normalmente em funções secundárias, muitas delas nunca cometeram crime, mas assumiram autoria de delitos para proteger os parceiros, o que faz com que grande parte seja ré primária.

A tendência de aumento do número de mulheres encarceradas é mundial, nesse espaço até então, predominantemente masculino, alcançamos uma média mundial de 6% da totalidade da população encarcerada. O relatório do World Female Imprisonment List, divulgado em novembro de 2017 pelo *Institute for Criminal Policy Research da Birkbeck, University of London*, traz informações de que o Brasil, com 44.700 detentas, está na quarta posição no ranking mundial, ficando atrás apenas dos EUA (211.870), China (107.131) e Rússia (48.478) e que o crescimento da população feminina encarcerada alcança níveis bem maiores que o da população masculina.

O encarceramento feminino torna-se ainda mais problemático que o masculino pelas características biológicas e o papel social da mulher, uma vez que a privação da liberdade caminha junto com a violação do direito de convivência com os filhos menores, a dignidade relacionada à saúde da mulher devido a precariedade e a ausência de assistência dentro dos presídios e os abusos sexuais que são submetidas, o que mostra que o Brasil não cumpre os tratados e normativas internacionais que assinou com a ONU, como as regras mínimas para o tratamento dos prisioneiras, com casos em que a demora do julgamento faz com que o tempo de aprisionamento seja maior que a pena cominada.

OBJETIVOS

Apresentar o perfil das mulheres que integraram a população carcerária feminina do estado da Bahia entre os anos de 2009 a 2014; Descrever a situação de penitenciárias femininas e/ou mistas na Bahia; Discutir a questão da violação do direito à maternidade e convivência com os filhos menores, a dignidade relacionada à saúde da mulher devido a precariedade e a ausência de assistência dentro dos presídios.

JUSTIFICATIVA



Percebe-se a necessidade de um estudo que promova o conhecimento acerca do encarceramento feminino e dos vários problemas que o rodeiam, para que as informações encontradas e analisadas possam resultar em benefícios e indicativos de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento que se dedicam a estudar a sociedade, as questões de gênero e as relações da área jurídica com recorte estadual.

METODOLOGIA

Abordagem descritiva-quantitativa através do levantamento e filtragem dos dados coletados no relatório INFOPEN Mulheres 2014, que possibilitam a construção de gráficos para auxiliar no processo de análise e compreensão do perfil das mulheres encarceradas na Bahia no período de interesse da pesquisa, de 2009 a 2014.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Dos dados levantados na hipótese do referido trabalho: de que a população carcerária feminina na Bahia entre os anos de 2009 e 2014 era composta em sua maioria por mulheres negras, jovens, de baixa renda, baixa escolaridade e que possuíam filhos de até doze anos; o único item não confirmado, refere-se ao dado de número de filhos menores de 12 anos, pois a análise dos números obtidos mostra que apenas um percentual de 12,1% de mulheres encarceradas possui filhos nessa faixa etária.

Sobre as questões relacionadas aos entraves referentes ao exercício do direito materno das mulheres encarceradas, julga-se necessário uma revisão da legislação vigente. Faz necessário, identificar e questionar os bloqueios do exercício dos direitos maternos e elaborar propostas de políticas públicas voltadas para a revisão da legislação, com vistas à erradicação da violação do direito ao exercício da maternidade.

É necessário afirmar que se evidenciou algumas situações do encarceramento feminino na Bahia que são invisíveis para a sociedade e outras minimamente percebidas, mas que se instalam de maneira alarmante nos presídios. O Estado, através das administradoras penitenciárias, pode e deve se questionar sobre os fatores implícitos a esses dados e buscar minimizar os problemas através de políticas públicas específicas para mulheres.



REFERÊNCIAS

BRIEF, World Prison. **More than 714,000 women and girls are in prison around the world, new report published by the Institute for Criminal Policy Research shows.** 4^o ed. Disponível em: <<http://prisonstudies.org/news/world-female-imprisonment-list-fourth-edition>> Acesso em 01/05/2018.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth; SANTOS, Adriano Rodrigues. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. **Anais do III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade**, 2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias - infopen mulheres junho de 2014.** Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>> Acesso em: 27 de março de 2018.

SILVA, Jorge da. **120 anos de abolição.** 1ed. Editora: Hama, 2008.



Este trabalho é resultado do projeto de pesquisa-intervenção do Mestrado em Ensino e Relações Étnicas Raciais, na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), *campus* Paulo Freire, de Teixeira de Freitas, extremo sul baiano (Brasil). Dentre as atividades realizadas no projeto, houve a Oficina de Tranceiras, que foi realizada no dia 18 de dezembro de 2017, organizada pelo Empodere-se, em galpão da ONG Paspas, localizado no bairro Tancredo Neves, da cidade acima citada.

A oficina foi feita apenas com mulheres moradoras do bairro, que é considerado periférico na cidade, bairros próximos a ele e ocupações. O objetivo principal foi proporcionar às cursistas uma forma de empregabilidade, já que, a maioria das mulheres não tinha nenhuma forma de renda, além de discutir sobre a negritude e como a mulher pode ser protagonista de sua própria história, promovendo o conhecimento sobre tranças e tratamento de cabelos crespos para profissionalização das cursistas.

Toda a oficina foi pensada sobre a acessibilidade para mulheres pobres e negras. As mulheres que tinham filhos pequenos podiam levar as crianças para a oficina que, ao lado do galpão, foi preparado um local para recreação com as crianças. Também procuramos preparar o local dentro do bairro, em uma ONG já existente lá, pois, assim, elas não teriam problemas com transporte. Além disso, caso elas resolvessem seguir o trabalho como tranceiras, o material para se começar é apenas um pente e o retorno financeiro pode ser de 40 reais, para uma trança simples, a 350 reais, para tranças mais elaboradas.

As cursistas e a professora do curso foram entrevistadas, mas, neste trabalho, analisamos apenas as relações interdiscursivas presentes na entrevista da professora, que gosta de ser chamada de Pandora Ravenna, seu nome artístico, da qual ela conta como sua experiência de vida, mulher e negra, e sua experiência como tranceira, empreendedora, a ajudou em seu empoderamento pessoal e em de outras mulheres. Para isso, utilizamos o conceito de discurso e interdiscurso proposto por Norman Fairclough (2001 e 2003), da Análise de Discurso Crítica.

Fairclough (2001) diz que o termo discurso considera “o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (p. 90). Isso implica dizer que o discurso é moldado a partir de uma determinada estrutura social, e que, por meio do discurso, as pessoas podem agir sobre o mundo, ou seja, o discurso é um elemento imprescindível para uma mudança social. Fizemos uma escolha



Mónica Carrillo Zegarra (2005), em Ações Afirmativas e Afro-Descendentes na América Latina: análise de discursos, contra-discursos e estratégias, debate sobre as discussões que ainda circulam na aplicação de ações afirmativas, que, por vezes, tentam diminuir a importância desse tipo de política. Ela explica que “as políticas de ação afirmativa podem ser concebidas como a materialização das reparações que se propõem do ponto de vista ético como uma responsabilidade moral compensatória pelos danos ocasionados pela escravidão” (ZEFARRA, 2005, p. 338), e não uma forma de privilégio, como muitos colocam por desconhecer a importância de tipo de ação e da própria história do Brasil.

Na entrevista com Pandora, observamos interdiscursos envolvidos no debate sobre as tranças, cabelos afros, ancestralidade, negritude, emancipação financeira, feminismo, dentre outros. Para realizar a análise, gravamos áudio com ela e depois transcrevemos o texto. Um dos discursos identificados, que destacamos neste resumo, foi o da ‘meritocracia’ quando a professora expos que teve que iniciar a trabalhar aos 12 anos e tinha que se esforçar para conquistar clientes e ‘vencer na vida’. Nesse ponto da entrevista, ela fala de outros temas como trabalho infantil e maternidade na adolescência, porém, ela não olha de forma negativa, pois entende que o esforço na infância fez bem para o crescimento dela. Ainda pode ser ressaltado o discurso da desigualdade racial e de gênero implícitos e o discurso capitalista. Esse é o cotidiano de milhares de mulheres negras em nosso país, que, por começar a trabalhar cedo, dificilmente concluem os estudos, não conseguem melhores trabalhos e o círculo da pobreza e da miséria se multiplica, mas isso é fantasiado pelo discurso da meritocracia que diz que aquele que se esforça mais, consequentemente, teria melhores condições financeiras.

Outro discurso presente nas entrevistas é o discurso do empoderamento feminino negro por meio das tranças e da valorização estética. Assumir os cabelos crespos é o primeiro passo para luta feminina nas relações de poder. Santos (2005) argumenta que o ‘desejo do branqueamento’ no Brasil sempre foi forte. Durante o movimento abolicionista, houve grandes esforços de se povoar o país de pessoas brancas, julgando-se que assim, manteria uma raça ‘superior’. Além da ‘alienação’ do povo negro, fazendo com estudos racistas argumentassem que os negros vinham de uma raça inferior. Impregnar o pensamento na cultura da sociedade brasileira de tudo que pertencesse ao movimento negro fosse ‘negativo’



insistiu décadas e, até hoje, percebemos que pessoas tentam negar suas origens e buscar o autobranqueamento, tendo como parâmetro de perfeição e de beleza o mundo da cultura europeia branca. Sobre os cabelos femininos, por exemplo, algumas mulheres alisam os cabelos por serem socialmente ensinadas a acharem feio os cachos ou os cabelos crespos tidos como ‘cabelo ruim’, ou, de forma ainda mais grosseira, quando são alvos de nomes pejorativos como ‘cabelo pixaim’. Algumas mulheres têm dificuldades em assumir os cabelos crespos, e para que eles tenham aparência de lisos, passam por diversas submissões químicas, colocando em risco a saúde dos fios e, claro, a saúde psíquica, já que não se aceitam com a aparência e os traços negros naturais.

REFERÊNCIAS

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Izabel Magalhães (Coordenadora da tradução). Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. Londres: Routledge, 2003.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. CANDIANI, Heci Regina (trad.). São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, G. A. dos. **A invenção do ‘ser negro’**: um percurso das ideias que naturalizam a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesb; Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ZEGARRA, M. C. Ações afirmativas e afro-descendentes na América Latina: análise de discursos, contra-discursos e estratégias. In: SANTOS, S. A. dos (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2005. (p. 335-357).



do conceito de “sexo”, que se situa no plano biológico, e assume um caráter intrinsecamente relacional do feminino e do masculino (ARAÚJO, 2005, p. 42).

Conquanto, aponta que para além da característica histórica, o conceito de gênero pode ser empregado como um conceito político, transferindo essa análise para um plano de transformação da própria realidade social. Mostra que, a partir do desenvolvimento das perspectivas essencialistas e culturalista:

“O discurso essencialista exalta a “diferença sexual” e defende a existência de uma “essência feminina”. Psicologizando ou biologizando as constatações sociológicas e culturais historicamente produzidas, realizam afirmações universalistas que aprisionam a feminilidade em modelos estruturados, ainda que ideologicamente valorizados (mulher como mãe e esposa). Supõe um feminismo universal e acaba justificando a discriminação das mulheres em função da essência feminina. Na perspectiva culturalista, as diferenças sexuais provêm da socialização e da cultura” (ARAÚJO, 2005, p. 45).

Sendo assim, a teoria do reconhecimento de Axel Honneth é representação da luta pela emancipação feminina discriminada pela violência de gênero, visto que a sociedade entende a mulher dentro de determinadas funções sociais, como mãe e esposa em sua essência. Dessa forma, o direito a escolha sobre a própria vida e decisões que lhe cabem, estão sendo desrespeitados por uma privação de direitos, em que o Estado tem papel de decisão sobre as ações da mulher, naquilo que desrespeita ao direito de abortar, uma injustiça acometida sobre o próprio corpo feminino e as suas decisões de escolha.

De mesmo modo, as mais diversas formas de violência acometidas sobre as mulheres nas sociedades estão caracterizadas na forma negativa do amor e da solidariedade, visto que as violências, sejam elas psicológicas ou físicas, que são formas comuns de violência no âmbito doméstico, são entendidos por Honneth como formas de maus tratos e violação, violência essas que também carregam a degradação moral e a própria dignidade do sujeito. Assim, a mesma sociedade que se propõe a manter as mulheres ligadas ao seu lar, é a mesma que produz e conduz à violência doméstica.

As formas de autorrespeito representam o fim da violência e da dominação de gênero na cultura machista, sendo responsáveis pelo acolhimento do outro que é ao mesmo tempo si mesmo, por meio do amor, da solidariedade e o direito, visto que esses são estabelecidos em uma relação positiva ao reconhecer-se como indivíduo subjetivo e intersubjetivo.



RESULTADOS

Tabela 1 – Distribuição por cor das trabalhadoras sócias segundo cadastro do STIMMETALSC*, 2018.

Empresa	Auto declaração		Total sócias nas empresas	%	
	Negra/parda	Branca		Negra/ parda	Branca
Electrolux	32	93	209	15%	44%
Tecumseh	101	137	274	37%	50%
Volkswagen	17	66	92	18%	72%
Total	150	296	575	26,09%	51%

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de São Carlos, 2018

Tabela 2 – Principais áreas de atuação das trabalhadoras negras segundo cadastro do STIMMETALSC*, 2018.

Empresa	Área de atuação		Total sócias nas empresas	%	
	Produção	Administrativo		Produção	Administrativo
Electrolux	41	3	209	20%	1%
Tecumseh	100	1	274	36%	0%
Volkswagen	17	0	92	18%	0%
Total	158	04	575	74,59%	1%

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de São Carlos, 2018.

De acordo com os dados demonstrados nas tabelas, percebe-se que as maiores contratações são de mulheres declaradas brancas (vide tabela 1). Em contrapartida as mulheres negras (vide tabela 2), estão concentradas na área produtiva de forma massiva, o que torna praticamente nula o acesso às áreas administrativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou as áreas de maior atuação das trabalhadoras negras e pardas, e o impacto que isso representa na vida das trabalhadoras negras metalúrgicas na cidade de São Carlos – SP.

Mediante a apresentação dos dados comprova-se que a questão de gênero e racial, precisa avançar na categoria metalúrgica, sendo uma das mais organizadas. A falta de políticas específicas – ações afirmativas - é fortemente carente, dificultado a mobilidade social das trabalhadoras.



Apesar dos níveis de escolaridade terem crescido nos últimos anos, as mulheres negras e sócias do Sindicato dos Metalúrgicos continuam invisibilizadas pelo teto de vidro nas três maiores indústrias são-carlense. O racismo estrutural arraigado e o preconceito são intrínsecos a sociedade brasileira. O que contribui de forma negativa para a lacuna contratual dessas mulheres nas linhas de frente dos ambientes organizacionais citados, onde o poder de decisão é maior.

A inserção de uma pauta permanente de negociação junto às empresas sobre a questão racial é a sugestão como modo de estabelecer critérios nas próximas contratações para os cargos administrativos, de chefias e afins, para diminuição dos desníveis salariais e sociais.

Que esse trabalho possa ser o pontapé na ampliação de mais estudos e pesquisas sobre o tema, colaborando dessa forma com a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos, nas tomadas de decisões nas próximas Campanhas Salariais da categoria.

REFERÊNCIAS

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**: Tradução de Heci Regina Candiani – 1 ed. São Paulo. Boitempo. 2016.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, p.17.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

COELHO JUNIOR, P. J. **Executivos negros: racismo e diversidade no mundo empresarial. Uma abordagem socio-antropológica**. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 152 p. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO CARLOS. Disponível em: <http://www.metalurgicosdesaocarlos.org.br>. Acesso em: 07 nov. 2017.



EIXO TEMÁTICO II – DESIGUALDADES AMBIENTAIS



GRUPO DE TRABALHO AB 001

GRANDES EMPREENDIMENTOS, DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS.

Coordenadoras:

M.^a Carolina de Oliveira e Silva Cyrino (doutoranda no PPGS/UFRGS)

M.^a Andressa Christiane Pereira (Instituto Deságua e pesquisadora no LabGest/UFES)

M.^a Eliane Meire de Souza Araújo (pesquisadora no LabGest/UFES)



SEMEANDO SUA PRESENÇA
NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS

SINGING YOUR PRESENCE
NARRATIVES OF BLACK WOMEN QUILOMBOLAS

SEMEANDO SU PRESENCIA
NARRATIVAS DE MUJERES NEGRAS QUILOMBOLAS

Renata Beatriz Rodrigues da Costa²⁹

RESUMO: Neste resumo expandido, proponho apresentar a trajetória de uma mulher negra quilombola. Para isso, foi realizada uma pesquisa etnográfica durante dez meses na comunidade quilombola de Linharinho, localizada na região norte do Espírito Santo (Brasil), para a elaboração de uma dissertação de mestrado. A análise terá como pano de fundo o referencial teórico da memória social como elemento interpretativo que possibilita detalhar projetos e pontos de vista das mulheres moradoras da referida comunidade quilombola.

Palavras-chave: Mulheres; Quilombolas; Memória; Trajetória.

ABSTRACT: In this expanded summary, I propose to present the trajectory of a black quilombola woman. For that, an ethnographic research was carried out for ten months in the quilombola community of Linharinho, located in the northern region of Espírito Santo (Brazil), for the elaboration of a master's dissertation. The analysis will have as a background the theoretical framework of social memory as an interpretive element that allows detailing the projects and points of view of women living in the said quilombola community.

Keywords: Women; Quilombolas; Memory; Trajectory.

RESUMEN: En este resumen ampliado, propongo presentar la trayectoria de una mujer quilombola negra. Para ello, se realizó una investigación etnográfica durante diez meses en la comunidad quilombola de Linharinho, ubicada en la región norte de Espírito Santo (Brasil), para la elaboración de una disertación de maestría. El análisis tendrá como trasfondo el marco teórico de la memoria social como elemento interpretativo que permite detallar los proyectos y puntos de vista de las mujeres que viven en dicha comunidad quilombola.

Palabras clave: Mujeres; Quilombolas; Memoria; Trayectoria.

O objetivo principal desta comunicação é apresentar alguns dos resultados de uma pesquisa etnográfica que está em andamento (2018) na comunidade quilombola de Linharinho, localizada na região norte do Espírito Santo (Brasil) para a confecção de uma dissertação.

A memória é a categoria utilizada para descrever a trajetória da quilombola Dona Gessi a partir de sua relação com a Umbanda, da inscrição em religiosidades diferentes e das posições ocupadas por ela ao longo dos anos.

A partir de entrevistas, matérias de jornal, jornal comunitário, monografia, dissertações o produto final deste trabalho será em analisar como a construção do nome próprio está

²⁹ Mestranda em Ciências Sociais, UFES, Vitória, Brasil. E-mail: re_beatriz@hotmail.com.



relacionada à fatos, lugares e pessoas. A memória é coletiva e está narrada também pelos seus familiares acrescentando outras nuances a esta trajetória.

Tomando como ponto de partida a noção de que o nome próprio é um tipo de instituição de totalização e unificação do eu e que por meio dele institui-se uma identidade social constante e durável, objetiva-se demonstrar como a linguagem é utilizada pelos sujeitos com a finalidade de conceber, sustentar e mudar significados em torno do nome.

Ademais, também será realizado o cruzamento da ideia do nome a uma devoção existente nas comunidades negras da região norte do Espírito Santo: as mesas ou assentamentos de santo. No caso da comunidade de Linharinho o assentamento ou mesa de Santa Bárbara era uma devoção, na qual, eram realizadas no passado sessões em que as pessoas comunicavam-se com caboclos das matas, ancestrais denominados nagôres (familiares divinizados) e outras entidades do panteão das religiões afro-brasileiras, dentre outras práticas.

O assentamento se mostra como um lugar de memória aos quais estão relacionados: familiares, entidades, objetos rituais e afetos. A estrutura do assentamento é composta atualmente por um conjunto de tijolos contíguos à parede, os tijolos formam um quadrado que foi coberto com cimento, em cima do cimento temos imagens de Santa Bárbara, São Sebastião, e têm-se também pedras de corisco dentro de gamelas de madeira: objetos rituais que são e representam os nagôres e outras divindades, uma foto de uma das matriarcas da comunidade e zeladora já falecida também está disposta sobre a estrutura ,além de uma garrafinha de plástico com dendê alaranjado: elemento ritual constituinte da devoção.

Dessa devoção no presente permanecem o zelo das mulheres da comunidade que, ligadas entre si pelo parentesco, são encarregadas de realizar a lavagem das pedras com água, ervas e dendê em dias específicos como: o dia de Iansã e o sábado anterior ao domingo de páscoa.

A partir das memórias dos depoimentos das zeladoras no Linharinho é possível considerar que a mesa ou assentamento desempenhou um papel semelhante ao da capela católica que lá existe atualmente: uma vez que as sessões nas mesas reuniam as pessoas e conformavam relações de solidariedade e parentesco. Segundo elas eram realizados batismos e benzimentos, além das consultas e conselhos dados pelas entidades, o que a pesquisa



realizada até o momento indica é que a incorporação dos nagôres continua acontecendo ainda que não sejam realizadas sessões.

Assim, diante do exposto, aponto para a recuperação dos percursos, das trajetórias de mulheres negras no Espírito Santo. Utilizar a memória e o nome como categorias para interpretar a rede de relações e trocas entre as pessoas mediada pela experiência religiosa, afetiva e familiar remete para a importância histórica da construção do nome, algo que no passado foi negado às populações escravizadas na diáspora negra. Trata-se, enfim, de descrever como se constrói um nome.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M.(Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. P. 183-191

MACIEL, Cléber. **Candomblé e Umbanda no Espírito Santo**, Práticas culturais religiosas afro-capixabas. Espírito Santo, Vitória Departamento Estadual de Cultura, 1992.

NOVAES, Maria Stella de. A Escravidão e a Abolição no Espírito Santo. História e Folclore. Vitória, Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria da Cultura, 2010.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Negros no Espírito Santo**. Cléber Maciel. 2^a Edição, Vitória, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RODRIGUES, Luiz Henrique. **Quilombolas e jongueiros: uma etnografia nas comunidades de Linharinho e Porto Grande, Conceição da Barra (ES)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória 2016.

SILVA, Sandro José da. **Do fundo daqui**. Luta política e identidade quilombola no Espírito Santo. Tese (Doutorado em antropologia) Programa de pós-graduação em antropologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro 2012.



entonces, es un dispositivo de cooperación para la solución de esta desigualdad en relación con el uso de la tierra; Por lo tanto, es necesario crear herramientas de comunicación entre el puerto y la ciudad para transformar este espacio de lucha. Las perspectivas presentadas se basan en estudios académicos, a través de estudios bibliográficos y también comunicación directa con CODESA), para dialogar sobre el impacto de la actividad portuaria.

Palabras clave: Acción portuaria; Porto; Compromiso social; Comunidad; Los inquilinos.

INTRODUÇÃO

A mudança do setor portuário e o crescimento da cidade são constantes, uma vez que alterações externas e internas impactam diretamente nesses campos, visto que o Porto influencia, diretamente, no desenvolvimento da cidade. Hodiernamente, ao redor de Porto de Vitória, estabelecido na capital do estado do Espírito Santo (Brasil) é totalmente povoado, porém, até 1960, Vitória não era desenvolvida dessa maneira, sendo que a maioria dos cidadãos ainda habitavam em áreas rurais (BUFFON; 1992). No entanto, essa conjuntura se modificou devido ao aumento da produção cafeeira, a qual agregou valor ao porto para a metrópole tornando-se o centro de passagem dos processos de importação e exportação do Estado. Além disso, outros investimentos foram destinados para o auxílio do porto, como a urbanização de Vitória e também as instalações dos novos cais visando uma melhoria na infraestrutura. O avanço da cidade, segundo Buffon (1992), ocorreu em virtude da ação portuária, onde, então, desenvolveu-se atividades portuárias que levou a aglomeração urbana próximo a região do porto. Desta maneira, podemos concluir que os fatores relatados pelo autor são similares com que ocorreram no crescimento da cidade de Vitória com a instalação do Porto.

A comunidade, de modo geral, viu-se prejudicada com o avanço portuário, assim gerou conflitos sobre a forma de utilização de um mesmo solo onde ambos possuem finalidades distintas para o território (LEITE; MONIÉ, 2014). O grande impasse para essa discussão é mensurar a função deste perímetro urbano. Isso porque, o Porto de Vitória está localizado na região do Centro da cidade, onde, para os arrendatários do Porto de Vitória é visto como um espaço econômico e comercial, diferentemente da comunidade portuária que se preocupou com os impactos econômicos e ambientais que o porto pode acarretar para essa região. Todavia, ao longo do crescimento da enseada portuária, as preocupações do porto foram sendo direcionadas, também, para um olhar social e ambiental; como por exemplo o Programa de Visitas – Da Cidade ao Porto, o qual será apresentado na sessão seguinte.



O objetivo é identificar os canais de comunicação das arrendatárias do Porto de Vitória com a sociedade civil ao redor do porto. De acordo com análise das políticas das arrendatárias, deve-se observar quais medidas mitigadoras são aplicadas nos impactos econômicos e ambientais de suas atividades na comunidade ao redor do Porto.

A INTEREÇÃO ENTRE CIDADE-PORTO VISANDO O ENGAJAMENTO SOCIAL COMO SOLUÇÃO DA DESIGUALDADE ECONÔMICA

Os portos são responsáveis, em sua maioria, por causar impactos significativos nas cidades em que são estabelecidos. As consequências da construção de um porto em uma cidade podem ser tanto negativas quanto positivas, como, por exemplo, a degradação do meio ambiente local e o desenvolvimento econômico da região, respectivamente (LAPA; BORGES, 2007). Embora, para uma cidade tornar-se portuária, deve haver uma aproximação contínua entre ambos a fim de buscar a capacidade de competência entre os movimentos dos desenvolvimentos das cidades e portos. As cidades portuárias, todavia, não se restringem, unicamente, nos meios econômicos e comerciais (MONIÉ; VIDAL, 2006).

Apesar disso, os centros das capitais com portos vêm enfrentando desafios, como o de se enquadrar às necessidades da globalização. Logo, a flexibilização da economia, evolução dos meios de transporte, comunicação, informação e logística são consideradas fundamentais para a otimização dos portos em seus serviços (LAPA; BORGES, 2007).

A integração cidade-porto, portanto, deve ocorrer de modo ordenado para que ambos estejam alinhados no desenvolvimento (MONIÉ; VIDAL, 2006). Diante disso, a Companhia de Docas do Espírito Santo (CODESA) busca executar programas de relacionamento com a sociedade, os quais incentivam a comunicação entre os dois, um deles é o Programa de Visitas – Da Cidade ao Porto, iniciado em 2013 pela Coordenação de Marketing, juntamente, com outros departamentos, cujas áreas utilizaram o projeto como uma maneira para aproximar essa relação (DA CIDADE AO PORTO, 2017).



Diante da análise e estudo desse quadro, os portos devem buscar um meio de comunicação com os bairros a fim de desenvolver a ideia de crescimento mútuo para que os dois possam se beneficiar conjuntamente do progresso da relação entre os arrendatários do Porto de Vitória para com a comunidade portuária. A metodologia utilizada para alcançar o resultado foi por meio de um estudo exploratório e analítico, qualitativo, por intermédio de fontes primárias dos arrendatários do Porto de Vitória e secundárias sobre engajamento social como solução para a desigualdade econômica entre cidade-porto. Portanto, o engajamento ocorre por meio de esforços conjuntos, assim é possível adquirir uma boa comunicação, e, neste caso, mostrar o valor que o porto agrega para a cidade e vice-versa.

REFERÊNCIAS

Buffon; José Antonio. **Café e a urbanização no espírito santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar**. Campinas. 395 fls. Mestrado - Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1992. Disponível em: <repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/285347/1/Bufferon_JoseAntonio_M.pdf>. Acesso em: 16 de jul. de 2018.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA. **Relatório anual 2018 dos programas de educação ambiental e comunicação social do Porto de Vitória**. 2018.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO – CODESA. **Relatório anual 2017 do Programa de visitas: Da cidade ao porto, do Porto de Vitória**. 2017.

LAPA, Tomás de Albuquerque; BORGES, Jennifer dos Santos. **Cidade portuária: integrando espaços, estruturas e interesses numa perspectiva de desenvolvimento sustentável**. Olinda, **Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada**. 2007. Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org/ceci/en/informacao/acervo-para-download/.../2-ursos.html?...>>. Acesso em: 22 de out. de 2016.

LEITE Aline Fernandes; MONIÉ Frédéric. **A GEOPOLÍTICA E A ANÁLISE DOS CONFLITOS TERRITORIAIS LOCAIS NAS CIDADES PORTUÁRIAS**. Rio de Janeiro, **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**. 2014. Disponível em: <<http://www.editoralettera1.com/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p1070-1081.pdf...>>. Acesso em: 06 de jun. de 2018.

MONIÉ, Frédéric; VASCONCELOS, Flavia Nico. **Evolução das relações entre cidades e portos: entre lógicas homogeneizantes e dinâmicas de diferenciação**. **Revista franco brasileira de geografia**. p. 1-16. 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/7685?lang=pt>>. Acesso em: 06 de jun. de 2018.



feira municipal de Alegre, estado de Espírito Santo (Brasil), sobre la existencia, cultivo, consumo y comercialización de plantas alimentarias no convencionales (PANC's), con el objetivo de expandir la difusión para la democratización de estos recursos alimentarios y para el rescate del conocimiento tradicional. Se clasifica como una investigación social descriptiva con base exploratoria participativa, donde los investigadores y los participantes participan de manera cooperativa, calificando como referencia el empirismo del agricultor. Para la recolección de datos, se utilizó un cuestionario semiestructurado, observación directa con registros de diario de campo y captura de imágenes. Se ha demostrado que es posible obtener una variedad relevante de alimentos solo visualizando lo que el ambiente viene espontáneamente sin tener que plantar a propósito. Estos recursos alimentarios despenalizados tienen un gran potencial para suprimir la situación de vulnerabilidad alimentaria de los grupos sociales desfavorecidos por el sistema agroeconómico actual. **Palabras claves:** Agricultura familiar; Agroecología; Conocimiento Tradicional; Sistema Agroeconómico; Vulnerabilidad Social.

Nos últimos anos, estudos apontam a utilização de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC's), como um caminho para o desenvolvimento sustentável, a diminuição do desperdício de alimentos, o combate a fome e para uma alimentação funcional e nutricionalmente satisfatória. A enorme quantidade de espécies silvestres e semi-domesticadas comestíveis, representam as abundantes possibilidades que teríamos de nos alimentar de forma autônoma.

Grande parte dessas plantas são consideradas espontâneas, ou seja, em geral, tratam-se de plantas bem adaptadas que desenvolvem-se na maioria das vezes sem tratos culturais, dispersando-se em meio a lavouras, hortas abandonadas, quintais e calçadas, apresentando resistência e bom desenvolvimento mesmo em condições adversas para a maior parte das plantas (BAKER, 1965, 1974). Assim, tornando-se deveras abundantes em uma boa parte de ambientes, cultivados pelo homem ou não e mesmo em ambientes urbanos (BREDARIOL, 2015).

É imprescindível salientar a questão do acesso aos alimentos, uma vez que isso difere da disponibilidade dos mesmos. Os alimentos podem estar disponíveis conforme pode ser apontado por estatísticas que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) levanta para o mundo de tempos em tempos, contudo, alguns segmentos das populações certamente não tem acesso aos mesmos (BELIK, 2003). As Plantas Alimentícias Não Convencionais, conhecidas como “inço”, “daninhas” ou “mato”, podem ser uma alternativa de fácil acesso e barata para consumir alimentos saudáveis e suprir as necessidades básicas de populações em situação de vulnerabilidade social, além de melhorar a qualidade da dieta.



“A segurança alimentar e nutricional - SAN - consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (art. 3º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006).

As PANC's possuem um papel eminente em relação à segurança e a soberania alimentar. Estudos comprovam que plantas silvestres são mais ricas nutricionalmente do que as plantas domesticadas. Tratando-se de hortaliças e frutas silvestres, normalmente os teores minerais são expressivamente maiores do que em plantas domesticadas (BOOTH et al., 1992; GUERRERO et al., 1998; SUNDRIYAL; SUNDRIYAL, 2004; LETERNE et al., 2006; FLYMAN; AFOLAYAN, 2006; ODHAV et al., 2007). Além dos minerais, por via de regra, frutas e hortaliças não-convencionais são mais ricas em fibras e compostos com funções antioxidantes (SCHMEDA-HIRSCHMANN et al., 2005; ODHAV et al., 2007) e muitas são fontes de proteínas superiores às fontes vegetais convencionais (ALETOR et al., 2002; FASUYI, 2006; FASUYI, 2007; ODHAV et al., 2007). Entretanto, a diversidade utilizada nos dias de hoje se apresenta ínfima frente à descomunal diversidade existente, levando-nos a discutir a forma como a espécie humana vem se alimentando (BREDARIOL, 2015).

Via de regra, as hortaliças desse grupo ainda não estão organizadas em cadeia produtiva, pois a maior parte das pessoas não sabem que as PANC's podem servir de alimento e acabam descartando essas plantas silvestres de alto valor nutritivo. São plantas que não receberam a merecida atenção por parte da comunidade técnico-científica e da sociedade como um todo. Um mesquinho número delas apresenta comprovação científica de suas propriedades. Outrora, diversas dessas espécies eram empregadas na alimentação, mas atualmente encontram-se em desuso, até mesmo pelas pessoas de origem rural, que já não sabem mais quais delas têm potencialidade alimentícia. É justamente esta falta de informação sobre as potencialidades e métodos de preparos a principal razão para a não utilização dessas hortaliças (MAPA, 2010; KINUPP; BARROS, 2004). Além de enorme perda no que se refere à utilização da biodiversidade brasileira, esse descaso representa também a perda do saber das comunidades e comunidades tradicionais, saberes estes que são constantemente menosprezados pelos cientistas.



Estima-se que apenas doze espécies são responsáveis por 80% do alimento consumido no planeta (LADIO, 2005; FAO, 2004). Os pequenos agricultores são potenciais produtores de alimentos não convencionais, pois tem na sua forma de produção, a inteligência de propiciar uma maior variedade de alimentos (MING, 2007). Este levantamento etnobotânico de espécies alimentícias não convencionais, demonstra como é possível obter uma variedade significativa de plantas das quais o ser humano pode se alimentar atentando-se aquilo que o meio provêm, sem ao menos termos o trabalho de intencionalmente plantar tais espécies, revelando novas possibilidades que podem vir a auxiliar desde situações de vulnerabilidade alimentar até o incremento da gastronomia como a conhecemos atualmente.

REFERÊNCIAS

ALETOR, V. A. et al, 2002 Chemical composition of common leafy vegetables and functional properties of their leafy vegetables. **Food Chemistry**, v. 53, n. 4, p. 63-68, 2002.

BAKER, H.G. Characteristics and modes of origin of weeds. In: BAKER, H.G.; STEBBINS, G.L.(Ed.) **The genetics of colonizing species**. New York: Academic Press, 1965. p. 147-172.

BAKER, H.G. **The evolution of weeds**. **Annual Review of Ecology and Systematics**, v.5, p.1-24, 1974.

BELIK, W. - **Saúde e Sociedade**, 2003 - SciELO Brasil.

BOOTH, S et al. Nutrient content of selected indigenous leafy vegetables consumed by the Kekchi people of Alta Verapaz, Guatemala. **Journal of Food Composition and Analysis**, v. 5, n. 1, p. 25-34, 1992.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. **Manual de hortaliças não-convencionais**. Brasília, DF, 2010. 92p.

Brasil. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (Losan)**. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006; 18 set.

BREDARIOL, Lucas Rossetti. Levantamento e caracterização das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC'S) espontâneas presentes em um sistema agroflorestal no município de Rio Claro-SP. 2015. 45 f. Trabalho de conclusão de curso (Ecologia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2015.

DÍAZ-BEATANCOURT, M. et al “Weeds as a source for human consumption. A comparison between tropical and temperate Latin America” **Revista Biológica Tropical** Vol 47, N°3, San José, Costa Rica, 1999.



FAO “El estado mundial de la agricultura y la alimentación”. Roma, 2009.

FASUYI, A. O. Nutritional Potentials of some tropical vegetable leafy meals: Chemical characterization and functional properties. **African Journal of Biotechnology**, v. 5, n. 1, p. 49-53, 2006.

FASUYI, A. O. Bio-nutritional evaluations of three tropical leafy vegetables (*Telfairia occidentalis*, *Amaranthus cruentus* and *Talinum triangulare*) a sole dietary protein sources in rat assay. **Food Chemistry**, v. 103, n. 3, p. 757-765, 2007.

FLAYMAN, L. V.; AFOLAYAN, A. J. The suitability of wild vegetables for alleviating human dietary deficiencies. **South African Journal of Botany**. v. 72, n. 4, p. 492-497, 2006.

GUERRERO, J. L. G, et al. Mineral nutrient composition of edible wild plants. **Journal of Food Composition and Analysis**, v. 11, n. 4, p. 322-328, 1998.

KINUPP, V.F.; BARROS, I.B.I. Levantamento de dados e divulgação do potencial das plantas alimentícias alternativas do Brasil. **Hortic. Bras.**, v. 22, n. 2, 2004. Suplemento. CD-ROM.

LADIO, A. “Malezas exóticas comestíveis y medicinales utilizadas en poblaciones Del noroeste patagónico: aspectos ethnobotánicos y ecológicos”. **Boletim Latinoamericano de fitoquímica**, Santiago, Chile. 4: 75-80, 2005.

LETERNE, P. et al. Mineral content of tropical fruits and unconventional foods of the Andes and the rain Forest of Colombia. **Food Chemistry**, v.95, n. 4, p. 644-652, 2006.

MING, Lin Chau. UNESP/FCA. Departamento de Produção Vegetal – Setor Horticultura. Notícias, 14 de março de 2007.

ODHAV, B. et al. Preliminary assessment of nutritional value of traditional leafy vegetables in KwaZulu-Natal, South African. **Journal of Food Composition and Analysis**. v. 20, n. 5, p. 430-435, 2007.

RAPOPORT, E.H.; MARGUTT, L. S., & SANZ, E. H. “Plantas Silvestres comestíveis de La Patagonia Andina. Exóticas/ Parte I.” Programa de Extensão Universitária, Departamento de Ecologia, Centro Regional Universitário Bariloche, Universidad Nacional Del Comahue. 44p, 1997.

SCHMEDA-HIRSCHMAN, G. et al. Proximate composition and free radical scavenging activity of edible fruits from the Argentina Yungas. **Journal of the Science of Food and Agriculture**, v. 85, n. 8, p. 1357-1364, 2005.

SUNDRYAL, M.; SUNDRYAL, R. C. Wild edible plants of the Sikkim Himalaya: Nutritive values of selected species. **Economic Botany**. V. 58, n. 2, p. 286-299, 2004.



EIXO TEMÁTICO III – DESIGUALDADES NA SAÚDE



INEQUITY IN HEALTH: THE RELATION BETWEEN THE SOCIAL DETERMINATION OF HEALTH AND TUBERCULOSIS

INEQUIDAD EN SALUD: LA RELACIÓN ENTRE LA DETERMINACIÓN SOCIAL DE LA SALUD Y LA TUBERCULOSIS

Luisy Soares Melchiades³³

Sarah Gonçalves Ribeiro³⁴

Laila Ferreira Santos³⁵

RESUMO: Ao analisar a temática da inequidade em saúde e o estudo da determinação social da saúde, é possível observar que a tuberculose se constitui como um problema de saúde pública ainda nos dias de hoje. Nessa perspectiva, a questão central do trabalho pode ser expressa a partir da seguinte pergunta: os sujeitos que contraem tuberculose possuem condições socioeconômicas semelhantes? Os determinantes sociais que se apresentam na vida do sujeito que contrai tuberculose relacionam-se diretamente com seus modos e condições de vida, portanto observa-se que a incidência desta doença na população negra é 2,2 vezes maior do que na população geral. Para contribuir com o trabalho, serão buscadas informações sobre os pacientes que se trataram na Clínica de Tisiologia do Hospital Ferreira Machado – Campos dos Goytacazes (RJ/Brasil), entre maio de 2014 e junho de 2015, pois é onde ocorre o tratamento da tuberculose em caráter de internação.

Palavras-chave: Determinantes Sociais; Tuberculose; Inequidade.

ABSTRACT: When analyzing the issue of health inequity and the study of social determination of health, it's possible to observe that tuberculosis constitutes a public health problem still today. From this perspective, the central question of the work can be expressed from the following question: Do people who contracted tuberculosis have similar socioeconomic conditions? The social determinants that present themselves in the life of the subject that contracts tuberculosis are directly related to their ways and conditions of life, therefore it is observed that the incidence of this disease in the black population is 2,2 times higher than in the general population. To contribute to the work, we will seek information about the patients who were treated in the “Clínica de Tisiologia” of Hospital Ferreira Machado in Campos dos Goytacazes (RJ/Brazil), between may 2014 and june 2015 because is the place where treat the tuberculosis with hospitalization.

Keywords: Social Determinants; Tuberculosis; Inequity.

RESUMEN: Al analizar la temática de la inequidad en salud y el estudio de la determinación social de la salud, es posible observar que la tuberculosis se constituye como un problema de salud pública todavía en los días de hoy. En esta perspectiva, la cuestión central del trabajo puede ser expresada a partir de la siguiente pregunta: ¿los sujetos que contraen tuberculosis poseen condiciones socioeconómicas semejantes? Los determinantes sociales que se presentan en la vida del sujeto que contrae tuberculosis se relacionan directamente con sus modos y condiciones de vida, por lo que se observa que la incidencia de esta enfermedad en la población negra es 2,2 veces mayor que en la población general. Para contribuir con el trabajo, se buscarán informaciones sobre los pacientes que

³³ Assistente Social graduada em 2016 pela Universidade Federal Fluminense - Campos dos Goytacazes - UFF. Graduanda em Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense. Mestra em Políticas Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF (informações disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/5373805721983063>. Acessado em 13 de fev. 2020).

³⁴ Assistente Social graduada pela Universidade Federal Fluminense - UFF-PUCG. Cursando Mestrado em Políticas Sociais na Universidade Estadual Norte Fluminense – UENF (informações disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/1381820422532380>. Acessado em 13 de fev. 2020).

³⁵ Assistente Social graduada em 2016 pela Universidade Federal Fluminense UFF-PUCG. Mestranda em Políticas Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro (informações disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/6471652112190023>. Acessado em 13 de fev. 2020).



se trataron en la Clínica de Tisiología del Hospital Ferreira Machado - Campos dos Goytacazes (RJ/Brasil), entre mayo de 2014 y junio de 2015 pues es donde ocurre el tratamiento de la tuberculosis en carácter de internación.

Palabras clave: Determinantes Sociales; Tuberculosis; Inequidad.

OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho é demonstrar a determinação social da saúde para que se possa compreender porque as doenças ainda se mantêm presentes na sociedade mesmo com uma política de controle estruturada, no caso, a tuberculose. Para ajudar nessa compreensão, objetiva-se analisar e descrever as condições socioeconômicas (determinantes sociais) de sujeitos que contraíram tuberculose para compreender porque esta doença, uma das mais antigas do mundo, ainda hoje se mantém presente como um problema de saúde pública.

JUSTIFICATIVA

O estudo sobre essa temática justifica-se pelo interesse das autoras com o tema “tuberculose” a partir do estágio curricular durante a graduação. Justifica-se o levantamento proposto sobre os pacientes internados no Hospital Ferreira Machado por ser o hospital responsável em Campos dos Goytacazes de tratar em caráter de internação os sujeitos com tuberculose que se encontram bacilíferos (estágio avançado da doença quando o sujeito a transmite).

Nessa perspectiva, o conhecimento proporcionado pelas informações a serem obtidas é de grande relevância para os estudos interdisciplinares e contribui para se pensar em medidas preventivas de saúde a partir da elaboração de políticas públicas uma vez que o tratamento da tuberculose exige a proteção das condições de vida.

METODOLOGIA

Para construirmos o perfil dos pacientes com tuberculose internados na clínica de Tisiologia do Hospital Ferreira Machado entre maio de 2014 e junho de 2015 buscou-se, em primeiro lugar fazer o levantamento do número de internações por essa causa no hospital, no período delimitado.

Para a efetivação deste levantamento foram realizadas visitas ao hospital, no setor de Serviço Social com a finalidade de consultar os registros dos pacientes internados no período



BODIES IN RESISTANCE: A BRIEF ANALYSIS OF NATIONAL POLICY OF INTEGRAL HEALTH OF THE BLACK POPULATION, AND THE IMPACTS IN LIFE OF BLACK WOMEN

CORPOS EN RESISTENCIA: UNA BREVE ANÁLISIS DE LA POLÍTICA NACIONAL DE SALUD INTEGRAL DE LA POBLACIÓN NEGRA, Y LOS IMPACTOS EN LA VIDA DE MUJERES NEGRAS

Jéssica Barbosa Vianna³⁶

RESUMO: O presente estudo debruça-se sobre o esforço de contextualizar e discutir sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Brasil, e o impacto gerado na vida de mulheres negras. As políticas públicas, ou a ausência delas, afetam o viver e o existir das mulheres negras, e ao falar da política pública de saúde, muitos paradigmas e equívocos dificultam no atendimento integral das demandas dessa parcela populacional. Entende-se, sobretudo, que ao falar de “mulheres negras” é preciso qualificar suas especificidades, já que a identidade feminina negra não é homogeneizada, e as diferenças existentes marcam lugares políticos. A realização das análises teóricas, baseiam-se fundamentalmente sob os contributos de Neusa Santos Souza (1983), e na tese de doutorado de Aparecida Sueli Carneiro (2005), e permitiram compreender o modo pelo qual a raça, o gênero e a classe, com suas variáveis, influenciam na efetivação dessa política no Brasil.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Saúde; Mulheres Negras.

ABSTRACT: The present study focuses on the effort to contextualize and discuss the National Policy of Integral Health of the Black Population in Brazil, and the impact generated in the life of black women. Public policies, or their absence, affect the living and the existence of black women, and regarding the public health policy, many paradigms and misconceptions make it difficult to fully fit the demands of this populational portion. It is understood, above all, that in speaking of "black women" it is necessary to qualify its specificities, since the black feminine identity is not homogenized, and the existing differences mark political places. The realization of the theoretical analysis, are based fundamentally on the contributions of Neusa Santos Souza (1983) and on the doctoral thesis of Aparecida Sueli Carneiro (2005), and allowed to understand the way in which race, gender and class, with its variables, influences the effectiveness of this policy in Brazil.

Keywords: Public Policy; Health; Black Women.

RESUMÉN: El presente estudio se centra en el esfuerzo de contextualizar y discutir sobre la Política Nacional de Salud Integral de la Población Negra en Brasil, y el impacto generado en la vida de mujeres negras. Las políticas públicas, o la ausencia de ellas, afectan el vivir y el existir de las mujeres negras, y al hablar de la política pública de salud, muchos paradigmas y equívocos dificultan en la atención integral de las demandas de esa parcela poblacional. Se entiende, sobre todo, que al hablar de "mujeres negras" es preciso calificar sus especificidades, ya que la identidad femenina negra no es homogeneizada, y las diferencias existentes marcan lugares políticos. La realización de los análisis teóricos, se basan fundamentalmente en las contribuciones de Neusa Santos Souza (1983), y en la tesis de doctorado de Aparecida Sueli Carneiro (2005), y permitieron comprender el modo por el cual la raza, el género y la clase, con sus variables, influyen en la efectivización de esa política en Brasil.

Palabras clave: Políticas Públicas; Salud; Mujeres Negras.

³⁶ Bacharel em Serviço Social pela Faculdade IMESB – VC Bebedouro, Coordenadora do Cursinho Popular UNEafro Bebedouro Núcleo “Conceição Evaristo”, Bebedouro – SP, Brasil. E-mail: vianna.ssocial@gmail.com



e de quem é vítima, como também produz uma falsa consciência de superioridade em relação a outros seres humanos.

O cenário brasileiro alterou-se profundamente a partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, que se constituiu enquanto um marco na luta por condições dignas de saúde para a população brasileira, uma vez que fechou questão em torno da saúde como direito universal de cidadania e dever do Estado. Nesta conferência, o Movimento Social Negro participou ativamente, ao lado de outros movimentos da classe trabalhadora, sobretudo, o Movimento pela Reforma Sanitária, do processo de elaboração e aprovação das propostas. Com a Assembleia Nacional Constituinte introduziu o sistema de seguridade social na Constituição Federal de 1988, do qual a saúde passou a fazer parte como direito universal, independentemente de cor, raça, religião, local de moradia e orientação sexual, a ser provido pelo SUS (BRASIL, 1988).

Dessa forma, o movimento de mulheres negras conferiu maior visibilidade às questões específicas de saúde da mulher negra, sobretudo aquelas relacionadas à saúde sexual e reprodutiva. O racismo e o sexismo imprimem marcas segregadoras diferenciadas, que implicam restrições específicas dos direitos desse segmento, vitimando-o, portanto, com um duplo preconceito. As primeiras inserções do tema Saúde da População Negra nas ações governamentais, no âmbito estadual e municipal, ocorreram na década de 1980 e foram formuladas por ativistas do Movimento Social Negro e pesquisadores.

A vinculação entre racismo e vulnerabilidades em saúde chegou à agenda da gestão pública com mais força após a realização da Marcha Nacional Zumbi dos Palmares em 1995. Essa marcha, que levou a Brasília milhares de ativistas de todas as regiões do país, provocou a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), reunindo ativistas, pesquisadores e representantes do governo para a formulação de propostas de ação governamental.

A atuação do Movimento Social Negro brasileiro na 11ª e na 12ª Conferências Nacionais de Saúde, realizadas respectivamente em 2000 e 2003, fortaleceu e ampliou sua participação social nas instâncias do SUS. Como resultado dessa atuação articulada, foram aprovadas propostas para o estabelecimento de padrões de equidade étnico-racial e de gênero na política de saúde do País. A criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), pela Lei nº 10.678, de 23 de março de 2003, como órgão de assessoramento



direto da Presidência da República, com status de ministério, representa uma conquista emblemática do Movimento Social Negro.

Após tantos anos de luta e embate, somente em 13 de Maio de 2009, institui-se a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (portaria nº 992), que apesar de prever a necessidade da garantia da qualidade no atendimento, principalmente, das mulheres negras, ainda apresenta lacunas quanto a execução durante a oferta dos serviços.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apesar de uma melhora nos índices entre 2000 e 2010 em relação à população afro-brasileira, o analfabetismo entre as negras ainda é o dobro se comparado com as brancas. Em relação à taxa de desemprego, em 2015 foi registrado que 17,4% das mulheres negras com ensino médio estava sem emprego, contra 11,6% da média feminina. Quanto aos direitos de Saúde, por exemplo, o Ministério da Saúde (2010), que informou que 60% das vítimas de mortalidade materna no país são negras; somente 27% das mulheres negras tiveram acompanhamento durante o parto, enquanto do lado das mulheres brancas esse número chega aos 46,2%. Os dados da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, por sua vez, revelam que em 2011 a taxa de mortalidade materna era de 68,8 a cada 100 mil crianças nascidas vivas no caso de mulheres negras e de 50,6 para brancas.

Entre as mulheres negras, as principais causas de morte materna são hipertensão, hemorragia e infecção puerperal, registrados na hora do parto ou posteriormente do nascimento do bebê. O MS recomenda ao menos seis consultas médicas durante o pré-natal, medida cumprida por 74,5% das mulheres brancas, 55,7% das negras e 54,2% entre as pardas.

Apesar dos inúmeros avanços e conquistas, as mulheres negras vêm se organizando na defesa da sua identidade e pontuando suas diferenças dentro do próprio movimento negro e feminista. Resignificar uma identidade feminina, que no imaginário brasileiro, permanece representada apenas por um corpo se faz dessa forma, muito importante e necessário, conforme aborda Silva (1983, p. 77). Dessa forma, será possível compreender o corpo das mulheres negras, representado hiperssexualizado, da lascividade, e muito espriado nesse imaginário social brasileiro, de outra forma, rompendo com as estruturas cognitivas que fazem pensar o corpo delas dessa forma, cujo nem mesmo as titulações acadêmicas, tão exigidas no campo profissional e mercadológico, não impede que as relações de poder se estabeleçam.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE SOBRE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE À POPULAÇÃO NEGRA

PUBLIC HEALTH POLICIES: AN ANALYSIS ON THE PROVISION OF THE HEALTH SERVICE TO THE BLACK POPULATION

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SALUD: UN ANÁLISIS SOBRE LA PRESTACIÓN DEL SERVICIO DE SALUD A LA POBLACIÓN NEGRA

Rosimary Paula Ferreira Vargas³⁷

Michele de Oliveira Sampaio³⁸

RESUMO: Pensar em racismo é associá-lo à doença social causadora de sofrimento físico e psicológico, por isso deve ser uma questão confrontada através de Políticas de Saúde Pública. Segundo Werneck (2016), o racismo é um fenômeno ideológico, um importante fator de violação de direitos e de produção de iniquidades, especialmente, no campo da saúde. Nesse aspecto, a pesquisa propõe-se a investigar dois municípios no interior do Espírito Santo, para compreender e comparar as ações promovidas pelo SUS em relação à prestação do serviço de atendimento de saúde aos negros, sobretudo em territórios quilombolas, tendo assim, a possibilidade de compreender como se dá o racismo e seus efeitos na saúde, além de visibilizar modos, momentos e oportunidades de ação para alterar tal contexto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com utilização de entrevistas semiestruturadas, aplicadas pelos pesquisadores aos sujeitos respondentes para posterior análise de conteúdo, com base nas abordagens de Bardin (1977).

Palavras-chave: Racismo; Políticas Públicas de saúde; População Negra.

ABSTRACT: Think of racism is to associate it with social disease that causes physical and psychological suffering, so it should be an issue faced by Public Health Policy. According to Werneck (2016), racism is an ideological phenomenon, an important factor of violation of rights and production of inequities, especially in the health area. In this asped, this research proposes to investigate two countries inside Espírito Santo, to understand and compare the actions promoted by SUS in relation to the provision of health care service to blacks, especially in quilombo territories, thus, the possibility to understand how racism and its effects on health, and to visualize ways, moments and opportunities for action to change this context. This is a qualitative research, using semi-structured interviews, applied by researchers to answering subjects for analysis of content, based on the approaches of Bardin (1977).

Keywords: Racism; Public health policies; Black population.

RESUMEN: Pensar en racismo es asociarlo a la enfermedad social causante de sufrimiento físico y psicológico, por lo que debe ser una cuestión confrontada a través de Políticas de Salud Pública. Según Werneck (2016), el racismo es un fenómeno ideológico, un importante factor de violación de derechos y de producción de iniquidades, especialmente en el campo de la salud. En este aspecto, la investigación se propone investigar dos municipios en el interior del Espírito Santo, para comprender y comparar las acciones promovidas por el SUS en relación a la prestación del servicio de atención de salud a los negros, sobre todo en territorios quilombolas, teniendo así la posibilidad de comprender cómo se da el racismo y sus efectos en la salud, además de visibilizar modos, momentos y oportunidades de acción para alterar tal contexto. Se trata de una investigación cualitativa, con

³⁷ Mestre em Relações Étnico-Raciais, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), Alegre-ES, Brasil, paulafvargas@hotmail.com.

³⁸ Mestranda em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores, Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre-ES, Brasil, micheleosampaio@gmail.com.



Destarte, no aspecto metodológico, foram escolhidos dois municípios do interior do Espírito Santo, com aproximadamente trinta mil habitantes (IBGE, 2010) com características peculiares, sendo um com população remanescente de quilombo e o outro não. Optamos por denominar os municípios como A e B. Foram entrevistados duas pessoas do município A, que denominamos A1 e A2. Outras três pessoas do município B, que denominamos por B1, B2 e B3.

Constituindo-se enquanto uma pesquisa qualitativa, utilizou-se como ferramenta, a entrevista semiestruturada, por melhor se aproximar dessa proposta de estudo, sendo aplicada no período de junho/julho de 2018. Segundo Martucci (2001), esta compreende uma conversa intencional entre duas pessoas, dirigidas por uma delas, com a intenção de obter informações específicas, utilizada para conseguir dados descritivos na linguagem do próprio sujeito.

Contudo, a partir das questões elaboradas a partir da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, buscamos compreender e analisar as concepções dos sujeitos pesquisados sobre a implementação da política nacional de saúde integral da população negra, para posteriormente entendermos a realidade vivida nos municípios pesquisados.

No município A, dois funcionários, de nível superior e ocupantes de cargos de coordenações, da Secretaria Municipal de Saúde responderam à entrevista. Quanto às questões que se referiam às ações do município direcionados ao trabalho de saúde da população negra, neste município, não se desenvolve nenhuma ação específica para esse público. Um dos sujeitos respondentes destacou que existem atividades específicas para as gestantes, idosos, hipertensos, por exemplo, mas atividade específica para a população negra não, essa entra no contexto das demais ações. Quanto à Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, as respostas também foram unânimes quanto ao seu desconhecimento.

No município B, este com população quilombola, as perguntas foram aplicadas a três funcionários, dois deles com nível superior, um ocupa o cargo de coordenação da Secretaria Municipal de Saúde, outro é enfermeiro efetivo e atua junto à equipe de Programa de Saúde da Família – PSF e uma terceira pessoa entrevistada que não possui nível superior, mas que atua há mais de vinte anos junto à Secretaria Municipal de Saúde. Todas as respostas pontuaram que o município não desenvolvia nenhuma política direcionada para a população negra, salientaram ainda, que alguns dos formulários que são preenchidos cotidianamente, o quesito cor aparece como algo que é informado. Contudo, ao se analisar, no momento da entrevista, um formulário usado em todos os atendimentos, para quantificar os serviços



prestados nas unidades de saúde, não havia nenhum campo para que a cor da pessoa atendida fosse informada. Ademais, neste município, todos os sujeitos respondentes foram unânimes em dizer que não conheciam a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Entretanto, diferentemente do município B, no município A, os sujeitos respondentes demonstraram interesse em conhecer essa política e compreender as suas articulações com o sistema de saúde. Um dos entrevistados disse:

“Nunca nos foi passado nada a respeito, nem nas conferências, reuniões, estudos. Mas é muito bom termos um fator desencadeador para pensarmos no assunto, e você me fez pensar nisso. Se não tivesse vindo aqui, nunca saberia dessa política” (sujeito respondente A2, 2018, informação verbal).

A resposta destacada, evidencia que o sujeito respondente compreende a importância e a necessidade de uma política específica para a saúde desta população. É possível percebermos que a devida importância surge após o diálogo entre entrevistado e entrevistador, assim a linguagem se torna uma construção real de toda a sociedade e por isso elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo interacional que é estabelecido entre linguagem, pensamento e ação (FRANCO, 2005), oportunizando conhecimentos, quebra de barreiras e desconstrução de paradigmas. Esses conhecimentos não permitiram uma categorização como Bardin (1977) propunha, do modo como esperávamos no início da pesquisa.

Em vista disso, os primeiros resultados denotam pelas respostas apresentadas, o desconhecimento do documento norteador das ações de saúde da população negra no âmbito federal, além da inexistência de outras ações articuladas e direcionadas à saúde da população negra, no âmbito municipal, mesmo no município B com remanescentes de quilombo.

Todavia, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra foi instituída por meio da Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, compreendemos que ainda se constitui como um desafio das políticas públicas que, dentro de um contexto de política nacional incerta, a sua efetivação depende de ações permanentes do Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria GM992 de 13 de maio de 2009. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**, Diário Oficial da União, Brasília, pg.31, 2009.



BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

FRANCO, M. L.P. B. **Análise de Conteúdo**. 3 ed. Brasília: Liber livro editora, 2005.

MARTUCCI, E. M. **Estudo de caso etnográfico**. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v. 25, n. 2, p. 167–180, 2001.

WENERCK, J. **Racismo institucional e saúde da população negra**. Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016.



OBJETIVO

Este trabalho objetivou estudar a mortalidade materna de mulheres negras no Brasil, descrevendo sua epidemiologia no período de 2008 a 2016.

JUSTIFICATIVA

A mortalidade materna (MM) é considerada um problema global de saúde pública (OMS, 1998). As altas taxas de mortalidade representam um exemplo de violação dos direitos humanos e alcança de maneira desigual as classes sociais desprivilegiadas. Tem-se observado em uma série histórica que a maior parte das mortes maternas ocorre em países em desenvolvimento, principalmente em mulheres negras. Entende-se por população negra, a composta por pessoas de cor preta somadas às de cor parda (BRASIL, 2009).

O Brasil, dividido em cinco Regiões, apresenta um índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0,754, e se mantém na 79ª posição em um ranking de 188 países. É um território que contempla desigualdades internas relacionadas ao acesso à assistência à saúde por fatores econômicos e sociais, já que, nem todas as Regiões possuem a mesma estrutura econômica e de serviços de saúde. O quesito cor da pele em óbitos maternos é investigado desde 1993 no Brasil e a proporção desses óbitos responde por mais da metade das mortes maternas (MARTINS, 2006).

METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo descritivo com utilização de dados secundários e abordagem quantitativa. Foram analisados dados sobre o número de mortes maternas de mulheres negras por meio do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). A partir dos dados coletados sob o recorte raça/cor, foram calculadas as razões de mortalidade materna proporcional e construído um banco de dados no software Excel 2007 com os dados de mortalidade entre os anos de 2008 e 2016. Explica-se que a escolha do período coincide com a implantação das mais recentes políticas de saúde da mulher, a saber, o Programa de Humanização de Parto e Nascimento (PHPN) em 2000, a Rede Cegonha (2011), bem como da Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da População negra (2007). Por fim, o



ano de 2016, além de ser posterior às políticas citadas, é o ano mais recente para os quais estão disponíveis os dados de mortalidade materna, pelo DATASUS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A série histórica dos dados dos óbitos maternos de mulheres negras entre 2008 e 2016, no Brasil, está apresentada na Tabela 1. Nesse mesmo período, foram confirmados 7.709 óbitos maternos no país. As mortes maternas, mesmo sofrendo um aumento gradativo nos últimos anos, não apresentaram mudança expressiva no intervalo estudado, no qual a Razão de Mortalidade Materna (RMM) variou de 58,7 a 48,3/100.000 NV, de 2008 a 2016. Mais da metade desses óbitos (61%) ocorreram no período durante o puerpério (até 42 dias após o parto), e 39% ocorreram durante a gravidez, parto ou aborto.

Na Tabela 2, está apresentada a distribuição dos óbitos maternos de mulheres negras nas cinco Regiões do Brasil, nomeadas Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O menor número de óbitos entre 2008 e 2016 foi encontrado na região Sul e os maiores nas regiões Nordeste e Sudeste, com 3.151 e 2.379 óbitos respectivamente. De modo geral, houve aumento dos óbitos em todo o período estudado, com discreta redução no ano de 2015, mas sem queda expressiva. Essa tendência está de acordo com o que se vem observando na literatura, como na pesquisa realizada por Martins (2006), que indica que a razão de mortalidade materna é maior na Região Nordeste, com 71,32/100 mil nascidos vivos (NV), e menor na região sul com 41,70/100 NV.

Tabela 1 - Óbitos maternos e Razão de Mortalidade Materna de mulheres negras no Brasil de 2008 a 2016

Ano	Durante a gravidez, parto ou aborto		Durante o puerpério (até 42 dias)		Óbitos Maternos	
	Número	RMM	Número	RMM	Número	RMM
2008	309	21,5	422	29,3	731	50,8
2009	397	27,7	444	31,0	841	58,7
2010	329	23,0	444	31,0	773	54,0
2011	313	20,1	491	31,5	804	51,6
2012	317	19,0	490	29,3	807	48,3
2013	317	18,7	567	33,5	884	52,2
2014	359	20,4	639	36,4	998	56,8
2015	320	18,0	614	34,5	934	52,5



de acesso à assistência qualificada de pré-natal e ao parto, com concentração dos óbitos nos grupos sociais de baixa renda. É consenso entre estudos que a população negra, e em especial as mulheres, são consideradas um grupo mais vulnerável a doenças, já que estão sob maior influência dos determinantes sociais de saúde. Ou seja, junto com questões socioeconômicas e o componente da discriminação racial, há um potencial patogênico genético que confere maior susceptibilidade da raça negra a algumas doenças (TEIXEIRA, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2015 representou o fim da iniciativa dos ODM, mas a saúde da mulher continua sendo uma das prioridades na área da saúde em nível mundial. Sendo assim, uma agenda proposta chamada Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) convoca instituições de saúde em todo o mundo para um esforço de eliminação de mortalidade materna entre os anos de 2016 e 2030. No caso do Brasil, a meta para 2030 é reduzir a mortalidade materna para aproximadamente 20 mortes para cada 100 mil NV. Ademais, salienta-se que existem poucos estudos com recortes raciais sobre mortalidade materna no Brasil, sendo essencial esse tipo de pesquisa para o levantamento de discussões e elaboração de documentos que embasem o planejamento em saúde e a elaboração de políticas públicas, além práticas assistenciais que sejam livres de preconceitos e promovam reflexões visando a redução de iniquidades em saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Vigilância epidemiológica de óbito materno.** 2009

BRASIL. Ministério da saúde. **Campanha contra o racismo.** 2015.

DOMINGUES, R.M.S.M. et al. **Adequação da assistência pré-natal segundo as características maternas no Brasil.** Rev Panam Salud Publica. v.3, n. 37, p. 140-7, 2015.

LANSKY, S. et al. **Birth in Brazil survey:** neonatal mortality profile, and maternal and child care. Cad. Saúde Pública. v.30, p.192-207, 2014.

MARTINS, A. L. **Mortalidade materna de mulheres negras no Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, 2006.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Classificação Internacional de Doenças:** décima revisão (CID-10). 4^o Ed. v.2, p.143. São Paulo: Edusp, 1998.



SOARES, Filipe Augusto de Freitas; et al. **Óbito materno, causalidade e estratégias de vigilância:** uma revisão integrativa. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 9, p.890-S897, 2017.

TEIXEIRA, N.Z.F. et al. **Mortalidade materna e sua interface com a raça em Mato Grosso.** Rev. Bras. Saúde Matern. Infant., Recife, v.12, n.1, p.27-35, 2012.



ACESSO AO ATENDIMENTO DE PUERICULTURA NAS REGIÕES NORDESTE E SUL DO BRASIL

ACCESS TO CHILD CARE SERVICES IN THE NORTHEAST AND SOUTH REGIONS OF BRAZIL

ACCESO AL ATENDIMIENTO DE PUERICULTURA EN LAS REGIONES NORDESTE Y SUR DE BRASIL

Andréia Soprani dos Santos⁴²
Suele Manjourany Silva Duro⁴³
Nágela Valadão Cade⁴⁴
Luiz Augusto Facchini⁴⁵
Elaine Tomasi⁴⁶

RESUMO: Estimou-se o acompanhamento incompleto de puericultura e os fatores associados, em municípios do Nordeste e Sul do Brasil. Estudo transversal, realizado com 7.915 crianças. Para as análises utilizou-se Regressão de Poisson. A prevalência do acompanhamento incompleto da puericultura foi de 53,6% (IC95% 52,5-54,7) no Nordeste e 28,3% (IC95% 27,3-29,3) no Sul. Efeito protetor foi observado: em municípios com 30 a 49 mil habitantes no Nordeste (RP= 0,72; IC95% 0,64-0,82) e 100 a 999 mil habitantes no Sul (RP=0,69; IC95% 0,57-0,84); pertencer ao maior quartil de renda per capita no Sul (RP=0,77; IC95% 0,63-0,95) e fazer seis ou mais consultas de pré-natal (RP=0,83; IC95% 0,75-0,92) Nordeste e (RP=0,65; IC95% 0,53-0,79) Sul. Pertencer às classes D e E evidenciou risco no Nordeste (RP=1,41; IC95% 1,19-1,67) e Sul (RP=1,67; IC95% 1,37-2,03). As crianças no Nordeste estão mais sujeitas a não seguir completamente a puericultura, sugerindo encontrar dificuldades nos acesso aos serviços de saúde.

Palavras-chave: Acesso aos serviços de saúde; Desigualdades em saúde; Estudos transversais; Saúde da criança.

ABSTRACT: Incomplete follow-up of childcare and associated factors were estimated in municipalities in Northeast and Southern Brazil. A cross-sectional study with 7,915 children. Poisson Regression was used for the analyzes. The prevalence of incomplete follow-up of child care was 53.6% (95% CI 52.5-54.7) in the Northeast and 28.3% (CI 95% 27.3-29.3) in the South. Protective effect was observed: in municipalities with 30 to 49 thousand inhabitants in the Northeast (RP = 0.72, 95% CI 0.64-0.82) and 100 to 999 thousand inhabitants in the South (RP = 0.69, 95% CI 0.57-0, 84); (R = 0.77, 95% CI 0.63-0.95) and to make six or more prenatal consultations (RP = 0.83, 95% CI 0.75- Belonging to classes D and E showed a risk in the Northeast (PR = 1.41, 95% CI, 1.19-1, 95% CI 0.53-0.79) 67) and South (RP = 1.67, IC 95% 1.37-2.03). Children in the Northeast are more likely not to follow childcare completely, suggesting difficulties in accessing health services.

Keywords: health services accessibility, health inequalities, cross-sectional studies, child health.

⁴² Enfermeira. Professora do Departamento de Ciências da Saúde, do Centro Universitário Norte do Espírito Santo, da Universidade Federal do Espírito Santo. São Mateus, ES, Brasil. E-mail: andrea_soprani@hotmail.com.

⁴³ Educadora física. Professora da Faculdade de Enfermagem, da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS, Brasil. E-mail: sumanjou@gmail.com.

⁴⁴ Enfermeira. Professora do Departamento de Enfermagem, da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, Brasil. E-mail: nagelavc@gmail.com

⁴⁵ Médico. Professor do Departamento de Medicina Social, da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS, Brasil. E-mail: luizfacchini@gmail.com.

⁴⁶ Assistente social. Professora do Departamento de Medicina Social, da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS, Brasil. E-mail: tomasiet@gmail.com.



O estudo teve delineamento transversal de base populacional e foi realizado em setores censitários urbanos de 35 municípios das regiões Nordeste e Sul do Brasil nas áreas de abrangência de Unidades Básicas de Saúde (UBS) tradicionais e de Estratégia de Saúde da Família (ESF). A amostra do estudo foi constituída por crianças entre um e quatro anos de idade. A coleta de dados foi feita por entrevistadores previamente treinados. Foi aplicado um questionário individual contendo informações de cada criança e de suas mães e um questionário socioeconômico com informações sobre o domicílio e a família. A prevalência de cada um dos atendimentos de puericultura realizados aos quinze dias, um mês, dois, quatro, seis, nove e doze meses de idade foi analisada separadamente. Em seguida, essas variáveis foram utilizadas para construir um desfecho sintético, considerando-se acompanhamento incompleto da puericultura se a criança não foi atendida em pelo menos um desses sete atendimentos preconizados. As variáveis independentes foram agrupadas em cinco categorias: localização geográfica – região (Sul e Nordeste) e porte do município em mil habitantes (10 a 29, 30 a 49, 50 a 99 e 100 a 999); nível socioeconômico – classificação econômica da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP) (A/B, C, D/E), renda familiar *per capita* em quartis de salários mínimos (menos de 0,237; 0,238 a 0,431; 0,432 a 0,823; e 0,824 ou mais) e bolsa família (sim e não); demográficas e sociais maternas – idade em anos completos (19 ou menos, 20 a 29, 30 a 39 e 40 ou mais), cor da pele autorreferida (branca, parda, preta, amarela e indígena), escolaridade em anos completos (4 ou menos, 5 a 8 e 9 ou mais) e presença de companheiro (sim e não); antecedentes obstétricos – número total de consultas de pré-natal (até 5 e 6 ou mais) e número de nascidos vivos (1, 2, 3 ou mais); características da criança – sexo (masculino e feminino), idade em anos completos (1, 2, 3 e 4) e cor da pele referida pela mãe (branca, parda, preta, amarela e indígena). Foram realizadas análises bivariadas com cálculo de prevalência e a significância das associações foi avaliada com o teste do qui-quadrado de heterogeneidade e tendência linear. Para as análises do desfecho sintético utilizou-se a regressão de Poisson com ajuste robusto de variância com seus respectivos intervalos de confiança de 95% (IC95%). A significância estatística foi verificada pelo teste de Wald e de heterogeneidade, adotando-se o nível de 5%.

RESULTADOS



No total, 7.915 crianças entre um e quatro anos dos estados do Rio Grande do Sul (n=715), Santa Catarina (n=1.997), Paraná (n=1.182), Bahia (n=1.777), Pernambuco (n=1.506) e Ceará (n=758) integraram a amostra. Pouco mais da metade das crianças residiam no Nordeste (51,1%), a maior parte em municípios com mais de 100 mil habitantes (59,7%), pertenciam a famílias de classificação econômica C (53,0%), não recebiam o benefício Bolsa Família (64,9%) e metade vivia com menos de 0,43 salários mínimos mensais *per capita*. A maioria das mães possuía menos de 30 anos, declararam-se de cor parda (48,1%), atingiram o ensino médio (54,1%), estavam com companheiro (78,8%), fizeram mais de cinco consultas de pré-natal (85,7%) e eram primíparas (43,8%). Dentre as crianças, pouco mais da metade eram do sexo masculino, tinham menos de dois anos (50,8%) e cor da pele branca (52,2%). A proporção de crianças que tiveram o acompanhamento incompleto da puericultura na região Nordeste foi quase o dobro (53,6%; IC95% 52,5-54,7) da região Sul (28,3%; IC95% 27,3-29,3) para todos os sete atendimentos. Na análise ajustada segundo modelo hierárquico, o Nordeste apresentou um risco de 1,91 (RP=1,91; IC95% 1,73-2,11) e o Sul evidenciou um efeito protetor para o acompanhamento incompleto de puericultura (RP=0,54; IC95% 0,49-0,59), para ambas as regiões, os fatores que estiveram associados com o desfecho foram: o tamanho do município com diferença no sentido do efeito para o Nordeste (RP=1,22; IC95% 1,08-1,39) porte de 50 a 99 mil habitantes, comparado ao Sul (RP=0,69; IC95% 0,57-0,84) porte de mais de 100 mil habitantes; a classificação econômica D e E, sendo pouco mais expressivo no Sul (RP=1,67; IC95% 1,37-2,03) do que no Nordeste (RP=1,41; IC95% 1,19-1,67) e a utilização dos serviços por meio da consulta de pré-natal mantendo o mesmo efeito para o Nordeste (RP=0,83; IC95% 0,75-0,92) e para o Sul (RP=0,65; IC95% 0,53-0,79). As variáveis: escolaridade materna e presença de companheiro quando submetidas à análise ajustada não estiveram associadas com o desfecho.

REFERÊNCIAS

Assis MMA, Jesus WLAD. **Acesso aos serviços de saúde:** abordagens, conceitos, políticas e modelo de análise. *Ciêns Saúde Colet* 2012;17(11):2865-2875.

Furtado MCDC, Braz JC, Pina JC, Mello DFD, Lima RAGD. ***Assessing the care of children under one year old in Primary Health Care.*** *Rev Lat Am Enfermagem* 2013;21(2): 554-561.



ACOLHIMENTO E ORIENTAÇÃO PSICOLÓGICA A ESTUDANTE DO ENSINO
MÉDIO: PREVENÇÃO E CUIDADO EM SAÚDE

WELCOMING AND PSYCHOLOGICAL ORIENTATION TO MIDDLE SCHOOL
STUDENT: HEALTH CARE PREVENTION AND CARE

ACOGIDA Y ORIENTACIÓN PSICOLÓGICA A ESTUDIANTE DE LA
ENSEÑANZA MEDIO: PREVENCIÓN Y CUIDADO EN SALUD

Daise Margrete Venturin Teixeira⁴⁷

Lorrayne Ismael de Souza⁴⁸

Tiffany Ferraz Bolzani⁴⁹

Isabele Santos Eleotério⁵⁰

RESUMO: Relatamos a experiência de estágio em Processos Psicossociais do curso de Psicologia em uma escola pública de Ensino Médio regular, no horário matutino, no primeiro semestre de 2018. A intervenção proposta teve como objetivo criar espaço alternativo de acolhimento e orientação psicológica a alunos no pátio da escola. O método utilizado foi a entrevista livre a fim de permitir a expressão de dúvidas, incômodos, sonhos, desejos, angústias e mágoas em atendimento individuais de 30 minutos. Com base na Teoria da Identidade Social, Tajfel (1983), é possível considerar que o sujeito é moldado pela sociedade e pela cultura, sendo as relações intergrupais de extrema importância para a construção deste. A intervenção obteve adesão, da equipe escolar e dos alunos e contribui para o bem-estar psicossocial dos sujeitos. Em dois meses de execução, foram realizados 59 atendimentos motivados por conflito familiar, depressão, insegurança, dificuldades de socialização, questões amorosas e problemas de aprendizagem.

Palavras-chave: Acolhimento psicológico em escola pública; Orientação psicológica em escola pública; Prevenção e cuidado em saúde.

ABSTRACT: We report the experience of psychosocial psychology in a regular high school public school in the morning of the first half of 2018. The purpose of the proposed intervention was to create alternative space for reception and psychological counseling to students in the courtyard of the school. The method used was the free interview in order to allow the expression of doubts, discomforts, dreams, desires, anxieties and hurts in individual care of 30 minutes. Based on the Theory of Social Identity, Tajfel (1983), it is possible to consider that the subject is shaped by society and culture, and intergroup relations are extremely important for the construction of this. The intervention obtained adherence, from the school staff and the students and contributes to the psychosocial well-being of the subjects. In two months of execution, 59 appointments were made due to family conflict, depression, insecurity, socialization difficulties, love affairs and learning problems.

Keywords: Life project; Psychosocial intervention in school; Social identity; coping with school dropout; sense of belonging..

RESUMEN: Relatamos la experiencia de práctica en Procesos Psicossociales del curso de Psicología en una escuela pública de Enseñanza Media regular, en el horario matutino, en el primer semestre de 2018. La intervención propuesta tuvo como objetivo crear espacio alternativo de acogida y orientación psicológica a alumnos en el patio de la escuela. El método utilizado fue la entrevista libre

⁴⁷ Estudante de Psicologia, FAESA Centro Universitário, Vitória, Brasil, dmvtexeira@hotmail.com

⁴⁸ Estudante de Psicologia, FAESA Centro Universitário, Vitória, Brasil, lorrayneisouza@gmail.com

⁴⁹ Estudante de Psicologia, FAESA Centro Universitário, Vitória, Brasil, tiffanybolzani96@gmail.com

⁵⁰ Professora de Psicologia, FAESA Centro Universitário, Doutoranda PPGP/UFES, Vitória, Brasil, isabele_se@yahoo.com.br.



a fin de permitir la expresión de dudas, incómodas, sueños, deseos, angustias y dolor en atención individual de 30 minutos. Con base en la Teoría de la Identidad Social, Tajfel (1983), es posible considerar que el sujeto es moldeado por la sociedad y la cultura, siendo las relaciones intergrupales de extrema importancia para la construcción de éste. La intervención obtuvo adhesión, del equipo escolar y de los alumnos y contribuye al bienestar psicosocial de los sujetos. En dos meses de ejecución se realizaron 59 atendimientos motivados por conflicto familiar, depresión, inseguridad, dificultades de socialización, cuestiones amorosas y problemas de aprendizaje.

Palabras clave: Acogida psicológica en la escuela pública; orientación psicológica en la escuela pública; prevención y cuidado de la salud.

Este relato da experiência de estágio em Processos Psicossociais do curso de Psicologia em uma escola pública de Ensino Médio regular, no horário matutino, no primeiro semestre de 2018. A disciplina estágio em Processos Psicossociais permitiu-nos um estudo para análise crítica das linhas de Psicologia e nos convocou a realização de um plano de intervenção psicossocial (SERRIERA, 2000) em uma unidade previamente escolhida da comunidade, neste caso, escola estadual de ensino médio, onde inicialmente observamos o fenômeno psicológico do grupo em questão, e, considerando a natureza e suas especificidades, elaboramos uma intervenção, observando, ainda, o fenômeno em sua globalidade biopsicossocial.

Conforme dito, com o plano de intervenção previamente estabelecido, coerente com os referenciais teóricos da Psicologia Social e características da população-alvo, seguimos, então, para a atuação inter e multiprofissional com o objetivo de compreender os processos e fenômenos envolvidos, bem como, propiciar e criar vínculos interpessoais com o público-alvo buscando, assim, utilizar o conhecimento científico gerando mais informação e compreensão dos processos e fenômenos envolvidos.

Nosso plano de intervenção objetivava ainda, evidenciar a presença positiva do profissional de Psicologia no acolhimento e na orientação psicológica a estudantes de ensino médio, como um aliado a prevenção e cuidado em saúde, como um profissional para o acolhimento, identificação das demandas e a triagem.

O acolhimento psicológico e o relacionar-se com o outro permitem identificar uma demanda psíquica e entender junto à pessoa o que lhe causa preocupação, ansiedade, angústia, o que a machuca ou a incomoda. Como cita Martin-Baró (1997):

A principal tarefa do Psicólogo Social deve ser a conscientização de pessoas e grupos, como formas de levá-los a desenvolver um saber crítico sobre si e sobre



importância para a construção deste. A intervenção obteve adesão, da equipe escolar e dos alunos e contribuiu para o bem-estar psicossocial dos sujeitos (SAWAIA, 1995). Em dois meses de execução das entrevistas foram realizados 59 atendimentos motivados por conflito familiar, depressão, insegurança, dificuldades de socialização, questões amorosas e problemas de aprendizagem.

O principal resultado da intervenção foi o fato de conseguirmos tirar estes sujeitos do olhar automatizado dos profissionais da área. Havendo assim consonância com a concepção de promoção em saúde que “envolve a de fortalecimento da capacidade individual e coletiva para lidar com a multiplicidade dos condicionantes da saúde” (CZERESNIA, 2003, p. 45). Por meio da devolutiva apresentada à equipe escolar e do *feedback* dos alunos constatamos que os resultados alcançados com os atendimentos reiteram positivamente o êxito em relação ao objetivo da intervenção.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Jurema Alcides. **Psicodiagnóstico** - V. 5 ed. Porto Alegre: Artmed: 2003.

CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção In: CZERESNIA, D; FREITAS, C. M. (org.). **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 39-53.

GONÇALVES, D. A.; FIORE, M. L. M. **Vínculo, acolhimento e abordagem psicossocial: a prática da integralidade**. In: Módulo - Psicossocial: especialização em saúde da família. São Paulo: UNIFESP/UNA-SUS, 2011.

MARTIN-BARÓ, I. **O papel do psicólogo**. Estudos de Psicologia, Natal [online]. 1997, v.2, n.1, p.7-27.

SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SAWAIA, B, B. Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: LANE, Silvia T. M.; SAWAIA, B. B. **Novas veredas da psicologia Social**. São Paulo: EDUC, 1995. p. 157-168

SERRIERA, J. C. (Org.) **Psicologia Comunitária: estudos atuais**. Porto Alegre: Sulina, 2000. p. 53-73.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais: estudos em Psicologia Social**. Vol. 2. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.



GRUPO DE TRABALHO SD 020

VIOLÊNCIA E SAÚDE

Coordenadoras:

Prof.^a Dr.^a Susana Bubach (UFES)

Prof.^a Esp. Rita de Cássia Vasconcelos da Costa (FIOCRUZ)



IMPLICAÇÕES DO RACISMO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: RELATOS DE MULHERES NEGRAS NO MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS-BA

IMPLICATIONS OF RACISM AND THE INSTITUTIONALIZATION OF OBSTETRIC VIOLENCE: REPORTS OF BLACK WOMEN IN THE MUNICIPALITY OF EUNÁPOLIS-BA

IMPLICACIONES DEL RACISMO Y LA INSTITUCIONALIZACIÓN DE LA VIOLENCIA OBSTÉTRICA: RELATOS DE MUJERES NEGRAS EN EL MUNICIPIO DE EUNÁPOLIS-BA

Jean Cristina Carneiro Rios⁵¹
Milton Ferreira da Silva Junior⁵²

RESUMO: A violência obstétrica é caracterizada por intervenções danosas que desrespeitam a integridade física e psicológica das mulheres. A prática, realizada por profissionais de saúde, ocorre em instituições públicas e privadas e leva à perda da autonomia e capacidade das mulheres decidirem sobre seus corpos e sexualidade. Nesse contexto, as mulheres negras são as maiores vítimas: o tempo de consulta é menor, recebem orientações insuficientes durante o pré-natal e menos analgesia durante o parto quando comparadas com mulheres não negras. A pesquisa tem por objetivo identificar a violência obstétrica, a partir dos relatos das mulheres negras atendidas pelo Sistema Único de Saúde do município de Eunápolis-BA. Espera-se despertar ações/práticas decoloniais dos profissionais de saúde, pautadas no respeito às diferenças, principalmente nas questões referentes a violência e racismo institucional como impacto negativo na saúde dessas mulheres.

Palavras chave: Violência obstétrica; Decolonial; Racismo institucional.

ABSTRACT: Obstetric violence is characterized by harmful interventions that disrespect the physical and psychological integrity of women. The practice, performed by health professionals, occurs in public and private institutions and leads to the loss of women's autonomy and ability to decide on their bodies and sexuality. In this context, black women are the main victims: consultation time is shorter, they receive insufficient guidance during prenatal care and less analgesia during delivery compared to non-black women. The research aims to identify obstetric violence, based on the reports of black women attended by the Unified Health System of the city of Eunápolis-BA. It is expected to awaken decolonial actions / practices of health professionals, based on respect for differences, especially in issues related to violence and institutional racism as a negative impact on the health of these women.

Keywords: Obstetric violence; Decolonial; Institutional racism.

RESUMEN: La violencia obstétrica se caracteriza por intervenciones dañinas que no respetan la integridad física y psicológica de las mujeres. La práctica, realizada por profesionales de salud, ocurre en instituciones públicas y privadas y lleva a la pérdida de la autonomía y capacidad de las mujeres decidir sobre sus cuerpos y sexualidad. En este contexto, las mujeres negras son las mayores víctimas: el tiempo de consulta es menor, reciben orientaciones insuficientes durante el prenatal y menos analgesia durante el parto cuando comparadas con mujeres no negras. La investigación tiene por objetivo identificar la violencia obstétrica, a partir de los relatos de las mujeres negras atendidas por

⁵¹ Enfermeira, Esp. Enfermagem do Trabalho/ Mestranda do PPGER/UFSB. Prof.^a do Instituto Federal da Bahia/ Eunápolis-Ba/Brasil. E-mail: jeancristinal23@gmail.com

⁵² Eng. Agr./Esp Gestão Ambiental/MSc. Sociologia Rural/Dr. Educação- Pesquisa nas áreas de Educação Ambiental/ Aval. Políticas Públicas Ambientalistas/Ecopolitização e relações Étnico- Raciais. Prof. UFSB/CJA/CFCAF. Itabuna- BA/ Brasil. E-mail: notlimf@gmail.com



el Sistema Único de Salud del municipio de Eunápolis-BA. Se espera despertar acciones / prácticas decoloniales de los profesionales de salud, pautadas en el respeto a las diferencias, principalmente en las cuestiones referentes a la violencia y el racismo institucional como impacto negativo en la salud de esas mujeres.

Palabras clave: Violencia obstétrica; Descoloniales; Racismo institucional.

JUSTIFICATIVA

Segundo os dados do Inquérito Nacional “Nascer no Brasil” (LEAL et al., 2014), estudo nacional de base hospitalar, realizado com 23.940 mulheres, 25% das mulheres relatam que sofreram algum tipo de agressão durante a gestação em consultas pré-natais ou no parto.

As agressões são praticadas por profissionais de saúde e vão de repreensões, humilhações e gritos à recusa de alívio da dor, realização de exames dolorosos e desnecessários, passando por xingamentos grosseiros com viés discriminatório quanto à classe social ou cor da pele (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010).

Considerando a questão racial, de acordo com estudos realizados pelo ministério da Saúde, as mulheres negras representam 53% das vítimas de mortalidade materna, apresentam com maior frequência a hipertensão arterial durante o período gestacional e representam 65,9% das vítimas de violência obstétrica (FIOCRUZ, 2014).

Em 2009 o Ministério da Saúde, impulsionado pela pressão social do movimento negro, lança a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), que determina “a inclusão dos temas racismo e saúde da população negra nos processos de formação dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social na saúde” (BRASIL, 2009). Esta ação configura uma importante estratégia de combate ao racismo institucional, agente determinante para desigualdades sociais.

Tratando-se da saúde pública, a PNSIPN implica nas condições de nascimento, vida e morte de crianças, jovens, adultos, homens e especialmente mulheres negras, tendo a educação permanente como estratégias para esse enfrentamento (MONTEIRO, 2016).

A ausência de maternidade no município de Eunápolis-BA acarreta a realização dos partos no Hospital Regional, que atende todos os tipos de agravos à saúde, incluindo as emergências.



Tal condição pode ter relação direta com a falta de humanização da assistência ao parto e consequentes situações que caracterizam violência obstétrica, pois é preciso mais do que a técnica para realizar um parto humanizado: empatia, profissionais especializados e instalações físicas são condições mínimas para garantir direito ao acolhimento adequado das parturientes e seus acompanhantes.

A pesquisa tem como objetivo identificar a violência obstétrica a partir de relatos de mulheres negras no município de Eunápolis-BA, analisando também ações/práticas realizadas pelos profissionais de saúde que caracterizam violência obstétrica no pré-natal, parto e puerpério, assim como identificar a compreensão destes profissionais sobre a PNSIPN.

O estudo será desenvolvido no Hospital Regional e nos PSFs do município de Eunápolis, situado no Extremo Sul da Bahia. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município tem uma área de aproximadamente $1,4 \times 10^3$ km² e uma população de 115,290/ habitantes (IBGE,2017), sendo 50.7% de mulheres. O número de nascidos em 2013 foi de 38,4 nascidos/mil mulheres superando a média nacional que foi de 28,20 nascidos/mil (MS, 2013).

Será aplicado questionário com os profissionais de saúde do Hospital Regional e dos PSFs para identificar descritores da violência obstétrica no pré-natal, parto e puerpério e sobre o que dispõe a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra (PNSIPN).

Como resultado do estudo será produzido um documentário áudio visual com os depoimentos das mulheres negras sobre as experiências durante o pré-natal, parto e puerpério que será disponibilizado para a comunidade.

Ao final da pesquisa espera-se que, uma vez identificada violência provocada por ações/práticas dos profissionais de saúde, seja possível discutir novas atitudes/conduas para correção de posturas/ações que implicam em desrespeito e discriminação, bem como contribuir para a efetivação da PNSIPN, que deverão ser abordadas nas discussões das oficinas e ou seminários e conferências propostas em parcerias com coletivos locais, representantes de Instituições formais e não formais, que atuam no município. Assim como



estimular práticas inovadoras de atenção com perspectiva de gênero e antirracista, na Rede Pública de Saúde do Município de Eunápolis-BA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº992, de 13 de maio de 2009. Institui a **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Seção 1, p. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 maio 2009.

FIOCRUZ. **Humanização do parto e do nascimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Núcleo de Opinião Pública. **Gravidez, filhos e violência institucional no parto**. In: Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: pesquisa de opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba>>. Acessado em 10 de março de 2018.

MONTEIRO, R. B. **Educação permanente em saúde e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações étnico-raciais e para ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana** Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.3, p.524-534, 2016.

TESSER, C. D. et al. **Violência obstétrica e prevenção quaternária: o que é e o que fazer**. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 10, n. 35, p. 1-12, 2015.



Estudo descritivo, exploratório, realizado nas comunidades quilombolas, da região do Sapé do Norte, localizadas no município de São Mateus e Conceição da Barra/ES. Neste estudo foram avaliadas as seguintes comunidades: São Domingos, São Jorge, Morro da Arara e Coxi. A coleta dos dados foi realizada entre outubro/2017 a abril/2018. Foram coletados dados sobre aspectos socioeconômicos (sexo, idade, cor da pele/etnia, situação conjugal, escolaridade, índice de bens, renda, percepção do estado de saúde, uso de medicamentos) e situação de saúde, com avaliação de medidas antropométricas (peso, altura e circunferência de cintura) e da pressão arterial. A análise dos dados foi descritiva, com quantificação da frequência e prevalência das variáveis. O projeto foi aprovado em outubro de 2017 pelo Comitê de Ética em Pesquisa do CEUNES/UFES, parecer nº 2.337.820.

RESULTADOS

Do total de 74 entrevistados, a maioria eram mulheres (72,2%), autodeclarados negros (85,0%), idade superior a cinquenta anos (55,6%), com ensino fundamental (67,0%). Resultados similares a este foram encontrados por outro estudo realizado entre quilombolas no Rio de Janeiro (SILVA et al., 2016), em que a maioria dos entrevistados foi composta por mulheres (59,2%), de etnia negra (70,6%), com baixa escolaridade (76,2%).

A pressão arterial igual ou superior a 140/90 mmHg foi identificada para 49,2% dos entrevistados, sendo que os homens apresentaram maior percentual de descontrole pressórico, 61,9%, enquanto que nas mulheres, essa alteração ocorreu em 44,2% das pesquisadas. Estudos norte-americanos sobre doenças cardiovasculares como o Jackson Heart Study mostra que, somada a prevalência elevada de hipertensão entre negros, o tratamento requer terapia mais agressiva para o controle da pressão (HARMAN et al, 2013; REDMOND et al., 2016).

A circunferência da cintura esteve alterada, superior a 90cm em ambos os sexos, em 83,8% dos entrevistados. A avaliação do estado nutricional identificou que 63,5% dos entrevistados estão com o peso alterado. Entre as mulheres, 44,2% estão com sobrepeso e 23,1% obesas, enquanto que nos homens, 36,4% estão com sobrepeso e 18,2% obesos. Corroborando com este estudo, outra investigação também realizada com população quilombola, no estado da



LAQUEADURA E O DIREITO DE ESCOLHA DA MULHER
LAQUEADURA AND THE RIGHT TO CHOOSE WOMEN
LAQUEADURA Y EL DERECHO DE ELECCIÓN DE LA MUJER

Luciana Dezan Bertollo⁵⁵

RESUMO: A pesquisa apresentada foca no direito de escolha da mulher de baixa renda, na realização do procedimento de laqueadura e dos problemas enfrentados em razão das desigualdades decorrentes da ausência de políticas públicas específicas, do preconceito religioso e ausência de garantia da autonomia da mulher quanto ao seu planejamento familiar (SOUSA, 2003) (LEITE, 2010). A ausência de políticas públicas tem gerado dificuldades para o ingresso e/ou retorno da mulher ao mercado de trabalho, decorrente do número de filhos/as e consequente dificuldade econômica. Diante desse cenário é preciso analisar: Quais as medidas que podem ser tomadas/efetivadas em defesa da mulher para garantia dos direitos sexuais e reprodutivos na realização do procedimento de laqueadura?

Palavras-chave: Laqueadura; Planejamento familiar.

ABSTRACT: The research presented focuses on the right of choice of low income women, on the accomplishment of the lacquering procedure and on the problems faced due to the inequalities arising from the absence of specific public policies, religious prejudice and lack of guarantee of women's autonomy regarding their family planning (SOUSA, 2003) (LEITE, 2010). The absence of public policies has created difficulties for the entry and / or return of women to the labor market, due to the number of children and consequent economic difficulty. In view of this scenario, it is necessary to analyze: What measures can be taken / implemented in defense of women to guarantee sexual and reproductive rights in the implementation of the lacquering procedure?

Keywords: Ligation; Family planning.

RESUMEN: La investigación presentada se centra en el derecho de elección de la mujer de bajos ingresos, en la realización del procedimiento de laqueadura y de los problemas enfrentados en razón de las desigualdades derivadas de la ausencia de políticas públicas específicas, del prejuicio religioso y ausencia de garantía de la autonomía de la mujer en cuanto a su planificación familiar (SOUSA, 2003) (LEITE, 2010). La ausencia de políticas públicas ha generado dificultades para el ingreso y / o retorno de la mujer al mercado de trabajo, resultante del número de hijos / as y consecuente dificultad económica. Ante este escenario hay que analizar: ¿Cuáles son las medidas que pueden ser tomadas / efectivas en defensa de la mujer para garantizar los derechos sexuales y reproductivos en la realización del procedimiento de laqueadura?

Palabras clave: Laqueadura; Planificación familiar.

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem por objetivo demonstrar as dificuldades que as mulheres enfrentam, principalmente as de baixa renda no Brasil, para exercer o direito de escolha em relação ao

⁵⁵ Mestranda em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória - FDV. Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito de Vitória - FDV. Advogada e Professora, Vitória/ES, Brasil. E-mail: ludezan@gmail.com



procedimento de laqueadura das trompas e consequente planejamento familiar. Para iniciar o estudo do tema é necessário fazer alguns apontamentos que se relacionam com o assunto: legislação pertinente, aspectos sociais, interferência do Poder Judiciário.

O tema estudado é relevante e atual diante dos diversos problemas que comprometem a efetivação de direitos fundamentais: a igualdade, a liberdade e o princípio da dignidade da pessoa humana previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A ausência de políticas públicas para efetivação do planejamento familiar tem gerado dificuldades para o ingresso e/ou retorno da mulher ao mercado de trabalho, decorrente do número de filhos/as e consequente dificuldade econômica. Diante desse panorama é preciso avaliar: quais as medidas que podem ser tomadas/efetivadas em defesa da mulher para garantia dos direitos sexuais e reprodutivos na realização do procedimento de laqueadura? Serão demonstrados os fatores que impedem o exercício do direito de escolha da mulher e as consequências para garantia de um planejamento familiar.

LAQUEADURA E O DIREITO DE ESCOLHA DA MULHER

A Lei 9263/1996 foi criada com o objetivo de regular o parágrafo § 7º do art. 226⁵⁶ da Constituição Federal e regulamentar o planejamento familiar. Ocorre que existem dispositivos desta lei que afrontam direitos e princípios constitucionais. Será objeto deste estudo o artigo 10, § 5º⁵⁷, que restringe o direito da mulher ao procedimento de laqueadura de trompas ao exigir consentimento do cônjuge para realização do procedimento. Esta exigência legal de autorização do cônjuge é reflexo de uma sociedade machista que impede que a mulher tenha autonomia sobre seu corpo, sobre seus direitos sexuais e reprodutivos.

Não é difícil imaginar o quanto isso é complicado para algumas mulheres, pois vivemos em uma sociedade machista, vinculada a critérios religiosos, baseada na crença que a

⁵⁶ Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

⁵⁷ Art. 10. Somente é permitida a esterilização voluntária nas seguintes situações: (Artigo vetado e mantido pelo Congresso Nacional - [Mensagem nº 928, de 19.8.1997](#))

§ 5º Na vigência de sociedade conjugal, a esterilização depende do consentimento expresso de ambos os cônjuges.



maternidade é algo inseparável da mulher, ou seja, para ser mulher em sentido pleno é necessário ser mãe.

Consequência dessa imposição da maternidade é a ausência de autonomia da mulher para decidir sobre sua vida, pois não é dado o direito de decidir sozinha sobre a realização do procedimento de laqueadura de trompas. Essa ausência de autonomia tem um efeito muito maior para as mulheres de baixa renda que não conseguem controlar o número de filhos, o que gera dificuldades ou impedimento de retorno ao mercado de trabalho e ausência de condições básicas de subsistência.

Boaventura de Sousa Santos trata da importância da educação para reflexão do papel da mulher no contexto maternidade e obrigações assumidas perante a família.

Dado o papel primacial das mulheres na reprodução biológica da humanidade, a posição delas na família e na sociedade, a sua maior ou menor autonomia para tomar decisões, a sua educação e seus valores, as atitudes perante o controle da natalidade e a educação dos filhos são factores cruciais em qualquer política coerente de controle populacional (2003, p. 302-303).

É imprescindível garantir autonomia a mulher para decidir sobre seu corpo, sobre sua vida. Carlos Henrique Bezerra Leite expõe o que defende que a dignidade da pessoa humana pressupõe o respeito também a liberdade e autonomia (2010, p. 46).

Além da ausência de autonomia para decidir sobre o procedimento de laqueadura de trompas, a mulher de baixa renda enfrenta a ausência de políticas públicas que garantam a realização do procedimento no SUS (Sistema Único de Saúde). Muitas mulheres de baixa renda não conseguem ter acesso a métodos também a contraceptivos, seja por sua ausência ou por demora no fornecimento pelo SUS, o que conseqüentemente gera gestações não planejadas e indesejadas, assim, realizar o procedimento de laqueadura de trompas se torna a medida mais eficiente e segura para essas mulheres.

Diante da falta de políticas públicas que garantam a realização do procedimento de laqueadura para mulheres que manifestam interesse e preenchem as condições legais, algumas, um pequeno número ainda, recorre ao Poder Judiciário para garantia do seu direito. Se existe omissão do Estado no seu dever de implementação dos direitos fundamentais, cabe ao Poder Judiciário, por meio de tutelas jurisdicionais, conferir efetividade aos direitos



MULHER QUILOMBOLA E PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO DO ÚTERO

QUILOMBOLA WOMAN AND PREVENTION OF CERVICAL CANCER

MUJER QUILOMBOLA Y PREVENCIÓN DEL CÁNCER DE COLO DEL ÚTERO

Jerusa Araújo Dias⁵⁸
 Thaís Verly Luciano⁵⁹
 Liliana Cruz Spano⁶⁰
 Angélica Espinosa Miranda⁶¹

RESUMO: As mulheres negras enfrentam dificuldades no acesso e na atenção à saúde, em especial nas questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva. As desigualdades socioeconômicas e regionais podem explicar as disparidades no acesso aos serviços de saúde. Por sua vez, há uma maior vulnerabilidade das mulheres negras às infecções sexualmente transmissíveis e ao câncer de colo de útero. Resultados preliminares de nossa pesquisa com mulheres quilombolas residentes no Norte do Espírito Santo, revelou que elas possuem baixa escolaridade, residem em regiões semi-isoladas, consideraram difícil o acesso aos serviços de saúde e não usaram preservativo com parceiro sexual. Além disso uma parcela significativa não realizou o exame preventivo. As vulnerabilidades ao câncer de colo de útero estão presentes nas mulheres quilombolas e conhecê-las será importante para que estratégias específicas de saúde pública sejam direcionados para esse grupo populacional proporcionando equidade em saúde.

Palavras-chave: Câncer de Colo do Útero; Vulnerabilidade em Saúde; Saúde das Minorias Étnicas, Acesso aos Serviços de Saúde.

ABSTRACT: Black women face difficulties in access and health care, especially in issues related to sexual and reproductive health. Socioeconomic and regional inequalities can explain disparities in access to health services. In turn, there is greater vulnerability of black women to sexually transmitted infections and cervical cancer. Preliminary results of our research with quilombola women living in Northern Espírito Santo revealed that they have low schooling, reside in semi-isolated regions, have found access to health services difficult, and have not used a condom with a sexual partner. In addition, a significant portion did not perform the preventive examination. Vulnerabilities to cervical cancer are present in quilombola women and knowing them will be important for specific public health strategies to be targeted to this population group, providing health equity.

Keywords: Cervical Cancer Vulnerability in Health; Ethnic Minorities Health, Access to Health Services.

RESUMEN: Las mujeres negras enfrenta dificultades en el acceso y la atención a la salud, especialmente en las cuestiones relacionadas con la salud sexual y reproductiva. Las desigualdades socioeconómicas y regionales pueden explicar las disparidades en el acceso a los servicios de salud. Por su parte, existe una mayor vulnerabilidad de las mujeres negras a las infecciones de transmisión sexual y al cáncer de cuello de útero. Los resultados preliminares de nuestra investigación con mujeres quilombolas residentes en el Norte de Espírito Santo, revelaron que tienen baja escolaridad, residen en regiones semi aisladas, consideraron difícil el acceso a los servicios de salud y no usaron

⁵⁸ Enfermeira. Doutoranda em Saúde Coletiva. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva-Ufes, Vitória, Brasil. E-mail: dias.saude@gmail.com

⁵⁹ Enfermeira. Mestranda em Saúde Coletiva. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva-Ufes, Vitória, Brasil. E-mail: thaisverly@hotmail.com

⁶⁰ Farmacêutica. Doutora em Biologia Celular e Molecular. Professora no Programa de Pós-Graduação em Doenças Infecciosas-Ufes, Vitória, Brasil. E-mail: liliana.spano@ufes.br

⁶¹ Médica. Doutora em Saúde Pública. Professora no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva-Ufes, Vitória, Brasil. E-mail: angelica.ufes@gmail.com



preservativo con pareja sexual. Además, una porción significativa no realizó el examen preventivo. Las vulnerabilidades al cáncer de cuello de útero están presentes en las mujeres quilombolas y conocerlas será importante para que estrategias específicas de salud pública sean dirigidas a ese grupo poblacional proporcionando equidad en salud.

Palabras clave: Cáncer de cuello del útero; Vulnerabilidad en Salud; Salud de las Minorías Étnicas, Acceso a los Servicios de Salud.

DESENVOLVIMENTO

Considerado um grave problema de saúde pública, o câncer de colo de útero continua sendo responsável por um elevado número de novos casos e por altas taxas de mortalidade em todo o mundo. Mulheres negras apresentam maiores taxas de mortalidade pelo câncer de colo de útero e elevadas taxas de prevalência por infecções sexualmente transmissíveis, inclusive pelo HPV, principal agente causador do câncer de colo de útero.

Desigualdades sócio econômicas, acesso aos serviços de saúde e o racismo institucional podem explicar as diferenças nas taxas de mortalidade e de infecções nesse grupo populacional. Todo esse cenário de desigualdades permanece nas comunidades quilombolas, tornando essas mulheres vulneráveis ao câncer de colo de útero e as infecções sexualmente transmissíveis. Por isso, este trabalho teve como objetivo descrever a prevalência de citologias alteradas e fatores de risco para o câncer de colo de útero em mulheres de comunidades quilombolas no norte do Espírito Santo. Todas as mulheres residentes nas 25 comunidades quilombolas dos municípios de São Mateus e Conceição da Barra (ES/Brasil) foram convidadas a participar do estudo e a responderem um questionário com questões relacionadas a situação sócio econômica, demográfica e aspectos comportamentais e clínicos. Também foi realizado exame ginecológico para coleta de exame preventivo contra o câncer de colo de útero e detecção do HPV.

Resultados parciais revelaram uma prevalência de alterações citológicas de 7,3% (IC95%:4,8-10,9). Dentre as alterações citológicas, a maior prevalência encontrada foi de Atipias de Significado Indeterminado (ASCUS) com 4,5% (IC95%:2,6-7,6). Nenhum caso de carcinoma invasor foi diagnosticado. Para o vírus HPV foi encontrado uma taxa de prevalência para qualquer genótipo de 11%, sendo 7% para HR-HPV, 5% para LR-HPV e 2% para infecção mista. As mulheres apresentaram média de idade de 41 anos (dp:14 anos); 201(70%) tem de 0 a 8 anos de escolaridade; 183 (63%) vivem em comunidades semi-



isoladas distantes há mais de 25Km da área urbana. O acesso ao serviço de saúde é considerado difícil por 165(60%) das mulheres. Apesar disso, 246 (90%) realizaram o último exame preventivo em até 3 anos, mas ainda um número significativo de 10% o fizeram há mais de 4 anos. Não fumar foi relatado por 264(92%); tiveram de 2-5 parceiros sexuais na vida 128(54%) mulheres; 100 (35%) não fizeram uso de método contraceptivo; não uso de preservativo com parceiro foi mencionado por 218(77%) e negaram história de IST 275(96%).

Concluimos que a prevalência de alterações citológicas e de infecção pelo vírus HPV foi baixa nas mulheres quilombolas quando comparadas com mulheres da população geral. Logo, conhecer as especificidades deste grupo minoritário, suas vulnerabilidades para o câncer de colo de útero e para as infecções sexualmente transmissíveis faz-se necessário para que estratégias específicas de saúde pública sejam direcionadas as essas mulheres promovendo equidade em saúde.

REFERÊNCIAS

AMERICAN CANCER SOCIETY. **Cancer facts & figures 2014**. Atlanta, 2014. Disponível em: <https://www.cancer.org/content/dam/cancer-org/research/cancer-facts-and-statistics/annual-cancer-facts-and-figures/2014/cancer-facts-and-figures-2014.pdf>. Acesso em: 21 set. 2017.

BAIROS, F. S. DE; M. S. N. O. M. T. A. Citopatológico e exame de mama: desigualdade de acesso para mulheres negras no sul do Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 17, n. 2, p. 138–141, 2008.

BARNHOLTZ-SLOAN, J. et al. Incidence trends of invasive cervical cancer in the United States by combined race and ethnicity. **Cancer Causes and Control**, v. 20, n. 7, p. 1129–1138, 1 set. 2009

BOSCH, F. X. et al. The causal relation between human papillomavirus and cervical cancer. **J Clin Pathol**, v. 55, n. January, p. 244–265, 2002.

BRUNI, L.; BARRIONUEVO-ROSAS, L.; ALBERO, G.; SERRANO, B.; MENA, M.; GÓMEZ, D.; MUÑOZ, J.; BOSCH, F. X.; DE SANJOSÉ, S. **Human Papillomavirus and Related Diseases in the World**. ICO Information Centre on HPV and Cancer (HPV Information Centre) Summary Report, 2017. Disponível em < <http://www.hpvcentre.net/statistics/reports/XWX.pdf>> Acesso em 21 jun. 2018.

CROSBIE, E. J. et al. **Human papillomavirus and cervical cancer**. The Lancet Elsevier Ltda, 2013. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(13\)60022-7](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(13)60022-7)



VIVÊNCIAS DE VIOLÊNCIA ENTRE ADOLESCENTES RURAIS
QUILOMBOLAS E NÃO QUILOMBOLAS DO SEMIÁRIDO BAIANO

EXPERIENCE OF VIOLENCE BETWEEN *QUILOMBOLA* AND NON
QUILOMBOLA RURAL ADOLESCENTS OF SEMIÁRIDO BAIANO

VIVENCIAS DE VIOLENCIA ENTRE ADOLESCENTES RURALES
QUILOMBOLAS Y NO QUILOMBOLAS DEL SEMIÁRIDO BAIANO

Etna Kaliane Pereira da Silva⁶²
Danielle Souto de Medeiros⁶³

RESUMO: A violência é um fenômeno multicausal que apresenta forte associação com desigualdades econômicas e socioculturais. Este trabalho objetiva descrever as vivências de violência entre adolescentes rurais de Vitória da Conquista-BA (Brasil), segundo sexo e local de residência (comunidade quilombola e não quilombola). Estudo transversal de abordagem domiciliar, realizado em 2015 com 390 adolescentes. As situações de violência analisadas referiam-se aos últimos 30 dias. Do total, 6,0% faltaram à escola/trabalho por insegurança no trajeto e 7,1% por insegurança na escola/trabalho, com maiores prevalências entre os quilombolas 9,0% e 12,1%, quando comparado entre os não quilombolas 3,7% e 3,2% (p-valor<0,05). Agressão física por um adulto da família foi relatada por 4,6% e o envolvimento em briga com arma de fogo e com arma branca foi reportado por 0,3% e 1,3%. Os adolescentes quilombolas apresentaram maior vulnerabilidade às vivências de violência, evidenciando a necessidade de intervenções e melhor compreensão desse fenômeno nesse grupo populacional.

Palavras-Chave: Adolescente; Exposição à Violência; População Rural; Grupo com Ancestrais do Continente Africano

ABSTRACT: Violence is a multi-causal phenomenon that presents a strong association with economic and socio-cultural inequalities. This work aims to describe the experiences of violence between rural adolescents in Vitória da Conquista-BA, by sex and place of residence (*quilombola* and non-*quilombola* community). A cross-sectional study of the domiciliary approach conducted in 2015 with 390 adolescents. The situations of violence analyzed were related to the last 30 days. Of the total, 6.0% were absent from school / work due to insecurity on the way and 7.1% from school / work insecurity, with a higher prevalence among *quilombolas* (9.0% and 12.1%) when compared to non-*quilombolas* 3.7% and 3.2% (p-value <0.05). Physical aggression by an adult in the family was reported by 4.6% and involvement in a firearm and white-weapon brawl was reported by 0.3% and 1.3%. *Quilombola* adolescents presented greater vulnerability to violence, evidencing the need for interventions and a better understanding of this phenomenon in this population group.

Keywords: Adolescent; Exposure to Violence; Rural Population; African Continental Ancestry Group

RESUMEN: La violencia es un fenómeno multicausal que presenta fuerte asociación con desigualdades económicas y socioculturales. Este trabajo objetiva describir las vivencias de violencia entre adolescentes rurales de Vitória da Conquista-BA, según sexo y lugar de residencia (comunidad *quilombola* y no *quilombola*). Estudio transversal de abordaje domiciliar, realizado en 2015 con 390 adolescentes. Las situaciones de violencia analizadas se referían a los últimos 30 días. Del total, el 6,0% faltó a la escuela / trabajo por inseguridad en el trayecto y el 7,1% por inseguridad en la escuela

⁶² Doutoranda em Saúde Pública, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, etnakaliane@gmail.com

⁶³ Doutora em Saúde Pública, professora adjunta no Instituto Multidisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia, Vitória da Conquista, Brasil, danielle.medeiros@ufba.br



urbanas. Pesquisa de abrangência nacional realizada com adolescentes brasileiros, em 2015, encontrou prevalências de insegurança no trajeto casa-escola e na escola de 11,5% e 9,5%, respectivamente, valores superiores aos encontrados nesta pesquisa (BRASIL, 2015).

Granero et al (2011) em estudo realizado na Venezuela, relataram que 20,8% dos estudantes não compareceram às aulas uma ou mais vezes por sentirem inseguros no caminho casa-escola ou na escola. Resultados semelhantes aos nossos foram demonstrados por pesquisa realizada nos Estados Unidos em 2015, com prevalência de 5,9% de insegurança no trajeto casa-escola e na escola (MMWR, 2012). Todavia, as comunidades rurais quilombolas apresentaram maior prevalência da insegurança no trajeto e na escola que as comunidades não quilombolas. Em sua maioria, essas comunidades estão localizadas geograficamente mais distantes das escolas, sendo necessário que os adolescentes façam o uso de transporte escolar que, muitas vezes, se encontra em situações precárias, além dos obstáculos geográficos existentes pelo caminho (CARVALHO et al, 2010).

A maior insegurança no trajeto de casa para escola entre esse grupo pode ser, em partes, explicada por esse motivo. Quanto ao ambiente escolar, Macedo e Bonfim (2009) discutem que existem dois tipos de violência: a violência na escola e a violência da escola. A primeira diz respeito às violências produzidas fora da escola e que adentram seus muros. A segunda é praticada dentro da escola, a partir de agressões morais, psicológicas e físicas, discriminação racial e de gênero, dentre outras.

Sabe-se que é de extrema importância a participação da família na educação dos filhos, colaborando com diversos aspectos para formação dos mesmos. Sendo assim, faz-se necessária a introdução dos pais/responsáveis na comunidade escolar. No entanto, na região estudada, os adolescentes quilombolas frequentavam escolas em outras comunidades ou na sede do município, o que poderia aumentar a percepção de insegurança devido ao afastamento do seu meio familiar e comunitário. A agressão física por um adulto da família também foi menos prevalente quando comparado a estudo de abrangência nacional (14,5%) (BRASIL, 2015).

Entretanto, é importante ressaltar que a violência sofrida dentro do núcleo familiar pode ser naturalizada, não sendo percebida pelos adolescentes como vítimas dessa violência, assim



LULIANELLI, Jorge Atílio. **Crianças e jovens**: as principais vítimas. Program Trabalhadores Rurais e Direitos da KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. 2007.

MALTA, Deborah Carvalho et al. **Situações de violência vivenciadas por estudantes nas capitais brasileiras e no Distrito Federal**: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2012). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, p. 158-171, 2014.

MMWR. Youth Risk Behavior Surveillance – United States, 2011. **Centers for Disease Control and Prevention**. 2012.

MACEDO, R. M. A; BONFIM, M. C.A. Violências na escola, **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, 2009, p. 605-618.

MAGALHÃES, Júlia Renata Fernandes et al. **Violência intrafamiliar**: vivências e percepções de adolescentes. *Escola Anna Nery*, v. 21, n.1, 2016.



DIVERSIDADE ÉTNICA BRASILEIRA: VALORIZAÇÃO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO INDÍGENA, UMA REVISÃO DA LITERATURA

BRAZILIAN ETHNIC DIVERSITY: VALUATION OF HEALTH OF THE INDIGENOUS POPULATION, A REVIEW OF THE LITERATURE

DIVERSIDAD ÉTNICA BRASILEÑA: VALORIZACIÓN DE LA SALUD DE LA POBLACIÓN INDÍGENA, UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA

Andressa Gomes Sousa⁶⁴

Caroliny Victoria dos Santos Silva⁶⁵

Luiza Esteves de Melo⁶⁶

RESUMO: Os povos indígenas constituem meio milhão de brasileiros estabelecidos nos vários estados da federação Brasileira. As condições de saúde dessa população, por vezes, são precárias. Estatísticas vitais, taxas de mortalidade, natalidade, constituem dados essenciais para o monitoramento do processo saúde/doença. A partir dessa premissa, o estudo objetivou identificar na literatura, pesquisas que contemplem a população indígena no Brasil, com ênfase no componente de vulnerabilidade. Este estudo tem uma abordagem quantitativa com a utilização de dados secundários. Os resultados demonstram que a política Nacional de atenção aos povos indígenas foi um marco histórico, uma valorização e reconhecimento de suas especificidades étnicas, culturais e seus direitos territoriais, contudo ainda é necessário um amparo a este povo que se encontra em uma danosa invisibilidade demográfica, epidemiológica e social.

Palavras-chave: Saúde; População Indígena; Vulnerabilidade; Saúde Pública.

ABSTRACT: The indigenous peoples constitute half a million Brazilians dispersed in the various states of the Brazilian federation. The health conditions of this population are sometimes precarious, vital statistics, mortality rates, birth rates are essential data for monitoring the health / disease process. Based on this premise, the study aimed to identify in the literature, surveys that contemplate the indigenous population in Brazil, with emphasis on the vulnerability component. This study takes a quantitative approach with the use of secondary data. The results demonstrate that the National policy of attention to indigenous peoples was a historical landmark, a valorization and recognition of their specific ethnic, cultural and territorial rights, but it is still necessary to provide support to this people who are in a damaging demographic invisibility, epidemiological and social.

ABSTRACT: Health; Indigenous Population; Vulnerability; Public Health.

RESUMEN: Los pueblos indígenas constituyenmediomillón de brasileños establecidos en los diversos estados de lafederaciónbrasileña. Las condiciones de salud de esta población, a veces son precarias, estadísticas vitales, tasas de mortalidad, natalidad, constituyendatos esenciales para el monitoreo del proceso salud / enfermedad. A partir de esta premisa, el estudio objetivó identificar en la literatura, investigaciones que contemplen a la población indígena en Brasil, con énfasis en el componente de vulnerabilidad. Este estudio tiene un enfoque cuantitativo con la utilización de datos secundarios. Los resultados demuestran que la política nacional de atención a los pueblos indígenas fue un hito histórico, una valorización y reconocimiento de sus especificidades étnicas, culturales y sus derechos territoriales, sin embargo todavía es necesario un amparo a este pueblo que se encuentra en una danosa invisibilidad demográfica, epidemiológica y social.

⁶⁴ Graduanda em Saúde Coletiva, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. E-mail: andressagomes.unb@gmail.com

⁶⁵ Graduanda em Enfermagem, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. E-mail: carolsilvaa2013@hotmail.com

⁶⁶ Pós-graduada em Enfermagem, Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz, Brasília, Brasil. E-mail: luiiza_esteves@hotmail.com



Palabras clave: Salud; Población Indígena; lavulnerabilidad; Salud pública.

OBJETIVO

Identificar, na literatura, pesquisas que contemplem a população indígena no Brasil, com ênfase no componente de vulnerabilidade.

JUSTIFICATIVA

Segundo estudo de Coimbra (2007), a população indígena inclui cerca de meio milhão de brasileiros dispersos nos vários estados da federação Brasileira. As condições de saúde dessa população, por vezes são precárias e se traduzem entre outras, por uma expressiva prevalência de desnutrição e alta incidência de tuberculose. É importante destacar que as condições de saúde desses povos são pouco conhecidas, o que se aplica também às dimensões alimentar e nutricional (GARNELO, 2003).

As condições demográficas e estatísticas vitais, tais como taxas de mortalidade e natalidade constituem dados essenciais para o monitoramento do processo saúde/doença, além do planejamento das ações de saúde e educação permanente que a população indígena não é contemplada integralmente (GARNELO, 2003). Nesse sentido, Coimbra Júnior & Santos (2000) chamam a atenção para as implicações do que denominam uma "danosa invisibilidade demográfica, epidemiológica e social".

Segundo estimativas do Instituto Socioambiental, 40% da população indígena do país vive nas regiões mais ocupadas do Nordeste, Leste e Sul do Brasil, confinada a 2% da extensão das terras indígenas (RICARDO, 1996). Vivenciar situações de discriminação constituem um elemento contribuinte para que doenças sejam desencadeadas. Diante disso, podem gerar fortes emoções, que vão do medo e desconfiança à raiva e frustração, comprometendo, portanto, não somente a qualidade e a credibilidade dos serviços prestados, mas a própria saúde do indivíduo (BROMAN, 1996; KRIEGER, 1990).



A política Nacional de atenção aos povos indígenas foi um marco histórico de valorização e reconhecimento de especificidades étnicas, culturais e direitos territoriais desses povos (Fundação Nacional de saúde, 2002). Logo, essa pesquisa se justifica pela necessidade de valorização e reconhecimento desta população visto que de acordo com a (CF/88 art.231), os povos indígenas tem por garantido o respeito à sua organização social, costumes, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens. Essa mesma Constituição define a saúde como direito de todos e dever do Estado, consolidando os princípios para a criação do Sistema Único de Saúde/SUS (CF/88 art.196).

METODOLOGIA

Trata-se de estudo de abordagem mista, qualitativa e quantitativa do tipo descritiva. Segundo Creswell (2003), abordagem mista é quando dados qualitativos e quantitativos são coletados e analisados para estudar o fenômeno em um único trabalho. Houve um recorte temporal de 2000 a 2018 e foram analisadas literaturas com os descritores: Saúde; População Indígena; Vulnerabilidade; Saúde Pública.

Foi realizada uma estratégia de busca na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), especificamente nas bases de dados Pubmed, Capes, Scielo. As informações e dados levantados permitirão subsidiar a compreensão da situação de saúde da população indígena.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram avaliados seis artigos que remetem ao assunto “Diversidade étnica brasileira: valorização da saúde da população indígena, uma revisão da literatura”, os mesmos foram encontrados em três bases de dados, Scielo, Pubmed e CAPES. Dos artigos incluídos 20% possuem uma metodologia quantitativa dentre estes e 20% qualitativo, 10% inquérito e 10% descritiva. Todos os artigos encontrados obedecem a proposta estabelecida pelo objetivo principal, que consiste na identificação a partir da literatura, pesquisas que contemplem a população indígena no Brasil, com ênfase no componente de vulnerabilidade evidenciando sempre a importância desse quesito no que se refere a equidade na saúde pública.

Tabela 1: Distribuição dos artigos segundo caracterização da publicação, objetivo, metodologia.



EIXO TEMÁTICO IV – DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO



GRUPO DE TRABALHO ED 024

ações afirmativas na educação superior: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Coordenadores:

Prof. Dr. Ahyas Siss (UFRRJ)

Prof. Dr. Otair Fernandes de Oliveira (UFRRJ)

Prof. Dr. Ricardo Dias da Costa (UFRRJ)



SISTEMA DE COTAS: COMO POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO GARANTIRAM A INCLUSÃO DE NEGROS NO ENSINO SUPERIOR?

QUOTA SYSTEM: HOW DO PUBLIC POLICIES OF RECOGNITION AND REDISTRIBUTION GUARANTEE THE INCLUSION OF NEIGHBORS IN HIGHER EDUCATION?

SISTEMA DE COTAS: COMO POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECONOCIMIENTO Y REDISTRIBUCIÓN GARANTIZAN LA INCLUSIÓN DE NEGROS EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR?

Monnique Greice Malta Cardoso⁶⁷
 Yuri Miguel Macedo⁶⁸
 Patrícia Gomes Rufino Andrade⁶⁹

RESUMO: Após aprovação da Lei 12.711/2012, Lei de Cotas, e considerando os resultados promissores da política pública, o presente estudo visa compreender que a concordância da Lei funcionou como indicador de “sucesso” das cotas, ainda que não haja consenso sobre a sua aceitação. Pode-se afirmar que tal cenário indica que o Brasil estaria trilhando um caminho de quebra do paradigma, que desde o início foi questionada. A problemática da política redistributiva precisa ser pautada a todo momento e, a necessidade de trazer a discussão de como ela é formulada, bem como ela pode ser considerada uma política pública que promove principalmente a igualdade após a Abolição da Escravatura em 1888. Por fim, o presente traz a promoção e a reflexão quanto às ações afirmativas que devem ser implementadas dentro das Instituições Federais de Ensino Superior para que os negros e cotistas se sintam membros significativos dentro de uma sociedade acadêmica.

Palavras-chave: Políticas públicas; Cotas; Lei Federal nº 12.711/2012.

ABSTRACT: After approval of Law 12.711 / 2012, Law of Quotas, and considering the promising results of public policy, this study aims to understand that the agreement of the Law worked as an indicator of "success" of quotas, although there is no consensus on the their acceptance. You can say that such a scenario indicates that Brazil would be treading a path of breaking the paradigm, which from the beginning was questioned. The problem of redistributive politics must be ruled at all times, and the need to bring the discourse of how it is formulated, as well as it can be considered a public policy that mainly promotes equality after the abolition of slavery in 1888. Finally, the present brings the promotion and reflection as to the affirmative actions that must be implemented within the Federal Institutions of Higher Education so that the blacks and quotaholders feel significant members within an academic society.

Keywords: Public policies; Quotas; Federal Law No. 12.711 / 2012.

RESUMEN: Después de la aprobación de la Ley 12.711 / 2012, Ley de Cuotas, y considerando los resultados prometedores de la política pública, el presente estudio pretende comprender que la concordancia de la Ley funcionó como indicador de “éxito” de las cuotas, aunque no hay consenso sobre la su aceptación. Puede decirse que tal escenario indica que Brasil estaría trillando un camino de quiebra del paradigma, que desde el principio fue cuestionado. La problemática de la política redistributiva necesita ser pautada en todo momento y la necesidad de traer la discusión de cómo es

⁶⁷ Licenciada em Filosofia, Vitória, Brasil. E-mail: monniquegmalta@hotmail.com.

⁶⁸ Especialista em Educação de Jovens e Adultos; Cultura e História Afro-Brasileira, Pedagogo, Linhares, Brasil. E-mail: yurimacedo@id.uff.br.

⁶⁹ Doutora em Educação, Professora, Pesquisadora e Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFES, Vitória, Brasil. E-mail: patiruf.pr@gmail.com.



formulada, así como ella puede ser considerada una política pública que promueve principalmente la igualdad después de la abolición de la esclavitud en 1888. Finalmente, el presente trae la promoción y la reflexión en cuanto a las acciones afirmativas que deben ser implementadas dentro de las Instituciones Federales de Enseñanza Superior para que esos negros y cotistas se sientan miembros significativos dentro de una sociedad académica.

Palabras clave: Políticas públicas; cuotas; Ley Federal nº 12.711 / 2012.

INTRODUÇÃO

Em 29 de agosto de 2012, foi sancionada a lei federal nº 12.711/2012, que garante a reserva de 50% das vagas, para autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência, nas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) vinculadas ao Ministério da Educação – MEC. Em outubro daquele mesmo ano, foi publicado o Decreto nº 7.824/2012, dispondo de condições e orientações quanto a reserva de vagas. Por meio dessa ação afirmativa, muitos pobres e negros, e principalmente os estudantes da rede pública de ensino, puderam realizar o sonho do diploma de ensino superior.

A discriminação racial pode-se encontrar em diversos relatos e debates pelos meios de comunicação e pesquisa; entretanto, relacionar esse assunto e tratá-lo de forma adequada no sistema educacional é que está a grande questão, pois independente do âmbito, a discussão acontece, mas de forma pouco eficaz. É possível perceber, por meio dos estudos sobre desigualdade social, que os índices de alfabetização e escolaridade da população negra são discrepantes, quantitativa e qualitativamente, em relação às demais e há uma penalização e exclusão da população negra e sua cultura na educação no sistema formal de ensino, que, por consequência, afeta as demais esferas da vida social, como confirma esse trecho que diz:

No Brasil, ser negro é tornar-se negro. O conhecimento dessas questões pode nos ajudar a superar o medo e/ou desprezo das diferenças raciais ainda presente na escola e na sociedade. Entender essa complexidade é uma tarefa dos/as profissionais da educação. É tarefa de uma escola que se quer cidadã e, por isso mesmo, não pode deixar de incluir a questão racial no seu currículo e na sua prática (GOMES, 2001 p. 89)

Já dizia Foucault (BUJES, 2002 p. 70) que a gênese da instituição escolar teve como objetivo a disciplina e a moldagem do corpo e mente. Das metodologias da *Ratio Studiorum* que ordenava uma educação para a submissão à organização dos tempos e espaços da instituição escolar atualmente, a marcação permanece, é quase sempre a mesma (DEL PRIORE, 1999). Se antes a disciplina era a estratégia de dominação dos instintos “selvagens” e incivilizados, nestes últimos tempos, a tentativa de enquadrar os que são considerados à margem, quase



conhecimento da beleza, riqueza e dignidade das culturas negro-africana, mas que se procurarmos nos departamentos das universidades brasileiras, disciplinas que informam sobre a África, teremos silêncio lamentável, que torna invisível parte tão importante da construção histórica e social de nosso povo.

Porém, junto com a lei promulgada e sua regulamentação, não foi possível contar com um manual acadêmico para inclusão e integração do aluno cotista e negro na sociedade acadêmica. Uma questão nos estimula neste trabalho: As IFES foram e/ou estão preparadas com políticas públicas que possam integrar de fato o aluno negro e cotista na sociedade acadêmica? Sabemos que as IFES têm programas de auxílios estudantis amparada pelo Decreto nº 7.234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES) para alunos que possuem renda per capita e/ou familiar inferior a um salário mínimo e meio, bem como a reserva de vagas por critério étnico-racial também na seleção de bolsistas em projetos internos. Quais outras medidas são adotadas para que o aluno negro e cotista se sinta pertencente à sociedade acadêmica que muitas vezes reproduz a desigualdade de classe e de cor?

DESENVOLVIMENTO

O cenário educacional brasileiro tem passado por significativas mudanças, que também atribuímos à diminuição das desigualdades de classe. A desigualdade de cor, primeiramente pode ser compreendida como uma desigualdade de classe, haja vista que a população negra compõe majoritariamente a base da pirâmide social. Para os autores Hasenbalg e Silva, as mudanças estruturais tem primazia sobre as melhorias do sistema de educação, isto porque o sistema social brasileiro passou por mudanças graduais, tendo seu marco a partir dos anos 2000.

A democratização, além da oferta de vagas, inclui as condições objetivas para a permanência estudantil. Nesse contexto uma política própria foi implantada e/ou expandida, envolvendo acessibilidade e apoio (alimentação, moradia, transporte, saúde) para muitos estudantes de baixa renda. Também vem sendo implementadas políticas institucionais de acompanhamento de estudos para garantir uma taxa de sucesso razoável, tendo em vista o investimento despendido.



GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. CAVALLEIRO, Eliane. São Paulo: Summus, 2001.

_____. **O movimento negro educador**. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2017. v. 1. P. 154.

LEI n. ° 10.639, de 09.01.03: altera a Lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afrobrasileira”. In: **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental-Brasília- MEC / SEF, 1997.

RIBEIRO, Romilda Iyakemi. Até quando educaremos exclusivamente para a branquitude? Redes-de-significado na construção da identidade e da cidadania. In: POTO, M R S, CATANI, A M, PRUDENTE, C L e GILIOLI, R S. **Negro, educação e multiculturalismo**: Editor Panorama, 2002.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Educação: um pensamento negro contemporâneo**. Jundiaí, Paco Editorial: 2014.



AS POLÍTICAS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

POLICIES FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN BRAZIL: IMPLICATIONS FOR TEACHER TRAINING

LAS POLÍTICAS PARA LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES EN BRASIL: IMPLICACIONES PARA LA FORMACIÓN DOCENTE

Adriana de Medeiros Marcolano Thebas⁷⁰
Regina Godinho de Alcântara⁷¹

RESUMO: Este estudo objetiva analisar como as relações étnico-raciais estão dispostas nas políticas que orientam a formação do docente no Brasil. Busca evidenciar as concepções acerca das relações étnico-raciais que subsidiaram os cursos de formação docente desde a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatória a inserção no currículo escolar da história da África, dos Africanos e a luta dos negros no Brasil. Trata-se de uma pesquisa de cunho documental, que contempla as leis e documentos oficiais que orientam a formação de professores sobre relações étnico-raciais. Traremos ainda, como aporte teórico as contribuições de Munanga (2008, 2010), Candau (2011) e Oliveira (2004), visando alicerçar a análise. As considerações tecidas apontam que os documentos trazem uma proposta de abordagem da educação para as relações étnico-raciais. No entanto, ainda se faz necessário o investimento em formação continuada e contínua, buscando propor uma reflexão sobre a prática educativa, visando a transformação na educação brasileira, no que tange, principalmente, à efetivação do que enfatiza a referida Lei.

Palavras-chave: Diversidade; Políticas de formação docente; Educação para as relações étnico-raciais.

ABSTRACT: This study aimed to analyze how ethnic-racial relations are arranged in the policies that guide the formation of teachers in Brazil. It seeks to highlight the conceptions about ethno-racial relations that have subsidized teacher education courses since the enactment of Law No. 10,639 / 2003, which made it compulsory to include in the school curriculum, the history of Africa, Africans and the struggle of blacks in Brazil . It is a documentary research that will contemplate the laws and official documents that guide the formation of teachers on ethnic-racial relations. We will also bring as a theoretical contribution the contributions of Munanga (2008, 2010), Candau (2011) and Oliveira (2004), in order to base the analysis. The considerations put forward point out that the documents present a proposal to approach education for ethnic-racial relations. However, it is still necessary to invest in continuous and continuous training, seeking to propose a reflection on the educational practice, aiming at the transformation in Brazilian education, in what concerns, mainly, to the effectiveness of what emphasizes said Law.

Keywords: Diversity; teacher education policies; education for ethnic-racial relations.

RESUMEN: Este estudio objetivó analizar las relaciones étnico-raciales en los países que orientan la formación del docente en Brasil. En el caso de los africanos y de la lucha de los negros, se trata de

⁷⁰Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisas e Inovação do Espírito Santo no Programa de Pós-graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores-UFES. Professora de Língua Portuguesa, Alegre - ES. E-mail: marcolano20@hotmail.com

⁷¹Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, na Linha Educação e Linguagens (2014). Possui Mestrado pelo PGGE/CE/UFES, na Linha de Educação e Linguagens (2006). Licenciada em Letras - Português. Professora Adjunta do Departamento de Linguagens, Cultura e Educação/ Centro de Educação/Ufes. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores (PPGEEDUC/Ufes). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Cnpq - Estudos e Pesquisas em Processos de Apropriação da Língua Portuguesa – Gepalp, Vitória-ES. E-mail: rgodinho6@gmail.com



estão atravessadas por questões de poder. A autora destaca ainda que as diferenças são constitutivas dos indivíduos, portanto, devem ser reconhecidas e valorizadas positivamente no que têm de marcas sempre dinâmicas de identidade, ao mesmo tempo em que devem ser combatidas as tendências de transformá-las em desigualdades, assim como aquelas que tornam os sujeitos objeto de preconceito e discriminação.

Mediante o explicitado, este estudo objetiva analisar como as relações étnico-raciais estão dispostas nas políticas que orientam a formação docente no Brasil. Busca evidenciar as concepções acerca das relações étnico-raciais que subsidiaram os cursos de formação docente desde a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatória a inserção no currículo escolar, da história da África, dos Africanos e a luta dos negros no Brasil.

A justificativa desta pesquisa está na relevância em propor uma reflexão sobre o que nos dizem os documentos oficiais e a aplicabilidade no contexto escolar, considerando, portanto o enfrentamento ao preconceito racial e discriminação, bem como a valorização do diferente, o respeito individual e o rompimento com o segregacionismo histórico no que se refere aos negros e afrodescendentes.

Trata-se de uma pesquisa de cunho documental, que contempla as leis e documentos oficiais que orientam a formação de professores sobre relações étnico-raciais. Traremos ainda, como aporte teórico as contribuições de Munanga (2008, 2010), Candau (2011) e Oliveira (2004), visando alicerçar a análise.

As ações do Governo Federal, que buscam fomentar os movimentos sociais negros; intencionaram, de certa forma, combater as desigualdades sociais, originadas do racismo. Para tanto, busca-se ainda, na educação, possibilidades de intervenções, uma vez que é dada sua relevância na formação desses sujeitos. Para além do movimento negro, que denunciava as situações de discriminação e preconceito social, buscou-se uma maior participação na elaboração de políticas públicas, objetivando contemplar alguns dos anseios dos negros brasileiros (SILVA, 2015). Nessa perspectiva, observa-se que este debate também se faz presente em documentos como a Constituição Federal de 1988, a LDB e as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos (EDH), cuja intencionalidade é remarcar essa discussão nos espaços tempos da escola, espaços de formação humana. Tangenciando



as Diretrizes Nacionais para EDH (2012, p.4), o art. 3º traz claramente um posicionamento acerca das políticas em que a Educação em Direitos Humanos, com vistas à educação para a mudança e a transformação social, fundamentando-se nos seguintes princípios:

- I - dignidade humana;
- II - igualdade de direitos;
- III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV - laicidade do Estado;
- V - democracia na educação;
- VI - transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII - sustentabilidade socioambiental.

Nesta vertente, a lei Nº 10.639/03 definiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio do país. Para fortalecer a lei implementada em 2003, em 2004 foi criada as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” que tem com base alguns princípios que contribuirão no fortalecimento de identidades e de direitos, até então negados.

Munanga (2008) fomenta que o resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não é um assunto que interessa somente aos alunos de afrodescendentes, interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas. Souza e Paiva (2018) sinalizam que falar sobre preconceitos étnico-raciais no currículo escolar, nem tudo é silêncio, pois nos deparamos com maneiras explícitas de inferiorização de negros/as e de indígenas, e de supervalorização de brancos/as no currículo escolar e nos livros didáticos e paradidáticos em particular.

Logo, podemos evidenciar que as leis estão presentes nos documentos que regem as políticas educacionais, porém não estão efetivamente implantadas nas redes de ensino de educação básica. Entretanto, é preciso investir a em formação docente, uma vez que a mesma, tendo em vista o exposto, assume papel essencial no enfrentamento da discriminação, preconceito e racismo, buscando no processo de ensino-aprendizagem possibilidades de construção de uma consciência das desigualdades raciais em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS



em direito.

Para iniciar o estudo do tema é necessário fazer alguns apontamentos que se relacionam com o assunto. Serão analisados os aspectos sociais decorrentes de desigualdades de gênero e raciais, pois os cursos de Direito têm sido marcados, historicamente, pela presença de homens brancos e, ainda sub-representadas, as mulheres brancas. A legislação pertinente também será apreciada, Lei 10.639/03 e Resolução nº 1, de 17 de Junho de 2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O tema estudado é relevante e atual diante da ausência da mulher negra na docência no ensino superior em direito, causando uma invisibilidade profissional.

Diante deste cenário quais fatores interferem no acesso da mulher negra na docência superior dos cursos de Direito? Serão demonstrados os fatores que impedem o ingresso das mulheres negras no ensino superior em direito.

MULHER NEGRA NA DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR EM DIREITO

Os cursos de direito no Brasil, foram criados com base em preceitos sociais, interesses políticos, religiosos e econômicos que refletiam e ainda refletem uma sociedade marcada por desigualdades de gênero e raciais. Se para mulheres brancas existem barreiras para o ingresso no ensino superior em direito, para as mulheres negras estas barreiras são ainda maiores, pois além do desafio de enfrentar uma sociedade machista, com desigualdades de gênero, encontram também entraves relacionadas a questão racial.

As mulheres negras no Brasil iniciam sua luta por reconhecimento a partir do momento que buscam o conhecimento/qualificação/educação. Romper a tradição das avós, das mães que sempre se dedicaram ao lar ou desempenharam uma atividade profissional como empregada doméstica não é uma tarefa fácil. Existem trabalhos que apresentam que já houve avanços, pois na educação infantil e no ensino fundamental já existe uma presença significativa de mulheres negras na docência (JESUS, 2010).



preconceitos somente se dará por meio da efetivação do direito a educação, qualificação profissional da mulher negra e quando a sociedade for esclarecida da necessidade da prevalência de critérios de igualdade de gênero e étnico-raciais. Estes conhecimentos devem ser fomentados pela inserção de estudos étnico-raciais nas instituições de ensino, iniciando-se na educação infantil e seguindo pelo ensino fundamental, médio e superior. O cumprimento da legislação deve se dar pela efetivação das diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

REFERÊNCIAS

BONELLI, Maria da Gloria. **Docência do direito: fragmentação institucional, gênero e interseccionalidade.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742017000100094&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 31/07/18.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 27/07/18.

BRASIL. **Lei nº 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 31/07/2018.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 31/07/2018.

JESUS, Carla Cristina dos Santos de. **Mulheres negras e docência: identidade e trajetória.** <http://www.poscritica.uneb.br/anais-eletronicos/arquivos/55.pdf>. Acesso em 25/07/18.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. **Mulheres, negras e professoras. Suas histórias de vida.** Rio de Janeiro: Brasil Multicultural, 2017.



**INIQUIDADES DA SAÚDE, RACISMO E RACISMO INSTITUCIONAL:
EXPERIÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE DISCIPLINAS
ELETIVAS ACADÊMICAS EM UMA FACULDADE DE MEDICINA**

**INIQUITIES OF HEALTH, RACISM AND INSTITUTIONAL RACISM:
EXPERIENCES IN THE CONSTRUCTION AND IMPLEMENTATION OF
ACADEMIC ELECTIVE DISCIPLINES IN A FACULTY OF MEDICINE**

**INIQUIDADES DE SALUD, RACISMO Y RACISMO INSTITUCIONAL:
EXPERIENCIAS EN LA CONSTRUCCIÓN E IMPLEMENTACIÓN DE
DISCIPLINAS ELECTIVAS ACADÉMICAS EN UNA FACULTAD DE MEDICINA**

Fabício de Medeiros Melo⁷³
Jorge Luís de Souza Riscado⁷⁴
Maria Inez Montagner⁷⁵

RESUMO: Racismo e racismo institucional são determinantes das iniquidades de saúde e práticas nos serviços. Objetivando romper com essa lógica foram implementadas duas disciplinas eletivas sobre saúde da população negra na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alagoas. Na disciplina “Saúde da População Negra”, na graduação, desde 2007, participaram 80 discentes em média dentre os cursos de Serviço Social, Medicina e Psicologia. Na disciplina “Raça, Racismo Institucional, Educação e Práticas em Saúde”, do Mestrado Profissional de Ensino na Saúde, contou-se com 60 mestrandos de diversas áreas de conhecimento. Conclui-se da grande significância desses resultados obtidos nas futuras implicações para a promoção da saúde, da prevenção, cuidados e tratamento de doenças prevalentes da população negra, barreira de acesso ao cuidado e ponte para o acesso, a ruptura do negligenciamento em práticas discriminatórias e racistas.

Palavras-chave: Ensino; Graduação; Strictu sensu; Saúde população negra; Política nacional de saúde integral.

ABSTRACT: Racism and institutional racism are determinants of health inequalities and practices in services. Aiming to break with this logic, there were implemented two electives about health of the black population at the Faculty of Medicine of the Federal University of Alagoas. At the discipline for the health of the black population, graduation, since 2007, has a number of entries from 80 students on average the various courses, especially Social Work, Medicine and Psychology. As for discipline "Race, Racism Institutional, Education and Health Practices," the Master of Professional Education in Health, had 60 Masters students from different areas of knowledge. We conclude the great significance of these results in future implications for health promotion, prevention, care and treatment of prevalent diseases of the black population, barrier to access to care and bridge to access, the rupture of neglect in discriminatory practices and racist.

Keywords: Teaching; Graduation; Strictu sensu; Black population health; National comprehensive health policy.

RESUMEN: Racismo y racismo institucional son determinantes de las desigualdades de salud y prácticas en los servicios sanitarios. Con el objetivo de romper con esta lógica, se implementaron dos

⁷³ Cirurgião dentista, mestrando em Ensino na Saúde, Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil. E-mail: fabricio_de_medeiros_ft@hotmail.com

⁷⁴ Psicólogo, doutor em Ciências - Saúde Pública - ENSP/FIOCRUZ, Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil. E-mail: jorgeluisriscado@hotmail.com

⁷⁵ Mestre e Doutora em Saúde Coletiva, Prof. Adjunta III, Universidade de Brasília, Campus Ceilândia, Brasília, Brasil. E-mail: inezmontagner@hotmail.com



disciplinas optativas sobre la salud de la población negra en la Facultad de Medicina de la Universidad Federal de Alagoas. En la disciplina "Salud de la Población Negra", en pregrado, desde el año 2007, han participado en promedio 80 estudiantes de varios campos, especialmente los Servicios Sociales, Medicina y Psicología. En la disciplina "Raza, racismo institucional, Educación y Práctica en Salud", de la Maestría de Enseñanza en Salud, ha tenido 60 estudiantes de maestría de diferentes áreas de conocimiento. De ello se deduce la importancia de estos resultados en las futuras implicaciones para la promoción de la salud, prevención, cuidado y tratamiento de las enfermedades prevalentes de la población negra, barreras de acceso a la atención y la ruptura de la negligencia en las prácticas discriminatorias y racistas.

Palabras-clave: Enseñanza; Pregrado; Stricto sensu; Sanidad en la población negra; Política nacional de salud integra.

OBJETIVO

Relatar a experiência de construção e oferta de duas disciplinas eletivas na graduação e pós-graduação na perspectiva *stricto sensu* em uma faculdade de Medicina.

JUSTIFICATIVA

A universidade pode desempenhar um papel ativo, contra o racismo e o racismo institucional e, em prol das populações. Nesse sentido, o Programa de Ações Afirmativas (PAAF) da Universidade Federal de Alagoas - UFAL tem o propósito de propiciar ações que viabilizem acesso e permanência da população negra na UFAL (RISCADO, 2007).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, tipo relato de experiência, elaborado a partir das experiências de duas disciplinas eletivas da Faculdade de Medicina da UFAL. Sua criação e implantação baseou-se nas várias diretrizes da PNSIPN (Política Nacional de Saúde Integral da População Negra).

A disciplina “Saúde da População Negra” foi forjada a partir de dados epidemiológicos, dialogando com a sócio-antropologia (BATISTA, 2005; CARDOSO et al. 2005; CHOR E LIMA, 2005; e LOPES, 2005).

A disciplina “Raça, Racismo Institucional, Ensino e Práticas na Saúde”, no Mestrado Profissional de Ensino na Saúde, tem entre seus conteúdos: Evolução do Pensamento Social;



A (DES)IGUALDADE JURÍDICO-SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

A partir de um estudo bibliográfico, depreende-se neste trabalho que as raízes históricas brasileiras são extremamente miscigenadas, obscuras e, por vezes, um tanto quanto desiguais. A comunidade jurídica é o reflexo da realidade social, ora antagônica, ora congruente. Dessa forma, a Constituição da República Federativa de 1988 (CRFB), buscou amenizar os ideais liberais e os sociais, para harmonizar os interesses das classes distintas.

Os direitos fundamentais são trunfos outorgados a todo e qualquer ser humano contra as arbitrariedades do Estado, como também contra outro ser que ouse lhe desrespeitar. Todavia, sabe-se que, infelizmente, negações dos mais básicos direitos são recorrentes no cenário público brasileiro. E, na maioria das vezes, os lesados tem um estigma: pobres, negros e marginalizados (SANTOS, 2014, p. 43).

Nesse sentido, os olhos deste trabalho estão voltados tão apenas para a problemática da desigualdade social e as políticas públicas que são efetivadas para tentar erradicá-la, ou, ao menos amenizá-la. Logo, todo e qualquer ser humano é titular das condições mínimas e básicas para sobreviver, abarcada pelo macro princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (hoje um tanto quanto banalizado). Sobre este princípio Souza (2003) afirma que:

Essa “dignidade”, efetivamente compartilhada por classes que lograram homogeneizar a economia emocional de todos os seus membros numa medida significativa, que me parece ser o fundamento profundo do reconhecimento social infra e ultrajurídico, o qual, por sua vez, permite a eficácia social da regra jurídica da igualdade e, portanto, da noção moderna de cidadania (SOUZA, 2003, p. 166).

A igualdade é, pois, pressuposto da materialização da dignidade humana, bem como da efetivação da cidadania plena. A CRFB/88, de forma principiológica, em seu art. 6^o, *caput*, prevê a garantia de todos eles enquanto direitos sociais, sobretudo da educação.

Afere-se que os indivíduos, sobretudo aqueles sem oportunidades de acesso aos direitos, são vistos não como “gente, mas “subgente”, não como cidadão, mas “subcidadão” (SOUZA, 2003, p. 164). Todavia, ater-nos-emos, neste trabalho, apenas ao (in)acesso do direito fundamental à educação superior, uma vez que as vagas das universidades públicas são inexpressivas se comparadas a quantidade de candidatos.

O PROUNI COMO MECANISMO DE ACESSO AO ENSINO



O ProUni foi criado pela lei 11.096/2005 para a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais para o curso de graduação e sequenciais de formação específica, por meio da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em instituições privadas de ensino superior.

As bolsas de estudo são concedidas para aqueles que não possuem diploma de curso superior; que a renda familiar mensal não exceda o valor de até um salário mínimo e meio e que o estudante tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.

Cumprir mencionar que, a partir da pesquisa de caráter hipotético-dedutivo, conclui-se que nos cursos mais concorridos e considerados caros pela maioria da população, como Medicina, Direito, Odontologia e Engenharia, tornam-se cada dia mais acessíveis aos alunos menos abastados, sendo uma forma efetivação da política pública educacional. Contudo, garantir o acesso, não significa garantir o diploma. Essa frase é um tanto quanto emblemática, uma vez que os alunos, que, por vezes, encontram diversas dificuldades no decorrer do curso.

OS DESAFIOS E AS BARREIRAS DO PROUNI ANALISADAS NAS FACULDADES DE DIREITO DE VITÓRIA

Inicialmente, cumpre destacar que privilegiados são aqueles que possuem uma formação rica e sólida no ensino básico, uma vez que os índices dos estados brasileiros, sobretudo do Espírito Santo, não são dos melhores. As escolas públicas se encontram em um estado preocupante: falta de professores qualificados; infraestrutura precária e deficiente – o que gera, de modo contínuo, o desinteresse do aluno pelos estudos.

Não obstante a grave crise pública que assola o quadro educacional brasileiro, é importante lembrar que, além de não obterem uma formação básica sólida, a maioria dos alunos contemplados com a bolsa de estudos pelo ProUni encontram diversas dificuldades de acompanhar o curso de Direito por diversos motivos.

Em primeiro lugar, o motivo determinante é o psicológico/simbólico, uma vez que os bolsistas, de certa forma, sofrem um isolamento ao chegar nas instituições privadas, um



O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: REPENSANDO AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR

THE NATIONAL STUDENT ASSISTANCE PROGRAM: RETHINKING THE EXPRESSIONS OF THE SOCIAL QUESTION IN HIGHER EDUCATION

EL PROGRAMA NACIONAL DE ASISTENCIA ESTUDIANTIL: REPENSANDO LAS EXPRESIONES DE LA CUESTIÓN SOCIAL EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR

Vanessa Oliveira de Azevedo Rocha⁷⁷

Ahyas Siss⁷⁸

RESUMO: O estudo tem como objetivo discutir como se apresentam as expressões da questão social na permanência de estudantes no Ensino Superior. Utiliza da abordagem teórica de conceitos como Estado de Bem-Estar (MISHRA, 2013), proteção social, políticas sociais (HOFLING, 2001) e questão social (PEREIRA, 2001), relacionando tais assuntos com a abordagem das políticas educacionais para o Ensino Superior, a expansão do acesso e a questão social pressuposta na permanência de estudantes no Ensino Superior. Aponta que o Estado se faz presente na formulação das políticas sociais e econômicas, fomentando uma proteção social mínima. Destaca o caráter afirmativo do Programa Nacional de Assistência Estudantil no Ensino Superior (PNAES) e a importância do programa em se constituir enquanto uma ação afirmativa. Conclui que é preciso repensar as expressões da questão social que envolve a permanência de estudantes no Ensino Superior e as dificuldades percebidas pelas altas taxas de evasão e retenção.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Permanência; Ensino Superior.

ABSTRACT: objective to discuss how the expressions of the social question are presented in the permanence of students in Higher Education. It uses the theoretical approach of concepts such as Welfare State (MISHRA, 2013), social protection, social policies (HOFLING, 2001) and social question (PEREIRA, 2001), relating such issues to the educational policies approach to Higher Education, the expansion of access and the social question presupposed in the permanence of students in Higher Education. It points out that the State is present in the formulation of social and economic policies, promoting a minimum social protection. It highlights the affirmative nature of the National Program of Student Assistance in Higher Education (PNAES) and the importance of the program in establishing itself as an affirmative action. It concludes that it is necessary to rethink the expressions of the social question that involves the permanence of students in Higher Education and the difficulties perceived by the high rates of evasion and retention.

Keywords: Student Assistance; Permanence; Higher education.

RESUMEN: El estudio tiene como objetivo discutir cómo se presentan las expresiones de la cuestión social en la permanencia de estudiantes en la Enseñanza Superior. (MISHRA, 2013), protección social, políticas sociales (HOFLING, 2001) y cuestión social (PEREIRA, 2001), relacionando tales asuntos con el abordaje de las políticas educativas para la Enseñanza Superior, la expansión del acceso y la cuestión social presupuesta en la permanencia de estudiantes en la Enseñanza Superior. Señala que el Estado se hace presente en la formulación de las políticas sociales y económicas, fomentando una protección social mínima. Destaca el carácter afirmativo del Programa Nacional de Asistencia Estudiantil en la Enseñanza Superior (PNAES) y la importancia del programa en

⁷⁷ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação e Demandas Populares, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, Brasil. E-mail: vanessa.rocha@ufes.br

⁷⁸ Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professor Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu-RJ, Brasil. E-mail: ahyassiss@gmail.com



constituirse como una acción afirmativa. Concluye que hay que repensar las expresiones de la cuestión social que implica la permanencia de estudiantes en la Enseñanza Superior y las dificultades percibidas por las altas tasas de evasión y retención.

Palabras clave: Asistencia estudiantil; quedarse; Enseñanza superior.

Em se tratando das políticas públicas para democratização do acesso ao Ensino Superior no Brasil, muitas são as ações do Estado para atuação dessas políticas, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em todos esses casos nos deparamos com políticas específicas para o acesso ao Ensino Superior.

Como nossa intenção de análise aqui é o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), refletiremos sobre as expressões da questão social que se sobressai na problemática da assistência estudiantil no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES).

A necessidade de dialogar com o Estado, por uma política de permanência nos parece um tanto quanto redundante, uma vez que a educação é “dever do Estado e direito de todos” (BRASIL, 1988). Contudo, em se tratando de Brasil, não é tão simples assim. Isso por que, em se tratando de Brasil, há que se considerar a desigualdade social historicamente destinada a grande maioria da sociedade. Porém há de se destacar as lutas dos movimentos sociais que foram revertidas em conquistas para a população.

Contudo, é preciso entender que toda política pública é impulsionada por uma ação da sociedade civil organizada. O Estado, apenas sistematiza as solicitações oriundas das entidades e as reverte em políticas. Ou seja, é o “Estado em ação” HÖFLING (2001).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é um programa do Governo Federal, instituído por meio de um decreto de Lei, com vista de assegurar um repasse de verbas específico às Instituições de Ensino Superior (IES), para que estudantes do Ensino Superior público tivessem democratizadas as condições de permanência e conclusão do Ensino Superior.



O financiamento oferecido pelo PNAES não é descrito no decreto, o que demonstra grande fragilidade do programa. O repasse é feito para cada instituição, seguindo critérios de cálculo de aluno equivalente⁷⁹ para manutenção das IES.

Observamos que do ponto de vista jurídico, o PNAES se configura em uma medida ao mesmo tempo na iminência de sua extinção e ou sua lenta extinção, com medidas que diminuem o repasse de verbas que deveriam ser descentralizadas pelo Governo Federal, em ambos os casos por se constituir em um programa e não uma política educacional (social) própria.

E a atuação da política do PNAES também perpassa na expressão da questão social presente, pois um dos objetivos do programa referenciado no Art. 2º, *in verbis* “II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão”.

Tais objetivos se configuram em uma ação afirmativa⁸⁰, que conforme Santos (2014):

[...] se caracterizam como mecanismos políticos, que, em linhas gerais, tratam “desigualmente os desiguais” na medida de suas desigualdades acumuladas historicamente, ressignificadas por outras formas de desigualdades que até então não foram conhecidas ou consideradas em contextos sociais (SANTOS, 2014, p. 112).

Assim sendo, entendemos que o PNAES se configura em um importante instrumento de combate as desigualdades sociais que se apresentam enquanto expressão da questão social de estudantes do Ensino Superior. Ao passo que assegurar as condições de permanência no que tange a moradia, alimentação, transporte, entre outros itens do programa.

Em uma primeira vista, o leitor pode ter duas concepções quanto a permanência no Ensino Superior. Seguir o raciocínio ao assumir a questão do mérito como a principal maneira de permanência, e outra, é assumir que a Universidade, e aqui nos referimos a todas indistintamente, possuem um importante papel social a cumprir, dentre tantos, a de assegurar as condições de formação de seus ingressantes.

⁷⁹ O cálculo do aluno equivalente apresentado neste documento inspirou-se no modelo inglês 1 de 1998, elaborado pelo Higher Education Funding Council for England – HEFCE; utilizado na Inglaterra.

⁸⁰ As ações afirmativas para negros no ensino superior, além de colocar de forma contundente a necessidade de superação das desigualdades raciais nesse nível de ensino, dão visibilidade a temáticas que alguns setores da universidade sempre relutaram em tornar públicas. Elas indagam a estrutura do ensino superior brasileiro, desvelam o discurso meritocrático, questionam o poder regulador e excludente do vestibular, indagam o predomínio do conhecimento científico como única e legítima (GOMES, 2009, p. 210).



cultura para outros, havendo continuidade e não dualidade entre natureza e cultura. E nessa perspectiva o relato Tupinikim:

Deus queria saber se os filhos dele iam ter o que comer na terra e começou a perguntar assim: perguntou para os rios se eles davam alimento para seus filhos. E eles disseram que sim, mas teria um problema. Depois, ele perguntou para o mar: você garante sustentar os meus filhos aqui na terra? O mar falou assim: sim, mas cada dia eu quero um! Então Deus respondeu para ele assim: então pode deixar porque assim não dá não, todo dia que eles irem pescar ficar gente lá ... todo dia!? Assim não dá não! Aí, virou para a mata... a mata falou que ela garantia o sustento mas que não era todo dia não! E virou pra esses bracinhos de rio ai eles também falaram do mesmo jeito. Depois de perguntar pro mar, pra água doce, para as florestas, e eles terem respondido, ela virou para o mangue e mangue respondeu pra Deus: sim. Mas para aquele que tiver coragem! Deus falou; então está bom (Dona Helena, Caieiras Velha, 1998 *apud* SILVA, 2000, p. 120).

Porque [o mangue] garantiu que sustentava todos os seus filhos aqui na terra... tendo coragem! Só de entrar um pouquinho assim, começa a atolar, dá vontade de chorar! Mas, se a gente enfrentar!? Porque o mangue é um homem! O mar é mar e o rio é rio, né? Mas pra Deus é um homem! (SILVA, 2000, p. 123-124).

Quando se interdita abruptamente as relações em um território todo o sistema de vida se torna vulnerável causando transtornos às práticas culturais territorializadas. No Espírito Santo os povos indígenas Tupinikim e Guarani sofreram por várias décadas muitas interdições que podemos resumir em uma única e perigosa sentença, “proibição do existir”! Dezenas de placas foram cravadas em seu território pelas empresas que se apropriaram de sua área para extrair madeira para produção de carvão e, posteriormente, para plantio de eucalipto para fins de celulose. Elas anunciavam o fim de seus modos de vida: “Proibido a entrada, proibido banhar, proibido caçar, proibido pescar, proibido, proibido ...”.

Os indígenas vislumbraram a trágica possibilidade da expropriação de seus lugares de vida, ignorados pelo estranho empreendimento empresarial que chegou em seu território⁴⁶ e estabeleceu relação por meio do desmatamento, da destruição e expropriação dos ecossistemas responsáveis pelo seu modo de viver, os mangues, os rios e as matas. Mas, dona Helena dizia, “Deus garantiu que sustentava todos os seus filhos aqui na terra, não disse?” [...] “Porque o mangue é um homem! O mar é mar e o rio é rio, né? Mas pra Deus é um homem!” (SILVA, 2000, p. 123-124).

Observamos que muitos deles ainda mantêm essa relação, e deixam áreas livres entre as áreas nas quais trabalham, um “lugar dos animais, das matas”, a fim de que a vida possa se reproduzir, recuperar, configurando uma legítima prática ecológica e educativa. Também os frutos do entorno de suas casas não são todos coletados, mesmo quando produzem em



pequena quantidade. A relação do adulto com a criança transmite esses conhecimentos, segundo o qual se relacionam com a natureza: “Um mamoeiro carregado de frutos maduros num quintal, não, não é pra colher tudo, os passarinhos também gostam”. Conhecimentos segundo os quais ensinam/aprendem a se relacionar consigo mesmos e com seus semelhantes, com os demais seres, implicando em um trabalho educativo.

O próprio fato de os Tupinikim contarem como era a vida quando viviam dispersos em pequenas aldeias familiares, ligados (e não separados), por extensas áreas de matas e águas, é expressão de uma racionalidade que diz que o ambiente não suporta a pressão de um projeto de vida em que todos vivem “amontoados”, como costumam expressar os mais velhos: “Antigamente a gente não vivia amontoadado como agora... A gente vivia espalhado” (Dona Glória. NOSSA TERRA NOSSA LIBERDADEI, 2005). Eis uma das razões para se compreender por que, tradicionalmente, eles ocupavam vastas áreas na região em que viviam. Observado sob essa óptica, o movimento de retomada da terra se mostra, simultaneamente, desvelamento e reelaboração de princípios e práticas integrantes da relação entre os seres de vida, de saberes que cumpriram funções específicas num determinado tempo remoto e que são (re) significados no contexto das lutas em funções dos deslocamentos que realizam para mostrar e narrar suas territorialidades.

Elaborar pistas para uma reflexão sobre novas perspectivas de “territórios educativos” alinhadas à educação nas situações de riscos pode mostrar-se promissor a partir das experiências territoriais indígenas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos R. “**No Rancho Fundo**”. Espaços e tempos no mundo rural. Ed. Eduf. Uberlândia, 2009a. São Paulo.

_____. **Repensando a Pesquisa Participante**. Editora Brasiliense: S. Paulo, editora Brasiliense, 2009b.

COMIN/ ISAEC/ DAÍ. **Povo Tupinikim: Memória e resistência—fortalecendo a identidade**. Caderno da semana dos povos indígenas. Editora Oikos Ltda. ISBN 978-85-7843-155-6, 2011.



GEERTZ, C. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joselyne, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

FOERSTE, E. Schütz-Foerste, G. M. & Merler, A. (Org.). **Educação do campo**: Diálogos interculturais em terras capixabas. Vitória: Edufes, 2013.

SANCIO, L. **Nossa Terra Nossa Liberdade**. (documentário). Espírito Santo/Brasil, 2005.

SCHUBERT, A.M.P. **Lutas Territoriais Tupinikim**. Saberes e Lugares Conhecidos. Editora Appris. Curitiba-Paraná, 2018.

SILVA, Sandro José da. **Tempo e espaço entre os Tupinikim**, 2000. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2000.

VIVEIROS DE CASTRO. **Perspectivismo e multinaturalismo** na América indígena. Disponível em: <<http://oquenofazpensar.com.br/adm>>. Acesso em: jan 2017.



As professoras observadas demonstram identificação significativa com os saberes mobilizados durante as aulas observadas, e se utilizam também de pesquisas para incrementar suas aulas, inclusive as de artesanato. Considerando o conjunto de aulas observadas, predominam as aulas práticas. Quando as professores facultaram a escolha entre aula teórica ou prática aos estudantes, a escolha recaiu, por unanimidade, na aula prática.

A análise das entrevistas concedidas pelas professoras permite afirmar que embora tenham participado de cursos de formação continuada oferecidos pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso e pela Universidade Federal de Mato Grosso, apontam a ausência do material específico para as práticas, e material didático como uma das dificuldades em ministrar as disciplinas da área em questão.

As professoras participantes destacaram, como pontos positivos na aprendizagem dos educandos, a possibilidade da aplicação dos conhecimentos apreendidos no contexto escolar em suas comunidades, como: comercialização de produtos artesanais confeccionados nas aulas, cultivo de hortaliças para o consumo doméstico, dentre outros. Quanto à sua própria aprendizagem, avaliam como construtivo, o desenvolvimento de metodologias próprias.

As observações e entrevistas nos permitem aferir que as professoras acompanhadas, na medida de suas forças, formação e condições materiais, cumprem as diretrizes curriculares destinadas às tais disciplinas da referida área. Vale ressaltar que cumprem regularmente a partir das suas concepções e vivências cotidianas, mobilizando quase sempre saberes oriundos das suas vivências e de pesquisas feitas na internet.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: GIMENO SACRISTÁN, José (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

ARRUTI, José Maurício. **Conceitos, normas e números**: uma introdução à Educação Escolar Quilombola. Revista Contemporânea de Educação, v. 12, p. 107-142, 2017.



BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola:** algumas informações. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) Brasília – DF/2011.

CASTILHO, Suely Dulce de. **Quilombo contemporâneo:** educação, família e culturas / Suely Dulce de Castilho. – Cuiabá: EdUFMT, 2011. 234 p.: il. color.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 23^a reimpressão. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1968.

_____. **Pedagogia da Autonomia** – saberes necessários à prática educativa. / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

GEERTZ, Clifford, 1926- **A interpretação das culturas** / Clifford Geertz. Rio de Janeiro: LTC, 2008.323p.

_____. **O saber local:** novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 1997, 366 p.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Orientações Curriculares:** Diversidades Educacionais/Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá: Defanti, 2010. 308p.

MOURA, Clóvis (Org). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil.** Maceió: EDUFAL, 2001. 378.:il.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins (Org.) et al. **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988.** 1. ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016. P. 367.



UM ESTUDO DECOLONIAL NA COMUNIDADE REMANESCENTE
QUILOMBOLA DE VOLTA MIÚDA NO EXREMO SUL DA BAHIA

A DECOLONIAL STUDY IN THE KILOMBOLA REMAINING COMMUNITY OF
SMALL BACK IN THE SOUTHERN EXTREME OF BAHIA

UN ESTUDIO DECOLONIAL EN LA COMUNIDAD RESTANTE DE
KILOMBOLA DE PEQUEÑA VUELTA EN EL EXTREMO SUR DE BAHIA

Raíssa Félix Almeida Bittencourt⁸⁷

RESUMO: A memória é elemento fundante da identidade e sua manipulação engendra a colonialidade. Percorrer os caminhos da memória dos remanescentes quilombolas de Volta Miúda (Caravelas/BA), manifesta-se exercício de resistência ao discurso hegemônico por meio do resgate às origens histórico-culturais afrodescendentes. Este percurso será fundamentado, por meio da análise teórica, na percepção da memória enquanto substância da dignidade humana numa interpretação emancipatória, a partir da percepção da colonialidade do poder. A imersão em Volta Miúda acentua a atualidade e importância desta discussão, cujos primeiros passos e diálogos evocam a beleza e riqueza das histórias ocultas, que serão instrumentais para a emancipação cognitiva da comunidade, tendo por referências básicas Boaventura de Sousa Santos (2009; 2017) e Aníbal Quijano (2009) e Ecléa Bosi (1994).

Palavras-chave: Descolonização; Direito à memória; Emancipação histórica.

ABSTRACT: Memory is a foundational element of identity and its manipulation engenders coloniality. Going through the memory paths of the remaining quilombolas of Volta Miúda (Caravelas/BA), there is an exercise of resistance to the hegemonic discourse by means of the rescue of Afro-descendent historical-cultural origins. This course will be based, through theoretical analysis, on the perception of memory as a substance of human dignity in an emancipatory interpretation, based on the perception of the coloniality of power. The Immersion in Volta Miúda emphasizes the relevance and importance of this discussion, whose first steps and dialogues evoke the beauty and richness of the hidden stories that will be instrumental to the cognitive emancipation of the community, based on Boaventura de Sousa Santos (2009; 2017) and Anibal Quijano (2009) and Ecléa Bosi (1994).

Keywords: Decolonization; Right to memory; Historical emancipation.

RESUMEN: La memoria es elemento fundante de la identidad y su manipulación engendra la colonialidad. Recorrer los caminos de la memoria de los remanentes quilombolas de Volta Miúda (Caravelas/BA), se manifiesta ejercicio de resistencia al discurso hegemónico por medio del rescate a los orígenes histórico-culturales afrodescendientes. Este itinerario será fundamentado, a través del análisis teórico, en la percepción de la memoria como sustancia de la dignidad humana, en una interpretación emancipatoria, a partir de la percepción de la colonialidad del hombre, el poder. La inmersión en Volta Miúda acentúa la actualidad e importancia de esta discusión, cuyos primeros pasos y diálogos evocan la belleza y riqueza de las historias ocultas, que serán instrumentales para la emancipación cognitiva de la comunidad, Basado en Boaventura de Sousa Santos (2009; 2017) y Aníbal Quijano (2009) y Ecléa Bosi (1994).

⁸⁷ Mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia, Teixeira de Freitas, Brasil. E-mail: raissafelix.adv@gmail.com.



Palabras-clave: Descolonización; Derecho a la memoria; Emancipación histórica.

À VOLTA MIÚDA: PASSOS RUMO À DESCOLONIZAÇÃO DE SABERES

O critério primeiro para a justiça/emancipação cognitiva, conforme ensinamento de Boaventura de Sousa Santos (2017) é a compreensão da incompletude dos conhecimentos, de maneira que seja possível a construção de uma ecologia de saberes. Tal concepção vai de encontro a relação anulatória incutida pela cultura ocidental-moderna que, ao impor-se como hegemônica, nega e mutila as múltiplas formas de conhecimentos e experiências que, ao serem formalmente negados, resistem nas memórias.

Importa ressaltar que “os abalos exteriores não modificam o essencial”, esta oração é prolatada por Ecléa Bosi (1994, p. 73) ao refletir sobre o continuísmo dos lugares sociais, especialmente da apatia associada à velhice. Apropriando-se desta perspectiva no tocante à memória, aduz-se que, não obstante aos ditames culturais homogeneizadores, às lembranças – fatos, contos e sentimentos memorados – cumpre o papel de guardiãs de uma essência cultural paralela à cultura exterior alienante, haja vista que “depois esse tempo ficará sendo o tempo subjacente, dominado, e mergulharemos no tempo da classe dominante que prepondera uma vez que assume o controle da vida social”, (BOSI, 1994, p. 73-74).

Esse mergulho que sucumbe a identidade à classe dominante, afasta também a dignidade do ser e, não à toa, a memória é concebida, na Constituição Federal (1988), como direito fundamental. A tarefa de escuta de memórias, mais do que visar a produção de conhecimento sobre outrem, é caminho buscado à compreensão da sua dita realidade e percurso histórico cultural. E, a partir de então, perguntar-se “¿Qué tipo de relaciones son posibles entre los diferentes saberes?” (SANTOS, 2017, p. 264).

O pensamento abissal, manifesto no conhecimento e direito modernos, estabelece distinções entre a existência e inexistência das individualidades tendo por paradigma os modelos hegemônicos: “as divisões levadas a cabo pelas linhas globais são abissais no sentido em que eliminam definitivamente quaisquer realidades que se encontrem do outro lado da linha”, (2009, p. 26). Por meio dessas imposições que são culminadas com o fenômeno da



colonialidade, é que os saberes e trajetórias populares, leigos, plebeus, camponeses, negros ou indígenas são invisibilizados e passam a inexistir.

A colonialidade, enquanto projeto político, procedeu, portanto, a destituição da humanidade dos corpos para dominá-los, à medida em que reservou a marginalização àqueles que não cabem nos moldes do padrão social branco, heteronormativo, judaico-cristão, patriarcal, familista, etc. E, desta forma é que as relações sociais foram se formando em hierarquias e dominações e, como assevera Quijano (2005, p. 107), as identidades afrodescendentes, indígenas, configuraram-se subalternas, e os caracteres raciais foram estabelecidos como instrumentos de classificação social. Ao internalizar esta perspectiva racial, a cidadania é alijada aos ditos subalternos, reservados ao status de servientes aos dominadores.

O caminho à Volta Miúda memorada é instrumento à um estudo descolonial, a fim de ultrapassar as fronteiras do colonialismo do poder e do saber. Tratando-se, pois, de uma comunidade remanescente quilombola localizada no extremo sul da Bahia, histórica, geográfica, econômica e culturalmente marginalizada, decerto que insere-se no contexto da colonialidade. Contudo, à memória espera-se perceber as origens histórico-culturais afrodescendentes, a essência que não cabe no discurso hegemônico, haja vista que o “eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia”, (QUIJANO, 2009, p. 74).

Isto se afirma sem olvidar a força e resistência histórico-cultural dessa comunidade – um paradoxo que faz remeter a que a interpretação e instrumentalização das noções e palavras podem servir à ratificação ou retificação das fraturas e discrepâncias sociais. Quando os lugares sociais são lidos ao ponto da sua teorização e com a objetificação dos sujeitos, admite-se tais afastando-se a sua humanidade, projeta-se a subalternização. Quando o observador se coloca atrás do sujeito a fim de perceber a sociedade é que se permite a interpretação da sua racionalidade-sensibilidade e, portanto, resistência ante à prática e discurso desumanizador.

A história oral, “método-fonte-técnica” que “privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo” (ALBERTI, 2005, p. 18), é método adequado a perquirir o aspecto de relevância maior que se espera alcançar neste trabalho, ainda em desenvolvimento. “Trata-se de estudar



acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam” (2005, p. 18), no caso, a história e cultura afrodescendente, e, por isso, esta pesquisa está sendo desenvolvida por meio de entrevistas gravadas com anciãos (ALBERTI, 1992, p. 85) remanescentes quilombolas que guardam memórias sobre os jeitos de ser e viver dos antepassados próximos. O fator etário é de relevância para a pesquisa social quando pretende alcançar fatos pretéritos, cujos aspectos e sentidos estejam ocultos ou tenham sido invisibilizados. Ao prefaciá-lo livro *Memória e Sociedade*, Marilena Chauí (BOSI, 1994, p. 19) adverte que a “memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais (...), mas também porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos”.

E, por considerar a memória como a ponte entre presente e passado, Bosi defende a sua interferência no processo “atual” das representações, sendo responsável por deslocar percepções e ocupar o espaço da consciência, a “memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora” (1994, 46-47) e, exatamente por isso, é elemento imprescindível à proposta de descolonização de saberes.

A receptividade e simplicidade dos moradores de Volta Miúda tornam incômoda a percepção do egoísmo e espírito defensivo comuns à vida urbana, resultantes dos princípios da modernidade-racionalidade. Na miudeza ignorada, mundos de sentimentos afloram em olhares, tons e ritmos sonoros, na apreensão da vida que não possui fim em si mesma, mas que se realiza na comunidade. Na Volta Miúda memorada não há espaço para o individualismo. As narrativas sempre evocam um sentido coletivo das experiências e, mesmo quando nos verbos de ação o “eu” predomina, o sujeito não existe no mundo para si ou dissociado da sua responsabilidade para com os fazeres da comunidade – sejam eles religiosos, culturais ou quotidianos.

Interessante notar as peculiaridades dos relatos, quanto às diferenças de perspectivas para análise e lembrar dos fatos, enquanto para os homens é marcante o eixo centrado nas ocupações laborais, as mulheres expressam apreço preponderante às relações familiares. Os procedimentos foram escolhidos a fim de possibilitar a captura destas nuances, tal como o diálogo inicial com as mulheres, que ao ser, geralmente, precedido de falas como “eu não sei



falar”, “eu não sou boa nisso”, “meu marido [ou irmão ou cunhado] é melhor para falar com você”, fazem denotar uma estima minorada ante à cultura/organização machista.

As comunidades remanescentes quilombolas comportam intepretação maleável à localização do observador e é de tal maneira forte esta sua característica que, estando à margem dos centros, conservam a sua cultura e identidade. Ao entrevistar os anciãos, é perceptível a força da sua identidade forjada sob a discriminação da cor, da cultura, da religião – mesmos caracteres responsáveis por dignifica-los dentro da comunidade.

Para exemplificar esta reflexão cito de maneira genérica a entrevista realizada com um dos anciãos de Volta Miúda. Ao passo em que o Sr. Manoel Reis compartilha o orgulho de saber o “Santo Ofício” (reza da Igreja Católica), com peculiar deferência à sua capacidade de, sendo preto, dominar um dote cultural que nunca tivera acesso ou fora ensinado – o qual aprendeu por observar; este mesmo sujeito empodera-se ao descrever as raízes a partir das quais erigiu a sua singularidade subjetiva, vindo daqueles que “antigamente, no tempo dos escravo”, aquietavam trovões com cânticos.

O que é aparentemente paradoxo decorre da incompatibilidade de valores que localizam o sujeito e o fazem interpretar a vida e os lugares sociais tendo por foco as subjetividades enquanto conformadoras da pluralidade sociocultural, ou de uma sociedade que, fundada sobre valores identificáveis, traduzem os sujeitos conforme o seu critério de pertencimento. Volta Miúda é a sociedade como um todo e, por isso, participa de uma face do poder estabelecido pela coletividade, enquanto, ao mesmo tempo, para si e ao seu modo, constitui-se o seu próprio centro – muito além da colonialidade.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. **Fontes Orais**. História Dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi, (org.). Fontes Orais. São Paulo: Contexto, 2007, p. 155-202.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1998**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 nov. 2015.



QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Edgardo Lander (org). Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 107-130.

_____. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Souza, MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 73-117.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** In: SANTOS, Boaventura de Souza, MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 23-71.

_____. **Justicia entre Saberes: Epistemologías del Sur contra el epistemicidio.** Madrid: Ediciones Marata, 2017.



**O FECHAMENTO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM TERRITÓRIO CAMPESINO
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: UMA TENTATIVA DE APAGAMENTO
DAS CULTURAS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

**THE CLOSURE OF PUBLIC SCHOOLS IN CAMPESINO TERRITORY IN THE
STATE OF ESPÍRITO SANTO: AN ATTEMPT TO TURN OFF THE CULTURES
OF THE PEOPLES AND TRADITIONAL COMMUNITIES**

**EL CIERRE DE ESCUELAS PÚBLICAS EN TERRITORIO CAMPESINO EN EL
ESTADO DE ESPÍRITO SANTO: UNA TENTATIVA DE APAGAMENTO DE LAS
CULTURAS DE LOS PUEBLOS Y COMUNIDADES TRADICIONALES**

Eduardo Carlos Souza Cunha⁸⁸

Eucinéia Regina Müller⁸⁹

Adriano Ramos de Souza⁹⁰

RESUMO: A presente proposta de trabalho busca problematizar acerca do fechamento de escolas públicas em território campesino no Estado do Espírito Santo/Brasil, e como esta política contribui para um possível apagamento das culturas dos povos e comunidades tradicionais que geograficamente, politicamente e socialmente são diretamente atingidas. Cabe aqui dizer que vislumbramos atualmente uma política de desmerecimento do território campesino em relação ao território urbano criando uma *pseudo* superioridade de uma espacialidade em relação à outra, possibilitando assim, a criação de políticas que acabam por desenvolver características de segregação, exclusão e desvalorização do espaço campesino. Nesta proposta, portanto, buscaremos por meios de dados quantitativos e qualitativos reverberar o fechamento das escolas públicas nos territórios campesinos de todo o estado, refletindo sobre as possíveis consequências desta política nas culturas dos povos e comunidades tradicionais. Para tanto, nos baseamos nos trabalhos de ARROYO (2011), CALDART (2008) e REINHOLTZ (2018).

Palavras-chave: Fechamento de escolas públicas; Culturas; Território Campesino; Comunidades e Povos Tradicionais.

ABSTRACT: The present work proposal seeks to problematize about the closure of public schools in peasant territory in the State of Espírito Santo/Brazil, and how this policy contributes to a possible erasure of the cultures of the traditional peoples and communities that are geographically, politically and socially directly affected. It should be said here that we are currently envisaging a policy of devaluing peasant territory in relation to the urban territory, creating a pseudo superiority of one spatiality in relation to the other, thus enabling the creation of policies that end up developing characteristics of segregation, exclusion and devaluation of space peasant. In this proposal, therefore, we will seek by means of quantitative and qualitative data to reverberate the closure of public schools in peasant territories throughout the state, reflecting on the possible consequences of this policy in the cultures of traditional peoples and communities. For that, we rely on the works of ARROYO (2011), CALDART (2008) and REINHOLTZ (2018).

Keywords: Closure of public schools; Cultures; Peasant Territory; Communities and Traditional Peoples.

⁸⁸ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES). Vitória-ES/Brasil.
E-mail: 1980.dudu@gmail.com

⁸⁹ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES). Vitória-ES/Brasil.
E-mail: eucineiamuller@gmail.com

⁹⁰ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES). Vitória-ES/Brasil.
E-mail: adriano.souza@ifes.edu.br



O FECHAMENTO DE ESCOLAS PÚBLICAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: ALGUMAS PREPOSIÇÕES

De acordo com os dados do censo escolar do período de 2010 a 2017, o fechamento das escolas públicas em áreas rurais no Ensino Fundamental a nível nacional e estadual não para de crescer. De acordo com esse levantamento observamos na tabela a seguir que no período de 8 anos a nível de Brasil foram fechadas 18.832 escolas e no Espírito Santo esse número chegou a 345 instituições.

Tabela 1 - Quantidade de escolas públicas rurais do Ensino Fundamental		
ANO	BRASIL	ESPÍRITO SANTO
2010	73.407	1.271
2011	70.707	1.205
2012	68.460	1.173
2013	65.329	1.127
2014	61.691	1.090
2015	59.202	1.049
2016	57.221	1.015
2017	54.575	926

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>

No caso do Espírito Santo os dados indicam 24,16% de seu total de escolas fechadas nos últimos anos, e paralelo a esse processo, ocorreu ainda o fechamento de turnos na rede estadual. Nessa circunstância, Reinholtz (2018) nos chama atenção para “a inobservância à legislação, pois nem sempre a manifestação da comunidade é ouvida quando a decisão de fechar escolas é tomada”, haja vista que, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira no seu parágrafo único do artigo 28 nos aponta que:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014).

Presenciamos um movimento de resistência frente a medidas arbitrárias com que o Estado do Espírito Santo – ES tem empreendido para fechar as escolas, totalmente alheios às questões pedagógicas, a importância destas para as comunidades e a própria legislação. Pautados numa proposição neoliberal, a ação política dos nossos governantes municipais e estadual se projetam a situações que não coadunam com os direitos a educação. É notório



A DIÁSPORA CIGANA ATÉ A ESCOLA: DESAFIOS E REPERCUSSÕES DA ESCOLARIZAÇÃO FORMAL ENTRE CRIANÇAS DE UM GRUPO CIGANO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

GYPSY DIASPORA UNTIL SCHOOL: CHALLENGES AND REPERCUSSIONS OF FORMAL SCHOOLING BETWEEN CHILDREN OF A GYPSY GROUP IN THE STATE OF ESPÍRITO SANTO – BRAZIL

LA DIÁSPORA GITANA HASTA LA ESCUELA: DESAFÍOS Y REPERCUSIONES DE LA ESCOLARIZACIÓN FORMAL ENTRE NIÑOS DE UN GRUPO GITANO EN EL ESTADO DEL ESPÍRITO SANTO - BRASIL

Greycy Kelle de Andrade Cardoso⁹³

Mariana Bonomo⁹⁴

RESUMO: A inserção de crianças ciganas no ambiente escolar, de grupos que se organizam em comunidades tradicionais e/ou nômades, tem sido descrita como um possível momento de choque cultural e de vivências de preconceitos, bem como associada a questões relacionadas ao desempenho e à evasão escolares dos ciganos. O presente trabalho objetivou analisar a relação dos ciganos com a educação formal, a partir de uma pesquisa com um grupo de ciganos acampados no estado do Espírito Santo (Brasil). Os resultados, obtidos por meio de entrevistas com sete crianças com idades, entre 04 a 12 anos, e seus familiares, evidenciam que a escolarização tem sido valorizada pelo grupo, influenciando na dinâmica grupal e territorial, apesar dos desafios para a permanência dessas crianças no sistema de ensino não-cigano. Discute-se, portanto, a luta e as demandas dos ciganos com relação à educação escolar na atualidade.

Palavras-chave: Ciganos; Educação formal; Crianças; Políticas públicas; Identidade social.

ABSTRACT: The inclusion of gypsy children in the school environment, from groups that organize themselves in traditional and/or nomadic communities, has been described as a possible moment of cultural shock and prejudices, as well as associated with issues related to performance and school dropouts. The present work aimed to analyze the relationship between gypsies and formal education, based on a research with a group of gypsies camped in the state of Espírito Santo (Brazil). The results, obtained through interviews with seven children aged between 4 and 12 years and their families, show that schooling has been valued by the group, influencing the group and territorial dynamics, despite the challenges for the permanence of these children in the school non-gypsy education. Therefore, the struggle and the demands of the gypsies with respect to the school education in the present time are discussed.

Keywords: Gypsies; Formal education; Children; Public policy; Social identity.

RESUMEN: La inserción de niños gitanos en el ambiente escolar, de grupos que se organizan en comunidades tradicionales y/o nómadas, ha sido descrita como un posible momento de choque cultural y de vivencias de prejuicios, así como asociada a cuestiones relacionadas al desempeño ya la evasión escolar de los gitanos. El presente trabajo objetivó analizar la relación de los gitanos con la educación formal, a partir de una investigación con un grupo de gitanos acampados en el estado del Espírito Santo (Brasil). Los resultados, obtenidos a través de entrevistas con siete niños con edades entre 04 a 12 años y sus familiares, evidencian que la escolarización ha sido valorada por el grupo, influenciando en la dinámica grupal y territorial, a pesar de los desafíos para la permanencia de esos

⁹³ Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Psicologia da UFES. Vitória – E.S., Brasil. E-mail: greycy.kelle@gmail.com

⁹⁴ Graduação e Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito. Professora do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória – E.S., Brasil. E-mail: marianadalbo@gmail.com.

MÉTODOS

A pesquisa, qualitativa e exploratória, foi desenvolvida com sete crianças, quatro meninos e três meninas, com idades entre 04 a 12 anos e seus familiares, seis adultos (pais e mães) com idades entre 24 e 33 anos, pertencentes a três famílias de etnia calon, seminômades acampadas em um acampamento no estado do Espírito Santo. Com relação ao nível de escolaridade dos pais, todos possuem ensino fundamental incompleto, variando entre apenas assinar o próprio nome até a 5ª série do ensino fundamental. Entre as sete crianças *calin*, filhos/filhas de ciganos de étnica calon e primeira geração em processo de fixação ou seminomadismo, apenas três estavam inseridas no ambiente escolar no período de coleta de dados. Os dados foram obtidos através de registros de observações em diários de campo e de entrevistas - focalizavam as dimensões da identidade cigana, das experiências no ambiente escolar e da relevância da escolarização formal para os ciganos - e analisados por meio de Análise de Conteúdo Categorical Temática (BARDIN, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os principais resultados evidenciam que todos os participantes afirmam suas identidades ciganas, destacando os afetos positivos e os elementos culturais relevantes para sua ciganidade (TAJFEL, 1983). Com relação ao nível de escolaridade dessas famílias, apenas as crianças do grupo estão tendo a experiência de maior inserção no ambiente escolar, por um período mais prolongado, e desse modo as experiências relacionadas a escolarização ainda é um lugar de novidades, expectativas e desafios. Os pais relatam que valorizam a escolarização para as crianças do grupo, especialmente, por descrever as próprias experiências escolares e as dificuldades enfrentadas atualmente devido ao baixo nível escolar, por exemplo um dos pais menciona:

“Nunca estudei. Antigamente, era mais difícil estudar, a gente viajava muito, com 2 ou 3 dias tinha que ir embora de novo. Não parava muito tempo igual a gente para hoje, se eu tivesse pelo menos a primeira ou segunda série já me valia muito, hoje em dia isso faz muita falta, principalmente para poder trabalhar”.

Na perspectiva das próprias crianças, apesar da inserção no ambiente escolar ser apontada com um estranhamento inicial, também surge como lugar de afirmação, (“Eu sempre conto que eu sou cigana quando entro numa escola nova”, menina 9 anos). Nessa perspectiva, essa inserção no ambiente escolar funciona como lugar de afirmação identitária ao permitir



CANDEIAS, P. “No estudar é que está o ganho?” Comparação entre ciganos com diferentes níveis de escolaridade com base em dados do Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas. *Configurações*, v. 18, p. 27-46. 2016.

CASA-NOVA, M. J. Etnicidade e Educação Familiar. *Revista Teoria e Prática da Educação*, v. 8, n. 2, p. 207-214. 2005.

RESOLUÇÃO CNE/CEB 3/2012. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 de maio de 2012, Seção 1, p. 14.

ROSÁRIO, P.; et al. Promoting Gypsy children’s behavioural engagement and school success: Evidence from a four-wave longitudinal study. *British Educational Research Journal*, v. 43, n. 3, p. 554–571. 2017.

TAJFEL, H. *Grupos humanos e categorias sociais II*. Lisboa: Livros Horizonte. 1983.



La metodología involucra enfoques cualitativos, debates sobre memoria, comunidad, educación popular, contribuyendo a una breve contextualización del objeto de estudio, por la cual se destacan procesos de creación de una casa alternativa de memoria pomerana en la comunidad de Alto Santa María-ES: la *Waiand's huus*. Se puede afirmar que la constitución teórico-práctica de la vida de una profesora pomerana, en la relación con su comunidad, impulsa debates sobre culturas y saberes del Pueblo Tradicional Pomerano, con fortalecimiento de luchas colectivas por derechos sociales. La dialéctica profesora-comunidad-casa de memoria favorece procesos educativos que fundamentan no sólo problematización de la escuela tradicional, pero también estimulan valorización de los saberes y culturas invisibilizadas en el currículo oficial.

Palabras clave: Saberes y culturas pomeranas; Professora; Casa-memoria.

INTRODUÇÃO

A história do Povo Tradicional Pomerano (Decreto 6.040/2007)⁹⁹ remete-nos aos meados do século XX, quando muitas famílias partiram novamente para a diáspora de seu território Pommerland, que se situa ao norte da Europa entre a Alemanha e a Polônia; países, que desde o término da Segunda Guerra Mundial, dividem-no entre si. Todavia, antes disso, no período que abarca o período de 1859 a 1870, segundo Tressmann (2005) e Thum (2009), só no Porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo na Região Sudeste do Brasil, desembarcaram cerca de 4 mil imigrantes alemães, conforme registros do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo¹⁰⁰. Segundo Jacob (2012), há 300 mil pomeranos no Brasil nos dias atuais, sendo no ES cerca de 150 mil. A Língua Pomerana é o maior patrimônio cultural do Povo Tradicional Pomerano (FOERSTE, 2016b). Fala-se pomerano em casa, nas lavouras, em celebrações religiosas, enfim, em espaços públicos e privados em geral (TRESSMANN, 2005; THUM, 2009). Aos poucos as culturas e saberes dos pomeranos conquistam espaços na agenda de pesquisas das Universidades. Em Alto Santa Maria uma professora de tradição pomerana criou a *Waiand's Huss* como casa-memória.

Neste sentido, a presente comunicação se norteia na seguinte questão problema: Como a *Waiand's Huus*, articulada à atuação de uma professora pomerana, constitui-se desafio para a Educação Popular? A metodologia envolve abordagens qualitativas, debates sobre memória, comunidade, Educação Popular, contribuindo para uma breve contextualização do

⁹⁹ Conforme discute Foerste (2016a e 2016b), a criação da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais fortalece lutas coletivas não só do Povo Tradicional Pomerano, mas deste articulado aos Quilombolas, Indígenas, Ribeirinhos, Quebradeiras de coco babaçu etc., por direitos sociais.

¹⁰⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Imigrantes: estatísticas. Disponível em: Acesso em 21 mar. 2018.



objeto de estudo, pela qual se destacam processos de criação de uma casa alternativa de memória pomerana na comunidade de Alto Santa Maria-ES: a *Waiand's Huus*.

Alto Santa Maria é uma comunidade rural localizada há cerca de 20 km do centro do município de Santa Maria de Jetibá- ES. Começou a se constituir desde a década de 40. Até meados de 1960 ainda não dispunha de uma escola pública de instrução primária. Segundo relatos dos moradores, eram os próprios pais que cuidavam de alfabetizar minimamente os filhos. Até que em 1968, o senhor Emílio Schroeder se mudou para a comunidade, que logo tomou conhecimento de que ele havia sido “professor”¹⁰¹ no município vizinho (Domingos Martins). A comunidade viu no novo morador uma oportunidade de dar educação escolar para os filhos. Convidaram-no então a ministrar aulas para as crianças da região ainda que fosse em sua própria casa. No entanto, o Sr. Emilio tinha outro propósito, queria desenvolver junto com sua família, a pequena propriedade agrícola que acabara de adquirir. A comunidade então, lhe faz uma oferta: em troca das aulas os pais fariam o trabalho agrícola na propriedade do recém-chegado morador. Oferta aceita, faltava o espaço, o que foi solucionado construindo uma sala de aula por meio de mutirão de pais.

Assim inicia a história da educação institucionalizada em Alto Santa Maria. Uma educação com a identidade da comunidade. No entanto, no ano seguinte os órgãos públicos, assumiriam a escola. O senhor Emilio continuou ministrando as aulas até 1971, quando a escola precisou adaptar-se oficialmente às regras nacionais para a formação do professor, ditadas pelo Art. 30 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 5.692/71. Entre outras resoluções, essa lei regulamentava o nível de instrução dos professores de acordo com a série e a faixa etária dos alunos. Encerra-se a curta carreira docente do Sr. Emílio, dando lugar a uma luta pela qualidade da educação na comunidade, prejudicada pela distância, de onde vinham as professoras com formação; pelas condições de acesso e permanência; pelas diferenças culturais, enfim questões que causavam estranhamentos, enfretamentos e resistências tanto por parte da comunidade quanto por parte das professoras. Conflitos que levaram a uma interminável sucessão de professoras, algumas não ficaram mais de uma semana, de acordo com registros das EEEFM Fazenda Emilio Schroeder, e por esse motivo acabou sendo fechada em 1977.

¹⁰¹ Na realidade o Sr. Emilio Schroeder tinha somente instrução primária (4ª série do EF) e havia atuado como orientador de Ensino Confirmatório o que corresponde na igreja luterana, à catequese católica.



profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (BOSI, 1994, p. 54). Na reconstrução da casa-memória há um elemento fundamental que é a conservação da história deste grupo social, desta comunidade tradicional. Ela é também um sinal de resistência, contra longos silêncios e esquecimentos e simboliza a existência de uma educação possível para além das instituições escolares. Uma educação de cunho popular muito mais significativa para os que dela usufruem, pois guarda e revitaliza saberes historicamente produzidas por um povo longe de qualquer alienação de estruturas que visam padronizar uma sociedade em favor do sistema econômico vigente. Em vez disso valoriza a manutenção do que um povo pode ter de mais próprio: as suas características culturais.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Imigrantes:** estatísticas. S.d. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes/html/estatisticas.html> . Acesso em: 21 mar. 2018.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FOERSTE, Erineu et al. **O Povo Pomerano no Brasil.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016a. _____. Língua pomerana na atualidade: um diálogo sobre patrimônio cultural do Povo Tradicional Pomerano. In: FOERSTE, Erineu et al. **O Povo Pomerano no Brasil.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016b. p. 70-85.

_____. **Cultura e língua pomeranas:** diálogos interculturais sobre ensino bilíngue. In: Seminário Íbero-Americano de Diversidade Linguística. Foz do Iguaçu: UNILA/IPHAN, 2014.

THUM, Carmo. **Educação e memória:** silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes. 2009. 384 f. Tese (Doutorado em História da Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS, [2009].

TRESSMANN, Ismael. **Da Sala de Estar à Sala de Baile.** Estudo Etnolinguístico de Comunidades Camponesas Pomeranas do Estado do Espírito Santo. 2005. 167 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, [2005].



EDUCAÇÃO DO CAMPO, PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E A FORMAÇÃO PELO TRABALHO

EDUCATION OF THE FIELD, PEDAGOGY OF ALTERNATION AND A TRAINING BY WORK

EDUCACIÓN DEL CAMPO, PEDAGOGÍA DE ALTERNANCIA Y UNA FORMACIÓN POR EL TRABAJO

Janinha Gerke de Jesus¹⁰²

RESUMO: O trabalho objetiva discutir a Pedagogia da Alternância como perspectiva teórico-prática e metodológica da formação de jovens do campo e seus atravessamentos pelo trabalho. Reflete acerca dessa experiência, empreendida há 83 anos no mundo, que emerge como possibilidade de produzir processos formativos dos sujeitos camponeses nos espaços e tempos da escola e/ou universidade e, da família e/ou meio sócio profissional, contrapondo-se à lógica de uma escolarização pautada na preparação de mão de obra para o mercado de trabalho. Tem como referencial teórico Freire (2002); Nosella (2007, 2011, 2013) e Caldart (2006, 2010). Propõe-se a pensar a Pedagogia da Alternância e a Formação para o trabalho em diálogo com alguns dos princípios da Educação do Campo: o vínculo intrínseco entre trabalho e educação; a realidade como base de produção do conhecimento; o protagonismo dos sujeitos no processo formativo e sua auto-organização.

Palavras-chave: Educação do Campo; Alternância; Educação; Trabalho.

ABSTRACT: This work aims to discuss the Alternation Pedagogy as a theoretical-practical and methodological perspective of the formation of young people in the countryside and their crossings through work. It reflects on this experience, which has been going on for 83 years in the world, which emerges as a possibility to produce formative processes of peasant subjects in the spaces and times of the school and / or university, and of the family and / or professional partner, in opposition to the logic of a schooling based on the preparation of labor for the labor market. Its theoretical reference is Freire (2002); Nosella (2007, 2011, 2013) and Caldart (2006, 2010). It proposes to think the Pedagogy of Alternation and Training for the work in dialogue with some of the principles of Field Education: the intrinsic link between work and education; reality as the basis of knowledge production; the protagonism of the subjects in the formative process and their self-organization.

Keywords: Field Education; Alternation; Education; Job.

RESUMEN: El trabajo objetiva discutir la Pedagogía de la Alternancia como perspectiva teórico-práctica y metodológica de la formación de jóvenes del campo y sus atravesamientos por el trabajo. Refleja sobre esa experiencia, emprendida hace 83 años en el mundo, que emerge como posibilidad de producir procesos formativos de los sujetos camponeses en los espacios y tiempos de la escuela y/o universidad y de la familia y/o medio socio profesional, contraponiéndose a la lógica de una escolarización pautada en la preparación de mano de obra para el mercado de trabajo. Tiene como referencial teórico Freire (2002); Nosella (2007, 2011, 2013) y Caldart (2006, 2010). Se propone pensar la Pedagogía de la Alternancia y la Formación para el trabajo en diálogo con algunos de los principios de la Educación del Campo: el vínculo intrínseco entre trabajo y educación; la realidad como base de producción del conocimiento; el protagonismo de los sujetos en el proceso formativo y su auto-organización.

Palabras clave: Educación del Campo; alternancia; la educación; Trabajo.

¹⁰² Doutora em Educação, professora da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES, Brasil. E-mail: professorajaninhaufes@gmail.com



relação da Pedagogia da Alternância com a formação pelo trabalho se dá pela aprendizagem de novas relações do homem com o trabalho.

O estudo justifica-se por compreender que a Pedagogia da Alternância, situa-se nos espaços e tempos da resistência e da perseverança, nasce do desassossego dos agricultores na busca por um processo formativo que concilie as aprendizagens dos conhecimentos historicamente acumulados ao trabalho, às suas necessidades cotidianas, construindo nos estudantes o sentimento de pertença às suas raízes históricas, culturais e econômicas produzidas na lida com a terra, evitando ainda o êxodo rural.

Nosella (2007, 2011) tem realizado nos últimos anos uma significativa discussão acerca do trabalho como princípio educativo, bem como da formação pelo trabalho na perspectiva marxista. Produz análises que problematizam o conceito de politecnia e acena a Pedagogia da Alternância como um horizonte possível na construção de uma formação pelo trabalho à luz da necessidade e liberdade.

A ideia mais importante da fórmula pedagógica [...], visa a integrar o reino da necessidade com o reino da liberdade, reduzindo progressivamente o espaço da obrigatoriedade escolar (turno) em função da formação “em liberdade”, pela orientação individual de cada aluno (no contra turno) nas oficinas que educadores e educandos considerarem mais oportunas para a formação destes. É com este objetivo de integração do tempo da escolaridade obrigatória com o tempo da “liberdade” formativa que o movimento pedagógico da Pedagogia da Alternância nasceu e se desenvolveu (NOSELLA, 2011, p. 03).

Na esteira dessa discussão, compreendemos que a Pedagogia da Alternância situa-se no âmbito da materialização didático-pedagógica da Educação do Campo, sendo assim, encontra-se entrelaçada aos pressupostos dos Movimentos Sociais e do Compromisso com a produção de uma nova sociedade.

Caldart (2010), nos alerta quanto a necessidade de pensar a formação humana tendo por base os processos produtivos e as formas de trabalho próprias do campo, problematizando as formas deformadoras e formadoras das diferentes perspectivas produtivas do campo. Interroga as lógicas que norteiam a agricultura industrial em contraposição à construção de um novo projeto produtivo.



Outrossim, a formação pelo trabalho como um viés da Pedagogia da Alternância assenta-se na concepção de que a Educação só pode ser pensada em condições materiais concretas e, especialmente, nas formas de produção da vida alternativas atuais.

Neste sentido, como possíveis resultados desse estudo, compreendemos que a formação pelo trabalho na perspectiva da Alternância busca instituir uma integração dinâmica no processo formativo que aproxima os espaços e tempos da vida social, comunitária, profissional aos espaços e tempos da escola e/ou universidade. Traz para a concretude desses espaços e tempos a concepção de trabalho como apropriação do sujeito ao mundo, à vida e às transformações que o pensar e fazer produzem. Os espaços e tempos da formação pela natureza de sua dinâmica distanciam-se dos modos de expropriação da força do pensar e agir, para uma nova produção que integra a vida e formação.

À luz de Freire (1996, 2002), a Pedagogia da Alternância assume o trabalho como princípio educativo pelas dimensões de coletividade e pelas relações de comunicação, compreendendo a educação como processo humano, mediatizado pelo mundo (e nesse as relações de trabalho), bem como a liberdade que se dá em comunhão com outros homens. Nessa perspectiva, a auto-organização dos estudantes, democratização das relações e vivência de um ambiente educativo são formadores. Imbuídos das ideias freirianas e também das contradições da vida, a Pedagogia da Alternância configura-se como uma possibilidade viva e dinâmica que inventa e reinventa modos formativos transgressores, na contramão das políticas atuais de formação para o mercado de trabalho. Políticas essas que estratificam pessoas, utopias e modos de produção humana, que elegem a desigualdade como vetor de manutenção da estrutura atual.

Portanto, Pedagogia da Alternância situa-se no âmbito de uma possibilidade formativa que se consolida ao longo dos anos pelas produções educativas que colocam em cena o protagonismo do estudante, as vivências dos movimentos sociais, a realidade campesina e seus conflitos e o vínculo intrínseco entre trabalho e formação, sua práxis é movimento que transforma os sujeitos, a escola, a vida.

REFERÊNCIAS



GRUPO DE TRABALHO ED 026

DESIGUALDADES NO ACESSO À EDUCAÇÃO POR REFUGIADOS NA DIÁSPORA: ANÁLISES INTERSECCIONAIS

Coordenadoras:

Prof.^a Dr.^a Brunela Vieira de Vincenzi (UFES)

M.^a Beatriz de Barros Souza

Bela. Manuela Coutinho Costa



**ANGUSTIAS E PERSPECTIVAS NO DESLOCAMENTO DE EDUCANDOS/AS
DO CAMPO PARA A CIDADE: A EXPERIÊNCIA DO QUILOMBO LAGOA DO
PEIXE**

**ANGUSTIAS AND PERSPECTIVES IN THE DISPLACEMENT OF
EDUCATIONAL INSTITUTIONS FROM THE FIELD TO THE CITY: THE
EXPERIENCE OF QUILOMBO POND LAKE**

**ANGUSTIAS Y PERSPECTIVAS EN EL DESPLAZAMIENTO DE EDUCANDOS /
AS DEL CAMPO PARA LA CIUDAD: LA EXPERIENCIA DEL QUILOMBO
LAGUNA DEL PECHO**

Carlídia Pereira de Almeida¹⁰³

Michelle Oliveira de Matos¹⁰⁴

RESUMO: O estudo teve como objetivo perceber quais são as angustias e perspectivas dos/as educandos/as do Quilombo Lagoa do Peixe no deslocamento do campo para a cidade. O referido quilombo está localizado no município de Bom Jesus da Lapa – BA/Brasil. A metodologia norteadora desse artigo foi a abordagem qualitativa e teve como instrumentos de coleta de dados, a observação participante e entrevistas semiestruturadas com educandos/as e a coordenadora pedagógica de uma escola do perímetro urbano que atende um número considerável de educandos/as advindos/as do campo para estudar na cidade. Para compreender as questões relacionadas à Educação Escolar Quilombola nos embasamos em: Brasil (2012), Arruti (2010) e Souza (2015). Diante do exposto, a pesquisa apontou que o deslocamento diário dos/as educandos/as do quilombo do meio rural para a cidade trouxe impactos tanto para eles/as, quanto para as famílias e a unidade de ensino que os/as recebem.

Palavras-chave: Deslocamento campo/cidade; Educação Escolar Quilombola; Angustias e perspectivas.

ABSTRACT: The study aimed to understand what are the anxieties and perspectives of the students of Quilombo Lagoa do Peixe in the movement from the countryside to the city. The referred quilombo is located in the municipality of Bom Jesus da Lapa – BA/Brazil. The guiding methodology of this article was the qualitative approach and had as instruments of data collection, participant observation and semi-structured interviews with students and the pedagogical coordinator of a school of the urban perimeter that serves a considerable number of students coming from the countryside to study in the city. To understand the issues related to Quilombola School Education we are based on: Brazil (2012), Arruti (2010) and Souza (2015). Given the above, the research pointed out that the daily commute of students from the rural quilombo to the city had impacts both for them, for the families and the teaching unit that receives them.

Keywords: Field/city displacement; Quilombola School Education; Anxieties and perspectives.

RESUMEN: El estudio tuvo como objetivo comprender cuáles son las ansiedades y perspectivas de los estudiantes de Quilombo Lagoa do Peixe en el movimiento del campo a la ciudad. El referido quilombo está ubicado en el municipio de Bom Jesus da Lapa – BA/Brasil. La metodología orientadora de este artículo fue el enfoque cualitativo y tuvo como instrumentos de recopilación de datos, observación participante y entrevistas semiestruturadas con estudiantes y el coordinador pedagógico de una escuela del perímetro urbano que atiende a un número considerable de estudiantes provenientes del campo para estudiar en la ciudad. Para comprender los problemas relacionados con

¹⁰³ Engenheira Agrônoma e mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais na Universidade Federal do Sul da Bahia - Campus Sosígenes Costa/Porto Seguro. E-mail: carlidiaaceta@yahoo.com.br

¹⁰⁴ Pedagoga e mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais na Universidade Federal do Sul da Bahia – Campus Sosígenes Costa/Porto Seguro. E-mail: michelle.matos2012@hotmail.com



informantes, a participação e a observação direta e a introspecção”. Para um contato direto com os/as interlocutores/as da pesquisa, também utilizamos a entrevista semiestruturada que, para Ludke e André (1986, p.34), “é a que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistado faça as adaptações necessárias”. A entrevista é indicada neste tipo de pesquisa, uma vez que a relação pesquisador/pesquisado é essencial.

A escola pesquisada tem características de uma escola nucleada, pois seu público é oriundo do bairro onde a mesma está localizada e de 7 comunidades do campo, sendo que 2 são comunidades quilombolas. A unidade atende um total de 521 educandos/as distribuídos/as nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Os/as interlocutores/as da pesquisa foram 7 estudantes e a coordenadora pedagógica. Esses/as estudantes/as são adolescentes, 3 homens e 4 mulheres do 6º, 7º e 8º ano. Já a coordenadora pedagógica é graduada em Pedagogia, iniciou no magistério em 1998 e atua nessa função desde 2014.

Por meio de nossa experiência e das leituras que temos feito podemos perceber que as comunidades quilombolas têm conhecimentos próprios consolidados, a partir de suas vivências e saberes que, ao longo do tempo são ressignificadas, ou seja, a vida no quilombo não é estática, acompanha a evolução do tempo e do espaço e tem muito a oferecer a cidade, pois desse contexto advêm, na maioria das vezes, o alimento de cada dia como também os conhecimentos que subsidiam os fazeres da vida cotidiana no ambiente urbano.

Nesse conjunto de saberes e fazeres educativos, estudar na cidade constitui uma ação desafiadora para centenas de educandos/as que no cotidiano se deslocam campo/cidade e perpassa várias questões. Apesar disso a educanda 2 diz que, “tem dificuldade de chegar na escola, porque demora. Quando a gente chega as aulas já começaram. A estrada é ruim, cheia de buraco, o ônibus já ‘tá’ bem ruim, sempre foi assim”.

Essa dificuldade que os/as estudantes quilombolas nos dias atuais têm de chegar à escola reflete que historicamente o acesso das populações negras ao espaço escolar sempre foi negado ou limitado. É nesse sentido que Arruti (2010, p. 29) ressalta que:

É necessário reconhecer que a grande maioria das comunidades quilombolas foi excluída da educação formal, assim como da participação nas esferas de tomada de



educando 3, ao dizer: “já sofri preconceito. Não quero falar, pois fico triste. Foi pelos colegas, alguns, não todos”.

Souza (2015, p. 74) diz que “a educação escolar durante grande parte de sua trajetória foi e ainda é utilizada como instrumento de colonização de mentes”. A autora ainda enfatiza sobre a necessidade de descolonizar a educação escolar que, descolonizar a pedagogia é urgente e colocar as singularidades dos diferentes povos nos centros das discussões é fundamental para que aconteça o questionamento dos saberes que sobrepõe a outros, como também a reflexão sobre os modelos de educação ainda vigentes.

A maioria dos núcleos familiares presente no território quilombola tem o “trabalho braçal”, muitas vezes, desprovido de valorização e almejam trabalhos na ordem acadêmica para seus filhos e, na maioria das vezes, esse trabalho desenvolvido no campo por essas famílias não está atrelado ao conhecimento sistemático, está à margem da escola, ou seja, o processo educacional não evidencia o âmbito da vida social dos educandos. Para elucidar esse pensamento, trazemos aqui a fala da educanda 5, ao dizer “Eu pretendo fazer vários cursos e fazer faculdade, ser juíza. Quero atuar na sede. Pretendo fazer ENEM”. Já a educanda 6, diz “Com certeza. Nunca pensei em desistir de estudar. Penso fazer faculdade. Lá na comunidade tem gente que fala pra não desistir de estudar”.

Outro educando, mesmo exteriorizando o desejo de fazer faculdade fala em permanecer no quilombo: “quero fazer faculdade de Engenharia Civil. Pretendo continuar estudando e trabalhar na minha comunidade. Não me sinto bem na cidade... não sei explicar”.

Observando o comportamento de muitos desses educandos/as advindos do campo para estudar na cidade fica evidente a efetiva realização de um projeto de vida calcado na construção de uma educação escolar que tenha sentido e significado na vida.

É comum encontrar traços de angústias quando se fala da relação interpessoal em sala de aula, pois muitos dos colegas que dividem a sala com os/as educandos/as das comunidades quilombolas, os consideram inferiores e estes são motivos de zombaria. Os apelidos como “roceiros” são praticamente inevitáveis entre os adolescentes. Entretanto, compete à equipe gestora da unidade escolar mediar esses problemas com os adolescentes a fim de que esses



codinomes não sejam pretextos para chacotear, assim evitam-se problemas posteriores aos que estão subjulgados. Esses insultos evidenciam-se na seguinte fala da educanda 5: “Uma vez um aluno ficou zombando, porque a gente era de lá (quilombo) e eu falei sou mesmo, gosto muito de ser de lá, com orgulho”. Fato que fica evidente também no relato da educanda 2: “Eu não sofri preconceito, mas a maioria já, meu irmão mesmo, as vezes ficam chamando ele de preto, de magro”.

Esses fatos não chegam ao conhecimento da família e nem da comunidade, pois de acordo com os/as educandos/as, falar sobre o assunto é motivo de vergonha e estaria colocando seus familiares em situação de vexame, como podemos observar na fala da educanda 5: “Eu não comento essas coisas lá em casa, tenho vergonha. E não quero que minha mãe venha aqui na escola para isso”. Essa percepção também foi observada na declaração da educanda 2: “Nunca comentei sobre essa questão na comunidade”.

Ao longo de nossas análises, detectamos nas falas, gestos e omissões dos/as educandos/as entrevistados/as, as práticas educativas, os conteúdos ministrados, descontextualizados de suas realidades e vivências nas comunidades quilombolas. Essas vivências com outros grupos da cidade, muitas vezes, leva-os a submissão e docilidade, a obediência e ao conformismo. Entretanto, o que se evidencia é que a maioria da violência exercida pela escola é quando ela usa de seu poder sobre os/as educandos/as para impedi-los/as de manifestar suas ideias e expressar suas capacidades e os levam a se tornar meros reprodutores de conhecimentos.

São violências seletivas sobre educandos/as que desvalorizados nas suas diferenças, não é considerado no processo educativo e são invisibilizados/as. Essas ações fomentam a formação de preconceitos e este leva a discriminação que pode ser internalizada e influência na construção de sua identidade.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, J. M. **Notas Sobre as Iniciativas Federais em Educação no Contexto das Políticas Públicas para Quilombos.** In: Educação escolar quilombola: pilões, peneiras e conhecimento escolar. Curitiba: SEED – 2010.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.



LUDKE, M.; ANDRE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SOUZA, Shirley Pimentel de. **Educação escolar quilombola: as pedagogias quilombolas na construção curricular**. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2015.



VULNERABILIDADE, VIOLÊNCIA SEXUAL E DE GÊNERO EM MULHERES EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO: UMA FORMA DE NÃO RECONHECIMENTO NA PERSPECTIVA DE AXEL HONNETH.

VULNERABILITY, SEXUAL AND GENDER VIOLENCE AGAINST WOMEN IN THE SITUATION OF REFUGEE: A WAY OF NOT RECOGNIZING FROM AXEL HONNETH'S PERSPECTIVE.

VULNERABILIDAD, VIOLENCIA SEXUAL Y DE GÉNERO EN MUJERES EN SITUACIÓN DE REFUGIO: UNA FORMA DE NO RECONOCIMIENTO EN LA PERSPECTIVA DE AXEL HONNETH.

Geórgia Thâmisa Malta Cardoso Luxinger¹⁰⁵
Brunela Vieira de Vincenzi¹⁰⁶

RESUMO: Uma conjugação de fatores históricos, políticos, socioeconômicos contribuem para a crescente internacionalização das normativas de proteção a direitos humanos hodiernamente, sobretudo na dimensão jurídica da dignidade da pessoa humana e do princípio *pro homine*. Necessário se faz refletir acerca das conjunturas das atuais violações a direitos humanos e, mormente, os direitos humanos das mulheres solicitantes de refúgio e refugiadas. Entende Axel Honneth que a integridade do indivíduo é concebida subterrânea a padrões de assentimento ou reconhecimento. Nesse afã, a vulnerabilidade particular advém do entrelaçamento interno de individualização e reconhecimento. Assim, as violações à integridade física podem representar o não reconhecimento, em que são tiradas da pessoa todas as possibilidades da livre disposição sobre seu corpo. O advento da Convenção dos Refugiados de 1951, do Protocolo de 1967 e das Leis nº 9.474/1997 e 13.445/2017 possibilitou uma ressignificação das garantias à proteção da dignidade das pessoas em situação de deslocamento forçado.

Palavras-chave: Mulheres em Situação de Refúgio; Violência de Gênero; Teoria do Reconhecimento; Dignidade Sexual; Vulnerabilidade.

ABSTRACT: A combination of historical, political, social and economic factors contribute to the increasing internationalization of human rights protection regulations, especially in the legal dimension of the dignity of the human person and the *pro homine* principle. In this context, there is an urgent need to reflect on the conjunctures of current human rights violations, and in particular, cross-cuttingly, on the human rights of women refugees. Axel Honneth understands that the integrity of the individual is conceived underground to patterns of assent or recognition. In this endeavor, particular vulnerability comes from the internal interweaving of individualization and recognition. Thus, violations of physical integrity may represent non-recognition, in which all the possibilities of free disposition over the body are taken from the person. The advent of the 1951 Refugee Convention, the 1967 Protocol and Laws 9,474 / 1997 and 13,445 / 2017 made it possible to re-sign guarantees for the protection of dignity of persons in situations of forced displacement.

¹⁰⁵ Graduada em Enfermagem pelas Faculdades Integradas São Pedro – FAESA (2012), graduanda em Direito na Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Brasil. E-mail: georgiamalta@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/41433380313637>

¹⁰⁶ Graduada em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes (1997), mestra em Direito Processual pela Universidade de São Paulo (2002) e Doutora em Direito Civil, Constitucional e Filosofia do Direito pela Johann Wolfgang Goethe Universität – Frankfurt am Main (2007). Estágio de Pós-Doutorado no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e no Institut für Sozial forschung em Frankfurt am Main, na Alemanha (2009-2010). Professora Titular do Departamento de Direito da Ufes. Vitória. Brasil. E-mail: bruvincenzi@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2875969853934385>



Keywords: Women in Situation of Refuge; Gender Violence; Theory of Recognition; Sexual Dignity; Vulnerability.

RESUMEN: Una conjugación de factores históricos, políticos, socioeconómicos contribuyen a la creciente internacionalización de las normativas de protección a derechos humanos actualmente, sobre todo en la dimensión jurídica de la dignidad de la persona humana y del principio pro homine. Necesario se hace reflexionar acerca de las coyunturas de las actuales violaciones a derechos humanos y, sobre todo, los derechos humanos de las mujeres solicitantes de refugio y refugiadas. Entiende a Axel Honneth que la integridad del individuo es concebida subterránea a patrones de asentimiento o reconocimiento. En ese afán, la vulnerabilidad particular proviene del entrelazamiento interno de individualización y reconocimiento. Así, las violaciones a la integridad física pueden representar el no reconocimiento, en que son tomadas de la persona todas las posibilidades de la libre disposición sobre su cuerpo. El advenimiento de la Convención de los Refugiados de 1951, del Protocolo de 1967 y de las Leyes nº 9.474/1997 y 13.445/2017 posibilitó una resignificación de las garantías a la protección de la protección dignidad de las personas en situación de desplazamiento forzado.

Palabras clave: Mujeres en situación de refugio; Violencia de género; Teoría del reconocimiento; Dignidad Sexual; Vulnerabilidad.

É axiomático que estamos vivenciando um momento histórico de extrema complexidade, marcado, sobretudo, pela intensa dinamicidade nas trocas de informações, nos fluxos de pessoas, nas transposições de barreiras geopolíticas. Traços característicos desta era na qual estamos inseridos são, de certo, as imposições típicas da globalização, em que cada vez mais, redefine-se o conceito de fronteira, criando uma ruptura do já obsoleto limite espaço/temporal, o qual parece claudicar à inexistência frente ao caminhar a passos largos da tecnologia. Nesse diapasão, desde meados do século XX os movimentos migratórios vêm tornando-se mais complexos.

Desse modo, são definidos como refugiados pela Convenção das Nações Unidas de 1951 “aqueles que se encontram fora de seu país de origem e que não podem ou, em virtude desse temor, não querem valer-se da proteção desse país” (ONU, 1951, p. 2). A esta vulnerabilidade acresce perigos incontáveis ao longo de todo o ciclo de refúgio, entre esses, consta o risco de sofrer uma Violência Sexual e de Género (VSG). Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, o estudo tem por escopo compreender que o reconhecimento do status de pessoa refugiada pressupõe, *per se*, uma inerente violação dos seus Direitos Humanos, fundamentado num justificado temor de perseguição. Sobretudo a vulnerabilidade sexual de mulheres em deslocamento forçado e nos campos de refúgio. O Direito da População Refugiada está intimamente relacionado com o direito de asilo, o qual remonta à Grécia Antiga em que “os perseguidos e os estrangeiros beneficiavam de uma protecção e de um refúgio invioláveis” (GORTÁZAR ROTAECHE, 1997, p. 43-44).



A emergência em larga escala dos refugiados e apátridas, apontou com o advento do totalitarismo a cisma cujo âmago foi a separação entre os direitos humanos e os direitos dos povos. Daí a conclusão de Hannah Arendt (1949), calcada na realidade das *displaced persons* e na experiência do totalitarismo, de que a cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. Entende-se que a concepção de cidadania universal alicerçada nos Direitos Humanos do Migrantes tem como força inspiradora o cosmopolitismo kantiano. A hospitalidade universal, um princípio de *jus cogens* de ordem internacional, idealizada por Kant ao encerrar do século XVIII, hodiernamente, vê-se confrontada pela experiência prática em que refugiados, apátridas e deslocados forçados estão sob uma ineficiente tutela internacional, esta deveria garantir o pleno acesso ao espaço público.

No íterim dos deslocamentos forçados, os conflitos armados têm sido contumaz razão para o grande deslocamento de pessoas, e, especialmente, para as mulheres em que os fluxos migratórios representam um risco mais elevado, dado que em muitos casos o estupro tem sido usado como arma de guerra. Em cenários conflituosos a crise humanitária aflige, em demasia, as mulheres e as crianças, a vulnerabilidade notória de mulheres e meninas que viajam sozinhas, igualmente as que estão acompanhadas apenas pelos filhos se materializa nas áreas de traslado. Salienta ainda Yonas Gebreyosus (2013, p. 4) que “*female refugees are susceptible to gender based violence and they are more frequently at risk to be exposed to different types of gender based violence than other females*”.

Segundo relatos do ACNUR (2018) no ano de 2017 foram cerca de 622 sobreviventes de violência sexual e violência baseada em gênero nas ilhas gregas de Aegean, das quais ao menos 28% passaram por tais violências depois de chegar à Grécia. Dados da ONU ainda reiteram que a cada cinco mulheres refugiadas uma tenha sofrido violência sexual, número ainda subnotificado.

A concepção do reconhecimento adquire vultuosa importância na contemporaneidade. Entende Axel Honneth que as violações à integridade física podem levar a uma espécie de não reconhecimento, ou seja, são “aquelas formas de maus-tratos práticos, em que são tiradas violentamente de um ser humano todas as possibilidades da livre disposição sobre seu corpo



5th THE WORLD CONFERENCE ON REMEDIES TO RACIAL & ETHNIC ECONOMIC INEQUALITY

5^ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES ECONÔMICAS RACIAIS & ÉTNICAS

26 — 29 . SETEMBRO . 2018 **** UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO **** VITÓRIA **** BRAZIL

_____. Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados. 1951.
Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em 03 jul. 2018.

SILVA, Anderson Santos da et al. **Direito Internacional Dos Direitos Humanos**. Salvador: Juspodivm, 2018. 349 p.



de las políticas públicas. Se espera contribuir a la discusión sobre la cuestión territorial gitana y ampliar el debate sobre sus demandas y especificidades étnico-culturales.

Palabras claves: Gitanos; Territorio; Nomadismo; Políticas públicas.

O nomadismo, além de uma característica identitária para os vários subgrupos étnicos ciganos, tem sido apontado como consequência do preconceito e da discriminação social para com os ciganos no Brasil e em vários outros países (BATISTA, MEDEIROS, 2015; FAZITO, 2006; MOONEN, 2013; POWELL, 2008). Estudos internacionais salientam que a história do nomadismo de diversos grupos de etnias ciganas é um conjunto de histórias de perseguições, segregações e expulsões pelas diversas localidades por onde passavam em sua diáspora (MOONEN, 2012; 2013; POWELL, 2008; TEIXEIRA, 2008).

No Brasil, apesar dos ciganos estarem presentes no território nacional desde 1574, até hoje são poucos os dados oficiais sobre o número total de ciganos em território nacional, bem como são escassas as informações acerca de suas condições de vida (MOONEN, 2013; TEIXEIRA, 2008). Dentre as poucas informações oficiais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mapeou em 2009, pela primeira vez, 291 acampamentos ciganos existentes no país, com predomínio nas regiões litorâneas dos estados do Sul, Sudeste e Nordeste, no entanto, esse número de acampamentos não expressa a real quantidade de ciganos existentes, visto que nem todos os grupos ciganos vivem acampados (BRASIL, 2013a).

Lima e Dolabela (2015), em um estudo com as famílias ciganas de São Gabriel (Minas Gerais, Brasil), enfatizam que o medo e a impotência são as palavras que definem o sentimento dos ciganos na relação com a polícia local. Outras pesquisas também evidenciam que ciganos de outras regiões no Brasil têm suas identidades questionadas quando buscam outros modos de vida diferente do estereótipo de nômade (VAZ, 2009), dificultando o reconhecimento de seus direitos aos espaço-territórios.

Diante dos desafios territoriais dos grupos ciganos ainda na atualidade, a presente pesquisa buscou investigar o processo de fixação territorial de um grupo cigano de etnia calon, focalizando a identidade social do grupo, sua trajetória histórica e territorial e a luta por seus



direitos. O estudo¹⁰⁹, portanto, objetivou analisar o processo de fixação territorial dos ciganos a partir de um grupo com acampamento no estado do Espírito Santo, Brasil.

A pesquisa, qualitativa e exploratória, foi desenvolvida a partir da perspectiva metodológica etnográfica, totalizando um período de dois anos de imersão em campo, com registros das observações em diários de campo e entrevistas realizadas com membros de sete famílias de um grupo cigano de etnia calon. Os dados obtidos foram analisados a partir da Análise de Conteúdo Categorical-temática (BARDIN, 2010).

Os resultados da presente pesquisa evidenciam o processo de fixação territorial de um grupo de ciganos calon que, há pelo menos quarenta anos, realiza migrações entre acampamentos na região capixaba. Segundo relato dos integrantes do grupo, seus antepassados eram nômades e viviam em caravanas (denominadas por eles como “tempo das tropas de mula”). Com o passar dos anos e em consequência do processo de urbanização das cidades, essas caravanas ciganas foram sendo transformadas em acampamentos, principalmente, improvisados nas periferias das grandes cidades da referida região brasileira. Juntamente com a decisão e/ou condição que levou os grupos ciganos locais a se fixar e a abandonar as longas viagens nômades, novas organizações grupais e territoriais foram sendo recriadas pelos calon, que desafia tanto o universo cultural específico do grupo cigano quanto da vizinhança não-cigana.

Em linhas gerais, os dados etnográficos e os relatos das entrevistas com os integrantes do grupo nos permitem apresentar uma breve descrição da trajetória nômade do grupo. Destaca-se que, em um período de pelo menos cinco anos, o grupo passou por pelo menos três grandes mudanças territoriais de todo o acampamento, assim como novas configurações grupais advindas com tais mudanças. Nota-se, especialmente, nos relatos de integrantes do grupo que, apesar de seu passado nômade, atualmente, as famílias têm buscado se fixar, inclusive no ano de 2015 o grupo chegou até se mobilizar em luta por uma vila cigana no local onde estavam acampados.

Vaz (2009) afirma que o território para os ciganos, mais do que apenas um espaço físico para moradia, também parece significar um espaço subjetivo do mundo que inclui, sobretudo, as

¹⁰⁹ O presente trabalho integra parte dos dados obtidos junto ao conjunto de estudos da Dissertação de Mestrado “Nós somos ciganos. E você, o que é?”: processos identitários entre três gerações de ciganos calon do estado do Espírito Santo (CARDOSO, 2018).



POWELL, R. Understanding the stigmatization of gypsies: power and the dialectics of (dis)identification, *Housing. Teory and Society*, v.25, n.2, p.87-109. 2008.

TEIXEIRA, R. C. **A História dos ciganos no Brasil**. Núcleo de Estudos Ciganos, Recife. 2008.

VAZ, D. Geografia e diversidade cultural. Territorialização de um grupo cigano em Goiás, Brasil. **Cuadernos de Geografía - Revista Colombiana de Geografía**, v.1, n.18, p.83-97. 2009.



**POLÍTICAS PÚBLICAS NA COLÔMBIA E POPULAÇÃO SOB EXTREMA
POBREZA: OS PRINCIPAIS DETERMINANTES PARA ALCANÇAR
OBJETIVOS GOVERNAMENTAIS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS EN COLOMBIA Y POBLACIÓN EN EXTREMA
POBREZA: PRINCIPALES DETERMINANTES PARA ALCANZAR LOS
LOGROS GUBERNAMENTALES**

**POLICY PUBLIC IN COLOMBIA AND POPULATION UNDER EXTREME
POVERTY: THE MAIN DETERMINANTS FOR ACHIEVING GOVERNMENTAL
GOALS**

Glenda Palacios Quejada¹¹⁰
Ana María Valencia Mosquera¹¹¹

RESUMO: Na Colômbia, através da Lei 1785, é estabelecida a Rede de Superação da Pobreza Extrema chamada Red Unidos. O objetivo desta lei é garantir que as famílias mais pobres possam superar as condições que as mantêm nessa situação e fortalecer suas capacidades para o desenvolvimento e exercício de seus direitos. Este artigo discute 10 conquistas que permitem medir o escopo das condições mínimas que uma família deve ter para superar a pobreza extrema. O objetivo deste trabalho é determinar quais são os principais fatores que afetam o escopo de cada uma dessas realizações, concentrando-se nos determinantes associados à raça e ao gênero. Os resultados do *modelo probit* sugerem que a participação em grupos étnico-raciais afeta uma menor probabilidade de alcançar realizações do governo, ao contrário do que se vê no sexo feminino. Isso sugere que as políticas não têm um componente diferencial para segmentar em termos de raça.

Palavras-chave: Pobreza extrema; População étnica; Objetivos governamentais; Lei 1785; Colômbia.

ABSTRACT: The Colombian Law 1785 established the Red Unidos policy with the purpose of ensuring that the poorest households have an opportunity to address extreme living conditions and improve their employability and human rights. In this paper, we analyze ten governmental goals related to the minimum living conditions that a household should satisfy in order to overcome extreme poverty. The objective of this paper is to analyze the main determinants that influence the achievement of these goals individually. This work targets results based on gender and race. The results of the Probit model suggest that belonging to an ethnic group (indigenous or African-colombian) generate a less likelihood of achieving governmental goals, this is contrary to the results as it relates to gender. This suggests that public policy in Colombia does not have a difference in approach by race.

Keyword: Extreme poverty; Ethnic population; Governmental goals; Law 1785; Colombia.

RESUMEN: En Colombia por medio de *la Ley 1785* se establece la Red para la Superación de la pobreza extrema denominada Red Unidos. El objetivo de esta ley es asegurar que los hogares más pobres puedan superar las condiciones que los mantienen en esa situación y consoliden sus capacidades para el desarrollo y el ejercicio de sus derechos. En este artículo se analizan 10 logros que permiten medir el alcance de condiciones mínimas que un hogar debe disponer para superar la pobreza extrema. El propósito de este trabajo es determinar cuáles son los principales factores que inciden en el alcance de cada uno de estos logros, haciendo un enfoque en los determinantes asociados con raza y género. Los resultados del *modelo probit* sugieren que la pertenencia a grupos étnico-raciales inciden en una menor probabilidad de alcanzar los logros gubernamentales, caso contrario a

¹¹⁰ Mestrado em Economia/Independente/Medellín/Antioquia/Colombia. E-mail: gpalaciosq@gmail.com

¹¹¹ Economista com especialização em Gestão governamental e Gestão pública/Independente/Bogotá/Colombia. E-mail: mari.obba@gmail.com



lo visto con el género femenino. Esto sugiere que las políticas no tienen un componente diferencial para la focalización en términos de raza.

Palabras claves: Extrema pobreza; Grupos étnicos; Logros gubernamentales; Ley 1785; Colombia.

INTRODUCCIÓN

En Colombia el 26,9% de la población es pobre y el 7,4% se encuentra por debajo de la línea de pobreza extrema. Esto significa que aproximadamente 3.500.000 personas no poseen un ingreso suficiente para el acceso a bienes alimenticios que aseguren la ingesta mínima de calorías. Teniendo en cuenta esta situación, el Gobierno Nacional a través de la Ley 1785 creó una estrategia que articula, coordina y gestiona la oferta integral de promoción social para la población más pobre. Esta estrategia es liderada por el Departamento para la Prosperidad Social (DPS) y se denomina Estrategia de Acompañamiento Familiar y Comunitario - Unidos, la cual busca asegurar que los hogares más pobres¹¹² puedan superar las condiciones que los mantienen en esa situación y consoliden sus capacidades para el desarrollo y el ejercicio de sus derechos.

En su ejercicio por registrar y atender a la población en pobreza extrema, el DPS también identifica las familias que aunque no estén en esta situación de extrema pobreza, si enfrentan pobreza monetaria, la cual restringe muchas de sus capacidades de desarrollo. Esta población es denominada Vulnerable y también es atendida por la institucionalidad usando la oferta de las entidades nacionales y locales.

El documento está organizado de la siguiente manera. Primero se muestran a través de estadísticas descriptivas desagregadas por grupo étnico, las características principales de las personas que hacen parte de la Estrategia Unidos y Vulnerables. Luego a través de un modelo *probit* se intenta identificar cuáles son los determinantes principales para alcanzar los logros. En este trabajo se hace un énfasis especial en los grupos étnicos con el objetivo de determinar si existe una relación entre raza (afrocolombiano, indígena o rom) y la probabilidad de alcanzar los logros que facilitan superar el umbral de pobreza extrema. Finalmente, se abarcan algunas conclusiones y recomendaciones de política.

¹¹² Hogares que tiene unos ingresos inferiores a la línea de pobreza extrema y/o que se encuentra en situación de pobreza multidimensional de acuerdo a la medición realizada por el DANE



CARACTERIZACIÓN DE LOS BENEFICIARIOS EN LA ESTRATEGIA UNIDOS Y VULNERABLE

De acuerdo con las cifras de DPS, el grupo étnico negro/afrocolombiano se concentra en los niveles de primaria y secundaria (67,2%) y el 9,2% no tiene ningún nivel educativo. Esta participación es inferior a la que obtienen los indígenas (18%) y los mestizos (10,7%). Para las personas clasificadas como Vulnerables, crece el porcentaje en preescolar y primaria. Además, los que no tienen ningún estudio pasan de 9,2% en Red Unidos a 12,6% en Vulnerables.

En relación al rango de edad se observa que en general la población en Red Unidos se concentra en las edades de 18 a 49 años, principalmente en el pueblo rom y el pueblo negro/afrodescendiente (58,7% y 57,1% respectivamente). Esto evidencia que la población en extrema pobreza de Colombia es muy joven, lo cual significa una pérdida del capital humano en sus edades más productivas. La población en primera infancia es poca y los grupos con mayor porcentaje de personas mayores de 65 años son los indígenas (13,1%) y mestizos (10,9%).

Con respecto a las personas en la población Vulnerable, se observa que aumentan los porcentajes en cada grupo étnico de niños de 0 a 5 años, aunque continúan siendo las personas de menor participación. También aumenta la participación de personas de 6 a 17 años y disminuye la de 18 a 49 años pasando en el grupo negro/afrodescendiente de 57,1% en Red Unidos a 47,5% en Red Vulnerables.

La población con menores puntajes del Sisbén¹¹³, lo cual demuestra su nivel de precariedad y escasez, es mayoría en todos los grupos étnicos tanto en Red Unidos como en Vulnerables, aunque en esta última los porcentajes disminuyen. Las personas negras con puntajes entre 0 y 10 pasan de representar el 93% en Unidos al 88,9% en Vulnerables. La brecha en los Rom es de 20,7 puntos porcentuales.

¹¹³ El Sistema de Selección de Beneficiarios Para Programas Sociales (Sisben), es una encuesta mediante la cual se obtiene información socioeconómica confiable y actualizada sobre grupos específicos en los diferentes distritos, municipios y departamentos del país. A través del Sisbén se focaliza el gasto público, logrando con esto garantizar que el gasto social sea asignado a los grupos de población más pobres y vulnerables.



En relación a la actividad laboral se observa que es más alta la proporción de las personas de grupos indígenas (66,8%) y rom (73%) quienes manifiestan no trabajar ni tener un negocio propio. Por otro lado dentro de las personas afro el 35,1% manifiesta que si trabaja o tiene negocio. En la Red Vulnerable aumenta el porcentaje de personas en cada uno de los grupos étnicos que manifiestan no tener trabajo ni negocio, a excepción de los Rom cuyo porcentaje disminuye levemente (73% a 72,8%).

En general las estadísticas muestran que existen diferencias socioeconómicas entre los grupos étnicos explicadas principalmente por asuntos históricos y sociales. La diferente cosmogonía y cosmología que los caracteriza, debería ser aliciente para que las entidades públicas diseñaran políticas que contemplen estas particularidades, tanto en la red Unidos como en el grupo de Vulnerables.

BASE DE DATOS, METODOLOGÍA Y RESULTADOS

El objetivo de este artículo es identificar los principales determinantes para alcanzar las metas gubernamentales para las poblaciones más pobres en Colombia. Se hace un foco especial en las variables que están relacionadas con las características individuales de los miembros del hogar como el grupo étnico y el género. En este trabajo la variable dependiente es una variable dicótoma sobre el logro alcanzado en la política pública por algún miembro del hogar. Toma el valor de uno si el miembro del hogar alcanzó el logro propuesto en la política pública de la cual es beneficiario (a), y toma el valor de cero si el miembro del hogar no alcanzó el logro propuesto en la política pública.

Se consideran los siguientes logros:

Logro Educación inicial: los niños y las niñas mayores de dos años y menores de cinco años asisten a modalidades de educación inicial, incluyendo los niños y niñas con discapacidad que puedan participar en estos espacios de educación.

Logro saneamiento básico (10): la vivienda del hogar cuenta con un sistema adecuado de saneamiento básico.

Logro seguridad alimentaria (15): el hogar no presenta inseguridad alimentaria moderada o severa.



Logro leer y escribir (17): todos los integrantes del hogar mayores de 15 años saben leer y escribir, incluidos los integrantes del hogar con discapacidad que puedan participar en los espacios educativos.

Logro herramientas digitales (19): al menos uno de los integrantes del hogar, mayor de 10 años, utiliza herramientas digitales.

Logro educación financiera (20): al menos uno de los integrantes del hogar, mayor de 18 años, recibe educación financiera en alguno de los siguientes servicios: ahorro, crédito o seguros.

Logro pisos: la vivienda del hogar cuenta con materiales adecuados de pisos.

Logro paredes: la vivienda del hogar cuenta con materiales adecuados en paredes.

Logro hacinamiento: En el hogar no se presenta hacinamiento crítico.

Logro seguridad jurídica del predio: El hogar cuenta con la seguridad jurídica del predio que destina a la explotación agropecuaria o autoconsumo (Aplica solo para el modelo rural).

Las variables independientes, las cuales son usadas para explicar por qué algunos miembros del hogar alcanzan los logros de las políticas gubernamentales son divididas en tres grupos. En el primer grupo se encuentran variables relacionadas con las características del individuo: Grupo étnico: mestizo o ninguno, afrodescendiente, indígena y Rom; género toma el valor de 0 si la persona beneficiaria de la política es hombre o 1 si la persona beneficiaria es mujer. Educación del beneficiario: preescolar, primaria, secundaria, media, técnica, universitaria, ninguna. La edad del beneficiario está dividida en rangos: 0-5, 6-17, 18-29, 30-49, 50-65 y mayores de 65 años.

En el segundo grupo de las variables explicativas se encuentran variables de las características del hogar: se pregunta al jefe del hogar si actualmente trabaja o tiene un negocio propio, el nivel del Sisbén que es una variable proxy del estrato socioeconómico o de ingresos. Entre mayor puntaje tenga un hogar es menos pobre. El tercer grupo contiene la variable geográfica como es el departamento de residencia del beneficiario.

La interpretación de los efectos marginales se miden en relación de los grupos de referencia. El efecto marginal de la variable independiente indica cuántos puntos porcentuales cambiarán la probabilidad que una persona de referencia alcance los logros gubernamentales si un valor de esa variable explicativa ha aumentado en uno. Los resultados se exponen en el Cuadro 1.



El logro de educación inicial evidencia que pertenecer al pueblo Rom versus las personas que no pertenecen a ningún grupo étnico (persona de referencia) disminuye en 17 puntos porcentuales la probabilidad de alcanzar el logro. La educación inicial también se ve afectada por la educación del jefe del hogar, entre esta sea más baja existe menor probabilidad contrario a lo que no sucede con educación más alta como el nivel técnico.

En el logro de saneamiento básico se observa una menor probabilidad para los indígenas y afro en comparación de los mestizos. Además, la probabilidad de alcanzar el logro es creciente en el nivel de educación. En relación a la seguridad alimentaria, nuevamente las poblaciones étnicas, en este caso los afrodescendientes enfrentan una menor probabilidad (6,1 puntos porcentuales menos) de lograr una alimentación moderada o severa.



Cuadro 1: Modelo Probit. Determinantes de alcanzar logros gubernamentales

Logros	Educación inicial	Saneamiento básico	Seguridad Alimentaria	Leer y escribir	Herramientas digitales	Educación financiera	Pisos	Paredes	Hacinamiento	Seguridad Jurídica del predio
Grupo étnico										
Indígena	-8	-0.111***	-34	-9	-0.026***	-1	-0.13***	-0.13***	-0.084***	12
	-15	-25	-26	-6	-9	-14	-0.03	-46	-13	-26
Afro-descendiente	5	-0.082**	-0.061***	-0.01***	-3	-1	31	-9	0.021**	-0.065***
	-8	-36	-17	-2	-8	-0.01	-29	-24	-9	-12
Rom	-0.17***	-16	36	-0.023**	0.043***	-29	-0.057**	-61	-0.083**	-16
	-29	-46	-68	-9	-15	-29	-24	-43	-34	-25
Género										
Mujer	6	0.025***	0.011***	0.006***	0.010***	0.060***	0.022***	0.023***	-0.003*	0.004*
	-5	-2	-2	-2	-2	-6	-2	-2	-2	-2
Educación										
Secundaria	-52	0.062***	0.035***	0.036***	0.207***	0.041***	0.065***	0.067***	0.043***	0.015***
	-56	-6	-3	-3	-5	-4	-7	-5	-3	-4
Media	-0.278**	0.115***	0.072***	0.036***	0.334***	0.085***	0.136***	0.132***	0.080***	0.043***
	-129	-13	-5	-3	-8	-5	-14	-12	-5	-9
Ninguno	-0.152***	-0.057**	-0.058***	-0.816***	-0.053***	-0.071***	-0.058***	-0.060***	-0.026***	-0.040***
	-0.02	-5	-4	-7	-6	-6	-5	-4	-3	-7
Preescolar	0.048***	0.033***	0.015**	-0.560***	-0.168***	-0.028*	0.041***	0.038***	-0.018***	-0.022**
	-12	-6	-7	-24	-0.01	-14	-6	-6	-6	-0.01
Universitario	-	0.176***	0.190***	0.038***	0.677***	0.310***	0.239***	0.223***	0.186***	0.175***
	-	-24	-15	-3	-12	-21	-28	-22	-16	-17
Técnico	0.027*	0.166***	0.120***	0.036***	0.561***	0.233***	0.216***	0.194***	0.135***	0.082***
	-16	-19	-9	-3	-0.01	-0.01	-24	-0.02	-0.01	-14
Tamaño hogar	-0.001*	0.002***	-0.002***	0.000***	0	0	0.002***	0.001***	-0.007***	0.003***
	0	0	0	0	0	0	0	0	-1	0
Edad (grupo referencia personas >65)										
00-05	-0.284***	0.061***	0.053***	18	0.106**	-0.03	0.096***	0.096***	-0.213***	-0.148***
	-28	-9	-0.01	-11	-45	-39	-9	-0.01	-15	-21
06--17	-0.248***	-0.025**	-0.020**	0.033***	0.553***	-29	-1	1	-0.202***	-0.178***
	-27	-0.01	-8	-7	-15	-26	-11	-14	-15	-13
18-29	-0.209***	-0.076***	-0.061***	0.028***	0.282***	-0.042***	-0.06***	-0.06***	-0.22***	-0.17***
	-0.05	-11	-8	-6	-13	-4	-13	-14	-15	-11
30-49	-0.589***	-0.058***	-0.030***	0.030***	0.064***	0.009***	-0.028**	-0.028**	-0.160***	-0.172***
	-157	-9	-6	-6	-9	-3	-0.01	-13	-13	-11
50-65	-0.957***	-0.025***	-0.012**	0.023***	0	0.019***	-6	-6	-0.070***	-0.079***
	-26	-4	-4	-3	-3	-2	-6	-6	-6	-5
Puntaje Sisbén (grupo de referencia 0 y 10 puntos)										
11 - 20 puntos	-94	-11	-25	5	24	0.085***	15	0.01	-0.052***	-0.02
	-119	-33	-18	-6	-18	-17	-11	-16	-11	-29
21 y 30 puntos	26	0.075***	0.036**	-1	0.029*	0.092***	0.091***	0.079***	-13	37
	-77	-19	-16	-5	-15	-0.02	-19	-19	-18	-51
> 31 puntos	0.026***	-0.046***	5	0.005***	-6	-0.010**	-0.02***	-0.03***	-0.034***	-6
	-8	-17	-7	-1	-4	-4	-7	-5	-4	-14
Tiene trabajo	-49	0.052***	0.061***	0.018***	0.009*	0.089***	0.047***	0.050***	0.022***	0.030***
	-37	-8	-5	-1	-5	-6	-7	-6	-3	-0.01
Observaciones	41,174	2,053,553	2,053,553	1,554,739	1,857,362	1,404,990	2,053,553	2,053,553	2,053,553	639,793
R-Cuadrado	102	0.05	0.05	646	381	96	127	77	74	0.08

Errores robustos estándar debajo. *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1. Todos los modelos estimados tienen controles del departamento donde reside la persona u hogar beneficiado

En las columnas 6 a 11 se exponen logros determinados con otros aspectos sociales, como las herramientas digitales, las condiciones del hogar y la tenencia del predio. En relación a las herramientas digitales, se presenta una relación negativa con el grupo étnico y la baja educación. En el logro de educación financiera las variables son estadísticamente no significativas aunque tienen una relación negativa con la pertenencia étnica. Aunque se evidencia que es más fácil alcanzar los logros para las personas con mayores niveles de educación.



CONCLUSIONES

Los resultados del modelo *probit* muestran que los determinantes más importantes y significativos para alcanzar los logros gubernamentales son: el grupo étnico, los niveles de educación y estrato socioeconómico. Estos resultados confirman ciertas hipótesis. Si un individuo ha alcanzado el logro de la política pública, es menos probable que pertenezca a un grupo étnico, que tenga niveles bajos de educación y que se encuentre en los niveles bajos del sisbén.

El segundo resultado enfatiza en los resultados acorde a la población focalizada. Con una más alta probabilidad las personas de grupos étnicos o los hogares cuyos beneficiarios de las políticas públicas pertenezcan a grupos étnicos tienen menor probabilidad de alcanzar los logros y por lo tanto menos oportunidades para superar sus niveles de pobreza.

Dado estos resultados, se observa que aunque el Estado Colombiano ha focalizado recursos humanos, técnicos y presupuestarios en atender a la población más necesitada del país, estos esfuerzos no parecen ser suficientes si no se introduce el enfoque diferencial. No se trata de discriminar o dar un trato desigual, se trata de entender las diferencias culturales y sociales de los grupos étnicos, para que las políticas formuladas puedan tener un impacto más significativo en la lucha contra la pobreza extrema. Claramente, entender y usar el enfoque diferencial étnico, exige unas habilidades conceptuales y sociales que desafortunadamente no son objeto del presente artículo.

REFERENCIAS

DPS (2017). **Manual Operativo de la estrategia de acompañamiento familiar y comunitario Estrategia Unidos**. Versión 5.

DPS (2016). **Resolución No 02717 del 4 de octubre de 2016 “por la cual se establecen los criterios de identificación, selección, vinculación, permanencia y egreso de hogares en condición de pobreza extrema a la estrategia para la superación de la pobreza extrema – Red Unidos”**.



GRUPO DE TRABALHO ED 027

EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES EM IMAGENS

Coordenadoras

Prof.^a Dr.^a Gerda Margit Schütz Foerste (UFES)

Prof.^a Dr.^a Fernanda Monteiro Barreto Camargo (UFES)

M.^a Juber Helena Baldotto Delboni



A ARTE AFRICANA NO COTIDIANO DAS COMUNIDADES ESCOLARES:
NARRATIVAS E SILÊNCIOS

AFRICAN ART IN EVERYDAY SCHOOL COMMUNITIES: NARRATIVES AND
SILENCE

EL ARTE AFRICANA EN EL COTIDIANO DE LAS COMUNIDADES
ESCOLARES: NARRATIVAS Y SILENCIOS

Agnaldo Neiva¹¹⁴

Resumo: Este artigo apresenta sucintamente uma aproximação no sentido de descolonizar o currículo oficial dos componentes curriculares do Nível Médio praticado na Bahia (Brasil), a partir de uma reflexão sobre a agência das escolas, suas narrativas e silêncios. Apresenta uma reflexão sobre as contribuições do estudo da arte africana, considerada como uma narrativa contemporânea à luz dos ofícios tradicionais apresentados por Hampaté Bá (2010) em seu célebre texto “A Tradição Viva”, dialogando com a construção teórica apresentada por Eduard Said (2011) em seu livro “Cultura e Imperialismo”, na perspectiva apresentada por Nilma Lino Gomes de descolonizar o currículo a partir da análise das vertentes internas e externas como um conjunto de epistemologia que procuram entender e alterar o elemento de colonialidade e padrão de poder nos apresentado por Quijano, visando fazer uma abordagem das diretrizes de história e cultura africana e afro-brasileira a partir da Lei 10.639/03.

Palavras-chave: Arte africana; Comunidade Escolar; Decolonial; Narrativas.

Abstract: This article briefly presents an approach to decolonize the official curriculum of the middle level curricular components practiced in Bahia (Brazil), based on a reflection on the school agency, its narratives and silences. It presents a reflection on the contributions of the study of African art, considered as a contemporary narrative in the light of the traditional crafts presented by Hampaté Bá (2010) in his famous text "The Living Tradition", dialoguing with the theoretical construction presented by Eduard Said (2011) in his book Culture and Imperialism in the perspective presented by Nilma Lino Gomes to decolonize the curriculum from the analysis of the internal and external slopes as a set of epistemology that seek to understand and to change the element of coloniality and pattern of power presented to us by Quijano to make an approach to African and Afro-Brazilian history and culture guidelines based on Law 10.639 / 03.

Keywords: African art; School Community; Decolonial; Narratives.

Resumen: Este artículo presenta sucintamente una aproximación en el sentido de descolonizar el currículo oficial de los componentes curriculares del Nivel Medio practicado en Bahía (Brasil), a partir de una reflexión sobre la agencia de las escuelas, sus narrativas y silencios. En su célebre texto "La Tradición Viva", dialogando con la construcción teórica presentada por Eduard Said (2011), presenta una reflexión sobre las contribuciones del estudio del arte africano, considerada como una narrativa contemporánea a la luz de los oficios tradicionales presentados por Hampaté Bá (2010) en su libro Cultura e Imperialismo en la perspectiva presentada por Nilma Lino Gomes de descolonizar el currículo a partir del análisis de las vertientes internas y externas como un conjunto de epistemología que buscan entender y alterar el elemento de colonialidad y patrón de poder nos presenta por Quijano visando y en el caso de las mujeres, en el caso de las mujeres.

Palabras clave: Arte africano; Comunidad Escolar; Descoloniales; Narrativas.

¹¹⁴ Mestrando em Educação e Ensino das Relações Étnico-Raciais, Universidade Federal do Sul da Bahia/Programa de Pós-Graduação em Ensino e Educação das Relações Étnico-Raciais-PPGER, Porto Seguro, Bahia, Brasil. E-mail: agnns@hotmail.com



Este artigo tem o objetivo de apresentar sucintamente como os diversos povos do continente africano desenvolveram uma arte africana própria, singular e apresentar uma reflexão sobre as contribuições do estudo da arte africana no âmbito escolar, no Nível Médio, em todas as suas séries e modalidades. A arte aqui é considerada como uma narrativa contemporânea à luz dos ofícios tradicionais apresentados por Hampate Bá em seu célebre texto “A Tradição Viva” (2010), dialogando com a construção teórica apresentada por Eduard Said em seu livro Cultura e Imperialismo visando fazer uma abordagem das diretrizes de história e cultura africana e afro-brasileira a partir da Lei 10.639/03.

Said constrói toda a sua análise a partir da premissa de que o “poder de narrar, ou de impedir que se formem ou surjam outras narrativas é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos” (SAID, 2011). Hampaté Bá, através de sua análise, nos possibilita entender a capacidade dos africanos escravizados para o Brasil em recriar na diáspora aspectos importantes da cultura ancestral. A oralidade cumpre a função de manter as tradições através de narrativas, da cosmologia, medicina, músicas, história, danças, objetos, arte, etc.

Esta arte tem muitos significados para os próprios africanos que a produzem e ao mesmo tempo foi considerada não-arte pelos europeus e seu cânone desconsiderando todo um contexto de produção, surgimento e significações. Isso pode ser ilustrado a partir dos quadros europeus do artista Picasso, que surpreende em sua expressividade, profundidade e representações a exemplo da releitura da arte africana na produção de máscaras e sua posterior representação na famosa tela Les Femmes d'Alger, do artista citado.

Segundo Frank Willett, em seu livro Arte Africana, “Já existe uma literatura considerável sobre arte africana, grande parte valiosa por suas ilustrações, mais do que por seu texto” (WILET, 1971). Este arqueólogo foi o curador do Museu de Ifé, na Nigéria e de 1950 a 1958 conduziu expedições arqueológicas nas cidades de Oyo e Ifé, tendo sido pesquisador, curador e professor em diversas universidades europeias e norte americana. Ao nos aproximarmos de qualquer abordagem sobre o continente africano, devemos considerar suas dimensões continentais, e fugir do perigo das generalizações. Considerar sua área, sua população, planícies, as influências externas durante diversas eras históricas e não deixar de reconhecer



a existência de equívocos e estereótipos tanto representando seu bioma, sua fauna, flora, linguagens e culturas.

Numa primeira forma de conceituar a arte africana, Willett ao se referir ao povo Bambara, situados na atual Mali contemporânea, afirma que sua “arte é utilizada em cerimônias ou procuram controlar o ambiente”. As artes efêmeras, apontada por ele como sendo a dança, a música, poesia e narrativas, podem ser praticadas em qualquer lugar e independe do tamanho do grupo. Já as artes duradouras, tais como a pintura e escultura dependem da característica sedentária das populações e o estabelecimento de pontos focais rituais, lugar de retorno periódico visando manter viva as tradições.

Aqui, um elemento sinalizado por Willett é a disponibilidade de materiais base para a produção artísticas tais como máscaras e esculturas e a presença de artistas que se destacam em sua técnica e estilo, garantindo um “mercado” voltado para a produção de artefatos com finalidades ritualísticas, políticas e de demarcação de estágios tais como as cerimônias de iniciação e passagem à idade adulta. Esta produção artística se constitui numa narrativa. São as histórias contadas e tudo que nela estão inscritas que tem o poder de dizer quem é o outro e o que o outro deve ser, se “comportar”, fazer, etc. Neste processo de construção da identidade do outro, houve resistências armada; resistência cultural a partir da afirmação de identidades nacionalistas e resistência política a partir da afirmação da autodeterminação dos povos e independência nacional sempre como resistência ativa e busca de autonomia nos campos econômicos, social e político.

A arte, as cosmologias, medicina, músicas, danças, história, objetos e as narrativas são mantidas pela oralidade, e esta por sua vez mantém as tradições vivas.

“A palavra é envolvida por apologias, alusões, subentendidos e provérbios claro - escuros para as pessoas comuns, mas luminosos para aqueles que se encontram munidos das antenas da sabedoria. Na África, a palavra não é desperdiçada. Quanto mais se está em posição de autoridade, menos se fala em público.” (Joseph Ki-Zerbo, p. XL, 2011).

“Na África, cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima sem que as chamas acabem com o papel”. Aqui, Hampaté Bá faz-se uma alusão à história da África, na qual, a herança da tradição oral não se perdeu. A palavra assume lugar central, tem uma origem divina, retrata o mito da criação e a fala humana materializa ou exterioriza sua potencialidade



de poder, querer e saber. Esta tradição tem garantido a manutenção da memória dos fatos passados e dos fatos contemporâneos através dos mestres tradicionalistas, artistas, escultores, tecelões, ferreiros, carpinteiros, coureiros e griot's. Todos eram considerados sagrados, pois “imitavam” a obra divina. Agiam sobre a matéria e a transformava.

Os mestres tradicionalista, aqui chamados de mestres da cultura, zelam pela autenticidade daquilo que transmitem e os ensinamentos não são sistemáticos, mas ligados às circunstâncias da vida, do dia-a-dia, do contexto. Assim, “qualquer incidente da vida, qualquer acontecimento trivial pode sempre dar ocasião a múltiplos desenvolvimentos, pode induzir à narração de um mito, de uma história ou de uma lenda” (HAMPATÉ BÁ, p. 184).

Os ofícios tradicionais são considerados os grandes vetores da tradição oral. Nela, estão as narrativas; a cosmogonia determinando seu lugar e papel no universo e revelando sua relação com o mundo dos vivos e dos mortos; o valor da iniciação e a afirmação de toda uma forma de ser, fazer e sentir. Se, como nos afirma Quijano, em sua condição de “centro do capitalismo mundial, a Europa não somente tinha o controle do mercado mundial, mas pôde impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta” (2005). Assim, neste contexto, o currículo foi totalmente implementado a partir de uma via, forma e imposição europeia.

Aqui se encontram as duas vertentes, uma que prevê um currículo imposto, standardizado e totalmente metrificado para garantir o status quo. Ao mesmo tempo, os sujeitos sociais se organizam, se movem, apresentam as suas demandas e desejos em ver seu conhecimento valorizado, reconhecido e em pé de igualdade com o dito, conhecimento científico. De acordo com Nilma Lino Gomes,

“Quanto mais se amplia o direito à educação, quanto mais se universaliza a educação básica e se democratiza o acesso ao ensino superior, mais entram para o espaço escolar sujeitos antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento. Eles chegam com os seus conhecimentos, demandas políticas, valores, corporeidade, condições de vida, sofrimentos e vitórias” (GOMES, 2012).

Em relação à pesquisa sobre a implantação da Lei 10.639/03 nos Colégios Públicos Estaduais de Porto Seguro, a compreensão destas narrativas ainda estão por ser melhor analisadas. Observa-se um descompasso no desejo institucional e na prática cotidiana das escolas, pois a existência de professores com formação voltada para esta área é deficitária e quando existe,



HAMPATE BÀ. A Tradição Viva. Cap.8. In: **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki -Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução geral. In: **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki -Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. CLACSO – Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais. Buenos Aires. 2005.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WILLET, Frank. **Arte Africana**. Cap. 1 e 2. Mimeo. 2011.



O (NÃO) DIREITO A EDUCAÇÃO BÁSICA PARA CORPOS PRETOS, POBRES E PERIFÉRICOS.

THE (UN) RIGHT OF ELEMENTARY EDUCATION FOR BLACK, POOR AND PERIPHERAL BODIES.

EI (NO) DERECHA LA EDUCACIÓN BÁSICA PARA CUERPOS PRETOS, POBRES Y PERIFÉRICOS.

Jéssica Barbosa Vianna¹¹⁵

RESUMO: A Educação tem passado por significativas transformações, especialmente quanto ao processo de ensino-aprendizagem, que exigem profundas mudanças curriculares e metodológicas. Dessa forma, o presente resumo expandido debruça-se sobre o debate acerca da importância do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira (Lei 10.639/2003) na educação básica, a partir da experiência com trinta alunos do oitavo ano do ensino fundamental, em uma escola da rede pública pertencente a Diretoria Regional de Ensino de Jaboticabal – SP/Brasil. Para subsidiar este debate, teóricos como Franz Fanon, Kabengele Munanga e Neusa Santos dão curso à pesquisa, que leva a compreender o quanto necessário é aprofundar o debate sobre as diferenças, parte integrante da comunidade escolar, especialmente subsidiado pelo do recorte de classe, raça e gênero, temas permeados de muitos mitos e senso comum.

Palavras-chave: Educação; Racismo; Cidadania.

ABSTRACT: Education has gone through significant transformations, especially concerning the process of teaching-learning which demands curricular changes and methods. Hence, the present article deals with the importance of teaching about Afro-Brazilian History and Culture (Federal Law 10.639/2003) in elementary school, originating in an experience with thirty eighth-year students from an elementary public school contained in The Teach's Regional Direction of Jaboticabal - SP/Brazil. To stand this debate, theorists such as Franz Fanon, Kabengele Munanga and Neusa Santos give course to the research, which leads to understanding how necessary it is to deepen the debate about the differences, an integral part of the school community, especially subsidized by that of class, race and gender, themes permeated by many myths and common sense.

Keywords: Education; Racism; Citizenship

RESUMÉN: La educación ha pasado por significativas transformaciones, especialmente en cuanto al proceso de enseñanza-aprendizaje, que exigen profundos cambios curriculares y metodológicos. De esta forma, el presente artículo se centra en el debate sobre la importancia de la enseñanza sobre Historia y Cultura Afro-Brasileña (Ley 10.639 / 2003) en la educación básica, a partir de la experiencia con treinta alumnos del octavo año de la enseñanza fundamental, escuela de la red pública perteneciente a la Dirección Regional de Enseñanza de Jaboticabal - SP/Brasil. Para subsidiar este debate, teóricos como Franz Fanon, Kabengele Munanga, y Neusa Santos dan curso a la investigación, que lleva a comprender lo necesario es profundizar el debate sobre las diferencias, parte integrante de la comunidad escolar, especialmente subsidiado por el del recorte de clase, raza y género, temas impregnados de muchos mitos y sentido común.

Palabras clave: Educación; Racismo; Ciudadanía.

DESENVOLVIMENTO

¹¹⁵ Bacharel em Serviço Social pela Faculdade IMESB – VC Bebedouro, Coordenadora do Cursinho Popular UNEafro Bebedouro Núcleo “Conceição Evaristo”, Bebedouro – SP, Brasil. E-mail: vianna.ssocial@gmail.com



Por meio das queixas dos professores durante os conselhos de classe realizados, identificou-se que, nas salas de oitavos e sextos anos, houve um significativo aumento nas situações de violência entre os alunos, o que afetou diretamente o relacionamento dos alunos com os professores. Assim, apoiou-se no componente curricular de História para conseguir explorar as raízes desses problemas, e em um oitavo ano, que é protagonista desse relato, foi possível identificar que essas raízes encontravam-se principalmente, nas questões étnico- raciais.

Para tanto, foi preciso definir o perfil dos alunos a partir de um questionário com oito perguntas fechadas e duas perguntas abertas. Identificou-se, dessa forma, que apesar de 75% da sala se intitular negra ou parda, destes, 90% afirmavam ter problemas por isso (ou porque não gostavam do tom da pele, ou por causa das práticas e brincadeiras com cunho racista). Foi possível identificar ainda, que quase 30% dos alunos daquela sala já havia ouvido algum tipo de ofensa proferida por um docente, sendo que 10% afirmaram que a ofensa era de cunho racista. 95% dos alunos não gostavam de ir à escola, apesar de compreenderem que aquele espaço era importante, pois, achavam as aulas muito maçantes, repetitivas e tediosas.

Dessa forma, viabilizou-se traçar um plano estratégico e pedagógico de trabalho para discutir o tema, sob os contributos dos alunos. Entendeu-se, ao fazer uma leitura atenta dos questionários, que uma metodologia ativa e participativa favoreceria o debate e uma maior iniciativa dos alunos, pois, prezou-se acima de tudo, o fornecimento de condições concretas ao aluno para tornar-se um ser social e histórico, pensante, comunicante, transformador e criador da sociedade em que vive.

Salienta-se que, as metodologias ativas, compreendem o professor como agente facilitador do processo de aprendizagem, e os alunos como protagonistas, que constroem o ensino conforme suas necessidades, interesses, preferências e ritmo. As metodologias ativas exigem do professor uma atenção e cuidado com o saber de cada aluno, já que se não houver assimilação do conhecimento por parte do educando, é preciso traçar novas estratégias. Assim, desenvolveu-se uma proposta de oficina intitulada: “Senzalando”, que visava principalmente discutir violência e racismo, apesar de não ter descartado a hipótese de que poderiam surgir outros temas, por parte dos estudantes. Ao todo, 25 alunos do oitavo ano participaram.



No primeiro momento, que levou aproximadamente duas horas, os alunos foram convidados a ouvirem algumas músicas, conhecidas ou não por eles, que falavam sobre o racismo no Brasil e dois curtas-metragens. Foi possível observar que alguns alunos se emocionaram com o que era falado, se identificavam com as falas, e muitos, traziam seus próprios relatos. Essas novas narrativas, muitas vezes, menosprezadas ou ignoradas, revelaram que apesar dos inúmeros avanços, especialmente no que tange às leis, o racismo ainda é discutido de uma forma superficial e sob muitos mitos, no contexto escolar.

O segundo momento, que ocorreu em aproximadamente uma hora, foi o desenvolvimento de uma oficina de turbante e uma oficina de grafite, onde os alunos puderam escolher qual oficina gostariam de fazer, e 80% da sala, escolheu participar da oficina de turbante. Na oficina de turbante, os alunos aprenderam sobre a história dele e seu significado, e ao final, para quem quisesse, era feito um turbante. Na oficina de grafite, os alunos aprofundaram sobre esse conceito, e realizaram seus próprios grafites, que em geral, traziam mensagens de força, esperança, fé e o fim de qualquer forma de discriminação.

Apesar de a proposta ter focado no debate sobre racismo, como previsto, alguns alunos trouxeram vários questionamentos referentes a gênero e sexualidade, especialmente para a população negra, e assim, foi possível apreender que esses temas se constituam como uma grande necessidade, e que para as próximas oficinas, era preciso incluí-los nas atividades. Alguns alunos que ao responder o questionário na aula anterior, afirmaram que não gostavam de ser negros ou pardos, relataram que depois que compreenderam realmente o que é o racismo, se sentiram mais valorizados, e entenderam que não há nada de errado em ser negro e se identificar assim.

Dessa forma, inclui-se o importante debate sobre identidade, que em Souza (1983, pág 77-85) compreende-se enquanto algo em processo, permanentemente inacabado, e que se manifesta através da consciência da diferença e contraste com o outro, pressupondo, assim, a alteridade. Assim, a identidade é sempre construída em um processo de interação e de diálogo que estabelecemos com os outros, e por tanto, o racismo dificulta o diálogo entre os diferentes grupos que compõe a sociedade brasileira, pois cria fronteiras simbólicas rígidas, estabelecendo binarismo identitários, ou seja, uma identidade do que é “ser negro” contraposta ao que é “ser branco”, baseadas em estereótipos negativos para os primeiros e



positivos para os últimos. O racismo é assim uma forma de negação ou de e mistificação da alteridade da população negra, fixando-a em estereótipos, atribuindo-lhe uma essência de inferioridade e maldade, não reconhecendo suas diferenças e pluralidade.

No desenvolvimento das atividades previstas na oficina, pôde-se observar que todos os alunos, mesmo os que em sala eram mais tímidos, mostraram-se bastante desenvolvidos para dialogar com o professor sobre suas ansiedades, necessidades e angústias, sobretudo ao pensar maneiras efetivas de diminuir e erradicar as desigualdades raciais, especialmente na escola. Dessa forma, houve uma participação maior dos alunos, que se apresentaram motivados e envolvidos, propiciando uma relação professor-aluno mais efetiva que muitos afirmaram nunca ter vivido antes.

REFERÊNCIAS

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2^a Ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. **A identidade negra no contexto da globalização**. In: Ethnos Brasil, Ano I – nº 1, março de 2002, pp.11-20. – UNESP.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 77.



se individualmente e coletivamente, dentro de um contexto histórico, político e cultural. No corpo registra-se toda a nossa ancestralidade, e por meio dele podemos nos expressar.

A Dança como via privilegiada de educação, uma das funções do artista é despertar múltiplos olhares imaginados sobre cada indivíduo, cada grupo cada cultura, inventando possibilidades, revelando territórios de toda ordem, sem fronteiras estabelecidas e manifestações culturais e especificamente expressivas de arte são, assim, fruto de uma função social ancestral e da inevitável dinâmica de transformação, num processo contínuo de adaptação a cada mudança de contexto no seu habit (ROBATTO, 2012).

Ainda que, tradicionalmente desvalorizados na época colonial e no século XIX, os aspectos da cultura brasileira de origem africana passaram por um processo de revalorização a partir do século XX que continua até os dias de hoje. A capoeira no séc. XIX ainda incomodava as autoridades do Rio de Janeiro e Salvador, no ano de 1890 (Revista Palmares, Fundação Cultural pág.81) a capoeira foi proibida, e somente em 1930 começou a ganhar respeito. O samba foi por muito tempo marginalizado, e o funk e as religiões de matriz africana ainda sofrem racismo.

No ano de 2017 foi desenvolvido, dentro do projeto Institucional do “CMEI Professora Cida Barreto”, o projeto “Abayomi”, direcionado pela professora de Arte/Dança Eduarda Rossana com a parceria da professora de Educação Física Júlia Pizzol. O nome do projeto faz referência a boneca Abayomi, símbolo de resistência e luta dos negros. A história da boneca repassada como conhecimento oral conta que Abayomi foi uma princesa africana que defendeu seu povo em um momento de muitas mortes, e para se protegerem de homens armados a princesa propôs que tirassem as suas roupas e as amarrassem em volta da árvore Baobá, com essa ação ela conseguiu com que algumas das crianças fossem salvas. Em uma outra história conta que as mães africanas quando foram sequestradas e estavam vindo para o Brasil fizeram durante a viagem as bonecas para seus filhos com o intuito de acalentá-las.

A Abayomi é feita com restos de retalhos, com amarrações de nós ou tranças, de forma bem simples, sem marcação de olhos ou bocas para não descaracterizar as inúmeras etnias. (FERNANDES, 2016, p. 54). O significado é presente precioso, o que eu tenho de melhor eu ofereço a ti. No âmbito da Educação física, o objetivo foi o conhecimento da história e vivência de prática dos jogos africanos, o jogo da capoeira, a dança do maculelê e assim, junto com outros conteúdos realizados paralelamente ao projeto, disponibilizou ao aluno o maior número de possibilidades, por meio de desafios corporais que envolvam ações cognitivas, afetivas e motoras de maneira conjunta.



Discutir a importância da cultura negra no Brasil, bem como combater o racismo e o preconceito racial no âmbito escolar são alguns dos objetivos desse projeto. Para transformar a realidade, a ideia inicial foi levar ao ambiente escolar debates sobre a história africana, e algumas manifestações culturais afro-brasileiras durante as aulas de educação física e artes, por meio de atividades corporais e intelectuais.

Visto que,

As Diretrizes Curriculares Nacionais definem em seu art. 3º os fundamentos norteadores que devem orientar os projetos pedagógicos desenvolvidos nas instituições de Educação Infantil: a) “Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum; b) Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática; c) Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.”

E a Constituição garante:

De acordo com a Lei 10639/03 o conhecimento do ensino da história e da cultura afro-brasileiras torna-se obrigatório, e determina que os conteúdos sobre a herança africana, sejam ministrados em todas as disciplinas. Este conteúdo inclui “o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro, pertinentes à História do Brasil.

Diante dos direitos garantidos pela Lei e as Diretrizes, entende-se que é dever do Estado oferecer oportunidades de acesso ao conhecimento e a diversidade cultural.

Em um país marcado por tantas diferenças, o equilíbrio entre a preocupação com a igualdade de direitos e com o respeito às diferenças nem sempre é fácil de alcançar. O desigual acesso à renda e aos programas sociais está marcado por esses diversos pertencimentos de classe, de etnia e de gênero, heranças históricas e culturais que também se expressam no acesso à Educação Infantil e na qualidade dos programas oferecidos. Assim, no contexto brasileiro, discutir a qualidade da educação na perspectiva do respeito à diversidade implica necessariamente enfrentar e encontrar caminhos para superar as desigualdades no acesso a programas de boa qualidade, que respeitem os direitos básicos das crianças e de suas famílias, seja qual for sua origem ou condição social, sem esquecer que, entre esses direitos básicos, se inclui o direito ao respeito às suas diversas identidades culturais, étnicas e de gênero.



O objetivo principal deste trabalho foi implementar ações baseadas na Lei 10.639/03, como o combate ao racismo e o fortalecimento das relações étnico-raciais, além de vivenciar a cultura afro-brasileira de forma lúdica, promovendo assim o autoconhecimento e o respeito a diversidade. Entendeu-se que este estudo deve ser falado por todos e para todos, especialmente profissionais da educação, podendo construir novas possibilidades de relações. Nesse sentido, o lúdico na educação infantil como ferramenta de aprendizado proporcionando a possibilidade de o maior número de vivências no período de Março a Novembro por meio do contato com o samba, maracatu, congo, músicas, contos africanos, apreciação de dança afro, construção de vários cabelos afros e exposição, maquiagem africana, apreciação da Banda de Congo da Apae de Vitória, pesquisa com as famílias sobre as palavras africanas que usamos no nosso vocabulário, brincadeiras africanas, sacola feita de chita com os materiais do projeto para vivenciar em casa, contação de histórias onde a criança foi o Griô, uma visita a exposição de fotos no Museu do Negro Capixaba, vivências corporais com brincadeiras pensadas sempre no coletivo, além de contato com diversos materiais como: tecidos, cangas, sementes, livros, tinta, fantoches negros, instrumentos de percussão, bastões, turbantes.

A maneira como o espaço está organizado pode favorecer as relações, dando maior liberdade para o barulho, o sono, a concentração, a expressão. Portanto para além das ações cotidianas registradas, na proposta italiana, as crianças expressam-se com autonomia e autoria, por meio de variados instrumentos e materiais (OSTETTO, LEITE, 2004, pg 33).

Como culminância de todo processo vivido foi apresentado um espetáculo cênico “Ubuntu” com a participação de Ariane Meirelles, que interpretou a professora Cida Barreto.

Contudo, percebeu-se que este projeto pôde contribuir no combate ao racismo. Proporcionou momentos de diálogos, enfrentamentos, resistência e reconstrução dos conhecimentos. Com a grande repercussão, pôde atingir outros profissionais da educação, gerando outros multiplicadores no cotidiano escolar. Algumas crianças negras, segundo relato de familiares, passaram a se reconhecer como negras, e se afirmarem no espaço enquanto negras e cidadãos de direito. As crianças brancas passaram a valorizar, a respeitar o outro, as diferenças e muitas relataram o entendimento sobre a nossa história. Conclui-se que teve muitos ganhos, aprendizados, lutas e conquistas. Aprendizados que ultrapassaram os muros da escola, indo para o cotidiano de todos, promovendo discussões, debates, construções e desconstruções de conceitos.



REFERÊNCIAS

GARAUDY, Roger. **Dança a Vida**: Editora Nova Fronteira, 1980.

CORTÊS, Gustavo Pereira. **Dança, Brasil!**: festas e danças populares. – Belo Horizonte: Editora Leitura, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil, 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Arte, infância e formação de professores**: Autoria e transgressão/Luciana Esmeraldo Ostetto e Maria Isabel Leite. Campinas, SP: Editora: Papyrus, 2004.

STRAZACAPPA, Márcia. **Entre a arte e a docência**: A formação do artista da dança. Campinas/SP: Papyrus, 2006.

FERNANDES, Dirley. **O que você sabe sobre a África**: Uma viagem pela história do continente e dos afro-brasileiros – 1ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pg.1 - 96; 1ª ed. 2016.

ROBATTO, Lia. **A dança como via privilegiada de educação**. Salvador: Editora, 2012.

Sites relacionados:

<http://www.osignificadodonome.com/significado-do-nome-abayomi-74.html> acessado em 20/02/2017

http://www.pontosolidario.com.br/bonecas_abayomi.htm acessado em 20/02/2017

http://afro-latinos.palmares.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=887 acessado em 10/03/2017

http://afro-latinos.palmares.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=887 acessado em 10/04/2017

<http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>, acessado em 19/07/2018.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm acessado em 19/07/2018.



artificial e natural, não podendo ser considerada como algo totalmente aleatório e nem totalmente determinado, dentro desta perspectiva, cabe refletir sobre aquilo que tem se estabelecido pela e na sociedade e no ambiente escolar como cultura, e de que maneira a imagem aparece como mediadora de cultura dentro e fora da escola.

A criança desde muito cedo carrega consigo uma cultura, que é constituída através das diversas vivências experimentadas em sua comunidade cognitiva, e também de tudo aquilo que é aprendido no dia a dia por meio da convivência com adultos e seus costumes, da escola, das mídias e do cotidiano em si. Quando aluno chega à sala de aula carrega consigo diversas experiências prévias que devem ser consideradas, já que essas vivências são fundamentais na construção de significados, sobre o mundo, a vida e tudo que nela há inclusive as imagens.

Os estudos preliminares desenvolvidos junto às crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental permitem-nos perceber questões relacionadas às relações étnico-raciais que se manifestam na produção imagética. Durante um exercício em sala de aula, com crianças de 6 a 7 anos, em uma escola municipal de Cariacica, no qual foi solicitado que fossem produzidos desenhos como autorretratos e também o desenho que representava a professora, foi registrado importante diálogo, conforme nos relata a professora,

Durante a primeira aula, cada aluno foi convidado a fazer um retrato de si mesmo, com as características que eles viam quando se olhavam no espelho. No decorrer da aula percebemos que a maior parte dos alunos se desenhava e se pintava com a cor de pele rosada e os cabelos loiros, mesmo os que não tinham essas características. Alguns com receio de não realizarem o desenho da forma correta, vinham até a mesa onde eu estava e perguntavam se poderiam no desenho modificar algumas características suas. Após mostrarem seus desenhos, perguntei se aquelas eram as reais características deles. Os alunos responderam que daquela era a forma mais bonita de se desenhar e não da que realmente eram, negros. Sendo assim, grande parte dos alunos negros se retratou de cabelos lisos e de cor amarela, usavam o lápis cor-de-rosa para pintar a cor de sua pele (Diário de campo de Thaynara, 2018).

Na discussão que se seguiu na sala de aula e a professora, que é afro-brasileira, provocou os alunos a produzirem um desenho utilizando ela própria como modelo, assim relata.

Na segunda aula, a fim de continuar trabalhando com os alunos o desenho da figura humana, pedi-lhes que produzissem um desenho de observação, assim a atividade se procedeu da seguinte forma: posicionei-me de pé na frente da sala de aula e enquanto conversava com as crianças, elas me desenhavam. Ao fim da atividade, percebi que eles tinham avançado bastante nos desenhos e na representação do esquema corporal, mas que ao reproduzirem a minha cor e meu cabelo, ainda demonstravam resistência e não sabiam muito bem como fazer. Ao explicar aos alunos que eu era negra, muitos deles se sentiram espantados, até que um dos alunos olhou para mim e disse “não, professora, a senhora é morena escuro, a senhora é bonita”. Nesse momento percebi que o aluno tentava me poupar do que



para ele representava ser muito negativo, ser negra. A partir dessas aulas de arte comecei a me atentar para a resistência de alguns alunos em se reconhecerem como negros (Diário de campo de Thaynara, 2018).

O currículo escolar é excludente (GOMES, 2004) e, mesmo em tempos de implementação da Lei 10.639/2003, ainda são evidentes as marcas da discriminação étnico-racial entre as crianças. Desta forma, o presente estudo, na sua continuidade buscará aprofundar análises acerca das práticas educativa mediadas por imagens, no sentido de compreender processos sociais que influenciam a produção de autoimagem de crianças, na escola. Sobretudo, a pesquisa-ação, desenvolverá análises a partir do diário de campo da professora, conforme segue,

Diante desta problemática, passei a ressaltar nas aulas de artes, do primeiro ao quinto ano, a importância da reflexão acerca das diferentes presenças na sociedade, das diferentes tradições, costumes, raças e culturas existentes, por meio de dinâmicas e atividades. Em uma dessas atividades com os alunos do primeiro ano, estudamos as diversas cores de pele que existem na caixa de lápis de cor, já que tradicionalmente apenas uma cor é considerada pelos alunos como legitimamente cor de pele. Depois de alguns meses na escola, eu sendo professora e negra, percebi que a minha imagem se tornou uma referência para os alunos. O meu cabelo que no início parecia armado demais, ou bagunçado, passou a encorajar outras meninas a soltarem seus cabelos cacheados. A partir daí comecei a refletir acerca da importância da representatividade dentro do ambiente escolar, e como o estudo da cultura africana e afro-brasileira é relevante na construção da imagem do negro dentro do ambiente escolar (Diário de campo de Thaynara, 2018).

O estudo preliminar aponta para a importância de um ambiente escolar democrático, não racista e que respeite e saiba lidar com as diferenças raciais, de sexo e de gênero. Especialmente, nossas reflexões estão voltadas à mediação da imagem no ambiente escolar, como elemento fundamental na formação dos sujeitos na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY M. E CASTRO M G. **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade** /— Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense. 1989

_____. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.



EAGLETON, TERRY. *A ideia de cultura* EDITORA UNESP, 2005

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro de Janeiro: Paz e Terra. 1970

FOERSTE, Erineu and FOERSTE, Gerda Margit Schütz. *Língua, cultura e educação do Povo Tradicional Pomerano*. *Educ. rev.* [online]. 2017, vol.33, e153099. Epub Apr 06, 2017. ISSN 0102-4698. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698153099>.

GOMES, Nilma Lino. Práticas pedagógicas e questão étnico-racial: o tratamento é igual para todos/as? In: DINIZ, Margareth; VASCONCELOS, Renata Nunes (Org.). *Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores: gênero, sexualidade, raça, educação especial, educação indígena, educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2004. p. 80-108.

_____. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/2003. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Org.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008.

HALL, Stuart. "Identidade cultural e diáspora". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 24, 1996.

NÖTH, Winfried; SANTAELLA, Lúcia. *Imagem: Cognição, Semiótica, Mídia*. São Paulo: Iluminuras, 1998

SCHUTZ- FOERSTE, Gerda Margit. *Leitura de imagens: um desafio à educação contemporânea*. Vitória: EDUFES, 2004.



A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA NO BRASIL
VIOLENCE AGAINST BLACK WOMAN IN BRAZIL
LA VIOLENCIA CONTRA LA MUJER NEGRA EN BRASIL

Ivan Almeida Rozario Júnior¹²⁰

RESUMO: Considerando-se o conceito de violência (MICHAUD, 1989) e o contexto da violência contra a mulher (SAFFIOTI, 1994; DEL PRIORI, 2001), constatam-se inúmeros atos de violência contra a mulher negra, nos diferentes contextos socioculturais, revelando a sua vulnerabilidade em uma cultura patriarcal, margeada por práticas sociais machistas e também racistas. A partir de dados disponibilizados pelo Mapa da Violência (2015), pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017) e pelo Atlas da Violência (2018), o trabalho buscou analisar os fatores que influem as práticas de violência contra a mulher negra, destacando o aspecto raça/cor como representação social de uma cultura segregadora e machista. Concluiu-se, após análises dos dados, que a violência contra a mulher negra sustenta-se por meio de práticas historicamente construídas, submetendo-a à invisibilidade social e comprometendo a garantia de direitos legitimados e referendados a partir da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e Lei do Femicídio (Lei nº 13.104/2015).

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Mulher negra; Representação sociorracial.

ABSTRACT: Considering the concept of violence (MICHAUD, 1989) and the context of violence against women (SAFFIOTI, 1994; DEL PRIORI, 2001), there are numerous acts of violence against black women, in the different socio-cultural contexts, revealing their vulnerability in a patriarchal culture, bordered by sexist and racist social practices. Based on data provided by the Violence Map (2015), by the Brazilian Yearbook of Public Security (2017) and the Atlas of Violence (2018), the study sought to analyze the factors that influence the practices of violence against black women, highlighting the race / color aspect as a social representation of a segregating and sexist culture. It was concluded, after analysis of the data, that violence against black women is supported by historically constructed practices, subjecting it to social invisibility and compromising the guarantee of rights legitimized and endorsed by the Maria da Penha Law nº 11.340 / 2006) and Law of the Femicídio (Law nº 13.104 / 2015).

Keywords: Violence against women; Black woman; Sociorracial representation.

RESUMEN: Considerándose el concepto de violencia (MICHAUD, 1989) y el contexto de la violencia contra la mujer (SAFFIOTI, 1994; DEL PRIORI, 2001), se observa innumerables actos de violencia contra la mujer negra, en distintos contextos socioculturales, revelando su vulnerabilidad en una cultura patriarcal, basada en prácticas sociales machistas y también racistas. A partir de datos estadísticos disponibles en el Mapa de la Violencia (2015), en el Anuario Brasileño de Seguridad Pública (2017) y en el Atlas de la Violencia (2018), este trabajo ha buscado analizar los factores que influyen las prácticas de violencia contra la mujer negra, subrayando el aspecto raza/color como representación social de una cultura apartada y machista. Se concluye, tras análisis de los datos, que la violencia contra la mujer negra se sostiene a través de comportamientos históricamente construidos, sumetiéndola a la invisibilidad social y comprometiendo la garantía de derechos legitimados y referenciados por la Ley Maria da Penha (Ley nº 11.340/2006) y la Ley del Femicidio (Ley nº 13.104/2015).

Palabras-clave: Violencia contra la mujer; Mujer negra; Representación sociorracial.

¹²⁰ Doutor em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Professor do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Piúma. Coordenador Geral do Neabi e Líder do Gepidi. Cidade Piúma, Brasil. E-mail: ivan.rozario@ifes.edu.br



As mulheres durante a história percorreram um longo caminho para alcançar o lugar social aonde quisessem chegar, isto é, foram muitas situações de lutas e resistências que as credenciaram para obterem a sua emancipação social e sua liberdade. E por que matam tantas mulheres? Em quem elas despertam tanto ódio e comportamentos misóginos por causa de seu empoderamento? Nessa linha de pensamento, o trabalho pretende analisar, com base em dados estatísticos, os possíveis fatores que levam à prática da violência contra a mulher no Brasil, em especial as mulheres negras.

A violência contra a mulher por muitos anos esteve presente nos contextos socioculturais da humanidade, ou seja, a mulher era vista como um ser inferior ao homem e, quando estava casada, era considerada propriedade do homem, submetendo-se às imposições por ele determinadas e buscando cumprir o papel social que historicamente foi construído e legitimado pela cultura patriarcal e machista. Isso não significa que a mulher levasse uma vida pautada no conformismo e na subordinação, ainda que a sua criação era orientada para os serviços do lar, sendo preparada para constituir família e procriar.

O processo de independência da mulher foi sendo construído paulatinamente. Com o surgimento do feminismo, surgido já no século XIX e mais visibilizado no século XX, como um movimento filosófico, social e político e cuja principal característica era a luta pela equidade de direitos entre homens e mulheres, percebe-se a manifestação de uma nova consciência da mulher diante de seu papel na sociedade, capaz de lhe garantir o empoderamento feminino, possibilitando uma maior independência social, econômica, afetiva e emocional, já que ela (re)conhece os seus direitos garantidos e se apropria do planejamento de sua própria vida.

Segundo a historiadora Del Priori (2001, p. 87),

[...] as mulheres vêm obtendo progressivamente uma igualdade de reconhecimento, se não de direitos com os homens. A conquista da autonomia profissional, a evolução dos modelos familiares e o controle da procriação transformaram sua imagem e situação social. A presença feminina afirmou-se notadamente no mundo do trabalho e, desde os anos 1980, o crescimento da população ativa deve muito às mulheres; tudo indica que essa progressão se conserva apesar do desemprego. Estudos demonstram, contudo, a persistência de profundas desigualdades entre os dois sexos: desigualdade econômica, política ou de acesso aos postos de poder.



Entretanto, em pleno século XXI, não são raros os casos de violência praticados contra a mulher. É evidente que

ao discutirmos a violência contra a mulher, muitos digam que em cada país, em cada cultura, em cada grupo social, os estatutos de controle social devem ser respeitados. Porém, acima de qualquer estatuto, de qualquer convenção social, de quaisquer regras construídas sob uma postura machista, prevalece o direito à liberdade, o direito à vida, ou melhor, o direito de decidir sobre o que se quer fazer de sua própria vida. Dessa forma, acreditamos que nenhum traço cultural deva estar acima dos direitos humanos (ROZARIO JÚNIOR, 2017, p. 37).

Saffioti (1994) adverte, por sua vez, que a violência contra as mulheres sempre existiu, aliás como fenômeno mundial, sem vínculos com riqueza, grau de desenvolvimento, nível de escolaridade, religião dominante ou com determinada cultura (oriental ou ocidental). Uma segunda ponderação da autora é a de que as políticas públicas nem sempre são pensadas como fontes de direitos, de emancipação ou de expansão da cidadania das mulheres.

No cenário do Brasil, quanto à violência contra a mulher, são estarrecedores os números de ocorrências registrados pelos órgãos de segurança pública e do sistema de saúde. Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017), foram assassinadas 4.606 mulheres em 2016, o equivalente a uma mulher morta a cada duas horas. Além do feminicídio, outros atos de violência¹²¹ foram registrados, como o número de estupros que chegou a 49.497 ocorrências, representando um crescimento de 3,5%.

Esses atos de violência, além de configurar a trajetória do ciclo de violência contra a mulher, estampam a cruel realidade a que está subjugada a mulher brasileira, vítima de um comportamento fundamentado no pensamento patriarcal, que (re)nega todos os direitos e viola a dignidade humana da mulher, como “se estivesse enraizado, ainda, o paradigma androcêntrico, ou seja, o homem mantém a velha ilusão de que exerce algum poder sobre a mulher” (ROZARIO JÚNIOR, 2017, p. 42).

O Mapa da Violência de 2015, ao contextualizar os homicídios de mulheres no Brasil, já apresentava, na sessão “A cor das vítimas”, a diferença expressiva entre as taxas de mortes de mulheres negras e mulheres não negras. De acordo com o estudo, nota-se que em 2003 o

¹²¹ Segundo Michaud (1989, p. 10-11), “há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja na sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais”.



Devemos encarar a violência contra a mulher como um problema social, que, como tal, deve estar nas pautas de discussão de políticas públicas efetivas e eficazes, visando à desconstrução de estigmas machistas e de representações sociais negativas da mulher vítima de violência. Afinal, sempre há tempo para “despertarmos nessa geração do século XXI uma nova consciência sobre o real papel da mulher na sociedade, dotada de liberdade de escolha e capaz de alcançar o que almeja e com todas as garantias de igualdade a que tem direito” (ROZARIO JÚNIOR, 2017, p. 52).

REFERÊNCIAS

DEL PRIORE, M. **Histórias do cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. Ano 11. São Paulo, 2017.

IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro, 2018.

MICHAUD, Yves. **A violência**. Tradução de L. Garcia, São Paulo: Ática, 1989.

ROZARIO JÚNIOR, I. A. **A modalização em notícias de violência doméstica contra a mulher no Brasil e em Portugal: uma estratégia dialógica e discursiva**. São Paulo: 2017. 138f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência de gênero no Brasil atual**. Revista Estudos Feministas. Rio de Janeiro: volume 2, pp. 443-461, 1994.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. Brasília: Flacso, 2015.



“ME EMPRESTA SEU LÁPIS COR DE PELE?” UM ESTUDO DE CASO SOBRE
O EMBRANQUECIMENTO NA EDUCAÇÃO¹²²

“BORROW ME YOUR SKIN-COLOR PENCIL?” A CASE STUDY ABOUT
WHITENING IN EDUCATION¹¹⁸

“¿PRÉSTAME TU LÁPIZ COLOR DE PIEL?” UN ESTUDIO DE CASO SOBRE
EL BLANQUEAMIENTO EN LA EDUCACIÓN¹¹⁸

Alinny Rodrigues Emerich Portela¹²³

Joel Almeida Neto¹²⁴

Edmar Reis Thiengo¹²⁵

RESUMO: Um estudo de caso que visa identificar manifestações racistas dos estudantes por meio da produção de autorretrato e demonstrar de maneira prática reflexos da ideologia do branqueamento no contexto escolar. Esta pesquisa tratou de buscar por intermédio dos próprios desenhos das crianças (autorretratos) a auto atribuição de cor e abrir espaço para discussões e reflexões que possam intervir em práticas racistas que são naturalizadas no cotidiano escolar. Notou-se que em uma sala onde a maioria dos alunos era negra, o lápis salmão é intitulado como “lápiz cor de pele” e que foi o mais usado na hora de colorir o desenho, uma forma de embranquecimento do alunado. O ambiente escolar, que deveria valorizar a diversidade, tem sido um espaço de racismo institucionalizado, e que como reflexo há nos alunos uma dificuldade em se reconhecer, pois muitos deles possuem imagem distorcida de si.

Palavras-chave: Racismo; Branqueamento; Autorretrato; Desconstrução; Ambiente Escolar.

ABSTRACT: A case study that aims to identify racists manifestations of students through the production of self-portrait and demonstrate in a practical way reflections of the ideology of whitening in the school context. This research is about examining through children's own drawings (self-portraits) the self-attribution of color and to provide space for discussions and reflections that may intervene in racist practices that are naturalized in school. It was noted that in a room with most black students, the salmon pencil is titled as "skin color pencil" and was the most used in coloring the drawing, pointing to a way of whitening pupils. The school environment, which should support diversity, has been a place of perpetuation of racist practices, and that as a reflection there is a difficulty in the students' affirmation of their identity, since many of them have a distorted image of themselves.

Keywords: Racism; Whitening; Self-portraits; Deconstruction; School Environment.

RESUMEN: Un estudio de caso que busca identificar manifestaciones racistas de los estudiantes por medio de la producción de autorretrato y demostrar de manera práctica reflejos de la ideología del blanqueamiento en el contexto escolar. Esta investigación trató de buscar por intermedio de los dibujos hechos por los niños (autorretratos) la auto-asignación de color y abrir espacio para discusiones y reflexiones que puedan intervenir en prácticas racistas que son naturalizadas en el cotidiano escolar. Se notó que en una sala donde la mayoría de los alumnos era de piel negra, el lápiz salmón se titulaba como "lápiz color de piel" y que fue el más utilizado a la hora de colorear el diseño, una forma de blanqueamiento del alunado. El ambiente escolar, que debería valorar la diversidad, ha sido lugar de perpetuación de prácticas racistas, y que se refleja en los alumnos como una dificultad en la afirmación de su identidad.

¹²² As aspas presentes no título decorre da fala dos alunos em sala de aula.

¹²³ Mestranda no Programa Educimat, IFES, Vitória, Brasil. E-mail: alinnyemerick@gmail.com

¹²⁴ Mestrando no Programa Educimat, IFES, Vitória, Brasil. E-mail: joel.almeidaw@gmail.com

¹²⁵ Doutor em Educação, Docente no Educimat-IFES, Vitória, Brasil. E-mail: thiengo.thiengo@gmail.com.



Palabras clave: Racismo; Blanqueamiento; Autorretrato; Deconstrucción; Ambiente Escolar.

DESENVOLVIMENTO

É comum ouvir de crianças e adultos, a expressão “lápiz cor de pele”. A cor meio rosada refere-se à cor salmão, mas popularmente chamada “cor de pele” ou *nude*, que significa nudez. Mas em meio ao um país tão plural, fruto de uma imensa miscigenação, como pode ser denominada uma única cor como “cor de pele”? Pele de quem?

Afirmações como estas, demonstram como nosso país toma a branquitude como padrão, o natural. Adotar um lápis como “cor de pele” é homogeneizar a população e dizer aos que não se enquadram naquele padrão de tom de pele, que estão fora da normalidade, logo, são “anormais”. Conforme a fala de autor:

A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca às vezes, pelo uso dos eufemismos raças ‘mais adiantadas’ e ‘menos adiantadas’ e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro - a população negra diminuiria progressivamente em relação à branca, por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo - a miscigenação produzia ‘naturalmente’ uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte em parte devido as pessoas procurassem parceiros mais claras do que elas. (A imigração branca reforçaria a resultante predominância branca) (SKIDMORE, 1976 *apud* DIAS 2014 p. 307).

É necessário questionar desde a tenra idade, afirmações tão naturalizadas nas escolas, de que exista um lápis “cor de pele”, por exemplo. A escola não é um campo neutro, pelo contrário nela se reproduzem e se intensificam conflitos sociais, por isso é inaceitável que professores se posicionem de forma neutra no cotidiano escolar, é necessário que haja intervenção em práticas que tentam hegemonizar o alunado. E de acordo com Bento (2002, p. 52) branqueamento e ascensão social aparecem como sinônimos quando se trata da questão do negro, por viver em uma sociedade de classes que não aceita a presença do negro no chamado “mundo dos brancos”. Gomes (2002, p 41) em sua pesquisa sobre corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra, afirma que “A trajetória escolar aparece em todos os depoimentos como um importante momento no processo de construção da identidade negra e, lamentavelmente, reforçando estereótipos e representações negativas sobre esse segmento étnico/racial e o seu padrão estético”.



Este trabalho teve como objetivo compreender como práticas racistas naturalizadas em nosso cotidiano podem afetar o auto reconhecimento dos alunos, por meio da observação na produção de autorretratos e demonstrar de maneira prática reflexos da ideologia do branqueamento no contexto escolar. A pesquisa se constituiu enquanto um estudo de caso, que segundo Merriam (1998 apud Bogdan e Biklen, 1994, p. 89) consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduos, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico. Este trabalho foi desenvolvido em uma escola estadual, situada no município de Serra no estado do Espírito Santo, com 1 turma de sexto ano, com cerca de 38 alunos com idade entre 11 e 13 anos. Foram distribuídas aos alunos folhas brancas e foi pedido para que fizessem seu autorretrato, desenhando e colorindo de acordo com suas características. O foco principal nesta atividade era notar como essas crianças iriam colorir seu tom de pele, a fim de se entender como essas crianças se veem e lidam com as diferenças. A atividade foi realizada durante o mês de Maio de 2018.

Apoiado em Pillar (1996), em que a criança não desenha o que vê, mas o que percebe. Não foi avaliado seu desenho como uma cópia do real e sim uma interpretação do seu intelecto, de como essa criança imagina ser. Por isso acredita-se que o autorretrato é um importante instrumento na coleta de dados, por conseguir acompanhar a elaboração do desenho e escutar as opiniões das crianças acerca de como se veem e como lidam com suas características.

Os alunos encontraram dificuldades de se desenhar e principalmente de se colorir. Consciente ou inconscientemente, a utilização do lápis cor de pele talvez possa, naquele instante, ter sugerido a solução do problema da aceitação, homogeneizando e suavizando assim, o pertencimento racial, ainda que a atividade fosse para se retratarem como são. Muitos estudantes acharam feio colorir com lápis marrom e quando não se utilizava o lápis cor de pele, preferia outra cor como o rosa. Ainda que não seja intencional, tais concepções indicam a naturalização de conceitos racistas ao evidenciar um padrão e uma tentativa de se adequar a esse padrão.

Essa tentativa de adequação na confecção dos autorretratos, principalmente na parte da coloração, nota-se uma forte ausência de identidade nos alunos, que demonstraram ter uma autoimagem distorcida de si mesmo. Segundo o que Souza (2005) diz sobre a autoestima, que reflete a consciência do sujeito sobre sua própria identidade. Os estudantes ao



GOMES, N. L.; Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, RJ, n. 21, p. 40-51, set./dez 2002.

GIUGLIANI, B. **O Estigma da Raça: Crianças Negras, Educação Básica e Racismo**. Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, Canoas, v.3, n.1, 2014.

PILLAR, A. D. **Desenho & escrita como sistema de representação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SOUSA, F. M. N. Linguagens escolares e reprodução do preconceito. In: BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03**. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação; Secad, 2005.



Palabras clave: Racismo; Criminología Crítica; Blancura; Colonialidad.

DESENVOLVIMENTO

A despeito dos argumentos e justificações da “missão civilizatória”, o processo de conquista e de colonização não só classificou povos e agrupamentos, mas também reduziu ativamente as pessoas, um processo de desumanização que María Lugones (2014, p. 938-939) alertou como uma investida em tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos.

Para subjugar, constituir o outro como colonizado, a Europa¹²⁸ se denominou Moderna. Se auto-proclamou e se difundiu como a regra o modelo de modernidade, de civilização, de desenvolvimento, de progresso, de racionalidade, de ser humano. É justamente a compreensão da Modernidade como novo “paradigma” alardeado pelo Centro que nos faz desnudar a sua outra face, não à toa, invisibilizada. Ao lado do moderno, ou para construção desse moderno, advém também saques, estupros, violações, escravidão.

Nesta mirada, os teóricos anticolonialistas, pós-coloniais e decoloniais irão explicitar essa “face oculta da modernidade”: a colonialidade (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p. 68). Trazer à tona a “outra-face” negada e vitimada da Modernidade exige, para Dussel (2005, p. 30), que as próprias vítimas se descubram inocentes desse sacrifício ritual e julguem a “Modernidade” como “culpada da violência sacrificadora, conquistadora originária, constitutiva, essencial”.

E assim o fez Aimé Césaire (2010, p. 13 e 28) quando sentenciou “A Europa é indefensável” e desnudou que ela “tem contas a prestar perante a comunidade humana pela maior pilha de cadáveres da história”. Também Fanon (2008, p. 104) encontrou a própria barbárie na Europa ao tentar demonstrar pela racionalidade, por explicações plausíveis, ser o racismo irracional. Julgou, aliás: “culpa do branco, por ser mais irracional do que eu!” (FANON, 2008, p. 113).

¹²⁸ Como Enrique Dussel (2005, p. 27-28) enfatiza, a História mundial tradicional, que narra a formação da Europa como “centro” da história, é uma “invenção” ideológica, tratando-se de uma visão eurocêntrica. Até por isso, é importante flexibilizarmos o próprio conceito de Europa, que nesse processo de formação da Modernidade correspondia às nações luso-hispânicas no século XV, e posteriormente, Holanda, Inglaterra e França dão continuidade para se estabelecerem enquanto hegemonias, “centros” da História Mundial (2005, p. 28-29).



Perceba que a subordinação dos colonizados compreende a empreitada histórica da colonização nas suas dimensões políticas, econômicas, mas também através da naturalização das relações de poder a nível cognitivo, subjetivo, epistêmico. Neste trabalho, interessa-nos, por um recorte metodológico, pensar tangente a categorizações, metodologias e epistemes nos caminhos trilhados para a produção de conhecimento das ciências, em especial criminológicas, tanto do Centro, quanto a partir das margens, e suas possíveis dinâmicas.

Com fundamento nos aportes teóricos dos estudos anticolonialistas, feministas, pós-coloniais e decoloniais¹²⁹, procuramos explorar seus recentes impactos nas narrativas dominantes da produção da Criminologia Crítica¹³⁰, a partir da dinâmica centro-margem. Objetiva-se conhecer o aspecto relacional das teorias funcionais ao controle social do Centro (Europa) e da margem (Brasil) no pós-abolição, bem como das teorias que lutam e resistem para ressignificar a raça na modernidade.

À vista disso, partindo de uma revisão bibliográfica, o presente trabalho tem como objetivo suscitar inicialmente a assimilação dos discursos criminológicos positivistas e racistas no Brasil. A consolidação da Criminologia enquanto campo científico moderno coexistiu ao desenvolvimento das primeiras teorias raciais, o que nos demonstra como o paradigma etiológico foi funcional para o controle social e racial. No Brasil, o processo de “tradução” da teoria lombrosiana em rodrigueana (GÓES, 2017) foi um pilar importante para a garantia da ordem hierárquica-racial brasileira.

No segundo momento do trabalho, pretendeu-se abordar a importância de uma reformulação epistemológica e metodológica do campo criminológico, sobretudo a partir dos estudos pós-coloniais e decoloniais. Verificou-se que as contribuições de Achille Mbembe (2018) e Paul Gilroy (2012), além de autoras e autores que tem traçado um caminho de resistência podem

¹²⁹ Ainda que adotem perspectivas teóricas diferentes, exploramos as contribuições de autoras e autores que produziram criticamente a partir das margens sobre a questão colonial e racial.

¹³⁰ Em linhas gerais, tem-se por Criminologia Crítica um campo de discursos sobre a questão criminal, interdisciplinar amplo e não homogêneo, que diferencia-se da Criminologia “tradicional” por deslocar do paradigma etiológico – que será melhor explicado no primeiro tópico do artigo – para o paradigma da reação social, compreendendo num olhar macro, os processos de criminalização, a seletividade e estigmatização que irão operar em determinada sociedade e tempo. Como sintetiza Thula Pires (2017, p. 546), tal concepção foi alicerçada a partir de reflexões advindas da teoria do etiquetamento, antipsiquiatria, marxismo e ceticismo, além do pensamento crítico e radical dos pensadores da América Latina.



contribuir para o rompimento radical do silenciamento da branquitude e do racismo epistêmico da ciência em geral, e em especial, da Criminologia Crítica.

Percebeu-se que se a Criminologia Tradicional relegou ao negro esse lugar incômodo de um objeto a ser estudado e essencializado por *experts*, não é por acaso que a Criminologia Crítica dê continuidade a esses silenciamentos e manutenções de uma hierarquia racial branca. O não-dito, na realidade, diz muita coisa: o privilégio de uma branquitude. Por isso, torna-se inadiável uma virada de perspectiva do campo criminológico. Não basta incluir sujeitos silenciados em uma lógica toda estruturada em uma visão limitada e excludente de mundo. Pautar com a devida centralidade as categorias explicativas de raça, gênero e colonialidade nos revela uma revisitação de métodos, dos principais conceitos, como também da própria dinâmica do controle social. Imperioso, portanto, os aportes e as contribuições das autoras e autores negros para se pensar uma criminologia verdadeiramente emancipatória.

REFERÊNCIAS

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso do colonialismo**. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010 [1950].

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil**: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e Eurocentrismo**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34, 2012.

GÓES, Luciano. **A tradução de Lombroso na obra de Nina Rodrigues**: o racismo como base estruturante da criminologia brasileira. 1 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

_____. Pátria exterminadora: o projeto genocida brasileiro. **Revista Transgressões: ciências criminais em debate**, Rio Grande do Norte, v. 5, n. 2, p. 53-79, maio 2017.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3), set.-dez., 2014, p. 935-952.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.



MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 66-80, abr. 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16181/10959>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

OLIVEIRA PIRES, Thula Rafaela de. Criminologia Crítica e pacto narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em pretuguês. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 135, ano 35, p. 541-562, São Paulo: Ed. RT, set. 2017.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil** [Online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, 95p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/h53wj/pdf/rodrigues-9788579820755.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.



diferenças perpassem os espaços sem medo, como nos coloca Cavalleiro (2017), compreendendo a criança em sua individualidade sem ignorar as pluralidades socioculturais. Ou seja, incorporar cotidianamente uma prática pedagógica antirracista que possa contribuir para construção da identidade de si e do outro e uma formação para uma relação de respeito com as diferenças nos leva a pensar em diferentes estratégias na qual a contação de histórias africanas e afro-brasileiras é um recurso valioso.

Na pesquisa serão desenvolvidas oficinas de contação de histórias com professores de Educação Infantil das escolas públicas e acompanhamento do desdobrar da oficina em sala de aula. Haverá, também, um mapeamento dos livros infantis afro-brasileiros da biblioteca pública municipal para que seja disponibilizado em uma plataforma *online*. O intuito é deixar acessível às principais informações das obras mapeadas para todas as professoras do município, atendendo a toda comunidade escolar ou qualquer cidadão(ã) que poderá acessar a plataforma *on-line* de pesquisa antes do empréstimo de livros. Nessa mesma plataforma estarão disponíveis, em forma de relato de experiência, as atividades realizadas em sala de aula pós-oficina.

Como aporte teórico para compreender o universo da Educação Infantil e o ensino das Relações Étnico-Raciais nos ancoraremos em Eliane Cavaleiro, em seu livro “Do silêncio do lar ao silêncio escolar” e Anete Abramowicz em “Educação Infantil e diferença”, entre outras obras das autoras que discutem a primeira infância e a importância de uma educação para as relações étnico-raciais, os documentos oficiais e Azoilda Trindade que trará uma perspectiva a partir dos Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros, juntamente com Amadou Bâ e Isaac Bernat que nos revela a importância das histórias em África. Dialogaremos com Celso Cisto e Regina Machado sobre a contação de histórias nos espaços escolares e na atualidade. Para compreender os debates atuais sobre a literatura infantil afro nos apoiaremos em Cuti, Anória Oliveira e Patrícia Freire.

A pesquisa, em andamento, já fez o reconhecimento do campo e catalogou os livros para compor a plataforma *on-line*. Também já foram feitas oficinas pilotos em outras instituições.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. **Prólogo**. In: ABRAMOWICZ, Anete e VANDENBROECK, Michel (orgs). Educação Infantil e Diferença. Campinas, SP: Papyrus, 2013.



sofrimento contadas por uma pesquisadora¹³⁴, mas, como faíscas e lascas, são histórias contadas com essas personagens; histórias permeadas por idas e vindas, um quebra-cabeça sempre incompleto, como menciona um familiar no decorrer da pesquisa.

Esta escrita busca problematizar a emergência da narrativa de familiares de atingidos pela violência de grupos de extermínio no Espírito Santo; um narrar cheio de fragmentos, que acabam por instituir certas formas de viver, existir, resistir. Discursos-práticas de pessoas que romperam com o lugar de vítimas, assim como com o lugar de perigosos, lugar que lhes foi imputado pelo simples fato de pertencerem a um território criminalizado pelas estatísticas de violência, por sua negritude; narrativas que apontam para o cume de um iceberg que se instalou no estado do Espírito Santo, principalmente nas décadas de sessenta e setenta – os grupos de extermínio.

Narrativas, histórias, memórias... memórias de Novembro de 2004 - O corpo de T.L.O.¹³⁵, queimado vivo e esquartejado, é levado em caixão aberto pelas ruas de Vitória – Espírito Santo. Um grupo de cerca de sessenta mulheres segue em cortejo; horrorizada, a população acompanha o movimento.

Eu sabia que era meu filho logo quando vi aquele corpo todo queimado, irreconhecível para qualquer um, menos para uma mãe. Eu não sei o que faz com que saibamos que são nossos filhos, mas sabemos! (Sra. R, mãe de T.L, 18 anos).

136

¹³⁴ Este artigo tem sua emergência na pesquisa de doutorado realizada pela autora, na Universidade Federal Fluminense entre os anos de 2008 e 2012, cujo tema buscou problematizar a narrativa de familiares de atingidos pela violência dos chamados grupos de extermínio no estado do Espírito Santo.

¹³⁵ O ajudante de pedreiro T.L., 18 anos, foi detido em cinco de dezembro de 2003 por policiais militares, juntamente com um amigo, no Município de Vila Velha, e levado às 18h30min para o Departamento de Polícia Judiciária do referido município. O amigo de T. estava armado e foi lavrado um Termo Circunstanciado, onde T. foi arrolado como testemunha. Por estar com seus documentos, o amigo foi liberado às 20h30min. Familiares do ajudante de pedreiro estiveram no DPJ às 21h e foram informados de que sua liberação iria demorar, visto que a família teria que providenciar a documentação, sendo informado que deveriam voltar no dia seguinte. Porém, em 06 de dezembro um corpo carbonizado foi encontrado no bairro Barra do Jucu, também no Município de Vila Velha; não havia documentos e o mesmo estava irreconhecível...mais tarde, exatos três meses depois, foi revelado que era o corpo de T.L.

¹³⁶ No que diz respeito às entrevistas como uma das metodologias utilizadas na pesquisa, salientamos que foram realizadas oito entrevistas individuais e uma entrevista grupal, realizadas durante os três primeiros anos da pesquisa. Todas as entrevistadas não foram identificadas na pesquisa, assim como não serão neste artigo, para sua segurança.



Para não nos permearmos da “fala autorizada” daqueles que transformam meninos e meninas barbaramente assassinados em “perigosos”, decidimos por nos sentarmos junto aos seus familiares. Familiares que se organizaram em grupo a partir de 2001, após o assassinato de Pedro Nacourt Filho, cometido por policiais militares na cidade de Vitória, grupo que foi nomeado como Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência – AMAFAVV.

De acordo com o Banco de Dados sobre Violência e Homicídios no Espírito Santo, houve um aumento significativo no número de homicídios entre 1994 e 1998. Depois de um declínio entre 1999 e 2001, este número voltou a crescer a partir de 2002. O aumento expressivo no número de homicídios pode ser correlacionado com a intensa atuação de grupos de extermínio (ZANOTELLI, 2002, p.117).

O tema (in)segurança pública no Espírito Santo vem tendo destaque local e nacional nas últimas duas décadas, em decorrência dos altos índices de mortes violentas que o estado vem apresentando, especialmente de mulheres e jovens negros. Índices que vem estimulando estudos e movimentos na sociedade capixaba. Como bússola para cartografar este caminhar das famílias frente a estas mortes, buscamos como viés metodológico a utilização de entrevistas individuais e entrevistas grupais, assim como a participação em reuniões, encontros destes familiares; realizamos ainda uma análise sistemática em dois jornais de grande circulação do estado – A Gazeta e A Tribuna, assim como no jornal virtual Século Diário.

OS GRUPOS DE EXTERMÍNIO: O CAMINHO DOS MORTOS.

Ficou um buraco, um buraco enorme, um vazio muito grande. Eu durmo todo dia pelejando para sonhar com ele, mas eu quase nunca sonho (A. mãe de J., 19 anos).

Através de pesquisa documental, e da coleta de dados junto às entrevistas, observamos que boa parte destas narrativas apontavam uma rede de relações obscuras, especialmente entre as instituições policiais; rede que envolvia o tráfico de drogas e de armas, a encomenda de mortes, a formação dos chamados grupos de extermínio.

Um dos principais expoentes destes grupos foi a Scuderie Detetive Le Cocq; composta por membros do poder judiciário, policiais civis e militares, assim como renomados políticos, a Scuderie tinha como principal objetivo eliminar supostos criminosos, embora tivesse como



definição ser uma “sociedade civil sem fins lucrativos com finalidade social para bem servir a coletividade.” (ZANOTELLI, 2002, p.117).

Em face de diversas denúncias apresentadas contra a mesma, foi solicitada sua dissolução em 20/11/1995, porém existem indícios da continuidade de suas ações, em especial no que tange aos inúmeros assassinatos de jovens, assim como de juizes e representantes de movimentos sociais. Com a dissolução, no papel, da Scuderie, o crime organizado ganhou força - a força da invisibilidade!

Justiça? Não existe justiça no Espírito Santo! Com dinheiro aqui você pode comprar tudo, de juizes até habeas corpus. Nós queremos que as pessoas percebam isso, que não é apoiando chacinas e grupos de extermínio que resolverão o problema da violência. (M.G..N, mãe de P.N.)

O que se coloca na atualidade é que se estabelece não uma dissolução desses grupos, mas uma disputa entre eles - o chamado crime organizado - e o Estado. Desconfiamos, porém, de uma estreita ligação entre o Estado e o que se chama por “crime organizado”.

DOS RESULTADOS: O QUE FICAM SÃO HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA...

Reunir pedaços de histórias, construir, inventar novas relações que pudessem de alguma forma, fazer emergir algo que fosse além da ‘ótica dos vencedores’. Esse foi o desafio com os familiares de atingidos pela violência. Foi desordenar fatos que pareciam mergulhados em silêncios, fatos estes que deveriam estar fora da memória histórica da cidade de Vitória e dos familiares entrevistados, mas que, insistentemente, fizeram a vida pulsar.

Acompanhamos uma rede de familiares e de relacionamentos intensos e potentes, rede que nos abriu a possibilidade de desmontar alguns conceitos, como os conceitos de “família desestruturada”, de “violência generalizada” e de criminalização da pobreza e da negritude; que fizeram emergir o corpo escorregadio dos grupos de extermínio e suas estratégias. Um misto de angústia, revolta, e imobilismo, mas também uma gama de sensações e desejos que movem, que se lançam em busca de afirmar a dignidade, a memória, e por vezes os corpos dos filhos, companheiros e parentes próximos assassinados e desaparecidos. Mais do que a busca por justiça, o dia-a-dia desses familiares contraria a política do esquecimento, propõe que o silêncio seja quebrado e que esses processos de aniquilação sejam combatidos.



REFERÊNCIAS

ZANOTELLI, Cláudio. **A CPI do Narcotráfico e as Redes Criminosas no Território Brasileiro: Um Balanço Provisório do Caso do Espírito Santo**. Vitória: UFES, 2002.



**“UM COMEÇO DE VIDA: DEPOIMENTO BIOGRÁFICO” DA EXCLUSÃO
ECONÔMICA, RACIAL E ESCOLAR DO JORNALISTA BRASILEIRO,
RAYMUNDO SOUZA DANTAS**

**“A BEGINNING OF LIFE: BIOGRAPHICAL STATEMENT” OF THE
ECONOMIC, RACIAL AND SCHOOL EXCLUSION OF THE BRAZILIAN
JOURNALIST, RAYMUNDO SOUZA DANTAS**

**“UN COMENZO DE VIDA: DESPUÉS BIOGRÁFICO” DE LA EXCLUSIÓN
ECONÓMICA, RACIAL Y ESCOLAR DEL PERIODISTA BRASILEÑO,
RAYMUNDO SOUZA DANTAS**

Deane Monteiro Vieira Costa¹³⁷

RESUMO: Este trabalho é resultado de pesquisa que teve por finalidade investigar, numa perspectiva histórica, o livro “Um começo de vida: depoimento biográfico”, publicado pelo Ministério da Educação e Saúde em 1949. Escrito por Raymundo Souza Dantas, literato sergipano, que construiu conduzido pelo fio da memória, um quadro de sua vida que podemos relacionar aos das inúmeras histórias brasileiras de crianças, homens, mulheres, pobres e negros que primeiramente aprenderam os ofícios para o sustento familiar, muito depois o alfabeto. Ao adotarmos a perspectiva de Bakhtin (2010), percebemos que a vida de Raymundo Souza Dantas não pode ser analisada isoladamente; ela deve ser compreendida tanto em seu fundamento geral (como homem de seu tempo e espaço) quanto em suas peculiaridades individuais. O caráter normativo da construção pessoal de Dantas foi um discurso oficial do Estado, que funcionou como suporte de “legitimidade da marginalidade” do analfabeto que foi desassistido das melhorias educacionais (ELIAS, 1993,1994).

Palavras-chave: Alfabetização; Raymundo Souza Dantas; Campanhas de Alfabetização; Processo civilizador.

ABSTRACT: This work is the result of research aimed at investigating, in a historical perspective, the book “A beginning of life: biographical testimony”, published by the Ministry of Education and Health in 1949. Written by Raymundo Souza Dantas, a Sergipean writer, from memory, a picture of his life that we can relate to the countless Brazilian stories of children, men, women, poor and black who first learned the crafts for family sustenance, much later the alphabet. By adopting Bakhtin's perspective (2010), we realize that the life of Raymundo Souza Dantas can not be analyzed in isolation; it must be understood both in its general foundation (as man of its time and space) and in its individual peculiarities. The normative character of Dantas' personal construction was an official discourse of the state, which functioned as a support for the "marginality" of the illiterate, who was deprived of educational improvements (ELIAS, 1993, 1994).

Keywords: Literacy; Raymundo Souza Dantas; Literacy Campaigns; Civilizing process.

RESUMEN: Este trabajo es el resultado de la investigación que tuvo por finalidad investigar, desde una perspectiva histórica, el libro “Un comienzo de vida: testimonio biográfico”, publicado por el Ministerio de Educación y Salud en 1949. Escrito por Raymundo Souza Dantas, literato sergipano, que construyó conducido por el hilo de la memoria, un cuadro de su vida que podemos relacionar a las innumerables historias brasileñas de niños, hombres, mujeres, pobres y negros que primero aprendieron los oficios para el sustento familiar, mucho después el alfabeto. Al adoptar la perspectiva de Bakhtin (2010), percibimos que la vida de Raymundo Souza Dantas no puede ser analizada aisladamente; debe ser comprendida tanto en su fundamento general (como hombre de su tiempo y espacio) como en sus peculiaridades individuales. El carácter normativo de la construcción personal

¹³⁷ Doutora em Educação (UFES). Professora do Instituto Federal do Espírito Santo (Vila Velha), Brasil. E-mail: deane.costa@ifes.edu.br.



Nessa perspectiva, Dantas foi um homem que nasceu nos anos de 1923, em Estância, uma das cidades mais pobres de Sergipe, filho de pais nordestinos analfabetos, criado por sua mãe Porfíria Conceição Dantas, que já tinha sido ama de leite e por último era lavadeira de roupas. Com total precariedade social, ainda tinha dois irmãos. Em suas lembranças, destaca “[...] não tive infância”. E destacava que isso era muito comum, “[...] tão comum que o patético que o reveste passa despercebido. Obrigados desde cedo a entrar em contato com a vida dura, vemos passar os nossos dias de infância e, subitamente, encontramos-nos adultos, desumanizados, quando não inteiramente brutalizados (DANTAS, 1949, p.08-09). E continua,

Em nossa rua havia de tudo. Era um nível de vida baixíssimo, cuja a promiscuidade já constituía uma condenação prévia para as nossas vidas de meninos sem qualquer espécie de assistência, expostos, sem defesas.

Poucos se salvaram. Devo aos esforços de minha mãe, cuja moral era de uma severidade extrema, estar entre aqueles que conseguiram escapar do destino da sarjeta. Como lavadeira que era, não contava com o mínimo necessário de recursos para educar a mim, ou a meus dois irmãos. Assim mesmo, tentou (DANTAS, 1949, p.04, grifo nosso).

Tais depoimentos acima expostos, apresentam as múltiplas vozes que representavam o seu contexto histórico, político, social e econômico, onde predominava a exclusão social. E que sua obra “Um começo de vida” é um diálogo entre as vozes que ecoam de um homem situado (tempo e espaço).

Nove anos mais tarde, em 1958, o escritor, com 35 anos, publica suas Reflexões dos trinta anos. O tom otimista de um Começo de vida praticamente desaparece, dando lugar a um sujeito amargurado, por vezes melancólico, e desacreditado de sua carreira literária. Dantas, apesar de pertencer a um círculo intelectual que era composto por figuras como Graciliano Ramos, parece não se sentir realmente parte desse espaço (SILVA, 2015, p. 20).

Vale ressaltar, que ao longo de sua trajetória foi também escritor, de outros títulos: Lado da Sombra (1961), além do diário África Difícil: missão condenada (1965). Este resultado de sua experiência em Gana, país africano que acabava de conquistar a sua independência, como embaixador do Brasil, nomeação que recebeu, em 1961, do ex-presidente Jânio Quadros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, a preocupação dos letrados e sadios para com os analfabetos e doentes, maniqueísmo proposto nas produções do Setor de Orientação Pedagógica da CEAA e a decisão de agir para “combater” a chaga do analfabetismo não partiram apenas de uma



ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA FORMAÇÃO DE
PEDAGOGOS/AS NO EXTREMO SUL DO PAÍS

TEACHING OF AFRO-BRAZILIAN CULTURE ON PEDAGOGY UNDER
GRADUATION COURSES IN THE EXTREME SOUTH OF BRAZIL

ENSEÑANZA DE LA CULTURA AFROBRASILEÑA EN LA FORMACIÓN DE
PEDAGOGOS/AS EN EL EXTREMO SUR DEL PAÍS

Simone Silva Alves¹³⁸

Álvaro Rodrigo dos Santos dos Prazeres¹³⁹

Henrique Faiani Buongiorno¹⁴⁰

RESUMO: O trabalho tem como objetivo compreender como as questões da cultura afro-brasileira são organizadas nos cursos de formação de professores/as do extremo sul do país a partir da lei Nº 10639/03 e da Resolução CNE/CP nº 02/2015. A pesquisa é de natureza qualitativa, embasada na metodologia, Análise de Conteúdo, que tendo como objeto de pesquisa os Projetos Político-pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pampa, Universidade Federal de Pelotas e Universidade Federal de Rio Grande. Para realização desse estudo, nos embasamos em Triviños (2001; 2007), Alves (2017), Candau (2013), Gomes (2014), Bardin (1977), dentre outros. A análise indica que os cursos de pedagogia não trabalham as questões referentes à cultura afro-brasileira e às relações étnico-raciais como componentes curriculares obrigatórias, pois o assunto ainda é trabalhado de forma incipiente nos cursos de formação de professores/as nas universidades pesquisadas.

Palavras-chaves: Formação de professores; relações étnico-raciais; políticas públicas educacionais.

ABSTRACT: This paper aims to comprehend how the Afro-Brazilian issues are organized in Teaching under graduation courses in the extreme south of the country, since the law 10639/03 and the CNE/CP Resolution. This is a qualitative research based in the content analyses methodology that having as research objective the political pedagogical projects of Teaching under graduation courses of Pedagogy at Federal University of Pampa, Federal University of Pelotas and Federal University of Rio Grande. This study was based on Triviños (2001; 2007), Alves (2017), Candau (2013), Gomes (2014), Bardin (1977), among others. The analyses indicates that under graduation courses of Pedagogy do not work issues about Afro-Brazilian culture and ethnic-racial relations as mandatory curriculum contents, because the subject is still worked a incipiently way in Teaching under graduation course in the universities studied.

Keywords: under graduation of teachers; ethnic-racial issues; educational public policies.

RESUMEN: Esta investigación tiene como objetivo comprender cómo las cuestiones de la cultura afrobrasileña son organizadas en los cursos de formación de maestros en el extremo sur del país a partir de la Ley nº10639/03 y de la resolución CNE/CP nº 02/2015. La investigación es de naturaleza cualitativa, basada en la metodología, Análisis de Contenido, que tiene como objetivo de estudio científico los Proyectos Político-Pedagógicos de los Cursos de Licenciatura en Pedagogía de la

¹³⁸ Doutora em Educação. Professora Adjunta na Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA. Cidade de Jaguarão/RS/Brasil. E-mail: simonealves@unipampa.edu.br

¹³⁹ Discente do curso licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA/Campus Jaguarão/RS. Cidade de Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: alvaro.-rodrigo@outlook.com

¹⁴⁰ Discente do curso de licenciatura em História, na Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA/Campus Jaguarão/RS. Cidade de Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: hfbuongermino@gmail.com



No processo de análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos Cursos de pedagogia das Universidades analisadas a UNIPAMPA é a instituição de ensino superior que assume efetivamente em seus documentos legais o compromisso com o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira. Pois o seu PPP, aborda em (04) quatro componentes curriculares as questões da História da Cultura Africana, são eles: Teorias Curriculares; Socialização de Experiências Docentes I; Socialização de Experiências Docentes II e Educação para as Relações Étnico-Raciais, com carga horária de 60 horas cada componente.

Analisando o PPP do curso de licenciatura em Pedagogia da UFPEL, constatamos que este apresenta apenas um componente curricular optativo “Educação e Relações Étnico-Raciais Cotidiano”, que trata da temática em estudo e salientamos que o documento não faz nenhuma menção a Lei N° 10.639/2003.

Na FURG encontramos apenas o PPP do Curso de licenciatura em Pedagogia na modalidade Universidade Aberta do Brasil – UAB, neste documento localizamos somente a disciplina “Cultura, Ambiente e Sociedade II”, que discute o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, a partir dos processos de identidade e diferença no ambiente escolar.

Destacamos que “vivemos outro momento no sistema de ensino brasileiro, marcado pelo reconhecimento de que somos um país plural que necessita de uma escola inclusiva que reflita a diversidade de grupos existentes no país”. (ALVES; STOLL, p. 130, 2017).

O Brasil é um país marcado por uma história de marginalização sua população negra que tem origem na escravidão. No pós-abolição o Estado brasileiro não implementou nenhuma política pública de inserção social destes sujeito deixando como alternativa única para esta população a exclusão social e a marginalidade. A partir de lutas dos movimentos negros em busca dos seus direitos fez o poder público voltar o olhar para as demandas de tais grupos. Assim o Estado brasileiro compreendendo a necessidade de uma reparação social, produziu a Lei 10639/2003 e outras políticas públicas visando garantir a essa população seus direitos constitucionais.

Compreendemos que o Brasil avança na busca pela justiça social com a sanção da Lei 10.639/2003, que altera a LDB 9394/1996, quando estabelece as Diretrizes e as Bases da



Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da educação básica da rede de ensino pública e privada a obrigatoriedade da temática do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.

No entanto, nas Universidades analisadas, ainda é precária a reflexão das questões étnico-raciais, pois essas temáticas são superficialmente abordadas nos cursos de Pedagogos/as. Podemos colocar que ainda existe um longo processo para a efetivação da Lei 10.639/2003 dentro das instituições de ensino superior, tendo como base para esse processo os PPP, que, segundo analisamos ainda não tratam as questões raciais de maneira efetiva, podemos notar que o processo de implementação da Lei ocorre de forma branda dificultando a eficácia das políticas públicas de inclusão social.

Por fim, ressaltamos a relevância de incorporarmos esses temas no Ensino Superior, especialmente na formação de professores/as para lutar contra o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender uma possível mudança nas relações étnico-raciais também são tarefas da Universidade.

REFERÊNCIAS

ALVES Simone; STOLL Vitor Garcia. Rompendo com o silêncio na formação de professores: a educação para as relações étnico-raciais na escola. **Ensino de Ciências: diálogos entre docência e pesquisa**. Crisna Daniela K. Bierhalz (Org.). São Leopoldo: Oikos, 2017. P. 127-144.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Lei 10.639/2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003.

BRASIL. Resolução do CNE/CP n.º 02, de 1º de julho de 2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2015.

CANDAU, Vera Maria Ferrão (Org). **Educação em Direitos e Formação de Professores (as)**. São Paulo: Cortez, 2013.



GOMES, Nilma Lino. **Por que ensinar relações étnico-raciais e história da África nas salas de aula?** 2014. Disponível em: <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2014/03/19/por-que-ensinar-relacoes-etnico-raciais-e-historia-da-africa-nas-salas-de-aula/>. Acesso em: 02.07.2018.

MUNANGA, Kabengel (Org). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo. **Bases Teóricas- Metodológicas da Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais. Idéias Gerais Para a Elaboração de um Projeto de Pesquisa**. Caderno de Pesquisa Ritter dos Reis. Vol IV. Nov. 2001. 2ª Ed. Porto Alegre. Faculdades Integradas Ritter dos Reis. 2001.

TRIVIÑOS, A. N. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Projeto Pedagógico Do Curso De Graduação A Distância Em Pedagogia – Licenciatura**. Rio Grande/RS, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**, Campus Jaguarão/RS, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Projeto Pedagógico-Curso de Pedagogia**. Pelotas/RS, 2012.



PERSONAGENS NEGROS ILUSTRADOS EM UM LIVRO DIDÁTICO DE
LÍNGUA PORTUGUESA

BLACK CHARACTERS ILLUSTRATED IN A PORTUGUESE LANGUAGE
TEXTBOOK

PERSONAJES NEGROS ILUSTRADOS EN UN LIBRO DIDÁCTICO DE
PORTUGUÉS

Pedro Henrique Barbosa de Souza¹⁴¹

Camila Cristina Damasceno¹⁴²

Stela Maris Bretas Souza¹⁴³

RESUMO: Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e documental cujo objetivo foi analisar as representações atribuídas ao personagem negro em comparação ao branco, nas ilustrações de um livro didático de Língua Portuguesa (CEREJA; MAGALHÃES, 2015). Para tanto, utilizou-se o programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) para obter os dados. Feito os procedimentos de análise foi possível verificar que em sua maioria, os personagens encontrados eram brancos, e que os personagens negros eram sub-representados, ou seja, eram encontrados de maneira estigmatizada, em condições de miséria e pobreza. Além disso, foi comum perceber que os personagens negros apareciam em minoria no que se refere as relações familiares, profissões ou em atividade escolar, comparados aos personagens brancos.

Palavras-chave: Relações Raciais; Livro Didático; Negros.

ABSTRACT: It is an exploratory, descriptive and documentary research whose objective was to analyze the representations attributed to the black person in comparison to the white, in the illustrations of a didactic book of Portuguese Language (CEREJA; MAGALHÃES, 2015). For this purpose, the SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) program was used to obtain the data. Once the analysis procedures were done, it was possible to verify that the characters found were mostly white, and that the black characters were underrepresented, that is, they were found in a stigmatized way, in conditions of poverty and poverty. In addition, it was common to see that black characters appeared in the minority as far as family relations, professions, or school activity were concerned, compared to white characters.

Keyword: Racial Relations; Textbook; Blacks.

RESUMEN: Se trata de un estudio exploratorio, descriptivo y documental que analiza las representaciones asignados al carácter negro en comparación con los blancos, las ilustraciones de un libro de texto portugués. Para ello, se utilizó el programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) para obtener los datos. Hecho los procedimientos de análisis fue posible verificar que en su mayoría, los personajes encontrados eran blancos, y que los personajes negros eran sub-representados, o sea, eran encontrados de manera estigmatizada, en condiciones de miseria y pobreza. Además, fue común percibir que los personajes negros aparecían en minoría en lo que se refiere a las relaciones familiares, profesiones o en actividad escolar, comparados a los personajes blancos.

Palabras clave: Relaciones Raciales; Libro Didático; Negro.

INTRODUÇÃO

¹⁴¹ Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - ES, Brasil. E-mail: pedrobtk@hotmail.com.

¹⁴² Psicóloga graduada pelo Centro Universitário do Leste de Minas Gerais, Timóteo – MG, Brasil. E-mail: kamilacristina07@hotmail.com

¹⁴³ Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Ipatinga – MG, Brasil. E-mail: smbretas@yahoo.com.br



Dentre os recursos utilizados no cotidiano escolar, nota-se que o livro didático tem tido um papel de destaque na educação brasileira, pois, em algumas escolas em que materiais pedagógicos são restritos, tem-se os livros didáticos como instrumentos que contribuem para a aprendizagem. (SILVA, 2005)

Desta forma, somente no ano de 2016 mais de 128 milhões de exemplares foram distribuídos em pelo menos 121.574 escolas, conforme o site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE. Além disso, o LD¹⁴⁴ muitas vezes constitui-se como a única fonte de leitura para os estudantes brasileiros, principalmente para aqueles que não têm condições de comprar outro tipo de material (SILVA, 2005).

No que se refere à política nacional para o livro didático, ao longo dos anos foram criados diferentes órgãos para regulamentar a produção e distribuição desses instrumentos (SILVA, 2005). Desde 1985, por meio do decreto nº 91.542 esta função encontra sob responsabilidade do Programa Nacional do Livro Didático/PNLDD (Brasil, 1985). Conforme informações obtidas no site do FNDE, o principal objetivo do PNLDD é distribuir trienalmente materiais didáticos aos alunos da educação básica.

Levando em conta a utilidade do LD e o uso contínuo para a educação brasileira, surge uma inquietação mediante as relações raciais nesse contexto, pois, o que se pode perceber em análises feitas anteriormente, por Nascimento (2009), Silva (2005) e Santos (2012) é de que os conteúdos dos LD's veiculam teorias estereotipadas de inferioridade/superioridade racial, promovendo exclusão, auto rejeição e a cristalização de indivíduos negros em papéis estigmatizados (SILVA, 2005).

Sendo assim, as crianças negras que se veem representadas por meio de papéis submissos nas ilustrações dos livros didáticos, podem desenvolver um processo de auto rejeição e também rejeitar o seu grupo étnico racial. (SILVA, 2005).

¹⁴⁴ Livro didático será abreviado como LD no singular e LD's no plural.



Em meio a esse cenário das relações raciais nos livros didáticos, destaca-se a Lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino de cultura e história afro-brasileira e africana nos currículos escolares brasileiros.

Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho é de analisar as representações atribuídas aos personagens negros em comparação ao branco, nas ilustrações de um livro didático que está sendo utilizado na rede municipal de ensino básico de Timóteo-MG. Como objetivos específicos têm-se identificar os personagens negros e brancos que aparecem nas ilustrações e textos do livro didático; diferenciar os papéis atribuídos aos personagens¹⁴⁵ negros e brancos, conforme são apresentados nos livros; comparar os papéis imputados aos personagens, de acordo com as condições em que os negros e brancos são apresentados no livro didático.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória quanto aos objetivos, e documental quanto aos procedimentos, uma vez que se desenvolve a partir de um livro didático, ou seja, um material já elaborado (GIL, 2008).

Diante dos objetivos desse estudo foi realizado o contato com uma Escola do município de Timóteo – MG que nos apresentou e disponibilizou os livros didáticos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental das disciplinas de Ciências, Geografia, Inglês, Língua Portuguesa, História, Matemática e Artes livro didático de Língua Portuguesa, utilizado pelos alunos do 7º ano do ensino fundamental de Timóteo-MG, no triênio 2017-2019 cujo título é: “Português – Linguagens” dos autores William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães. Trata-se da 9ª edição do livro, que foi publicada em 2015, pela editora Saraiva.

Tendo definido o material, inicialmente, realizou-se uma leitura flutuante no material. Neste momento, definiu-se o que entendíamos como personagens, entendido como sinônimo de pessoas, podendo se apresentar em diferentes naturezas, como humano, ser fantástico, animal ou planta antropomorfizada (Silva, 2005). Foram desconsiderados os personagens ilustrados

¹⁴⁵ Paulo Silva (2005) entende personagem como sinônimo de pessoas, podendo se apresentar em diferentes naturezas, como humano, ser fantástico, animal ou planta antropomorfizada.



em charges, tirinhas, textos publicitários, capas de filmes, livros ou revistas e aqueles que se repetem.

Também foi possível definir os atributos pelos quais os personagens seriam analisados. Os atributos escolhidos foram utilizados anteriormente nas pesquisas de Silva (2005), Nascimento (2009) e Santos (2012) e adaptado aos objetivos desse estudo, são eles: Cor/Raça; Natureza; Individualidade; Relações de parentesco; Atividade Escolar e Profissão e cada atributo receberam classificações específicas conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Atributos e Classificação dos personagens

Atributos	Classificação
Cor/Raça	Negro Branco Multiétnico
Natureza	Humana Fantástica Antropomorfizada
Individualidade	Individualizados Indivíduo que se destaca do grupo Personagem Grupo
Relações de Parentesco	Apresenta relações de parentesco Não apresenta relações de parentesco
Atividade Escolar	Estuda ou estudou Não apresenta atividade escolar
Profissão	Trabalha Não apresenta profissão

Feito isso, iniciou-se a contagem das ilustrações que contém personagens e estavam dentro dos nossos critérios de inclusão, aos que foram incluídos atribuiu-se números a cada um deles. Com o auxílio do programa Excel foi criada uma planilha, onde foram anotados os atributos em todos os personagens que se encaixavam no *corpus* desse trabalho.

Por fim, para etapa de tratamento de dados, utilizou-se o programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), no qual foi possível gerar tabelas de frequência simples para cada atributo, que por sua vez foram cruzados com a variável cor/raça.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Figura 2 – Exemplo de personagem negro antropomorfizado



Fonte: Cereja e Magalhães (2015)

O atributo individualidade, diferente do que foi encontrado por Silva (2005, 2006) e Santos (2012; 2013) que verificaram que é mais comum encontrar personagens negros em grupos se comparado aos personagens brancos, sendo que isso indica a atribuição de menor valor aos personagens negros não se percebemos uma diferença significativa, uma vez que a maioria dos personagens negros (58,8%) foram apresentados de maneira individualizada. Ainda assim, percebe-se que existem proporcionalmente, mais personagens brancos individualizados (a soma de indivíduos únicos e indivíduos destacados do grupo). No total são 74 personagens brancos individualizados, ou seja, 65,2% dos personagens brancos, enquanto os personagens negros foram encontrados 11 (64,1%).

Em relação as Atividades escolares nossos resultados apontam que é mais comum encontrar personagens brancos que realizam ou já realizaram alguma atividade escolar, dentre os personagens encontrados 40 (88,9%) são brancos, 4 (são negros) e 1 é multiétnico (figura 3), Santos por sua vez em seu estudo não verificou diferença significativa em seu estudo. As mudanças em relação a individualidade encontrada nos nossos dados, assim como na atividade escolar encontrado por Santos (2012) indicam uma mudança de perspectiva ainda que lenta na representação dos personagens, Silva (2005) chama a atenção também nesse tipo de mudança principalmente dos livros escritos depois da Lei 10.639 (BRASIL, 2003).



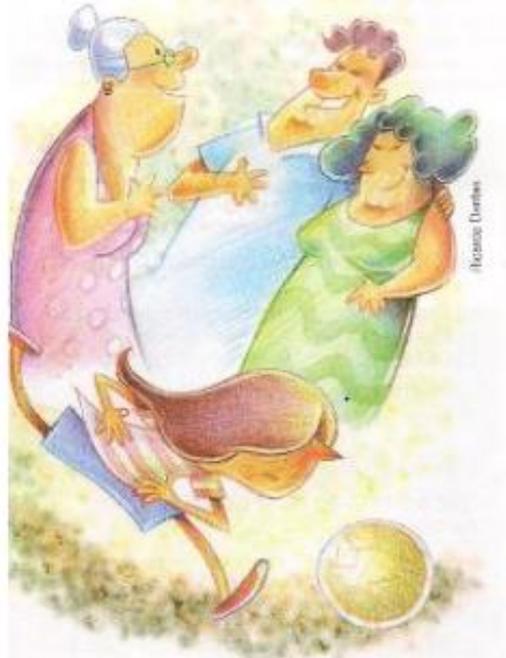
Figura 3 – Exemplo de grupo multiétnico em atividade escolar



Fonte: Cereja e Magalhães (2015)

Nas relações familiares foi possível identificar 15 personagens (11,2%) que possuíam algum vínculo familiar. Dentre esses, que possuíam família, 13 eram brancos (86,7%) e 2 eram negros (13,3%). Os dados encontrados nessa análise, vão ao encontro dos resultados encontrados por Pinto (1981 apud Negrão, 1987) e por Paulo Silva (2005; 2006) de que personagens negros aparecem menos em contexto familiar do que personagens brancos. As figuras 4 e 5 exemplificam personagens com relações de parentesco entre brancos e negros respectivamente.

Figura 4 – Exemplo de relações de parentesco entre brancos



Fonte: Cereja e Magalhães (2015)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses dados comprovam a hipótese inicial de que os personagens negros estariam apresentados em condições inferiores e sub-representados se comparado aos personagens brancos. No que se refere às limitações do trabalho, destaca-se que foi analisado apenas um livro de língua portuguesa. Sugere-se que novas pesquisas com esse tema continuem a ser realizadas, se possível com um *corpus* maior. Por fim, acredita-se que a pesquisa alcançou os seus objetivos e é relevante para a literatura da área, uma vez que contribui para a fiscalização da lei 10.639 de 2003, bem como na construção e discussão de um espaço igualitário dentro das escolas.

REFERÊNCIAS

CEREJA, W.; MAGALHÃES, T. C. **Português – Linguagens**. São Paulo: Editora Atual, 8ª ed., 2015.

FERREIRA, A. J.; CAMARGO, M. **O racismo cordial no livro didático de língua inglesa aprovado pelo PNLD**. *Revista ABPN*. 6 (12), 2014

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 6ª ed. 2008

NASCIMENTO, S. L. **Relações raciais em livros didáticos de ensino religioso do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, 2009.

NEGRÃO, E. V. A discriminação racial em livros didáticos e infanto- juvenis. **Cadernos de Pesquisa**, *São Paulo*, n. 63, p. 86-87, nov. 1987.

PINTO, R. P. A representação do negro em livros didáticos de leitura. **Cadernos de Pesquisa**, *São Paulo*, n. 63, p. 88-92, nov. 1987

SANTOS, W. O. **Relações raciais, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e livros didáticos de Geografia**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, 2012.

_____. Espaços de negros e brancos em livros didáticos de Geografia do estado do Paraná. In: **Ciência e Educação**, Bauru, vol. 19, no.4 Bauru, 2013.

SILVA, A C. A desconstrução da discriminação no livro didático In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 2005.

SILVA, P. V. B. **Relações Raciais em livros didáticos de Língua Portuguesa**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). PUC- SP, São Paulo, 2005



GRUPO DE TRABALHO ED 030

ALGUÉM VIU OS NEGROS POR AÍ? OS COLETIVOS DE ESTUDANTES NEGROS E AS AÇÕES AFIRMATIVAS

Coordenadora e coordenadores:

Esp. Mirtes Aparecida dos Santos

Bel. João Victor Penha Santos

Bel. Sérgio Leandro da Silva



Curriculares Nacionais (DCN’s) para a Educação das Relações Étnico-Raciais. A sua construção partiu da observação dos textos de políticas que se entrelaçam em seus usos e finalidades. Para tanto, foi realizado o exercício da leitura dos textos vinculados aos “parâmetros” normativos que conduzem essas políticas, ora, essa leitura foi tratada também à luz do contexto, já que ambas discursam sobre dar condições de acesso, permanência e sucesso na educação escolar.

O IFBA sempre teve sua atuação voltada para a educação profissional compreendendo as demandas que o mercado estabelece. Conhecida como uma escola de elevado padrão de “qualidade”, sendo referenciada entre as melhores escolas públicas do país (G1, 2015), o Instituto passa por uma (senão a mais) difícil, fase de transformação. A partir do estabelecimento das políticas de inclusão e com a chegada dos cotistas raciais no ambiente escolar, cria-se então, a obrigação de formar turmas heterogêneas, cuidando da complexidade real de sua nova atuação. As reservas de vagas são para estudantes que integram a política de cotas, seja para estudantes de escolas públicas ou para estudantes da escola pública e que se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas, considerando a renda per capta em cada caso. Como no modelo:

Distribuição das Cotas no IFBA



Fonte: Portal do IFBA (2018)

O organograma demonstra que a entrada dos pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, cerca 40% do total, faz parte da obrigatoriedade da inclusão desses sujeitos, também no ensino médio. Para Gomes (2011, pg. 55), “a luta por ações afirmativas enquanto políticas de correção das desigualdades vem se configurando como uma demanda importante [...] que vai além das cotas”. A inserção dos negros na escola tem provocado um desconforto



____. Sistema de Cotas. Disponível em: http://portal.ifba.edu.br/processoseletivo2018/edital/sistema_de_cotas. Acesso em 30 de Julho de 2018.

GOMES, N. L. **Diversidade Étnico-Racial: Por um projeto educativo emancipatório.** In: FONSECA, Marcos Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da & FERNANDES, Alexandra Borges (orgs). *Relações Étnico-Raciais e Educação no Brasil.* BeloHorizonte: Mazza Edições, 2011.

G1. **Veja as escolas privadas e públicas da BA mais bem colocadas no Inep.** Disponível em:

<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/08/veja-escolas-privadas-e-publicas-da-ba-melhores-colocadas-no-inep.html>. Acesso em 31 de julho de 2018.



ocurridas en la actualidad y cómo ellas modificaron los parámetros sociales y el impacto en la discusión de los variados modelos de masculinidad.

Palabras clave: juventudes, escuela, raza, género, educación

INTRODUÇÃO

Neste trabalho temos por objetivo tecer algumas considerações acerca de debateremos alguns pontos fundamentais para a compreensão da masculinidade juvenil negra e como se processa seu desenvolvimento dentro do ambiente escolar. Utilizaremos como marcadores os conceitos de raça, gênero juventudes, educação e escola para pensarmos as influências que o gênero associado a raça é trabalhado na formação dos jovens negros e como essa discussão associada a masculinidade cria novas possibilidades teóricas para o pensamento crítico.

Mbembe (2015) afirma que “o pensamento europeu sempre tendeu a abordar a identidade não em termos de pertencimento mútuo (coopertencimento) ao mesmo mundo, mas antes na relação do mesmo com o mesmo”. Uma vez que estamos inseridos numa cultura em que os parâmetros colonialistas são vigentes, surge a questão como pode o jovem negro construir sua masculinidade tendo em vista todos os estereótipos negativos que existentes forjados na colonização e que são mantidos pela cultura racista?

Louro (2000, p. 45) acrescenta a raça como um dos elementos mais importantes nos discursos sobre sexualidade, uma vez que as “ideologias sexuais da última parte do século XIX” apresentavam os homens negros de forma animalizada e que os discursos e imagens sobre a inferioridade negra se mantiveram muito vivas na contemporaneidade em que a hipersexualização do corpo masculino negro eram considerado uma “ameaça a pureza feminina”

A autora pondera que os corpos estão circunscritos dentro de uma cultura que ganham sentido socialmente, de modo que fatores como raça, território, religião são elementos constituintes que impactam na formação dessas masculinidades. A partir dessas tessituras Connel (1995) afirma que existe “múltiplas masculinidades” que nos permite refletir qual o modelo de masculinidade é moldado para os jovens negros.



Compreendido que vivemos em um modelo de sociedade que são tecidos inúmeros discursos sobre as juventudes, e a população negra em desvantagem social e racial torna-se protagonista de inúmeras desigualdades.

Ao longo da história, a população negra brasileira tem enfrentado impedimentos materiais e simbólicos à efetivação de seus direitos. As distâncias que separam negros/as e brancos/as se expressam nas relações interpessoais e se refletem nos acessos desiguais a recursos, a posições de prestígio e às políticas públicas. Essas privações mantêm os sujeitos negros mais vulneráveis a diversas violências e violações de direitos que comprometem, inclusive, sua expectativa de vida (BRASIL, 2014, p. 08).

Essas violências que a população negra enfrenta nos seus cotidianos tem impacto direto na juventude negra e especialmente sobre os jovens homens negros que evadem mais cedo na escola e tem facilitado seu acesso as drogas e ao tráfico, uma vez que o modelo de sociedade patriarcal faz com que os meninos adentrem mais cedo no mercado de trabalho no caso específico dos meninos negros a pobreza associada ao estereótipos presentes na mídia que tecem associações de homens e meninos negros como bandidos.

Silva (2008) afirma que “a mídia estigmatiza a juventude, em especial os jovens negros, pobres e moradores da periferia. Ela os coloca numa invariável posição de criminosos. É como se a eles fosse vetado o direito a fazer outra coisa que não se envolver com tráfico de drogas, violência e crimes”.

Na concepção de Lima (2010):

A mídia tem sido o componente essencial para divulgar e criminalizar os jovens negros, geralmente as matérias veiculadas nos meios de comunicações mostram a visão que se tem de um delinquente, um jovem negro, pobre, baixo nível de escolaridade, a comunicação está interligada com a política (LIMA, 2010, p. 73).

Berino (2010, p. 6) que sugere a utilização do termo juventudes para “indicar um campo de pesquisas que se dedica ao estudo de personagens com vivências, realizações e expectativas sobre a existência tão diferentes”. Diante do cenário em que a juventude é o espaço de vivência de inúmeros sujeitos, performatizados por seus estilos de cabelo, roupas, acessórios e próteses.

No caso específico das juventudes negras masculinas as ameaças representadas pelo alto índice de mortalidade de jovens negros, sendo mortos pela Polícia ou e com grupos



O APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES ECONÔMICAS PELA BAIXA REPRESENTATIVIDADE NEGRA NAS TELENÓVELAS

THE DEEPENING OF ECONOMIC INEQUALITIES DUE TO LOW BLACK REPRESENTATIVENESS IN SOAP OPERAS

LA PROFUNDIZACIÓN DE LAS DESIGUALDADES ECONÓMICAS POR LA BAJA REPRESENTATIVIDAD NEGRA EN TELENÓVELAS

Arthur Emanuel Leal Abreu¹⁵⁰

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer¹⁵¹

RESUMO: Busca analisar a relação entre a baixa representatividade negra em telenovelas brasileiras e o aprofundamento das desigualdades econômicas. Considera que o ocultamento de um grupo étnico-racial, além de impedir sua visibilidade, retira oportunidades de trabalho e reforça desigualdades. Nesse sentido, analisou-se o caso da novela "Segundo Sol", exibida pela Rede Globo, no ano de 2018, cuja reduzida quantidade de atores/personagens negros levou à interferência do Ministério Público do Trabalho, por meio de recomendações. Analisou-se a colisão entre a liberdade de expressão dos responsáveis pela novela e o direito de representação dos negros, à luz da Teoria da Proporcionalidade de Alexy (2008). A análise revelou a prevalência do princípio da valorização dos grupos étnico-raciais e a necessidade de políticas públicas que intervenham sobre a mídia, para que cumpra sua função social, promovendo a diversidade e a representatividade étnico-racial adequada nas obras televisivas de ficção, medida essencial para a redução das desigualdades.

Palavras-chave: Desigualdade racial; Representatividade racial; Diversidade; Telenovelas.

ABSTRACT: This paper analyzes the relationship between low black representativeness in Brazilian soap operas and the deepening of economic inequalities. It considers that the concealment of an ethnic-racial group, in addition to preventing its visibility, suppresses job opportunities and reinforces inequalities. In this sense, we studied the case of the novel "Segundo Sol", broadcast by Rede Globo, in 2018, whose reduced number of black actors/characters led to interference by the Labor Public Ministry, through recommendations. Therefore, the collision between the freedom of expression of those responsible for the soap opera and the right of representation of black people was analyzed, according to Alexy's Theory of Proportionality (2008). The analysis revealed the prevalence of the principle of the valorization of ethnic-racial groups and the need for public policies that intervene in the media to fulfill their social function, promoting diversity and adequate ethnic and racial representation in fiction television shows, which is essential for reducing inequalities.

Keywords: Racial inequality; Racial representativeness; Diversity; Soap operas.

RESUMEN: Este artículo analiza la relación entre la baja representatividad de negros en las telenovelas brasileñas y la profundización de las desigualdades económicas. Esto se debe a que la ocultación de un grupo étnico-racial, además de impedir su visibilidad, elimina oportunidades de trabajo y refuerza desigualdades. En este sentido, estudiamos el caso de la telenovela "Segundo Sol", presentada por Rede Globo, em 2018, cuyo reducido número de actores/personajes negros provocó la injerencia del Ministerio Público del Trabajo, a través de recomendaciones. Por lo tanto, se discute la colisión entre la libertad de expresión de los responsables de la novela y el derecho de representación de los negros, a la luz de la Teoría de Proporcionalidad de Alexy (2008). El análisis revela la prevalencia del principio de la valorización de los grupos étnico-raciales y la necesidad de políticas públicas que intervengan sobre los medios, para que cumplan su función social, promovendo

¹⁵⁰ Mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais (FDV), Faculdade de Direito de Vitória, Vitória/ES, Brasil. E-mail: arthurlealabreu@gmail.com.

¹⁵¹ Doutora em Bioética (UnB) e Mestra em Direitos e Garantias Fundamentais (FDV), Faculdade de Direito de Vitória, Vitória/ES, Brasil. E-mail: elda.cab@gmail.com.



A controvérsia foi analisada a partir da constatação da existência de colisão entre a liberdade de expressão dos responsáveis pela novela e o direito de representação dos negros, uma vez que a recomendação do MPT consiste em uma ingerência sobre a escolha dos atores escalados, com o propósito de garantir a presença de negros nas obras televisivas. Tomando-se como base analítica a Teoria da Proporcionalidade de Robert Alexy, buscou-se alcançar "uma sustentação teórica para uma necessária restrição ou limites à garantia de Direitos Fundamentais" (BUSSINGUER, 2014, p. 109).

Segundo a teoria de Alexy (2008), a proporcionalidade apresenta três sub-princípios, que devem ser avaliados nesta sequência: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito. O caso da novela "Segundo Sol" foi, então, submetido à análise, com o intuito de verificar se a restrição da liberdade de expressão, em prol da garantia de Direitos Fundamentais à população negra, é uma medida proporcional.

Primeiramente, analisou-se a adequação das medidas propostas, isto é, "se o meio utilizado possui potencial para fomentar ou contribuir para a realização do objetivo que se almeja" (BUSSINGUER, 2014, p. 115). No caso concreto, a inclusão de artistas negros é uma medida adequada para se promover a representatividade e, ainda, para garantir o acesso da população negra ao trabalho, nas profissões artísticas de maior destaque no âmbito nacional. Além disso, essa medida é adequada para a concretização dos fundamentos e objetivos da República, consagrados na Constituição Federal (BRASIL, 1988), como "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

Em seguida, procede-se ao critério da necessidade, que exige que, "dentre dois meios aproximadamente adequados, seja escolhido aquele que intervenha de modo menos intenso" (ALEXY, 2008, p. 590). Ora, dentre as possibilidades que se colocam, a inclusão de atores e atrizes negros e negras na telenovela é necessária, considerando as estatísticas raciais da população baiana e brasileira e, por consequência, "a gravidade do não espelhamento da sociedade nos programas televisivos, o que gera a perpetuação da exclusão e reafirma estereótipos de limitação de espaços a serem ocupados pela população negra" (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2018, p. 7).



TRICK TUDO. Eu poderia estar na novela Segundo Sol. 27 abr. 2018. Disponível em:
<https://www.facebook.com/pg/tricktudooficial/photos/?tab=album&album_id=2101895286708504>. Acesso em: 25 jul. 2018.



O Programa Jovem Aprendiz regulamentado pela Lei N° 10.097, de 19 de dezembro de 2000, tem como premissa a “formação técnico-profissional” (art. 428 §4º) de jovens com faixa etária a partir de 14 até 18 anos. No Art. 428, da referida lei, é tratado como o Contrato de Aprendizagem, definindo ser este:

(...) um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 e menor de 18 anos, escrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação (Lei 10.097/2000 – Art. 428).

O que nos leva para essa investigação é a observação que temos feito nas escolas da Rede Municipal tanto na função de docente, como na de professor orientador do Programa de Educação de Jovens e Adultos – PEJA, desde o ano de 2000, inicialmente como professor e a partir de abril de 2015, ocupando a função de Professor Orientador – P.O., onde realizamos função essencialmente pedagógica, dentre elas: assessoria às turmas, orientação aos alunos e professores regentes do PEJA.

Na nossa trajetória dentro do programa sempre buscamos não apenas trabalhar os currículos pertencentes as disciplinas pelas quais era responsável, mas também tornar presente as discussões necessárias ao protagonismo juvenil e à realidade do dia-a-dia de nossos alunos; buscamos referendar e fortalecer não apenas a lei 10.639/03 e a lei 11.645/08, mas criar condições para a sua aplicação a partir de projetos e atividades pedagógicas, mostrando a importâncias da lei como um instrumento na conscientização da condição: ser um afrodescendente.

Em função da nossa visão acerca do cotidiano escolar de nossos alunos, da qualidade de vida dos mesmos, as perspectivas de futuro e o contexto social onde estão inseridos, sempre nos inquietou, e se transformou em grande preocupação. Cabe destacar em particular a condição dos afrodescendentes, onde o processo histórico sempre os apresenta em condições de subalternizados, apesar das pesquisas recentes apontar novos caminhos¹⁵³.

¹⁵³ Temos como referência os trabalhos de Flávio Gomes (2005), Amílcar Pereira (2006) e Amauri Mendes (2013), que apresentam o negro como agente participante no processo de estruturação da história do Brasil, destacando a sua importância na formulação do país.



GROPPO, Luiz A. **Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude**. Revista Desidades nº 14, ano 5, mar 2017. Disponível em <http://desidades.ufrj.br/wp-content/uploads/Desidades14PT-1.pdf>

PAIS, José Machado. Correntes teóricas da sociologia da Juventude. In: PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 2^a Ed., 2003 pág. 47-79.

_____. **A construção sociológica da juventude** - alguns contributos. *Análise Social*, vol. XXV (105-106), 1990 (1. °, 2. °), pp. 139-165.

_____. Dos grupos juvenis aos grupos de classe. In: PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 2^a Ed., 2003, pág. 109-157.



IMPACTOS DA ORGANIZAÇÃO NEGRA NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE APÓS AÇÕES AFIRMATIVAS

IMPACTS OF THE BLACK ORGANIZATION AT THE FEDERAL FLUMINENSE UNIVERSITY AFTER AFFIRMATIVE ACTIONS

IMPACTOS DE LA ORGANIZACIÓN NEGRA EN LA UNIVERSIDAD FEDERAL FLUMINENSE DESPUÉS ACCIONES AFIRMATIVAS

Luciana Fernanda Silva¹⁵⁷

RESUMO: Esta apresentação é parte de um estudo em andamento. A proposta dele é demonstrar a potência transformadora do ativismo político negro autônomo para a alteração da estrutura universitária para a Igualdade Racial. Desde que foi fundado, o Coletivo de Estudantes Negros da UFF - Iolanda de Oliveira (CENUFF) tem se esforçado para mudar a estrutura desta instituição para promover qualidade aos alunos negros da Universidade Federal Fluminense. Os integrantes do CENUFF, aliados a outros grupos, alunos independentes e professores provocaram uma série de transformações institucionais, como cotas em cursos de pós-graduação, concurso para professor especializado na estudo de relações raciais, grupo de pesquisa, alteração de currículo que cumpra a Lei 10.639, cotas para bolsas de estágio, Comissão de Aferição, debates, cursos preparatório para ingresso na pós-graduação etc.

Palavras-chave: Coletivo Negro; Universidade; Racismo Institucional.

ABSTRACT: This presentation is part of the course completion work, which is ongoing. The proposal is presented to generate the policy of black government participation for a change of university structure for a risk education. Since it was founded, the UFF - Iolanda de Oliveira Black Students' Collective (CENUFF) has been striving to change its quality model for the black students of the Federal Fluminense University. The members of CENUFF, allied to other groups, independent students and teachers, caused a series of institutional transformations, graduate groups, teacher competition in the racial context, research group, curriculum change that followed Law 10.639, quotas for scholarships trainees, preparatory courses for admission to postgraduate courses, etc.

Keywords: Black Collective; University; Institutional Racism.

RESUMEN: Esta presentación es parte del trabajo de conclusión de curso, que está en marcha. La propuesta es exhibida para generar la política de participación del gobierno negro para un cambio de estructura universitaria para una educación de riesgo. Desde que fue fundado, el Colectivo de Estudiantes Negros de la UFF - Iolanda de Oliveira (CENUFF) se ha esforzado para cambiar su modelo de calidad para los alumnos negros de la Universidad Federal Fluminense. Los integrantes del CENUFF, aliados a otros grupos, alumnos independientes y profesores provocaron una serie de transformaciones institucionales, grupos de postgrado, concurso para profesor en el contexto de racial, grupo de investigación, alteración de currículo que cumplía Ley 10.639, cuotas para becas de prácticas, Comisión de Aferición, debates, cursos preparatorios para ingreso en el postgrado, etc.

Palabras clave: Colectivo Negro; Universidad; Racismo Institucional.

INTRODUÇÃO

¹⁵⁷ Mestranda em Comunicação; Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, Brasil. E-mail: lucianafermandaluz@gmail.com.





O impacto das ações afirmativas tem causado mudanças significativa na vida de milhares de famílias negras pelo país (OLIVEIRA, 2015). A reverberação nacional da discussão sobre as relações raciais entra com cada vez mais força para dentro das casas das periferias através das redes e da mídia, que não pode mais adiar e está sendo obrigada a repensar a forma como representa as pessoas negras em seus programas e páginas.

Este trabalho, então, se propõe a evidenciar a importância da organização social negra dentro de instituições de ensino superior. Para isso, investigamos o caso da trajetória do Coletivo de Estudantes Negros – Iolanda de Oliveira, construído dentro da Universidade Federal Fluminense, campus Niterói, considerado segundo palavras de seus membros, entre os quais essa autora faz parte, como espaço de resistência, liberdade, fortalecimento, politização, estudos e afetividade. Essas instituições, por terem configurado até 2012, um cenário de quase completo “confinamento racial” (CARVALHO, 2007), estão sendo cada vez mais impactadas com a entrada de estudantes negros e negras principalmente após a Lei de Cotas. Nesse sentido, as transformações estruturais e simbólicas sofridas por esses locais, onde se produz o pensamento social brasileiro, precisam ser complexificados, pois, conforme as reflexões de Cirqueira (2017):

“O racismo influencia na constituição dos lugares, uma vez que é aí onde o corpo negro é percebido/percebe, é significado/significa e é colocado em encontro/confronto. Em linhas gerais, é no lugar onde convergem as experiências e vivências determinadas pelo racismo ou relações racializadas. Daí a importância de se lançar luz sobre os lugares [...]” (CIRQUEIRA, 2017, p. 75-76).

Utilizando para esse fim a análise de entrevistas qualitativas sobre as atividades em que se engajaram seus membros durante a existência do grupo. Entendendo que a formação de grupos/coletivos se deve ao aumento gradual da presença de estudantes negros/as, beneficiados pela adoção das políticas de ações afirmativas pela UnB, pretende-se evidenciar não só a realidade das relações interraciais na UFF, da ação do Racismo Institucional, promovendo assim, a reflexão sobre a maneira com que ocorrem as dinâmicas sociais em relação à raça na universidade, mas também a força do engajamento do “novo público” que ingressou nesta universidades federal e de como a organização coletivo é potencial para “abalar as estruturas” deste Racismo.

Alicerçado por centenas de pesquisas oriundas do trabalho intelectual de negros, apoiado na experiência de vida e nos exemplos e legados do movimento negro, portas a dentro da Universidade Federal Fluminense, o Coletivo de Estudantes Negros da UFF – Iolanda de



Oliveira, o CENUFF tem feito sua parte. Desde que foi fundado, em 2013, pelos alunos de graduação de Niterói, o grupo tem se esforçado para transformar a estrutura da instituição para beneficiar a população negra que usufrui ou que usufruirá da universidade.

E ainda, com o intuito de resgatar nomes de intelectuais negros invisibilizados, a exemplo de outros coletivos e instituições ligados aos movimentos negros, resolveram se intitular como Iolanda de Oliveira, homenageando a primeira professora negra da UFF e que até hoje ministra aulas na Faculdade de Educação.

Sendo a UFF uma das instituições de educação superior que mais sofreu expansão após a Lei de Cotas, teve o ingresso de muitos negros. Assim, os alunos do CENUFF, aliados a outros grupos e alunos independentes realizaram uma série de intervenções na universidade, conquistando transformações tanto nas vidas pessoais de muitos negros, como suporte afetivo em vários momentos, como estruturais.

Estas últimas passamos a enumerar de maneira genérica para fins desse resumo, para futuramente abordar com maior detalhamento durante a exposição presencial, caso essa proposta seja aceita, acompanhadas de imagens e vídeos curtos de depoimentos, se a estrutura assim o permitir: cotas em cursos de pós-graduação – mesmo com uma Lei Federal, a maioria dos cursos de pós-graduação da UFF ainda não adotaram medidas de ação afirmativa para fins de ingresso; concurso para professor especializado na estudo de Sociologia das Relações Raciais – demanda iniciada e duramente batalhada diariamente pelos alunos negros, que por felicidade conseguiram e hoje, quem ocupa a cadeira é a Profa. Dra. Flávia Rios; grupo de pesquisa empírica que estudou a situação das ações afirmativas na Faculdade de Direito, coordenado pelo Prof. Dr. Delton Meirelles – o grupo trouxe dados alarmantes sobre a invisibilização do graduando negro, por exemplo, nas pesquisas de graduação e, através de reuniões com diretoria da Faculdade e da UFF, conquistaram cotas raciais para bolsas de monitoria de disciplinas e para estágio interno no âmbito de toda a universidade; grupo de estudos de autores negras e negros; disciplinas que abordam o temas que atendam a Lei 10.639 de 2003; Comissão de Aferição de Autodeclaração Raça-Cor; cursinhos auto-organizados de preparatórios para ingresso em mestrados e doutorados; além de outras ações como palestras, mini-cursos, rodas de conversa, campanhas visuais com cartazes, entre muitas outras iniciativas, informam Nalui e Nathali.



REPERTÓRIOS DE AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA NA MILITÂNCIA NEGRA

IDENTITY AFFIRMATIONS IN BLACK MILITANCE

REPERTORIOS DE AFIRMACIÓN IDENTIFICACIÓN EN LA MILITANCIA

NEGRA

Patrícia Fernandes Barros¹⁵⁸

Paulo Edgar R. Resende¹⁵⁹

RESUMO: A identidade negra no Brasil, proveniente do racismo escravagista, foi posteriormente assimilada pelo discurso da democracia racial, que supôs que com a abolição e a mestiçagem os problemas raciais do país estariam superados. Visando combater os efeitos dessa falsa verdade, movimentos negros atuam na desconstrução da identidade hegemônica atribuída ao negro, reconstruindo-as a partir dos próprios negros. Porém, construir e afirmar identidade evitando-se sua padronização e essencialização é um desafio que recobra permanente reflexão sobre os repertórios utilizados pela militância, sendo este o objetivo do trabalho. Os dados empíricos foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas, grupos focais e vivências etnográficas em espaços de militância negra. A análise e a discussão acerca dos significados, da potência e dos limites das afirmações identitárias são desenvolvidas com base nas problematizações propostas pelos autores Deleuze e Guatarri (2008); Munanga (2004) e Fanon (2008), observando poder, a resistência e a expansão de liberdades de negros (as).

Palavras-chave: Militância; Resistência; Repertórios de Ação; Movimento Negro; Identidade e Diferença.

ABSTRACT: The black identity in Brazil, derived from slave racism, was later assimilated by the discourse of racial democracy, which assumed that with the abolition and miscegenation the racial problems of the country would have been overcome. In order to combat the effects of this false truth, black movements act in the deconstruction of the hegemonic identity attributed to the Negro, reconstructing them from the blacks themselves. However, building and affirming identity avoiding its standardization and essentialization is a challenge that recovers permanent reflection on the repertoires used by militancy, being this the objective of the work. Empirical data were collected from semi-structured interviews, focus groups and ethnographic experiences in spaces of black militancy. The analysis and discussion about meanings, potency and limits of the identity affirmations are developed based on the problematizations proposed by the authors Deleuze & Guatarri (2008); Munanga (2004) and Fanon (2008), observing power, resistance and expansion of black liberties.

Keywords: Identity; Black Movement; Affirmative Identity; Militancy and anti-racist struggles;

RESUMEN: La identidad negra en Brasil, proveniente del racismo esclavista, fue posteriormente asimilada por el discurso de la democracia racial, que supuso que con la abolición y el mestizaje los problemas raciales del país estarían superados. Visando combatir los efectos de esa falsa verdad, los movimientos negros actúan en la deconstrucción de la identidad hegemónica atribuida al negro, reconstruyéndolas a partir de los propios negros. Sin embargo, construir y afirmar identidad evitando su estandarización y esencialización es un desafío que recobra permanente reflexión sobre los repertorios utilizados por la militancia, siendo éste el objetivo del trabajo. Los datos empíricos fueron recolectados a partir de entrevistas semiestruturadas, grupos focales y vivencias etnográficas en espacios de militancia negra. El análisis y la discusión acerca de los significados, de la potencia y de los límites de las afirmaciones identitarias se desarrollan con base en las problemáticas propuestas

¹⁵⁸Graduanda no oitavo período em Relações Internacionais, Universidade Vila Velha, Vitória, Brasil. E-mail: patriciafbarros@outlook.com.

¹⁵⁹Doutor em Ciência Política, Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Vila Velha, Vila Velha, Brasil. E-mail: paulo.resende@uvv.br.



por los autores Deleuze y Guatarri (2008); Munanga (2004) y Fanon (2008), observando poder, la resistencia y la expansión de libertades de negros (as).

Palabras clave: La militancia; Resistencia; Repertorio de Acción; Movimiento Negro; Identidad y Diferencia.

A diversidade étnica no Brasil, a partir do processo colonial, se baseou em uma forte hierarquização racial na qual o negro e o indígena foram colocados abaixo dos brancos europeus e seus descendentes, no reconhecimento de sua humanidade e dos direitos e liberdades que podem gozar. Ao longo da história, diversas lutas e processos de resistência antirracista têm propiciado às minorias étnico-raciais crescentes capacidades de poder sobre seus próprios corpos, assim como reconhecimento social sobre seus direitos e dignidade. Nessas lutas, o movimento negro tem utilizado distintas táticas e estratégias, entre elas, afirmações identitárias que buscam desestigmatizar e redefinir suas identidades a partir dos próprios negros. As afirmações identitárias de acordo com Santos e Santos (2017) garantem “uma ressignificação identitária e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade étnica e cultural brasileira” (SANTOS e SANTOS, 2017, p.12).

Esta pesquisa discute essa redefinição da identidade racial negra a partir de ativistas e movimentos sociais de negros ou auto identificados como antirracistas. Interessa-nos verificar os métodos, táticas e estratégias adotados por ativistas e grupos organizados para a requalificação social de negros e negras na sociedade brasileira, os desafios que enfrentam e os resultados que vem obtendo na avaliação desses ativistas. Considera-se aqui essencial aprofundar-nos na discussão sobre o racismo, para então configurar as distintas questões que envolvem a identidade negra e as complexidades que a cercam. Utilizamos o método etnográfico, pela técnica de observação participante em determinados grupos e participação observante em outros de maior afinidade e assiduidade. A observação e participação são complementadas com entrevistas de militantes da Grande Vitória e grupos focais. Para a análise e discussão dos resultados, adotamos uma abordagem cartográfica inspirada na obra de Deleuze e Guatarri (1986). Discutimos as variações, intensidades, limites e bifurcações de ações coerentes e contínuas, assim como rupturas e transposições das intencionalidades e ações dos ativistas em relação às formas tradicionais de exercício do poder, da dominação e do racismo.



branqueamento, roubou dos movimentos negros o ditado ‘a união faz a força’ ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos”.

A fortificação da identidade negra depende em partes da mobilização coletiva, e essa mobilização coletiva é enfraquecida devido ao forte desejo de negros de pele clara em serem tidos como brancos (PANTA e PALLISSER, 2015) (MUNANGA, 2004), para serem melhor aceitos na sociedade (FANON, 2008). Anexando-se a isso, há ainda a elevação da identidade nacional no popular brasileiro, que fez com que dificultasse as manifestações de outras identidades habitantes dentro do Brasil (MUNANGA, 2004). Dessarte, é dentro do espaço da militância que encontra-se o fortalecimento necessário para se afirmar, se descobrir enquanto sujeito negro, resistir à sociedade racista e (des)construir a sua identidade negra construída a partir dos brancos. O desafio para o ativista negro é recriar sua ética e estética recuperando referenciais diaspóricos sem se limitar ou fechar a estereótipos já criados de como ser e agir enquanto negro. A liberdade do corpo é o objetivo de qualquer luta emancipadora e antirracista. Ao se desterritorializar das identidades negras eurocêtricas, a reterritorialização afrocêntrica só é libertadora enquanto não limitar, mas expandir as possibilidades éticas e estéticas, permitindo a cada indivíduo negro se aceitar, se reconhecer e explorar todas suas potencialidades corpóreas e intelectuais.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Vol.3. São Paulo: Ed. 34, 2008.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Genealogía del racismo**. Colección Caronte Ensayos. La Plata: Altamira. 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

PANTA, Mariana; PALLISSER, Nikolas. **Identidade Nacional versus Identidade Negra: reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias**. In: II Congresso Internacional de História UEPG – UNICENTRO, mai. 2015.

RODRIGUES, Patrícia Gabrielle Oliveira; et al. **As Contribuições da Lei 10.639/2003: Caminhos para a formação da identidade positiva negra**. XI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale da Paraíba, 2011 *apud* MATTOS, Hebe Maria. **O Ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil**. IN: M Abreu & R. Soihet.



5th THE WORLD CONFERENCE ON REMEDIES TO RACIAL & ETHNIC ECONOMIC INEQUALITY

5ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES ECONÔMICAS RACIAIS & ÉTNICAS

26 — 29 . SETEMBRO . 2018 ***** UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO ***** VITÓRIA ***** BRAZIL

Ensino de História: **Conceitos temáticos e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/FAPERJ. p.127-136, 2003.

SANTOS, Claudia Souza; SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. **Concepções acerca dos processos de construção da Identidade Étnica Negra**. Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, vol.6, n.6, p535-542, 2017.



GRUPO DE TRABALHO ED 031

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Coordenadoras:

Prof.^a Dr.^a Suely Dulce de Castilho (UFMT)

M.^a Gonçalves Eva Almeida de Santana



FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: O QUE DIZEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS?

FINANCING OF QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION: WHAT DO PUBLIC POLICIES SAY?

FINANCIACIÓN DE LA EDUCACIÓN ESCOLAR EN QUILOMBOLA: ¿QUÉ DICEN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

Michele de Oliveira Sampaio¹⁶⁰
Marileide Gonçalves França¹⁶¹

RESUMO: Este estudo objetiva discutir o financiamento da Educação Escolar Quilombola, em articulação com as políticas educacionais brasileiras, no período de 2012 a 2017. Partimos do pressuposto de que a garantia da educação à população das comunidades quilombolas e a ampliação de sua oferta implicam o desenvolvimento de ações e políticas por parte do Estado, na tentativa de assegurar os direitos de acesso, permanência e qualidade de ensino. Metodologicamente, partiu-se de pesquisa documental, por meio da consulta às políticas voltadas a Educação Escolar Quilombola. O estudo indicou que há necessidade de financiamento para o desenvolvimento de práticas, que considerem a especificidade das vivências, realidades e histórias das comunidades quilombolas do país (BRASIL, 2012). Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE) dialoga com essa perspectiva, uma vez que considera a configuração de uma educação diferenciada para a educação escolar quilombola. Todavia, evidenciam-se contradições entre o que se pretende, enquanto plano de financiamento para o desenvolvimento dessas políticas educacionais e o que se estabelece como limite de gastos previstos pela Emenda Constitucional nº 95, implementada no ano de 2016, que afeta diretamente os investimentos em políticas públicas, dentre elas, as políticas educacionais.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola; Financiamento da Educação; Políticas Públicas.

ABSTRACT: This study aims to discuss the financing of Quilombola School Education in articulation with the Brazilian educational policies, from 2012 to 2017. We assume that the guarantee of education for the population of quilombola communities and the expansion of their offer imply the development of actions and policies by the state, to ensure the rights of access, permanence and quality of education. Methodologically it was based on documentary research, by consulting the policies directed to Quilombola School Education. The study indicated that there is a need for funding for the development of practices that consider the specificity of experiences, realities and histories of quilombola communities in the country (BRASIL, 2012). In this sense, the National Education Plan (PNE) dialogues with this perspective since it considers the configuration of a differentiated education for quilombola school education. However, there are contradictions between what is intended as a financing plan for the development of these educational policies and what is set as a spending limit provided by Constitutional Amendment No. 95, implemented in 2016, which directly affects investments in public policies, including educational policies.

Keywords: Quilombola School Education; Education Financing; Public Policies.

RESUMEN: Este estudio tiene como objetivo discutir el financiamiento de la Educación Escolar de Quilombola en articulación con las políticas educativas brasileñas, de 2012 a 2017. Asumimos que la garantía de educación para la población de las comunidades de quilombolas y la expansión de su oferta implican el desarrollo de acciones. Y políticas por parte del Estado, en un intento por garantizar los derechos de acceso, permanencia y calidad de la educación. Metodológicamente comenzó a partir

¹⁶⁰ Mestre em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores, Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre-ES, Brasil. E-mail: micheleosampaio@gmail.com.

¹⁶¹ Doutora em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre-ES, Brasil. E-mail: leidemary8@gmail.com.



de la investigación documental, consultando las políticas detinadas a la Educación Escolar de Quilombola. El estudio indicó que existe una necesidad de fondos para desarrollar prácticas que consideren la especificidad de las experiencias, realidades e historias de las comunidades de quilombolas en el país (BRASIL, 2012). En este sentido, el Plan Nacional de Educación (PNE) dialoga con esta perspectiva ya que considera la configuración de una educación diferenciada para la educación escolar quilombola. Sin embargo, existen contradicciones entre lo que se pretende como un plan de financiamiento para el desarrollo de estas políticas educativas y lo que se establece como el límite de gasto previsto por la Enmienda Constitucional No. 95, implementada en 2016, que afecta directamente las inversiones en políticas públicas, entre otros. Son las políticas educativas.

Palabras clave: Educación Escolar Quilombola; Financiamiento de la Educación; Políticas públicas.

Este estudo pretende compreender o plano de financiamento da educação escolar quilombola, no contexto do financiamento da educação pública no Brasil, a partir das mudanças trazidas pela implementação da Lei nº 11.494/07 (Lei do Fundeb), com vistas a analisar os valores de ponderação entre os anos de 2012 a 2017, considerando as especificidades e peculiaridades próprias dessa modalidade de ensino.

A implementação de um sistema educacional inclusivo e com parâmetros mínimos de qualidade de ensino pressupõe a constituição de um padrão de financiamento que considere aspectos de infraestrutura, manutenção, características regionais e geográficas, especificidades de diferentes etapas e modalidades de ensino, incentivo à formação inicial e continuada, bem como condições de ingresso e permanência dos alunos nas escolas públicas.

Com a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, em 1998, objetivou-se a redistribuição dos recursos destinados ao financiamento do ensino fundamental, o que indicou uma predisposição no campo das políticas de financiamento na articulação entre os preceitos constitucionais e as políticas educacionais, com destaque dado à preocupação com o gasto mínimo nacional por aluno (OLIVEIRA, 2007). Entretanto, o Fundef não contemplava todas as modalidades de ensino; seu foco principal constituiu-se, apenas, no ensino fundamental. Em razão disso, esse fundo foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, em 2007, voltado a todas as etapas e modalidades da educação básica, com o objetivo de destinar recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 2007).

Nesse contexto, insere-se as discussões sobre o financiamento da Educação Escolar Quilombola, tendo em vista que a garantia da educação da população afro-brasileira implica



no desenvolvimento de ações e políticas por parte do Estado, na busca de assegurar os direitos de acesso, permanência e qualidade do ensino (CURY, 2002).

Nesse sentido, para o desenvolvimento deste estudo, utilizamos como metodologia, a pesquisa documental (GIL, 2002), a partir da análise de leis, documentos orientadores elaborados pelo Ministério da Educação, assim como artigos publicados na área de financiamento da educação básica, e os recortes possíveis nestes, sobre a educação escolar que se desenvolve em territórios quilombolas.

Assim, buscamos estudos sobre o financiamento da Educação Escolar Quilombola no contexto do financiamento da Educação Básica, entre os períodos de 2012 a 2017. Para isso, consultamos o Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Scientific Electronic Library Online (SciELO) e, ainda, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), com os descritores: FUNDEB; Financiamento da Educação Escolar Quilombola; Fatores de Ponderação. Entretanto, salienta-se que não foram encontrados estudos.

Nesse contexto, destaca-se que uma mudança importante trazida pelo Fundeb em relação ao Fundef foi considerar outras etapas e modalidades de ensino, do que apenas o ensino fundamental nas esferas urbana e rural, bem como a educação especial. Passou a compreender também: educação infantil, educação profissional, ensino médio, educação indígena e quilombola e educação de jovens e adultos. Cada uma dessas modalidades recebeu um valor diferenciado no fator de ponderação e alguns desses valores sofreram modificações desde a sua instituição.

Observa-se que essas mudanças começam a surgir a partir de 2009 e continuaram até o ano de 2014, quando cessaram as alterações e reajustes de seus valores, não havendo, portanto, nenhuma mudança no período compreendido entre os anos de 2015 a 2018. Não tiveram reajuste no valor as etapas e modalidades de ensino: anos iniciais do ensino fundamental urbano, anos finais do ensino fundamental urbano, ensino médio em tempo integral, ensino médio integrado à educação profissional, educação especial e educação indígena e quilombola.



A política de financiamento para a Educação Escolar Quilombola foi proposta a partir do Fundeb e instituída com fator de ponderação no valor de 1,20. Ao analisar esse valor de ponderação entre os anos de 2012 a 2017, constatou-se que não houve nenhuma modificação ao longo dos anos. Para Arruti (2011), ainda é recente o reconhecimento de comunidades negras rurais no Brasil. “Evidentemente, sempre se soube da grande parcela de população negra que compõe o campesinato e o proletariado rural brasileiro, mas isso nunca, até meados da década passada, conferiu particularidade a essa população” (ARRUTI, 2011, p. 285). Assim, o Fundeb, ao reconhecer essa modalidade de ensino, considerando as suas especificidades e particularidades, permitiu o estabelecimento de direitos educacionais aos povos remanescentes, o que passou a ser uma novidade no campo do financiamento da educação básica.

Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, implementadas pela Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 ratifica:

Art. 63 O financiamento da Educação Escolar Quilombola deve considerar o disposto no art. 10, inciso XV, da Lei nº 11.494/2007 (FUNDEB), o qual dispõe que a distribuição proporcional de recursos dos Fundos levará em conta a Educação do Campo, a Educação Escolar Indígena e Quilombola dentre as diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da Educação Básica (BRASIL, 2012).

O Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência de 10 anos (2014-2024), posiciona-se em sentido positivo quanto à configuração de uma política educacional diferenciada para as comunidades quilombolas, considerando as suas necessidades específicas, com vistas a fomentar a oferta à educação, a ampliação de matrículas, incentivo ao desenvolvimento do ensino fundamental e médio e a educação integral e profissional, assim como a integração da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2014). Entretanto, esses objetivos se contrastam com o que está previsto na Emenda Constitucional 95/2016, que estabelece o limite para os gastos públicos, que compreendem, em sua maioria, investimentos em políticas públicas, dentre elas, as políticas educacionais (MARIANO, 2017).

Desta forma, evidenciam-se contradições entre aquilo que se pretende enquanto política educacional, sobretudo no que está estabelecido na Lei do Fundeb e também no PNE, que implica diretamente nos investimentos e na qualidade da educação em territórios



quilombolas, e um cenário atual que não permite o aumento em investimentos necessários para a melhoria da educação no país.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, J. M. **Diferencia, redistribuir, reconhecer**: ensaio de atualização dos debates sobre terra e educação para quilombola. Cadernos de Campo, São Paulo, n.20, p.285-294, 2011.

BRASIL, R. F. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 14 ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília. DF, 20 de jun. 2007.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília. DF, 25 de jun. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 08/2012, de 20 de novembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 20 nov. 2012. Seção 1.

BRASIL. M. da E. **GRUPO DE TRABALHO (PORT. nº 71, de 27.01.2003 e nº 212, de 14.02.2003)**. Disponível em: <
<http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/fundef/pdf/relatorio2003.pdf>> Acesso em: 03 de jul, 2018.

CURY, C. R. J. **Direito à educação**: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, p. 245-262, 2002

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MARIANO, C. **Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos**: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol.4, n1. p.259-281, jan/abr, 2017.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O financiamento da Educação. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (Orgs). **Gestão, financiamento e direito à educação**: análise da Constituição Federal e da LDB. São Paulo: Xamã, 2007.



SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política.** Petrópolis: Vozes, 1996.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa - ação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.



a través de entrevistas semi-estructuradas y por observación de las clases. La fundamentación teórica incluye a Castilho (2011), Arruti (2017) Geertz (1987), Arroyo (2003, 2013); Moura (2001), Oliveira (2016) y leyes específicas que regulan la educación escolar quilombola. Los resultados señalan avances pero también la necesidad de la formación continuada, materiales didácticos, laboratorios y bibliotecas, entre otros. Esta investigación busca ofrecer subsidios para la elaboración de políticas públicas destinadas a la formación docente y otras inversiones.

Palabras clave: educación quilombola; saberes docentes; formación de profesores; Mato Grosso.

O supracitado projeto “Saberes, fazeres e dizeres de docentes que atuam nas escolas estaduais quilombolas do Estado de Mato Grosso”, tem por objetivo apreender a percepção de professores quilombolas sobre seus saberes, em termos de domínio de conteúdo, metodologia de ensino e lacunas formativas, bem como compreender como percebem a formação inicial que receberam na relação com as exigências postas para o trabalho docente em escolas localizadas em territórios quilombolas.

A finalidade é construir um mapa de saberes dos docentes que desenvolvem seus trabalhos nas cinco escolas estaduais quilombolas do Estado de Mato Grosso. Quais sejam, Escola Estadual José Mariano Bento, localizada na Comunidade quilombola Vão Grande/Baixio, no município de Barra do Bugres; Escola Estadual Reunidas Cachoeira Rica, localizada na Comunidade Cachoeira Rica/Chapada dos Guimarães; Escola Estadual Tereza Conceição de Arruda, localizada em Mata-Cavalo/Nossa Senhora do Livramento, Escola Maria de Arruda Muller, situada na comunidade Abolição/Santo Antônio do Leverger e Escola Estadual Verena Leite de Brito, localizada em Vila Bela da Santíssima trindade.

Esta pesquisa tem como orientação metodológica a abordagem qualitativa que busca descrever e compreender, os saberes e fazeres docentes, amarrada às percepções que esses sujeitos têm de suas vivências e experiências, notadamente os sentidos que conferem a elas. Os instrumentos de coleta de informação são: a entrevista de grupo focal, a entrevista individual e a aplicação de questionário. Os pesquisadores estão na postura de audição e registro e, como diria Geertz (1989), na qualidade de intérprete de segunda e de terceira mão, pois na de primeira, somente quem vivencia é capaz fazê-la.

Os resultados apontam significativos avanços em relação ao acesso a cursos de graduação (formação inicial) dos docentes, entretanto, ficou evidente que formação continuada; acesso a materiais didáticos específicos, laboratórios de informática e bibliotecas configuram o



grande gargalo para que se realize um trabalho com melhor qualidade, bem como atividades mais significativas e alinhadas ao contexto escolar quilombola e às vivências dos estudantes.

Neste sentido, a pesquisa busca oferecer subsídios para elaboração de políticas públicas destinadas à formação docente e outros investimentos. Acredita-se que os resultados deste estudo poderão também ampliar e adicionar outras perspectivas aos conhecimentos já construídos sobre os preconceitos e exclusões raciais que permeiam as experiências de professores que atuam em escolas quilombolas e contribuir para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, na implantação da agenda Estratégica de Ciência, Tecnologia e Inovação.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **A escola possível é possível?** In: _____ (org.). Da escola carente à escola possível. 6^a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. **Currículo, território em disputa.** 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ARRUTI, José Maurício Andion. **Conceitos, normas e números:** uma introdução à educação escolar quilombola. Revista contemporânea de educação. v. 12, n. 23, 2017.

CASTILHO, Suely Dulce de. **Quilombo Contemporâneo: educação, família e culturas.** Cuiabá, EDUFMT, 2011.

DENZIN, Yvonna S. LINCOIN; **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas** LTC: Rio de Janeiro, 1989.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil.** Maceió: EDUFAL, 2001.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). 2016. **Direitos quilombolas & dever do Estado em 25 anos de Constituição Federal de 1988.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia. 347 pp.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** 8a edição Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.



GRUPO DE TRABALHO ED 032

BALANÇO E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Coordenadora:

Dr.^a Andrea Bayerl Mongim



TRAJETÓRIAS DE ACADÊMICAS AFRODESCENDENTES QUE
INGRESSARAM NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - DEDC -
CAMPUS X ATRAVÉS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

AFRODESCENDENT ACADEMIC TRADES THAT ENTERED IN THE
UNIVERSITY OF THE STATE OF BAHIA - DEDC - CAMPUS X THROUGH THE
AFFIRMATIVE ACTIONS

TRAJETORIAS DE ACADÉMICAS AFRODESCENDENTES QUE INGRESARON
EN LA UNIVERSIDAD DEL ESTADO DE BAHIA - DEDC - CAMPUS X A
TRAVÉS DE LAS ACCIONES AFIRMATIVAS

Jessica Silva Pereira¹⁶⁷

RESUMO: Este artigo tem por objetivo adotar a pesquisa-intervenção na problematização da trajetória de acadêmicas afro-brasileiras que ingressaram no Departamento de Educação - Campus X, entre o período de 2002 a 2018, a partir da adoção de políticas afirmativas na Universidade do Estado da Bahia, com vistas à produção coletiva de um material técnico-científico-pedagógico, que revele as relações raciais nessa universidade, essas atravessadas pela interseccionalidade de gênero, raça e classe. Sendo assim, esta é uma pesquisa qualitativa que terá como suporte os métodos de investigação da História oral denominada nesse artigo de “trajetória de vida”, para isso, será utilizada entrevistas semiestruturadas atreladas à observação participante e ao diário de campo para o registro de impressões. Tivemos como suporte as obras de Carneiro (2011), Gonçalves; Lisboa (2007), Vieira Júnior (2007), Cardoso (2012), Ribeiro (2017).

Palavras-chave: Corpo-negro-mulher; Trajetórias de vida; Ações afirmativas.

ABSTRACT: This article aims to adopt the intervention research in the problematization of the trajectory of Afro-descendant scholars who joined the Department of Education - Campus X between 2002 and 2018; from the adoption of affirmative policies in the State University of Bahia; with a view to the collective production of a technical-scientific-pedagogical material that reveals the racial relations in the university, these crossed by the intersectionality of gender, race and class. Thus, this is a qualitative research that will be supported by the methods of investigation of oral history named in this article "life trajectory", for this will be used semi-structured interviews, linked to participant observation and the field diary for the record of impressions. We had as support the works of Carneiro (2011), Gonçalves; Lisboa (2007), Vieira Júnior (2007), Cardoso (2012), Ribeiro (2017).

Keywords: Body-black-woman; Life trajectories; Affirmative action.

RESUMEN: Este artículo tiene por objetivo adoptar la investigación-intervención en la problematización de la trayectoria de académicas afrodescendientes que ingresaron en el Departamento de Educación - Campus X, entre el período de 2002 a 2018; a partir de la adopción de políticas afirmativas en la Universidad del Estado de Bahía; con vistas a la producción colectiva de un material técnico-científico-pedagógico que revele las relaciones raciales en la universidad, éstas atravesadas por la interseccionalidad de género, raza y clase. Siendo así, está es una investigación cualitativa que tendrá como soporte los métodos de investigación de la Historia oral denominada en ese artículo de "trayectoria de vida", para ello se utilizará entrevistas semiestruturadas, vinculada a la observación participante y al diario de campo para el registro de impresiones. Hemos tenido como soporte las obras de Carneiro (2011), Gonçalves; Lisboa (2007), Vieira Júnior (2007), Cardoso (2012), Ribeiro (2017).

Palabras clave: Cuerpo-negro-mujer; Trayectorias de vida; Acciones afirmativas;

¹⁶⁷ Mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia, Teixeira de Freitas- Bahia, Brasil. E-mail: jspereira422@gmail.com.



Esse trabalho decorre do projeto de pesquisa-intervenção apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER), em que objetivamos adotar a pesquisa-intervenção na problematização da trajetória de acadêmicas afro-brasileiras que ingressaram nos cursos de licenciaturas no Departamento de Educação - Campus X, entre o período de 2002 a 2018, a partir da adoção de políticas de ações afirmativas na Universidade do Estado da Bahia, com vistas à produção coletiva de um material técnico-científico-pedagógico que revele as relações raciais na universidade, estas atravessadas pela interseccionalidade de gênero, raça e classe. Vale ressaltar que se trata de uma pesquisa em desenvolvimento. Apresentamos então reflexões iniciais à cerca do objeto/sujeito de pesquisa.

É uma pesquisa-ação, de caráter interativo e emancipatória que têm como *locus* a Universidade do Estado da Bahia/Departamento de Educação-Campus X e, como público alvo o grupo de mulheres afrodescendentes dos cursos de licenciaturas da referida instituição. Aliado a esse método, estarão outros procedimentos de investigação por uma “confluência multidisciplinar” possibilitada pela abordagem qualitativa apoiada na contribuição da História oral denominada nesse projeto de “trajetória de vida” (GONÇALVES; LISBOA, 2007, p. 84). Além das histórias de vida, a observação participante será outro procedimento a ser adotado, com o apoio do diário de campo para o registro de impressões das diferentes nuances do objeto/sujeito de pesquisa (GONÇALVES; LISBOA, 2007).

A construção dos procedimentos metodológicos será afinada conforme as necessidades do objeto/sujeito, reconhecemos que alguns procedimentos estarão ligados diretamente aos objetivos e às questões investigativas apresentadas no projeto. Temos como proposição, encontros para o levantamento de trajetórias de vida, um material que corroborará para elaboração do documentário e, que possibilitará agenciamentos inéditos nessa pesquisa-intervenção. Ao defender a prática do documentário, Freitas (2006) diz que esse procedimento investigativo propicia ver as inúmeras subjetividades de mulheres ao longo da pesquisa, pois, os gestos das mãos, a expressão física e facial, os risos, as lágrimas, o tom da voz, enfim, estórias de vida comoventes, poderão ser registradas e é imprescindível que essas sujeitas demarquem um espaço de poder. Além de ser uma construção diária desse “corpo-negro-mulher” que para além da formação de professora, poderão disputar o reconhecimento e a afirmação como intelectuais negras brasileiras. Vale salientar que a luta por



reconhecimento e afirmação no campo da intelectualidade é uma das pautas emergentes dentro dos movimentos de mulheres negras brasileiras.

Afinal, é preciso ter noção de que o “corpo-negro-mulher”¹⁶⁸ é atravessado por múltiplas identidades que não cabem dentro de limitações; a mulher negra é uma sujeita histórica interseccionada por raça, orientação sexual e identidade de gênero (RIBEIRO, 2017). Entendemos aqui por interseccionalidade a ideia apresentada por Cardoso (2012), o qual:

é a base conceitual da teoria feminista negra e evidencia a impossibilidade de entendermos os processos de dominação e de resistência, a desigualdade social e o mundo social sem considerarmos o modo pelo qual raça, classe e gênero operam interligando os sistemas de dominação. [...] Outro ponto relevante por ela destacado está relacionado à pesquisa histórica, na medida em que a abordagem interseccional abre caminhos para reconstruirmos as experiências vividas, o posicionamento histórico, as percepções culturais e a construção social de mulheres negras através da investigação de áreas nunca exploradas da experiência feminina negra, mostrando, inclusive, a diferença entre as/nós mulheres negras evitando-se, assim, generalizações (CARDOSO, 2012, p. 55).

E a partir desses pressupostos que se deve entender essa categoria de análise nessa pesquisa, tendo em vista que as sujeitas de análise requerem um olhar cuidadoso para as subjetividades que carregam e, o conceito de interseccionalidade trará a dimensão necessária para entender a multiplicidade do “ser mulher negra”.

As mulheres estudantes cotistas possuem uma demanda local, exigindo ações que permitam a problematização da situação em que estão e estiveram inseridas, a fim de que se compreenda os “modos de subjetivação, realidades abordadas micro e macropoliticamente” (AGUIAR & ROCHA, 2007, p. 661), a partir do contexto da mulher negra em interface com as ações afirmativas no âmbito educacional.

Portanto, esperamos que os procedimentos metodológicos adotados permitam a realização de leituras mais elaboradas das políticas afirmativas, problematizando as trajetórias das acadêmicas para além do acesso a universidade. O que nos conduz a repensar as condições

¹⁶⁸ As ativistas negras protagonistas de práticas discursivas feministas se colocaram/colocam a partir de um corpo negro. Quando falo de corpo, refiro-me ao corpo social, historicamente formado a partir de experiências marcadas por embates e estratégias de sobrevivência na diáspora, nas sociedades pós-coloniais racializadas (CARDOSO, Cláudia Pons. Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras / Cláudia Pons Cardoso. Universidade Federal da Bahia – Salvador, 2012, p. 60).



de permanência do corpo discente afrodescendente numa dada universidade pública no extremo sul da Bahia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Katia Faria. ROCHA, Maria Lopes da. Micropolítica e o Exercício da Pesquisa-intervenção: Referenciais e Dispositivos em Análise. **Psicologia Ciência e Profissão**, 27 (4), pp. 648-663, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v27n4/v27n4a07.pdf>, acessado em junho de 2017.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras.** Universidade Federal da Bahia – Salvador, 2012, 383 f.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil/Sueli Carneiro.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos.** 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GONÇALVES, Rita de Cássia. LISBOA, Teresa Kleba. **Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida.** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. 2007, p. 83-92.

RIBEIRO, Djamila. **“O que é lugar de fala?”** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

VIEIRA JÚNIOR, Ronaldo Jorge A. Rumo ao Multiculturalismo: a adoção compulsória de ações afirmativas pelo Estado brasileiro como reparação dos danos atuais sofridos pela população negra. IN: SALES, Augusto dos Santos (organizador) **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas.** Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005, p.83-98.



A educação é contemplada na Constituição Federal de 1988 como um direito universal, garantindo a igualdade de condições para o acesso e permanência nas escolas. No entanto, no cenário atual o que se evidencia é uma discrepância entre aquilo que juridicamente se apresenta como um sistema amplo de garantia de acesso a todos os cidadãos e aquilo que se apresenta no campo prático com o sucateamento desta política. No curso da história do Brasil as políticas voltadas para educação se apresentam de forma elitizada e, mesmo nos dias atuais, negligenciadas aos descendentes de africanos, que carregam as consequências da escravidão e enfrentam as dificuldades de acesso e permanência no ambiente escolar.

Para Pereira (2013) a democracia brasileira possui aspectos incompletos gerando uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais e o racismo é um elemento estruturante destas desigualdades e desse modo, definidor de maiores ou menores oportunidades para brasileiros de acordo com seu pertencimento étnico-racial. A educação, trabalho e saúde são áreas bem afetadas por estas desigualdades. Para o autor, este quadro que reflete a discriminação não somente das pessoas, mas, também aos próprios conteúdos curriculares selecionados para serem trabalhados, dificulta a construção de uma educação democrática para todos os brasileiros. Em sua visão, a diversidade étnica precisa ser desenvolvida em todas as disciplinas e, por isso, propõe estudos que envolva memórias e referências culturais diversos visando construir espaços que promovam as diferenças e que sejam pautados nos princípios da pluralidade cultural e no respeito a essas diferenças podendo assim, contribuir para a democratização dos espaços escolares e para o combate ao racismo.

A necessidade de pensar novos modelos pedagógicos para a educação, como a sugerida na proposta de educação quilombola, vem do fato que a escola tal como concebida possui uma visão meritocrática, mal preparada para perceber e enfrentar as diversidades das estratégias mentais dos alunos causando traumatismos e sofrimento. O exemplo disso são as diversas formas de expressão do racismo que se manifestam no ambiente escolar e que são reforçados pela instituição (BOURDIEU, 2008).

Preocupados com a problemática que envolve a democratização do ensino e o acesso e permanência dos negros, em especial de comunidades periféricas e comunidades tradicionais rurais no sistema de educação formal e informal que alguns estudiosos com área comum o estudo de trajetória, se debruçam sobre o tema no intuito de compreender como que os



quilombolas do Espírito constroem e efetivam o projeto de ingresso no ensino superior. O objetivo principal é analisar percursos de escolarização de jovens quilombolas que ingressaram no ensino superior. Os objetivos específicos consistem em: debater os estudos contemporâneos sobre a inserção dos jovens quilombolas na educação escolar; identificar no discurso de jovens quilombolas, em que medida a educação escolar pode viabilizar os processos de formação de consciência e identidade étnica e por fim, descrever e analisar os projetos comunitários planejados e executados envolvendo jovens quilombolas.

O elemento motivador para mergulhar no universo de estudo que envolve os quilombolas e o acesso à educação se relaciona diretamente com minha trajetória de vida. Sou quilombola, pertencente à comunidade de Retiro, localizada no município de Santa Leopoldina e deste modo, fica evidente a inexistência de qualquer aproximação com neutralidade já que me relaciono com o objeto em um movimento que ao mesmo passo que o escolhi, fui escolhido por ele.

Deste modo, este estudo terá um caráter etnográfico e a pesquisa de campo será realizada na comunidade quilombola de Retiro. Buscar-se-á alicerce em Oliveira (2000) que enfatiza a importância do olhar, ouvir e escrever na construção de uma etnografia. O olhar e o ouvir se constituem as fases iniciais de estudo no campo enquanto o escrever seria parte de uma segunda etapa onde, por meio dos dados coletados, os fenômenos sociais são interpretados e tomam forma escrita (OLIVEIRA, 2000, p.18).

Um dos instrumentos escolhido para coleta de dados é a narrativa de vida na perspectiva de Bertaux, (2010) que a compreende como uma descrição próxima da história realmente vivida (BERTAUX, 2010, p. 15). Assim, serão realizadas entrevistas gravadas em áudio sobre o percurso de escolarização de jovens quilombolas de diferentes comunidades do estado do Espírito Santo, que tiveram acesso ao ensino universitário. Estas serão transcritas e os dados serão tratados utilizando a técnica análise de conteúdo.

Visando debater os estudos contemporâneos sobre a inserção dos jovens quilombolas na educação escolar, um dos procedimentos de investigação será a pesquisa bibliográfica. Para tanto, será realizado uma consulta a materiais já elaborados sobre o acesso de jovens quilombolas à educação escolar. Este método torna-se importante considerando que irá fornecer embasamento para a discussão da problemática apontada.



REFERÊNCIAS

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de Vida: a pesquisa e seus métodos**. Edufrn, 2 ed. São Paulo, Natal, 2010.

BIGOSSI, Fabiela. **Trajelórias Universitárias**: estudo etnográfico da construção de projetos de vida dos estudantes negros em Porto Alegre. Dissertação: mestrado em Antropologia. UFRGS, 2009. Introdução, cap. 1,2 e 3.

BOURDIEU, Pierre; **A ilusão bibliográfica**. Disponível em: http://letrasorientais.fflch.usp.br/sites/letrasorientais.fflch.usp.br/files/A%20Ilus%C3%A3o%20Biogr%C3%A1fica_0.pdf. Acesso em 20/06/2018.

MONGIM, Andrea Bayerl. **Título universitário e prestígio Social**: percursos sociais de estudantes beneficiários do prouni. Niteroi: Universidade Federal de Fluminense, 2010. **Tese** (Doutorado em Antropologia), Universidade Federal de Fluminense.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Olhar, ouvir e escrever. In: **O trabalho do Antropólogo**. 2 Ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo, Editora UNESP, 2000.

PEREIRA, Amílcar Araújo. Memória, democracia e educação: reflexões sobre a diversidade étnica e história oral. In: **Revista de História Oral**, v. 16, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=273&path%5B%5D=304>. Acesso em 10/06/18.

TEIXEIRA, Moema de Polli. **Negros na Universidade**: Identidade e Trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2003. p. 18-31; 45-120; 185-237.



denominadas como coletivo, grupo de estudo, dentre outros ou mesmo individualmente, se envolvendo em discussões sobre relações raciais, bem como com diversas situações e contextos sociais relacionados a esse tema. Esses estudantes, através de novas experiências e saberes expõem a complexidade das relações étnico-raciais na universidade, questionando a cultura acadêmica.

REFERÊNCIAS

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vidas: a pesquisa e seus métodos**. Natal, RN: EDUFRRN. São Paulo: Paulus, 2010.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 07 abril 2016.

CARVALHO, José Jorge de. **O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro**. PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. UniCEUB, FACJS. Vol.2, N.1, 2007, p.31-50.

CARVALHO, José Jorge de; SEGATO, Rita Laura. **Uma proposta de cotas e ouvidoria para a universidade de Brasília**. Março 2002. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa e princípio igualdade: O direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar. 2001

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa: história e debates no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Autores Associados e Fundação Carlos Chagas, n. 117, p. 197-217, novembro. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742002000300010&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 Ago 2015.

MONGIM, Andréa. **Projetos de escolarização e ingresso de estudantes negros na universidade em contexto de ações afirmativas**. Revista Contemporânea de Educação, vol. 12, n. 23, jan/abr de 2017.

_____. **Diversidade, raça e classe: atributos sociais de discentes beneficiários de programas de reservas de cotas**. Realis - revista de estudos antiUtilitaristas e posColoniais, Vol 2, n 01, jan-Jun 2012 ISSN 2179-7501. Disponível em: <www.revistarealis.org>. Acesso em: 23 ago. 2015.

MUNANGA Kabengele. **Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e**



GRUPO DE TRABALHO ED 033

MEMÓRIAS E ATUAÇÃO DE MESTRES E LIDERANÇAS NA AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES AFRODESCENDENTES

Coordenadoras e coordenador:

Prof.^a Dr.^a Sônia Regina Lourenço (UFMT)

Prof.^a Dr.^a Aissa Afonso Guimarães (UFES)

Prof. Dr. Osvaldo Martins de Oliveira (UFES)



sugestões de práticas que poderão agregar ao currículo escolar as produções culturais dos territórios circundantes à unidade escolar e que se encontram imbricadas em seus diversos modos de viver. Mudar o olhar pedagógico, e assim, num vislumbrar de trabalho conjunto e colaborativo em consonância com aqueles que estão no chão da escola e os sujeitos dos territórios do seu entorno poderá possibilitar o desencadeamento de reflexões no sentido de pensar não a adaptação do aluno à escola, mas a adaptação do contexto escolar aos alunos, tornando-o múltiplo, rico de experiências e possibilidades. Trata-se de romper barreiras humanas e arquitetônicas, criando novos conceitos, ressignificando a aprendizagem e, conseqüentemente, o desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. **Olhares sobre Jongos e Caxambus: processos educativos nas práticas religiosas afro-brasileiras**. 2013. Tese de doutorado em Educação. PPG-UFES, Vitória, 2013.

BARTH, Fredrik. **O guru. O iniciador e outras variações antropológicas**. - Fredrik Barth. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro- Brasileira", LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182o da Independência e 115o da República. D.O.U. de 10.1.2003.

GIL, Antônio Carlos, 1946 - **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. - [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais** / Stuart Hall; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende ... et all. - Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teoria da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 39ª ed. Campinas, S.P: Autores Associados, 2007 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo: vol. 5).

SANTOS, Boaventura de Sousa, 1940 - **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social** /Boaventura de Sousa Santos; tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.



A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL ENTRE TRABALHADORAS NEGRAS EM TEIXEIRA DE FREITAS-BAHIA

ANALYZE OF ETHNIC-RACIAL IDENTITY AMONG BLACK WORKERS IN TEIXEIRA DE FREITAS-BAHIA

DE ANALISER LA IDENTIDAD ÉTNICO-RACIAL ENTRE TRABAJADORAS NEGRAS EN LA TEJERA DE FREITAS-BAHIA

Caline Macário Guimarães Ferreira¹⁷⁷
 Francisco Antônio Nunes Neto¹⁷⁸

RESUMO: A proposta em análise tem como objeto/tema os deslocamentos de mulheres negras – não somente cartográficos – dos agrupamentos negros rurais, urbanos, espaços públicos e privados para problematizar: como se operacionalizam a construção do pertencimento identitário étnico-racial entre as mulheres negras que trabalham como faxineiras, domésticas, babás, feirantes, comerciantes, manicures, cabeleireiras, atendentes e professoras no bairro Liberdade II em Teixeira de Freitas? Qual é a natureza e a tipologia dos ícones e/ou símbolos que aquelas mulheres acionam em seus processos de identificação com as práticas culturais afro-brasileiras? Para tanto, a pesquisa utiliza em seu arcabouço diferentes tipos de fontes, das bibliográficas às pictóricas e em diálogo com as orais ou outras de natureza literária sobre as histórias de vida e as formas de representações sobre as mulheres negras.

Palavras-chave: Gênero; Identities; Etnicidade; Raça.

ABSTRACT: The purpose of the present proposal is the displacement of black women, not just cartographers, from rural, urban, public and private black groups, to problematize: how to construct the ethno-racial identity between the black women who work as cleaners, housekeepers, nannies, tradesmen, manicures, hairdressers, attendants and teachers of the Liberdade II neighborhood in Teixeira de Freitas? What is the nature and the typology of the icons and / or symbols that these women trigger in their processes of identification with Afro-Brazilian cultural practices? To do so, the research uses different types of sources in its framework, from bibliographical to pictorial and in dialogue with oral or other literary nature on life histories and forms of representations about black women.

Keywords: Gender; Identities; Ethnicity; Breed.

RESUMEN: La propuesta en análisis tiene como objeto / tema los desplazamientos de mujeres negras - no sólo cartográficas - de los grupos negros rurales, urbanos, espacios públicos y privados para problematizar: cómo se opera la construcción de la pertenencia identitaria étnico-racial entre las mujeres negras que trabajan como limpiadoras, domésticas, niñeras, comerciantes, manicuras, peluquerías, asistentes y profesoras del barrio en el barrio Libertad II en Teixeira de Freitas? ¿Cuál es la naturaleza y la tipología de los iconos y / o símbolos que aquellas mujeres accionan en sus procesos de identificación con las prácticas culturales afrobrasileñas? Para ello, la investigación utiliza en su estructura, diferentes tipos de fuentes, de las bibliográficas a las pictóricas y en diálogo con las orales u otras de naturaleza literaria sobre las historias de vida y las formas de representaciones sobre las mujeres negras.

Palabras clave: Género; Identities; Origen étnico; Carrera.

¹⁷⁷ Mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa Práticas e Representações Culturais em Um Lugar no Mundo/UFSA. E-mail: calinecampusx@gmail.com

¹⁷⁸ Doutor em Cultura e Sociedade/UFBA. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais. Orientador. E-mail: francisco@ufsb.edu.br



Keywords: Jongo e Caxambu; Network; Parties; Territoriality.

RESUMEN: Este documento se centra en la agencia de jongueiros y caxambuzeiros, una categoría compartida por agentes de investigación social, miembros de comunidades negras y quilombolas ubicadas en la unión entre los estados de Espírito Santo, Río de Janeiro y Minas Gerais (Brasil). En este triple límite, se observó una gran red de partidos devocionales vinculados a la práctica del jongo y el caxambu. Desde este contexto, me pregunto aquí acerca de la formación de un circuito festivo, con la intención de describir los primeros análisis sobre la constitución de relaciones inmersas en conjuntos significativos de estos agentes étnicos en la producción de territorialidades específicas. Por lo tanto, existe un intenso movimiento de reclamos culturales por los derechos relacionados con la garantía del patrimonio cultural y los territorios tradicionales, especialmente quilombolas, que transforma una "región" en un territorio reclamante de la agencia de agentes políticos en busca de sus derechos. derechos étnico-raciales (BOURDIEU, 1989). En este sentido, la comunicación propone debatir los procesos organizativos de esta red, mientras se constituyen producciones simbólicas y se negocian las territorialidades en busca de derechos étnico-raciales.

Palabras clave: Jongo e Caxambu; La red; Las partes; Territorialidad.

O presente resumo expandido tem como objetivo apresentar sucintamente o projeto de pesquisa de doutoramento que analisará sobre a agência dos jongueiros e caxambuzeiros, categoria compartilhada pelos agentes sociais da pesquisa, membros de comunidades negras e quilombolas situados na junção entre os estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (Brasil).

Nessa tríplice divisa interestadual, mais precisamente entre o Sul do Espírito Santo, Norte e Noroeste Fluminense e Sudeste de Minas Gerais, foi observado a constituição de uma ampla rede de festas devocionais ligadas às religiões de matrizes africanas e ao jongo e caxambu. A partir desse contexto, por meio da etnografia realizada, interrogo sobre a formação de um circuito festivo na intenção de observar a constituição das relações imersas em conjuntos significativos desses agentes sociais na produção de territorialidades específicas.

A região supracitada é narrada em pesquisas historiográficas, como um importante sistema econômico e cultural no período escravista e, no pós-abolição, está marcado pela ocupação de famílias negras em pequenos lotes oriundos de compras e acordos com o sistema de *plantation* cafeeiro e sucroalcooleiro (MATTOS, 2013). Mais recentemente, nota-se um movimento intenso de reivindicações culturais por direitos relacionados à garantia do patrimônio cultural e dos territórios tradicionais, especialmente quilombolas, o que transforma uma "região" em um território reivindicado a partir da agência dos agentes políticos em busca de seus direitos étnico- raciais (BOURDIEU, 1989).



Observa-se que a autoidentificação como jongueiros e caxambuzeiros designa uma linguagem específica que se direciona para as formas organizativas características das localidades negras dessas regiões, sobretudo no agenciamento da memória coletiva e territorial, que indica uma procedência ligada às religiões de matrizes africanas. Tal acionamento mnemônico e político se distribui em vários espaços institucionais e comunitários e constitui uma bandeira de luta contra o preconceito e discriminação.

Os primeiros dados etnográficos da pesquisa foram levantados na condição de bolsista do Programa de Pesquisa e Extensão “Jongos e Caxambu: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo” (ProExt/UFES), coordenado pelo antropólogo e professor Dr. Osvaldo Martins de Oliveira, nos anos de 2012 e 2013, em que realizamos visitas nas localidades que tinham como um dos processos criativos dos territórios negros e quilombolas a prática do jongo e do caxambu.

Ao dar continuidade ao campo, durante o mestrado, em 2014 a 2016, realizei uma etnografia, sob a orientação do Prof. Dr. Sandro José da Silva, na comunidade negra rural São Mateus, localizada no município de Anchieta (ES), em que foram observados os processos de constituição e organização social e política dos comunitários por meio do jongo (SILVA, 2016).

Atualmente, como projeto de pesquisa de tese, que se encontra em andamento e sob a orientação do Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, o campo direciona em afirmar sobre as dimensões simbólicas da ação social ao abranger a prática do jongo e do caxambu, que permeiam as dinâmicas das formas organizativas comunitárias e que estabelece articulações e negociações de maneira a reorganizar socialmente os territórios (BARTH, 2000). Mais do que isso, averigua como as comunidades abrangidas na etnografia somam-se e pertencem a uma territorialidade negra e quilombola estabelecida na tríplice divisa, uma vez que suas narrativas, histórias e memórias correlacionam entre si.

Os grupos étnicos definem suas relações sociais e simbólicas por meio de seus antepassados, de maneira que esses legitimam a memória como um elemento articulador na reconstrução dos sinais diacríticos (BARTH, 2000, p. 32) das comunidades. Ao estabelecerem fronteiras étnicas, a partir das experiências de alteridade, os comunitários reinventam-se por meio da criação de novos símbolos, embasadas na valorização do passado e suas recriações.



os elementos em comum entre os grupos que se autodefinem jongueiros ou caxambuzeiros, e não em definir um “modelo oficial” do que seria cada uma dessas práticas em específico.

O termo caxambu, pelo que contam os agentes praticantes e que, na maioria das vezes, nomeia o grupo com tal designação, remete ao nome do tambor, principal instrumento utilizado nas rodas. Um segundo elemento muito pertinente no que condiz a essas duas práticas afro-brasileiras, é a criação dos pontos. Eles são versos criados no momento da realização das rodas, em que retratam diversos aspectos da vida comunitária, visto que é sempre direcionado a alguém ou ao grupo, já que são suas maneiras de discursar.

Ao completar o quadro descritivo dos elementos que compõem o jongo e o caxambu que são, além dos tambores (que podem ser dois e até mais, dependendo do grupo praticante), das danças e dos pontos, toda essa orquestra deve ser ministrada por um/a mestre/a. Geralmente, o/a ocupante dessa hierarquia é o/a ancião/ã da comunidade, o/a mais velho/velha. Eles/as são os/as detentores/as do conhecimento, dos saberes e fazeres da roda.

Tendo em vista esta nova categoria que emerge no plano político cultural, bem como as discussões no campo acadêmico, foi possível perceber como as comunidades negras e quilombolas da tríplice divisa entre os estados brasileiros da pesquisa, passaram por processos de transformações promovidas pelas suas reorganizações sociais em torno do seu patrimônio cultural. Ao reforçarem o jongo e o caxambu, entendido aqui como um sinal diacrítico (BARTH, 2000, p. 32) dessas comunidades, foi estabelecida uma rede de luta constituída pela crença na afinidade de origem, ou seja, na procedência comum (WEBER, 1920, p. 270) na medida em que afirmam essas práticas como de origem africana.

O jongo e o caxambu são uma das dinâmicas comunitárias sobre o alcance do reconhecimento da identidade étnica dos praticantes perante as demais parcelas da sociedade e a afirmação de que seus tambores constituem uma dimensão dos processos comunitários, haja vista que, a prática cultural em evidência é uma rede política que interliga essas localidades da tríplice divisa interestadual e que demarca ali uma territorialidade negra e quilombola, além das relações de trabalho e a espiritualidade.

A partir disso, é coerente abordar a noção de região para Pierre Bourdieu (1989), em que



destaca que as relações de poder não se estabelecem na sociedade apenas a partir do plano econômico, mas utilizam-se também de construções simbólicas, como a própria noção de região, essa que é resultado de uma construção simbólica, como produto dessa disputa entre as diferentes áreas do saber, pelo poder de definir os limites e os sentidos a serem atribuídos a ela.

O jongo e o caxambu são resultados da ação comunitária que estabelece articulações e negociações de maneira a reorganizar socialmente o território. A denominação é uma forma de marcar esse território, na medida em que as transformações provocadas pelo processo de apropriação dessa prática cultural pelas políticas patrimonialistas, o fomento de um turismo étnico e da expansão urbana geraram mudanças significativas no sistema de representação do espaço.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de preto, terras de Santo e Terras de Índio. Uso Comum e Conflito.** Revista do NEA. UFPA, 1989.

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. **Pelos caminhos do Jongo/Caxambu: História, Memória e Patrimônio.** Niterói: EDUFF, 2008.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

SILVA, Larissa de Albuquerque. **O alvoreço do mangangá: uma análise do processo patrimonialista do jongo na comunidade de São Mateus, Anchieta (ES).** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

WEBER, Max (1972). **Economia e Sociedade.** 3. ed., Brasília: Editora da UNB [1920].



que pretendiam consolidar a história de Santana como local de origem dos quilombolas da região norte. Este processo de remodelação da história consolidou os relatos acerca de Santana como local de moradia de quilombolas que comercializavam farinha de mandioca (SIQUEIRA, 2017). Estes quilombolas reuniram os recursos advindos da produção da farinha de mandioca para financiar a alforria de negros escravizados. Contudo, foram impedidos, pois na véspera da celebração de Nossa Senhora de Santa Ana em 26 de julho de 1881, a Guarda da Província do Espírito Santo foi à vila a fim de impedir tal ação. Houve enfrentamento entre quilombolas e soldados; os quais incendiaram o local. Os quilombolas que sobreviveram se dividiram em dois grupos, um deles foi para o sul do estado e o outro grupo caminhou em direção ao interior. Deste segundo grupo de quilombolas teve origem os quilombos do norte do Espírito Santo. Tal relato foi propagado por folcloristas, com destaque para os trabalhos de Maciel de Aguiar (1995a; 1995b; 1996), como registro de trabalhos e pesquisas de articulares de direitos quilombolas (FERREIRA et al., 2006; 2009; OLIVEIRA, 2016; 2011; 2010; MARTINS, 2000; SILVA, 2012).

O meu interesse por Santana ocorreu porque a vila é reconhecida pelas moradoras e vizinhas como local de patrimônio cultural constituído por quilombolas¹⁸¹. Santana foi apresentada pelos folcloristas e memorialistas como um “lugar de negros”, essa categoria identitária “negro”, embora construída como central, guarda algumas classificações que são atribuídas pelos seus moradores. Isto porque um dos interesses dessa abordagem folclorista é afirmar uma essência e uma originalidade das pessoas, fixando suas identidades a partir da autoridade de quem faz o relato. Entretanto, os moradores de Santana, como visto no referido trabalho de campo, relatam memórias sobre povos indígenas; os quais também constituíram aquele grupo social. Considerando a ampliação do ponto de vista inicial por meio dos relatos de memória das moradoras de Santana, tornou-se interessante direcionar a reflexão para além dos contornos “negros-africanos”. Assim, a pesquisa realizada buscou o descolamento da perspectiva homogeneizadora sobre Santana. Deste modo, percebeu-se as nuances e significados que um grupo de mulheres atribuem à sua vida, sua trajetória pessoal e a/os

¹⁸¹ Estive em Santana pela primeira vez em 2012 na condição de bolsista de extensão universitária no Projeto de Pesquisa e Extensão vinculado à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O Projeto foi criado das reivindicações de jongueiros e caxambuzeiros - praticantes de danças e vocalizações acompanhadas por tambores que são caracterizadas como manifestação cultural afro-brasileira - e ocorreu entre 2012, 2013 e 2016 com financiamento da Pró-Reitora de Extensão da UFES (ProExt/UFES) e do Ministério Nacional da Educação (MEC). O tombamento das manifestações dos Jongos e Caxambus realizados na região sudeste do Brasil como patrimônio imaterial aconteceu em 2005, como desdobramento das ações de ativistas e pesquisadores da temática afro-brasileira (AMORIM & OLIVEIRA, 2014).



5th THE WORLD CONFERENCE ON REMEDIES TO RACIAL & ETHNIC ECONOMIC INEQUALITY

5^ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES ECONÔMICAS RACIAIS & ÉTNICAS

26 — 29 . SETEMBRO . 2018 ***** UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO ***** VITÓRIA ***** BRAZIL

SILVA, Sandro José da. **Do fundo daqui**: luta política e identidade quilombola no Espírito Santo. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, 2012.



ESCOLA POPULAR QUILOMBOLA DE EDUCAÇÃO POLÍTICA E
AMBIENTAL: SAPÊ DO NORTE - PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS NO
ESPÍRITO SANTO/BRASIL

QUILOMBOLA POPULAR SCHOOL OF POLITICAL AND ENVIRONMENTAL
EDUCATION: SAPÊ DO NORTE - EMANCIPATORY PRACTICES IN ESPÍRITO
SANTO/BRAZIL

ESCUELA POPULAR QUILOMBOLA DE EDUCACIÓN POLÍTICA Y
AMBIENTAL: SAPÊ DO NORTE - PRÁCTICAS EMANCIPATORIAS EN
ESPÍRITO SANTO/BRASIL

Olindina Serafim Nascimento¹⁸⁴

Maria Cecília Fantinato¹⁸⁵

RESUMO: O artigo visa narrar em síntese o projeto da Escola Popular Quilombola de Educação Política e Ambiental, desenvolvida nas comunidades quilombolas do norte do Espírito Santo, experiência de Educação popular. Tendo como objetivo destacar a contribuição do projeto como modo de pensar uma proposta de educação popular emancipatória sobre a possibilidade de ação e reação na educação política das lideranças do território quilombola do Sapê do Norte. Assim como criar e discutir temas que contribuem para desenvolvimento do processo de transformação política das lideranças quilombolas nas comunidades. O Projeto foi direcionado para as lideranças quilombolas capixabas do norte do Espírito Santo. Esses povos resistem e, sabem que deixar o território que ocupam tradicionalmente significa perder sua identidade.

Palavras-chave: Histórias de vida, formação popular e política, educação quilombola ambiental.

ABSTRACT: The article aims to narrate in synthesis the project of the Quilombola Popular School of Political and Environmental Education, developed in the quilombola communities of northern Espírito Santo, experience of popular education. Objective: to highlight the contribution of the project as a way of thinking about a popular emancipatory education about the possibility of action and reaction in the political education of the leaders of the quilombola territory of Sapê do Norte, as well as to create and discuss themes that contribute to the development of the transformation process community leaders. Project directed to the leading quilombola of Espírito Santo, Espírito Santo. Resist and, they know that leaving the territory they occupy traditionally means losing their identity.

Key words: Life histories, popular and political formation, quilombola environmental education.

RESUMEN: El artículo pretende narrar en síntesis el proyecto de la Escuela Popular Quilombola de Educación Política Ambiental, desarrollada en las comunidades quilombolas del norte de Espírito Santo, experiencia de Educación popular. Objetivo, destacar la contribución del proyecto como modo de pensar una propuesta de educación popular emancipatoria sobre la posibilidad de acción y reacción en la educación política de los liderazgos del territorio quilombola del Sapê del Norte, así como crear y discutir temas que contribuyen al desarrollo del proceso de transformación política de los liderazgos quilombolas en las comunidades. Proyecto dirigido a los liderazgos quilombolas capixabas, norte del Espírito Santo. Resistieron y, saben que dejar el territorio que ocupan tradicionalmente significa perder su identidad.

Palabras clave: Historias de vida, formación popular y política, educación quilombola ambiental.

¹⁸⁴ Doutoranda - Universidade Federal Fluminense - Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação Doutorado em Educação – Niterói – Brasil. E-mail: olindinaafricadudu@yahoo.com.br

¹⁸⁵ Professora associada IV da Universidade Federal Fluminense, atuando na Faculdade de Educação, no curso de Pedagogia e na Pós-Graduação Stricto Sensu-Coordena o Grupo de Etnomatemática da UFF (GETUFF) – Niterói – Brasil. E-mail: mcfantinato@gmail.com



empresa de eucalipto da época a Aracruz Celulose¹⁸⁶, nos territórios, os quilombolas convivem com falta de terra, de água e com a extinção da mata atlântica. Levando os, a experimentarem novos plantios de mudas nativas e sementes crioulas. Buscam suas próprias saídas encontram aliados na Rede Deserto Verde e Via Campesina¹⁸⁷.

De acordo com (GOHN, 2013). Realizar um trabalho de base, gerador de consciências críticas no sentido pleno da transformação social, processo de incentivo às potencialidades dos próprios indivíduos para melhorarem suas condições imediatas de vida, promovendo o “empoderamento” da comunidade, isto é, a capacidade de gerar processos de desenvolvimento autossustentável, com a mediação de agentes externos. As lutas sociais por reconhecimento convivem com lutas pela redistribuição e acesso a bens e serviços (2013, p. 58).

Refletindo conforme GOHN 2013, os movimentos do passado possuíam papel essencialmente universalizante, uma vez que lutavam pelo “direito a ter direitos”. Mas, hoje, o que se busca é o reconhecimento e o respeito à diferença às demandas e características particulares, representados pelos movimentos identitários. Atualmente existe grande variedade de organizações, articulações, projetos e experiências, refletindo a ampliação do leque dos movimentos sociais (2013, p. 17).

No contexto de articulação dos movimentos sociais e as aprendizagens, o movimento quilombola lança mão de Paulo Freire, que postula uma educação libertadora e conscientizadora, voltada para a geração de um processo de mudança na consciência dos indivíduos, orientada para a transformação deles próprios e do meio social onde vivem (FREIRE, 1970 p.16).

No ano de 2004, as lideranças quilombolas do Território do Sapê do Norte, em parceria com uma organização não governamental FASE Espírito Santo, iniciaram um processo de organização política ambiental nas comunidades quilombolas. A este processo, deu-se o nome de Escola Popular Quilombola de Educação Política e Ambiental, um projeto de educação popular dirigido às comunidades quilombolas em parceria com a FASE, com a finalidade específica para contribuir na luta quilombola e, na construção de novas condições para a transformação daquela realidade, marcada por profunda injustiça social. A educação

¹⁸⁶ A empresa, passou por um processo de mudança estrutural mudou de nome e, atualmente se chama Suzano Papel e Celulose.

¹⁸⁷ Fala do coordenador da FASE-ES, Marcelo Calazans.



popular foi o meio encontrado de proporcionar as lideranças quilombolas, instrumento e mecanismos de empoderamento na luta.

Munanga (2005), a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos, que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados.

Segundo Munanga:

O processo de construção da democracia brasileira, que não poderá ser plenamente cumprida enquanto perdurar a destruição das individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira, é longo e demorado processo de transformação de nossas estruturas mentais herdadas do mito de democracia racial e, conseqüentemente, dos mecanismos racistas que, sutil, consciente ou inconscientemente, marcaram a nossa própria educação e formação, é oferecer e discutir alguns subsídios que possam ajudar no desenvolvimento do processo de transformação de nossas cabeças (MUNANGA 2005, p. 20).

Munanga 2005, entende que uma educação que visa não somente o domínio das teorias e novas tecnologias, que, embora imprescindíveis, não seriam suficientes aos grupos étnicos.

A Escola Popular Quilombola de Educação Política e Ambiental, teve como **objetivos**:

- 1) Proporcionar as lideranças quilombolas, por meio da formação popular, base política pedagógica para o desenvolvimento de suas ações no movimento;
- 2) Possibilitar o acesso das lideranças a informação dos direitos fundamentais;
- 3) Criar mecanismo da luta pela terra, na terra.

A Escola Popular Quilombola de Educação Política e Ambiental foi pensada como um local que acolhe a todos e, que proporciona as lideranças quilombolas, base política pedagógica para o desenvolvimento de suas ações em prol do movimento.

A Escola Popular Quilombola de Educação Política e Ambiental, teve papel fundamental na formação política das lideranças quilombolas do Sapê do Norte. A FASE neste projeto foi parceira das lideranças quilombolas na organização das oficinas com aspectos étnicos, históricos, antropológicos e culturais presentes. Também esteve à frente da logística financeira para a realização das oficinas.



MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. Organizador. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. **Etnicidade e Territorialidade**. Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo entre agosto de 2008 e julho de 2009.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. Coleção: primeiros passos - vol. 7: 1998. Edição: 15ª.

ANEXOS



Foto 1: Seminário da Escola de formação, 2007.

Foto 2: Oficina da Escola de formação com o tema da Educação Quilombola, 2006



Fonte imagens: Fase

NECROPOLÍTICA ESTATAL E AS LUTAS VITAIS DE MULHERES NEGRAS PERIFÉRICAS



Neste trabalho propomos localizar os posicionamentos das mulheres negras periféricas no que diz respeito às políticas públicas destinadas à população; identificar as demandas das mulheres negras periféricas (seus problemas públicos, suas origens e os principais responsáveis) do Estado do Espírito Santo; saber das suas estratégias de auto-solução de seus problemas sociais; e desenvolver análise política sociológica da investigação sobre este seguimento da população.

A história brasileira é demarcada por uma larga ineficiência de ações no campo dos direitos. Vivenciamos no Brasil um histórico acúmulo de injustiças, pobreza, desigualdades e as violações dos direitos humanos perpassam os campos de classe, raça e gênero. Por outro lado, as políticas públicas brasileiras ideologicamente são revestidas pelo princípio da igualdade formal, proclamada pelo Estado liberal, sendo pouco capazes de amenizar essas desigualdades e pobreza do país. As políticas públicas nos procedimentos do mundo globalizado regulamentam o social com decisões transnacionais e mercadológicas. O mercado torna-se motor das políticas e da vida das pessoas em suas mais remotas comunidades.

Os povos afrodescendentes no Brasil enfrentam elevados índices de pobreza, de fome e de miséria. A institucionalização do racismo no Brasil contribui para a manutenção dessas desigualdades. O racismo é a afirmação de superioridade de uma raça sobre as outras, como forma de manutenção do poder e do domínio cultural, social, econômico e político. Pode tomar diversas formas, sendo que a segregação é a mais ostensiva.

“A prática do racismo está estritamente ligada à defesa de interesses sociais e econômicos das elites dominantes. Não se trata apenas de ‘preconceito’, ou de discriminação. Racismo seria a expressão mais forte e violenta, resultante de preconceitos não discutidos, de discriminações não questionadas ao longo de um determinado processo histórico-cultural” (TEODORO, 1996, p. 99).

O racismo estrutural e relacional no Brasil formam um dos principais germens da pobreza, de modo que o fortalecimento de políticas de equidade não se mostram suficientes: “para combater a pobreza, é necessário combater o racismo” (ROLAND, 2001, n.p.). O modelo de organização socioeconômica imposta pelo Estado deturpa os sistemas tradicionais dos povos negros porque não respeita sua cultura e seus saberes. Quando o sistema de saúde não permite o parto de uma mulher negra em casa, pelas parteiras tradicionais, por exemplo, as mulheres perdem esse saber. Não sabem mais fazer parto. E os laços comunitários e as parcerias internas vão se perdendo na comunidade. A coletividade é muito importante para



as comunidades negras. A conversa e o diálogo são essenciais, pois a comunidade tem por base a oralidade e a conversa e o aconselhamento com os anciões são imprescindíveis para resolver os conflitos. As leis jurídicas são exterioridades que não reconhecem as singularidades e as formas de vida desses povos negros tradicionais.

A situação de exclusão vivenciada pelas mulheres negras desfavorece o bom desempenho do desenvolvimento humano no país. As discriminações contra elas alargam os abusos, a violência sexual e doméstica, a pouca participação no todo social e os problemas relacionados à saúde reprodutiva. Intensificações de melhorias das políticas públicas universais acopladas a políticas específicas amenizariam essas diferenças.

A maioria das mulheres negras brasileiras está nos bairros pobres periféricos das cidades, no interior e nas comunidades rurais, com pouco acesso aos serviços públicos. Elas estão desapropriadas de saúde integral, de educação de qualidade, de moradias adequadas, do trabalho decente e bens culturais. A consciência crítica sobre o racismo não pode permanecer superficial, há exigências de lutas essenciais relacionadas aos direitos econômicos, assistência à saúde e contra a violência de gênero e raça nas suas variadas formas (DAVIS, 2018). A partir dos relatos das mulheres entrevistadas e das comunidades observadas, se nota uma forte demanda por políticas públicas específicas, voltadas às mulheres negras.

Nossa investigação, qualitativa e etnográfica, valoriza a dinâmica da multiplicidade dos fatos, reconhecendo o sujeito histórico como criador e transformador de sua realidade. As pessoas e suas ações revelam a estrutura sociopolítica e econômica historicamente formada, mas tal coerência determinista é por vezes desafiada por atos individuais de coragem e resistência. A partir da noção de 'necropolítica', de Mbembe (2018), apontamos que há populações descartáveis pela biopolítica estatal que são consentidas à morte. A Filosofia da Libertação, de Dussel (2002), sugere a necessidade de atermos à uma ética libertadora provinda de todos que podem incidir na realidade das mulheres negras periféricas.

A investigação buscou estabelecer diálogos íntimos e espontâneos junto às mulheres negras de comunidades periféricas urbanas e quilombolas do Sapé do Norte, nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus. As mulheres negras periféricas urbanas que dialogamos foram: as artesãs incluindo as paneleiras de Goiabeiras/Vitória; marisqueiras da Rua do Lixo, de Itapuã e Grande Terra Vermelha (GTV), em Vila Velha. Na ausência da dignidade humana consta a negação do ser, sendo a privação do alimento o principal tormento entre elas. As



mulheres possuem em média 30 a 67 anos, a maioria sem cônjuges, com três a cinco filhos. O que ganham, quando possuem alguma renda, mal é suficiente para uma boa alimentação: “em casa só se comia farinha e quiabo para descer. Depois que saia do seringal pescava lambari para comer” (Lis. GTV. Entrevista: 13/02/18). Como o dinheiro que recebem do programa Bolsa Família também é pouco, recorrem a outras estratégias, como pedir óleo de cozinha das frituras que os moradores do condomínio descartam, vão ao Ceasa pegar os vegetais que sobram e quando acaba o gás de cozinha fazem fogo no chão.

As mulheres conseguem realizar as consultas médicas porque a agente de saúde agenda para elas. Porém, não conseguem realizar os exames e nem comprar os medicamentos receitados pelos médicos. Sem acesso aos remédios, quando passam mal, procuram o pronto atendimento da Glória porque lá eles as medicam. Os serviços odontológicos são mínimos nos bairros, esperam mais de anos para uma consulta. Já aconteceu de nunca terem sido chamadas depois de esperarem anos na fila de espera. Elas não conseguem pagar aluguel “construir meu barraco com o resto de guarda roupa que o povo do condomínio jogava fora”. Afirmou uma delas. Muitas vivem se mudando porque não consegue pagar o aluguel e os proprietários pedem os imóveis depois de três meses de não pagá-los.

As maiores preocupações das mulheres urbanas relatadas foram: a falta da creche e escola com tempo integral; do emprego para elas e filhos; da casa própria, as que têm casa expressaram a necessidade de poder ampliá-las porque “dorme tudo amontoad”; do transporte melhor e mais barato; de ter postos de saúde nos bairros que lhes atendam suas necessidades; e de saneamento básico. As mulheres quilombolas destacaram a necessidade de retomar suas terras; ter acesso à água; ter condições de plantio e colheita; contar com os serviços públicos dentro das comunidades; de ter encontros entre as mulheres para conversarem sobre “as coisas das mulheres entre nós mesmas. Temos muita solidão, não há como a gente se encontrar porque é tudo longe”. As residências nas comunidades são bastante afastadas umas das outras e elas não dispõem de meios de transportes.

Enquanto as mulheres urbanas apresentaram dificuldades para poder reunir e discutir seus problemas, as quilombolas manifestaram o desejo de persistirem na luta que vem desenvolvendo nas comunidades. Elas, as marisqueiras e as artesãs, disseram-nos que ser mulher negra é ser discriminada, deixada de lado pelo poder público. É ter que “matar um leão por dia” para mostrar que somos gente. Já, as da Rua do lixo e da GTV compactuaram:



ser negra é ser igual a todo mundo que é pobre. Elas não vêem diferenças raciais entre as pessoas negras e brancas.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Org. Frank Barart. Trad. Heci Regina Candiani. Ed. 1. São Paulo: Boitempo, 2018.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Trad. Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. n-1 edições, trad. Renata Santini. Rio de Janeiro, 2018.

ROLAND, Edna Maria Santos. **Sociedade: racismo no mundo: a caixa de Pandora**. Teoria e Debate, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, n. 49, 5 dez. 2001.

TEODORO, Maria de Lourdes. Elementos básicos das políticas de combate ao racismo brasileiro. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Estação da Ciência – Edusp, 1996.



GRUPO DE TRABALHO ED 034

EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA SOCIAL

Coordenadoras:

Prof.^a Dr.^a Jacyara Silva de Paiva (UFES)

Prof.^a Dr.^a Terezinha Maria Schuchter (UFES)



SER OU NÃO SER? DESAFIOS DA DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA
PARA O SUJEITO NEGRO GAY

TO BE OR NOT TO BE? CHALLENGES OF DIVERSITY IN PUBLIC
EDUCATION FOR THE GAY BLACK SUBJECT

¿SER O NO SER? DESAFÍOS DE LA DIVERSIDAD EN LA EDUCACIÓN
PÚBLICA PARA EL SUJETO NEGRO GAY

Marcelo Loureiro Ucelli¹⁹⁰

Yuri Miguel Macedo¹⁹¹

RESUMO: O estudo traz como problema a questão dos discursos instituídos na escola sobre os estudantes negros e gays, engendrados no contexto das políticas de ações afirmativas e outras formas de inserção das diferenças. O assunto é relevante visto que o racismo, bem como a homofobia, no século XXI, ainda pode ser evidenciado na sociedade. Bem como os aspectos legais, como o direito à educação, as relações étnico-raciais, as identidades múltiplas e a escolarização desses grupos historicamente espoliados. A intenção é conhecer e verificar quais as representações dos educadores sobre a escolarização destes grupos sociais e sua participação no cotidiano escolar, principalmente no que preconiza a Lei 10.639/03, também outras ações de combate ao racismo e à homofobia no ambiente escolar. Gomes (2017); Chauí (2001); Del Priore (1991); Hall (2011); Munanga (2004); Telles (2006).

Palavras-chave: Sujeito negro-gay; Diferenças; Identidades; Educadores; Diversidade.

ABSTRACT: The study addresses the issue of discourses instituted in school about black and gay students engendered in the context of affirmative action policies and other forms of insertion of differences. The issue is relevant since racism as well as homophobia in the 21st century can still be evidenced in society. As well as the legal aspects such as the right to education, ethnic-racial relations, multiple identities and the schooling of these historically plundered groups. The intention is to know and verify what representations of educators about the schooling of these social groups and their participation in school daily life, especially in what advocates Law 10.639 / 03, also other actions to combat racism and homophobia in the school environment. Gomes (2017); Chauí (2001); Del Priore (1991); Hall (2011); Munanga (2004); Telles (2006).

Keywords: Black-gay subject; Differences; Identities; Educators; Diversity.

RESUMEN: El estudio trae como problema la cuestión de los discursos instituidos en la escuela sobre los estudiantes negros y gays, engendrados en el contexto de las políticas de acciones afirmativas y otras formas de inserción de las diferencias. El asunto es relevante ya que el racismo, así como la homofobia, en el siglo XXI, todavía puede ser evidenciado en la sociedad. Así como los aspectos legales, como el derecho a la educación, las relaciones étnico-raciales, las identidades múltiples y la escolarización de esos grupos históricamente expoliados. La intención es conocer y verificar cuáles son las representaciones de los educadores sobre la escolarización de estos grupos sociales y su participación en el cotidiano escolar, principalmente en lo que preconiza la Ley 10.639 / 03, también otras acciones de combate al racismo y la homofobia en el ambiente escolar. Gomes (2017); Chauí (2001); Del Priore (1991); Hall (2011); Munanga (2004); Telles (2006).

Palabras clave: Sujeto negro-gay; diferencias; identidades; educadores; Diversidad.

¹⁹⁰ Mestre em Educação, Pedagogo e Historiador, Vitória – Brasil. E-mail: marceloeducador@hotmail.com.

¹⁹¹ Pedagogo, Sociólogo e Pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo. Atuando principalmente nos seguintes temas: Identidade, Cultura, Classe, Gênero, Educação, Devoções, Transversalidade e Ancestralidade. Linhares – Brasil. E-mail: yurimacedo@id.uff.br.



ponto de vista eurocêntrico. Modelo que nega outras expressões culturais e impõe referenciais de um *ethos* branco.

Sem dúvida, as representações sociais¹⁹² sobre negros e índios acentuam ainda mais a precariedade de condições de vida destes grupos, fato que estruturou desigualdades entre brancos, negros e indígenas na sociedade brasileira. Obviamente, estes últimos não foram poupados. Dados do IPEA (2011) apontam um triste panorama da condição social da infância negra no Brasil, sendo a que mais sofre com as desigualdades socioeconômicas: trabalho infantil, abandono familiar e do Estado, violências, reprovação e evasão escolar.

Se antes a disciplina era a estratégia de dominação dos instintos “selvagens” e incivilizados, nestes últimos tempos a tentativa de enquadrar os que são colocados à margem, quase sempre crianças empobrecidas, indígenas, negras, gays, está legitimada nas práticas escolares. Os discursos apresentados no currículo, nas literaturas, no livro didático, nas práticas pedagógicas e nas relações entre os diferentes atores demonstram tal realidade.

No entanto, percebe-se, pelas diversas pesquisas, a total invisibilidade destes documentos na maioria das escolas brasileiras. Fato que expõe as crianças negras à manutenção da lógica de exclusão escolar que afeta de forma mais intensa, as crianças, adolescentes e jovens negros (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006, 2009; LOPES, 2008, GOMES, 2007), bem como violentam subjetividades sexuais diferenciadas. Quando a escola ignora as desigualdades raciais, de gênero e sexualidades e continua reproduzindo práticas universalistas, mesmo diante das legislações antirracistas e contra a homofobia, pode-se considerar a prática do racismo institucional e outras formas de sujeição das diferenças.

O racismo institucional contribui para a segregação e/ou exclusão de negros e indígenas.

Nesse contexto, podemos compreender que a identificação de raças é, na realidade, uma construção social, política e cultural produzida no interior das reações sociais e de poder ao longo do processo histórico [...]. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto dessas ditas serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas.

A questão mais séria é: por que aprendemos a ver o outro e, nesse caso, o negro, como inferior devido aos seus atributos físicos e a sua origem africana? A resposta é: porque vivemos em um país com uma estrutura racista que precisa ser superada

¹⁹² Para que a investigação no campo da educação possa influenciar a prática educativa, ela precisa adotar “um olhar psicossocial”, de um lado, preenchendo o sujeito social com um mundo interior, e, de outro, restituindo o sujeito individual ao mundo social (MOSCOVICI, apud, MAZZOTTI, 2008).



O Brasil convive, há séculos, com uma barreira que trava o desenvolvimento humano de parte significativa de sua população: o racismo, que se apresenta como um obstáculo de caráter tanto institucional (por meio de políticas que ignoram a população negra e indígena) quanto socioeconômico (por meio da desigualdade social que segrega parte da população nas áreas mais pobres do país (BRASIL, 2005, p. 08).

Assim, faz-se essencial pensar sobre os problemas apresentados por estudantes negros, gays e negros-gays nas escolas, através dos processos construídos por estas instituições na busca de compreender que fatores históricos, culturais, políticos, raciais, de gênero e sexualidades estão imbricados nas proposições desses espaços. Considera-se a relevância da disposição do professor em cumprir o que determina a Lei 10.639/03 e outras ações de combate à homofobia e modificar o currículo, as práticas pedagógicas e a concepção desses sujeitos, no sentido de viabilizar uma educação para a igualdade das diferenças.

Investigar os discursos dos professores sobre esses estudantes, assim como identificar possíveis exclusões no processo de escolarização deste contingente também é de suma importância para desconstruir com essa rede de violências e opressão. Neste sentido, uma proposta é que se estabeleça uma relação mais íntima dos discursos com as proposições legais antirracistas e contra a homofobia. Isso porque os dados do IPEA mostram que a maioria das crianças e adolescentes que abandonam a escola são negras ou assumem identidades sexuais não padronizadas (gays, lésbicas, travestis, transexuais etc.). Além deste dado, estes sujeitos estão em desvantagem em relação aos índices de reprovação escolar, fato este, importante para a problematização da relação da escolarização, currículo escolar e exclusão social, como desdobramento dessas exclusões.

Para isso, o recorte para a pesquisa histórica documental e oral se faz essencial na investigação da existência de uma real inserção das Diretrizes Curriculares Nacionais na escola, na relação com os discursos dos educadores, sobre estes grupos historicamente excluídos, também a produção discursiva de diferentes movimentos de ativistas que pululam nas redes sociais promovendo a valorização da autoestima dessas diferenças, bem como denunciando situações de violência e opressão.

Pensamos que é na prática da luta e da resistência que o levante se fará, sendo estes os pilares mais importantes na manutenção da cidadania e da democracia, e a escola se faz como espaço essencial neste processo de fortalecimento de identidades e subjetividades, mediando empoderamentos e buscando construir uma outra História, onde as diferenças sejam



concebidas como riqueza, fontes de novas culturas e expressões, em prol de um desenvolvimento político, social, econômico, cultural, educacional mais justo e verdadeiramente libertário.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary G. (orgs.). **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade.** Brasília: UNESCO, 2007.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Diário Oficial, Brasília, 10 de janeiro de 1996.** Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e dá outras providências. Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro-Brasileira.** Brasília: MEC, 2004.

BRASIL, Relatório de Desenvolvimento Humano – 2005. **Racismo, Pobreza e Violência.** 2005, p. 32-33.

BUJES, Maria I. E. **Infância e maquinarias.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil, mito fundador e sociedade autoritária.** 4^a ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

DEL PRIORE, M. (org.). **História da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto. 1991

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomás Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro. DP&A, 2011.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação.** Brasília: UNESCO, 2002.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 2^a edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6^a edição. Petrópolis: Vozes, 2009. 404 p.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro.** São Paulo: Global, 2004. 253p.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.** Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Anais, 1997.



SILVÉRIO, Valter Roberto *et al.* **Trabalhando a diferença na educação infantil.** São Paulo: Moderna, 2006. 127p.

TELLES, Vera da S. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.



AS DIFERENÇAS ÉTNICAS E RACIAIS NA BNCC: ENTRE REMINISCÊNCIAS E AUSÊNCIAS

ETHNIC AND RACIAL RELATIONS IN BNCC: BETWEEN REMINISCENCES AND ABSENCES

LAS DIFERENCIAS ÉTNICAS Y RACIALES EN BNCC: ENTRE REMINISCENCIAS Y AUSENCIAS

Terezinha Maria Schuchter¹⁹³

RESUMO: Discute como as diferenças étnicas e raciais foram contempladas na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental e Médio e tece problematizações em relação às competências apresentadas. Discute a importância de desinibilizar essas diferenças que foram encobertas em nome do padrão universal de normalidade que prescreve um único modelo de história, cultura, conhecimento e de existência humana. Utiliza como abordagem metodológica a pesquisa documental e bibliográfica e a análise do discurso, tecendo reflexões acerca dos fundamentos do discurso governamental (FOUCAULT, 1988). Analisa as proposições da Base, apontando para o não cumprimento da Lei nº 11.645/2008, uma vez que a história e a cultura negra e indígena são propostas como competências em apenas alguns componentes curriculares e não no âmbito de todo o currículo, como propõe a lei. Aponta os desafios existentes no sentido de efetivar as diferenças étnicas e raciais como currículo e não como temas de forma esporádica e assistemática.

Palavras-chave: Currículo; Diferenças; Etnia; Cultura; História.

ABSTRACT: This article discusses how ethnic and racial relations were addressed in the National Base Curriculum of Elementary and Secondary Education (Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental e Médio) and weaves problematizations on the proposed competences. It discusses the importance of enlightening those differences that are covered because of a pattern that presupposed a single model of history, culture, knowledge and human existence. It uses documental and bibliographic research and discourse analysis as the methodological approach, weaving reflections on the foundations of governmental discourse (Foucault, 1988). It analyzes that the Base's propositions are guided towards noncompliance with the Law No. 11,645 / 2008, since black and indigenous history and culture are proposed as skills in just a few curricular components and not in the whole curriculum as proposed by the law. It points out the challenges to carry ethnic and racial relations as curriculum and not as sporadic and unsystematic subjects.

Keywords: Curriculum; Differences; Ethnicity; Culture; History.

RESUMEN: Discuta cómo las diferencias étnicas y raciales fueron contempladas en la Base Nacional Común Curricular de la Enseñanza Fundamental y Medio y testa problemática en relación a las competencias presentadas. Discute la importancia de desinificar esas diferencias que han sido encubiertas en nombre de un patrón universal de normalidad que prescribe un único modelo de historia, cultura, conocimiento y de existencia humana. Se utiliza como abordaje metodológico, la investigación documental y bibliográfica y el análisis del discurso, tejiendo reflexiones acerca de los fundamentos del discurso gubernamental (FOUCAULT, 1988). Se analiza las proposiciones de la Base apuntando al no cumplimiento de la ley nº 11.645 / 2008, una vez que la historia y cultura negra e indígena son propuestos como competencias en apenas algunos componentes curriculares y no en el ámbito de todo el currículo como propone la ley. Se plantean los desafíos existentes en el sentido de efectivizar las diferencias étnicas y raciales como currículo y no como temas de forma esporádica y asistemática.

Palabras clave: Plan de estudios; Diferencias; Etnicidad; Cultura; Historia.

¹⁹³ Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal do Espírito Santo. Serra, Espírito Santo (Brasil).
E-mail: terezschuchter@yahoo.com.br



e Sociais Aplicadas. Para cada uma dessas competências, são descritas habilidades a serem desenvolvidas ao longo dessa etapa, além de habilidades específicas de cada componente curricular (BRASIL, 2018).

Grandes mudanças ocorreram da primeira versão da BNCC para a quarta versão da educação infantil e ensino fundamental e para a versão específica para o ensino médio. A riqueza cultural do país é uma das questões mais pontuadas entre os que criticam a construção da Base, ou seja, como essa riqueza pode caber dentro de um currículo prescrito nacionalmente? Entre tantos objetivos de aprendizagem transformados em competências em todas as áreas de conhecimento e componentes curriculares, onde caberiam os temas relativos às diferenças? E ainda perguntamos: a educação das relações étnico-raciais tornaram-se reminiscências ou efetivamente ausências na BNCC?

A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E INDÍGENA NOS CURRÍCULOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Analisando a versão final da Base do ensino fundamental, entre as competências gerais ligadas às áreas de conhecimento e as competências específicas vinculadas aos componentes curriculares, identificamos 41 que se relacionam direta ou indiretamente à educação das relações étnico-raciais; e no documento preliminar do ensino médio, apenas 6 habilidades. O componente curricular História apresentou o maior percentual de habilidades (19 habilidades), seguido de Educação Física, com 12 habilidades, Geografia com 9, Artes com 1. Os componentes Ciências Naturais, Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Ensino Religioso não apresentaram nenhuma habilidade relacionada a essa temática. Na versão da Base do ensino médio, só há menção à educação das relações étnico-raciais no componente curricular Língua Portuguesa, com 2 habilidades, e Ciências Humanas e Sociais com 4.

As habilidades relacionadas à educação das relações étnico-raciais tratam de diferentes questões. No componente curricular Arte, estabelece-se a necessidade de explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras. Em Educação Física, as habilidades giram em torno de experimentar, fruir e recriar diferentes jogos, brincadeiras,



danças e lutas, dando destaque às influências das matrizes indígenas e africanas (BRASIL, 2017).

Em Geografia, enfatiza-se o reconhecimento dos diferentes modos de vida de povos e comunidades tradicionais; a descrição dos processos migratórios e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira; a identificação e descrição dos territórios étnico-culturais existentes no Brasil; as diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais entre grupos em diferentes territórios; a distribuição territorial da população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural; características de países e grupos de países da América e da África e as diferentes manifestações culturais de minorias étnicas, entre outros (BRASIL, 2017).

Em História, destacam-se os aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes; aspectos e formas de registro das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas; a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural; a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial; a permanência de formas de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas; o legado da escravidão nas Américas; as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império; relações causais entre as ideologias raciais e o determinismo no contexto do imperialismo europeu e seus impactos na África e na Ásia; relações entre imperialismo, comércio e escravidão e os movimentos de resistência; os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição; a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil, entre outros (BRASIL, 2017).

No Ensino Médio, em Língua Portuguesa, destacamos a análise crítica em relação aos preconceitos, estereótipos e relações de poder subjacentes às práticas e discursos verbais e imagéticos e a análise de obras significativas da literatura brasileira e da literatura de outros países e povos, em especial a portuguesa, a indígena, a africana. Em Ciências Humanas, a análise das circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais da emergência de matrizes conceituais hegemônicas (etnocentrismo, evolução, modernidade etc.); a desnaturalização das formas de desigualdade e preconceito e as



precedentes. Comparando as versões anteriores da BNCC com as atuais, fundamental e médio, pode-se afirmar que a emenda saiu pior que o soneto e, ao invés de reminiscências, estabeleceram-se as ausências, pois a história e cultura africana e indígena aparecem de modo elementar em alguns componentes e não em todo o currículo como propõe a Lei. O efeito desse procedimento é a produção de um estreitamento curricular, prevalecendo uma forma de história, de cultura e de conhecimento único.

Assim, entendemos que, diante do projeto de nação embutido nas políticas públicas em curso e dos traços nazifascistas, precisamos defender um currículo intercultural, multicultural, multiétnico, um currículo construído e pautado nas diferenças, nas diferenças tomadas em si. Precisamos, pois, trabalhar as diferenças na perspectiva da singularidade, como algo que não porta qualquer universalidade e não pode ser reduzido a qualquer unidade universalizante, são apenas singularidades, diferenças afirmadas (GALLO, 2014).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2003.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Senado Federal, 2008.

_____. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2016.

_____. **Base nacional comum curricular:** versão final. Brasília: MEC, 2017.

_____. **Base nacional comum curricular:** versão preliminar – ensino médio. Brasília: MEC, 2018.

CÓSSIO, Maria de Fátima. Base comum nacional: uma discussão para além do currículo. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1570-1590, out./dez. 2014.

GALLO, Sílvio. Diferenças, multiplicidade, transversalidade: para além da lógica identitária da diversidade. In: RODRIGUES, A. et al. (Org.). **Transposições:** lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: Edufes, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.



PROCESSOS PSICOSSOCIAIS NA ESCOLA PÚBLICA: UM NOVO OLHAR SOB O ENSINO MÉDIO

PSYCHOSOCIAL PROCESSES IN PUBLIC SCHOOL: A NEW LOOK IN HIGH SCHOOL EDUCATION

PROCESOS PSICOSOCIALES EN LA ESCUELA PÚBLICA: UNA NUEVA MIRADA EN EDUCACIÓN SECUNDARIA

Juliana Zardini Caetano¹⁹⁵
Luiz Carlos de Andrade Filho¹⁹⁶
Isabele Santos Eleotério¹⁹⁷

RESUMO: Este relato de experiência de estágio em Processos Psicossociais do curso de Psicologia teve como campo de atuação uma escola pública de Ensino Médio regular, no horário matutino, do segundo semestre de 2017 ao primeiro semestre de 2018. Os sujeitos envolvidos são adolescentes e jovens entre 14 e 20 anos de idade, moradores da região circunvizinha considerada de risco social. Nessa atuação, procura-se estimulá-los a valorizar o conhecimento transmitido em sala de aula, a coletividade, o respeito, a gentileza, o futuro, a vivência escolar e a reflexão sobre as próprias escolhas. Nesse contexto, a Teoria de Identidade Social, serve de fundamentação para as intervenções propostas. O método utilizado é a realização de rodas de debate, de jogos interativos e de oficinas sobre a importância das relações grupais no ambiente escolar, da reflexão sobre o acesso ao ensino superior e ao mundo do trabalho como via de promoção da igualdade racial.

Palavras-chave: ensino médio regular; teoria da identidade social, relações intragrupais; relações intergrupais; promoção da igualdade social.

ABSTRACT: This report of internship in Psychosocial Processes of the Psychology course had as its field of action a public high school, in the morning classes, from the second half of 2017 to the first half of 2018. The subjects involved are adolescents and young adults between 14 and 20-year-old residents of the surrounding region considered to be at social risk. In this work, we try to encourage them to value the knowledge transmitted in the classroom, such as the community, respect, kindness, future, school experience and reflection on their own choices. In this context, the Social Identity Theory serves as a basis for the proposed interventions. The method used is the development of debate circles, interactive games and workshops on the importance of group relations in the school environment, reflection on access to higher education and the labor world as a means of promoting racial equality.

Keywords: high school, social identity theory; intragroup relationships; intergroup relations; promoting social equality.

RESUMEN: Este informe de pasantía en Procesos Psicossociales del curso de Psicología tuvo como campo de acción una escuela secundaria pública, en las clases de la mañana, desde el segundo semestre de 2017 hasta el primer semestre de 2018. Los sujetos involucrados son adolescentes y adultos jóvenes entre 14 y los residentes de 20 años de la región circundante considerados en riesgo social. En este trabajo, tratamos de alentarlos a valorar el conocimiento transmitido en el aula, como la comunidad, el respeto, la amabilidad, el futuro, la experiencia escolar y la reflexión sobre sus propias elecciones. En este contexto, la Teoría de la Identidad Social sirve de base para las intervenciones propuestas. El método utilizado es el desarrollo de círculos de debate, juegos interactivos y talleres sobre la importancia de las relaciones grupales en el entorno escolar, la reflexión sobre el acceso a la educación superior y el mundo laboral como medio para promover la igualdad racial.

¹⁹⁵ Estudante de Psicologia, FAESA Centro Universitário, Vitória, Brasil. E-mail: julianazardini2@gmail.com.

¹⁹⁶ Estudante de Psicologia, FAESA Centro Universitário, Vitória, Brasil. E-mail: luizfil@gmail.com.

¹⁹⁷ Professora de Psicologia, FAESA Centro Universitário, Doutoranda PPGP/UFES, Vitória, Brasil. E-mail: isabele_se@yahoo.com.br.



Palabras clave: escuela secundaria, teoría de la identidad social, relaciones intragrupalas, relaciones intergrupales, promoción de la igualdad social.

Este relato visa apresentar a experiência de estágio em Processos Psicossociais do curso de Psicologia da FAESA Centro Universitário que teve como campo de atuação uma escola pública de Ensino Médio regular, no horário matutino, do segundo semestre de 2017 ao primeiro semestre de 2018. Os alunos atendidos foram adolescentes e jovens entre 14 e 20 anos de idade, moradores da região circunvizinha considerada de risco social. Eles vivenciavam a dúvida entre a possibilidade de continuidade dos estudos superiores e o ingresso no mercado trabalho. Esse processo envolve dificuldades relacionadas à tomada de decisão em relação à profissão que deseja exercer em que deverá pesar os desejos e as possibilidades existentes (SERRIERA et. al, 2000). Sendo assim se justifica o acompanhamento desse processo de escolha profissional e de elaboração de projeto de vida a fim de que os jovens possam refletir com autonomia, apesar das cobranças e pressões familiares e sociais que lhes são impostas.

Considerando que a orientação profissional é uma atividade ideal para ser realizada com esses jovens, ainda mais quando falamos de jovens que vivem em contextos em situação de risco, de exclusão social (SAWAIA, 2006) e que sentem e veem de perto a desigualdade social. Por outro lado, o projeto de vida não condiz apenas com o exercer de uma profissão, mas sim um planejamento de objetivos a serem cumpridos. Sendo assim, elaborar um projeto de vida e acreditar nele é colocar-se ativo dentro dos processos de escolhas a serem feitas. Costa (2007) ressalta que as escolhas mantêm-se presentes a alunos com condições socioeconômicas baixas, estes podendo optar por permanecer nos estudos, mesmo vivendo em meio a dificuldades financeiras, ou optar por estudar e trabalhar. A escolha é individual, mas é uma escolha influenciada por fatores sociais, econômicos, étnicos e políticos.

Considerando isso, o objetivo geral da intervenção posposta foi o de facilitar o processo de escolha profissional dos jovens auxiliando-os na opção consciente de seu projeto de vida. Com efeito, os objetivos específicos foram: 1) Possibilitar um espaço de troca de informações e experiências acerca dos vestibulares e opções para o ingresso no mercado de trabalho; 2) Promover discussões sobre o que é um projeto de vida e por que se deve ter um; 3) Estimular o autoconhecimento dos jovens para o reconhecimento dos seus principais gostos, interesses, valores e habilidades. Essa orientação profissional foi realizada como intervenção



psicossocial, a qual tem como principal objetivo oportunizar melhores condições de vida para os que estão envolvidos com os trabalhos propostos (SERRIERA, 2010).

A intervenção psicossocial ao estar entrelaçada aos meios sociais acolhe em sua área de ação inúmeras instituições inseridas no processo de interação entre o sujeito e a sociedade, sendo a escola uma delas. No caso deste relato, a escola está inserida em contexto de risco social relacionado à pobreza, à violência e à exclusão socioeconômica como desemprego, por exemplo. Esses fatores afetam a autoestima do aluno e podem prejudicar seu processo de ensino-aprendizagem.

Nesse aspecto, a escola pode ser uma alternativa para promover o desenvolvimento global e estimular os valores éticos e morais dos estudantes e assim potencializar os processos psicossociais vinculados ao seu aprendizado. Segundo Santos (2009), “a inclusão já é garantida por lei, mas faltam respostas políticas mais contundentes para modificar a mentalidade que admite mais ações simbólicas do que materiais e afetivas”, são leis que se baseiam em ações afirmativas e que revelam e reconhecem o grau de desigualdade que há no contexto social brasileiro e que permeiam as instituições.

O sistema de cotas é uma tentativa de ação afirmativa estabelecida, é um meio material de inclusão do negro em universidades, no mercado de trabalho, mas ainda há a necessidade de políticas mais eficazes para que ele possa ser incluído, aceito, respeitado e permaneça estudando até concluir a graduação. Contudo, para poder ingressar no ensino superior, o estudante precisa concluir o ensino médio.

É relevante ressaltar que as escolas públicas do ensino médio vivenciam um cenário de mudanças que segue a crise política enfrentada pelo país, acarretando debates a respeito da nova configuração do ensino médio estabelecido pelo governo vigente. Essa configuração designa um novo modelo de currículo direcionado ao ingresso no mercado de trabalho. Mesmo em meio às incertezas, há que considerar a importância do fortalecimento das relações intra e intergrupais. Diante disso, procurou-se salientar a necessidade do respeito nas relações interpessoais, a importância da gentileza, a eficácia do trabalho em equipe, de valorizar o conteúdo pragmático ministrado pelos professores e da autonomia das escolhas nos âmbitos social e profissional.



para estimular a reflexão dos alunos em relação ao que desejam para o futuro. A oficina foi a “Organização Financeira”. Posteriormente foi trabalhada a “organização do tempo” a fim de equacionar as necessidades e os interesses dos alunos às rotinas cotidianas.

Através de uma teatralização foi desenvolvido o tema “Falar em Público” e os sujeitos foram orientados a se preparar para atingir o público ouvinte por meio do domínio da língua pátria, propriedade no assunto, estrutura do discurso e a expressão corporal. Já a oficina “Mercado de Trabalho” foi direcionada para a entrevista de emprego.

Dando continuidade ao processo com eixo na profissão, foi executada uma palestra relacionada ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para o ingresso no ensino superior, ao projeto de vida e ao exercício da cidadania.

Após dois semestres interagindo com os alunos, os resultados alcançados foram o estabelecimento de vínculo e a promoção de visão de futuro a partir das dinâmicas/oficinas, somado ao realce de sua identidade social.

Além disso, a repercussão do projeto junto os alunos demonstra o distanciamento de contado destes com o saber psicológico e a necessidade da presença desse saber no ambiente escolar. Por outro lado, evidencia-se a importância da promoção de ações afirmativas no ambiente escolar público a fim de garantir o pleno exercício da cidadania a todas as camadas da sociedade. Só assim, podemos compreender a problemática dos alunos, da escola e propor alternativas que promovam a autonomia e a qualidade na formação dos jovens; bem como a construção de um ambiente escolar estimulante e acolhedor.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. Adolescência: tornar-se jovem. In _____. 14 ed. **Psicologias: uma introdução ao campo da Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 296-304.

BONOMO, M. et al. **Mulheres ciganas: medo, relações intergrupais e confrontos identitários**. *Universitas Psychologica*, v. 10, n. 3, p. 745-758, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/sms/resource/pt/lil-650104>>. Acesso em: 1 jul. 2017

COSTA, J. M. Orientação profissional: um outro olhar. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 79-87, dez. 2007.



INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL NA EJA: PENSANDO O SUJEITO ALÉM DA CONDIÇÃO ESCOLAR

PSYCHOSOCIAL INTERVENTION IN THE EJA: THINKING THE SUBJECT BEYOND THE SCHOOL CONDITION

INTERVENCIÓN PSICOSSOCIAL EN LA EJA: PENSANDO EL SUJETO MÁS ALLÁ DE LA CONDICIÓN ESCOLAR

Andressa Lima dos Santos¹⁹⁸

Juliana da Silva Correia¹⁹⁹

Lorena de Paula Costa²⁰⁰

Isabele Santos Eleotério²⁰¹

RESUMO: Este trabalho apresenta o relato de experiência de estágio supervisionado em processos psicossociais do curso de graduação em Psicologia, realizado no segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017. O ambiente social da intervenção foi uma escola pública de ensino médio, no horário noturno e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O objetivo proposto foi o de estimular a reflexão dos sujeitos acerca do plano de vida. Por meio de pesquisa participante foi oportunizado a observação do contexto escolar, criação vínculo, e realização de ações direcionadas à orientação profissional e de carreira. Foram utilizadas semanalmente técnicas expressivas e dinâmicas em grupo em até 15 minutos. A intervenção aprimorou habilidades e competências dos estagiários para o exercício da profissão e possibilitou aos sujeitos percepção da identidade social, TAJFEL (1983), e da necessidade, como ação afirmativa, de investir nos seus projetos de vida e para busca do bem-estar psicossocial.

Palavras-chave: Intervenção Psicossocial na EJA; Identidade Social; Bem-Estar Psicossocial; Ação Afirmativa.

ABSTRACT: This paper presents the report of supervised internship experience in psychosocial processes of the Psychology undergraduate course, held in the second half of 2016 and the first semester of 2017. The social environment of the intervention was a public high school in the evening and in the Youth and Adult Education. The objective was to stimulate the reflection of the subjects about the life plan. Through participatory research, the observation of the school context, bonding, and the accomplishment of actions aimed at career and professional orientation were opportune. Expressive and dynamic group techniques were used weekly in up to 15 minutes. The intervention improved the skills and competences of the trainees for the exercise of the profession and enabled the subjects to perceive the social identity, Tajfel (1983), and the need, as affirmative action, to invest in their life projects and to search for psychosocial well-being.

Keywords: Psychosocial Intervention in EJA; Social Identity; Psychosocial Well-Being; Affirmative Action.

RESUMEN: Este trabajo presenta el relato de experiencia de práctica supervisado en procesos psicossociales del curso de graduación en Psicología, realizado en el segundo semestre de 2016 y primer semestre de 2017. El ambiente social de la intervención fue una escuela pública de enseñanza media, en el horario nocturno y en la escuela la modalidad de Educación de Jóvenes y Adultos. El objetivo propuesto fue el de estimular la reflexión de los sujetos acerca del plan de vida. Por medio de investigación participante fue oportunizado la observación del contexto escolar, creación vínculo,

¹⁹⁸ Estudante de Psicologia, FAESA Centro Universitário, Vitória, Brasil. E-mail: andressalimasantos1@outlook.com

¹⁹⁹ Estudante de Psicologia, FAESA Centro Universitário, Vitória, Brasil. E-mail: julissilvcor@gmail.com

²⁰⁰ Estudante de Psicologia, FAESA Centro Universitário, Vitória, Brasil. E-mail: lorenadepaula@outlook.com

²⁰¹ Professora de Psicologia, FAESA Centro Universitário, Doutoranda PPGP/UFES, Vitória, Brasil. E-mail: isabele_se@yahoo.com.br.



y realización de acciones dirigidas a la orientación profesional y de carrera. Se utilizaron semanalmente técnicas expresivas y dinámicas en grupo en hasta 15 minutos. La intervención perfeccionó habilidades y competencias de los pasantes para el ejercicio de la profesión y permitió a los sujetos percepción de la identidad social, Tajfel (1982), y de la necesidad, como acción afirmativa, de invertir en sus proyectos de vida y para la búsqueda del bienestar psicossocial.

Palabras clave: Intervención Psicossocial en la EJA; Identidad Social; Bienestar Psicossocial; Acción Afirmativa.

O presente texto trata-se de um relato da experiência de Estágio em Processos Psicossociais do curso de graduação em Psicologia, realizado no segundo semestre de 2016 e no primeiro semestre de 2017. O ambiente social da intervenção foi uma escola da rede pública localizada na cidade de Vitória/ES, no horário noturno. Essa instituição oferece curso de Ensino Médio em duas modalidades, regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e está localizada em uma região considerada de risco social devido a alta incidência de tráfico de drogas e de assaltos em suas imediações.

No que tange à EJA, esta é a estratégia encontrada para que jovens e adultos tenham condição de completar seus estudos (ESPÍRITO SANTO, 2017). Muitos deles devido à prematuridade da inserção ao mercado de trabalho tiveram que abandonar as salas de aula, ainda crianças, para ajudar a compor a renda familiar. Devido à baixa escolarização, eles têm dificuldade em se manter no mercado formal de trabalho ou ficam impedidos de ascender a melhores oportunidades de emprego.

Considerando isso, as atividades de estágio foram realizadas com os alunos da EJA de 17 e 30 anos de idade e que em sua maioria exerce alguma atividade remunerada durante o dia. Mesmo retornando aos estudos em outro momento do ciclo vital e com o discurso da necessidade do diploma para garantia de acesso a melhores oportunidades no mercado de trabalho, poucos alunos conseguem completar as etapas da formação escolar secundária.

O trabalho desenvolvido na escola se deu por meio de intervenção psicossocial (SERRIERA, 2000) e teve como objetivo desenvolver habilidades relacionadas à tomada de decisão no campo profissional. Estimulando a tomada de consciência sobre a realidade desejada, a partir da percepção de que há alternativas para se alcançar as metas direcionadas à idealização do projeto de vida; para tanto é necessário considerar os aspectos profissionais e pessoais implicados neste.



Entende-se por plano de vida o estabelecimento de dispositivos que o sujeito estabelece para ponderar seus interesses e objetivos em relação à trajetória de vida no decurso do tempo. Nisso corroboram aspectos históricos, políticos, econômicos, fisiológicos e psicológicos. “O momento da escolha é quando a gente olha para trás e para frente ao mesmo tempo decidindo o caminho a seguir” (LUCCHIARI, 1977, p. 13).

Para a maioria dos indivíduos inseridos na EJA o plano de vida não se faz presente, muito deles não fazem planos em longo prazo de maneira a se criar metas para o futuro. Acerca disso, Erikson (1976), esclarece que o desenvolvimento humano, no decurso da vida, é facilitado por meio da socialização em que a família e a escola têm papel de destaque e podem influenciar seus membros na constituição de um plano de vida.

Desta forma, percebemos a relevância das relações sociais nesse contexto e dos processos identitários que incidem sobre os sujeitos. Nesse aspecto, a Teoria da Identidade Social (TAJFEL, 1983) enfatiza a dimensão social do comportamento individual. Para Bonomo (2010, p. 313), essa teoria “procura esclarecer a constituição da identidade no âmbito das relações intergrupais”.

Vale destacar que o processo de ensino aprendizagem tende a favorecer o exercício de habilidades necessárias à concretização do plano de vida. Por isso, se fez necessário trabalhar com os alunos esses tópicos a fim de que eles percebam a pertinência de investir em seus projetos de vida e para a busca do bem-estar psicossocial; e, assim, proporcionando visão mais ampla no que se refere a pensar o sujeito além da condição escolar. Destaca-se que o sujeito inserido na escola, ou fora dela, exercita várias identidades concomitantemente.

Para Sawaia (1995, p. 165), “bem estar psicossocial é a liberdade que é deixada ao desejo de cada um na organização de sua vida individual, compreendendo que este desejo está inexoravelmente ligado ao dos outros e que, portanto, esta ação é coletiva”.

METODOLOGIA



Para a elaboração da intervenção, inicialmente foi realizada pesquisa participante (GONSALVES, 2001) que oportunizou a observação do contexto escolar, dos alunos, dos professores, dos funcionários e do espaço físico. Nessa dinâmica foi possível a criação vínculo que facilitaram a posterior realização de ações direcionadas à orientação profissional e de carreira por meio de técnicas expressivas e dinâmicas em grupo em até 15 minutos e com frequência semanal. O espaço utilizado foi a sala de aula que comportava até 40 alunos em carteiras do tipo universitárias dispostas em fila. Nesse espaço havia uma mesa e cadeira para o professor e quadro branco e pinceis específicos.

RESULTADOS

Uma das técnicas utilizada foi a “Corrida de Oportunidades” que funcionou da seguinte maneira: em uma sacola foram dispostos pequenos pedaços de papéis dobrados e em apenas um destes estava escrito “leão”, em três outros estava escrito “raposa”, e nos demais papéis estava escrito “rato”. Sobre a mesa do professor estavam vários doces, balas e bombons sortidos.

A seguir, um estagiário apresentou aos alunos a sacola com os papéis e cada aluno escolheu um e o leu somente para si. Foi solicitado que o aluno com o papel “leão” se direcionasse até a mesa e pegasse os doces que quisesse em 10 segundos. Esse aluno separou e levou os melhores doces. Depois disso, os alunos que estavam com o papel escrito “raposa” tiveram cinco segundos para, ao mesmo tempo, saírem de seus lugares e ir até a mesa pegar seus doces. Poucos doces sobraram depois disso. Por fim, chegou a vez dos “ratos” que após o sinal correram até a mesa e pegaram as “sobras”. Em instantes não havia mais nada em cima da mesa. Alguns “ratos” pegaram poucos doces e outros não pegaram nada.

Em seguida os participantes sentaram em círculo, e foi perguntado para cada aluno que representou o animal o que ele achou da dinâmica. De modo sintético, as respostas foram: o “leão”, muito privilegiado; a “raposa”, com algum privilégio; e os “ratos”, ficaram só com as sobras. Logo após foi possível fazer um paralelo em relação aos estratos sociais em que há uma pequena parcela de privilegiados, mas a grande maioria é excluída (SAWAIA, 2014). Além disso, a partir das falas dos alunos foi inserido um debate sobre o projeto de vida, com



intuito de mostrar a importância do investimento no processo de formação e de pensar além daquele momento.

Essa dinâmica estimulou a reflexão sobre a questão do investimento na formação, pois as pessoas com maior nível de escolarização e mais capacitadas terão melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Em contrapartida, as pessoas menos capacitadas tenderão a enfrentar maior dificuldade em alcançar opções satisfatórias de emprego e de renda.

É preciso dizer que a intervenção psicossocial além de aprimorar habilidades e competências dos estagiários para o exercício da profissão e possibilitou aos sujeitos a percepção da identidade social, da necessidade do investimento nos estudos como ação afirmativa (DOMINGUES, 2005) para garantir a igualdade de oportunidades, de investir na formação, na capacitação profissional e mostrar a importância de elaborar projetos de vida para conquista do bem-estar psicossocial.

REFERÊNCIAS

BONOMO, M. et al. Mulheres ciganas: medo, relações intergrupais e confrontos identitários. *Universitas Psychologica*, v. 10, n. 3, p. 745-758, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/sms/resource/pt/lil-650104>>. Acesso em: 1 jul. 2017

DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas: Anped, v.1, n. 29, p.164-176, maio/ago. 2005.

ERIKSON, E. H. *Identidade: juventude e crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ESPÍRITO SANTO. *Orientações Curriculares para as escolas da Rede Estadual de Ensino*. Vitória: Secretaria de Estado da Educação, 2017. Disponível em: <http://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Curr%20C3%ADculo/1_Orienta%C3%A7%C3%B5es%20Curriculares%202017.pdf>. Acesso em: 24 maio 2018.

GONSALVES, Elisa Pereira. *Conversas sobre iniciação à pesquisa científica*. 2. ed. Campinas: Alínea, 2001

LUCCHIARI, D. H. P. S. *Pensando e vivendo a orientação profissional*. 3. ed. São Paulo: Summus, 1977.

SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.



SAWAIA, B. B. Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: EDUC, 1995. p. 157-168

SERRIERA, J. C. (Org.) **Psicologia Comunitária: estudos atuais**. Porto Alegre: Sulina, 2000.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais: estudos em Psicologia Social**. Vol. 2. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.



Tajfel (1982). El despertar para la necesidad de la continuidad del proceso de enseñanza aprendizaje favoreció la permanencia del alumno de la escuela. El desarrollo de la Intervención incluyó seis actividades: reunión con el equipo pedagógico, divulgación de la propuesta de intervención, planificación de técnicas, aplicación de técnicas grupo focal y supervisión. Así, se realizaron encuentros semanales de 20 a 30 minutos con los alumnos de la clase. Se esperaba problematizar con ellos que a pesar de las dificultades enfrentadas en el cotidiano vale la pena luchar para alcanzar sus metas.

Palabras clave: Proyecto de vida; Intervención psicosocial en la escuela; Identidad social; enfrentamiento de la evasión escolar; el sentido de pertenencia.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma intervenção psicossocial (SERRIERA, 2000) realizada por estagiários de Psicologia, durante um ano, em uma escola da rede pública localizada em Vitória - ES que oferece cursos de Ensino Médio nas modalidades Regular e de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa modalidade possibilita que jovens e adultos possam dar continuidade a sua formação escolar em horário noturno e com conteúdos mais compactos. Com isso, é oportunizado maior participação destes no mundo letrado e no exercício da cidadania por meio da conquista da autonomia para resolução dos problemas da vida cotidiana e da melhoria da qualidade no trabalho (ESPÍRITO SANTO, 2007).

Segundo Domingues (2005, p. 169), “em uma sociedade marcada pelas contradições de classe, gênero e raça, o mérito não passa de um discurso ideológico”. Desse modo, a EJA recebe alunos que não completaram os estudos ou aqueles que passaram da idade escolar regular. Os alunos atendidos na intervenção possuíam idade entre 17 e 30 anos, repetentes e/ou regressos ao ambiente escolar e que, em sua maioria, residiam em áreas consideradas de risco social e exerciam alguma atividade remunerada durante o dia.

Assim, o objetivo da intervenção foi o de realizar intervenção psicossocial que estimulasse a conscientização dos alunos sobre a relação existente entre o desempenho escolar e o êxito profissional a fim de reverter a evasão escolar. Isso porque a maioria dos estudantes do noturno é composta de pessoas que em geral trabalham o dia inteiro e devido ao cansaço acabam abandonando os estudos.

Falar da importância da permanência na escola e de concluir o ensino médio, foi uma forma de levá-los a reflexão e a descobrirem novas possibilidades para o futuro, porém muitos



influenciam direta e indiretamente na construção da identidade social. Essa tem ligação a sua posição em sua relação ao contexto em que está inserido e a uma série de atribuições e valores, visto que as relações intragrupo e intergrupo acontecem através da construção do eu como sujeito único e igual a si mesmo (SAWAIA, 2014).

Além disso, foi possível gerar reflexão e estimular os alunos a repensassem em suas atitudes e no que estavam fazendo no momento para realizar seus objetivos. De fato é necessário continuar a sonhar e a buscar se apropriar do conhecimento para superar as barreiras e amarras socialmente impostas. Motivando assim, os alunos a desenvolver habilidades relacionadas à tomada de decisão no campo profissional, a fim de desenvolver autoconsciência sobre a realidade atual e a realidade desejada, e sabendo que há sim caminhos para realizar um projeto de vida mais satisfatório considerando os aspectos profissional, familiar e pessoal.

REFERÊNCIAS

ÁLVARO, J. L; GARRIDO, A. **Psicologia Social: Perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

BONOMO, M. et al. **Mulheres ciganas**: medo, relações intergrupais e confrontos identitários. *Universitas Psychologica*, v. 10, n. 3, p. 745-758, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/sms/resource/pt/lil-650104>>. Acesso em: 1 jul. 2017

DOMINGUES, P. **Ações afirmativas para negros no Brasil**: o início de uma reparação histórica. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas: Anped, v.1, n. 29, p.164-176, maio/ago. 2005.

ESPÍRITO SANTO. **Orientações Curriculares para as escolas da Rede Estadual de Ensino**. Vitória: Secretaria de Estado da Educação, 2017. Disponível em: <http://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Curr%3%ADculo/1_Orienta%3%A7%C3%B5es%20Curriculares%202017.pdf>. Acesso em: 24 maio 2018.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão social**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SERRIERA, J. C. (Org.) **Psicologia Comunitária**: estudos atuais. Porto Alegre: Sulina, 2000. p. 53-73.



TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais: estudos em Psicologia Social**. Vol. 2. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.





REFLEXÕES SOBRE A DIVERSIDADE ÉTNICA, CLASSE E O RACISMO NO MERCADO DE TRABALHO

REFLECTIONS ON ETHNIC DIVERSITY, CLASS AND RACISM IN THE LABOR MARKET

REFLEXIONES SOBRE LA DIVERSIDAD ÉTNICA, CLASE Y EL RACISMO EN EL MERCADO DE TRABAJO

Israel David de Oliveira Frois²⁰⁶

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar reflexões desenvolvidas dentro da disciplina “Educação das Relações Étnico-Raciais e de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no curso de Administração do Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC), no município de Serra-ES. Em especial, busca suscitar as discussões relacionadas à diversidade e discriminação racial no mercado de trabalho. Para isso, nos debruçamos em Marx, Della Fonte, Afonso e Matos. Tais referenciais progressistas tratam o racismo a partir de uma perspectiva dialética, considerando aspectos de unidade entre minorias e classe, subjetividade e objetividade. Nesse sentido, contribuem para a compreensão das contradições antagonicas perpetradas no âmago da sociedade capitalista e as suas reverberações.

Palavras-chave: Relações Étnico – Raciais; Diversidade; Racismo; Classe.

ABSTRACT: This article aims to present reflections developed within the discipline "Education of Ethnic-Racial Relations and History and Afro-Brazilian and Indigenous Culture" in the administration course of the University Center of Espírito Santo (UNESC), in the municipality of Serra- ES. In particular, it seeks to stimulate discussions related to diversity and racial discrimination in the labor market. For this, we focus on Marx, Della Fonte, Afonso and Matos. Such forward-looking approaches treat racism from a dialectical perspective, considering aspects of unity between minorities and class, subjectivity and objectivity. In this sense, they contribute to the understanding of the antagonistic contradictions perpetrated at the core of capitalist society and its reverberations.

Keywords: Ethnic-Racial Relations; Diversity; Racism; Class.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo presentar reflexiones desarrolladas dentro de la disciplina "La educación de las Relaciones Étnico-Racial y la Historia y Afro-Brasileña Cultura e Indígenas" el curso de Administración del Centro Universitario del Espíritu Santo (UNESC), en el municipio de Serra- ES. En particular, busca suscitar las discusiones relacionadas con la diversidad y la discriminación racial en el mercado de trabajo. Para ello, nos inclinamos Marx, Della Fonte, Afonso y Matos. Tales referenciales progresistas tratan el racismo desde una perspectiva dialéctica, considerando aspectos de unidad entre minorías y clase, subjetividad y objetividad. En ese sentido, contribuyen a la comprensión de las contradicciones antagonicas perpetradas en el corazón de la sociedad capitalista y sus reverberaciones.

Palabras clave: Relaciones Étnico-Raciales; la diversidad; racismo; Clase.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, colocamos em debate algumas reflexões surgidas no decorrer da disciplina “Educação das Relações Étnico-Raciais e de Histórica e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”,

²⁰⁶ Geógrafo (UFES) e Mestre em Ensino de Humanidades (PPGEH – IFES). Professor do curso de Pedagogia e Administração no Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC), Vitória, Brasil. E-mail: israelfrois@gmail.com



inegável que um país que foi formado e construído com o uso desumano/alienador da mão de obra escravizada, reverbera suas mazelas socioeconômicas, sua violência estrutural para com os grupos que estavam na periferia do espectro do poder centrado nas forças hegemônicas, desde o período colonial.

Analizamos estas relações evidenciando o processo de desenvolvimento do sistema capitalista, e as mazelas que atingiram/atingem a população negra como reverberações alienadas deste processo. Marx salienta que “[...] a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras [...] caracterizam a aurora da era da produção capitalista” (MARX, 2013, p. 998). Nesse sentido, as forças hegemônicas criaram subterfúgios genéticos e culturais de inferioridade racial para submeter os negros ao trabalho escravizado. Tais argumentos foram a base ideológica (racista) das relações de produção durante o colonialismo.

Na compreensão marxista, o racismo foi

[...] originado pela espoliação imperialista do continente africano, que escravizou os povos que ali viviam, assassinou-os em massa, sequestrou-os, deportou-os para outros continentes amontoados em navios, onde morreram aos milhares por doenças, e posteriormente, explorou sua mão de obra escrava ou barata para colocar de pé o capitalismo em várias partes do mundo, dando lugar a sistemas de opressão que se constituem como componentes histórico-estruturais das relações sociais e econômicas que formaram o capitalismo de vários países, como é o caso do Brasil (AFONSO; MATOS, 2013, p. 75).

Assim, nota-se que

A discriminação é uma das muitas filhas do capital, com a particularidade de ter crescido junto com ele. No nosso caso, é produto do colonialismo e atingiu o seu extremo com o aparecimento do capitalismo financeiro. Como sistema de dominação, o capitalismo reforça os processos de exclusão através da discriminação racial (OLIVEIRA; MIRANDA, 2004, p. 70).

Todo este processo de violência provocado pela elite capitalista não foi rompido com a abolição da escravatura em 1888. A própria abolição, por muitas vezes, foi/é atrelada à benevolência da monarquia, em uma tentativa flagrante de soterrar a história de luta dos grupos oprimidos. Contudo, por uma perspectiva contra-hegemônica, escovando a história à contrapelo (BENJAMIN *apud* LOWY, 2005), observa-se que “[...] os negros tinham diversas táticas de luta pela abolição, sem esperar passivamente que a monarquia e os escravocratas ‘concedessem’ a liberdade aos escravos” (AFONSO; MATOS, 2013, p. 69). Os quilombos, nesta conjuntura, podem ser vistos como *lócus* da objetivação das relações de luta de classes.



Nesse caso, os negros protagonizaram, no Brasil, os primeiros levantes e organizaram-se contra a ordem imperativa.

O movimento de lutas contra o capitalismo une a dimensão etnia-classe. As batalhas travadas contra a escravização eram/são lutas empunhadas contra a alienação do trabalho, e assim, a negação da humanidade nas suas múltiplas determinações. Percebe-se que a escravidão é fruto do sistema que celebra a acumulação do capital, impondo uma divisão social do trabalho que segrega as atividades intelectuais, vinculando-as à elite, dos trabalhos manuais, direcionados aos grupos oprimidos.

A luta contra esta alienação não se encerrou com a abolição, haja vista que o capitalismo se desenvolveu em moldes industriais ao longo do século XX, e as formas de dominação foram se transformando em outros dinamismos relacionados aos interesses da ordem global de produção e acumulação. Mesmo nos anos seguintes à abolição, já era possível perceber os interesses em formar exércitos de reservas com o incentivo oficial de imigração europeia. Este grupo compôs o “pelotão” de frente do mercado de trabalho. É clarividente o menosprezo com a mão de obra negra “livre” e a política de eugenia, a partir dos incentivos à imigração de europeus, em uma perversa proposta de branqueamento e limpeza étnica do Brasil. Contudo, também é importante observar que a mão de obra negra teve e continua tendo papel decisivo na manutenção do funcionamento do sistema, tanto empregada – ocupando os trabalhos manuais mais mal remunerados, mais precários e perigosos-, quanto desocupada – servindo de exército de reservas.

Nessa perspectiva, salientamos que o racismo e outras contradições antagônicas perpetradas pelo capitalismo são geradas em uma sociedade dividida em classes, que defende de forma intransigente a propriedade privada e a expansão da acumulação a qualquer custo, seja social, ecológico e/ou cultural. Nesse prisma de análise, entendemos que a luta contra o racismo e a favor de grupos minoritários não pode estar acima da perspectiva classista. Pois as contradições antagônicas objetivadas na realidade concreta são geradas pela lógica sistemática do capitalismo. Os perigos do sectarismo identitário promovidos pelo pensamento pós-moderno são grandiosos, e as influências liberais são, muitas vezes, tácitas e tentadoras. Simone Beauvoir (1972, s.p.), contribui ao afirmar que “A verdade é una; o erro, múltiplo. Não é por acaso que a direita professa o pluralismo”. Della Fonte e Loureiro,



a partir de Beauvoir, nos indicam que o pensamento burguês adota o pluralismo como verdade adquirida definitivamente,

Assim, fala-se de escravidões, feudalismos, capitalismo, cada um desses fenômenos com uma história própria, que o fez diferir de si mesmo e dos demais. Nessa lógica, “Ao esquema ‘simplista’ de Marx, que opõe exploradores e explorados, se substitui um desenho tão complexo, que os opressores entre si diferem tanto quanto diferem dos oprimidos, a tal ponto que esta última distinção perde sua importância” (BEAUVOIR, 1972, p. 50). (DELLA FONTE; LOUREIRO, 2011).

Tal movimento, relacionado ao pluralismo burguês, promove a ruptura do pensamento de uma luta unificada dentro de uma sociedade historicamente desigual. A sociedade contemporânea tem características fortes de machismo, homofobia, racismo, mas tais contradições são fruto da alienação operada pela lógica do capital. Vincular-se aos subjetivismos e negar a objetividade da realidade é uma condição anacrônica e desprendida do concreto. Com base nos princípios marxianos, sabemos que a “[...] subjetividade humana só se constitui a partir dessa base objetiva sobre a qual ela, ao ser constituída, também age” (DELLA FONTE, 2011, p. 31). Constatamos, assim, que a ideia de objetividade implica a totalidade das relações sociais de produção e a sua historicidade. As lutas contra opressão e exploração não podem se estabelecer em enclaves fortificados identitários, pois “elas só se fortalecem no horizonte da universalidade” (DELLA FONTE, 2011, p. 34), isto é, na busca pela plena emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados revelam a profunda desigualdade no mercado de trabalho, na renda média da população negra e no acesso ao emprego. Assim, entendemos que há urgência em inserir na pauta das lutas sociais o combate à discriminação e à desigualdade racial. Todavia, ressaltamos que o fortalecimento das lutas pode ser ampliado, ganhar contornos, verdadeiramente, revolucionários, a partir da unidade dos grupos oprimidos pela lógica alienadora do capital.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Daniel; MATOS, Gabriel (Orgs). **Questão negra, marxismo e classe operária no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Edições Iskra, 2013. 140 p.

BEAUVOIR, S. **O pensamento de direita hoje**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.



DELLA FONTE, Sandra Soares; LOUREIRO, R. Educação escolar e o multiculturalismo intercultural: crítica a partir de Simone de Beauvoir. **Pro-Posições** (UNICAMP. Impresso), v. 22, p. 177-193, 2011.

_____. Fundamentos teóricos da Pedagogia Histórico-Crítica. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (Org.). **Pedagogia Histórico-Crítica 30 anos**. Campinas: Autores Associados, 2011.

LOWY, Michael. **Walter Benjamin** - aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: Livro I - O processo da produção do capital. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013. 1493 p.

OLIVEIRA, Ozerina Victor De; MIRANDA, Cláudia. Multiculturalismo crítico, relações raciais e política curricular: a questão do hibridismo na Escola Sarã. **Revista Brasileira de Educação**, On line, n. 25, p. 67-81, fev./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782004000100007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 27 jul. 2018.



GRUPO DE TRABALHO ED 035

CURRÍCULO, PRÁTICA E CONHECIMENTO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Coordenadora e coordenador:

Prof.^a Dr.^a Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito (UFSB)

Esp. Yuri Miguel Macedo



**O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003
NA AÇÃO EDUCATIVA.**

**THE EDUCATION OF ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN CHILDREN
EDUCATION: LIMITS AND POSSIBILITIES FOR THE IMPLEMENTATION OF
LAW 10.639 / 2003 IN THE EDUCATIONAL ACTION.**

**LA ENSEÑANZA DE LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES EN LA
EDUCACIÓN INFANTIL: LÍMITES Y POSIBILIDADES PARA LA
IMPLEMENTACIÓN DE LA LEY 10.639 / 2003 EN LA ACCIÓN EDUCATIVA.**

Silvia de Sousa Araújo Oliveira²⁰⁹

RESUMO: O trabalho que ora se apresenta tem como objetivo analisar as ações desenvolvidas no Centro Municipal de Educação Infantil-CMEI, escola da rede municipal de Ensino de Teixeira de Freitas, Bahia/Brasil, na qual, atende crianças de 0 a 6 anos, voltadas para as práticas promotoras da igualdade étnico-racial, na perspectiva da Lei nº 10.639/2003, verificando se essas ações tem propiciado uma interpretação mais crítica dos sujeitos frente à questão racial. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, acompanhada da observação direta da organização do espaço físico, levantamento dos materiais didático-pedagógicos, entrevistas com os profissionais, análise dos projetos, rotinas e planejamentos de ensino, trabalhados no primeiro semestre de 2018, identificando as principais dificuldades e obstáculos para a implementação da referida lei no âmbito das escolas. Constitui-se parte do projeto de pesquisa em andamento do Programa de Mestrado Profissional.

Palavras-chave: Ensino; Relações étnico-raciais; Identidade; Igualdade racial; Implementação da Lei 10.639/03.

ABSTRACT: The work presented here aims to analyze the actions developed at the Municipal Center for Early Childhood Education-CMEI, a school in the municipal education network of Teixeira de Freitas, Bahia / Brazil, in which it serves children from 0 to 6 years old, focused on the practices that promote ethnic-racial equality, in the perspective of Law nº 10.639 / 2003, verifying if these actions have provided a more critical interpretation of the subjects regarding the racial issue. This is a bibliographic research, accompanied by direct observation of the organization of the physical space, survey of didactic-pedagogical materials, interviews with professionals, analysis of projects, routines and teaching plans, worked in the first semester of 2018, identifying the main difficulties and obstacles to the implementation of the law in schools. It is part of the ongoing research project of the Professional Master's Program.

Keywords: Teaching; Ethnic-racial relations; Identity; Racial equality; Implementation of Law 10.639/03.

RESUMEN: El trabajo presentado aquí tiene como objetivo analizar las acciones desarrolladas en el Centro Municipal para la Educación de la Primera Infancia (CMEI), una escuela en la red de educación municipal de Teixeira de Freitas, Bahía /Brasil, en la que atiende a niños de 0 a 6 años, enfocada en las prácticas que promueven la igualdad étnico-racial, en la perspectiva de la Ley nº 10.639/2003, verificando si estas acciones han proporcionado una interpretación más crítica de los sujetos con respecto al tema racial. Esta es una investigación bibliográfica, acompañada de observación directa de la organización del espacio físico, encuesta de materiales didáctico-pedagógicos, entrevistas con profesionales, análisis de proyectos, rutinas y planes de enseñanza, trabajados en el primer semestre de 2018, identificando Las principales dificultades y obstáculos para

²⁰⁹ Pedagoga e Historiadora. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais (PPGER), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Campus Paulo Freire, Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil. E-mail: silviasoliver@hotmail.com.



la implementación de la ley en las escuelas. Es parte del proyecto de investigación en curso del Programa de Maestría Profesional.

Palabras clave: Enseñanza; Relaciones étnico-raciales; Identidad; Igualdad racial; Implementación de la Ley 10.639/03.

Em janeiro de 2003 o governo federal sancionou a Lei nº 10.639, acrescentando três novos artigos à Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, que incluiu no calendário escolar o dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra” e instituiu as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, tornando-o obrigatório na Educação Básica (BRASIL, 2006).

A incorporação de conteúdos sociopolíticos e pedagógicos suscitados pela Lei nº 10.639/03 tem por objetivo o reconhecimento e a valorização da identidade, história e cultura afro-brasileira, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade da valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas e europeias, além de firmar um compromisso da educação com a diversidade cultural e com estes segmentos da sociedade (BRASIL, 2005). No entanto, é importante compreender como a legislação infere mudanças nas práticas pedagógicas e se tais mudanças possibilitam interpretações mais críticas diante da questão racial, do racismo e do preconceito entre docentes e discentes, tanto na escola como na sociedade (GOMES, 2010).

A aprovação da lei significou uma imensa oportunidade de avanços na política de reparatória e de valorização da igualdade étnico-racial, mas não se pode deixar de considerar que a lei, por si só, não garantiu as transformações ansiadas e necessárias para a educação. Estudos e pesquisas (OLIVEIRA E SOUZA, 2012) acerca do ensino das relações étnico-raciais nas diversas etapas da Educação Básica revelam várias lacunas no trato com a questão, nas práticas educativas nas diversas instituições de ensino, e constata a falta de preparo para esta inclusão, sobretudo, se desacompanhadas de uma política pública e pedagógica que promova a implementação da Lei de forma condizente com a diretrizes pautadas para esse ensino. Essa falta de preparo compromete o trabalho e coloca em xeque o discurso em prol de uma escola verdadeiramente democrática (MUNANGA, 2006).



Coexistem, nos sistemas educacionais, diferentes concepções sobre a questão étnico-racial, além de diversas fragilidades no seu ensino nas escolas, o que tem revitalizado o preconceito e a desigualdade enraizados na sociedade, as quais, infelizmente, ainda se fazem presentes nas instituições (OLIVEIRA E SOUZA, 2012). Portanto, é fundamental refletir e debater não só sobre a importância da lei para o ensino e a construção de uma identidade positiva da criança, como também sobre quais encaminhamentos, as demandas emergentes e os desafios enfrentados nos diversos contextos da educação infantil. Essas são questões orientadoras desse estudo e visam contribuir para tais reflexões, discutindo caminhos e processos para a implementação da lei, colaborando para a sua efetivação.

No que se refere à Educação Infantil, um dos primeiros desafios enfrentados é o silêncio dos educadores diante das práticas do racismo, uma vez que vigoram os efeitos da ideia de democracia racial e da inexistência da discriminação. Tais ideias já foram superadas por pesquisadores que nos mostram que na faixa etária de 0 a 6 anos as relações são perpassadas por diversas situações de discriminação racial, nas relações entre os profissionais com as crianças e com as famílias (ABRAMOWICZ, 2010; SILVA, 2000; ROMÃO, 2001).

Assim sendo, o cotidiano escolar é permeado por práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias, situações que contribuem para a fragilização da identidade da criança negra (CAVALLEIRO, 2000). É marcante a valorização dos indivíduos brancos, experiência sistemática que inculca nas crianças a imagem do branco europeu como única referência positiva (SILVA, 2000). Com relação ao material didático e pedagógico, muitos privilegiam a representação positiva de pessoas brancas em detrimento de negras (CAVALLEIRO, 2010).

Apesar das denúncias desses autores datarem de quase duas décadas, tais práticas não foram abandonadas. Pelo contrário, sobrevivem e são reforçadas nas ações educativas das diversas instituições. A análise da implementação da lei nº 10.639/2003 no contexto da Educação Infantil, fruto da pesquisa de campo até então realizada, traz uma série de reflexões a respeito dos fatores que incidem nas práticas educativas e que constituem obstáculos para que as instituições atuem de acordo com as Diretrizes da lei.

Um importante fator a considerar é a formação acadêmica e profissional dos professores, uma vez que, de acordo com as respostas colhidas em entrevista, a formação inicial e



continuada não foram suficientes para instrumentalizá-los no trato das questões voltadas à igualdade racial e do ensino da História da África e dos Afrodescendentes na Educação Infantil. Ainda com relação à formação do professor, as entrevistas revelaram que os conhecimentos a respeito dos documentos oficiais que estruturam o trabalho com a promoção da igualdade racial é, ainda, bastante superficial.

Em relação à dinâmica do trabalho pedagógico e institucional, a observação direta dos espaços e a análise documental sinalizam que nem sempre a rotina, os projetos, sequências didáticas ou planejamentos de ensino incluem de maneira intencional e frequente as questões da formação para a igualdade racial e respeito à diversidade, sendo realizadas pontual e desarticuladamente, comprometendo a continuidade do processo formativo de combate ao racismo e discriminação. Quanto à organização institucional, no que se trata de infraestrutura, as observações realizadas revelam que a organização dos espaços, dos ambientes e materiais pedagógicos não colabora para a construção de uma autoimagem positiva da criança negra, nem fortalecem a identidade étnica e a valorização da diversidade.

Enfim, buscamos, até aqui, avaliar a formação acadêmica e profissional do educador, bem como refletir sobre o compromisso social e profissional da educação com a promoção da igualdade étnico-racial e destacar as condições concretas do contexto escolar que tem comprometido as possibilidades de melhores experiências com a valorização da diversidade étnica e com a aplicabilidade da referida lei. Os resultados apresentados reafirmam que a efetivação da legislação na prática educativa das instituições de educação Infantil, requer que se repense a formação do professor, a renormatização das ações didáticas e pedagógicas, a reorganização dos espaços e materiais pedagógicos e a reformulação dos projetos, rotinas e planos de ensino para que sejam desenvolvidas ações intencionadas, sem improvisos, devidamente planejadas e articuladas às práticas do ensino das relações étnico-raciais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A.; OLIVEIRA, F. de; RODRIGUES, T. C. A criança negra, uma criança e negra. In: ABRAMOWICZ, A.; GOMES, N. L. (Orgs.). **Educação e raça**. Perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. 1. ed. Minas Gerais: Autêntica, 2010, v. 1, p. 75-96.



CAVALLEIRO, E. (org). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.**São Paulo: Selo Negro, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial. **Lei 10.639/03. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** CNE/CP 3/2004, RESOLUÇÃO Nº 1, de 17 de junho de 2004. Brasília, DF, junho/ 2005.

_____Câmara dos Deputados. LDBEN: **Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº9394 de 20 de dezembro de 1996. 2. ed. Brasília, DF, A Secretaria, **2006.**

MUNANGA, K.; GOMES, N.L. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos.** 2ed. São Paulo: Global/Ação educativa, 2006.

OLIVEIRA, R.; SOUZA, F. **Educação e relações étnico-raciais.** Ilhéus: Editus, 2012.

OLIVEIRA, F. DE; ABRAMOWICZ, A. O que as práticas educativas na creche podem nos revelar sobre a questão racial? In: MIZUKAMI, M. G. N.; REALI, A. M. M. R. (Orgs.). **Teorização de práticas pedagógicas: escola, universidade, pesquisa.**1. ed. São Carlos: EDUFSCar, 2009, v. 1, p. 175-197.

ROMÃO, J. O educador, a educação e a construção de uma autoestima positiva no educando negro. In: CAVALLEIRO, E. (org). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.**São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 161-178.

SILVA, P. B.G.; MONTEIRO, H.M. Combate ao racismo e construção de identidades. In: ABRAMOWICZ, A.; MELLO, R.R.(orgs.). **Educação: Pesquisas e Práticas.** Campinas: Papius. 2000. p.75-99.



**LITERATURA AFRO-BRASILEIRA NO ENSINO FUNDAMENTAL II: UMA
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

**AFRO-BRASILIAN LITERATURE IN ELEMENTARY SCHOOL: AN
INTERVENTION PROPOSAL.**

**LITERATURA AFRO-BRASILEÑA EN LA ESCUELA ELEMENTAL:
UNA PROPUESTA DE INTERVENCIÓN**

Luzia Batista dos Santos²¹⁰

RESUMO: A Lei nº 10.639/2003 torna obrigatório o estudo de História e Cultura dos povos africanos e afro-brasileiros nos currículos escolares, logo, questiono o lugar que tem ocupado a literatura negra no Ensino Fundamental II das escolas municipais de Porto Seguro, com vistas a problematizar a prática docente. Os teóricos que colaboram nessa empreita são: Barreto (2009), Miranda (2011), Santos (2011), Duarte (2005), Silva (2005), Munanga (2005), legando aporte para uma proposta de intervenção que visa à inserção da literatura afro-brasileira por meio de aulas dinâmicas e propícias ao diálogo entre educador/a e educando/as. A ideia é fomentar, por meio da inserção da literatura afro em sala de aula, o desenvolvimento do pensamento crítico, a fruição da poética, a expressão, desconstruindo mitos e preconceitos, privilegiando o respeito às diferenças.

Palavras-chave: Literatura afro-brasileira; Literatura negra; Proposta de intervenção.

ABSTRACT: The law 10.639/2003 makes compulsory study of history and culture of African peoples and afro in school curricula, so I question the place that has occupied the black literature in elementary school II of the municipal schools of Porto Seguro, With a view to problematizam the Techint practice. The theorists who collaborate in this contracting are: Barreto (2009), Mirada (2011), Santos (2011), Duarte (2005), Silva (2005), Munanga (2005), bequeathing a contribution to an intervention proposal aimed at the insertion of Brazilian literature through dynamic classes and conducive to dialogue between educators and educating them. The idea is to foster, through the insertion of Afro literature in the classroom, the development of critical thinking, the enjoyment of poetics, the expression, deconstructing myths and prejudices, favoring respect for differences.

Keywords: Brazilian literature; Black literature; Intervention proposal.

RESUMEN: La ley 10.639/2003 realiza un estudio obligatorio de la historia y la cultura de los pueblos africanos y afro en los currículos escolares, por lo que cuestiono el lugar que ha ocupado la literatura negra en la escuela elemental II de las escuelas municipales de Porto Seguro, Con el fin de problematizar la práctica docente. Los teóricos que colaboran en esta contratación son: Barreto (2009), mirada (2011), Santos (2011), Duarte (2005), Silva (2005), Munanga (2005), legando una contribución a una propuesta de intervención dirigida a la inserción de la literatura brasileña a través de clases dinámicas y propiciar el diálogo entre educadores y educarlos. La idea es fomentar, mediante la inserción de la literatura afro en el aula, el desarrollo del pensamiento crítico, el disfrute de la poética, la expresión, la deconstrucción de mitos y prejuicios, favoreciendo el respeto a las diferencias.

Palabras clave: literatura brasileña; Literatura negra; Propuesta de intervención.

²¹⁰ Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Ensino e Relações Étnico Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB/PPGER/CSC. Porto Seguro, BA, Brasil. Orientanda do Prof. Dr. Alexandre Fernandes (Alexandre Ossaniyi). Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Linguagens, Poder e Contemporaneidade – GELPOC/IFBA. E-mail: luziab304@gmail.com



O presente projeto tem por intuito apresentar uma proposta de intervenção sobre a Presença da Literatura Afro Brasileira no Ensino Fundamental II, partindo da aprovação da Lei nº 10.369/03 que de forma obrigatória insere nos estabelecimentos de ensino, o estudo da Cultura Afro Brasileira, incluindo também, o estudo da História da África e a Cultura negra no Brasil, com o propósito de desconstruir preconceitos referentes aos negros.

A importância do projeto que desenvolverei está em trazer possíveis transformações nos currículos escolares a partir da proposta de intervenção nas práticas literárias dos professores de Língua portuguesa e suas literaturas, visto que propor uma reflexão mais ampla a respeito desse tema é fundamental para que se possam mudar práticas de ensino e aprendizagem tradicionais, responsáveis pela formação de indivíduos e cidadãos brasileiros preconceituosos, racistas e etnocêntricos em suas relações pessoais e sociais.

Deste modo, a formação dos estudantes com base em uma vertente literária que mostre o protagonismo negro, dê oportunidade ao aluno por meio da “arte da palavra” de conhecer e de mergulhar em um universo onde as culturas africanas e afro-brasileiras sejam vistas de maneira positiva e livre de estereótipos.

Embora a criação da Lei nº 10.369/03 tenha possibilitado uma mudança no histórico do país, incluindo o negro como formador da população e construtor da sociedade brasileira, percebe-se ainda que muitas escolas não atendem as suas determinações. É caso de muitas escolas Municipais de Porto Seguro.

Segundo Cuti (2010, p. 37), “O silenciamento da identidade negra perpassou os séculos e atingiu o século XXI de várias formas; uma delas é apresentar negros como detalhes de uma suposta generalidade branca”. Ele quer dizer que o negro é visto pelos brasileiros como sendo mais um elemento da classe subalterna e inferiorizada pela hierarquia dominante.

Nessa perspectiva, a literatura afro-brasileira representa um importante papel na construção da identidade étnica brasileira. A partir dessa reconstrução o negro tenta resgatar o máximo de sua dignidade étnica e racial negada pelo meio social. É dessa forma que,

As relações inter-raciais e Interétnicas constituem fenômeno concernente à própria formação do Brasil como país. Ao longo de nossa história, o fenômeno da mistura



de raças e culturas recebeu distintos tratamentos, indo da idealização romântica de uma terra sem conflitos ao mito da democracia racial, por um lado; e da condenação racialista típica do século XIX ao fundamentalismo de muitos segmentos contemporâneos, que rejeitam a mestiçagem e defendem a existência de uma possível essência racial negra, por outro (DUARTE, 2005, p. 118).

Por isso, o processo de criação e reelaboração da arte literária envolve uma linguagem objetiva simples e direta do cotidiano brasileiro, possibilitando aos escritores negros narrarem histórias a partir de suas próprias conclusões e ideais. Conforme Santos (2005, p. 127) ser negro é uma questão política, e questiona sobre o embranquecimento como processo de aceitação:

Era preciso fazer acreditar que apenas o embranquecimento seria uma solução plausível para negros e brancos, para que os últimos não fossem destruídos pelo enegrecimento e para que os primeiros não sucumbissem à herança nefanda que o destino os reservou: sangue africano (SANTOS, 2005, p. 127).

A autora explica que a política para embranquecer o negro e seus descendentes por meio de estilo adotados pelos brancos e procedimentos estéticos era uma tentativa política de manter o poder da elite no mesmo patamar sem nenhuma alteração no meio social devido à nova situação em que se encontrava a sociedade, encarregada de administrar e direcionar socialmente a crescente leva de novos cidadãos recém-integrados e, que assim, buscavam sua inserção e reconhecimento no mercado de trabalho

Este trabalho traz além de teorias e discussões, com base nos escritos e estudiosos e teóricos, uma proposta de intervenção na sala de aula do professor de Língua Portuguesa do ensino fundamental II. Ele visa à inserção da literatura afrobrasileira por meio das aulas dinâmicas e propícias ao diálogo entre educador/a, educando/o. A ideia é fomentar, por meio da inserção da literatura afro em sala de aula, o desenvolvimento do pensamento crítico, a fruição da poética, a expressão, desconstruindo mitos e preconceitos, privilegiando o respeito às diferenças.

Portanto, o ensino da literatura vai além do ensino literário, pois busca por meio das obras contextualizarem temas sociais de grande abrangência na sociedade. E, por conseguinte, essa prática, deve ser mais trabalhada no espaço educacional, pois a literatura passa a ser o caminho para compreender a realidade.



Com base nisso, ele também aponta relevantes pontos que pode fazer elevar e disseminar esse nível de preconceito no espaço escolar. Um desses pontos são os materiais didáticos escolares, distribuídos nas redes pública de ensino pois, os quais teriam a função primordial de auxiliar o trabalho docente em sala de aula com o intuito de combater e acabar com todo tipo de preconceito.

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco (MUNANGA, 2005, p. 16).

Entretanto, é através desses materiais que são expostos e repassados automaticamente pelos professores sem nenhuma reflexão crítica a respeito do assunto. Nesse caso, específico, são repassados conceitos e visões totalmente distorcidas e inferiorizadas com relação a questão da formação cultural/histórica afro-brasileira e africana.

Miranda (2011) fala sobre a influência que a literatura tem sobre a formação identitária considerando a história literária da nação e como as séries literárias, ao coincidirem com as séries sociais, completam o processo de construção dessa identidade:

Uma história literária progressista seria, pois, aquela que, forjada pelo espectro do nacional e baseada na metáfora do crescimento orgânico, tenta fazer coincidir a série literária e a série social, tendo em vista um conceito de representação que trabalha com a “imediatez” dos traços do lugar para compor e definir os valores constitutivos da sua identidade (MIRANDA, 2011, p. 16).

Além disso, as manifestações culturais são elementos cruciais para fomentar no ser humano o sentimento de pertença a sua nação e ao grupo étnico a que pertence.

A finalidade deste trabalho busca contribuir para todos que se interessam pelo assunto, e que buscam um norteamento para a sua prática pedagógica referente ao Ensino da Cultura e Literatura Afro-Brasileira no contexto escolar. Terá como produto final um catálogo com orientações e informações de como trabalhar os textos afro-brasileiros em sala de aula, bem como sugestões de textos a serem trabalhados.

Espera-se ao final da execução do projeto que os professores do ensino fundamental II da rede municipal de Porto Seguro, passem a trabalhar de fato a literatura afrodescendente em



á e se analisará as visões estereotipadas mais comuns encontradas e relacionadas a afrodescendentes no cotidiano de nossa sociedade, bem como as novas narrativas que procuram desenvolvendo uma linguagem mais inclusiva e de respeito as múltiplas singularidades, particularmente a étnica, de nossa sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreensão, em primeiro lugar, que livros são o que são e por si só não mudam ou transformam nada, e que para se investirem de um inestimável papel transformador, particularmente no âmbito da sala de aula, necessitarão sempre da presença, atuação e interesse do professor, bem como de sua sensibilidade e compreensão acerca da multiplicidade de histórias pessoais com que lida em seu cotidiano.

Em segundo lugar, que uma obra literária não é um fim em si mesmo, estática ou impermeável a interpretações e releituras, mas antes uma proposta em aberto, sujeita a múltiplas interpretações, adequações e entendimentos de acordo com o imaginário de quem a lê; bem como que o contraditório é o território onde a arte se faz como desafio e, portanto, como tábula rasa para todo tipo de abordagem ou discussão, não podendo, a priori, ser aceita ou rejeitada.

E por último, que o resultado que se busca é o da compreensão sobre a importância e necessidade da constituição de um canal permanente de discussão acerca da importância de se buscar ao mesmo tempo, a identificação do papel e representatividade do afrodescendente como personagem e protagonista na literatura infanto-juvenil no particular e na sociedade brasileira no geral, mas igualmente que tal papel se constitui em um contexto mais amplo, de respeito a diversidade étnica que singulariza e identifica países como o Brasil.

O processo de debates e análises sobre o atual papel representado na literatura infanto-juvenil brasileira far-se-á a partir da exposição dos diversos papéis desempenhados ao longo do período analisado, compreendido pelas primeiras publicações de Monteiro Lobato em meados da década de 30 do século passado até o que se tem escrito e publicado nos dias de hoje, representados na apresentação pelos livros Pretinha, eu? e Crianças na Escuridão, entre outros, do autor Júlio Emílio Braz.



A “invisibilidade” intencional dos povos indígenas gestada durante o processo colonial no Brasil teve como um dos grandes marcos de desconstrução a Constituição de 1988, em que, como resultado das lutas das comunidades tradicionais, foram mencionados e reconhecidos direitos dos povos indígenas. Entretanto, a luta não terminou ali, mas motivou e mobilizou pesquisadores de diversas áreas do conhecimento a se aprofundarem no vasto universo que envolve a temática étnica.

Assim, numa perspectiva interdisciplinar de pesquisa é possível reconhecer diversos estudos no campo da história indígena úteis a este projeto de pesquisa-intervenção, como os estudos antropológicos em Boccara (2003). Sobre identidade contamos com os estudos de Canclini (2003), Homi Bhabha (1998) e ainda Stuart Hall (1999), que, assim como Chartier (2011) trazem à discussão questões em torno da representação “as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação.” No campo da Literatura temos diversos pesquisadores indígenas que trazem a perspectiva étnica para a análise dos textos literários, dentre eles podemos citar Daniel Munduruku, o professor Edson Kayapó e a pesquisadora e escritora indígena Graça Graúna lembra que “a palavra indígena sempre existiu”:

A literatura indígena pulsa. A sua força atravessa fronteira[...] negar a existência da literatura indígena ou imprimir-lhe o rótulo de *orature* (como quer a visão eurocêntrica) são formas de preconceito literário. E mais: isso significa banalizar os direitos literários, a história de resistência e luta dos diferentes povos indígenas de que tratam (em parte) os Direitos Humanos (GRAÚNA, 2013, p. 172).

No campo da História é importante conhecermos, entre outros, estudos como o de Manuela Carneiro da Cunha sobre os protagonismos indígena. Já no campo da Educação, destacamos a Professora Petronilha Silva que trata do ensino e aprendizagem das relações étnico-raciais. Ainda é importante trazer à pesquisa a perspectiva decolonial ao trabalho com a temática indígena na educação, buscando o interculturalismo crítico conforme Catherine Walsh e o pensamento crítico de fronteira (MIGNOLO, 2000).

É nesse sentido, pois, que o projeto de pesquisa-intervenção “Palavra Pulsante” busca ser mais um caminho para a promoção do debate intercultural na escola, espaço esse em que tradicionalmente a voz indígena é marginalizada. Assim, esse referencial teórico e muitos outros que estão sendo conhecidos no decorrer do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais, da Universidade Federal do Sul da Bahia (PPGER/UFSB), serão o



Dessa forma, pesquisar e trazer para a sala de aula produções literárias indígenas significa uma riquíssima possibilidade de adquirir e produzir conhecimentos que sejam aliados à luta desse povo por voz e vez, a possibilidade de ser canal para que o protagonismo índio desde os limites de nossa história, apagado intencionalmente pela cultura colonizadora prevalecente até hoje, possa ser (re)conhecido.

Além disso, representa a possibilidade de trazer a reflexão e o debate a respeito da etnicidade e da interculturalidade presentes em nossa matriz formadora. Trazer para a escola regular, para estudantes e para professores mostras do protagonismo indígena histórico e contemporâneo, dar visibilidade e audibilidade aos mitos que tão bem fazem interpretações da vida e da realidade, das lendas - como interpretação literária dos fatos históricos, aos textos voltados ao público infantil e jovem, que vêm encantando aos leitores que se permitem novos caminhos de leitura, sem nos esquecermos dos textos que circulam na internet, nas redes sociais, blogs e podcasts que têm aberto caminho para novas formas de expressão e luta, numa perspectiva descolonizadora.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998

BESSA FREIRE, José Ribamar. **Seminário realizado em abril de 2002**.

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CHARTIER, Roger. Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas. In.: ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). **Roger Chartier, a força das representações: história e ficção**. Chapecó: Argos, 2011. p. 21-54.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3 ed. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999

MIGNOLO, Walter D. **The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference**. *South Atlantic Quarterly* 101, no. 1: 57-97, 2000a.



5th THE WORLD CONFERENCE ON REMEDIES TO RACIAL & ETHNIC ECONOMIC INEQUALITY

5ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES ECONÔMICAS RACIAIS & ÉTNICAS

26 — 29 . SETEMBRO . 2018 *** UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO ***** VITÓRIA ***** BRAZIL**

SILVA, Petronilha Gonçalves da. **Aprender, ensinar e relações raciais no Brasil.** Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX .63 p 489-506 set/dez 2007. Disponível em:
<https://goo.gl/RnoEjB>



GRUPO DE TRABALHO ED 036

AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS RACIAIS NA EDUCAÇÃO E NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Coordenadora:

Prof.^a Dr.^a Marcilene Garcia de Souza (IFBA)



mercado de trabalho, à educação, à cultura, aos bens e serviços de uma maneira geral, são características diretas desse racismo estrutural. Para Lopes (2007) essa forma de racismo opera por meio de uma dimensão político-pragmática, o que leva gestores e políticos a não se sensibilizarem em promover ações estratégicas de combate ao racismo e à igualdade racial.

O imaginário que se formou em torno de uma pseudo harmonia racial no Brasil, atuou e contemporaneamente atua como um mecanismo excludente institucionalizado, à medida em que contribui para a impossibilidade de reconhecer-se a igualdade diante da pluralidade das etnias, raças e cores, que são tratadas hierarquicamente, conforme aponta Silvério (2004). Entre negros e brancos, existem tanto desigualdades econômicas quanto discriminação étnico-racial e ambas foram legitimadas historicamente ao longo do tempo pelo Estado brasileiro, como apontado por Silvério (2002).

Ademais o mito da democracia racial justifica o sentimento de superioridade x inferioridade, brancos x negros, uma genuína relação de forças que interpõe-se com base no arbitrário cultural dominante, Bourdieu (1998).

O conceito de racismo institucional foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos, na década de 1960, por ativistas do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton (1967), que o definiram quando se referiram ao modo em que se manifesta o racismo nas estruturas de organização daquela sociedade e nas suas instituições. Para esses autores, **trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional à às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica.**

No Brasil esse cenário discriminatório colabora ativamente com o processo de manutenção dessas discriminações como base na cor, raça ou etnia que desde sempre estruturam as relações brasileiras, o que demonstra a forte presença do racismo institucionalizado, como o afirmam Hasenbalg (1978), Andrews (1998), Silvério (2002) e Siss (2003).

Nesse contexto nos reportamos a Bourdieu (1998), (2007) e Weber (2009) no que diz respeito às relações de dominação que traduzem um poder simbólico capaz de impor significações, as quais são impostas legitimamente pelo grupo dominante.



Na administração pública brasileira, as ações afirmativas somente foram implementadas a partir da Lei nº 12.990/2014, que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos de âmbito federal.

Direcionamos nossa análise para um estudo étnico-racial realizado com servidores ocupantes do cargo de Assistente em Administração, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que corresponde à exigência de ensino médio completo, traçando um comparativo *a priori* e *a posteriori* à aplicação da Lei nº 12.990/2014.

Ao utilizar uma referência fenotípica, foram escolhidos 18 ocupantes do cargo de Assistente em Administração, todos admitidos dentre as 44 vagas oferecidas no concurso de 2009, ou seja, antes da Lei nº 12.990/2014, que representava uma amostra de 4% da totalidade dos titulares deste cargo na UFRRJ. Para nossa surpresa, dentre os 18 servidores selecionados, os quais, deve-se ressaltar, tinham até 30 anos de idade, 7 se autodeclararam pardos, 5 pretos e 6 brancos, o que pode ser um sinalizador de que as novas gerações estão mais conscientes de sua identidade étnica, conforme pontua Eriksen (1993).

Pode-se, ainda, associar essa declaração como pardo a sentimentos instintivos pelos quais os sujeitos têm uma necessidade do estabelecimento de fronteiras étnicas, uma cumplicidade, um compartilhamento de ideais, uma aceitação pelo outro e seu modo de enxergar a vida, que ao interagir criam uma **congruência de códigos e valores** (Barth, 1969), por meio da qual grupos sociais étnicos com tradições, cultura, língua e símbolos comuns constroem sua subjetividade permitindo uma autoidentificação, bem como serem identificados por outros grupos étnicos, independentemente de uma consanguinidade, conforme Weber (1982) e Siss (2003).

Após a promulgação da Lei nº 12.990/2014, a UFRRJ lançou um edital com previsão de reserva de vagas para negros. Para passarmos à análise de dados, referentes ao resultado final do concurso público, realizado em 2015, para o cargo de Assistente em Administração, trazemos uma tabela de classificação de candidatos, onde podemos traçar um diagnóstico comparativo entre o resultado geral com o resultado da reserva de vagas para negros.



CEAFRI - UMA AÇÃO AFIRMATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE VILA VELHA

CEAFRI - AN AFFIRMATIVE ACTION OF THE MUNICIPAL DEPARTMENT
OF EDUCATION OF VILA VELHA

CEAFRI - UNA ACCIÓN AFIRMATIVA DE LA SECRETARÍA MUNICIPAL DE
EDUCACIÓN DE VILA VELHA

Alessandra Fonseca Machado²¹⁶

Wellington Batista dos Anjos²¹⁷

Ivan Almeida Rozario Júnior²¹⁸

RESUMO: O presente trabalho apresenta o processo de implementação da Coordenação de Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e Indígenas (CEAFRI) no Município de Vila Velha-ES/Brasil, procurando trazer algumas ações vivenciadas nesse processo. Em busca de novos paradigmas para o Ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e indígena na rede de ensino Fundamental do Município. A coordenação que nasce com o objetivo de incorporar práticas para a efetivação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Sendo, a CEAFRI, uma ação afirmativa que surge para estimular o multiculturalismo no currículo escolar e garantir, através de projetos interdisciplinares e parcerias com outros órgãos, a compreensão da história, valorização e potencial da população de origem africana e indígena no Brasil. Pretende-se, com a exposição deste trabalho incentivar educadores/as a efetivarem um trabalho que contemple a diversidade presente nos diferentes âmbitos de nossa sociedade.

Palavras-chave: Ação Afirmativa; Lei Federal 10.639/03; Lei Federal 11.645/08; Multiculturalismo; Educação das Relações Étnico Raciais.

ABSTRACT: The present work presents the process of implementation of the Coordination of African, Afro-Brazilian and Indigenous Studies (CEAFRI) in the Municipality of Vila Velha-ES/Brazil, seeking to bring some actions experienced in this process. In search of new paradigms for the Teaching of African History and Culture, Afro-Brazilian and indigenous in the Fundamental education network of the Municipality. The coordination that is born with the objective of incorporating practices for the effectiveness of Laws 10.639 / 03 and 11645/08. CEAFRI is an affirmative action that promotes multiculturalism in the school curriculum and ensures, through interdisciplinary projects and partnerships with other bodies, the understanding of the history, valorization and potential of the population of African and indigenous origin in Brazil. It is intended, with the exposition of this work, to encourage educators to carry out a work that contemplates the diversity present in the different spheres of our society.

Keywords: Affirmative Action; Federal Law 10.639/03; Federal Law 11.645/08; Multiculturalism; Education of Ethnic Racial Relations.

RESUMEN: El presente trabajo presenta el proceso de implementación de la Coordinación de Estudios Africanos, Afro-Brasileños e Indígenas (CEAFRI) en el Municipio de Vila Velha-ES/Brasil, buscando traer algunas acciones vivenciadas en ese proceso. En busca de nuevos paradigmas para la

²¹⁶ Graduada em Pedagogia. Pós-Graduada em Gestão Escolar. Coordenadora da CEAFRI na Rede Municipal de Ensino de Vila Velha, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha (SEMED), Vila Velha, Brasil. E-mail: alessandra.fm@edu.vilavelha.es.gov.br.

²¹⁷ Licenciatura em História. Pós-Graduado em Educação Profissional de Jovens e Adultos e Mestrado em Educação em Ciências e Matemática, Prefeitura Municipal de Vila Velha, Vila Velha, Brasil. E-mail: wbanjos@edu.vilavelha.es.gov.br.

²¹⁸ Doutor em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Professor da Instituição Federal do Espírito Santo-Campus Piúma. Coordenador Geral do Neabi e Líder do Gepidi. Piúma, Brasil. E-mail: ivan.rozario@ifes.edu.br



Enseñanza de Historia y Cultura Africana, Afro-brasileña e indígena en la red de enseñanza Fundamental del Municipio. La coordinación que nace con el objetivo de incorporar prácticas para la efectivación de las Leyes 10.639 / 03 y 11645/08. Siendo, la CEAfri, una acción afirmativa que surge para estimular el multiculturalismo en el currículo escolar y garantizar, a través de proyectos interdisciplinarios y alianzas con otros órganos, la comprensión de la historia, valorización y potencial de la población de origen africano e indígena en Brasil. Se pretende, con la exposición de este trabajo animar a los educadores a que efectúen un trabajo que contemple la diversidad presente en los diferentes ámbitos de nuestra sociedad.

Palabras clave: Acción Afirmativa; Ley Federal 10.639/03; Ley Federal 11.645/08; multiculturalismo; Educación de las Relaciones Étnicas Raciales.

O presente trabalho tem por objetivo descrever o processo de implementação da Coordenação de Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e Indígenas (CEAFRI) no município de Vila Velha - ES. Esta proposta busca implementar, produzir e divulgar conhecimentos, atitudes e valores que possibilite a participação dos gestores/as, professores/as e estudantes na construção de uma política de ação afirmativa para a Educação para as Relações Étnico-Raciais e Indígenas no município.

Em regra geral, é preciso compreender que a função de uma ação afirmativa, como uma política social, justifica-se pela necessidade de elevar o nível educativo, social e econômico daqueles que foram e ainda são discriminados e cerceados os direitos. Neste sentido, esta ação funciona como estratégia para combater a discriminação visando garantir o multiculturalismo numa perspectiva emancipatória.

Assim, as ações afirmativas, enquanto políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório cumpre uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático, que é a de assegurar a diversidade e a pluralidade social. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve se moldar no respeito à diferença e à diversidade. Através delas transita-se da igualdade formal para a igualdade material e substantiva. (PIOVESAN, 2007, p. 40)

Dessa forma, a regulamentação das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, ambas criadas com o objetivo de garantir que a pluralidade cultural, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/96, deve ser considerada como um importante marco legal na inclusão da temática no projeto político-pedagógico das unidades de ensino.



MUNANGA, Kabengele. (Org). **Superando o racismo na escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2008.

PIOVESAN, Flavia. **Ações Afirmativas Sob a Perspectiva dos Direitos Humanos**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, 2005

SOUSA SANTOS, Boaventura (2003). **Reconhecer para libertar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira



NEGROS DIPOMATAS? AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA (PAA) DO ITAMARATY PELA PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES NO PROGRAMA DE BOLSAS PARA INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA NO BRASIL

BLACK DIPLOMATS? AN EVALUATION OF THE ITAMARATY'S AFFIRMATIVE ACTION PROGRAM (PAA), BASED ON THE PERCEPTION OF PARTICIPANTS OF THE SCHOLARSHIP PROGRAM TO INCREASE THE NUMBER OF BLACK INDIVIDUALS ENTERING THE BRAZILIAN DIPLOMATIC CAREER

NEGRO DIPOMATAS? EVALUACIÓN DEL PROGRAMA DE ACCIÓN AFIRMATIVA (PAA) DE ITAMARATY EN LA PERCEPCIÓN DE LOS PARTICIPANTES DEL PROGRAMA DE BECAS PARA EL INGRESO A LA CARRERA DIPLOMÁTICA EN BRASIL

Geraldo Obermayer da Costa Braz²¹⁹
Patrícia da Silva Von Der Way²²⁰

RESUMO: Essa pesquisa qualitativa apresenta uma avaliação do Programa de Ação Afirmativa do Itamaraty (PAA) para ampliação das condições de ingresso de brasileiros negros na carreira de diplomata, na percepção dos egressos desse programa de bolsas de incentivo educacional que obtiveram êxito na aprovação em concurso e ingressaram na carreira diplomática de 2002 a 2014. O trabalho proporcionou: (1) oportunidade de avaliar o PAA, implementado como política pública pelo governo federal; (2) chance de conhecer os negros integrantes da carreira diplomática brasileira, egressos do PAA, um estrato da sociedade pouco conhecido; (3) contribuir para divulgação da importância que o tema racial, em suas diferentes vertentes, tem na sociedade atual (objeto de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal na ação direta de inconstitucionalidade referente às cotas em Universidades, consideradas legais); e (4) preencher a lacuna da existência de poucas pesquisas dessa natureza no Brasil.

Palavras-chave: Negros; Ação afirmativa; Política pública; Desigualdade racial; Carreira diplomática.

ABSTRACT: This qualitative study presents an evaluation of Itamaraty's Affirmative Action Program (PAA), which is focused on broadening the conditions for the admission of Brazilian black persons into the diplomat career, based on the perception of individuals who were awarded with this education promotion scholarship and successfully passed the examination to become a diplomat from 2002 to 2014. This study enabled: (1) an opportunity to evaluate the PAA, which was implemented as a public policy by the Federal Government; (2) a chance to interact with black individuals who participated in the PAA and are currently part of the Brazilian diplomatic career – a not well known stratum of Brazilian society; (3) a possibility to contribute with the dissemination of information regarding the pivotal role of the racial theme, in its different dimensions, in the today's society – which was the subject of a Direct Action of Unconstitutionality on Brazilian Supreme Court regarding the use of racial quota system by Universities and were considered legal; and (4) tackling the problem if the limited number of studies of this nature in Brazil.

²¹⁹ Mestre em Administração pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Graduado em Administração pela Universidade de Brasília. Servidor Público Federal da Fundação Oswaldo Cruz, Juiz de Fora, Brasil. E-mail: ogeraldo32@hotmail.com.

²²⁰ Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas. Graduada em Administração pela Universidade Estácio de Sá, Servidora Pública Federal da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: patriciaaway1@gmail.com.



Keywords: Black individuals; Affirmative action; Public policy; Racial inequality; Diplomatic career.

RESUMEN: Esta investigación cualitativa presenta una evaluación del Programa de Acción Afirmativa de Itamaraty (PAA) para ampliar las condiciones de ingreso de brasileños negros a la carrera de diplomático, en la percepción de los egresados de ese programa de becas de incentivo educacional que obtuvieron éxito en la aprobación en concurso e ingresaron a la carrera diplomática de 2002 a 2014. El trabajo hizo posible: (1) evaluar la PAA, implementado como política pública del gobierno federal; (2) conocer a los negros integrantes de la carrera diplomática brasileña, egresados del PAA, un estrato de la sociedad poco conocido; (3) contribuir a la divulgación de la importancia que el tema racial, en sus diferentes vertientes, tiene en la sociedad actual (objeto de apreciación por la Suprema Corte del país en la acción directa de inconstitucionalidad referente a las cuotas en Universidades, consideradas legales); y (4) responder a la falta de investigaciones de esa naturaleza en Brasil.

Palabras clave: Negros; Acción afirmativa; Política pública; Desigualdad racial; Carrera diplomática.

O objetivo central da pesquisa foi investigar o papel do Programa de Ação Afirmativa do Itamaraty (PAA) no combate ao racismo institucional, definido aqui conforme a concepção de Carmichael (1967), sob o ponto de vista dos diplomatas negros egressos do Programa, verificou-se: 1) os resultados quantitativos do PAA por meio de levantamento de dados desde sua criação; 2) A percepção dos diplomatas negros egressos do PAA com relação às características e resultados do Programa; e 3) os pontos positivos e necessidades de melhoria do PAA.

A mobilidade social do negro, ou seja, sua ascensão relativa ao conjunto da sociedade mantém-se em patamares residuais. Não houve alteração do quadro de oportunidades no mercado de trabalho, principal fonte de renda e de mobilidade social ascendente (SOARES, 2008). Essa afirmação confere relevância ao trabalho que se pretende desenvolver, investigando o quanto a ação afirmativa de incentivo ao estudo por meio do PAA contribui para a ascensão dos negros na sociedade pelo ingresso na carreira diplomática.

A primeira etapa da pesquisa qualitativa, implementada conforme metodologia de Goldenberg (2004) e Salomão (2014), referiu-se à identificação dos 21 ex-bolsistas do PAA aprovados no Curso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD). Descobriu-se que um desses faleceu em 2011 em decorrência de complicações de malária. Dos 20 remanescentes, 12 (60%) responderam ao questionário de pesquisa. Considerando que a maioria das perguntas foram abertas, e não de múltipla escolha, foi assegurada a possibilidade da expressão de sentimentos e de opiniões. Adicionalmente, foram realizados contatos



criado um comitê interno que discute o tema na instituição), aumenta o interesse da população negra pela carreira diplomática, reforça a autoestima de afrodescendentes por meio de negros ocupando posição de grande relevância no serviço público federal e o efeito simbólico que o aumento do número de diplomatas afrodescendentes tem no quadro do Itamaraty.

Um dos entrevistados do PAA relatou, que em certa medida, o programa pode gerar preconceitos e resistências dentro do MRE. Foram identificados como pontos fortes do PAA: o aporte financeiro, a previsibilidade da periodicidade de suas edições (anual), possibilidade de renovações de bolsas, permissão para a manutenção do bolsista (30% do valor total da bolsa), processo seletivo com etapas que permitem avaliar capacidades do candidato e evitar que pessoas que não sejam afrodescendentes se beneficiem da bolsa, o contato com outras pessoas que estão se preparando para o concurso e a tutoria voluntária dos alunos do Instituto Rio Branco (IRBr). Como pontos fracos: a falta de um programa de tutoria (*coaching*) institucionalizado, baixa divulgação do PAA, valor dos recursos financeiros da bolsa desatualizado em relação às necessidades atuais, critério pouco rígido na definição do “ser afrodescendente”, critérios subjetivos aplicados na fase de entrevista do processo de seleção do PAA e a não divulgação de um modelo padrão de plano de estudos divulgado pelo Itamaraty. Os doze entrevistados dizem-se satisfeitos com a carreira diplomática e ressaltaram experiências relevantes no Brasil e em missões no exterior. Recomendam que os negros interessados na carreira diplomática não desistam jamais desse objetivo profissional.

O debate sobre os mecanismos do racismo nas instituições no Brasil ainda é incipiente (JACCOUD, 2008). Pessoas e instituições precisam reconhecer que são produtoras e reprodutoras de racismo. O PAA sinaliza uma inflexão em direção a uma reparação de injustiça e construção de uma sociedade mais igualitária. Dentre todos os 741 diplomatas que ingressaram na carreira de 2002, início da política, a 2012, somente 19 (ou 2,6%) são negros que se beneficiaram das bolsas do PAA. Em 2010, Benedicto Fonseca Filho tornou-se o primeiro embaixador negro de carreira do Itamaraty (OLIVEIRA, 2011). Embora lenta, uma mudança gradual vem acontecendo. A esperança de que surjam outros embaixadores negros é fomentada pelo Programa de Ação Afirmativa do Itamaraty.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Instituto Rio Branco. **Programa De Ação Afirmativa.** Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.institutorio Branco.itamaraty.gov.br/programa-de-acao-afirmativa>>. Acesso em: 27 jul 2018.

CARMICHAEL, S. e HAMILTON, C. **Black power: the politics of liberation in America.** New York, Vintage, 1967.

GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.** São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

JACCOUD, L. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, M. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição.** Brasília: Ipea, 2008. (2008)

OLIVEIRA, J. L. L. **Negros e diplomacia: Presença de afro-descendentes no Ministério das Relações Exteriores. Estudo comparado Itamaraty- Departamento de Estado norte-americano.** 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Política e Política Externa) – Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2011. (2011)

SALOMÃO, L. **Políticas Públicas: Teoria e Prática.** Rio de Janeiro: UFF, 2014.

SOARES, S. A trajetória da desigualdade: a evolução da renda relativa dos negros no Brasil. In: THEODORO, M. (org.) **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição.** Brasília: Ipea, 2008. (2008)



GRUPO DE ESTUDO AFRO E INDÍGENA DE VILA VELHA
AFRO AND INDIGENOUS STUDY GROUP OF VILA VELHA
GRUPO DE ESTUDIO AFRO E INDÍGENA DE VILA VELHA

Fabrício Moreira Rufino²²¹
 Alessandra Fonseca Machado²²²
 Ivani Coelho Andrade²²³

RESUMO: Grupo de Estudo de professores realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha – ES/Brasil, por meio da Coordenação de Estudos Africanos, Afro-brasileiros e Indígenas (CEAFRI), numa perspectiva de formação continuada, privilegiando a metodologia de pesquisa-ação, para qualificar a implementação do currículo voltado para a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Palavras-chave: Educação Étnico-racial; Grupo de Estudo Afro e Indígena; Diversidade Cultural.

ABSTRACT: Study Group of Teachers carried out by the Municipal Education Department of Vila Velha - ES/Brazil, through the Coordination of African, Afro-Brazilian and Indigenous Studies (CEAFRI), in a perspective of continuous training, focusing on the methodology of action research, to qualify the implementation of the curriculum focused on Afro-Brazilian and Indigenous History and Culture.

Keywords: Ethnic-racial education; Afro and Indigenous Study Group; Cultural diversity.

RESUMEN: Grupo de Estudio de profesores realizado por la Secretaría Municipal de Educación de Vila Velha – ES/Brasil, por medio de la Coordinación de Estudios Africanos, Afro-brasileños e Indígenas (CEAFRI), en una perspectiva de formación continuada, privilegiando la metodología de investigación-acción, para calificar la implementación del currículo dirigido para la Historia y Cultura Afro-Brasileña e Indígena.

Palabras clave: Educación Étnico-racial; Grupo de Estudio Afro e Indígena; Diversidad cultural.

A tensa relação, muitas vezes oculta, entre a cultura afro-brasileira e indígena e a cultura branca e europeia, fruto de ideologias, desigualdades e estereótipos racistas, tem gerado inúmeras polêmicas. Ainda que 54% (pardos 45,1 e os pretos 8,9%) da população brasileira se declare negra (IBGE, 2016) e 0,25% indígena (FUNAI, 2010), persiste o imaginário

²²¹ Graduado em História. Pós-Graduado em História e Ensino. Professor efetivo da disciplina de História no Ensino Médio na Rede Estadual e do Ensino Fundamental II, da Educação Básica, na Rede Municipal de Ensino de Vila Velha, lotado na Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha (SEMED), Vila Velha, Brasil. E-mail: fmrufino@edu.vilavelha.es.gov.br

²²² Graduada em Pedagogia. Pós-Graduada em Gestão e Recursos Humanos, Coordenadora da CEAfri na Rede Municipal de Ensino de Vila Velha, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha (SEMED), Vila Velha, Brasil. E-mail: alessandra.fm@edu.vilavelha.es.gov.br

²²³ Graduada em Pedagogia. Pós-Graduada em Psicopedagogia e Gestão Pública Municipal, Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local. Professora efetiva da Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Vitória e nos anos iniciais do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Serra, cedida para o Município de Vila Velha, lotada na Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha (SEMED), Vila Velha, Brasil. E-mail: ivani.andrade@edu.vilavelha.es.gov.br



construção e implementação das políticas públicas educacionais voltadas para o Ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena na rede municipal de ensino.

A identidade negra como uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos. [...] implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial sobre si mesmo, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela nossa própria identidade (GOMES, 2002, p. 39).

A partir desse conceito que o Grupo de Estudos visa atender o que preconizam as leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, as quais propõem a inclusão da temática em voga nos currículos da educação, em todos os níveis de ensino, com particular atenção à formação de professores e à educação para as relações étnico-raciais em espaços formais de educação.

A metodologia do Grupo de Estudo está baseada nos fundamentos da pesquisa-ação, considerando que pesquisa a partir da prática e retorna para as escolas e/ou locais de trabalho com o intuito de mudanças significativas, haja vista que tem “[...] a finalidade de possibilitar a obtenção dos resultados socialmente mais relevante [...]” (THIOLLENTE, 1985, p. 14)

O Grupo de Estudo é composto por 40 professores da Rede Municipal de Ensino de Vila Velha, com uma reunião presencial mensal e também na modalidade à distância, por meio da plataforma e-Proinfo. No ambiente virtual de aprendizagem, encontram-se disponibilizados textos, vídeos, fóruns e atividades das temáticas afro-indígenas. A dinâmica do trabalho contempla uma certificação de 200 horas, dividida em quatro módulos com seis encontros presenciais (30h), plataforma do e-Proinfo (150h) e duas visitas técnicas (20h).

Durante os encontros, as discussões proporcionam espaços de compartilhamento, constituindo momentos democráticos e ativos na formação dos professores participantes, possibilitando a troca de experiências reais e ampliando conceitos. Nessa perspectiva, os participantes contribuem com sugestões de práticas e intervenções, extinguindo discursos que tendem ao conformismo e a não inclusão da temática afro-indígena na sala de aula. O Grupo de Estudo tem despertado nos profissionais da educação uma postura reflexiva e emancipatória frente ao seu contexto e à realidade escolar, visto que se sentem provocados a desenvolver, de forma diferenciada, suas práticas docentes, inclusive porque se dispõem a novos desafios.



Nesse caminho de repensar a história e a sociedade, torna-se fundante a inserção de conteúdos invisibilizados (COELHO; SOARES, 2011) que afirmam positivamente a história e a cultura da população afro-brasileira, africana e indígena no currículo escolar. Nessa perspectiva de intenção e ação, que a Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha criou o Grupo de Estudo, possuindo um caráter propositivo por meio de formação continuada, conforme Imagem 01, com acompanhamento sistemático, atendendo as questões específicas do processo de ensino e aprendizagem nas próprias unidades escolares.

FOTO 01: Encontro do Grupo de Estudo Afro e Indígena de Vila Velha



Fonte: Arquivo dos autores, Vila Velha – ES, 2018.

O Grupo de Estudo atua numa perspectiva de formação continuada a partir da pesquisa-ação, busca articulações para tornar os professores como sujeitos intelectuais transformadores, considerando que deve ser conduzido a repensar e reestruturar a natureza da atividade docente (GIROUX, 1997).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei 12.288, de 20 de julho de 2010.** Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, 2003.



A DESIGUALDADE DE GÊNERO NOS PODERES LEGISLATIVO E
EXECUTIVO DO ESPÍRITO SANTO – BRASIL

GENDER INEQUALITY IN THE LEGISLATIVE AND EXECUTIVE POWERS OF
ESPÍRITO SANTO – BRAZIL

LA DESIGUALDAD DE GÉNERO EN LOS PODERES LEGISLATIVO Y
EJECUTIVO DEL ESPÍRITO SANTO - BRASIL

Lucimara Rizzoli da Silva Brandão²²⁴
Angela Maria Caulyt Santos da Silva²²⁵

RESUMO: O Brasil, com acentuadas características de sociedade patriarcal, apesar das lutas feministas, há naturalização cultural da desigualdade de gênero. É reservado à mulher, o espaço “privado” enquanto no “público”, da representatividade democrática, há desigualdade nas relações de poder. O Tribunal Superior Eleitoral informou que dos eleitores aptos em 2016, 52,13% eram mulheres. Analisam-se as implicações das desigualdades de gênero no contexto político, enfatizando as políticas de cotas enquanto ação afirmativa. Pesquisa bibliográfica e documental sobre mulheres candidatas e eleitas nos poderes legislativo e executivo, do Espírito Santo em 2014 e 2016. Os dados foram trabalhados mediante categorias de análise. A representação feminina na política é inexpressiva e poucas mulheres exercem os direitos políticos em condições de igualdade.

Palavras-chave: Desigualdade de Gênero; Ações Afirmativas; Representatividade Democrática; Mulher; Política.

ABSTRACT: The Brazil, with sharp features of patriarchal society, despite the feminist struggles, there are naturalization of gender inequality. Is reserved to the woman, the "private space" while in "public" of democratic support, there is inequality in power relations. The Superior Electoral Court reported that of voters fit in 2016, 52.13% were women. It examines the implications of gender inequalities in the political context, emphasizing the quota policies as affirmative action. Bibliographic and documentary research on women candidates and elected in legislative and executive powers of the Espírito Santo in 2014 and 2016. The data were.

Keywords: Gender inequality; Affirmative Action; Democratic Support; Woman; Politics.

RESUMEN: Brasil, con fuertes rasgos de sociedad patriarcal, a pesar de las luchas feministas, hay naturalización de la desigualdad de género. Está reservado a la mujer, el "espacio privado", mientras que en "público" de apoyo democrático, existe desigualdad en las relaciones de poder. El Tribunal Superior Electoral informó que de los votantes en 2016, el 52,13% eran mujeres. Examina las consecuencias de las desigualdades de género en el contexto político, haciendo hincapié en las políticas de cuota como acción afirmativa. Bibliográfica y documental de investigación sobre las mujeres candidatas y electo en los poderes legislativo y ejecutivo del Espírito Santo en 2014 y 2016. Se procesaron los datos por categorías de análisis. Representación de las mujeres en la política es impresionante y pocas mujeres ejercer los derechos políticos en igualdad de condiciones.

Palabras clave: La desigualdad entre hombres; Acción afirmativa; Apoyo democrático; Mujer; Política.

²²⁴ Mestranda da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM; Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); Assistente Social pela EMESCAM. Assessora Parlamentar de Gabinete da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES). Viana – ES, Brasil. E-mail: lu_rizzoli@yahoo.com.br

²²⁵ Doutora e Mestre em Educação, Especialista em Políticas e Práticas Sociais em Saúde, Assistente Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Professora Adjunta da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM. Vitória – ES, Brasil. E-mail: angelacaulyt@yahoo.com.br



A desigualdade de gênero e o sexismo institucional vêm de um fator cultural herdado dos séculos de desenvolvimento econômico baseado, sobretudo, no Brasil, pela exploração do ser humano índio e negro, e pela exclusão da mulher dos processos decisórios de poder. A constatação de desigualdades entre homens e mulheres destacada pelos estudos de gênero representou a ruptura com a tendência de se buscar no determinismo biológico a explicação dessas desigualdades por ser uma construção histórica e social. Para tanto se percebe que durante anos foi reservado à mulher o espaço “privado”, ou seja, cabia a ela ser mãe, esposa e dona de casa, pois, partindo da reflexão dentro de uma sociedade patriarcal, chefiada pela figura masculina, a política era reservada ao poder do homem. O termo gênero que é adotado nesse estudo com cunho sociológico-histórico. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia.

Conforme Saffioti (2004) o patriarcado gera e mantém desigualdades de poder profundas entre homens e mulheres. Saffioti (2004, p.71) possibilita a reflexão que: “A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. [...] entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é com frequência”. Entretanto, Sardenberg (2010, p. 47) chama a atenção de que: “Gênero organiza e legitima não apenas a divisão sexual do trabalho e a construção de papéis sociais correspondentes, mas, também, a divisão sexual de direitos e responsabilidades”. A autora ainda considera: “o acesso e controle sexualmente diferenciado a oportunidade de trabalho bem como os instrumentos e meios de produção, recursos e fontes de renda e de crédito, capital, conhecimento, educação, instâncias decisórias, etc”.

Justifica-se que se reflète sobre a desigualdade de gênero no campo político à luz do princípio constitucional de igualdade, tendo em vista a Reforma Eleitoral de 2009, que modificou o art. 10, § da Lei nº 9.504, tornando-a uma ação afirmativa no âmbito eleitoral com o intuito de aumentar o número de mulheres eleitas (BRASIL, 2009).

Este trabalho tem o objetivo de analisar as implicações das desigualdades de gênero no contexto político, com ênfase nas políticas de cotas eleitorais enquanto ação afirmativa. Pesquisa descritiva e bibliográfica com base em autoras que discutem desigualdade de



gênero, representatividade democrática feminina, cotas e ações afirmativas Saffioti (2004), Sardenberg (1998), Matos (2012) e documental mediante coleta de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – (2014 e 2016) sobre mulheres candidatas e eleitas nos poderes legislativo e executivo, do Espírito Santo.

Em 2014 na eleição estadual, dos 472 candidatos e candidatas para 30 vagas na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, apenas quatro mulheres foram eleitas, e nas eleições municipais de 2016, segundo o TSE, o Espírito Santo teve 856 candidatos e candidatas ao pleito proporcional, mas só 77 candidaturas femininas tiveram sucesso, assim fica claro que a representação feminina em nosso estado é igual ao restante do país. No contexto brasileiro, segundo Matos (2012), há uma naturalização da exclusão das mulheres da esfera política. Os dados apresentados fortalecem a relevância do debate sobre as condições específicas que as mulheres enfrentam enquanto sujeitos políticos marcados pelo gênero, sobretudo por se inserirem em espaços historicamente masculinos.

Para contextualizar a questão das cotas de representação para mulheres faz-se necessário definir o que são ações afirmativas e relaciona-la aos conceitos de igualdade. Ações afirmativas são medidas que combatem a discriminação por meio da compensação da desigualdade de oportunidade. São ações corretivas, voluntárias ou compulsórias, que pretendem eliminar desigualdades historicamente acumuladas, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento. Surgiram da necessidade de promover os grupos inferiorizados na sociedade e conferir-lhes uma preferência a fim de assegurar seu acesso a determinados postos que, de outro modo, estariam deles excluídos total ou parcialmente (MOEHLECKE, 2002).

A ação afirmativa vem com o intuito compensatório, como resultados da crítica aos limites de inclusão que têm marcado o modelo clássico de cidadania, no sentido de promover a representação de certos grupos que têm sido subordinados ou excluídos, e as mulheres fazem parte desses grupos (GOMES, 2016). A cultura de inferioridade em que a mulher é submetida, em todos os aspectos do dia-a-dia, seja vinculando sua figura à atividade doméstica, desmerecendo suas qualidades como profissional e representante social, é a forma que o patriarcado mantém as desigualdades nas relações sociais de gênero.



Inseridas no contexto mais amplo das ações afirmativas, a política de cotas é medida que visa alterar variados quadros de desigualdades racial, étnica, sexual e social. As ações afirmativas reconhecem as discriminações existentes e agem no sentido de impedir que as mesmas se perpetuem. No caso das cotas eleitorais por sexo, esta ação afirmativa busca criar condições para o estabelecimento de um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política.

Entende-se que as ações afirmativas no sistema eleitoral é um dos caminhos mais recorrentes para se alcançar equidade entre homens e mulheres na política, e talvez, este seja um caminho mais viável, porém possuem falhas, como por exemplo: ausência de fiscalização e falta de obrigatoriedade no cumprimento da lei.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 12.034**, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelecem normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral. Acesso em: 15 JUL. 2016.

GOMES, J. B. B. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas por Joaquim Barbosa**. 2016. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/o-debate-constitucional-sobre-as-acoes-afirmativas-por-joaquim-barbosa/>>. Acesso em: 31 out. 2018

MATOS, M.; PINHEIRO, M. B. Dilemas do conservadorismo político e do tradicionalismo de gênero no processo eleitoral de 2010: o eleitorado brasileiro e suas percepções. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R.; JORDÃO, F. (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p. 47-89.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, n. 117, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARDENBERG, C. M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: ALVES, I.; SCHEFLER, M. L.; VASQUEZ, P.; AQUINO, S. **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador-Bahia: EDUFBA/NEIM, 2010. p. 37-74. (Coleção Bahianas, 12).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-antecedentes/estatisticas-eleitorais-2016/resultados>>. Acesso em: 21 jun. 2018.



CONGO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO ES/BRASIL: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA ENTRE TEORIZAR E TOCAR A CASACA

CONGO AS INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE FROM ES/BRAZIL: A PEDAGOGICAL PROPOSAL BETWEEN THEORIZING AND PLAYING CASACA

EL CONGO COMO PATRIMONIO CULTURAL IMATERIAL DE ES/BRASIL: UNA PROPUESTA PEDAGÓGICA ENTRE TEORIZAR Y TOCAR LA CASACA

Geisa Hupp Fernandes
Lacerda²²⁶

RESUMO: Este ensaio é fruto de um trabalho desenvolvido com discentes em formação inicial no curso de Pedagogia de uma instituição privada, localizada no município da Serra-ES, na disciplina de Fundamentos Teóricos e Artísticos e Musicalização e Expressão. Por meio da metodologia da Cartografia, traz a narrativa da Oficina de Congo, buscando traçar um paralelo teórico e prático, reafirmando a contribuição social e artística que os/as negros/as trouxeram para o município da Serra-ES/Brasil. Este resgate tem como objetivo mediar uma contraconduta do conhecimento eurocêntrico perpetuado na academia, retratando a importância da formação de professores em licenciatura no curso de Pedagogia transgrida para além das esferas etnocêntricas, para desconstrução de práticas racistas, respaldado na Lei nº 10.639/2003, propiciando profundas reflexões, debates e construções das práxis. Debruçamos como marco teórico em Munanga (2006), Gomes (2017) e outros intelectuais que auxiliaram na construção deste trabalho.

Palavras-chave: Congo; Formação de professores; Cultura afro-brasileira.

ABSTRACT: This essay is the result of a work developed with students in initial formation in the Pedagogy course of a private institution located in the municipality of Serra-ES, in the discipline of Theoretical and Artistic Foundations and Musicalization and Expression, through the methodology of Cartography, brings the narrative of the Congo workshop, seeking to draw a theoretical and practical parallel, reaffirming the social and artistic contribution that the blacks brought to the municipality of Serra-ES/Brazil, this rescue aims to mediate a counter conduct of eurocentric knowledge perpetuated in the academy, portraying the importance of teacher training in undergraduate courses in Pedagogy transgressed beyond the ethnocentric spheres, to deconstruct racist practices, supported by Law nº 10.639/2003, providing deep reflections, debates and constructions of the praxis, as a theoretical framework in Munanga (2006), Gomes (2017) and other intellectuals who assisted in the construction of this work.

Keywords: Congo; Teacher training; Afro-Brazilian culture.

RESUMEN: Este ensayo es fruto de un trabajo desarrollado con discentes en formación inicial en el curso de Pedagogía de una institución privada ubicada en el municipio de Serra-ES, en la disciplina de Fundamentos Teóricos y Artísticos y Musicalización y Expresión, a través de la metodología de la Cartografía, trae la narrativa de la Oficina de Congo, buscando trazar un paralelo teórico y práctico, reafirmando la contribución social y artística que los negros trajeron al municipio de Serra-ES/Brasil, este rescate tiene como objetivo mediar una contracondura del conocimiento eurocéntrico perpetuado en la academia, retratando la importancia de la formación de profesores en licenciatura en el curso de Pedagogía que se ha convertido en un marco teórico en Munanga (2006), Gomes (2017) y otros intelectuales que han ayudado a la sociedad en el seno de la sociedad, construcción de este trabajo.

²²⁶ Mestranda em Ciências das Religiões (PPGCR-UNIDA). Graduada em Pedagogia. Professora no curso de licenciatura em Pedagogia no Centro Universitário do Espírito Santo- Unesc, Campus II, localizada no Município da Serra, Espírito Santo, Brasil. E-mail: ge.lacerda@hotmail.com.



Palabras-clave: Congo; formación de profesores; la cultura afro-brasileña.

INICIANDO A CONVERSA: TECENDO O OBJETIVO DO TRABALHO

[...] “Tem que ensinar as crianças para o congo não morrer”.
(Mestre Zé Bento)

Este trabalho tem como proposta de debater o aporte teórico e prático, tecendo a resistência e cultura negra através da oficina do Congo²²⁷, vislumbrando sua relevância na cultura capixaba, embasado em estudos referente ao congo e descolonização do pensamento de um viés eurocêntrico referente aos processos históricos e culturais, movendo à práxis que potencialize a formação de professores em fase inicial, mediando saberes e fazeres em sua construção do ser/professor/criativo/crítico, articulando o aperfeiçoamento da formação inicial, para além dos conteúdos formais que negligenciam a cultura negra e indígena, desde modo o trabalho objetiva-se, em mover a execução de atividades dos docentes que envolvam através da proposta interdisciplinar práticas pedagógicas voltadas à política de inclusão social mediando e potencializando a formação numa vertente que combatam práticas racistas.

A PEDAGOGIA E O CONGO: DIALOGANDO COM ALGUNS TEÓRICOS

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) (2014), em levantamentos feitos, os negros (pretos e pardos) eram a maioria da população brasileira em 2014, representando 53,6% da população brasileira. Desse modo, com a maioria da população negra, torna-se fundamental na formação inicial de professores debater sobre práticas antirracistas e promover o debate referente ao resgate da Cultura Afro-brasileira e matriz Africana.

Neste sentido, este ensaio retrata a importância da formação de professores em licenciatura no curso de Pedagogia no intuito de transgredir para além das esferas etnocêntricas, galgando caminhos para a formação inicial, fomentando a história da cultura afro-brasileira no âmbito

²²⁷ O trabalho com a temática de congo se articulou primeiramente com aporte teórico, posteriormente com aquisição das Casacas construídas pelo Mestre artesão Tute localizado no município da Serra- ES, no qual todas as alunas adquiram o instrumento, para contemplar este ciclo recebemos o apoio do Mestre Zé Bento que ampliou os horizontes, contou a cultura oral do Congo de Nova Almeida Serra- ES, sua trajetória, posteriormente ensinando as discentes a tocar os instrumento e puxamos a cantoria do Congo.



pesquisa, logo no primeiro encontro sobre a temática do Congo, teve-se uma noção de como práticas de conteúdos eurocêntricos apaga a riqueza da pedagogia ancestral afro-brasileira, reafirmando a necessidade de formação de professores que galguem está temática, em relação ao resgate da cultura afro-brasileira, trazemos a fala do mestre Zé Bento que discorre sobre a continuidade do Congo:

É preciso ensinar as crianças se não o Congo morre, os mestres antigos só ensinavam a adultos, conversando em minha casa com Antônio Rosa, falei a necessidade de ensinar as crianças daí fundei a banda mirim de congo, arrumei uma forma de ensinar a tocar a casaca e dessa forma colocamos a festa na rua [...] (Diário de campo- Mestre Zé Bento).

Na fala do mestre Zé Bento²²⁸ é notório que há uma preocupação primordial, a cultura do congo como cultura viva que precisa ser passado seus saberes/fazeres a outras gerações, dialogando com uma Pedagogia ancestral que tem ritmos, estandartes, cantigas. É uma cultura que passa pela oralidade, fomenta a cultura indígena e africana e também resistência, o congo do Espirito do santo é entrelaçado com a trajetória da história da escravidão em terras capixabas. Deste modo, faz-se necessário melhor estudo e formação sobre a temática e como fazer uso nos espaços escolares, pautando a riqueza desta temática e ensinando aos jovens a riqueza desta tradição cheia de cultura e ancestralidade.

(IN)CONCLUSÕES

O presente trabalho buscou descrever a vivência educativa e coletiva na oficina. A mesma foi propiciada através do congo com sua musicalidade, sendo uma das formas pedagógicas de apreciar a história, memória e enredo social e denunciar algumas narrativas, como a resistência do Congo. É fundamental registrar que está oficina moveu uma pequena abertura para movimentar diálogos de (re) construção de novos saberes referente a Cultura Afro-brasileira, mesmo sendo em um micro espaço, trazendo a narrativa que este conhecimento precisa ser desvelado na formação inicial de professores, como proposta de revisitar a formação de professores numa perspectiva ser-professor-criativo, apropriando do conhecimento, cultura e resistência.

²²⁸ Mestre com um trabalho ativo e dedicado ao Congo que perdura mais de 40 anos, localizado município de Nova Almeida Serra-ES.



CAMERATA WA BAYEKE: PRÁTICA INSTRUMENTAL AFRICANA NA BAHIA, COMO FORMA DE RESISTÊNCIA E REINVENÇÃO IDENTITÁRIO-DIASPÓRICA

CAMERATA WA BAYEKE: AFRICAN INSTRUMENTAL PRACTICE IN BAHIA AS A FORM OF RESISTANCE AND IDENTITY-DIASPORIC REINVENTION

CAMERATA WA BAYEKE: PRÁCTICA INSTRUMENTAL AFRICANA EN BAHIA, COMO FORMA DE RESISTENCIA Y REINVENCIÓN IDENTIFICADOR-DIASPÓRICA

Ailton Mario Nascimento²²⁹

RESUMO: O presente artigo aborda a experiência de criação do grupo de estudos e pesquisas em torno do violão em estilos africanos Camerata Wa Bayeke, grupo que promove ações de qualificação em música e cultura africanas para a valorização da cultura instrumental de África na Bahia. Retrata ainda o contexto cultural do surgimento da ideia de criação do citado grupo, mormente Salvador/Bahia, que de certa forma foi motivado pela invisibilização das músicas africanas e pelo eurocentrismo predominante na educação musical local. No Brasil, as músicas de origem africana sofrem uma grande invisibilidade, já que são geralmente tratadas e percebidas a partir de visões estereotipadas, generalistas e pouco apoiadas em pesquisas científicas da área. “Wa Bayeke”, pseudônimo de Jean Bosco Mwenda (1930–1991), importante guitarrista africano que influenciou várias gerações de músicos. Queremos pensar e discutir outras formas de educação musical bem como outras possibilidades de técnicas violonísticas.

Palavras-chave: Violão africano; Camerata Wa Bayeke; Música africana; *African Finjger Picking*.

ABSTRACT: This article discusses the experience of creating a group of studies and researches about African acoustic guitar Camerata Wa Bayeke, a group that promotes actions in African music and culture to enhance the instrumental culture of Africa in Bahia. It also portrays the cultural context of the creation of the aforementioned group, especially Salvador / Bahia, which was motivated in a way by the invisibility of African music and the predominant Eurocentrism in local musical education. In Brazil, the songs of African origin suffer a great invisibility, since they are generally treated and perceived from stereotyped visions, generalists and little supported in scientific researches of the area. "Wa Bayeke", pseudonym of Jean Bosco Mwenda (1930-1991), important African guitarist who influenced several generations of musicians. We want to think and discuss other forms of musical education as well as other possibilities of guitar techniques.

Keywords: African Guitar; Camerata Wa Bayeke; African Music; African Finjger Picking.

RESUMEN: El presente artículo aborda la experiencia de creación del grupo de estudios e investigaciones en torno a la guitarra en estilos africanos Camerata Wa Bayeke, grupo que promueve acciones de calificación en música, y cultura africanas para la valorización de la cultura instrumental de África en Bahía. En Brasil, las canciones de origen africano sufren una gran invisibilidad, ya que son generalmente tratadas y percibidas a partir de visiones estereotipadas, generalistas y poco apoyadas en investigaciones científicas del área. "Wa Bayeke", pseudónimo de Jean Bosco Mwenda (1930-1991), importante guitarrista africano que influenció a varias generaciones de músicos.

²²⁹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) - Curso de Mestrado Profissional da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Música da Escola de Música da Universidade Federal da Bahia (PPGMUS). Curso de Mestrado Acadêmico em Etnomusicologia (UFBA), Salvador, Brasil. E-mail: thonaci@gmail.com.



Queremos pensar y discutir otras formas de educación musical así como otras posibilidades de técnicas violonísticas.

Palabras clave: Guitarra africana; Camerata Wa Bayeke; Música africana; *African Finjger Picking*.

JUSTIFICATIVA E CONTEXTO

A Camerata Wa Bayeke é um grupo musical de estudos e pesquisas sobre violão em estilos africanos, formado por músicos afro-brasileiros, estudantes e interessados nessa temática. Está estruturado por ações de qualificação em música, cultura e musicalidades africanas, para a valorização da cultura instrumental de herança africana e ampliação da diversidade cultural baiana. “Wa Bayeke” era o pseudônimo de Jean Bosco Mwenda (1930–1991), um importante guitarrista africano que influenciou várias gerações de músicos na África. Nascido no Congo²³⁰ viveu a maior parte da vida no Zaire e usava o pseudônimo de Mwenda wa Bayeke (título de nobreza), reivindicando uma ascendência nobre do povo Sanga de Bayeke.

Apesar dos grandes vínculos históricos e culturais que ligam o Brasil ao Continente Africano, é muito escasso o conhecimento mais apurado dos brasileiros a cerca da produção científica, cultural e artística dos povos de África. No Brasil, as músicas de origem africana sofrem uma grande invisibilidade, já que são geralmente tratadas e percebidas a partir de visões estereotipadas, generalistas e pouco apoiadas em conhecimentos empíricos consistentes e ou pesquisas científicas sobre a área.

Um fato marcante na minha formação musical foi a ausência das músicas africanas e afro-brasileiras nas minhas vivências na escola de música da UFBA, durante os anos de aprendizado no Curso Preparatório de Música daquela instituição, entre os 16 e 19 anos de idade. Uma ausência que só seria conscientemente por mim percebida, anos depois, já iniciando a trajetória como professor de música. Eu me percebia limitado a uma concepção de música e, principalmente, de musicalidades hierarquizadas, que embora eu não acreditasse e não defendesse de forma consciente, se revelava, por exemplo, nas minhas escolhas de repertório para as aulas. Apesar de abranger também a música popular brasileira, as escolhas eram geralmente norteadas por critérios eurocêntricos de qualidade musical, ou seja, grande

²³⁰ O Congo se tornou ainda na primeira metade do século XX um grande centro produtor de violonistas, guitarristas e técnicas africanas aplicadas à guitarra, haja vista a expressão “*Katanga Music*”, (província ao Sul o Congo), que é uma das denominações para designar o referido estilo musical africano baseado na guitarra acústica.



No dia 15 de fevereiro de 2017 no pátio do CDCN²³², demos uma entrevista e tocamos algumas músicas, para gravação do programa de TV Aprovado, da rede Bahia de televisão²³³. Em 21 de novembro de 2017 realizamos nossa primeira apresentação musical na Escola Municipal Parque Santa Júlia, em Lauro de Freitas. A receptividade das crianças e de toda comunidade escolar foi muito boa. Pretendemos continuar com concertos educativos e oficinas em escolas, da rede pública do estado e das prefeituras da Bahia, para divulgação do projeto.

METODOLOGIA/PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA CAMERATA

A oralidade na transmissão/recepção de conhecimentos (característica das comunidades africanas, em África e na Diáspora) faz parte do processo de aprendizagem neste projeto. Ela é constante e se estabelece como a nossa principal forma de comunicação, mas não é o meio exclusivo de aprendizagem, já que, são disponibilizados a cada encontro, os meios escritos das peças em forma de partituras e tablaturas, além do áudio das mesmas onde cada participante, dentro das suas possibilidades, conhecimentos e capacidades técnico-cognitivas já desenvolvidas, vai adentrando o universo das musicalidades africanas de forma prática e, enriquecendo a sua própria musicalidade e criatividade através dos repertórios assimilados.

Incluindo-se aí, peças instrumentais, canções de compositores/violonistas africanos da chamada "katanga music" com arranjos específicos para o instrumento, canções tradicionais africanas do repertório da música clássica mandingue (basicamente, canções do repertório tradicional de Balafon e kora), além de arranjos para grandes marcos da música africana, a exemplo da canção "N'kosi Sikelele", "Sodade" e "Fanta Mankané".

O VIOLÃO EM ESTILO AFRICANO OU AFRICAN FINGERPICKING

²³² Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra – BA, órgão vinculado à Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia (SEPROMI).

²³³ Reportagem disponível em: <http://gshow.globo.com/Rede-Bahia/Aprovado/noticia/grupo-musical-desenvolve-pesquisa-sobre-a-musica-africana.ghtml>. Acesso em: 26.07. 2018.



A principal característica das referidas técnicas violonísticas africanas é o uso apenas do polegar e do indicador da mão direita (para os destros) para tanger as cordas do instrumento, usando-se o polegar para tocar as cordas superiores, mais graves (sexta, quinta e quarta cordas) e o indicador, para tocar as cordas inferiores, mas agudas (terceira, segunda e primeira cordas). De acordo John Low, em a History of Kenyan Guitar Music (1982) e African Fingerstyle Guitar (2007), essa redução de dedos da mão direita para a execução, favorece a expressão do caráter rítmico-percussivo das músicas africanas, o que não se consegue usando a técnica clássica europeia de quatro dedos da mão direita (polegar, indicador, médio e anular).

Gerard Kubik, em African Guitar (2003), afirma que, essa técnica (o African fingerpicking) originária da África Central, mais precisamente do Congo, se disseminou por toda África, com predominância na África Central, África Oriental (Costa Swahilli) e África Ocidental. Em termos teóricos este projeto relaciona-se com a descolonização dos saberes e a Pós-colonialidade epistemológica, proposta por Boaventura de Sousa Santos na sua coletânea "Epistemologias do Sul, 2009". Segundo essa linha de pensamento, para que se promova a justiça social, (que pressupõe igualdade de oportunidades) é preciso que se promova uma justiça cognitiva em oposição à injustiça cognitiva histórica do mundo ocidental capitalista. Produzir conhecimento é necessariamente definir relações de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do violão em estilos africanos (ou técnicas violonísticas africanas) nos revelam formas de musicalidades ancestrais dos povos de África, traduzidas e adaptadas ao instrumento musical mais popular do planeta: A guitarra acústica (para os brasileiros, o Violão). A ideia desse projeto é trabalhar com os participantes do grupo não apenas as melodias e letras das canções, mas também uma contextualização do ambiente cultural onde a experiência musical africana se assenta e interage. O que aqui se quer não é o abandono das tradições musicais europeias, mas sim, o abandono da música clássica europeia como referencial único e supremo de qualidade musical.

Diante da forte relação histórico-cultural entre Brasil e África, a inserção das técnicas violonísticas africanas e seu respectivo repertório, no ensino desse instrumento na Bahia,



possibilitaria maiores possibilidades de expressão através do Violão no acompanhamento e mesmo nas composições e arranjos de música popular brasileira.

Essa experiência com a camerata Wabayeke tem nos proporcionado possibilidades de produzir reflexões sobre a diáspora negra, a partir da prática musical e pensar questões étnico-identitárias orientadas tanto pelo resgate do passado (tradição) quanto pela descoberta, vivência e diálogo com as inovações da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

GRAFF, Folo. **African Guitar Styles** A.D.G Productions. 2001.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações Culturais**. Belo. Horizonte, Ed. UFMG, 2003.

KUBIK, Gerhard. **African Guitar** – Audio-visual Filed Recordins 1966-1993 by Gerhard Kubik Vestapol Productions/ A division of Stefan Grossman´s Guitar Workshop Inc. [VHS videotape.] 1995.

_____. **Pesquisa Musical Africana dos Dois Lados do Atlantico**, Revista USP 2008.

LOW, John. **African fingerstyle Guitar** - Stefan Grossman`s Workshops, Inc. - DVD e Partituras, 2007.

_____. **A History of Kenya Guitar Music: 1945-1980**. African Music, vol. 6 no. 2, pp. 17-36 - Artigo, 1982.

MUNANGA, Kabengele. **Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil**. In: SPINK, Mary Jane Paris(Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994, p. 177-187.

NZEWI, Meki. **Strategies for music education in Africa: towards a meaningful progression from tradition to modern**, International Society for Music Education: ISME. International Journal of Music Education 1999; os-33; 72. Disponível em: <http://ijm.sagepub.com>.

RYCROFT, David. **The Guitar Improvisation of Mwenda, Jean Bosco**, 1961.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**, Edições Almeida SA. Coimbra 2009.

SODRÉ, Lilian Abreu. **Música Africana na Sala de Aula**. Duna Dueto Editora 2012.

TROTTA, Felipe da costa. **Música Popular e Qualidade Estética** – III encontro de estudos multidisciplinares em cultura. UFBA, Salvador 2007.



estudian la crisis en la música clásica europea. El público de este tipo de música se hizo viejo, ese público se fue (disminuye cada década), la estrategia actual para el mantenimiento de la música clásica europea parece ser la apuesta por la recolonización cultural eurocéntrica de la juventud del mundo en desarrollo, a través de programas como El Sistema y sus 60 filiales esparcidas por el mundo (en Brasil, el Neojiba).

Palabras clave: NEOJIBA; EL Sistema; Descolonización de los saberes; Música clásica.

INTRODUÇÃO

O mundo que até o século XIX tinha o continente europeu como o centro do poder global, tem o seu grande marco simbólico, institucional e formal de descentralização, no processo histórico ocorrido nos continentes africano e asiático, com o final da Segunda Guerra Mundial, que ficará conhecido como a descolonização.

Na história canônica da cultura e da arte brasileiras, como também, latino-americanas, uma tendência ou característica constante das elites produtoras dessas narrativas oficiais, sempre foi a tentativa, geralmente frustrada, de aproximação aos padrões culturais, movimentos artísticos e dos modos de vida dos povos europeus.

A construção de uma identidade nacional para cada novo Estado latino-americano significou a exclusão e invisibilidade para todos aqueles que não se reconheciam na cultura europeia. Assim como os indígenas, culturas de matriz africana não encontraram espaço na educação escolar e até hoje encontram dificuldade de difusão no continente (CANDAUI; RUSSO, 2010, p. 158).

A partir dos anos 60 do século XX, teóricos latino-americanos (sobretudo, mas não exclusivamente) têm problematizado em favor de uma educação intercultural, na perspectiva de uma desconstrução das colonialidades do pensamento e das relações sociais, nos países que trazem ainda a marca do processo colonizador que sofreram. Já nas últimas décadas do século passado, esse protagonismo em termos teórico e das práticas culturais em prol da interculturalidade educacional tem se deslocado para os movimentos indígenas, movimentos negros organizados e movimentos de educação popular (com destaque para os movimentos de educação do campo).

Propostas como essas questionam o discurso e as práticas eurocêntricas, homogeneizadoras e monoculturais dos processos sociais e educativos e colocam no cenário público questões referidas à construção de relações étnico-raciais nos contextos latino-americanos. Desvelam o racismo e as práticas discriminatórias que perpassam o cotidiano das nossas sociedades e instituições educativas e promovem o reconhecimento e valorização das diferenças culturais, componentes



fundamentais para a promoção de uma educação intercultural (CANDAU; RUSSO, 2010, p. 160).

Ao analisar os direcionamentos das políticas públicas do Governo do Estado da Bahia para a educação musical, nota-se facilmente, que o programa NEOJIBA é a sua grande prioridade, não só pelo volumoso montante anual de verbas (8.463.000,00²³⁵ em 2017) a ele destinadas, como pela megaestrutura logístico-institucional disponibilizada para as suas ações²³⁶, incluindo-se aí a propaganda institucional do governo que, somada à massiva campanha em prol da continuidade da expansão vertiginosa do tamanho e abrangência do referido programa, faz com que pareça uma verdade absoluta, a ideia de que esse projeto produz bons resultados, devendo se expandir para todos municípios do estado, em todos os níveis de educação. Um projeto de difusão e popularização da música clássica europeia, com abordagem pedagógica do El Sistema²³⁷, que trabalha num modelo de educação musical conservatorial²³⁸.

Este modelo conservatorial ainda, predominante na maioria das escolas de música brasileiras, tem sido nas últimas décadas duramente criticado por grande parte dos pesquisadores da área, na medida em que promove uma concepção de música segmentada, uma hierarquização de musicalidades, como também a dualidade entre popular/erudito, que opõe as diferentes culturas e grupos sociais, e, por conseguinte, os grupos étnicos, gerando preconceitos e estereótipos de superioridade e de inferioridade musical.

²³⁵ O Programa NEOJIBA (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia, iniciado em 2007) está inserido no Programa "Pacto Pela Vida". No ano de 2017 o Instituto de Ação Social Pela Música (IASPM), entidade gestora do Programa NEOJIBA, através do Contrato de Gestão 001/2014 recebeu o montante de R\$ 8.463.000,00 para a execução do Programa, em conformidade com os valores pactuados no Contrato de Gestão e seus Termos Aditivos. O Contrato de Gestão firmado estabelece que a instituição (IASPM) capte no mínimo 10% do valor total do contrato.

²³⁶ Hoje o Programa NEOJIBA possui 12 núcleos em atividade, em cinco municípios do estado da Bahia, atendendo direta e indiretamente, cerca de 4.300 crianças, adolescentes e jovens, de 04 a 29 anos. (Disponível em: <http://neojiba.org/> Acesso em: 28/12/2017).

²³⁷ El Sistema significa: Sistema de Orquestra Juvenil e Infantil da Venezuela, projeto criado pelo maestro José Antonio Abreu, em 1975, que se desenvolveu ao longo dos últimos quarenta anos, estabelecendo orquestras de crianças e jovens em grande escala em todo o país. O Sistema procura trazer transformação social através da criação de música no contexto da orquestra, inspirando recentemente um grande número de organizações relacionadas ao Sistema em todo o mundo.

²³⁸ Segundo Vieira (2000), conservatórios eram, originalmente, instituições de caridade que conservavam moças órfãs e pobres na Itália do século XVI. Dentre as atividades desenvolvidas nestas instituições, se destacava a Música. Com o decorrer da História, a Música se tornou a única atividade desenvolvida nesta instituição e o modelo de ensino desta passou a nortear o ensino de Música elitizado.



Para Greg Sandow²³⁹, a “música clássica precisa perder seu senso de prerrogativa, a crença que muitos de nós no mundo da música clássica temos de que ela é extremamente importante, necessária para qualquer sociedade civilizada, e que por isso tem que ser apoiada financeiramente, por nossas escolas, e de muitas outras maneiras”.

O público da música clássica foi diminuindo a cada década, a estratégia atual para manutenção do *status quo* da música clássica europeia parece ser a aposta na recolonização cultural eurocêntrica da juventude do mundo em desenvolvimento, através de programas como El Sistema e suas 60 filiais espalhadas pelo mundo (no Brasil, o Neojiba).

Sobre o mito do valor transcendente da música clássica europeia, Greg Sandow diz:

Saímos pelo mundo, procurando apoio, tanto para o nosso valor transcendente, mas também para os benefícios que a música clássica alegadamente traz – notas escolares mais altas, lucro para empresas de centros comerciais. Mas, não importa que argumento possamos usar, o que realmente estamos querendo dizer é que a música clássica tem que existir, tem que ser financiada, tem que ser ensinada em nossas escolas. E frequentemente junto a isso ainda dizemos que a cultura popular é nociva (Oliveira 2012).

POLÍTICA DE GOVERNO PARA A EDUCAÇÃO MUSICAL NA BAHIA

O Neojiba está inserido no Programa "Pacto Pela Vida" da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. As nossas perguntas são: houve opções à alternativa escolhida? Quais? A identificação do problema e definição de agenda estão de acordo com as metas a serem alcançadas?

Um aspecto singular no projeto é o desapego de inclusão social. Assim, o foco principal é a integração social. Por isso, os primeiros processos de escolha foram para dar oportunidade a todos os jovens baianos de tocar em orquestra, de todas as classes sociais, dando mesma oportunidade a pobres e ricos. Quem confirma esse sistema de escolha é o próprio Castro quando assegura “oferecermos a todos, sem distinção, um ensino musical de qualidade comparável ao de grandes centros musicais” (POLONI, 2012, p. 09).

²³⁹ Greg Sandow é alguém de dentro do mundo da música, crítico musical, compositor e consultor em várias instituições de música clássica europeia. Em seu blog, ele escreve sobre a “crise na música clássica”. (Disponível em: <http://euterpe.blog.br/a-grande-mudanca>).



Harold Laswell cunhou uma das mais conhecidas e instigantes definições de política pública. Segundo ele, decisões e análises sobre política pública implicam, em linhas gerais, responder as questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006).

O Neojiba é um Programa de um Governo do PT (Partido dos Trabalhadores), partido de esquerda (o maior da América Latina), que se pauta numa plataforma popular. E a contradição é: a quem serve a manutenção do *status quo* (e mesmo a sobrevivência nos moldes tradicionais) da música clássica europeia? De certo que não a classe e cultura populares.

Segundo Luciana Del Bem e Liane Hentschke (2003), a Educação Musical deve estar sempre pautada com a finalidade de “facilitar o acesso à multiplicidade de manifestações musicais de nossa cultura” (Del Bem; Hentschke, 2003, p. 181).

A população baiana é majoritariamente negra (76,3%, segundo dados do IBGE de 2010), sua música tradicional está ligada ou advém diretamente das matrizes culturais africanas. O citado programa do Governo do Estado da Bahia recebe altas cifras dos cofres públicos, chegando a quase uma dezena de milhões de reais por ano (dados do ano de 2014). Programa esse, que apesar dos devidos méritos de popularizar a música e os instrumentos clássicos europeus entre jovens e crianças de famílias de baixa renda (pelo menos uma parcela deles, mas não na totalidade, já que parte dos estudantes são oriundos de famílias de classe média, principalmente aqueles que tocam na orquestra principal) e de dar perspectivas de profissionalização e ascensão social através da música, reproduz e tenta perpetuar a tradição da educação musical tradicional brasileira (conservatorial), com os mesmos velhos e estereótipos eurocêntricos do mundo da "boa música" ou “música erudita”.

SOBRE EL SISTEMA, SUA PRÁTICA E SUA METODOLOGIA

Os muitos elogios e críticas positivas da grande mídia ao El Sistema começou a mudar com o livro de Geoffrey Baker²⁴⁰, *El Sistema: Orchestrating Venezuela's Youth* (2014), onde o autor, a partir de uma etnografia (Baker viveu um ano na Venezuela, fazendo um minucioso

²⁴⁰ Professor de musicologia e etnomusicologia na Royal Holloway University of London, é emérito especialista na música da América Latina. (Disponível em ><http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,o-sistema-por-dentro,1602930>).



trabalho de campo, incluindo observações, exames de documentação e entrevistas com centenas de estudantes e professores do programa) e abordagem etnomusicológica, desconstrói o argumento central do referido projeto, que é: o futuro da música e o resgate social passam pela instituição da orquestra sinfônica! O autor caracteriza essa organização como autocrática, desatualizada, corrupta e até abusiva. Ele questiona se o modelo do El Sistema é saudável para ser imitado internacionalmente e sugere que a noção de orquestra como veículo de mudança social é profundamente imperfeita.

Baker busca ir além de um exame do programa venezuelano para abranger uma análise crítica mais ampla da orquestra juvenil como veículo para uma educação inclusiva em música e cidadania. O objetivo de sua crítica, como afirma, não é a música clássica em si, mas as instituições, as pedagogias e as práticas que a medeiam.

Destacando trechos de seu livro e de uma entrevista ao jornalista João Marcos Coelho, no caderno Aliás, do jornal O Estado de S. Paulo, em 06.12.2014, temos uma boa ideia da estrutura e dos conceitos norteadores do programa que serviu de inspiração e modelo para o NEOJIBA.

Segundo o autor, a música como mercadoria e como espetáculo é inerente à ideologia e prioridades deste Programa, revelando o "pensamento conservador que está por trás da superfície revolucionária" (BAKER, 2014, p.59).

Em entrevista ao crítico musical e jornalista, João Marcos Coelho, no caderno Aliás, do jornal O Estado de São Paulo (06.12.2014), começando pelas questões musicais, ele desconstrói o mito do Sistema.

Num momento em que a educação musical começa a recusar o mero treinamento baseado na música europeia de concerto, El Sistema significa um passo atrás ao pregar a salvação das crianças pobres e marginalizadas por meio da música sinfônica tradicional. O programa funciona então, como uma grande fábrica para fornecimento de músicos bem treinados, mas não artistas com uma visão mais aberta e criativa de sua arte. “Vejo El Sistema como um programa de treinamento, não educacional. Ele prefere a disciplina em vez da criatividade e do pensamento crítico. O maestro Abreu pronunciou uma frase sintomática a respeito: ‘Como educador, pensei mais em disciplina do que em música’” (COELHO, 2014).

A instituição orquestra sinfônica (com todos os vícios de seu modelo tradicional), aplicada à infância e juventude, figura como elemento central do El Sistema, que ali vê o futuro da música clássica europeia, assim como a redenção e resgate social da juventude desfavorecida.



Chiarotti, Ângela. **Música Erudita. Ed. 149 – Música clássica em crise?** 05 de março de 2014 < <http://www.revistaideias.com.br/2014/03/05/musica-erudita-ed-149-musica-classica-em-crise/>>. Acesso em: 25/01/2018.

Coelho, João Marcos. **O sistema por dentro.** São Paulo, 06 Dez. 2014. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,o-sistema-por-dentro,1602930>>. Acesso em: 27/01/2018.

DEL BEM, Luciana; e HENTSCHKE, Liane. **Aula de Música: do planejamento e avaliação à prática educativa.** In: _____(Orgs.) **Ensino de música: propostas para pensar e agir em sala de aula.** São Paulo: Editora Moderna,2003. P. 176-189.

Dicionário Infopédia. (Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cl%C3%A1ssico>>. Acesso em: 28/12/2017).

MARTINS, Sérgio. **A música erudita esta morrendo.** 07 nov. 2008 Disponível em: <<https://acoisaforadesi.wordpress.com/2008/11/07/a-msica-erudita-est-morrendo-h-futuro-para-ela-onde/>>. Acesso em: 17.01.2018.

NEOJIBA. Disponível em: < <http://neojiba.org/> Acesso em: 20.12.2017.

NEOJIBA In. FEBAF - Federação das Bandas Filarmônicas da Bahia. 2014. Disponível em: <https://febaf.wordpress.com/direito-de-resposta-neojiba/>). Acesso em: 20.12.2017.

OLIVEIRA, Leonardo T. A Grande Mudança. In **A crise na música Clássica.** 14 jun. de 2012 Disponível em: <<http://euterpe.blog.br/a-grande-mudanca>> Acesso em: 09.01.2018.

PEREIRA, M. V. M. **Licenciatura em música e habitus conservatorial: analisando o currículo.** Revista da ABEM, Londrina, v. 22, n. 32, p. 90-103, jan/jun., 2014.

POLONI, Naira de Brito. **NEOJIBÁ: os toques brasileiros na experiência musical e sociocultural venezuelana,** 2012.

Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia. Disponível em: <www.justicasocial.ba.gov.br> Acesso em: 20.12.2017.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias,** Porto Alegre , n. 16, p. 20-45, Dec. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222006000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 31 Set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>

VIEIRA, L. B. **A construção do professor de música: o modelo conservatorial na formação e atuação do professor de música em Belém do Pará.** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, Revista Even. Pedagóg. 2000.



AFROFUTURISMO: UMA PERSPECTIVA ARTÍSTICA CONTEMPORÂNEA

AFROFUTURISM: A CONTEMPORARY ARTISTIC PERSPECTIVE

AFROFUTURISMO: UNA PERSPECTIVA ARTÍSTICA CONTEMPORÁNEA

Maria Cecília Felix Calça²⁴¹

RESUMO: O movimento afrofuturista é plural e suas proposições se configuram por intermédio de trabalhos artísticos realizados em diferentes linguagens, entre outras, literatura, música, cinema, moda e arte visual. Seu campo de produção simbólica, projetada a partir da África, lida com questões históricas, políticas, cosmológicas e cosmovisão de mundo por meio de elementos *high-tech*, da ficção científica, do novo e inexplorado. Nesse sentido, trago como proposta um recorte na atual cena artística brasileira para apresentar considerações conceituais sobre o tema e salientar artistas afrodescendentes ou não que com ênfase na arte estão despontando com uma potente produção contemporânea de natureza afrofuturista. A obra de arte exprimi aspectos das culturas materiais e imateriais de raízes africanas bem como apresentam assuntos ligadas à identidade, gênero e à situação socioeconômica e cultural da população negra do Brasil.

Palavra-chave: Afrofuturismo; Arte contemporânea; Protagonismo negro.

ABSTRACT: The Afrofuturist movement is plural and its propositions are configured through artistic works carried out in different languages, among others, literature, music, cinema, fashion and visual art. Its field of symbolic production, projected from Africa, deals with historical, political, cosmological and worldview issues through elements of high-tech, science fiction, the new and unexplored. In this sense, I propose a cut in the current Brazilian artistic scene to present conceptual considerations on the theme and to highlight Afro-descendant or not artists who with an emphasis on art are emerging with a powerful contemporary production of an Afro-Futurist nature. The work of art expresses aspects of material and immaterial cultures with African roots as well as presenting issues related to identity, gender and the socioeconomic and cultural situation of the black population of Brazil.

Keyword: Afrofuturismo; Contemporary art; Black protagonism.

RESUMEN: El movimiento Afrofuturista es plural y sus propuestas se configuran a través de trabajos artísticos realizados en diferentes idiomas, entre otros, literatura, música, cine, moda y artes visuales. Su campo de producción simbólica, proyectado desde África, se ocupa de cuestiones históricas, políticas, cosmológicas y de cosmovisión a través de elementos de alta tecnología, ciencia ficción, lo nuevo y lo inexplorado. En este sentido, propongo un corte en la escena artística brasileña actual para presentar consideraciones conceptuales sobre el tema y resaltar artistas afrodescendientes o no que con énfasis en el arte están emergiendo con una poderosa producción contemporánea de naturaleza afro-futurista. La obra de arte expresa aspectos de las culturas materiales e inmatriciales con raíces africanas, así como presenta cuestiones relacionadas con la identidad, el género y la situación socioeconómica y cultural de la población negra de Brasil.

Palabra clave: Afrofuturismo; Arte contemporáneo; Protagonismo negro.

INTRODUÇÃO

O protagonismo do artista afrodescendente brasileiro e a visibilidade da sua produção artística no cenário da arte contemporânea vêm ocorrendo de maneira ascendente nos últimos

²⁴¹ Faculdade Latino Americana de Educação/FLATED. E-mail: katicissa79@gmail.com



tempos. São diversos os fatores que confirmam a referida observação, entre outros, o expressivo número de exposições realizadas em centros e instituições de arte e cultura com ofertas de espaços para realizar curso, encontro, seminário ou roda de conversa com a clara intenção de discorrer sobre a especificidade e representatividade da mostra.

Com efeito, podemos apontar em meio a essa conjuntura supracitada, focando somente na capital paulista a Pinacoteca de São Paulo, carinhosamente conhecida como Pina que ampliou sua coleção de arte nacional com a aquisição de obras de arte de jovens artistas afrodescendentes e realizou a exposição “Territórios: artistas afrodescendentes no acervo da Pinacoteca”, em 2016; as instituições Tomie Ohtake e o Museu de Arte de São Paulo/MASP uniram-se para organizar e exibir o projeto “Histórias afro-atlânticas” que contém mostras de oito núcleos temáticos e exposições individuais de artistas como Antônio Francisco Lisboa, Aleijadinho (1730-1814), Maria Auxiliadora da Silva (1935-1974) e Emanuel Alves de Araújo (1940), no ano de 2018; o Itaú Cultural apresentou a exposição “Diálogos Ausentes” e organizou uma série de encontros dedicados aos artistas negros atuantes no campo das artes visuais, do teatro e do cinema brasileiro, entre os dias 10 de dezembro de 2016 a 29 de janeiro de 2017 e o Museu Afro Brasil idealizado a partir da coleção particular do artista, curador e diretor Emanuel Alves de Araújo que proporciona exposições permanentes, desde sua criação, em 2004 até a atualidade.

Convém salientar que as obras de arte dos artistas afrodescendentes, em geral, expressam elementos pertinentes as culturas material e imaterial de raiz africana bem como apresentam temáticas ligadas a questões de identidade, gênero e a situação socioeconômica e cultural da população negra do Brasil. Sobre esse aspecto Tadeu Chiarelli nos assegura que:

Esse embate pelo protagonismo de questões de fundo da sociedade brasileira não esconde, no entanto, a preocupação com a forma, ou seja, com as estratégias plásticas que tornam suas obras mais potentes. Esses artistas não deixam que suas obras se transformem em meros panfletos (CHIARELLI, 2016, p. 22).

Acreditamos ser de fundamental importância (re)afirmar a existência da criatividade e da qualidade técnica das produções dos artistas afrodescendentes brasileiros. Visto que, a preocupação com o fazer transparece na obra como um todo e sobressai em cada um dos detalhes pertinentes aos procedimentos de elaboração e execução da obra. Tal dedicação justifica ainda mais o merecido respeito e o justo reconhecimento das produções artísticas.



Portanto, vamos realizar um recorte no bojo desse novo panorama da cena artística nacional para poder dar conta do assunto proposto. Assim, destacamos a vertente afrofuturista, ainda pouco difundida no país, mas está despontando com uma vigorosa produção que busca construir seu discurso recriando diferentes situações de um longínquo passado, do presente e de um futuro que seja singular para os povos negros e seus descendentes. Realizamos os levantamentos de artistas e obras de artes pesquisando em diferentes fontes como visitação em museus, catálogos de exposições, livros e revistas especializadas e mídias eletrônicas.

Deste modo, propomos realizar leitura interpretativa a partir das imagens das obras selecionados com o objetivo de propalar ainda mais os artistas afrodescentes, ampliar a visibilidade das suas produções e estimular a reflexão sobre o afrofuturismo.

AFINAL O QUE É AFROFUTURISMO?

Luiza Brasil, ao escrever o Dossiê Afrofuturismo: saiba mais sobre o movimento cultural, informa brevemente que:

O afrofuturismo surgiu na década de 1960, em paralelo a efervescência da cultura Beatnik, que, por sinal, era forte entusiasta de ritmos afro-americanos. Um dos pioneiros do movimento afrofuturista foi o compositor de jazz, poeta e “filósofo cósmico”, Sun Ra o pseudônimo usado por Herman Poole Blount pontua um dos principais tópicos do movimento: a conexão com o passado, com o místico e primitivo. Afinal, o “Sun” nada mais é do que o regente, o poder, a luz e “Rá” é o Deus da mitologia egípcia que representa o astro-rei. O artista faleceu em 1993 (BRASIL, 2015).

Figura 1: Herman Poole Blount, mais conhecido como Sun Ra.



Fonte: <https://www.geledes.org.br/dossie-afrofuturismo-saiba-mais-sobre-o-movimento-cultural/>

Porém, somente no ano de 1994, o Afrofuturismo ganhou status de movimento cultural, devido ao escritor americano Mark Dery que, ao escrever um ensaio batizado *Black To The Future*: ficção científica e cybercultura do século XX a serviço de uma apropriação imaginária da experiência e da identidade negra, apresenta a definição da estética futurista afro (Brasil, 2015).



Fonte: <https://www.editoramale.com/loja>

O escritor, enquanto um bom contador de histórias, possui para realizar sua obra um grande universo de escolas literárias repletas de diversas possibilidades e gêneros. Quem mais ganha com isso, certamente, é leitor ávido por novidades.

Figura 5: Cena do filme Branco sai, preto fica



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=YKmeTjkve6M>

Na figura 5, temos a imagem de uma cena do filme brasileiro Branco sai, preto fica, realizado pelo diretor Adirley Queirós, em 2014. O documentário mescla a narrativa e a ficção científica para contar uma tragédia envolvendo policiais e jovens negros que aproveitavam o final de semana para curtir o baile, na Ceilândia Brasília/Distrito Federal. Personagens negros, viagem no tempo e universos paralelos ajudam a contar a história.

Por fim, entendemos a luz dessas abordagens que o movimento afrofuturista já nasceu plural. Suas proposições se configuram por intermédio de trabalhos artísticos realizados em diferentes linguagens, entre outras, literatura, música, cinema, moda e arte visual. Seu campo de produção simbólica, projetado a partir do continente africano ou afro-brasileiro, trata de questões diversas e assim vai tecendo caminhos que podem e devem ser vivenciados não apenas no campo do sonho visto que o protagonismo do povo negro é uma realidade.

REFERÊNCIAS

CHIARELLI, Tadeu (curador). Catálogo da **mostra Territórios: artistas afrodescendentes no acervo da Pinacoteca**. Pinacoteca do Estado. São Paulo, 2016.

CLARK, Ashley. **Por dentro do afrofuturismo: um guia sônico**. In Catálogo da mostra Afrofuturismo: cinema e música em uma diáspora intergaláctica. Caixa Econômica Federal Cultural. São Paulo, 2015.

FREITAS, Kênia (org.). Catálogo da mostra **Afrofuturismo: cinema e música em uma diáspora intergaláctica**. Caixa Econômica Federal Cultural. São Paulo, 2015.



WOMACK, Ytasha. *Afrofuturism: The world of black sci-fi and fantasy culture*. Chicago: Lawrence Hill Books, 2013. In: FREITAS, Kênia (org.). *Afrofuturismo: cinema e música em uma diáspora intergaláctica*. Caixa Econômica Federal Cultural. São Paulo, 2015.

Meio eletrônico

Museu de Arte de São Paulo. Disponível em <<https://masp.org.br/exposicoes/historias-afro-atlanticas>>

Itaú cultural. Disponível em <<http://www.itaucultural.org.br/dialogos-ausentes-mostra>>

KABRAL, Fabio. AFROFUTURISMO: Ensaio sobre narrativas, definições, mitologia e heroísmo. Disponível em <<https://medium.com/@kabr/afrofuturismo-ensaios-sobre-narrativas-defini%C3%A7%C3%B5es-mitologia-e-hero%C3%ADsmo-1c28967c2485>> 2016.



O POTENCIAL DA APRENDIZAGEM UBÍQUA EM UM PROJETO DE EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

THE POTENTIAL OF UBIQUITOUS LEARNING IN A PROJECT OF INTERCULTURAL EDUCATION

EL POTENCIAL DEL APRENDIZAJE UBICUO EM UN PROYECTO DE EDUCACIÓN INTERCULTURAL

Arthur Emanuel Leal Abreu²⁴²

RESUMO: Este trabalho visa a analisar o potencial educacional da incorporação de patrimônios culturais dos descendentes de africanos em objetos culturais contemporâneos. Ao se incluírem elementos de determinada cultura em um produto consumido por uma parcela mais ampla da sociedade, promove-se sua difusão por entre os demais grupos. Diante da novidade e da curiosidade, e com o auxílio das tecnologias digitais, emerge a oportunidade para uma aprendizagem autônoma e espontânea, o que Santaella (2013) denomina aprendizagem ubíqua. Neste estudo, analisamos o show da cantora Beyoncé no festival Coachella (2018), cujo tema foram as faculdades e universidades historicamente negras. A performance, repleta de elementos da cultura afro-americana, permitiu o primeiro contato de uma audiência majoritariamente branca com esse patrimônio cultural. Por meio das redes sociais e das ferramentas de pesquisa na internet, possibilitou-se a aprendizagem sobre a cultura afro-americana. Assim, revela-se o potencial da aprendizagem ubíqua em um projeto de educação intercultural.

Palavras-chave: Patrimônio cultural afro-americano; Cultura pop; Educação intercultural; aprendizagem ubíqua; Beyoncé.

ABSTRACT: This work aims to analyze the educational potential of the incorporation of the cultural heritage of descendants of Africans into contemporary cultural objects. By including elements of a particular culture in a product consumed by a larger part of society, it is promoted within other groups. In the face of novelty and curiosity, with the help of digital technologies, the opportunity for autonomous and spontaneous learning emerges, which Santaella (2013) calls ubiquitous learning. In this study, we will analyze Beyoncé's concert at the Coachella Festival (2018), whose theme was the Historically Black Colleges and Universities. The performance, filled with elements of African-American culture, allowed the first contact of a mostly white audience with this cultural patrimony. Through social networks and research tools on the internet, it became possible to learn about African-American culture. Thus, the potential of ubiquitous learning in an intercultural education project is apparent.

Keywords: African-American cultural heritage; Pop culture; Intercultural education; Ubiquitous learning; Beyoncé.

RESUMEN: Este artículo busca analizar el potencial educativo de la incorporación de patrimonios culturales de los descendientes de africanos en objetos culturales contemporâneos. Al incluirse elementos de determinada cultura en un producto consumido por una parte más amplia de la sociedad, se promueve su difusión entre los demás grupos. Ante la novedad y la curiosidad, y con el auxilio de las tecnologías digitales, emerge la oportunidad para un aprendizaje autónoma y espontáneo, lo que Santaella (2013) denomina aprendizaje ubicuo. En este estudio, analizaremos el show de la cantante Beyoncé en el festival Coachella (2018), cuyo tema fueron las facultades y universidades históricamente negras. La performance, repleta de elementos de la cultura afroamericana, permitió el primer contacto de una audiencia mayoritariamente blanca con ese patrimonio cultural. Por medio de las redes sociales y de los motores de búsqueda en Internet, se posibilitó el aprendizaje sobre la cultura afroamericana. Así, se revela el potencial del aprendizaje ubicuo en un proyecto de educación intercultural.

Palabras clave: Patrimonio cultural afroamericano; Cultura pop; Educación intercultural; Aprendizaje ubicuo; Beyoncé.

²⁴² Mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais (FDV), Faculdade de Direito de Vitória, Vitória/ES, Brasil. E-mail: arthurlealabreu@gmail.com.



Este trabalho analisa o potencial educacional da incorporação de patrimônios culturais dos descendentes de africanos em objetos culturais contemporâneos. Inicialmente, é preciso reconhecer a multiplicidade de culturas, dispersas pelo planeta. Nesse contexto, verificam-se dois fenômenos: o multiculturalismo e a interculturalidade.

De acordo com Aloísio Krohling (2009, p. 105), o "multiculturalismo se define como a existência de uma série de culturas diferentes na mesma sociedade". Por seu turno, a interculturalidade é mais do que a mera coexistência de culturas: ela refere-se à "interface, troca, intercâmbio, reciprocidade, criação de espaços de participação coletiva entre culturas diferentes" (KROHLING, 2009, p. 104). Ou seja, numa perspectiva intercultural, além de coexistirem, as diferentes culturas aproximam-se, interagem e se (re)conhecem.

É certo que, ainda hoje, apesar da globalização, muitas culturas permanecem desconhecidas e/ou inacessíveis a grande parte da população, especialmente em razão da imposição de padrões eurocêntricos, a partir da colonização. Afinal, "a colonialidade [...] sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo" (QUIJANO, 2009, p. 73), aliada à pretensão de superioridade da raça branca. Por consequência, há muitas culturas que foram "excluídas, desprezadas, negadas, ignoradas mais do que aniquiladas" (DUSSEL, 2016, p. 62).

Dessa forma, ao se incluírem elementos de determinada cultura em um produto consumido por uma parcela mais ampla da sociedade, promove-se seu resgate e sua difusão por entre os demais grupos. Diante da novidade e da curiosidade, e com o auxílio das tecnologias digitais, emerge a oportunidade para o que Santaella (2013) denomina aprendizagem ubíqua: uma modalidade de aprendizagem contingencial e inadvertida, individual ou grupal, mediada por dispositivos móveis, que permitem a busca por informação a qualquer momento.

Sua característica mais marcante encontra-se na espontaneidade. Em qualquer lugar que o usuário esteja, brotando uma curiosidade ocasional, esta pode ser instantaneamente saciada e, se surgir uma dúvida a respeito de alguma informação, não faltam contatos pessoais também instantâneos para resolvê-la [...] (SANTAELLA, 2014, p. 19).

Nesta pesquisa, analisamos o show da cantora Beyoncé no festival *Coachella*, no ano de 2018, cujo tema foram as faculdades e universidades historicamente negras (*Historically Black Colleges and Universities – HBCU*). A performance, repleta de elementos da cultura



Assim como Beyoncé incorporou a cultura afro-americana em sua performance, por ser uma cultura da qual faz parte, identificam-se iniciativas semelhantes empreendidas por outros artistas, inclusive brasileiros. A título de ilustração, faz-se menção a Ivete Sangalo (2014), interpretando a canção "Muito Obrigado Axé", com elementos da cultura afro-baiana e referências à língua iorubá e ao candomblé. Em que pesem algumas críticas (PHILLIPS, 2017), impõe-se apontar o videoclipe de "Vai Malandra", da cantora Anitta (2017), que retrata e divulga as favelas e a cultura "periférica" carioca, com projeção internacional.

A partir do contato com materiais desse tipo, retratos de culturas diversas, as pessoas podem pesquisar, por meio de seus dispositivos móveis, e aprender por conta própria, de forma ubíqua – em qualquer lugar, a qualquer tempo. Desenvolve-se, assim, uma aprendizagem intercultural, baseada no (re)conhecimento do outro e das outras culturas, facilitada pelas novas tecnologias, que permitem o acesso à informação em qualquer eventualidade. Resta evidente, portanto, o potencial da aprendizagem ubíqua em um projeto de educação intercultural.

REFERÊNCIAS

ANITTA. Vai Malandra (*Official Music Video*) (3min26s). 18 dez. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kDhptBT_-VI>. Acesso em: 31 jul. 2018.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

DUSSEL, Enrique. **Transmodernidade e interculturalidade**: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Soc. estado*. Brasília, v. 31, n. 1, p. 51-73, abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100051&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2018.

KROHLING, Aloísio. Multiculturalismo, interculturalidade e direitos humanos. In: _____. **Direitos humanos fundamentais**: diálogo intercultural e democracia. São Paulo: Paulus, 2009. p. 97-127.

LAWSON, Tina. [Receio sobre a cultura negra no Coachella]. 16 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Bho-WDiBzpV>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

MALCOLM X. *Who taught you to hate yourself?* 05 maio 1962. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xaXPhR7aWvo>>. Acesso em: 31 jul. 2018.



EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PERSPECTIVA DE UMA PEDAGOGIA EMANCIPATÓRIA

EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN THE PERSPECTIVE OF A EMANCIPATORY PEDAGOGY

EDUCACIÓN PARA LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES EN LA PERSPECTIVA DE UNA PEDAGOGÍA EMANCIPATORIA

Ione Aparecida Duarte Santos Dias²⁴³

Cleyde Rodrigues Amorim²⁴⁴

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo acompanhar o ensino da história e cultura afro-brasileira, sua inserção no currículo da escola e como os professores desenvolvem as ações na área da educação para as relações étnico-raciais nas escolas do município de Cariacica a partir das formações considerando toda a problemática que envolve a aplicabilidade da lei 10639/03. Discutiremos também acerca da chamada democracia racial no Brasil buscando dialogar com os teóricos Santos (2016), Munanga (2008), Brandão (1984), Freire (2004), Cunha (2010), dentre outros. Como metodologia iniciamos uma pesquisa para uma análise quantitativa acerca das formações de professores para Educação das Relações Étnico-raciais em Cariacica, município que compõe a região metropolitana de Vitória/ES. A relação com a comunidade no campo de investigação possibilita escutar e coletar informações acerca do ponto de vista dos mesmos sobre como podem contribuir para construção de uma escola com menos preconceito, desigualdade e exclusão.

Palavras-chave: Currículo; Formação; Educação para as relações étnico-raciais.

ABSTRACT: The present work aims to monitor the teaching of history and culture Brazilian, its insertion in the school curriculum and how teachers develop the actions in the area of education for ethnic-racial relations in the schools of the municipality of Cariacica From the formations considering all the problematic that involves the applicability of law 10639/03. We will also discuss the so-called racial democracy in Brazil seeking to dialogue with the theorists Santos (2016), Munanga (2008), Brandão (1984), Freire (2004), Wedge (2010), among others. As a methodology, we started a research for a quantitative analysis of teacher trainings for the education of ethnic-racial relations in Cariacica, a municipality that makes up the metropolitan area of Vitória/ES. The relationship with the community in the field of research makes it possible to listen and collect information about their point of view about how they can contribute to the construction of a school with less prejudice, inequality and exclusion.

Key words: Curriculum; Training; Education for ethnic-racial relations.

RESUMEN: El presente trabajo pretende monitorear la enseñanza de la historia y la cultura brasileña, su inserción en el currículo escolar y cómo los docentes desarrollan las acciones en el área de educación para las relaciones étnico-raciales en las escuelas del municipio de Cariacica De las formaciones teniendo en cuenta todos los problemas que implica la aplicabilidad de la ley 10639/03. También discutiremos la llamada democracia racial en Brasil buscando dialogar con teóricos como Santos (2016), Munanga (2008), Brandão (1984), Freire (2004), Wedge (2010), entre otros. Como metodología iniciamos una investigación para el análisis cuantitativo de las formaciones docentes para la educación de las relaciones étnico-raciales en Cariacica, municipio que constituye el área metropolitana de Vitória/es. La relación con la comunidad en el campo de la investigación permite

²⁴³ Pedagoga. Mestranda no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitoria - ES, Brasil. E-mail: ioneads@hotmail.com

²⁴⁴ Antropóloga, docente e pesquisadora do Departamento de Educação, Política e Sociedade e do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitoria – ES, Brasil. E-mail: cleyde.amorim@ufes.br



escuchar y recabar información sobre su punto de vista acerca de cómo pueden contribuir a la construcción de una escuela con menos prejuicios, desigualdad y exclusión.

Palabras-clave: Currículo; Formación; Educación para las relaciones étnico-raciales.

JUSTIFICATIVA

No município de Cariacica, a situação vivida pela população local é marcada pela desigualdade social, que afeta de sobremaneira a população negra. Conforme demonstram as pesquisas sobre o tema²⁴⁵. O contexto que se apresenta necessita de intervenção. Que ações afirmativas podem ser propostas para reduzir as desigualdades? Como apropriar da cultura, história afro-brasileira e africana no sentido de intervir na construção de um currículo para atender as questões das relações étnico-raciais nas escolas?

Cariacica possui dois distritos, o de Cariacica e o de Itaquari. Com 348.738 habitantes, sua população, segundo o Censo de 2010, tem maioria de pardos e pretos. Como pode ser observado abaixo, sua população, segundo o Censo de 2010, tem maioria de pardos e pretos, dados disponibilizados na página oficial da prefeitura municipal de Cariacica:

Tabela 1.3 - População residente, por cor ou raça, segundo o município de Cariacica - 2010

Município, distritos e bairros	População residente						
	Total	Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Cariacica	348 738	113 614	33 349	2 300	198 879	596	-
Cariacica	125 349	33 506	13 787	746	77 072	238	-
Itaquari	223 389	80 108	19 562	1 554	121 807	358	-

Fonte: <http://www.cariacica.es.gov.br/prefeitura/secretarias/semgeplan/estatisticas/>.

Essa configuração étnico-racial e de desigualdades se reflete nas escolas que apresentam um quadro de alunos sendo grande parte pretos e pardos e a cultura muitas vezes explorada e uma cultura eurocêntrica, desconsiderando toda a história e contexto do estudante e aponta

²⁴⁵ Ver em <file:///C:/Users/Ione/Documents/Diagn%C3%B3stico-cultural-de-Cariacica-final-REVISADO.pdf> acesso em 06/05/2018.



para a necessidade de garantir que um número maior de profissionais tenha acesso à formação voltada para a demanda da educação para as relações étnico-raciais.

Gomes (2012), trata da identidade como algo que se constrói, não sendo inata,

A identidade não é algo inato. Ela se revela a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana (GOMES, 2012, p. 41).

O objetivo desse trabalho é acompanhar as práticas dos professores, os currículos escolares com base na aplicabilidade da Lei nº 10.639/03 e as formações ofertadas na rede municipal e suas contribuições para práticas inclusivas e respeito a diversidade.

METODOLOGIA

Manteremos uma relação com a comunidade escolar e local definida como campo de investigação no sentido de escutar e coletar informações acerca do ponto de vista dos mesmos para a construção de uma escola com menos preconceito, desigualdade e exclusão e quais os seus apontamentos frente à demanda apresentada com a necessidade da implementação da Lei nº 10.639/03.

Uma vez que uma pedagogia que venha fomentar críticas e reflexões acerca das práticas vivenciadas nas escolas sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, essa será a prática conhecida ou mesmo estudada pelo professor que assim deseja superar as dificuldades encontradas para esse trabalho diferenciado.

Como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância se não supero permanentemente a minha. Não posso ensinar o que não sei. Mas, este, sujeito, não é saber de que apenas devo falar e falar com palavras que o vento leva. É saber, pelo contrário, que devo viver concretamente com o educando (FREIRE, 1996, p. 95).

Para esse trabalho será utilizado a pesquisa participante, um modelo de pesquisa que difere dos tradicionais, porque a população não é considerada passiva. A seleção dos problemas a serem estudados não emerge da simples decisão dos pesquisadores, mas da própria população envolvida, que os discute com os especialistas apropriados.

Assim enfatiza Brandão (1984),



REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Lei nº. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Brasília, 09 jan. 2003. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 11 ago. 2013.

CUNHA JR. Africanidades, afrodescendência e educação. In: **Africanidades brasileiras e educação** [livro eletrônico]: Salto para o futuro. Organização: Azoilda Loretto Trindade. Rio de Janeiro: ACERP; Brasília: TV Ecola, 2013.

Diagnóstico Cultural de Cariacica. 2016. <http://www.cariacica.es.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/Diagn%C3%B3stico-cultural-de-Cariacica-final-REVISADO.pdf> acesso em 06 de maio de 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 30ª edição. Rio de Janeiro RJ: Ed. Paz e Terra, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil, uma breve discussão**. acaoeducativa.org.br, 2012.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no brasil de hoje**. São Paulo: Editora Global, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a Teoria Crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. 1 ed. – São Paulo, SP: Boitempo, 2016.



(2008), Histórias de Tio Alípio e Alê (2009), Chico Rei (2007), Luana e sua Turma (2000), Jeremim, o príncipe que veio da África (1987).

Nesse sentido, optou-se pela obra Jeremias –Pele, criada em 2018 por Rafael Calça e Jefferson Costa, principalmente por ser uma narrativa atual da situação de um personagem negro nas histórias em quadrinhos, que propõe dialogismos com a relação do negro no Brasil, pois, o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico” (BAKHTIN, 2011. p. 33). Portanto, Jeremias²⁴⁸ reflete uma significação nas histórias em que está presente, e dentro de toda uma análise histórica sobre personagens negros, nota-se que a identidade dos personagens negros pode estar enclausuradas em uma objetividade esmagadora (FANON, 2008), ou seja, apesar de se compreender que as identidades se deslocam, observa-se a manutenção dos espaços em que o personagem negro ocupa.

Na obra em questão, o personagem vivencia sua primeira experiência com abordagens racistas, e a narrativa nos permite observar como o jovem lida com tais questões, e reflete sobre sua identidade. Tal perspectiva, nos leva a repensar a maneira de conduzir debates sobre práticas preconceituosas no ambiente escolar, e nesse sentido, a leitura e reflexão sobre a história em quadrinhos, reflete situações reais, ou seja, só se pode falar de fórmulas específicas, de estereótipos no discurso da vida cotidiana quando existem formas de vida em comum relativamente regularizadas, reforçadas pelo uso e pelas circunstâncias” (BAKHTIN, 2014. p. 130). Nesse sentido, observa-se “Jeremias-Pele”, como material didático relevante para conduzir debates sobre desigualdades raciais no universo escolar, desconstruindo imaginários, e reforçando a relações étnicas que figuram no Brasil.

ABORDAGENS ÉTNICAS, LEITURAS SOBRE INDÍGENAS E UM PERSONAGEM CONHECIDO POR PAPA-CAPIM

Bento e Neves (2011), no texto Considerações sobre a representação do indígena e o ensino de história da educação, referencia a escola como uma instituição que desempenha um relevante papel na construção de uma memória histórica e social para seus agentes, ainda se

²⁴⁸ Jeremias é o primeiro personagem negro criado por Maurício de Sousa na década de 1960. O personagem ainda aparece nas revistas atuais da Turma da Mônica, e em 2018 ganhou sua primeira história solo: Jeremias –Pele.



Levando em consideração as questões observadas até aqui, justifica-se tal pesquisa pela importância de propor exercícios reflexivos no ambiente escolar, tendo como fonte de observação diferentes materiais e não somente o livro didático, nesse sentido, trouxemos à tona, histórias em quadrinhos que vão abordar a identidade negra e indígena, levando o debate das relações étnico-raciais brasileiras de uma maneira mais palatável para o ambiente escolar, onde os alunos poderão ler tal material, verificar as ilustrações, e serem guiados a um processo de reflexão sobre o conteúdo que foi absorvido.

Nesse sentido, observamos a importância de se trabalhar com histórias em quadrinhos em sala de aula, elaborando novas metodologias que se apresentem como formas de repensar práticas pedagógicas, sobre tudo, observando a importância de leituras mediadas, e o debate sobre questões relevantes e realidades invisibilizadas e marginalizadas. Em suma, observa-se a importância de se rediscutir o papel do índio e do negro na sociedade brasileira, tendo como fonte diferentes plataformas didáticas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. 1903-1969. **Indústria Cultural e Sociedade**. Seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida. 9ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BAETA, Agda. **Margarida no Brasil**: Retrato de uma mulher pós-moderna. In: Muito Além dos Quadrinhos: análise e reflexões sobre a nona arte. Waldomiro Vergueiro, Paulo Ramos, (org). São Paulo – Devir, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. (2004). **Marxismo e filosofia da linguagem**. (M. Lahud e Y. F. Vieira, Trad.). (11ª ed.). São Paulo: Hucitec. (Trabalho original publicado em 1929).

_____. **Estética da Criação Verbal**. Tradução: Paulo Bezerra – 6ª. Ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BENTO, F.; NEVES, F. M. **Considerações sobre a representação do indígena e o ensino de história da educação**. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/1043.doc. Acesso em: 23/05/2018.

BENTO, F. **A Educação Escolar e o Cinema de Animação**: em estudo a Turma da Mônica. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2010.

CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica** – realidade sociais e processos ideológicos na teoria da educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.



CIRNE, Moacy. **Para ler os quadrinhos**: da narrativa cinematográfica à narrativa quadrinizada. Petrópolis, Vozes, 1975.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo. Perspectiva. 1979.

EISNER, Will. **Narrativas Gráficas**. Tradução: Leandro Luigi. 3ª ed. São Paulo: Devir, 2013.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

PINSKY, Jaime. **O que e como ensinar**: Por uma história prazerosa e conseqüente. In:

RAMOS, Paulo. **Revolução do Gibi**: A nova cara dos quadrinhos no Brasil. São Paulo: Devir, 2012.

RUIZ, Rafael. **Literatura**: Novas Formas de abordar o ensino de História. In: KARNAL, Leandro (org.) **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.



EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL EM CONFORMIDADE AOS TEMAS TRANSVERSAIS

ETHNIC-RACIAL EDUCATION IN ACCORDANCE WITH CROSS-CUTTING ISSUES

EDUCACIÓN ÉTNICO-RACIAL EN CONFORMIDAD A LOS TEMAS TRANSVERSALES

Mateus Augusto Almeida Martins²⁵⁰

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo, analisar as questões que vêm sendo discutidas a respeito da educação étnico-racial e refletir sobre a importância do debate desse tema. Além disso, buscou-se analisar essas questões sob a luz da transversalidade e no que consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais que envolvem os Temas Transversais, que estabelecem normativas para abordar a temática racial na escola. Para a execução desse trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas, na plataforma SciELO e Periódicos Capes, no qual foram selecionados artigos, teses e dissertações mais atuais para dar embasamento para a discussão, tendo em vista a importância desses trabalhos para o surgimento de políticas públicas educacionais voltadas para a educação racial. A partir da leitura dos trabalhos, foi feita a análise das principais contribuições, para que se alcance o objetivo principal. Portanto, a relevância desta pesquisa perpassa nas discussões do combate à desigualdade racial na educação, no incentivo destes debates na formação docente.

Palavras-chave: Parâmetros Curriculares Nacionais; Temas Transversais; Educação Étnico-racial.

ABSTRACT: This paper aimed to analyze the issues that have been discussed about ethno-racial education and to reflect on the importance of the debate on this topic. In addition, we sought to analyze these issues in the light of transversality and what is contained in the National Curriculum Parliaments that involve the Cross-cutting Themes, which establish rules for addressing racial issues at school. For the execution of this work, bibliographic researches were performed, in SciELO and Capes Periodicals platform, in which the most current articles, theses and dissertations were selected to support the discussion, considering the importance of these works for the emergence of educational public policies. focused on racial education. From the reading of the works, the main contributions were analyzed, in order to reach the main objective. Therefore, the relevance of this research permeates the discussions on combating racial inequality in education, in encouraging these debates in teacher education.

Keywords: National Curricular Parameters; Transversal Themes; Ethnic-racial education.

RESUMEN: Este documento tuvo como objetivo analizar los temas que se han discutido sobre la educación etno-racial y reflexionar sobre la importancia del debate sobre este tema. Además, buscamos analizar estos temas a la luz de la transversalidad y lo que está contenido en los Parlamentos del Currículo Nacional que involucran los Temas Transversales, que establecen reglas para abordar los problemas raciales en la escuela. Para la ejecución de este trabajo, se realizaron investigaciones bibliográficas, en la plataforma SciELO y Capes Periodicals, en las que se seleccionaron los artículos, tesis y disertaciones más actuales para apoyar la discusión, considerando la importancia de estos trabajos para el surgimiento de políticas públicas educativas centrado en la educación racial. A partir de la lectura de los trabajos, se analizaron las principales aportaciones, para alcanzar el objetivo principal. Por lo tanto, la relevancia de esta investigación impregna los debates sobre la lucha contra la desigualdad racial en la educación, al alentar estos debates en la formación del profesorado.

Palabras clave: Parámetros Curriculares Nacionales; Temas Transversales; Educación Étnico-racial.

INTRODUÇÃO

²⁵⁰ Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira, Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, Brasil.
E-mail: m_ateusaugusto@hotmail.com.



A pesquisa baseou-se em uma discussão bibliográfica com base do levantamento de trabalhos publicados nos últimos cinco anos e que abordaram discussões sobre a transversalidade da educação étnico-racial na perspectiva do que orientam os documentos legais nesse sentido. As plataformas utilizadas para o levantamento foram o Periódicos Capes, SciELO e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Desta forma, trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, pois, esse tipo de pesquisa envolve o levantamento bibliográfico como fonte de aquisição de informações a respeito do assunto a ser trabalhado, como objetiva realizar essa de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A sociedade brasileira carrega uma marca autoritária: já foi uma sociedade escravocrata, além de ter uma larga tradição de relações políticas paternalistas e clientelistas, com longos períodos de governos não democráticos. Até hoje é uma sociedade marcada por relações sociais hierarquizadas e por privilégios que reproduzem um altíssimo nível de desigualdade, injustiça e exclusão social. Na medida em que boa parte da população brasileira não tem acesso a condições de vida digna, encontra-se excluída da plena participação nas decisões que determinam os rumos da vida social (suas regras, seus benefícios e suas prioridades). É nesse sentido que se fala de ausência de cidadania, cidadania excludente ou regulada, caracterizando a discussão sobre a cidadania no Brasil (BRASIL, 1997).

O Parecer CNE/CP nº 03/04, propõe e define as diretrizes que inserem nos currículos das instituições educacionais, que fazem parte dos diversos níveis e modalidades da educação brasileira, conteúdos que precisam ser abordados e propostas de atividades curriculares que dizem respeito à educação das relações étnico-raciais (OLIVEIRA, 2012). A expressão **Educação para as Relações Raciais**, é trazida no texto do Parecer CNE/CP nº 03/04, apontando a grande importância da função da escola em criar propostas pedagógicas antirracistas e mostrando grande a necessidade de os professores estarem preparados para:

[...] o ensino das diferentes áreas de conhecimentos e, além disso, sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferente pertencimento étnico-racial, no sentido do respeito e da correção de posturas, atitudes, palavras preconceituosas. Daí a necessidade de se insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial, mas a lidar positivamente



Portanto, nessa perspectiva, a autora Gomes (2005) afirma que seremos capazes de construir de maneira coletiva novas maneiras de convivência e de respeito entre professores, alunos e a comunidade, mas, para isso, é de extrema importância [...] que a escola se conscientize cada vez mais de que ela existe para atender a sociedade na qual está inserida e não aos órgãos governamentais ou aos desejos dos educadores (GOMES, 2005).

O ensino das questões raciais se torna demasiadamente necessário uma vez que os livros e materiais audiovisuais utilizados ainda hoje carregam consigo os mesmos conteúdos viciados e depreciativos a respeito das comunidades afrodescendentes e sua cultura, e isso gera preconceitos que permeiam as relações sociais dos alunos entre si e para com os professores no espaço escolar. Logo, cabe ao professor buscar alternativas que quebrem esse ciclo de informação equivocada por meio da reflexão de suas práticas pedagógicas (MUNANGA, 2005).

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GOMES, N. L. A educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação In: MUNANGA, K. (Org.) **Superando o racismo na escola**. 2 Ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Edições MEC/BID/UNESCO, 2005.

OLIVEIRA, L. F.; LINS, M. R. F. Por uma desobediência epistêmica: sobre lutas e diretrizes curriculares antirracistas. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 13, p. 365-386, mar/jun. 2014.

OLIVEIRA, L. M. **Políticas Públicas do combate ao racismo na proposta curricular da educação física na rede pública estadual de ensino na cidade de Santo André**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

WENCESLAU, M. E.; SILVA, F. C. T. Temas transversais ou conteúdos disciplinares? Cultura, cidadania e diferença. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 4, p. 197-206, out/dez 2017.



BRASIL. Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012 (Autoria do Projeto: Poder Executivo). CRI. Articulação para o Combate ao Racismo Institucional. Identificação e abordagem do racismo institucional. Brasília: CRI - 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. V. 23. N.3 set./dez, 2007. p. 483-495. 52

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. In: **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça**, Módulo I, Políticas Públicas e Promoção da Igualdade, 2003, p. 22-23. 53.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAUJO, Gilda Cardoso de. **Qualidade do ensino:** uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. Rev. Bras. Educ. [online]. 2005, n.28, pp. 5-23. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000100002>.

SÍLVIO. **Pesquisa em Educação:** Métodos e epistemologias, Chapecó SC: Argos, 2008.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 219-246, novembro/ 2002.



GRUPO DE TRABALHO ED 039

RELAÇÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PESQUISAS, PRÁTICAS E CONSTRUÇÃO DE SABERES

Coordenador:

Esp. Yuri Miguel Macedo



**CINECLUBE AFOXÉ: O CINEMA COMO *ESPAÇOTEMPO* DE FORMAÇÃO
PARA MULHERES NEGRAS**

**CINECLUBE AFOXÉ: CINEMA AS *SPACE-TIME* FOR EDUCATION OF BLACK
WOMEN**

**CINECLUBE AFOXÉ: EL CINEMA COMO *ESPACIO-TIEMPO* DE FORMACIÓN
PARA MUJERES NEGRAS**

Bárbara Maia Cerqueira Caze²⁵²

RESUMO: O Cineclube Afoxé é um projeto cultural que organiza sessões, seguidas de roda de conversa, em espaços na Região do Centro de Vitória-ES, para apreciação de filmes dirigidos por mulheres ou que tenham como temática as questões das mulheres, sobretudo das mulheres negras. Segundo o Atlas da Violência (2017), o Espírito Santo está entre os estados brasileiros que mais mata mulheres. As mulheres são vítimas de violência simplesmente por serem quem são. Os estudos sobre interseccionalidade de Crenshaw (2002), mostram que as discriminações sofridas não podem ser compreendidas de maneira excludente, ou seja, as mulheres negras sofrem discriminação por serem mulheres (gênero), por serem negras (raça) e, quando ocorre, por serem pobres (econômica) e por terem baixa escolaridade (formação). Tais características da discriminação demonstram a vulnerabilidade a qual as mulheres negras estão expostas, o que justifica colocá-las como agenda prioritária no projeto.

Palavras-chave: Cinema; Cineclube; Mulheres negras.

ABSTRACT: Cineclube Afoxé is a cultural project that organizes film screenings, followed by debates, in a number of spaces in the Central Region of Vitoria-ES, mainly of films directed by women or that thematize women-related issues (especially black women ones). According to the Atlas of Violence (2017), Espírito Santo is the Brazilian state that kill women most. Women are victims of violence simply because they are who they are. Studies on intersectionality of Crenshaw (2002) show that situations of discrimination can not be understood in an exclusive way, that is, black women are discriminated because they are women (gender), because they are black (race) and, when is the case, because they are poor (economic) and have low education. These characteristics of discrimination demonstrate the vulnerability to which black women are exposed, which justifies placing them as a priority agenda in Cineclube Afoxé.

Keywords: Cinema; Cineclube; Black women.

RESUMEN: El Cineclube Afoxé es un proyecto cultural que organiza sesiones, seguidas de ruedas de conversación, en espacios en la Región del Centro de Vitória-ES, para la apreciación de películas dirigidas por mujeres o que tengan como tema las cuestiones de las mujeres, sobre todo de las mujeres negras. Según el Atlas de la Violencia (2017), Espírito Santo está entre los estados brasileños que más mata a las mujeres. Las mujeres son víctimas de violencia simplemente por ser quienes son. Los estudios sobre interseccionalidad de Crenshaw (2002), muestran que las discriminaciones sufridas no pueden ser comprendidas de manera excluyente, es decir, las mujeres negras sufren discriminación por ser mujeres (género), por ser negras (raza) y, cuando ocurre, por ser pobres (económica) y por tener baja escolaridad (formación). Tales características demuestran la vulnerabilidad a la que las mujeres negras están expuestas, lo que justifica colocarlas como agenda prioritaria en el proyecto.

Palabras claves: Cine; Cineclube; Mujeres negras.

INTRODUÇÃO

²⁵² Pedagoga e Mestre em Educação. Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo. Vitória. Brasil. E-mail: barbaracaze@gmail.com



Príncipe) distribuídos numa área de 2.072 km², com uma população de 19.611 pessoas, segundo pesquisa realizada pelo IBGE em 2010, correspondendo a uma densidade demográfica de 9.464 habitantes por km². Há somente uma sala de cinema na região, no SESC Glória, criada há pouco mais de três anos, e somente é possível usar o serviço mediante pagamento de ingresso.

Destacamos que o projeto de Cineclube Afoxé está em consonância com a Década Internacional de Afrodescendentes, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com início em 1º de janeiro de 2015 e fim em 31 de dezembro de 2024, cujo objetivo é “(i) Fortalecer a cooperação e as ações nacionais, regionais e internacionais relativas ao pleno gozo dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos pelos afrodescendentes, bem como sua participação plena e igualitária em todos os aspectos da sociedade”.

O CINEMA COMO ESPACOTEMPO²⁵³ DE FORMAÇÃO

Como resultado de nossas pesquisas, temos apostado no cinema e no cineclube como **espaçotempo** de formação **dentrofora** da escola (CAZÉ, 2015). Assim, tomamos o cinema como um artefato cultural (CERTEAU, 1994) amplamente usado em espaços de educação formal, como escolas e universidades, como em espaços de educação não formal, como nos movimentos sociais, para promover o debate acerca das condições de vida das mulheres, sobretudo das mulheres negras.

Para Louro (2011) o cinema se constitui enquanto uma pedagogia cultural, ou seja, uma instância formativa poderosa, na qual representações de gêneros, sexuais, étnicas e de classe são reiteradas, legitimadas ou marginalizadas. No Brasil, “ir ao cinema”, mais do que “assistir ao filme” passou a fazer parte dos eventos semanais dos moradores das áreas urbanas nas primeiras décadas do século XX. Jovens e adultos enchiam os cineteatros em busca da magia do cinema, sobretudo do americano que se pretendia universal. Os estúdios de cinema vendiam mais que lazer, vendiam um estilo de vida, glamour e magia.

²⁵³ **Espaçotempo**, redigido assim com os termos unidos, foi aprendido com Alves (2006) para ampliar as possibilidades de entendimento do conceito de “espaço” e de “tempo”, escapando às dicotomias. O mesmo ocorre com outros termos ao longo deste texto, com o mesmo objetivo.



Tal qual Louro (2011), Duarte (2002) confirma que o cinema se constitui como pedagogia cultural e afeta a forma como vivemos determinadas experiências. Em sociedades audiovisuais como a nossa, ir ao cinema para assistir a filmes se constitui numa prática social importante, do ponto de vista da formação cultural e educacional das pessoas, tanto quanto a leitura de obras literárias, filosóficas ou sociológicas.

CURADORIA E SESSÕES

A programação do Cineclube Afoxé passou por curadoria que se iniciou durante a pesquisa para elaboração do projeto e segue em andamento à medida em que tomamos conhecimento das produções em circulação no circuito dos festivais num movimento aberto e de redesenho em diálogo com os locais de exibição.

Tomamos por premissa alguns aspectos que envolvessem as produções fílmicas: 1º) filmes dirigidos por mulheres; 2º) filmes que tenham como temática as condições de vida das mulheres, sobretudo das mulheres negras; 3º) filmes brasileiros, para diminuir as barreiras de entendimento pelo espectador; 4º) exibição de curtas e médias metragens; e 5º) filmes de realizadoras do estado do Espírito Santo, de modo a abrir um espaço para difusão da produção local. Diante dos critérios acima listados, descartamos de pronto os filmes de grande circulação no circuito comercial, como as recentes produções brasileiras de ampla repercussão.

As sessões do cineclube são organizadas com a exibição dos filmes seguida de roda de conversas. Com isso, fomentamos o debate sobre questões importantes de gênero e raça trazidas com os filmes, com foco na ressignificação de conceitos de modo a melhorar a qualidade de vida das espectadoras e dos espectadores. Assistir a um filme é um momento de lazer, de convívio em comunidade, mas não só, diz respeito também a dimensões que vão desde a fruição artística à formação humana crítica. Cada participante de uma sessão é tocado de modo diferenciado e é um potencial multiplicador de ideias.

O projeto está em andamento e as primeiras sessões já sinalizam na fertilidade do trabalho de (1) por em circulação e contato com o público filmes de realizadoras egressas do ensino



INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Mapa da Violência 2017: Homicídio de Mulheres no Brasil. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violenca_2017.pdf.

LOURO, Guacira Lopes. **O cinema como pedagogia**. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.



práticas – matrizes – culturais no antigo reino de Congo. Centro oeste da África negra, domínios que estendiam por Angola, Gabão, República dos Camarões, Matamba, oeste de Moçambique e norte da África do Sul. Por três séculos de tráfico negreiro, habitantes destas regiões fizeram parte do ciclo de importação de escravizados (LIGIÉRO, 2011, p. 136).

Nó século XVII aporta em Salvador e Recife um grande contingente de negros da costa leste africana, sudaneses. Conhecidos como representantes no Brasil da cultura Gêze e Ioruba. Junto trouxeram suas divindades, respectivamente, voduns e orixás. A multiplicação e sobrevivência das raízes africanas no Brasil se devem à tenacidade com que os afro-brasileiros ficaram fiéis aos seus valores culturais-religiosos, apesar da perseguição oficial do Estado e da Igreja (LIGIÉRO, 2011, p. 137).

Em Hall (2015, p. 35), o conceito de tradução descreve formações de identidades que atravessam as fronteiras, compostas por pessoas que dispersadas de suas terras conseguem através de suas origens e tradições fazer um elo de toda sua história, sem a ilusão de retornar ao passado.

O conceito de tradução segundo Hall, afirma que:

As identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença e, assim, é improvável que elas sejam outra vez unitárias ou "puras"; e essas, conseqüentemente, gravitam ao redor daquilo que Robins (segundo Hommi Bhabha) chama de "tradução" (HALL, 2015, p.51).

Muitas vezes, o retorno tinha um significado real, foram feitos esforços para realmente muitos negros regressarem fisicamente, mas a grande maioria queria garantir o retorno às suas raízes por meio da cultura e dos costumes africanos. As matrizes originárias das manifestações culturais do continente africano no Brasil passaram por transformações, encontram hoje um sistema de redes de permanência e de uma multiplicidade impressionante na diáspora. As dinâmicas trazidas pelos africanos se afirmam poderosas. Podem ser vistas em diversas linguagens, na tradição oral como sentido de criação de conhecimento, no movimento corporal, na rica simbologia religiosa africana. Aspectos evidentes na capoeira, candomblé, umbanda, no samba, nas batucadas, no jongo, entre outras manifestações afro-brasileiras (LIGIÉRO, 2011, p. 129).

Quando se valoriza a fala como fator decisivo para as análises, questões relativas à memória e à identidade despontam como caminhos indicativos dos



exames sociais de todos os grupos. Como o discurso pertence a todos, democraticamente, o instrumento mais elementar de expressão se torna documento (MEIHY, 2002, p. 30).

A humanização da vida social que amolece corações, aprendem que a história é feita pelas pessoas comuns, com sentimentos, paixões, idealizações, qualidades e defeitos. O adensamento dessas experiências se explica tanto pelo coletivo como pelo social, e, por isso, podemos entender as adesões (MEIHY 2002, p. 20).

Dessa forma, o Museu Capixaba do Negro “Veronica da Pas” - MUCANE é um espaço cultural destinado à valorização da cultura negra na cidade de Vitória/ES. No MUCANE as possibilidades de ressignificar a cultura afro-brasileira, através das suas memórias e linguagens, é um marco na história da população afro-capixaba. O equipamento é um espaço de ofertas de serviços, que por meio de cursos, oficinas de formação artística, debates e exposições, têm o objetivo de unir saberes e reafirmar a história e a identidade do povo negro.

Esse espaço é conhecido pelo movimento negro, como espaço de luta e resistência (CASTRO; MONTEIRO, 2012, p. 3).

Desde seu início, ele foi pensado para se tornar um centro de estudos e de pesquisas sobre a memória e a cultura negra. [...] ideia sempre foi pensar o museu dentro de uma dinâmica contemporânea de altivez, onde as crianças não fossem para lá ver tronco, corrente ou coisa parecida, mas que pudesse ter arte negra, coisas que estimulassem a sua autoestima (CASTRO; MONTEIRO, 2012, p. 5).

Para Meihy (2002, p.53), existe um vínculo em entre a memória e história oral, a transposição das narrativas da memória para história, permite o diálogo entre memória, mediação da história oral e a história. Espaço que o passado contido na memória é dinâmico, mutável, que sofre transformações. A memória, imaginação e a representação são pilares que sustentam a narrativa sobre o passado e presente.

Se a ocorrência dos “depósitos de velharias” ainda hoje reforça essa crença, a existência de um número cada vez maior de instituições atentas às diversidades socioculturais e mais próximas do cotidiano das pessoas tende a superar o museu saudosista e estático e a configurar um novo espaço pautado pela produção de informação, de discussão e, sobretudo, de reflexão. É dentro desse novo modelo dinâmico e educacional que o Museu Capixaba do Negro foi concebido (CASTRO; MONTEIRO, 2012, p. 5).

Para Hall, a unidade de uma nação parte de três princípios: a apropriação de uma herança de memória, a vontade das vivências em grupos sociais e a necessidade de expandir a herança que recebeu. A cultura nacional, como comunidade imaginada, parte da junção da memória



do passado, do desejo por viver em sociedade e da perpetuação da herança (HALL, 2015, p. 34).

O MUCANE é fruto de uma demarcação do Movimento Social Negro do Espírito Santo e parte da iniciativa de atores que militam no campo das políticas para população negra. O museu é um espaço referencial de memória, que não trabalha apenas as artes e suas linguagens em forma contemporânea, mas que fala de toda e qualquer questão relacionada à população negra. Defendendo a ocupação de um espaço de poder, por meio de ações voltadas à saúde mental, práticas corporais, musicalidade e oralidade do povo negro (CASTRO; MONTEIRO, 2012, p. 13-14).

Com a perspectiva de formação de identidade cultural e como afirmação de política pública para população negra, surge no MUCANE o curso de qualificação. Para dialogar com esta pesquisa entrevistamos a artista percussora da Dança Afro no Espírito Santo Ariane Celestino Meireles e a atual coordenadora do MUCANE Thais Souto Amorim - Produtora Cultural Independente e Servidora Pública, com recorte geracional da juventude e mulheres negras capixabas. Desenvolve na coordenação do MUCANE, atividades com referência na cultura afro-brasileira, fomentando o andamento de projetos do Plano Plurianual de Gestão, atuando junto ao Conselho do Museu, recepcionando os munícipes e agendando ações e encontros entre artistas e coletivos que atuem sob a temática. Segundo o relato de Thais Amorim:

[...] é neste lugar que entra o Curso de Qualificação em Dança Afro-brasileira Cênica. Criado pelo artista profissional do segmento de dança afro Renato Santos, o curso tem como base as práticas da Escola Técnica de Teatro, Dança e Música (FAFI), que também é um espaço administrado pela Prefeitura Municipal de Vitória. Santos foi aluno de Mercedes Baptista, fundador da primeira companhia de dança afro do Espírito Santo, a Cia NEGRAÔ, e sempre esteve envolvido na militância de ocupação do MUCANE desde sua fundação em 1993.

Ainda na FAFI, Renato Santos entendeu que o melhor espaço para que este curso fosse desenvolvido seria o MUCANE, visto a representatividade política deste lugar. Isso se deu por uma questão de identificação e demarcação da profissionalização das práticas afro-brasileiras, que sempre são colocadas em lugar de amadorismo no Brasil. Apesar de existir uma grande parcela da população negra no país, ainda não estamos em espaços de poder.

Este curso é uma prática formativa com políticas pedagógicas, técnicas alinhadas e metodologias definidas, que visa demarcar o lugar do negro como agente, produtor e executor de conhecimento, que reforça a cultura potente de um grupo social específico e que coloca a corporeidade negra em evidência nas artes cênicas. Apesar da dança afro possuir pesquisas (nos candomblés, nas danças dos Orixás, na religiosidade etc.), a capoeira, o samba e o funk foram e ainda são criminalizados, e por isso demarcar essa origem é tão relevante, para que se evite a criminalização dos nossos corpos e da nossa arte. A importância do curso é colocar a população negra como produtora de saber, que este conhecimento é



os diferentes tipos de identidade nacional em torno de raça. Pensar as culturas nacionais, como disparadores discursivos de representação da diferença como identidade.

Thais Souto Amorim quando questionada sobre a importância de políticas públicas para população negra responde:

[...] A importância das políticas públicas afirmativas (o nome que damos as práticas políticas que não são genéricas e que atingem especificamente a população negra) é levar em consideração que histórico esta população tem neste país - último a abolir, hipoteticamente, o sistema da escravatura -, somado a questão que após esta abolição não houve nenhuma assistência para que estes corpos pretos que foram sequestrados de África e que aqui foram estuprados e violados. A inexistência de ações para que tais corpos pudessem ser retirados deste lugar de mercadoria, faz com que ainda tenhamos que pensar em atividades de fortalecimento e reconhecimento de um passado que não deve ser ignorado.

Mesmo no período pós-abolição, nós continuamos devendo. Com a política de embranquecimento e a vinda dos imigrantes (europeus), negros e negras sem capacitação foram para margem, instaurando uma política de extermínio dessa população que ainda está posta e fortalecendo a contenção destes corpos em lugares periféricos. Então, as políticas públicas para população negra são ações de reparação e por isso a importância de espaços que promovam ações afirmativas como o MUCANE [...] (Thais Souto, relato 2018).

Consideramos o importante papel do Curso de Dança Afro-brasileira Cênica na construção de políticas voltadas para a população negra. A população está cada dia mais resgatando suas origens e enfrentando todas as marcas históricas e estruturais que permanecem prejudicando toda população negra. A procura e participação de toda sociedade demarca como política pública a necessidade de um número maior de ações voltadas para a população negra.

Quando questionada sobre o histórico do Curso de Qualificação em Dança Afro-brasileira Cênica a coordenadora do MUCANE acrescenta:

[...] o museu além de um equipamento público de convergência de serviços destinados à população negra, é um centro estadual de referência à cultura negra, localizado no Centro Histórico de Vitória, espaço destinado à atividade cultural para escolas e outros grupos organizados, como Conselhos, Institutos e Organizações Não-Governamentais que atuam em defesa e continuidade da cultura afro. O Curso de Qualificação em Dança Afro-brasileira Cênica do Museu Capixaba do Negro “Verônica da Pas” – MUCANE, foi criado no ano de 2015 na cidade de Vitória/ES para potencializar a história da arte negra no estado, proposta da Prefeitura Municipal de Vitória, com a finalidade de difundir a cultura afro através da dança. Atualmente o curso formou três turmas, na primeira e segunda turma tivemos dois formando cada e na terceira turma em 2019 irão se formar 10 pessoas, totalizando 14 profissionais qualificados em Dança Afro-brasileira Cênica pelo MUCANE (Thais Souto Amorim, Relato 2018).



Segundo o Sistema de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2017, p.31), em uma análise por cor ou raça, constata-se que ao longo dos cinco anos analisados, a estrutura de desigualdades entre trabalhadores brancos e pretos ou pardos, não se alterou. Em 2016, dentre os trabalhadores pretos ou pardos 34,7% não tinha instrução ou ensino fundamental incompleto, percentual que era de 21,2% para os trabalhadores brancos. Por outro lado, entre os primeiros apenas 11% possuíam nível superior, enquanto os trabalhadores brancos 26,4% tinha o mesmo nível de instrução. Os trabalhadores de cor preta ou parda, também se inserem mais cedo no mercado de trabalho quando comparada aos trabalharees brancos.

Portanto, o curso de Qualificação em Dança Afro-brasileira Cênica e as políticas públicas procuram a afirmação de identidade negra. Espaços como o MUCANE procuram combater o racismo como forma de enfrentamento da realidade e do cenário desigual das relações raciais em território capixaba.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Fernanda de; MONTEIRO, Nelma Gomes. **Revista do Museu Capixaba do Negro**. Lei Rubem Braga, Prefeitura Municipal de Vitória. Instituto Elimu, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Stuart Hall; tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 12^a ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. **Sistema de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Coordenação de População e Indicadores Sociais, - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LIGIÈRO, Zeca. **Corpo a Corpo: estudo das performances brasileiras**. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2011.

MEIHY, J.C.S.B. **Manual de história oral**. 5^a ed. São Paulo: Loyola, 1998.



GRUPO DE TRABALHO ED 040

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Coordenadora:

Prof.^a Dr.^a Simone Silva Alves (UNIPAMPA)



FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UM OLHAR PARA A LITERATURA

TEACHER TRAINING FOR THE EDUCATION OF ETHNIC-RACIAL RELATIONS: A LOOK AT THE LITERATURE

FORMACIÓN DE PROFESORES PARA LA EDUCACIÓN DE LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES: UNA MIRADA PARA LA LITERATURA

Mateus Augusto Almeida Martins²⁵⁶

Marileide Gonçalves França²⁵⁷

RESUMO: Este trabalho objetiva, a partir de um breve histórico, refletir acerca das políticas públicas educacionais que envolvem a formação de professores e estabelecem normativas para abordar a temática étnico-racial na escola. Em especial, a Lei nº 10.639/03 que altera a LDB 9.394/96 e insere no currículo escolar o ensino de História e Cultura dos Afro-Brasileiros (BRASIL, 2008). Para tanto, é desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, em que são utilizados os autores Alselmo (2015), Catanante e Dias (2017), Coelho (2013), Dias (2012), Luiz (2013), Moretti (2017), Oliveira e Silva (2017), Oliveira (2013), Pinto (1999), Rohden (2009), Rosa (2012), Sousa (2009), Souza (2009) e Verrangia e Silva (2010). A dessas leituras foi possível analisar as principais contribuições da literatura, bem como suas lacunas. Portanto, a relevância do presente estudo perpassa as discussões do combate à desigualdade racial na educação e o incentivo desse debate voltado à formação docente.
Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais; Formação de Professores; Educação Étnico-racial.

ABSTRACT: This objective paper, based on a brief history, reflects on the public educational policies that involve teacher education and establishes normative norms to address an ethnic-racial thematic school in the school. In particular, Law 10,639 / 03 amends LDB 9,394 / 96 and does not include school curriculum or teaching of Afro-Brazilian History and Culture (BRAZIL, 2008). To this end, a bibliographic research is developed, which are used by the authors Alselmo (2015), Catanante and Dias (2017), Coelho (2013), Dias (2012), Luiz (2013), Moretti (2017), Oliveira and Silva (2017), Oliveira (2013), Pinto (1999), Rohden (2009), Rosa (2012), Sousa (2009), Souza (2009) and Verrangia e Silva (2010). From these readings it was possible to analyze as main contributions of the literature, as well as its gaps. Therefore, a relevance of the present study is discussed as discussions of fight against racial inequality in education and incentive to this debate focused on teacher education.

Keywords: Public Educational Policies; Teacher training; Ethnic-racial education.

RESUMEN: Este documento objetivo, basado en una breve historia, reflexiona sobre las políticas educativas públicas que involucran la formación del profesorado y establece normas normativas para abordar una escuela temática étnico-racial en la escuela. En particular, la Ley 10.639 / 03 modifica el LDB 9.394 / 96 y no incluye el currículo escolar ni la enseñanza de la historia y cultura afrobrasileña (BRASIL, 2008). Para ello, se desarrolla una investigación bibliográfica, utilizada por los autores Alselmo (2015), Catanante y Dias (2017), Coelho (2013), Dias (2012), Luiz (2013), Moretti (2017), Oliveira y Silva (2017), Oliveira (2013), Pinto (1999), Rohden (2009), Rosa (2012), Sousa (2009), Souza (2009) y Verrangia e Silva (2010). A partir de estas lecturas fue posible analizar como principales contribuciones de la literatura, así como sus lagunas. Por lo tanto, se discute la relevancia

²⁵⁶ Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira. Universidade Federal do Espírito Santo, campus Alegre, Brasil. E-mail: m_ateusaugusto@hotmail.com.

²⁵⁷ Doutora em Educação (2014). Universidade Federal do Espírito Santo, campus Alegre, Brasil. E-mail: leydemary8@yahoo.com.br.



como também entrevistas com professores do ensino básico, superior e do Ensino a Distância (EaD), com movimentos sociais, representantes de secretarias de educação e coordenadores pedagógicos, visando discutir a formação de professores para a temática de ensino a diversidade. No entanto, em nenhum trabalho buscou-se analisar os discursos de alunos de graduação, limitaram-se apenas aos professores formados. Porém, a tentativa de silenciamento do tema não existe sem resistência, especialmente a realizada pelo Movimento Negro que tem revelado uma ação profícua de desconstrução dessa perspectiva.

De acordo com Oliveira (2017, p. 1883), há a necessidade de se compreender que essa formação de professores voltada para o diálogo acerca das questões afro se trata da implementação de uma nova política pública na área da educação e que tem como característica principal a inovação, a quebra de conceitos e paradigmas que estão fortemente enraizados no campo educacional.

Portanto, percebe-se a necessidade do engajamento com a causa apontada, não se limitando a atenção apenas ao ensino de História, tornando a discussão sobre a temática de forma interdisciplinar e que abranja todo o currículo escolar. Assim, o ensino atingirá a realidade de cada aluno, para que os mesmos se sintam como agentes transformadores no ambiente que estão inseridos e se reconheçam protagonistas na sociedade, capazes de se reconhecerem e conhecerem a importância de sua história, e sua contribuição na construção da sociedade local e nacional. Dessa forma, o ensino deve partir do ponto de vista da integração dos diversos estudos sobre as relações estabelecidas entre o presente e o passado, entre o local e o regional, o nacional e o mundial.

REFERÊNCIAS

ANSELMO, Eliane Regina Martins. **Das práticas Políticas e Jurídicas na Formação de Professores para a Educação Étnico-racial**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2015, p. 143.

CATANANTE, Bartolina Ramalho; DIAS, Lucimar Rosa. A Coordenação Pedagógica, a Formação Continuada e a Diversidade Étnico-racial: um desafio. **Educar em Revista**, Curitiba, Edição Especial n. 1, p. 103-113, jun 2017.



VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Cidadania, Relações Étnico-raciais e Educação:** desafios e potencialidades do ensino de ciências. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 705–718, set/dez 2010.



libro de texto de la escuela de idiomas Inglés, utilizado por los colegios en la ciudad de Eunápolis, BA. Utilizamos como referencial metodológico el Análisis de Discurso francés, teniendo como aporte teórico Pêcheux (1995); para la discusión sobre las teorizaciones del currículo, Silva (2015), para versar sobre la construcción de las múltiples identidades dialogamos con Hall (2013), Moita Lopes (2002) y Bhabha (1998); discordamos sobre la representación social Jodelet (2001); (en el caso de las mujeres), en el caso de las mujeres. Los resultados de la investigación apuntan a la presencia de jerarquías étnico-raciales, para el mantenimiento de estereotipos y prejuicios en relación a grupos étnicos raciales específicos.

Palabras clave: Identidades; Libro didáctico; Representación; Étnica y racial.

O racismo é um problema presente nas mais diversas esferas da nossa sociedade; é um fenômeno ideológico, perpetuado ao longo da história por meio de ações preconceituosas e discriminativas, e pela identificação estereotipada das pessoas das diferentes etnias e raças. Com a implantação da Lei nº 10.639/03 e da Lei 11.645/08 que tornou obrigatório a inserção de conteúdo sobre o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, observa-se um movimento de adequação dos livros didáticos no intuito de que o Livro didático (LD) seja porta-voz das diferentes etnias/raças. Essa determinação exige mudanças nas práticas docentes, bem como dos materiais didáticos em relação à representação de negros e índios na esfera escolar.

O livro didático é importante instrumento de poder, sendo em muitos casos, o único material utilizado pelos professores na maioria das escolas brasileiras. Dessa forma, é preciso problematizar o conteúdo desse material didático que, historicamente, nem sempre contempla essa perspectiva da diversidade da diferença, mesmo sendo avaliado pelo Programa Nacional do Livro Didático- PNLD. Diante disso, é importante investigarmos como as identidades étnico-raciais são/estão representadas no livro didático de Língua Portuguesa. Pois, pensamos que o currículo e conteúdos apresentados no LD devem promover as discussões e reflexões em relação às questões étnico-raciais, afim de que sejam evitadas situações de preconceitos e discriminação de etnia, dentro e fora do contexto escolar. Para tanto, tomamos como objeto de estudos a representação étnico-racial no livro didático de Língua Portuguesa- Português: contexto, interlocução e sentido-1 Ensino Médio, utilizado por colégios da cidade de Eunápolis, BA.

Utilizamos como referencial metodológico a Análise de Discurso francesa, tendo como aporte teórico Pêcheux (1995); para a discussão que se estabelece em torno das teorizações do currículo Silva (2015); para versarmos sobre a construção das múltiplas identidades



dialogamos com Hall (2013), Moita Lopes (2002) e Bhabha (1998); para discorrermos sobre a representação social utilizamos Jodelet (2001). Além disso, para dissertarmos sobre conceitos como etnocentrismo, preconceito, discriminação, etnia/raça recorremos a Salaini (2013), Michaliszyn (2014), Carvalho (2013) e Munanga (2005). Metodologicamente, a pesquisa tem uma abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica. Na primeira etapa, realizamos a seleção dos *corpora* (tirinhas, charges, imagens, anúncios, propagandas) selecionados a partir do livro didático- Português: *contexto, interlocução e sentido*-, do primeiro ano do Ensino Médio. Posteriormente foi realizada descrição e a análise dos dados a partir de Pêcheux (1995) e Orlandi (2013).

Em um dos *corpora* analisados, uma charge apresenta uma proposta de atividade em que aparece a imagem de duas crianças numa situação de escolha, no entanto, uma dessas crianças é branca, de cabelos loiros, bem vestida, fazendo sua escolha em uma loja de lanches, sendo a segunda criança uma menina negra, em condições de abandono, em que aparece para sua opção de escolha, recipientes de lixo reciclável.

Por isso, nessa perspectiva, temos presentificados um discurso, pautado na perspectiva da formação ideologia racista, de que a menina negra, enquanto catadora de lixo, estará sempre numa condição inferior à da menina branca, o que ratifica o processo histórico de racismo, não busca o repensar dessas práticas.

Ilustração 01:



Fonte: Abaurre, Português: contexto, interlocução e sentido, v. 1, 2016, p. 157.

Sendo assim, para Jodelet (2001, p. 21), representações sociais “circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras veiculadas em mensagens e imagens midiáticas[...]”. Por essa razão, é relevante que o livro didático tenha um currículo crítico que promovam ações antirracistas.



SILVA, Tadeu Tomaz da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autentica Editora, 2015.



pesar de varios cambios en el sistema educativo en las últimas décadas, buscamos verificar las políticas públicas estatales destinadas a mejorar la calidad de la educación y el cumplimiento de su legislación.

Palabras clave: Relaciones étnico-raciales; Ley 10.639/03; Formación docente; Secretaría de Educación de Espírito Santo.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO

A Educação Básica no Brasil vem passando por mudanças e colocando em debate novas práticas, novos conceitos, modelos e contextos. Os sinalizadores de tais transformações em nosso sistema educacional, nas últimas décadas, são: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996); os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013), com diretrizes específicas, a saber: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental; Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores; entre outros documentos, diretrizes, decretos, etc., todos tendo como objetivo a expansão da Educação Básica.

Tais reformas na educação brasileira fazem parte de um projeto que exige cada vez mais que seus espaços não sejam apenas para a transmissão de conhecimentos, mas tragam algumas exigências no âmbito da formação do sujeito, mas, que por vezes, não dialoga com os principais envolvidos nas propostas em curso – professores, alunos e comunidade escolar.

“É preciso que a educação esteja em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos, adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo e estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história” (FREIRE, 1974, p. 42).

Os anos 1990, foram marcados pelo processo denominado “Globalização” que também trouxe muitos questionamentos sobre as políticas públicas educacionais e a necessidade de políticas específicas no que tange à diversidade e inclusão. Mas, apesar de vivermos uma sociodiversidade, esta não deve ser encarada como homogeneidade e sim como possibilidades de produção de novos discursos e novas narrativas.

“Nesse mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado de coisas. A competitividade comanda nossas formas de ação. O consumo comanda nossas formas de inação. E a confusão dos espíritos impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos” (SANTOS, 2008, p. 46).



5th THE WORLD CONFERENCE ON REMEDIES TO RACIAL & ETHNIC ECONOMIC INEQUALITY

5^ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES ECONÔMICAS RACIAIS & ÉTNICAS

26 — 29 . SETEMBRO . 2018 *** UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO ***** VITÓRIA ***** BRAZIL**

SEDU. Secretaria Estadual de Educação. Governo do Estado do Espírito Santo. Disponível em: < <http://sedu.es.gov.br/> > Acesso em: 02 de maio de 2018.



GRUPO DE TRABALHO ED 041

GÊNERO E EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Coordenadoras e coordenador:

Prof.^a M.^a Mariana Fernandes dos Santos (IFBA)

Prof.^a M.^a Eliana Costa Sausmickt (IFBA)

Prof. Dr. Alexandre de Oliveira Fernandes - Alexandre Osaniiyi (IFBA)



EDUCAÇÃO FÍSICA E A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: O ESTADO DA ARTE NAS REVISTAS BRASILEIRAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

PHYSICAL EDUCATION AND ETHNIC-RACIAL EDUCATION: THE STATE OF ART IN BRAZILIAN MAGAZINES OF PHYSICAL EDUCATION

EDUCACIÓN FÍSICA Y EDUCACIÓN RACIAL ÉTNICA: EL ESTADO DEL ARTE EN LAS REVISTAS BRASILEÑAS DE EDUCACIÓN FÍSICA

José Luiz dos Anjos²⁶²

Pamela Monteiro Tavares²⁶³

Yane Ferreira da Ressurreição²⁶⁴

RESUMO: O estudo teve como objetivo identificar o estado da arte na produção acadêmica da educação física brasileira no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2018. Os estudos foram focados nas principais revistas da Educação Física brasileira as quais publicam pesquisas na linha socioantropológica e educação física. As revistas/periódicos analisados foram: RBCE (B1), Movimento (A2), Pensar a Prática (B1) e Revista da UEM (A2). O estudo utilizou da análise do conteúdo e discutiu os conceitos identificados nos corpus dos textos/artigos. Como aspecto de relevância científica e social, essa pesquisa justificou-se pela importância de estimular o debate e a reflexão sobre a temática da diversidade racial pouco publicada e debatida nos contextos da Educação Física escolar, já que a Educação Física foi uma das precursoras nas diferenças hierárquicas entre raças na sociedade.

Palavras-chave: Educação Física; Políticas Públicas; Étnico-racial; Programas educacionais.

ABSTRACT: The study aimed to identify the state of the art in the academic production of Brazilian physical education from January 2013 to January 2018. The studies were focused on the main Brazilian Physical Education magazines which publish research in the socio-anthropological and education lines physics. The magazines/periodicals analyzed were: RBCE (B1), Movement (A2), Thinking Practice (B1) and Revista da UEM (A2). The study used content analysis and discussed the concepts identified in the corpus of texts/articles. As an aspect of scientific and social relevance, this research was justified by the importance of stimulating debate and reflection on the theme of racial diversity, which has been little published and debated in the context of school Physical Education, since Physical Education was one of the precursors in differences hierarchical differences between races in society.

Keywords: Physical Education; Public policy; Ethnic-racial; Educational programs.

RESUMEN: El estudio tuvo como objetivo identificar el estado del arte en la producción académica de la educación física brasileña desde enero de 2013 hasta enero de 2018. Los estudios se centraron en las principales revistas brasileñas de educación física que publican investigaciones en las líneas socioantropológicas y educativas. Las revistas/publicaciones periódicas analizadas fueron: RBCE (B1), Movimiento (A2), Thinking Practice (B1) y Revista da UEM (A2). El estudio utilizó análisis de contenido y discutió los conceptos identificados en el corpus de textos/artículos. Como aspecto de relevancia científica y social, esta investigación se justificó por la importancia de estimular el debate y la reflexión sobre el tema de la diversidad racial, que ha sido poco publicado y debatido en el

²⁶² Professor Doutor em Ciências Sociais – PUC/SP e Universidad Politecnica de Madrid. Professor Associado IV do CEFD/UFES e Líder do Grupo de estudos GESESC. Vitória, Brasil. E-mail: jluanjos1@hotmail.com.

²⁶³ Discente do curso de Educação Física do CEFD/UFES; Monitora de Iniciação Científica do PIBIC/UFES. Vitória, Brasil. E-mail: pamelamont@hotmail.com.

²⁶⁴ Discente do curso de Educação Física do CEFD/UFES; Monitora voluntária da disciplina Educação Física, Esporte e Sociedade. Vitória, Brasil. E-mail: yane_fefe@hotmail.com.



brasileira; Realizar levantamento bibliográfico sobre as produções científicas relacionadas à Educação Física e diversidade racial e com as discussões sobre a temática abordada nos artigos publicados, analisando qual seu viés para a disciplina Educação Física; Objetiva identificar se as publicações analisam e avaliam programas e ou projetos desenvolvidos os quais tem a educação física como instrumento das ações.

METODOLOGIA

Para alcance dos objetivos faremos levantamento dos artigos científicos relacionadas à Educação Física e diversidade racial disponíveis no portal eletrônico das revistas/periódicos; correlação das fontes, verificando em que dimensão esses estudos se relacionam ao contexto escolar.

Tal procedimento/levantamento é necessário, pois fornecerá elementos para discussão e abordar a produção acadêmica da educação física. Isso nos dará, também, subsídios para discutir a educação física e sua intervenção nos âmbitos dos projetos e programas educacionais das Redes Municipais de educação de Vitória e Cariacica ES, conforme projeto mestre que originou esta pesquisa.

Metodologicamente, este estudo trata-se de uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa e no interior dessa vertente, o “estado da arte” ou “estado do conhecimento” o qual denominaremos o escopo das análises/estudos trata-se de um procedimento utilizado na construção e análise do material investigado, qual seja, artigos que discutam a temática étnico-racial. Nessa direção, a investigação é definida como de caráter bibliográfico e assume o desafio de mapear e discutir produções acadêmicas em determinado campo do conhecimento com o intuito de responder que aspectos e dimensões, épocas e lugares, formas e condições, se constituem essas publicações.

Utilizaremos da análise do conteúdo (quanti qualitativo) e uma vez coletados os dados (conceitos), o seguinte passo será à conceituação em blocos em sua integridade. O processo posterior será de análise de conteúdo, onde buscaremos a compreensão dos significados no contexto de cada bloco de conceitos.



Para esse alcance buscamos em Souza Jr; Melo; Santiago, (2010), amparado em Minayo (1998), uma pesquisa passa por três fases: a) fase exploratória, na qual se amadurece o objeto de estudo e se delimita o problema de investigação; b) fase de coleta de dados, em que se recolhem informações que respondam ao problema; e c) fase de análise de dados, na qual se faz o tratamento, por inferências e interpretações, dos dados coletados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Revista Movimento, atualmente, classificada pela capes como A2, é uma publicação da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Objetiva divulgar a produção científica nacional e internacional, sobre temas relacionados à Educação Física em interface com as Ciências Humanas e Sociais, no que tange aos seus aspectos pedagógicos, históricos, políticos e culturais. Compõe-se das seguintes seções: a) Em Foco; b) Temas polêmicos; c) Artigos originais; d) Ensaios; e) Resenhas e Mídias.

A Revista Pensar a Prática (B1) publica artigos relacionados ao Campo Acadêmico-Profissional da Educação Física. É editada sob a responsabilidade institucional da Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás com periodicidade trimestral. Possui como seções: a) Artigos Originais; b) Artigos de Revisão; c) Ensaios; d) Resenhas.

A Revista da UEM (B2) publica artigos originais na área de Saúde, e os seus temas de publicação são: Enfermagem, Farmácia, Odontologia, Medicina, Nutrição, Educação Física, Análises Clínicas, Ciências da Saúde e Saúde Coletiva. Por se tratar de uma revista interdisciplinar a Educação Física é entendida quanto à seção da revista permitindo apenas artigos originais.

A Revista Brasileira de Ciências do Esporte – RBCE (A1), é editada sob responsabilidade institucional do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), em periodicidade trimestral. Publica prioritariamente pesquisas originais sobre temas relevantes e inéditos, oriundos de reflexão teórica aprofundada e/ou investigação empírica rigorosa, assim como artigos de revisão e resenhas, sobre os diferentes temas que compõem a área de Educação Física/Ciências do Esporte e que espelhem a grande diversidade e variedade teórica, metodológica, disciplinar, interdisciplinar e geográfica das pesquisas nacionais e



internacionais neste campo. Os textos submetidos à RBCE devem ser direcionados para uma das 3 seções: Artigos Originais; Artigos de Revisão e Resenhas.

Todos os periódicos/revistas apresentaram considerável conteúdo étnico-racial, ou seja, a prática cultural e o modo como uma comunidade se distingue de outras levando em consideração as desigualdades e relações de poder existentes (GIDDENS, 2001, p. 248). A Revista Movimento, nos últimos cinco anos contabilizou em suas publicações conteúdos que possuem algum destaque em relação à discussão étnico-racial: 16 artigos originais; 2 ensaios e 4 resenhas e mídias, sem conteúdo encontrado em outras seções; A Revista pensar a prática, nos mesmo período de tempo, contabiliza 5 artigos originais, 2 artigos de revisão e 3 ensaios; A Revista da UEM possui um único artigo e a RBCE se apresenta com 15 artigos originais.

Estes achados foram separados em blocos sendo avaliados através dos subtemas encontrados. Aos processos de finalização da pesquisa, considerando que não temos objetivo de mensurar a quantidade mínima a ser publicado em um periódico, por tema, consideramos que os principais periódicos/revistas estão publicando conteúdos com as temáticas raciais, porém, ao serem analisados os blocos, há um déficit referente á políticas públicas com foco em relações étnico- raciais.

REFERENCIAS

GIDDENS, Anthony. Raça, etnicidade e migração In: **Sociologia**. 4^o Ed, Porto Alegre: Artmed, 2005. P. 248.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 2006.

SALES, L. V. & ALMEIDA, N. F. P. Diversidade racial e educação física escolar na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (1979-2013). In: **Conexões**. Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 13, n. 1, p. 129-161, jan./mar. 2015.



entrevista. Los resultados preliminares señalan que los padres y las madres han comenzado a exigir un trato igualitario y la escuela ha sido provocada constantemente a posicionarse ante esta demanda. **Palabras clave:** Género; Bullying homofóbico; Currículo.

DESENVOLVIMENTO DO TEXTO

A temática deste trabalho se justifica por diversas razões, uma delas seria no sentido de combater a violência contra os homossexuais e transexuais no Brasil revelado pelo número expressivo de homicídios contra estas pessoas no Brasil nos últimos anos²⁶⁷ (LUCON, 2016). Além disso, é inegável que a temática de gênero tem permeado o debate intelectual e político brasileiro e chegou até a escola, porquanto se compreende que a escola é uma das agências que é responsável pela formação dos indivíduos. Por outro lado, a ampliação do alcance teórico do currículo escolar tem gerado acalorados debates entre especialistas da educação, sendo necessário que a escola discuta questões relacionadas ao gênero.

Esta pesquisa, de forma geral, resguarda três objetivos: 1. Compreender as relações escolares em que estão inseridos os estudantes, filhos/as de pais em relacionamento homoafetivo; 2. Perceber as formas de ação e reação dos profissionais da escola diante das situações de *bullying* homofóbico; 3. Conhecer as formas com as quais os pais e os estudantes (vítimas) lidam com esta forma de violência. Embora esta pesquisa apresente objetivos bastante amplos, este trabalho limita-se a se aproximar do segundo objetivo: como a escola lida com as situações de violência contra estudantes pertencentes a famílias homoafetivas? Para iniciar esta discussão, faz-se necessário compreender o conceito de *bullying* e seus mecanismos de manutenção.

O *bullying* é a violência de forma intencional e repetitiva, em seus mais diversos tipos, contra alguém no âmbito escolar. Atinge prejudicialmente a todos os alunos, tanto às vítimas, os agressores quanto aos expectadores que temem se tornar os próximos alvos e, por esse motivo, preferem o silêncio e a indiferença. O silêncio é um grande aliado da perpetuação dos acontecimentos agressivos que “aparentemente” não possuem motivação, porém as

²⁶⁷ LUCON, Neto. Novo relatório da TGEU reafirma que Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo. TransgenderEurope, 14/11/2016. Transgender Europe é a rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero. Disponível em <http://www.nlucon.com/2016/11/novo-relatorio-da-tgeu-reafirma-que.html>. Acesso em 21/12/2017.



vítimas não são escolhidas ao acaso, são geralmente pessoas com menos probabilidade, por diversos motivos, de denunciar a violência.

No caso do *bullying* homofóbico, esta violência se fundamenta nas relações sociais homofóbicas engendradas no seio de uma sociedade conservadora, geralmente religiosa. O *bullying* homofóbico costuma vitimar estudantes que se assumem homossexuais e que não se assumem, mas apresentam comportamento/vestimentas/adereços/traços/concepções que não se enquadram com os estereótipos *cisgênero*, porquanto fogem às regras predeterminadas pelos modelos hegemônicos. No caso deste trabalho, os sujeitos da análise restringem-se aos estudantes que são filhos/as de famílias homoafetivas, indiferente de sua orientação sexual. Nessa direção, é cabido perguntar sobre o papel da escola diante destas situações em que estão expostas(os) estes estudantes.

Entende-se que é papel da escola em sua dimensão prático, que inclui promover a mudança de valores sociais, no sentido de incentivar a tolerância, o respeito entre todas as pessoas para que possam exercer a sua cidadania. Alguns setores conservadores da sociedade entendem que a função da escola se restringe a instruir conteúdos, códigos e os saberes socialmente válidos. Na perspectiva deste trabalho, o currículo escolar abrange tudo que é aprendido pelo educando e ensinado no contexto escolar, ou das experiências decorrentes da experiência escolar (MOTA; MOTA, 2018). Nessa direção, a convivência entre as diferenças de gênero, raça, cor, etnia ou classe social fazem parte do *metiê* da escola.

Nesse sentido, a pesquisa etnográfica em curso visa acompanhar a vida escolar de crianças que fazem parte destas famílias homoafetivas e os desdobramentos que possam surgir por ocasião dos relacionamentos dos/as pais/mães. Para Geertz o método etnográfico volta-se para a compreensão dos significados que o ser humano atribui aos acontecimentos que o rodeiam, às suas próprias ações e a si mesmo. Sendo assim, esta pesquisa situa-se no rol das abordagens qualitativas, considerando a relevância da interpretação das ações dos sujeitos à luz de suas próprias declarações.

Histórias como a de uma criança que sofre *bullying* na escola, não por ser ela mesma homossexual, visto que é uma criança, mas por ser filho/a de casal homoafetivo, entende-se que “alguém atento percebe como a problemática *queer* não é exatamente a da homossexualidade, mas da abjeção” (MISKOLCI, 2012). A criança passa a ser isolada ou



REFERÊNCIAS

BRITZMAN, Deborah P. **O que é essa coisa chamada amor**: identidade homossexual, educação e currículo. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 21, p. 71-96, jan./jun. 1996.

DINIS, Nilson Fernandes. **Educação, relações de gênero e diversidade sexual**. Educ. Soc. [online]. 2008, vol.29, n.103, pp.477-492.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 12^a ed.

GEERTZ, Clifford, 1926. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.323p.

MISKOLCI, Richard. **Origens históricas da teoria queer**. In: Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MOTA, E. R. L. C.; MOTA, K. C. M. **Trabalho e educação na sociedade do capital**: Um Olhar Crítico Sobre O Currículo Estranhado Da Escola. Revista Temporis [Ação] (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 18, N. 01, p. 237-255 de 269, jan./jun., 2018. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>> Acesso em: <30 jul 2018>

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.



5th THE WORLD CONFERENCE ON REMEDIES TO RACIAL & ETHNIC ECONOMIC INEQUALITY

5ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES ECONÔMICAS RACIAIS & ÉTNICAS

26 — 29 . SETEMBRO . 2018 *** UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO ***** VITÓRIA ***** BRAZIL**

GRUPO DE TRABALHO ED 042

AÇÕES E PROJETOS DE ETNODESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS BRASILEIRAS

Coordenadoras e coordenador:

Prof.^a Dr.^a Cleyde Rodrigues Amorim (UFES)

Bela. Rosa Maria de Oliveira

Sr. Sandro Cabral Silva – Sandro D’Jagun (Prefeitura Municipal de Cariacica/ES -
Gerência de Igualdade Racial)



MEMÓRIAS AFRO-DIASPÓRICAS E UMBANDA: CALUNDUS, KIMBANDAS E MANDINGAS

AFRO-DIASPORIC MEMORIES AND UMBANDA: CALUNDUS, KIMBANDAS AND MANDINGAS

MEMÓRIAS AFRO-DIASPÓRICAS E UMBANDA: CALUNDUS, KIMBANDAS E MANDINGAS

Maria Sampaio do Nascimento²⁶⁹

RESUMO: No início do século XVI, chegaram ao Brasil culturas religiosas portuguesas e africanas agregando-se às culturas dos povos originários, os índios. A união desses saberes resultou na prática religiosa denominada Calundu. Utilizando rezas, benzimentos e elementos da natureza nos rituais, os adeptos acreditavam na cura a partir das práticas desses ritos. Segundo estudiosos é aí que a Umbanda teve a sua origem com a crença e a devoção dos saberes utilizados pelos calunduzeiros juntamente com o culto aos mortos. Com a participação dos espíritos dos mortos cultuados na Umbanda, citarei nesse artigo dois casos de cura realizados pelos espíritos Pretos Velhos.

Palavras-chave: Calundu; Umbanda; Crença; Pretos Velhos.

ABSTRACT: At the beginning of the 16th century, Portuguese and African religious cultures arrived in Brazil, adding to the cultures of the native peoples, the Indians. The union of these knowledge resulted in the religious practice called Calundu. By using prayers, blessings, and elements of nature in rituals, believers believed in healing from the practices of these rites. According to scholars, it is here that the Umbanda had its origin in the belief and devotion of the knowledge used by the calunduzeiros together with the cult of the dead. With the participation of the spirits of the dead worshiped in the Umbanda, I will mention in this article two cases of healing performed by the Black Old Spirits.

Keywords: Calundu, Umbanda; Belief; Old Blacks.

RESUMEN: No início do século XVI chegaram ao Brasil cultura (???) religiosas portuguesas e africanas agregando-se às culturas dos povos originários, os índios. Una união desses saberes resultou na prática religiosa denominada Calundu. Utilizando rezas, benzimentos y elementos de la naturaleza nos rituais, los adeptos reconocidos en la cura de las decisiones desses ritos. Segundo estudiosos que a Umbanda teve un sua origem com a crença e a devoção dos saberes used pelos calunduzeiros juntamente com o culto aos mortos. Com a participação dos espíritos dos mortos cultuados na Umbanda, citare nesse artigo dois casos de cura realizado pelos espíritos Pretos Velhos.

Palabras-clave: Calundu, Umbanda; Crença; Pretos Velhos.

Apesar da descrença de uma parte da sociedade, a cura por meio de saberes como as rezas, os benzimentos e manifestações de espíritos ancestrais utilizando elementos naturais faz parte do cotidiano dos devotos desses feitos populares. O objetivo da presente comunicação, será compreender o que ocorre com as pessoas que em suas narrativas afirmam que seus familiares foram curados por fenômenos, às vezes, ignorados pelo pensamento científico e sem a comprovação da medicina acadêmica. Segundo Silveira (2009), os primeiros saberes

²⁶⁹ Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Espírito Santo (PGCS-UFES). Vitória- ES, Brasil. E-mail: sampaionascimento61@gmail.com.



de cura datam do ano de 1646, quando a Inquisição a serviço da Coroa Portuguesa encontrou os primeiros curandeiros no Brasil.

Ligiéro (1998) afirma que as práticas de cura no Brasil vindas de África são registradas a partir da chegada dos primeiros escravizados bantus²⁷⁰ em terras pindorâmicas²⁷¹, em 1537. Esses saberes curativos juntamente com as crenças dos índios e as crenças católicas europeias, se fundiram formando uma religião chamada Calundu. Os calunzeiros praticavam a reza, os benzimentos, as adivinhações e preparavam unguentos²⁷². Mais tarde, conforme Silveira (2009), com a perseguição da polícia da Inquisição, parte desses curandeiros migram para a igreja católica, outros afirmam a sua identidade africana fundando os primeiros Candomblés²⁷³ e outros continuam com os saberes calunzeiros formando a Umbanda.

Segundo Ligiéro (1998), a Umbanda é uma religião pan-brasileira com raiz nas culturas bantos. Para ele, o diálogo com os guias espirituais de origem banto, os Pretos-Velhos (espíritos ancestrais africanos), difundiu a sabedoria ancestral e juntamente com os aconselhamentos desses espíritos ancestrais, as curas com as ervas e a memória coletiva reforçada nos rituais, afirma a prática da medicina popular por meio dos fenômenos místico-espirituais.

Seguindo as ideias do que é o Calundu e Umbanda, quero justificar o interesse em pesquisar a cura por via de rituais e crenças religiosas populares sem o envolvimento dos conhecimentos das ciências médicas. Mesmo com o reforço eurocêntrico, as práticas rituais de cura permanecem em terreiros de Umbanda graças a crença de pessoas que afirmam a sua fé participando dos ritos e praticando a sua devoção dentro e fora dos terreiros de Umbanda.

Csordas (2010) argumenta que a cura ritual, ou seja, a cura sem o envolvimento da medicina acadêmica, não se trata apenas da saúde, mas envolve emoção, identidade, religião, sofrimento, momentos do paciente, esperança, frustração, confusão, incerteza, compreensão e alívio. Trata-se do “desembaraçamento” das aflições do paciente. Duccini (2008) complementa que a cura ritual envolve o adoecimento e as relações com o sagrado.

²⁷⁰ Primeiros povos africanos do Reino de Congo a chegarem ao Brasil no século XVI.

²⁷¹ Significa terras brasileiras.

²⁷² Emplastro contendo substância gordurosa.

²⁷³ Nome genérico utilizado para designar as várias tradições existentes das religiões de matriz africana no Brasil.



Para entender os fenômenos sobrenaturais que ocorrem com a incorporação²⁷⁴ dos espíritos Pretos Velhos e os ritos de cura nos terreiros de Umbanda, usarei os livros “Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande”, de autoria de Evans-Pritchard (2005), e “Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu”, de autoria de Victor Turner (2005), para melhor entender sobre os signos e símbolos. Ao tratar da memória na interpretação dos espíritos ancestrais Pretos Velhos e dos entrevistados acerca da cura, utilizarei os textos de Pollak (1989 e 1992), com os respectivos títulos “Memória, Esquecimento, Silêncio” e “Memória e Identidade Social”.

Passando aos alicerces metodológicos do artigo, utilizarei a História Oral. Contribuirão comigo Becker (1997), ao dizer que a história de vida não é uma ficção, mas uma realidade social. Pontuando os relatos dos entrevistados, partirei de Bourdieu (2006) que escreve que a história de vida não deve ser tomada como uma narrativa linear, mas como uma trajetória descontínua e repleta de contradições e zigs-zags. Pollak (1992) comenta que quem trabalha com história de vida deve ficar atento à ordem cronológica. Ela não é necessariamente obedecida e sofre constantes transformações e mudanças. Mas o próprio Pollak (1992) argumenta que na história oral existem pontos relativamente constantes.

Após leituras e as narrativas penso que será possível compreender a crença e a devoção de pessoas que acreditaram na cura a partir de benzimentos, rezas, incorporações. Essas práticas iniciadas no Brasil desde o início do século XVI, permanecem até nos dias de hoje em terreiros e desperta o respeito e admiração de uns e a descrença de outros. Como afirma Ligiéro (1998), estamos numa época em que não podemos admitir apenas a interpretação eurocêntrica do que é cultura e religião. É necessário entender a cultura não apenas por apenas uma via hegemônica europeia, mas que cada povo tem a sua forma de professar seu credo, sua religiosidade, seus saberes.

Penso que é possível um olhar detalhado e sensível para que nas pesquisas acerca de curas rituais não permaneça apenas a visão científica ocidental, mas também o respeito a outras formas de saberes, nesse caso, as tradições orais.

REFERÊNCIAS

²⁷⁴ É quando uma pessoa da religião, durante as giras, rituais sagrados na Umbanda, “empresta” o seu corpo físico a um espírito para o mesmo aconselhar as demais pessoas presentes no referido ritual, sobretudo à aquelas que os procuram. Alguns costumam chamar o corpo físico de cavalo porque o espírito “monta” na pessoa.



AUGRAS, Monique. **A segunda-feira é das almas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Pallas Editora, 2012.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica** (1996). In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-191.

CALAINHO, Daniela Buono. **Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no antigo regime**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CARDOSO, Vânia Zíkan. **O espírito da performance**. Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, 2007. 198-212.

COSTA Valéria e GOMES, Flávio (orgs.). **Religiões Negras no Brasil: da escravidão à pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2016.

CSORDAS, Thomas J. **Os saberes de cura e a condição humana: cenas do momento presente em terras Navajo**. Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 26-34, jan./abril. 2010.

DIAS, Adriana Albert. **A Mandinga e a Cultura malandra dos capoeiras. (Salvador, 1910-1925)**. Revista de História, 1, 2 (2009), p. 53-68. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.ufba.br/2009_2/a04.pdf> Acesso em jun. 2017.

DUCCINI, Luciana. **Csordas, Thomas. Corpo/significado/cura**. Porto Alegre: Editora: UFRGS, 2008. 463p. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 308-311, jul/dez, 2008.

EVANS-PRITCHARD, E. E. E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2005.

FLAKSMAN, Clara. **Algumas considerações sobre a ordem e a desordem nas religiões de matriz africana no Brasil**. Comunicação apresentada no GT 57 da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia. João Pessoa. PB. 2016.

JÚNIOR, Lourival Andrade. **Adorei as almas: umbanda, Preto-Velho e escravidão**. Comunicação apresentada no XX Simpósio Nacional de História de Natal, RN, 2013.

LIGIÉRO, Zeca e Dandara. **Umbanda: paz, liberdade e cura**. Rio de Janeiro: Record: Nova Era, 1998.

MACIEL, Cléber. **Candomblé e Umbanda no Espírito Santo: práticas culturais afro-capixabas**. Vitória, EDUFES, 1992.

MACIEL, Cléber. **Negros no Espírito Santo**. OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). 2º ed. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

NASCIMENTO, Maria Sampaio. **Giras de Pretos-Velhos em um Terreiro de Umbanda: Lugares e Eventos de Construção de Memórias Afro-Brasileiras**. Dissertação de Mestrado. UFES/PPGCS. Vitória, 2017.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.



_____. **Memória e Identidade Social. Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira.** 5 ed. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SILVEIRA Renato da. **Do Calundu ao Candomblé. Os rituais de fé africanos ganharam seu primeiro templo no início do século XIX.** In: FIGUEIREDO, L. (Org.). **Raízes Africanas:** Revista de História da Biblioteca Nacional no Bolso. Rio de Janeiro: Editora Sabin, 2007.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Mônica Dias de. **Pretos-velhos: Oráculos, crença e magia entre os cariocas.** Tese de Doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

TAVARES, Fátima e BASSI, Francesca (Orgs.). **Para além da eficácia simbólica: estudos em ritual, religião e saúde.** Salvador, EDUFBA, 2012.

TURNER, Victor. **Floresta de Símbolos. Aspectos do ritual Ndembu.** Editora da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2005.



**CANDOMBLÉ E SUAS PRÁTICAS CULTURAIS:
PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS ESCOLARES QUE
CONTEMPLAM AS DIFERENÇAS**

**CANDOMBLÉ AND THEIR CULTURAL PRACTICES:
FOR THE DEVELOPMENT OF SCHOOL SPACES TO BEHOLD THE
DIFFERENCES**

**CANDOMBLÉ Y SUS PRÁCTICAS CULTURALES: PARA EL DESARROLLO DE
ESPACIOS ESCOLARES PARA CONTEMPLAR LAS DIFERENCIAS**

Claudia Braga Maia²⁷⁵

RESUMO: Adeptos das religiões de matrizes africanas frequentam a escola e todos os espaços públicos. Logo, o estudo pretende problematizar como as práticas religiosas poderiam ser contempladas nos espaços escolares, ressignificando a comunidade escolar como um espaço que contemple as diferenças. É necessário ter um olhar sobre esses sujeitos que, ao se depararem socialmente com outros grupos sofrem com a intolerância religiosa, intolerância essa enraizada na sociedade e perpetuada pelo currículo escolar hegemônico atual, apesar da implantação da Lei 10.639/03. A discussão é analisada por meio de leituras de Macedo (2006), Destro e Oliveira (2005), Gonçalves e Silva (2000). Utiliza-se da metodologia de estudos alicerçada à história oral, segundo Burke (2004), o produto desse projeto servirá de material didático a ser trabalhado com alunos nas escolas do município de Eunápolis, Extremo Sul da Bahia, Brasil.

Palavras-chave: Candomblé; Cultura; Identidade; Currículo; Diferenças.

ABSTRACT: Adherents of religions of African arrays attend school and all public spaces. Soon, the study aims to discuss how religious practices could be included in school spaces, meaning the school community as a place to admire the differences. It is necessary to take a look at these guys, when they come across socially with other groups suffering from religious intolerance, bigotry that rooted in society and perpetuated by the hegemonic current curriculum, despite the implementation of the law 10,639/03. Discussion is analysed through readings by Macedo (2006), Destro and Oliveira (2005), Gonçalves and Silva (2000). Using the methodology of studies secured to the oral history, by Burke (2004), the project will serve as a product from didactic material to be worked with students in schools of the municipality from Eunápolis, extreme south of Bahia, Brazil.

Keyword: Candomblé; Culture; Identity; Curriculum; Differences.

RESUMO: Adherentes de las religiones de matrices africanas asistir a la escuela y todos los espacios públicos. Pronto, el estudio pretende discutir prácticas como religiosas podría incluirse en espacios escolares, con la comunidad de escuela como un lugar para admirar las diferencias. Es necesario echar un vistazo a estos chicos cuando vienen a través de social con otros grupos que sufren de intolerancia religiosa, fanatismo que arraigado en la sociedad y perpetuado por el plan de estudios actual hegemónica, a pesar de la aplicación de la ley 10.639/03. La discusión se analiza a través de lecturas por Macedo (2006), Destro y Oliveira (2005), Gonçalves e Silva (2000). Utilizando la metodología de historia oral asegurado estudios, segundo Burke (2004), el producto de diseño servirá como material didáctico para trabajar con estudiantes en escuelas del municipio de Eunápolis, lejos al sur de Bahia, Brasil.

Palabras-clave: Candomblé; Cultura; Identidad; Plan de estudios; Diferencias.

Proponho pesquisar a liturgia afro-religiosa do Candomblé, com o objetivo de mostrar a importância de sua representação social, sua identidade, sua cultura e sua história. Essas

²⁷⁵ Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Ensino e Relações Étnico Raciais, da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB/PPGER/CSC. Porto Seguro BA, Brasil - Orientanda do Prof. Doutor Alexandre Fernandes (Alexandre Ossaniyi) - Estudante – pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Linguagens, Poder e Contemporaneidade – GELPOC/IFBA. E-mail: claudiabragamaia@gmail.com.



Sobre essa “cortina de fumaça”, a temática se torna então invisível quando o aluno negro, adepto do Candomblé, para evitar situações constrangedoras de ser apontado como o “macumbeiro da escola”, se silencia. Essa comunidade escolar possivelmente associa de forma rasa um elo de ligação entre uma religião de matriz africana às práticas “demonizadas”; desconsidera e ignora as tradições e ancestralidade da cultura negra que é vista como algo duplamente ruim, e gera práticas de racismo religioso. Esse adepto, como qualquer criança, quer ter aprovação de sua comunidade escolar, ter um bom convívio com seus colegas e professores.

A luta contra o racismo em espaços escolares precede a Lei 10.639/03, com o Movimento Negro cobrando ações e posturas do governo:

É preciso registrar que o grande aliado do movimento de mulheres negras, no combate aos preconceitos na educação, foi o movimento de docentes das escolas públicas (no qual há uma predominância feminina), que teve uma atuação muito vigorosa nos anos 80 [...] as organizações se mobilizaram para denunciar o racismo e a ideologia escolar dominante. Vários foram os alvos de ataque: livro didático, currículo, formação dos professores. Esta postura adentra a década de 90 (GONÇALVES e SILVA, 2000, p. 155).

Há muitas perspectivas a serem analisadas, por exemplo uma análise sobre a política educacional e a não prática da Lei 10.639; o currículo escolar engessado; o despreparo dos professores, a elaboração e materiais didáticos que omitem a cultura africana e afro-brasileira “embranquecendo” seus conteúdos.

Me pergunto como essas práticas religiosas poderiam ser contempladas nos espaços escolares, ressignificando essa comunidade num espaço que contemple as diferenças? O adepto não precisa ser tolerado (um “outro” que não é aceito, mas tolerado); precisa ser respeitado quanto às suas tradições e sua identidade cultural, aceito num espaço que contemple um currículo “multicultural”.

Proponho fazer uma pesquisa-intervenção tendo como produto final um documentário, que servirá de material didático para toda comunidade escolar, professores e alunos, uma mudança cultural, desenvolvendo uma pedagogia negra de empoderamento em espaços escolares.



Uma metodologia de estudos alicerçada em narrativas e depoimentos de alunos negros praticantes do Candomblé, do município de Eunápolis, Extremo Sul na Bahia. Em contato direto com os sujeitos pretende-se coletar os dados, utilizando como instrumentos: a história oral com base em entrevistas e registros através de foto e filmagem.

Burke (2004), se coloca a favor do uso de imagens, considerando que as mesmas, testemunhos orais e textos, constituem uma importante forma de evidência histórica, apesar da necessidade de apuração crítica quanto à veracidade do que é retratado.

O documentário será utilizado como material didático para disseminar a cultura e a religião afro-brasileira nas escolas e do Extremo Sul baiano. Sugiro que, durante a produção do documentário, as imagens feitas através das entrevistas já sejam usadas como objetos de intervenção nas escolas através de seminários de formação de professores e palestras aos alunos.

A escolha da cidade de Eunápolis se dá devido ao livre acesso da pesquisadora aos terreiros de Candomblé da localidade, por ser membro pertencente e praticante da religião, o que irá facilitar o acesso às informações, contato com os sujeitos da pesquisa, assinaturas de concessão de informações e uso de imagens. Essa pesquisa nos permitirá discutir a cultura e a história a partir do olhar dos que a viveram e a vivem, diretamente.

Portanto, espera-se que esse trabalho possa estimular outras investigações e reflexões sobre identidade cultural, currículo e diferença na perspectiva de contribuir efetivamente para o entendimento das relações sociais e modos de produção de uma sociedade.

Propõe-se que este estudo possa ser publicado e venha a servir de estímulo para novas pesquisas posteriores e também como base de leitura e conhecimento às comunidades de terreiro e interessados direta ou indiretamente sobre a temática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº. 10.639/09, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-



**OS SABERES QUE AS CRIANÇAS CONSTROEM DENTRO DO
TERREIRO DE CANDOMBLÉ E SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA**

**THE KNOWLEDGE THAT CHILDREN BUILD WITHIN THE
CANDOMBLÉ TERRITOR AND ITS RELATIONSHIP WITH SCHOOL**

**LOS SABERES QUE LOS NIÑOS CONSTRUYEN DENTRO DEL TERRITOR
DE CANDOMBLÉ Y SU RELACIÓN CON LA ESCUELA**

Maxsuel Quenil Pimentel Rodrigues²⁷⁶

Yuri Miguel Macedo²⁷⁷

RESUMO: O presente trabalho traz a construção de saberes das crianças do Candomblé que estão diretamente ligados a vida cotidiana na escola, Macedo (2017) descreve que a escola tem o papel, assim como as instituições familiares e religiosas, em regular os diversos aspectos da sociedade. Tomando por base que a instituição primaz, a família, é dela que partem os valores morais e éticos, que por via introduz a consciência cidadã, a consciência social e, principalmente, o respeito a diversidade. Em seguida, as instituições religiosas, criadas a partir das lacunas metafísicas da vida em sociedade, uma gama de religiões e seitas baseada em dogmas, crenças e tradições. A análise aqui proposta, tem a função de estabelecer elos entre os sujeitos e a sociedade, faz-se necessário acercar o debate da instituição educacional enquanto a existência da multiplicidade religiosa existente no espaço educativo. Gomes (2017, 2006), Sarmiento (2008) e Caputo (2012).

Palavras-chave: Formação docente; Relações étnico-raciais; Professor reflexivo.

ABSTRACT: The present work brings the construction of knowledge of candomblé children that are directly linked to daily life in school, Macedo (2017) describes that the school has the role, as well as family and religious institutions, to regulate the various aspects of society. Based on the fact that the primal institution, the family, is the starting point for moral and ethical values, which introduces citizen awareness, social awareness and, above all, respect for diversity. Then religious institutions, created from the metaphysical gaps of life in society, a range of religions and sects based on dogmas, beliefs and traditions. The analysis proposed here, has the function of establishing links between subjects and society, it is necessary to approach the debate of the educational institution while the existence of the religious multiplicity existing in the educational space. Gomes (2017, 2006), Sarmiento (2008) and Caputo (2012).

Keywords: Teacher training; Ethnic-racial relations; Reflective teacher.

RESUMEN: El presente trabajo trae la construcción de saberes de los niños del candomblé que están directamente ligados a la vida cotidiana en la escuela, Macedo (2017) describe que la escuela tiene el papel, así como las instituciones familiares y religiosas, en regular los diversos aspectos de la educación, la sociedad. Tomando por base que la institución primada, la familia, es de ella que parten los valores morales y éticos, que por vía introduce la conciencia ciudadana, la conciencia social y principalmente el respeto a la diversidad. A continuación, las instituciones religiosas, creadas a partir de las lagunas metafísicas de la vida en sociedad, una gama de religiones y sectas basada en dogmas, creencias y tradiciones. El análisis aquí propuesto, tiene la función de establecer eslabones entre los sujetos y la sociedad, se hace necesario acercar el debate de la institución educativa mientras la existencia de la multiplicidad religiosa existente en el espacio educativo. Gomes (2017, 2006), Sarmiento (2008) y Caputo (2012).

Palabras clave: Formación docente; Relaciones étnico-raciales; Profesor reflexivo.

²⁷⁶ Mestrando em Educação, Cultura e Comunicação nas Periferias Urbanas FEBF/UERJ. Orientador Pedagógico. Duque de Caxias – Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: msuelrodrigues@gmail.com.

²⁷⁷ Pedagogo, Sociólogo e Pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Brasil. E-mail: yurimacedo@id.uff.br.



Sabe-se que, historicamente, a educação tem sido concebida de diferentes maneiras, várias são as formas de compreendê-la e conceituá-la. Para uns, a educação é vista como instrumento condutor de saberes que desenvolve o intelecto do ser, para outros, ela se encontra na família, na igreja, na rua, no terreiro, ou seja, em todos os espaços de convivência. Neste sentido, a escola tem se constituído como um espaço de socialização próprio das crianças, no qual os diversos sujeitos envolvidos trocam experiências e vivenciam a dimensão da diversidade de uma forma que não podem realizar no seio familiar.

Nesta perspectiva, a educação emerge da consciência e do trabalho de educar, da convivência de um com o outro, do saber que é compartilhado, com uma ação de quem sabe e faz, para quem não sabe e aprende com a sua multiplicidade. Se voltarmos a um passado bem distante, perceberemos que era desta forma que a educação acontecia nas pequenas aldeias e tribos, as crianças aprendiam com o ver, com o ouvir dos adultos que as acompanhavam, este era papel dos anciãos que aprenderam com as gerações anteriores. Essa educação assume um papel importante na construção da identidade dos praticantes, tendo a capacidade de orientar em suas ações e também fornecendo referências para agir, refletir e sentir.

Assim como a escola, as comunidades de terreiro de candomblé são espaços socioculturais, em que se percebe o compromisso de acabar ou (no mínimo) diminuir as desigualdades. A proposta deste trabalho é dar visibilidade aos processos de aprendizagens produzidos pelas crianças no terreiro de candomblé, para então analisar sua relação com a educação escolar a partir da promulgação da Lei nº 10.639/03.

Cabe destacar, por um lado, as identidades que historicamente são negadas no espaço público, que tangenciam as dimensões de gênero, étnica, religiosa, dentre outras. Mesmo diante das transformações ocorridas no último século, e de forma mais intensa nas últimas décadas, ainda se verifica no país um intenso preconceito religioso atrelado à questão étnica que se reverbera no espaço escolar (CAPUTO, 2012 p. 151).

A proposta é buscar compreender que nesse espaço se desenvolvem relações interacionais de ensino-aprendizagem, das visões /leitura de mundo, da ritualística e as múltiplas sociabilidades entre os agentes pesquisados, questionando os conceitos negativos criados ao longo dos anos, a estes espaços.



Na pesquisa de Caputo (2012, p. 204), a autora faz um levantamento da perspectiva assumida pela escola e por seus docentes com relação ao candomblé:

Dos 14 professores, nove responderam que nunca pensaram sobre crianças no candomblé, porque não acreditam que existam crianças que frequentam ou pratiquem candomblé na escola. Uma das entrevistadas afirmou: “não temos crianças com esse problema aqui na escola, a maioria é católica”. Cinco professores afirmaram que acham “um absurdo” que crianças pratiquem o candomblé. “As crianças não devem ser induzidas à macumba só porque os pais frequentam”, respondeu uma professora. Perguntei a essa professora se os pais católicos também não “induziam” seus filhos ao catolicismo quando os batizavam, levavam às missas, colocavam no catecismo para a Primeira Comunhão, etc. A professora respondeu “Mas o catolicismo não é coisa do diabo, é religião normal”.

Tal postura existente na escola leva à construção de um sentimento ambivalente com relação a esse lugar, pois, por um lado, essas crianças são socializadas de uma tal forma que o compreendem como relevante para a sua formação, tendo em vista o processo gradual e crescente de escolarização entre os praticantes do Candomblé. Que diálogos a escola mantém com o que é aprendido em outros espaços de formação do sujeito? Como as crianças articulam o que é vivenciado no terreiro e na escola?

Há uma troca de experiências, uma socialização de saberes, uma sociabilidade- o que quer dizer que na formatação atual da escola ele seja uma prática efetivada pelas políticas educacionais do planejamento pedagógico da maioria das escolas públicas e privadas brasileiras.

As interações de aprendizado que acontecem nos diferentes espaços, estruturados por sujeitos com experiências diversas, poderia ser valorizada, principalmente os saberes que as crianças trazem de suas experiências em outros espaços de formação. O problema que se percebe é que, como coloca Sarmiento (2011), a escola se ocupa com o aluno e não com a criança.

De algum modo, perante a instituição, a crianças “morre” enquanto sujeito concreto, com saberes e emoções, aspirações, sentimentos e vontades próprias, para dar lugar ao aprendiz, destinatário da ação adulta, agente dos comportamentos prescritos, pelo qual é avaliado, premiado ou sancionado. A escola criou uma relação particular com o saber, uniformizando o modo de aquisição e transmissão do conhecimento, para além de toda a diferença individual, de classe ou de pertença cultural (SARMENTO, 2011, p. 588).

A escola potencialmente poderia estabelecer uma relação entrelaçada multicultural e interculturalmente baseada na experiência individual e de grupo. A escola em todo o seu processo marcadamente contraditório de exclusão e inclusão, abriga alunos com experiências



A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA ANCESTRALIDADE PARA CRIANÇAS EM TERRITÓRIO SAGRADO

THE IMPORTANCE OF ANCESTRALITY TEACHING FOR CHILDREN IN THE SACRED TERRITORY

LA IMPORTANCIA DE LA ENSEÑANZA DE ANCESTRALIDAD PARA NIÑOS EN EL TERRITORIO SAGRADO

Fábio Rodrigo Penna²⁷⁸

RESUMO: O presente resumo visa apresentar como a Filosofia da Ancestralidade vem sendo aplicada na educação das crianças, com anuência e participação dos pais, no território sagrado do Axé Obá Igbô Igbomina Malê, e suas repercussões nos sistemas de aprendizagem e ensino, ou melhor, na Vida. Esse ensino religioso, que atua politicamente para a formação ética e religiosa das crianças, no combate ao racismo, às desigualdades sociais, à homofobia, ao machismo e demais preconceitos, visa dialogar filosoficamente com a educação das relações étnico-raciais no Brasil.

Palavras-chave: Filosofia; Ancestralidade; Literatura; Infância; Educação.

ABSTRACT: This abstract aims at presenting how the Philosophy of Ancestry has been applied in the education of children, with parental consent and participation, in the sacred territory of Axé Obá Igbô Igbomina Malê, and its repercussions in the systems of learning and teaching, or rather in the Life. This religious education, which acts politically for the ethical and religious formation of children, in the fight against racism, social inequalities, homophobia, machismo and other prejudices, aims to dialogue philosophically with the education of ethnic-racial relations in Brazil.

Keywords: Philosophy, Ancestry, Literature, Childhood, Education

RESUMEN: El presente resumen tiene como objetivo presentar cómo la Filosofía de la Ancestralidad viene siendo aplicada en la educación de los niños, con anuencia y participación de los padres, en el territorio sagrado del Axé Obá Igbô Igbomina Malê, y sus repercusiones en los sistemas de aprendizaje y enseñanza, o mejor, la vida. Esta enseñanza religiosa, que actúa políticamente para la formación ética y religiosa de los niños, en el combate al racismo, a las desigualdades sociales, a la homofobia, al machismo y demás prejuicios, pretende dialogar filosóficamente con la educación de las relaciones étnico-raciales en Brasil.

Palabras claves: Filosofía, Ancestralidad, Literatura, Niñez, Educación

INTRODUÇÃO

Antes do nascimento de uma criança, um mundo composto por direitos, deveres e epistemologias pré-estabelecidos já a espera. Desde a idade mais tenra, as crianças vão sendo moldadas psicologicamente esses padrões normativos na sociedade em que vivem, ainda mais em tempos modernos de velocidade e tarefas multimídias. Dessa forma, inúmeros conhecimentos são ensinados de forma prévia e automática como verdadeiros e falsos, sem o mínimo de tempo reflexivo sobre os mesmos. E todo pensamento que não seguir a padronização será não-pensamento, inexistente; logo, repudiável. Cotidianamente, esses

²⁷⁸ Doutorando em Literatura Brasileira (UERJ). Professor do Instituto Federal Fluminense, RJ, Brasil. E-mail: fabio.penna@iff.edu.br.



pensamentos preconceituosos são assimilados e reproduzidos pelas crianças, como as formas corretas de existência e de interação social. Essa normatização social sobre si mesma apresenta ideias preconcebidas sobre o Outro, o silenciado, o inexistente, aquele que difere do padrão a partir do que ouvem, veem no entorno e nos veículos de comunicação. Esses pequenos preconceitos gradativamente ironizam, humilham, excluem, violentam outros indivíduos (crianças, adultos, idosos) e determinados grupos, segregando-os como se representassem ameaça ou desordem ao padrão estabelecido. É doloroso para um indivíduo ser e assumir publicamente não pertencente aos padrões sociais, principalmente em tempos sombrios de ódio e violência.

O ensino sobre a filosofia da ancestralidade, o que podemos chamar de pensamento animista, reveste-se de fundamental importância não só para as crianças da área da educação religiosa, mas das diversas áreas do conhecimento sobre a vida, pois permite o diálogo, a troca de conhecimentos, combate a preconceitos e o respeito à diversidade. A saber, o ensino da filosofia da ancestralidade às crianças não é apenas um conceito a ser debatido ou pesquisado, mas, sobretudo, praticado no solo sagrado.

A Filosofia da Ancestralidade está na encruzilhada do pensamento animista. Sabendo que o imaginário e o cotidiano são dimensões complementares da existência humana, nada mais fácil do que aguçá-la a naturalidade da ancestralidade à alteridade mais íntima que cada ser adulto experimenta, a infância. Ensinar o rio (para além de espaço de lavar roupa, de banho, de retirada de alimento ou sustento) ou a árvore (para além de sombra ou de retirada de alimento, seu fruto) como habitações da partícula de deus, ou ensinar um montículo de terra como representação de um antepassado, um avô ou avó, deve ser prática corriqueira e deletável para uma criança.

Diante de tal relevância, a proposta desse trabalho tem como objetivo apresentar como a filosofia da ancestralidade, prática religiosa cotidiana no Axé Obá Igbô Igbomina Malê, sob a orientação do sacerdote Antonio Penna de Obatalá, vem sendo aplicada na educação das crianças no território sagrado, com a anuência e participação dos respectivos pais e parentes, e suas ressonâncias na formação de sujeitos éticos contrários a preconceitos e discriminações.

JUSTIFICATIVA



A Educação Infantil não consegue dar conta da discriminação e do preconceito que fazem parte do cotidiano escolar. Logo, ocorrem conflitos entre as crianças, fomentado pelo mundo externo, por conta de pertencimentos identitários. Durante a educação infantil, a criança começa a conhecer a si mesma e as outras a partir da interação, percebendo as semelhanças e as diferenças que há. Dessa forma, passam a escolher com quem se relacionar na escola, com o que brincar (como lápis cor de pele, carrinho para menino, boneca para menina), comportamentos (de menino que se tornará homem e de menina que se tornará mulher). E aquela que romper com a padronização pode passar a ser ridicularizada, como trejeitos femininos inapropriados para meninos, escolha de brinquedo não padronizado ao gênero, diferença entre os pertences e lanches etc.

Embora as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de acordo com o Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003, respaldem o educador a trabalhar em sala de aula questões sobre diferença, pertencimentos e o devido respeito à diversidade, a escola oferece uma quantidade ínfima de ações afirmativas que combatam a realidade dos preconceitos religiosos, do racismo, do machismo, da homofobia, do classismo e políticas com o Escola sem Partido. Diante desse quadro, um templo sagrado poderia auxiliar a representação da Educação Infantil como recinto institucionalizado a que a criança tem acesso, no que diz respeito à convivência em novos coletivos, tendo a oportunidade para aprender as regras para essa convivência pautada no respeito por si e pelo outro.

METODOLOGIA

O Axé é constituído pela família, que não é dividida em hipótese alguma. Cônjuges, seus ascendentes e seus descendentes pertencem ao mesmo Axé. É o amor dos pais ao sagrado que incentiva o convívio dos filhos no território sagrado. E produzindo encantamento, o conceito de ancestralidade amplia a família para muito além de relações consanguíneas ou de parentesco simbólico. A educação da filosofia da ancestralidade, desenvolvida no território sagrado do Axé Obá Igbô Igbomina Malê, segue principalmente a relação paradigmática paterna e materna, ou seja, a relação dos pais com sagrado conduzirá o pensamento da filha e/ou do filho. Sem a anuência dos pais, a criança não integra o Axé.

Embora a educação de nossa ancestralidade não meça o ser humano pela cor da pele, pela identidade de gênero, pela classe social, mas pelo caráter, a mesma ressalta em suas práticas religiosas o pensamento social sobre a história dos povos excluídos no Brasil, sobretudo o



negro. Para além dos ritos individuais inerentes a todo ser, independente de idade, como iniciação, consagração, as crianças possuem uma atenção especial. E nessa contribuição para produção de sentidos e para a experiência ética, a liberdade é um dos principais métodos de aplicação da filosofia da ancestralidade.

Nos dias de festividade pública, as crianças interagem entre si, com os adultos e com o ancestral. Brincam de futebol, pique pega, cantam, dançam na roda, ajudam a tocar atabaques, tocam agogô, saúdam as divindades, prostram-se no chão em sinal de respeito e seriedade e, principalmente, divertem-se. Nos dias dos rituais sagrados internos, que sobretudo envolvam comida seca²⁷⁹, as mesmas são permitidas a assistirem sem constrangimento ao lado de seus pais ou parentes. Assim, desde cedo o ensinamento de respeito ao encantamento do mundo é praticado. As crianças passam a entender a si mesmas em um mundo formado pela pluralidade e diversidade.

Dessa forma, por exemplo, o orixá Exu é apresentado como divindade de suma importância aos seres humanos, em vez ser apreendido como o diabo cristão. Os avós e parentes falecidos são entendidos carinhosa e respeitosa como antepassados de proteção, e não fantasmas malignos. Por meio da condução pedagógica do rito pelo sumo sacerdote Antonio Penna de Obatalá (aborénlá), que explica os porquês de todos os rituais, como um griô, e a importância dos pais como paradigmas aos filhos, os mitos são reatualizados.

RESULTADOS

Ciente da importância de um ambiente harmônico para as crianças se identificarem com positivamente com sua religiosidade em um mundo preconceituoso, a comunidade da Axé Obá Igbô Igbomina Malê não poupa esforços. As atividades coletivas e interativas com o sagrado e seu respeito à diversidade, superaram as expectativas dado o envolvimento das mesmas e os resultados positivos relacionados às mudanças de comportamento e adoção de hábitos mais saudáveis no ambiente familiar, escolar e social.

²⁷⁹ Termo que se refere a alimentos não inerentes à imolação animal.



Foto 1: Tocando gam (agogô).
Fonte: Igbin Produções.



Foto 2: Ensino de reverência.
Fonte: Igbin Produções



Foto 4: Evocação do ancestral Odé.
Fonte: Igbin Produções



Foto 3: Aos cuidados da avó também sacerdotisa Maria Aparecida Reis.
Fonte: Igbin Produções



Foto 5: Divertimento no tambor.
Fonte: Igbin Produções.



Foto 6: Pai e filhos tocam tambores.
Fonte: Igbin Produções

Foto 7: Pai e filhos tocam tambores.
Fonte: Chris Penna.

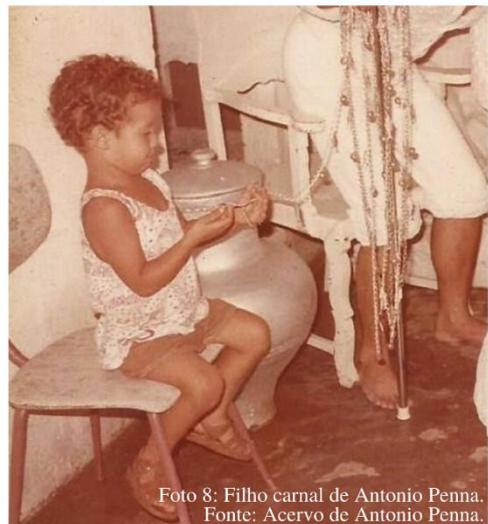
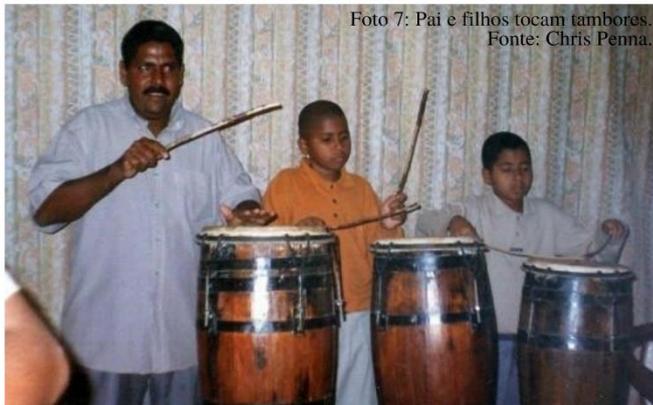


Foto 8: Filho carnal de Antonio Penna.
Fonte: Acervo de Antonio Penna.



GRUPO DE TRABALHO ED 043

AFRICANIDADES, EDUCAÇÃO E ENSINO DE MATEMÁTICA

Coordenador:

Prof. Dr. Gustavo Henrique Araujo Forde (UFES)



PRÁTICAS EDUCATIVAS COM O JOGO AWALÉ: RESGATE E
VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE AFRO-BRASILEIRA

EDUCATIONAL PRACTICES WITH THE AWALÉ GAME: RESCUE AND
VALORIZATION OF AFRO-BRAZILIAN IDENTITY

PRÁCTICAS EDUCATIVAS CON EL JUEGO AWALÉ: RESCATE Y
VALORIZACIÓN DE LA IDENTIDAD AFROBRASILEÑA

Joelma dos Santos Rocha Trancoso²⁸⁰

Edna Castro de Oliveira²⁸¹

Antonio Henrique Pinto²⁸²

Yuri Miguel Macedo²⁸³

RESUMO: O presente trabalho visa compartilhar as potencialidades do Awalé, jogo de origem africana, como ferramenta que fomenta o ensino-aprendizagem de forma multidisciplinar, promovendo resgate, valorização e afirmação da identidade afro em consonância com a lei 10.639/03 e 11.645/08. Assim, inspirados pela etnomatemática, e fundamentados pela afroetnomatemática, a partir de Cunha Junior (2017); D’Ambrósio (2001); Forde (2008); Freire (1994); Grando (2000), apresentaremos o relato de experiência de uma sequência de oficinas, realizadas em uma ONG instalada em um bairro de periferia, para discorrer sobre o que concerne às práticas pedagógicas, conteúdos correlacionados e intencionalidades da presente ação.

Palavras-chave: Jogo Awalé, Prática pedagógica, Etnomatemática, Lei 10.639/03, Cultura afro.

ABSTRACT: This paper aims to share the potential of Awalé, a game of African origin, as a tool that promotes teaching and learning in a multidisciplinary way, promoting rescue, valorization and affirmation of Afro identity in accordance with Law 10.639/03 and 11.645/08. Inspired by ethnomathematics, and based on the afroethnomathematics, from authors as Cunha Junior (2017); D’Ambrósio(2001); Forde (2008); Freire (1994); Grando (2000), we will present the experience report of a sequence of workshops, carried out in an NGO located in a suburban neighborhood, to discuss about pedagogical practices, correlated contents and intentionalities of this action.

Keywords: Awalé game, Pedagogical practice, Ethnomathematics, Law 10.639/03, Afro culture.

RESUMEN: El presente trabajo pretende compartir las potencialidades del Awalé, juego de origen africano, como herramienta que fomenta la enseñanza-aprendizaje de forma multidisciplinaria, promoviendo rescate, valorización y afirmación de la identidad afro en consonancia con la ley 10.639 / 03 y 11.645 / 08. Así, inspirados por la etnomatemática, y fundamentados por la afroetnomatemática, a partir de autores como Cunha Junior (2017); D’Ambrósio (2001); Forde (2008); Freire (1994); Grando (2000), presentaremos el relato de la experiencia de una secuencia de talleres, realizadas en una ONG instalada en un barrio de la periferia, para discurrir en lo que concierne a las prácticas pedagógicas, contenidos correlacionados e intencionalidades de la presente acción.

Palabras-clave: Juego Awalé, Práctica pedagógica, Etnomatemática, Ley 10.639/03, Cultura afro.

²⁸⁰ Mestranda em Educação Ciências e Matemática - EDUCIMAT. IFES, Pedagogia, Cariacica - ES, Brasil. E-mail: jhoelmarocha@hotmail.com.

²⁸¹ Doutora em Educação, Professora Associada da UFES, Vitória –ES, Brasil. E-mail: oliveiraedna@yahoo.com.br.

²⁸² Doutor em Educação, Professor Associado do Ifes, Vitória –ES, Brasil. E-mail: ahenrique@ifes.edu.br.

²⁸³ Pedagogo, Pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo, Linhares, Brasil. E-mail: yurimacedo@id.uff.br.



em relação ao continente africano e ressignificação de sentidos que partimos para o segundo momento de nossa oficina.

No segundo momento utilizamos a música “África”, da Banda Palavra Cantada, para trabalhar o mapa do mundo, mapa do continente africano, musicalidade, corporeidade, conceitos como origem, teoria da Deriva Continental, continentes, oriente, ocidente, país, leste, oeste, norte, sul, linha do equador e meridiano de Greenwich, escravidão, imigração, miscigenação, população negra no Brasil, contribuições do povo africano, dentre outros.

No terceiro momento, com mapa impresso em mãos, orientamos os alunos para que destacassem a Costa do Marfim, país de origem das regras do jogo, e a partir daí iniciamos nossa apresentação, com slides, em relação ao jogo em si, toda sua história, peculiaridades e princípios filosóficos e regras. O quarto momento foi destinado para uma breve partida on-line do jogo trabalhando suas regras e logo após foi realizada a confecção dos tabuleiros dos jogos, utilizando materiais recicláveis.

No quinto momento, já no segundo dia de oficina, ocorreu a efetiva prática do jogo, disputado em duplas, em sistema de rodízio de jogadores. Houve a mediação colaborativa de todos os envolvidos, os jogadores auxiliavam os colegas com alguma dificuldade de forma voluntária. No final da tarde o material foi recolhido e iniciamos o sexto momento com uma conversa em relação ao que foi discutido durante os dois dias de oficina, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Debate e reflexão

O que aprendemos durante esses dois dias?	R: Nós aprendemos que a África não é só um lugar de pobreza e fome. A África tem lugares bonitos e ricos. R: Que a África é um continente R: Sobre os países Africanos R: Um pouquinho sobre a cultura africana R: Que a vida começou na África e que nos somos descendentes
O que vocês aprenderam com o jogo?	R: Eu aprendi que nesse jogo, mesmo que um perca, a gente pode se alegrar e se divertir com o outro. Que o jogo simboliza a união e a solidariedade.



FORDE, Gustavo Henrique Araújo. **A presença africana no ensino de matemática: análises dialogadas entre história, etnocentrismo e educação.** 2008. 276 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GRANDO, Regina Célia. **O conhecimento matemático e o uso de jogos na sala de aula.** 239f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, 2000.



OS SABERES E FAZERES DE UM GRUPO PERCUSSIVO, SUA INTERAÇÃO COM A ESCOLA PÚBLICA E O COMBATE ÀS DESIGUALDADES ÉTNICO-RACIAIS.

THE KNOWLEDGE AND MAKING OF A PERCUSSIVE GROUP, ITS INTERACTION WITH THE PUBLIC SCHOOL AND THE FIGHT AGAINST ETHNIC-RACIAL INEQUALITIES.

LOS SABERES Y HACERES DE UN GRUPO PERCUSSIVO, SU INTERACCIÓN CON LA ESCUELA PÚBLICA Y EL COMBATE A LAS DESIGUALDADES ÉTNICO-RACIALES.

Luiz Claudio da Silva²⁸⁴

RESUMO: Esta é uma investigação em andamento na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), no programa de Doutorado. Neste trabalho, minha intenção é investigar os saberes e fazeres de estudantes em situação de vulnerabilidade social que compõem um grupo percussivo, atuam num colégio público estadual do Rio de Janeiro, no município de Duque de Caxias, Brasil. Esse grupo foi constituído para oferecer oportunidades a jovens que têm no seu entorno vários atrativos onde eles/elas estariam susceptíveis a sofrer danos. Na expectativa da interação, grupo percussivo e atividades escolares, buscarei valorizar a oportunidade de identificar conhecimentos etnomatemáticos. Por conhecimentos etnomatemáticos estou considerando aqueles que desenvolvam nos indivíduos o que D'Ambrosio (2005) chama de "capacidade de explicar, comparar, classificar e ordenar, medir, quantificar e inferir". A questão central da investigação é: quais são/foram as contribuições dos saberes e fazeres (etnomatemáticos) dos jovens participantes do grupo percussivo na/para sua trajetória escolar?

Palavras-chave: Etnomatemática; Música; Cultura; Aprendizagem; Matemática.

ABSTRACT: This is an ongoing research at the Faculty of Education of the Federal Fluminense University (UFF), in the Doctorate program. In this work, my intention is to investigate the knowledge and practices of students in a situation of social vulnerability that compose a percussive group, work in a state public college in Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Brazil. This group was formed to offer opportunities to young people who have around them several attractions where they would be susceptible to damages. In the expectation of the interaction, percussive group and school activities, I will try to value the opportunity to identify ethnomathematical knowledge. By ethnomathematical knowledge I am considering those who develop in individuals what D'Ambrosio (2005) calls "ability to explain, compare, classify and order, measure, quantify and infer". The central question of the research is: what are / were the contributions of the knowledge and practices (ethnomathematics) of the young participants of the percussive group in / to their school trajectory?

Keywords: Ethnomathematics; Music; Culture; Learning; Mathematic.

RESUMEN: Esta es una investigación en curso en la Facultad de Educación de la Universidad Federal Fluminense (UFF), en el programa de Doctorado. En este trabajo, mi intención es investigar los saberes y hacer de estudiantes en situación de vulnerabilidad social que componen un grupo percussivo, actúan en un colegio público estatal de Río de Janeiro, en el municipio de Duque de Caxias, Brasil. Este grupo fue constituído para ofrecer oportunidades a jóvenes que tienen en su entorno varios atractivos donde ellos / ellas estarían susceptibles a sufrir daños. En la expectativa de la interacción, grupo percussivo y actividades escolares, buscaré valorar la oportunidad de identificar conocimientos etnomatemáticos. Por conocimientos etnomatemáticos estoy considerando a aquellos que

²⁸⁴ Doutorando em Educação, UFF, Niterói, Brasil. E-mail: silva.lc13@gmail.com



Nos contatos com membros do grupo percussivo, em particular o Adílio Dias Teixeira e o Rodrigo Binarts, o seu potencial criativo e suas trajetórias de luta nos fazem enfatizar o que Freire (1997, p. 70) nos alerta sobre “o uso do bom senso, em primeiro lugar, [...], de que não é possível à escola, se, na verdade, engajada na formação de educandos educadores, alhear-se das condições sociais, culturais, econômicas de seus alunos, de suas famílias, de seus vizinhos”. As exigências para a composição do grupo percussivo já indicam um perfil dos escolhidos onde as condições econômicas, educacionais, sociais e culturais foram comprometidas para pior. Este relato tem vinculação com o que Freire (1997) nos escreveu dizendo que ensinar exige bom senso.

No entanto, reafirmo o que Freire (1997, p. 71) nos alerta “O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola”. Esta é uma preocupação que teremos: identificar os saberes e fazeres que cheguem com os membros do grupo percussivo.

Como possibilidade de pesquisa, pensamos que a dimensão integradora da música poderá indicar alternativas colaborativas com outras disciplinas escolares, consolidando assim, algumas medidas pedagógicas. Buscaremos com isto, evidenciar, dentre outras possibilidades, os primeiros sinais de casamento entre a matemática e a música que Abdounur (2006) expressa como uma das mais belas descobertas da época (século VI a. C.) que foi a consolidação do quarto ramo da matemática: a música.

Diante da possibilidade de expansão e interação com o trabalho pedagógico da escola, concordo e reproduzo a escrita de Fucci-Amato (2016, p. 7) quando afirma que “(...) várias surpresas nos são possíveis quando olhamos com interesse e seriedade para um assunto cotidianamente superficializado como o ensino da música”. A atuação do grupo musical não existe por exigência legal, mas por uma motivação de resgate social.

Assim como afirma Barros (2016, p. 12) “Avalia-se a desigualdade no âmbito de determinados critérios ou de certos espaços de critérios: rendas, riquezas, liberdades, acesso a serviços ou a bens primários, capacidades”. Portanto, estaremos considerando estes aspectos na avaliação e identificação dos casos de superação das desigualdades pelos estudantes



sobre a importância e influência do grupo na rotina escolar e de vida de cada um. Na conjugação de fatores e aprofundamento, aproveitarei os levantamentos que registram a trajetória do grupo percussivo, as histórias de vida de alguns de seus componentes, a análise de documentos, registros fotográficos e outras mídias disponíveis.

Entendo como necessário o aprimoramento da minha construção teórica a respeito do método criado por Geertz (1978) chamado de descrição densa. Seu objetivo é proporcionar a compreensão das estruturas significantes envolvidas na ação social observada.

Portanto, investigar a cultura e o entrelaçamento de significados criados pelo grupo percussivo, poderá proporcionar as evidências singulares dos atos pedagógicos possíveis a serem incorporados ao ambiente escolar investigado.

REFERÊNCIAS

ABDOUNUR, Oscar João. **Matemática e música: pensamento analógico na construção de significados**. 4. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2006. (Coleção ensaios transversais)

BARROS, José D'Assunção. **Igualdade e diferença: construções históricas e imaginárias em torno da desigualdade humana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Mais Educação, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/par/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/16689-saiba-mais-programa-mais-educacao>> - Acesso em: 07 dez. 2017.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática – elo entre as tradições e a modernidade**. 2. ed. 2ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FUCCI-AMATO, Rita. **Escola e educação musical: (des) caminhos históricos e horizontes**. Campinas, SP: Papyrus Editora, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1997.

MATTOS, CLG. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, CLG., e CASTRO, P.A., org. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011, p.49-83

TALAMONI, Ana Carolina Biscalquini. **Possíveis contribuições metodológicas da Antropologia Interpretativa de Clifford Geertz às pesquisas em Ensino de Ciências**. In Atas do IX Encontro Nacional de Pesquisas em Educação em Ciências – IX ENPEC. Águas de Lindóia, SP – 10 a 14 de novembro de 2013.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.



AFRICANIDADES, POPULAÇÃO NEGRA E ENSINO DE MATEMÁTICA
AFRICANITIES, BLACK POPULATION AND MATH TEACHING
AFRICANIDADES, POBLACIÓN NEGRA Y ENSEÑANZA DE MATEMÁTICA

Gustavo Henrique Araujo Forde²⁸⁶
Henrique Cunha Júnior²⁸⁷
Leandra Gonçalves dos Santos²⁸⁸

RESUMO: O presente resumo expandido tece reflexões acerca da presença africana nas práticas curriculares e historiográficas no ensino de matemática. A abordagem teórica e metodológica dialoga com os campos da história da educação, da educação matemática e dos estudos afro-brasileiros, privilegiando o seu desenvolvimento na antiguidade clássica e suas marcas no ensino contemporâneo. Assim, conclui indicando contribuições para que docentes e alunos examinem que, por meio da aparente neutralidade e universalidade, a cultura branco-ocidental assume, dentro da subjetividade racista e eurocêntrica, a centralidade da criação dos conhecimentos matemáticos.

Palavras-chave: Africanidades; Cultura afro-brasileira; Ensino de Matemática; História da Matemática.

ABSTRACT: This expanded abstract weaves reflections on the African presence in curricular and historiographic practices in mathematics teaching. The theoretical and methodological approach dialogues with the fields of the history of education, mathematical education and Afro-Brazilian studies, privileging its development in classical antiquity and its marks in contemporary teaching. Thus, it concludes by indicating contributions for teachers and students to examine that, through its apparent neutrality and universality, the white-western culture assumes, within racist and Eurocentric subjectivity, the centrality of the creation of mathematical knowledge.

Keywords: Africanities; Afro-Brazilian culture; Mathematics Teaching; History of Mathematics.

RESUMEN: Este resumen ampliado teje reflexiones sobre la presencia africana en las prácticas curriculares e historiográficas en la enseñanza de las matemáticas. El enfoque teórico y metodológico dialoga con los campos de la historia de la educación, la educación matemática y los estudios afrobrasileños, privilegiando su desarrollo en la antigüedad clásica y sus marcas en la enseñanza contemporánea. Así, concluye indicando contribuciones para profesores y estudiantes para examinar que, a través de su aparente neutralidad y universalidad, la cultura blanco-occidental asume, dentro de la subjetividad racista y eurocéntrica, la centralidad de la creación del conocimiento matemático.

Palabras clave: Africanos; Cultura afro-brasileña; Enseñanza de Matemáticas; Historia de las matemáticas.

O ensino de matemática ocupa lugar de destaque em todos os processos de escolarização do mundo, detendo igual (ou maior) *status* ao ensino das línguas maternas. Para muitos, a matemática apresenta-se como um saber livre de enunciados etnocêntricos; assim, um dos desafios que acompanham seu ensino é a problematização do discurso supostamente neutro

²⁸⁶ Professor Adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Vitória-ES, Brasil. E-mail: gustavoforde@yahoo.com.br

²⁸⁷ Professor Titular da Universidade Federal do Ceará - UFC, Brasil, Fortaleza-CE. E-mail: hcunha@ufc.br

²⁸⁸ Professora da Rede Municipal de Vitória - PMV, Vitória-ES, Brasil. E-mail: leandramestrado@gmail.com



Colonizando a cultura, retirando suas raízes históricas e estereotipando sua imagem, negros e negras são apresentados à um **espelho greco-branco-ocidental**, que reflete, em vez da sua imagem, a imagem do colonizador. Suspeitamos que a branquitude encontra, na matemática, lugar de grande potencialidade! Uma das lógicas da branquitude é fazer-se desejada pelos não brancos. As lacunas produzidas pela produção da ausência africana são devidamente preenchidas pela presença greco-europeia. A metáfora do **espelho greco-branco-ocidental** auxilia compreender os processos de subjetivação nos quais, os afrodescendentes estão submetidos.

É neste ponto que problematizamos a **fabricação** de uma África selvagem e matematicamente analfabeta em que a influência do africano, para muitos, está restrita ao lúdico, à culinária e ao esporte. Problematizar as **voces e os sentidos** imbricados na historiografia ocidental é um dos esforços de pesquisas pautadas em fazer emergir outros enunciados que não apenas aqueles explicitamente mostrados. É evidente o enaltecimento do mundo greco e de suas identidades culturais na historiografia hegemônica, uma vez que, muito mais do que falar de matemática, a operação historiográfica na/da história da matemática imprime sentidos e valores àquilo que é objeto do discurso histórico: o **corpo** do passado.

Problematizamos que na historiografia hegemônica a tarefa do colonizador é transformar sua prática discursiva em realidade, estabelecendo o princípio de que o colonizado não é semelhante ao colonizador; o regime colonial esforça-se para destituir o colonizado de humanidade, civilização e tradição. Na história colonizadora, ambos – colonos e colonizados – participam, assimetricamente, de um mesmo processo de despersonalização, no qual o colono fabrica o colonizado e o colonizado é condição necessária para a existência do colono.

Compreendemos que, muitas vezes, a práxis dos professores de matemática apontam a necessidade de inserir-se num contexto sociocultural, o que requer proximidade com problemas concretos vividos pela comunidade escolar; e, que, de alguma maneira, estão presentes nos cotidianos das práticas curriculares do ensino de matemática na educação básica.

Deste modo, apresentamos possibilidades metodológicas, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento do pensamento matemático por meio da destreza manual, da aplicação de operações matemáticas básicas e problemas combinatórios simples mentalmente; ou seja,



contribuir para a promoção de um diálogo entre o pensamento de matriz africana e o pensamento matemático, a partir de uma atividade prazerosa e instigante. Para isso, apresentamos o jogo Awalé²⁸⁹ como possibilidade de práticas curriculares.

O Awalé, como é nomeado na Costa do Marfim, é um jogo de tabuleiro presente em diversos países africanos, cujo princípio baseia-se na redistribuição contínua das sementes, isto é, a movimentação das peças/sementes assimila o sentido de **semeadura e de colheita**. Trata-se de um jogo de raciocínio milenar que utiliza sementes do Baobá, cuja dinâmica é uma metáfora do plantar e colher, e, por meio das regras, podemos conhecer aspectos de algumas cosmovisões africanas. O objetivo não é destruir o adversário, a exemplo de outros jogos ocidentais, como o Xadrez ou Dama. Quem tem as sementes deve, quando for necessário, entregar uma das suas, pois nunca se pode deixar o adversário com fome.

Por meio do Awalé, é possível conhecer aspectos das cosmovisões imbricadas nos aspectos civilizatórios de matriz africana, os quais podem contribuir para formas distintas de **matematizar**. Nesse contexto dialógico, em torno de aportes filosóficos africanos e afrodescendentes, o jogo proposto possibilita estimular dimensões sensoriais, estéticas e intuitivas, articulando africanidades e ensino de matemática. Favorecendo um ensino de matemática em sintonia com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e da Educação para as Relações Étnico-Raciais, que pode contribuir para a construção de uma educação antirracista.

São amplas as questões que podem ser suscitadas na temática “africanidades e ensino de matemática”, que sinalizam a necessidade de o ensino de matemática contribuir com o fomento da dignidade cultural e valorização do pertencimento étnico de nossos alunos e alunas. Dito de outra maneira, se a narrativa matemática pôde contribuir para a consolidação de um sentimento de superioridade civilizatória europeia, em detrimento dos africanos e seus descendentes, poderá contribuir para a consolidação de uma ciência ética e não etnocêntrica.

Por fim, apostamos em um ensino de matemática não eurocêntrico que dialogue com uma perspectiva histórica descolonizada, favorecendo a consolidação de relações humanas que valorizem a diferença e a identidade afro-brasileira nos cotidianos escolares: é tempo de

²⁸⁹ Jogo também conhecido como Mancala, kalah, ouri e outros.



modificarmos a *práxis* no/do ensino de matemática em consonância com as matrizes africanas.

REFERÊNCIAS

CUNHA JUNIOR, Henrique. Afroetnomatemática: da filosofia africana ao ensino de matemática pela arte. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 9, n. 22, p. 107-122, jun. 2017. ISSN 2177-2770.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Geometria, geometrização e arte afro islamica. **Revista Teias**, [S.l.], v. 14, n. 34, p. 10, nov. 2013. ISSN 1982-0305.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo. **A presença africana no ensino de matemática: análises dialogadas entre história, etnocentrismo e educação.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes, Vitória, 2008.



GRUPO DE TRABALHO ED 046

EDUCAÇÃO E SABERES

Coordenadores:

Prof. Dr. Renato Nogueira (UFRRJ)

Adriano Albertino da Vitória (SINDIUPES)



FINLAND – Education and Entrepreneurship. Grand-duché de Luxembourg. Ambassade Em Finlande. 2016. Disponível em: <http://www.cc.lu/fileadmin/user_upload/cc.lu/Manifestations/20160513_Finland/Entrepreneurship_Education_in_Finland.pdf>. Acesso em: 18 maio 2017.

SEBRAE. Participação das Micro e Pequenas empresas na economia brasileira. 2015. Disponível em: <<https://www.SEBRAE.com.br/SEBRAE/Portal%20SEBRAE/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017.



AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS DISCURSOS DOS PROFESSORES DA AMAZÔNIA BRAGANTINA²⁹²

THE ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN THE SPEECHES OF THE BRAZILIAN AMAZON TEACHERS

LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES EN LOS DISCURSOS DE LOS PROFESORES DE LA AMAZONIA BRAGANTINA

Ketno Lucas Santiago²⁹³
Francisco Pereira Smith Júnior²⁹⁴

RESUMO: A pesquisa tem foco nos discursos das professoras acerca das relações étnico-raciais na educação infantil da rede municipal de Bragança/PA, Brasil, com vista em identificar as práticas racistas na escola, a valorização da criança e o conhecimento acerca da Lei nº 10.639/03. O objetivo é analisar os discursos das referidas professoras sobre discriminação racial, manifestado entre as crianças e as ações realizadas no combate desse racismo. A pesquisa é qualitativa, com entrevista semi-estruturada, utilizando a análise do discurso. Os discursos revelam que a temática sobre as relações étnico-raciais é pouco trabalhada e, por isso, são encontrados dificuldades em atuar na identificação do racismo. As professoras possuem domínio ínfimo do conceito “cor/raça”. Sobre a Lei nº 10.639/03, conhecem a existência, todavia não há formação sobre ela bem como ao seu conteúdo. Carecem de formação continuada sobre questões étnico-raciais, sobre currículo na Educação Infantil, uso de linguagens e experiências cotidianas.

Palavras-chave: Questões Étnico-raciais; Lei 10.639/03; Formação de Professores.

ABSTRACT: The research focuses on the teachers' discourses about the ethnic-racial relations in the kindergarten of Bragança/PA, Brazil, aiming to identify the racist practices in the school, the valorization of the child and the knowledge about the Law nº. 10,639/03. The objective is to analyze the speeches of the referred teachers about racial discrimination, manifested among the children and the actions taken to combat this racism. The research is qualitative, with semi-structured interview, using discourse analysis. The speeches reveal that the theme about ethnic-racial relations is little worked and, therefore, difficulties are found in acting in the identification of racism. The teachers have very little mastery of the concept “color / race”. Regarding Law No. 10.639/03, they know the existence, however there is no formation about it as well as its content. They lack continuing education on ethnic-racial issues, early childhood curriculum, language use and everyday experiences.

Keywords: Ethnic-Racial Issues; Law 10.639/03; Teacher training.

RESUMEN: La investigación se centra en los discursos de los maestros sobre las relaciones étnico-raciales en el jardín de infantes de Bragança-PA, Brasil, con el objetivo de identificar las prácticas racistas en la escuela, la valorización del niño y el conocimiento sobre la Ley nº. 10.639/03. El objetivo es analizar los discursos de los maestros referidos sobre la discriminación racial, manifestada entre los niños y las acciones tomadas para combatir este racismo. La investigación es cualitativa, con entrevistas semiestructuradas, utilizando análisis del discurso. Los discursos revelan que el tema

²⁹² Projeto de Pesquisa de Monografia do Curso de Especialização em Docência no Ensino Superior, Faculdade São Luis – São Paulo, 2017.

²⁹³ Mestrando pelo Programa em Linguagens e Saberes da Amazônia, da Universidade Federal do Pará (PPLSA/UFGA). Especialista em Docência no Ensino Superior. Historiador. Membro do Grupo de Estudos de Literatura Comparada no Nordeste Paraense (GELCONPE). Bolsista CAPES. Bragança, Pará, Brasil. E-mail: ketnolucas@gmail.com.

²⁹⁴ Professor Doutor Adjunto III, da Universidade Federal do Pará. Vice - Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras, Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA). Coordenador de Grupo de Estudos de Literatura Comparada do Nordeste Paraense (GELCONPE). E-mail: fsmith@ufpa.br.



sobre las relaciones étnico-raciales está poco trabajado y, por lo tanto, se encuentran dificultades para actuar en la identificación del racismo. Los maestros tienen muy poco dominio del concepto "colo/raza". Con respecto a la Ley N° 10.639/03, conocen la existencia, sin embargo, no hay formación al respecto, así como su contenido. Carecen de educación continua sobre temas étnico-raciales, currículo de la primera infancia, uso del lenguaje y experiencias cotidianas.

Palabras clave: Cuestiones étnico-raciales; Ley 10.639/03; Formación de profesores.

INTRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A Lei Federal N° 10.639/03, ampliada pela Lei N° 11.645/08, modifica a educação no Brasil, ao alterar a LDB N° 9.394/96, incluindo no currículo, temas relacionados ao ensino de História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana. Para Santos et al. (2014, p. 107) a Lei é considerada um “avanço do Século XXI” por representar “uma nova história de afirmação de direitos em prol da valorização da cultura afro-brasileira e africana nos currículos oficiais da Educação básica no Brasil”. A promulgação da Lei 10.639/03 é fruto da luta dos movimentos sociais, em especial do “movimento negro”, que visava iniciar um debate sobre a diminuição das desigualdades relacionadas ao “racismo, preconceito e discriminação racial acumulados historicamente” (idem, p. 110).

Nesse contexto de luta e reivindicações do Movimento Negro, promovida por meio da Lei n° 10.639/03, que recomenda o ensino afro-brasileiro e africano, um avanço no campo curricular, mas que carece de ser efetivado nas práticas pedagógicas como uma ação que valorize as identidades das crianças e adolescentes afrodescendentes nas escolas.

A formação de professor pelas relações étnico-raciais faz-se necessária na cidade de Bragança/PA, Brasil, principalmente na compreensão das infâncias, conforme Souza (2009, p. 32) por ser “fruto de construções culturais e históricas imbricadas por conceitos que “[...] contribui significativamente para revelar crianças enquanto sujeitos sociais que constroem saberes, competências e comportamentos”. Assim, a ação pedagógica deve valorizar a identidade de crianças negras na Educação Infantil. O objetivo da pesquisa é de problematizar de que forma é materializado nos discursos dos professores, a respeito de práticas racistas na educação e na valorização da identidade de crianças negra no âmbito escolar.

Para alcançarmos a proposição desse estudo, procuramos analisar os discursos de professores sobre as relações étnico-raciais, no sentido de identificar práticas racistas vivenciadas pelas crianças no ambiente escolar; identificar as ações realizadas pelos professores no combate



GRUPO DE TRABALHO ED 047

DIREITO E EDUCAÇÃO

Coordenadora:

Bela. Rayane Marinho Rosa



**O TRATAMENTO DESIGUAL ENTRE TELETRABALHADORES E
TRABALHADORES PRESENCIAIS IMPLEMENTADO PELA REFORMA
TRABALHISTA**

**THE UNEQUAL TREATMENT BETWEEN TELEWORKERS AND PRESENT
WORKERS IMPLEMENTED BY THE LABOR REFORM**

**EL TRATAMIENTO DESIGUAL ENTRE TELETRABAJADORES Y
TRABAJADORES PRESENCIALES IMPLEMENTADO POR LA REFORMA
LABORAL**

Francisca Jeane Pereira da Silva Martins²⁹⁵

RESUMO: Pretende-se abordar o tratamento desigual implementado pela Reforma Trabalhista entre os trabalhadores presenciais e os teletrabalhadores, especialmente, no que se refere ao cumprimento das normas de proteção à saúde e segurança do trabalho. Referida lei, ao regulamentar o teletrabalho, utiliza uma visão já superada na seara trabalhista quando, determina que o empregador instrua os empregados “de maneira expressa e ostensiva” quanto às precauções para evitar doenças e acidentes e, quanto ao empregado, que este comprometa-se a seguir todas as instruções (artigo 75-E da CLT). Decisões judiciais reconhecem o dever fundamental patronal de assegurar um meio ambiente do trabalho saudável àqueles que laboram na sede da empresa, logo, tratar de forma desigual o teletrabalhador afronta um dos objetivos da República, que é promover o bem de todos, sem preconceitos e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1943, 1988).

Palavras-chave: Reforma trabalhista; Teletrabalho; Desigualdade; Saúde; Segurança.

ABSTRACT: It is intended to address the unequal treatment implemented by the Labor Reform between the presential workers and the teleworkers, especially, with regard to the fulfillment of the norms of protection to the health and safety of the work. This law, when regulating telework, uses a vision already overcome in the labor court when it determines that the employer should instruct employees "in an express and ostentatious manner" in regard to precautions to avoid illness and accidents and, as to the employee, to commit himself to follow all instructions (article 75-E of the Consolidation of Labor Laws). Legal decisions recognize the fundamental duty of employers to ensure a healthy working environment for those who work at the company's headquarters, therefore, unequally treating the teleworker violates one of the objectives of the Republic, which is to promote the good of all without prejudice and any other forms of discrimination.

Keywords: Labor reform; Teleworking; Inequality; Health; Safety.

Resumen: Se pretende abordar el tratamiento desigual implementado por la Reforma Laboral entre los trabajadores presenciales y los teletrabajadores, especialmente, en lo que se refiere al cumplimiento de las normas de protección a la salud y a la seguridad del trabajo. La referida ley, al regulamentar el teletrabajo, utiliza una visión ya superada en el campo laboral cuando determina que el empleador instruya sus empleados “de manera expresa y ostensiva” cuanto a las precauciones para evitar enfermedades y accidentes y, cuanto al empleado, que este se comprometa a seguir todas las instrucciones (artículo 75-E de la CLT). Hace tiempo los estudiosos de derecho laboral ya realizan un análisis multifactorial para la comprensión de los accidentes y enfermedades a él equiparadas en los casos concretos involucrando a los trabajadores presenciales, habiendo sido superada la idea de

²⁹⁵ Doutoranda em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais – FDV; Mestre em Direitos e Garantias Constitucionais Fundamentais – FDV; Graduada em Direito – FDV; Graduada em Pedagogia – Universidade Federal do Amazonas; Professora de Direito Individual e Direito Coletivo do Trabalho dos Cursos de Graduação e de Pós Graduação da FDV; Vitória, Espírito Santo/Brasil. E-mail: jeane.silvamartins@gmail.com.



que tales accidentes tienen causa en el “acto inseguro” del empleado. Decisiones judiciales reconocen el deber fundamental patronal de asegurar un medio ambiente laboral saludable a aquellos que trabajan en la sede de la empresa, por lo tanto, tratar de forma desigual al teletrabajador afronta uno de los objetivos de la República, que es promover el bien de todos, sin prejuicios y cualesquiera otras formas de discriminación.

Palabras clave: Reforma laboral; Teletrabajo; Desigualdade; Salud; Seguridad.

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem por escopo demonstrar que a Lei nº 13.467/2017 (lei da reforma trabalhista), ao regulamentar o teletrabalho, minimizou o dever fundamental patronal de assegurar ao teletrabalhador o direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, tratando de forma desigual esse obreiro e o empregado que labora no estabelecimento do empregador. É que o artigo 75-E da CLT, aplicável somente ao teletrabalhador, diz claramente que, para efeitos de se cumprir o dever acima exposto, basta que o empregador instrua os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho, devendo o teletrabalhador assinar um termo de responsabilidade, comprometendo-se a seguir as instruções patronais.

Nesse sentido, o presente estudo, por meio da abordagem dialética, objetiva, inicialmente, apresentar uma panorâmica geral acerca da regulamentação do teletrabalho, para, em seguida, analisar o tratamento desigual dado pela Lei 13.467/2017 entre os teletrabalhadores e os empregados presenciais, no que concerne às normas de saúde e segurança do trabalho, de forma a propor, ao final, que o artigo 75-E da CLT seja interpretado conforme a Constituição, a fim de superar tratamentos desiguais na seara trabalhista.

TELETRABALHO E REFORMA TRABALHISTA

A possibilidade de prestação de serviços, com vínculo empregatício, fora do estabelecimento do empregador já era uma realidade antes mesmo do advento da Lei 13.467/2017. É que o artigo 4º da CLT assim estabelecia: “não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego”. A novidade trazida pela Reforma Trabalhista, nesse particular, foi a regulamentação do teletrabalho, definido por Martinez (2018, p. 88) como “mais do que uma modalidade de trabalho em domicílio. É um conceito de organização laboral por meio do qual o prestador



dos serviços encontra-se fisicamente ausente da sede do empregador, mas virtualmente presente, por meios telemáticos”. Vários pontos dessa regulamentação merecem estudos rigorosos, vez que representam forte (e danosa) tendência flexibilizadora, porém, em atenção ao objetivo traçado para esse estudo, a análise recairá sobre a forma com que a Lei 13.457/2017 tratou o direito fundamental à saúde e à segurança do trabalhador e o dever fundamental patronal de garantir um meio ambiente do trabalho saudável.

A Constituição de 1988 protegeu o trabalho humano, priorizando-o em detrimento do capital. Essa opção do constituinte encontra-se espalhada em várias normas trabalhista, dentre elas: i) artigo 7º, XXII, que assegura a todos os trabalhadores o direito fundamental à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; ii) artigo 225 (c/c art. 157, CLT) que impõe ao empregador o dever fundamental de garantir aos seus empregados um meio ambiente do trabalho saudável; iii) Convenções 155 e 161, da OIT, que tratam, respectivamente, da Segurança e Saúde dos Trabalhadores e dos Serviços de Saúde no Trabalho; iv) anexo II, da NR 17, do MTE, regulador do trabalho em atividades de teleatendimento/telemarketing.

Acontece que a Reforma Trabalhista, em total desconformidade com o princípio da progressividade²⁹⁶, minimizou o dever fundamental patronal de garantir o meio ambiente do trabalho saudável, quando, no artigo 75-E da CLT, simplesmente, ordenou que o empregador instrísse os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções que os mesmos deverão tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho, impondo aos obreiros o compromisso, mediante a assinatura de um termo, de seguirem as instruções patronais. Para Silva (2017, p. 36), “A tese de que todos os acidentes têm como causa ‘ato inseguro’ do empregado está superada faz muitos anos, impondo-se análise multifatorial para a compreensão dos acidentes e doenças a ele equiparadas”. Considerando que o trabalhador passa uma parte significativa do seu tempo no ambiente laboral e, como as condições ambientais influenciam na sua saudável qualidade de vida, necessário exigir do empregador uma conduta compatível com a proteção legal dada pela ordem jurídica brasileira à saúde e à segurança do trabalhador.

²⁹⁶ Pode-se concluir que os destinatários do artigo 7º, caput, da Constituição de 1988 (que traz expressamente o princípio da progressividade) são o legislador e o intérprete das normas trabalhistas. Isso porque, segundo o dispositivo, na elaboração de novos comandos normativos trabalhistas, bem como na interpretação de qualquer norma componente da ordem jurídica laboral, deve-se preservar sempre as conquistas existentes, sendo vedado o retrocesso social.



O TRATAMENTO DESIGUAL ENTRE TELETRABALHADORES E TRABALHADORES PRESENCIAIS IMPLEMENTADO PELA REFORMA TRABALHISTA: O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E À SEGURANÇA

No atual estágio da legislação e da jurisprudência trabalhista, não cabe ao empregador dos trabalhadores presenciais simplesmente o papel de instruí-los quanto às precauções para evitar acidentes de trabalho. Mesmo orientando e entregando equipamento de proteção individual a esses trabalhadores, continua tendo o empregador o dever de garantir o meio ambiente do trabalho saudável, com a consequente responsabilização por danos morais e/ou materiais em casos de danos à integridade psíquica e física desses obreiros, conforme julgado abaixo:

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. NÃO FISCALIZAÇÃO DO USO DE EPI. Conforme entendimento contido na Súmula 289 do TST, o mero fornecimento de EPI pela empregadora não a exime da obrigação de proporcionar um ambiente de trabalho saudável, visto que também é necessário que sejam tomadas todas as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade do ambiente, entre as quais as alusivas ao uso efetivo do equipamento pela empregada.

(TRT 18 – 907200801218006 - GO 00907-2008-012-18-00-6, Relator: JÚLIO CESAR CARDOSO DE BRITO, Data de Publicação: DJ Eletrônico Ano III, nº 132, de 24.7.2009, pág. 6).

É com base nesse raciocínio que o presente estudo desvela um tratamento desigual entre os teletrabalhadores e os trabalhadores presenciais implementado pela Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017). Tal desigualdade encontra guarida no artigo 75-E da CLT, aplicável somente aos teletrabalhadores que, como dito alhures, minimiza o dever fundamental patronal de assegurar ao teletrabalhador o direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma ordem jurídica constitucional, que tem como um dos fundamentos “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, IV, CF/88), não há razão para tolerar tratamentos desiguais entre teletrabalhadores e trabalhadores presenciais, principalmente se a desigualdade é fruto de uma produção legislativa, que tem como princípios norteadores o da progressividade e o do não retrocesso social. “O fato de o teletrabalhador exercer seu ofício para além das portas do estabelecimento central da empresa não exime o empregador de zelar pelo cumprimento das normas de higiene e segurança no trabalho”, é o que diz Bastos (2013, p. 20). A saída



RACISMO ESTRUTURAL E ENCARCERAMENTO EM MASSA DA
JUVENTUDE NEGRA

STRUCTURAL RACISM AND HIGH INCARCERATION OF BLACK YOUTH

RACISMO ESTRUTURAL Y ENCARCELACIÓN MASSIVA DE JUVENTUD
NEGRA

Dandara Dara Mahusi Dias de Freitas²⁹⁷

RESUMO: As prisões brasileiras estão superlotadas pela população negra em sua maioria. A pesquisa busca uma investigação das causas que levam a ter um número maior de afrodescendentes nos cárceres. Identifica o racismo estrutural brasileiro com base nas relações inter-raciais e no resgate histórico-social da população, a partir das teorias de Florestan Fernandes (2008), Abdias Nascimento (2016) e Silvio de Almeida (2018). A partir deste, analisa o processo de exclusão da população negra, estes que passaram a serem vistos como perigo para o coletivo, sendo assim, perseguidos. Nas favelas, onde há mais negros e pobres, o local onde há maior casos de violência e mortes, o que reflete no genocídio do jovem negro brasileiro. Ademais, no que tange às análises e pesquisas elaboradas usa-se como base o contexto norte-americano, considerado referência em relação ao encarceramento em massa e ao controle social, a partir das teorias de Loic Wacquant (2001).

Palavra-chave: População negra; Racismo estrutural; Encarceramento; Genocídio.

ABSTRACT: Brazilian prisons are overcrowded by the mostly black population. The research looks for an investigation of the causes that lead to have a greater number of Afrodescendants in prisons. It identifies Brazilian structural racism based on interracial relations and historical and social recovery of the population, based on the theories of Florestan Fernandes (2008), Abdias Nascimento (2016) and Silvio de Almeida (2018). From this, it analyzes the process of exclusion of the black population, which have come to be seen as a danger to the collective, being thus persecuted. In the favelas, where there are more blacks and poor, the place where there are more cases of violence and deaths, which reflects in the genocide of the young black Brazilian. In addition, with regard to the analysis and research elaborated, the North American context, considered reference to mass incarceration and social control, is based on theories of Loic Wacquant (2001).

Keywords: Black population; Structural racism; Incarceration; Genocide.

RESUMEN: Las prisiones brasileñas están superpobladas por la población negra en su mayoría. La investigación busca una investigación de las causas que llevan a tener un número mayor de afrodescendientes en las cárceles. En el marco de las relaciones interracial y en el rescate histórico-social de la población, a partir de las teorías de Florestan Fernandes (2008), Abdias Nascimento (2016) y Silvio de Almeida (2018), identifica el racismo estructural brasileño. A partir de éste, analiza el proceso de exclusión de la población negra, estos que pasaron a ser vistos como peligro para el colectivo, siendo así, perseguidos. En las favelas, donde hay más negros y pobres, el lugar donde hay mayores casos de violencia y muertes, lo que refleja en el genocidio del joven negro brasileño. Además, en lo que se refiere a los análisis e investigaciones elaboradas se utiliza como base el contexto norteamericano, considerado referencia en relación al encarcelamiento masivo y al control social, a partir de las teorías de Loic Wacquant (2001).

Palabra clave: Población negra; Racismo estructural; Encarcelamiento; Genocidio.

²⁹⁷ Graduanda em Direito na Faculdade de Direito de Vitória (FDV), cursando 8º período, Vitória/ES, Brasil.
E-mail: dandaradfreitas@gmail.com



pequena quantidade de privilegiados. Com isso, compreende os altos índices de desemprego efetivo motivando a pobreza e os assalariados que recebem um valor baixo, colocando-os em um patamar da pobreza (WACQUANT, 2001, p. 79).

O Estado é fortalecido e é instaurada a figura da “insegurança social” acompanhadas pelo forte policiamento incentivador do combate ao vandalismo e pequenas desordens do cotidiano. Houve a criminalização da pobreza, nomeada de política da “tolerância zero”, a qual busca a qualidade de vida e o saber se comportarem em público, ou seja, a eliminação de mendigos, prostitutas e vadios para as prisões.

Uma tendência quanto ao encarceramento apontada por Wacquant (2001, p. 93), conhecida por ser a “tendência-chave da evolução penitenciária norte-americana”: o relevante escurecimento nas prisões. Em 1995 as pessoas foram encarceradas por portar ou comerciar drogas e por pertencentes de bairros afro-americanos pelo fato de ser “fácil proceder a prisões nos bairros socialmente desorganizados, em contraste com os bairros operários estáveis ou os prósperos subúrbios de colarinhos brancos”. (WACQUANT, 2001, p. 95). Contribui para tal entendimento o documentário “A 13ª Emenda” (DUVERNAY, 2016) que delineia esta forte relação entre a escravidão, o racismo, a criminalização da pobreza e a questão do encarceramento em massa das pessoas negras nos EUA. Duvernay (2016) expõe o racismo e demonstra como o poder público encontrou mecanismos para perseguir pessoas negras após a escravidão pela 13ª Emenda.

Trazendo para a realidade brasileira, neste mesmo sentido compreende Michelle Alexander (2018) ao denominar que os povos negros permanecem em uma nova situação de “encarceramento” visto que a Justiça Criminal se baseia no processo de marginalização social e na pobreza encontrando como alvo o jovem negro. Para complementar o entendimento é fundamental relacionar o que se trata o racismo no Brasil e para isso Lilia Schwarcz (2001, p.35) alega que o racismo é algo que persiste como fenômeno social, também conhecido como “racismo à brasileira”. Florestan Fernandes (2008, p. 311) descobriu a teoria da “democracia racial” revelando o interesse da classe dominante de ter a isenção de “qualquer obrigação, responsabilidade ou solidariedade morais, de alcance social e de natureza coletiva, perante efeitos sociopáticos da espoliação abolicionista e da deterioração progressiva da situação socioeconômica do negro e do mulato”.



O racismo é um elemento que persistiu historicamente tendo em vista a forma de dominação e de superioridade inter-raciais, fazendo com que haja uma construção entre as relações. Conforme Silvio Almeida (2017) se entende o racismo estrutural como um fenômeno conjuntural. Assim, apesar de ser uma anomalia é comum no sentido em que constitui relações no seu padrão de normalidade. A forma de atuação das instituições, bem como o policiamento, faz parte desta construção, colocando o processo de violência com o fim de servir e manter a sedimentação social que assenta em diferença entre as classes e entre as raças.

Os dados da INFOPEN revelam que a população carcerária brasileira é composta pela maioria jovem, totalizando 55% (INFOPEN 2017, p. 30) e 64 % por pessoas negras (INFOPEN, 2017, p. 32) e o crime que mais prende é de tráfico de drogas, estas que se tornaram marco na história dos sistemas penitenciários brasileiros e para a construção do inimigo interno. A guerra contra as drogas é uma política de Estado para obter a contenção desta população. Mais especificamente, é a soma do capitalismo com racismo estrutural, concretizando o genocídio do negro brasileiro. Contribui Humberto Ribeiro Júnior (2012) com sua análise de quando começa a política do encarceramento em massa no governo de Paulo Hartung, no Espírito Santo, trazendo uma forte evidência quanto à orientação de cor e classe. Em 2010, “no final do governo de Hartung 77,87% da população carcerária era composta de negros ou pardos, enquanto os brancos representavam 20,49%” (RIBEIRO JR, 2012, p. 55).

No documentário “O prisioneiro da grade de ferro” (2003) é notória a precariedade que os detentos vivem, sem o adequado tratamento e distante do objetivo de ressocialização. Percebe-se que o que deveria ser um mecanismo de reintegração, é caracterizado pela arbitrariedade, agressividade e a seletividade do sistema penal. Contudo, é compreensível que “o marco deste sistema de controle social tem sido o genocídio” (BATISTA, 2016, p. 3).

Por fim, Abdias Nascimento (2016) entende o genocídio como ocultação do povo negro no país. Acredita que “o presente governo do Brasil tem tomado medidas para proibir completamente a discussão do tema racial, fato que implicitamente nega toda possível credibilidade à “democracia racial” (NASCIMENTO, 2016, p. 94)”. Torna evidente o



controle social promovendo o silêncio diante a esta discussão e o combate ao preconceito. Nascimento (2016) ressalta que “o silêncio equivaleria ao endosso e aprovação desse criminoso genocídio perpetrado com iniquidade e patológico sadismo contra a população afro-brasileira” (NASCIMENTO, 2016, p. 170). Partindo destas premissas, entende o racismo não como conjunto de atos isolados, mas como um sistema histórico e político em que as circunstâncias do privilégio de pessoas são reproduzidas de forma estruturada. Como reflexo disso, averigua a criminalização das favelas e o aprisionamento do povo negro no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. São Paulo: Boitempo, 2018.

A 13ª Emenda. Direção: Ava Duvernay. Produção: Ava Duvernay; Bem Cotner. Gênero: Documentário. Distribuidor: Netflix. Estados Unidos, 2016.

BATISTA, Vera Malaguti. **A juventude e a questão criminal no Brasil**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/1053773b21eb7cc6e5600f16cc0663e4.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes: o legado da “raça branca”**. 5 ed., vol. 1, São Paulo: Globo, 2008.

Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN: Atualização – Junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3 ed. Perspectivas: São Paulo, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

O que é racismo estrutural? // Silvio Almeida. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-que-e-racismo-estrutural-silvio-almeida/>>. Acesso em 30 nov. 2017.

O prisioneiro da grade de ferro. Direção: Paulo Sacramento. Gênero: Documentário. Brasil, 2003.

RIBEIRO JÚNIOR, Humberto. **Encarceramento em massa e criminalização da pobreza no Espírito Santo: as políticas penitenciárias e de segurança pública do governo de Paulo Hartung (2003-2010)**. Vitória: Causa, 2012.



5th THE WORLD CONFERENCE ON REMEDIES TO RACIAL & ETHNIC ECONOMIC INEQUALITY
5^ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES ECONÔMICAS RACIAIS & ÉTNICAS
26 — 29 . SETEMBRO . 2018 *** UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO ***** VITÓRIA ***** BRAZIL**

WACQUANT, Loic. *As prisões da miséria*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.



etiquetamento e para tanto nos apoiaremos nos posicionamentos sobre estas questões segundo as ideias de Ana Luzia Pinheiro Flauzina (2008), Loic Waquant (2001), Augusto Zaccone (2007) dentre outros que dissertam sobre o assunto, os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a realização deste trabalho foram pesquisas bibliográficas, artigos, site da internet e dados do Sistema Penal Capixaba e Ministério da Justiça.

O Processo de Criminalização:

- a) Criminalização Primária pode ser compreendido pela criação de leis pelo poder Legislativo que criminaliza determinadas condutas, definindo padrões de comportamentos.
- b) Criminalização secundária e definida pela ação punitiva exercida sobre indivíduos pelas agências penais do Estado (policiais, Ministério Público, Judiciário), está instancias selecionam e atribuem á determinadas pessoas a condição ou etiqueta como criminoso.
- c) Criminalização Terciária se apresenta com a manutenção do estigma de “criminoso” passando pela internalização desse rotulo pelo próprio individuo.

Segundo ZACCONE (2007, p. 16) a seleção punitiva ocorre uma vez que é impossível para os gestores da criminalização secundária realizarem o projeto “faraônico” de criminalização primária prevista em todas as leis de um país. Ou seja, não é possível ao sistema penal prender, processar e julgar todas as pessoas que realizam condutas descritas na lei como crime e, por conseguinte, as agências penais devem optar entre o caminho da inatividade ou da seleção.

De acordo com WAQUANT.

[...] O recorte da hierarquia de classes e da estratificação etnoracial e a discriminação baseada na cor, são endêmicas nas burocracias policial e judiciária. Sabe-se, por exemplo, que em São Paulo, como nas outras grandes cidades, os indicadores de cor “se beneficiam” de uma vigilância particular por parte da polícia, têm mais dificuldades de acesso a ajuda jurídica e, por um crime igual, são punidos com penas mais pesadas que seus companheiros brancos. E, uma vez atrás das grades, são ainda submetidos às condições de detenção mais duras e sofrem as violências mais graves. Penalizar a miséria significa aqui “tornar invisível” o problema negro e assentar a dominação racial dando-lhe um aval do Estado (WACQUANT, 2001, p. 9 e 10).

Um fator preponderante no encarceramento em massa dos jovens negros destacamos a seletividade presente na Lei de Drogas 11.343/2006 em seu art. 28 § 2º onde se tem os



critérios aplicados para diferenciar o traficante do usuário de substâncias entorpecentes que menciona:

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

Fica explícito que o jovem negro morador da periferia dificilmente será beneficiado por este inciso da lei, por outro lado o jovem morador de um bairro nobre será bem recepcionado por este inciso.

Sobre este aspecto Machado exemplifica com bastante propriedade.

Neste sentido, se uma pessoa da classe média, num bairro também de classe média, for encontrada com determinada quantidade de droga, poderá ser mais facilmente identificada como usuário (e, portanto, não será submetida à prisão) do que um pobre, com a mesma quantidade de droga, em seu bairro carente.

O sistema criminal é seletivo e que essa seleção é condicionada por alguns fatores, entre eles o da estigmatização, é possível concluir que a marginalização da população afrodescendente no Brasil tem grandes fundamentos nos estigmas que se formaram ao longo do processo histórico e se perpetua na atualidade (ZACCONE, 2007).

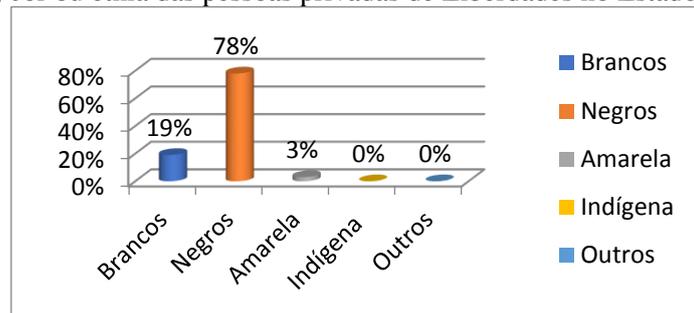
Consonante FLAUZINA,

É importante perceber que a clientela do sistema penal está originalmente conformada pelo racismo, que aparece como a grande âncora a seletividade. Dizer que o sistema age preferencialmente sobre os negros, que os prefere, portanto, significa dizer – como primeiro plano, para as pessoas negras e que, conseqüentemente, para além das questões de acompanhamento no decurso do processo histórico- que esse é um aparelho formatado, num classe subjacente terá seu alvo principal centrado em sua corporalidade. (...) (FLAUZINA, 2008, p. 153).

Partindo do pressuposto que as agências penais trabalham na perspectiva da seletividade, demonstraremos qual a população que ocupa os espaços dos presídios e penitenciárias capixabas, sendo utilizadas informações penitenciárias do Conselho Nacional de Justiça.



Gráfico 1: Raça, cor ou etnia das pessoas privadas de Liberdades no Estado do Espírito Santo.



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

FLAUZINA faz a seguinte explanação:

É interessante observar como padrão de silenciamento que preside a discussão sobre relações raciais no Brasil não foi capaz de alcançar, em sua radicalidade, o campo penal. Na terra da harmonia das raças, do senso comum ao formalismo acadêmico circula há muito, a percepção de que o sistema se dirige preferencialmente aos segmentos negros da população. Parece que foi mesmo impossível sufocar a voz e abalar os sentidos quando as massas encarceradas e os corpos caídos estampavam monotonamente o mesmo tom (2008, p. 50-51).

Adverte-se que esse trabalho não teve a pretensão de esgotar o tema, que comportaria ainda mais pesquisas e debates. Mas tem por objetivo fomentar o debate a respeito da seletividade secundária onde fica evidenciado que as agências penais tem uma clientela preferencial que contribui para o encarceramento dos jovens negros no Estado do Espírito Santo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A igualdade que se apregoa no artigo 5º da constituição cai por terra, pois se percebe que o direito penal é classista e racista, pois geralmente os crimes praticados pelos grupos vulneráveis têm logo uma resposta rápida das agências penais o que já não acontece com os crimes econômicos ou ambientais que são praticados pelas classes com grandes poder aquisitivo.

Em nosso entendimento, o sistema penal não deveria ser usado como um instrumento que gerasse privilégios a determinadas pessoas ou grupos, mas sim como forma de garantir uma sociedade harmônica e pacífica. Tendo um Direito Penal igualitário, fundamentado no que está positivado na Carta Magna que reza “que todos são iguais perante as leis sem distinção de qualquer natureza”.



O JUDICIÁRIO BRASILEIRO E A PROMOÇÃO DA (DES)IGUALDADE NO DIREITO DE ACESSO À SAÚDE

THE BRAZILIAN JUDICIARY AND THE PROMOTION OF (INE)QUALITY IN THE RIGHT OF ACCESS TO HEALTH

EL JUDICIARIO BRASILEÑO Y LA PROMOCIÓN DE LA (DES)IGUALDAD EN LO DERECHO DE ACCESO A LA SALUD

Margareth Vetis Zaganelli²⁹⁹
Paulo Higor Fontoura Moreira³⁰⁰

RESUMO: Após a Constituição Federal de 1988, uma ampliação de direitos incluiu aos brasileiros a universalização da saúde. Com a redemocratização do Estado e o fortalecimento das instituições, o Poder Judiciário ganha maior autonomia, visando a concretizar garantias e fiscalizar o poder público. Dadas as dificuldades da efetivação do direito à saúde, o Judiciário aumentou seu protagonismo, entretanto, tal postura inclui revezes, como afetar diretamente o planejamento financeiro da saúde pública, além de centralizar na decisão judicial a possibilidade de concessão deste acesso. Desencadeou por via, julgamentos de repercussão que restringem o que pode ser garantido judicialmente sobre saúde, o que, aliado a cortes de verba, torna vulnerável não só uma igualdade, mas a saúde pública. A partir dos dados supracitados esse trabalho traz uma pesquisa descritiva, levantando bibliografia e jurisprudência, para analisa-se o protagonismo judicial na (des)construção da igualdade à saúde no Brasil. MENDES e BRANCO (2014), ABOUD (2016), CNJ (2016) e BRASIL (2017).

Palavras-chave: Acesso à saúde; Saúde pública; Poder Judiciário; Desigualdade.

ABSTRACT: After the Federal Constitution of 1988, an expansion of rights included the universalization of health to Brazilians. With the re-democratization and the strengthening of institutions, the Judiciary gains greater autonomy, aiming at concretizing guarantees and at inspecting public governance. Due to the difficulties of realization of the right to health, the Judiciary has increased its role, however, this posture includes setbacks, such as directly affecting the public health financial planning, besides centralizing in judicial decision the possibility of granting this access. It has triggered, by way of judgment, repercussions that restrict what can be judicially guaranteed on health, which, coupled with cuts in funding, makes it vulnerable not only to equality but to public health. Based on the aforementioned data, this paper brings a descriptive research, raising bibliography and jurisprudence, to analyze the judicial protagonism in the (de) construction of equality to health in Brazil. MENDES and BRANCO (2014), ABOUD (2016), CNJ (2016) and BRAZIL (2017).

Keywords: Access to health; Public health; Judicial power; Inequality.

RESUMEN: Después de la Constitución Federal de 1988, una ampliación de derechos incluyó a los brasileños la universalización de la salud. Con la redemocratización del Estado y el fortalecimiento de las instituciones, el Poder Judicial gana mayor autonomía, con el objetivo de concretar garantías y fiscalizar al poder público. En las dificultades de la efectividad del derecho a la salud, el Poder Judicial aumentó su protagonismo, sin embargo, tal postura incluye reveses, como afectar directamente la

²⁹⁹ Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG-Brasil). Estágios Pós-doutorais na Università Degli Studi di Milano Bicocca (UNIMIB – Itália), na *Alma Mater Studiorum* Università di Bologna (UNIBO –Itália) e na Università Degli Studi Del Sannio (UNISANNIO – Itália). Professora Titular da Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória (UFES-Brasil). E-mail: mvetis@terra.com.br.

³⁰⁰ Graduado em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Brasil. E-mail: paulohigorfontoura@gmail.com.



Em outras palavras: o principal ator nesse cenário tem sido o Judiciário, que, segundo a Constituição que o legitima, deveria ter papel fiscalizador, e não ser um protagonista no que tange ao direito à saúde.

A 12^a edição do Relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)³⁰⁴, publicada em 2016, identificou que, no Judiciário brasileiro em geral, até 2015, havia³⁰⁵ 200.090 processos pendentes para fornecimento de medicamentos; 60.696 para tratamento médico-hospitalar; 151.856 unindo fornecimento de medicamentos e tratamento médico-hospitalar na mesma ação, dentre outras demandas na área.

A 13^a edição do mesmo relatório, publicada em 2017³⁰⁶, constatou aumento expressivo nas demandas dessas categorias, que foram, respectivamente, de 56%, 62% e 42%. Em linhas gerais, considerando as subdivisões possíveis, os processos pendentes sobre demandas de saúde pública passaram de 792.851 para 1.183.812 nas análises de 2015 para 2016. Um aumento de 49%³⁰⁷. É possível concluir, com isso, que a crescente atuação ativa do Judiciário não tem surtido efeito a ponto de reduzir a necessidade de seu protagonismo.

Por conta desse cenário, é possível perceber alternativas partidas do próprio Judiciário, afetado negativamente com a pluralidade de demandas. Crescem, então, estímulo a medidas preventivas, a fim de reduzir tamanha massificação processual³⁰⁸. Por sua vez, também ganham espaço posicionamentos preocupantes, como a defesa de que a saúde pública não deva ser, de fato, universal. E isso já tem trazido impactos nos julgamentos brasileiros.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da medida cautelar da Ação Direita de Inconstitucionalidade n^o 5501 de 2016³⁰⁹³¹⁰, estabeleceu que o fornecimento de

³⁰⁴ Justiça em números 2016: ano-base 2015/Conselho Nacional de Justiça – Brasília: CNJ, 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pj-justica-em-numeros>>. Acesso em 31 de julho de 2018.

³⁰⁵ Disponível em: < <http://emporiiodireito.com.br/leitura/numeros-atualizados-da-judicializacao-da-saude-no-brasil-por-clenio-jair-schulze> >. Acesso em 31 de julho de 2018.

³⁰⁶ Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/12/b60a659e5d5cb79337945c1dd137496c.pdf> >. Acesso em 31 de julho de 2018.

³⁰⁷ Disponível em: < <https://blog.ipog.edu.br/saude/judicializacao-da-sade-em-numeros/> >. Acesso em 31 de julho de 2018.

³⁰⁸ Comitês Estaduais do Fórum da Saúde do CNJ. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/forum-da-saude> >. Acesso em 31 de julho de 2018.

³⁰⁹ Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=317011>>. Acesso em 31 de julho de 2018.

³¹⁰ BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ADI 5501 DF-DISTRITO FEDERAL 0052747-76.2016.1.00.0000. Disponível em:

